BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. LXVII N.º 125 (138) ANO DE 2019

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. LXVII N.º 125 (138) ANO DE 2019

BRACARA AUGUSTA

DIRECTOR

LUÍS ALEXANDRE CABRAL DA SILVA PEREIRA
(Professor da Faculdade de Filosofia de Braga)

CONSELHO DE REDACÇÃO

LUÍS ANTÓNIO DE OLIVEIRA RAMOS
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

AURÉLIO DE OLIVEIRA
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

JOSÉ MARQUES
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

ARMANDO MALHEIRO
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

ANTÓNIO FRANKLIM NEIVA SOARES
(Professor da Universidade do Minho)

MARIA DO CARMO FRANCO RIBEIRO
(Professora Auxiliar do ICS da Universidade do Minho)

ALEXANDRA PATRÍCIA LOPES ESTEVES
(Professora no Centro Regional de Braga
da Universidade Católica Portuguesa)

MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA
(Vereador do Património da Câmara Municipal de Braga
e Professor da Universidade do Minho)

COORDENAÇÃO GERAL

PELOURO DA CULTURA

Nota de Apresentação

A publicação do presente número da revista Bracara Augusta ocorre ainda durante o período em que celebramos 250 anos da morte do bracarense Marceliano de Araújo, um dos maiores entalhadores que Portugal já conheceu. Autor de várias obras, como os painéis de escultura em relevo do cadeiral do coro alto de S. Bento da Vitória, no Porto, ou, aqui em Braga, dos retábulos da igreja da Misericórdia, do púlpito da capela da Penha e provavelmente do da igreja do Salvador, do chafariz da Praça do Município, a sua obra-prima são, contudo, as caixas dos órgãos da Sé primacial. Delas escreveu Robert Smith que constituem "um dos mais ambiciosos empreendimentos jamais levados a cabo na história da talha portuguesa", considerando-as "uma das grandes manifestações da escultura decorativa portuguesa". A revista Bracara Augusta *não poderia alhear-se de tão relevante data. Por esse motivo, decidiu incluir neste número um estudo de Assunção Pinheiro Chagas onde a autora, depois de nos dar os elementos biográficos do artista e uma resenha das suas principais obras, se concentra na análise minuciosa das caixas dos órgãos da Sé de Braga, acompanhada de esclarecedoras ilustrações. Está nos horizontes editoriais da revista publicar um número inteiramente dedicado ao famoso entalhador. Tendo sido impossível, até ao momento, concretizar esse projecto editorial, não queríamos que o ano de 2019 terminasse sem, de algum modo, evocar a efeméride.*

O Professor José Marques deixa-nos dois estudos muito ricos de informação, atinentes a uma época da história mais recuada. Num deles, intitulado "Póvoas marítimas do Norte de Portugal: primórdios e repercussões político-administrativas, económicas e sociais", aborda a origem das póvoas de Caminha e de Varzim, no reinado de D. Dinis, sem esquecer os núcleos urbanos de Vila do Conde, Esposende e Viana da Foz do Lima. Revela-nos dados muito interessantes sobre a intensa actividade comercial e a construção naval que aí se desenvolvia. No segundo estudo, intitulado "Origem da capela de S. Roque. S. Paio de Figueiredo – Guimarães", dá-nos a conhecer o nome dos fundadores da ermida, a data da sua fundação, em 1599, e as razões que terão levado os fundadores a escolher a invocação de S. Roque, ligadas certamente à protecção contra a epidemias da peste. É um artigo que muito contribui para o conhecimento da História da Arte, das devoções populares e das mentalidades.

No interessante estudo de José Vieira Gomes intitulado "Arte na talha e na estrutura do retábulo da capela de S. Geraldo, Sé de Braga", encontramos a tentativa de identificar o autor do retábulo através de

elementos estilísticos próprios de entalhadores então ao serviço de D. Rodrigo de Moura Teles, concretamente de Luís Vieira da Cruz, Miguel Coelho, Bento Alvarenga da Costa e Francisco Machado. Pelas analogias detectadas em motivos decorativos, conclui o autor que o retábulo de S. Geraldo resultou de um trabalho de parceria entre Bento Alvarenga da Costa e Francisco Pereira de Castro.

Em tempos de acesos debates, por vezes com tonalidades apocalípticas, sobre as alterações climáticas, parece-nos oportuníssimo e cheio de interesse o artigo do Professor Aurélio de Oliveira em que dá a conhecer os Dietários de alguns conventos beneditinos nortenhos, nomeadamente Tibães, Rendufe, Ganfei, mas também do Mosteiro de S. Bento da Saúde, em Lisboa. Abarcam o período de finais do século XVIII e princípios do XIX. Neles se encontram curiosíssimos registos meteorológicos, ou do "comportamento do tempo" e do "estado da atmosfera", mas também, frequentemente, de factos e notícias de natureza política e outra. Será muito interessante comparar os dados recolhidos nesses Dietários com o que sucede no nosso tempo.

Com sotaque brasileiro, temos o artigo de David Prado Machado "Do Minho para Minas: aproximações e distanciamentos entre a propriedade rural minhota e a fazenda mineira nos séculos XVIII e XIX". O artigo pretende mostrar como certas práticas quotidianas foram transpostas do norte de Portugal, especialmente da região de Entre-Douro-e-Minho, para Minas Gerais, adoptando como referência as propriedades rurais das duas regiões. Verificamos que a influência de Braga, do Minho e do Norte de Portugal na região de Minas Gerais não se verificou apenas nas actividades artísticas, como constatámos no último número da revista, mas se reflectiu igualmente em práticas construtivas e noutros hábitos da vida quotidiana. Interessante é também verificar que as capelas domésticas das propriedades rurais se tornaram numa força auxiliar das igrejas paroquiais, prestando auxílio espiritual às pessoas instaladas nos campos.

O Professor Miguel Bandeira dá-nos a conhecer a curiosa história da vinda para o então estádio 28 de Maio de uma pedra do Circo Máximo de Roma que a Câmara de Braga, em sessão de 14 de Julho de 1949, decidiu solicitar à sua congénere romana. Destinava-se a ser incrustada na base da entrada do novo estádio que em breve seria inaugurado. O pedido baseava-se nas relações milenares da cidade com a capital do império que fundou a Bracara Augusta, e integrava-se, no fundo, no processo de reconhecimento internacional do novo regime político português.

Agradecemos, como sempre, a preciosa colaboração dos investigadores que, generosamente, puseram ao nosso dispor o fruto das suas investigações, convidando-os a participar no próximo número da revista que pensamos dedicar a outro grande artista bracarense – André Soares.

Luís da Silva Pereira

Póvoas marítimas do Norte de Portugal: primórdios e repercussões político-administrativas, económicas e sociais

JOSÉ MARQUES *

O estudo das *Póvoas marítimas do Norte de Portugal* não se pode considerar absolutamente inédito, pois já Alberto Sampaio abordou esta temática para períodos anteriores, procurando esclarecer a ocupação do litoral costeiro nortenho, em datas mais remotas, tentando projectar alguma luz sobre os tempos proto-históricos até aos novi-godos, analisando, de seguida, o período que designa por *mar fechado*, até à tomada de Lisboa, em 1147, como evidencia o tipo de fontes utilizadas[1].

O estudo das *Póvoas marítimas* – por ele definidas como *«os grupos urbanos, nascidos em geral à sombra dos forais outorgados pelos reis da dinastia borgonhesa, ou por entidades sucedâneas da coroa»* –, situadas entre Vila do Conde e a foz do rio Minho, no período que agora nos interessa, deverá ser integrado na estratégia política de D. Dinis, quanto à defesa e povoamento do Reino, aspectos a que não foi estranho o início e desenvolvimento da instituição dos coutos de homiziados, que predominaram ao longo da fronteira com Castela, tendo, mesmo, chegado até Caminha, como melhor se verá no decurso desta exposição.

Procuraremos evidenciar a origem das póvoas de Varzim e de Caminha, sem esquecermos o desenvolvimento dos núcleos urbanos de Vila do Conde, Esposende e de Viana da Foz do Lima,

---

* Prof. Catedrático (ap.) da Faculdade de Letras do Porto. Não segue o dito acordo ortográfico.

1 SAMPAIO, Alberto, As Póvoas Marítimas, in *Estudos históricos e económicos,* vol. I, Livraria *Chardron de Lello, Irmão*, Porto-Paris, 1923, pp. 255-310.

sabendo-se, quanto a este último, que D. Afonso III, no próprio foral, em 1258 ou1262[2], deixou bem expresso «quero fazer uma póvoa no lugar chamado Átrio, na foz do Lima, à qual de novo imponho o nome de Viana», tendo beneficiado todas, posteriormente, do dinamismo da actividade marítima das novas póvoas e das povoações costeiras vizinhas.

Estabelecidos estes polos costeiros de articulação da actividade marítima ao longo do litoral com o interior nortenho, através dos rios Minho, Lima, Cávado e Ave, apresentaremos algumas provas da intensa actividade comercial, a partir daí desenvolvida, bem como da construção naval de que nos chegaram seguras provas documentais.

Com base nestas breves notas introdutórias, podemos definir as três partes do nosso artigo, que versarão sobre:

– a origem das póvoas marítimas nortenhas,
– a actividade comercial,
– e a construção naval.

1 – ORIGEM DAS PÓVOAS MARÍTIMAS NORTENHAS

O tema destas póvoas, na Baixa Idade Média, como afirmámos, não se pode considerar inédito, pois já atraiu a atenção de Alberto Sampaio no estudo *As Póvoas Marítimas*[3], na linha costeira, desde a foz do Minho ao Vouga, em tempos muito anteriores à fundação de Portugal e até ao reinado de D. Afonso III, essencialmente, apoiado nos dados arqueológicos e em alguma documentação dispersa, testemunhos da presença humana, ao longo do litoral.

No entanto, as origens das póvoas de Caminha e de Varzim, que especialmente nos ocupam e sobressaem no conjunto das povoações do litoral norte, balizado pelos rios Minho e Ave, situam-se no reinado de D. Dinis, nos anos de 1284 e 1308, precedidas e marcadas pela concessão dos forais destas localidades, como passamos a expor.

---

[2] Esta data consta do próprio foral.

[3] SAMPAIO, Alberto, *As Póvoas Marítimas,* in *Estudos históricos e económicos*, Vol. I, Porto, Paris, Lisboa Livraria Chardron, 1923, pp.255-369.

Dentro do projecto de prosseguir a defesa e o povoamento do Reino, iniciado por Afonso III, além dos numerosos *forais* outorgados e das diversas *póvoas* constituídas, ao longo da fronteira com Castela e com a Galiza[4], D. Dinis não esqueceu o litoral nortenho, compreendido entre os mencionados rios Minho e Ave.

Nesse sentido, a concessão do foral de Caminha[5] constitui uma referência determinante, pois, se por este lado reforçava a delimitação com o concelho de Viana da Foz do Lima, definida no foral afonsino de 1262[6], exigia da parte de D. Dinis a resolução de diversas situações, susceptíveis de perturbarem a jurisdição régia. Referimo-nos ao facto de nos limites do novo concelho haver um conjunto de localidades dependentes das jurisdições eclesiásticas de Tui e Braga, bem como de alguns Mosteiros e diversos particulares, situações que se impunha resolver e assim aconteceu. Com efeito, o Monarca apoderou-se de todos os bens eclesiásticos e senhoriais existentes dentro do território delimitado como termo do novo município, mas logo decidiu compensar os anteriores titulares dos bens expropriados[7], que ficámos a conhecer, articulando as informações constantes do quadro para o efeito elaborado – que, por brevidade, nos dispensamos de reproduzir –, com o mapa das localidades, onde se encontravam os bens apropriados por D. Dinis (*Mapa 2*), que os delegados régios percorreram[8].

---

4 MARQUES, José, Forais, cartas de couto e cartas de povoamento na estruturação administrativa do espaço medieval português, in *Vária Escrita,* N.º 10, Sintra, 2003, pp. 35-40 e 54-55.

5 *Forais de Caminha.* Reprodução anastática com leitura, introdução, estudo, transliteração e notas de Manuel Raimundo Serra de Carvalho, Caminha,1984.

6 REIS, António Matos. *Fundação de Viana. O Foral de D. Afonso III,* Viana do Castelo, Cento de Estudos Regionais, 1994, p. 44.

7 MARQUES, José, A Póvoa Dionisina de Caminha – 1284, in *Estudos Regionais. Revista de Cultura do Alto Minho*, II Série, n.º 6. Viana do Castelo, CER, Janeiro de 2012, p. 23.

8 Mapa n.º 2, reproduzido do nosso estudo *A póvoa dionisina de Caminha – 1284,* p. 24, citado na nota n.º 6.

Mapa 1 – Póvoas marítimas do Norte de Portugal

Cotejando a data do Foral, acima referido (*Julho de 1284*)[9], com a do início da actividade dos oficiais régios para atribuição das compensações (*2 de Setembro seguinte*)[10], verifica-se que também a constituição desta póvoa está associada, se não mesmo dependente, da concessão do foral a Caminha.

Neste processo, mais do que a análise do foral dionisino, do tipo salmantino, interessa-nos acompanhar a minúcia com que procedeu à compensação dos titulares dos bens de que o Monarca se tinha apoderado, tendo, inclusive, comissionado Estêvão Lourenço, clérigo do rei, e Paio Eanes, povoador de Caminha, para procederem à avaliação dos bens incorporados no património concelhio e dos doados em compensação[11], chegando ao ponto de estabelecerem a equivalência das medidas utilizadas no pagamento das compensações pelos bens apropriados pelo monarca, no termo do novo concelho de Caminha[12].

A documentação recolhida no *Livro 2.º dos Direitos Reais* da Torre do Tombo, que já tivemos oportunidade de publicar devidamente, permite conhecer as *datas das deslocações* dos oficiais régios às diversas localidades e as decisões aí tomadas, sendo possível acompanhar o itinerário por eles seguido, como revela o mapa para o efeito elaborado, que a seguir se apresenta. (*Mapa 2*).

---

9 *Forais de Caminha.* Reprodução anastática com leitura, introdução, estudo, transliteração e notas de Manuel Raimundo Serra de Carvalho, Caminha,1984.

10 Cf. A Póvoa Dionisina de Caminha – 1284, in *Estudos Regionais. Revista de Cultura do Alto Minho*, II Série, n.º 6. Viana do Castelo, CER, Janeiro de 2012, pp. 18 e 29

11 A análise da visão de conjunto dos bens apropriados e dos dados em compensações encontra-se no nosso estudo *A Póvoa Dionisina de Caminha – 1284, in O. c.*, p. 23.

12 A Póvoa Dionisina de Caminha – 1284, in *O. c.,* p. 36.

Mapa 2 – Caminha – Itinerário para avaliação os bens dados em compensação

Após as breves notas relativas à concessão do Foral de Caminha, em Lisboa, em 24 de Julho de 1284, e às compensações feitas por ordem de D. Dinis aos antigos titulares dos bens situados dentro dos limites do novo concelho, informações devidamente identificadas, em notas de rodapé, pelo que consideramos desnecessário reproduzi-las aqui.

Quanto a Viana da Foz do Lima, povoação importante na articulação da actividade comercial do litoral nortenho com o interior pela via fluvial do rio Lima, sabemos que por ocasião da atribuição do foral de D. Afonso III, em 1262 – que era o foral de

Valença, de 1217, posteriormente, incorporado na família do foral de Salamanca e concedido a diversas terras do Alto-Minho –, e que, na visão romanceada de José Caldas, estaria de «fogo morto»[13], isto é, se não completamente despovoada, com a população muito reduzida, que muito beneficiaria da renovada actividade marítima e das ligações fluviais até Ponte de Lima, onde se desenvolviam relações mercantis, articuladas com o interior da região norte e, sobretudo, com a Galiza.

A outra póvoa, cuja origem se impõe assinalar, é a da **Póvoa de Varzim.**

Estas localidades costeiras, em especial as que viriam a integrar a Póvoa de Varzim, desenvolveram sempre alguma actividade piscatória e comercial com as populações vizinhas. O núcleo de Varzim atingiu uma nova dimensão, após a elevação a concelho pelo Foral dionisino, dado em Santarém, em 9 de Março de 1308[14].

Tentando sintetizar os antecedentes desta póvoa, convém recordar que ela se desenvolveu na parte sul da antiga *«villa Euracini»,* chamada Varzim de Jusão, em contraposição com a outra parte, dita Varzim de Susão ou dos Militares / Cavaleiros. Na zona de Varzim de Jusão – na antiga paróquia de Argivai –, havia um dinâmico conjunto de cinquenta e dois (outros dizem 54) casais de povoadores, que asseguravam a sua sobrevivência e das respectivas famílias, articulando as actividades agrícolas, piscatórias e salineiras, neste reguengo.

Do teor dos textos conhecidos, não é possível saber se a concessão do mencionado foral surgiu na sequência de um pedido formulado pelos 52 povoadores, que exploravam o reguengo, alguns dos quais são conhecidos pelas alcunhas de *Mouricel, Negracho, Mouro* e *Picom,* ou se foi de iniciativa da Coroa, embora sugerido pelos oficiais régios: Egas Lourenço e o *Arrabi.*

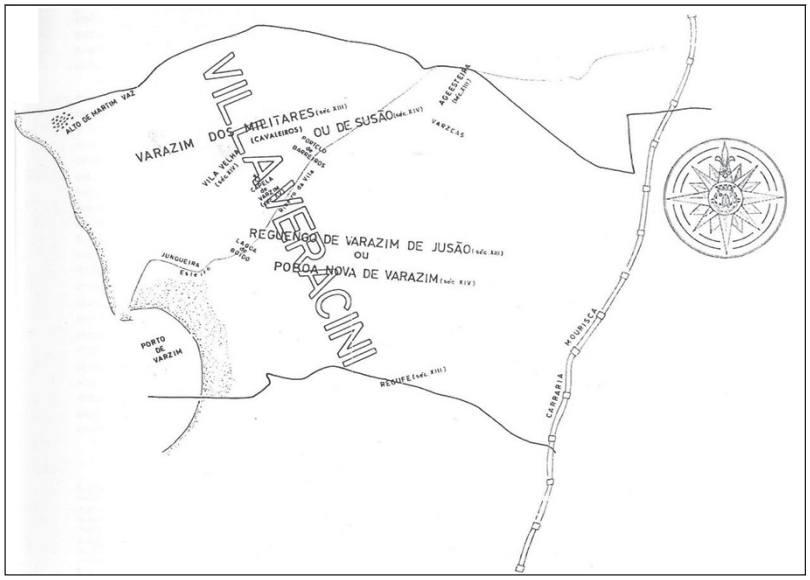
A partir da concessão do Foral, no mencionado dia 9 de Março de 1308, esta população alcançou a sua autonomia e título colectivo de posse das terras reguengas que trabalhavam, comprometendo-se a pagarem, em conjunto, ao fisco 250 libras anuais, às terças do ano, a começar pelo São Miguel (29 de Setembro) e um

---

[13] CALDAS, José, *História de um Fogo-Morto,* Porto, Livraria Chardron, 1903, pp. 32-34.

[14] MARQUES, José, *Os Forais da Póvoa de Varzim e de Rates.* Edição fac-similada, com introdução, transcrição e notas. Póvoa de Varzim, Edição da Câmara Municipal, 1981, 167 p. Ver, sobretudo, pp. 47-50.

casual incerto de sete soldos por cada barca ou baixel que os vizinhos ou estranhos aí viessem descarregar, com pão, vinho, sal ou sardinhas.



Mapa 3 – Póvoa de Varzim – Jusão

Esta esperada autonomia, bem como a plenitude da liberdade, exclusivamente na dependência da autoridade régia, porque decorrente da concessão do foral, que os povoadores do antigo reguengo de Varzim de Jusão e agora vizinhos do novo concelho da Póvoa de Varzim tanto ambicionaram, durou apenas quatro anos, pois, em 1312, na sequência do diferendo entre o Conde D. Martim Gil e o bastardo dionisino, D. Afonso Sanches e sua mulher, D. Teresa Martins, por causa da partilha dos bens outrora pertencentes a D. João Afonso Telo, 1.º Conde de Barcelos, Varzim Jusão, Touguinha e outros territórios foram integrados por decisão régia, no senhorio *laico* de D. Afonso Sanches e D. Teresa Martins, passando, assim, da jurisdição régia para a imediata jurisdição senhorial, que se interpunha entre o município e o poder central[15].

[15] MARQUES, José, O Foral da Póvoa de Varzim de 1308, no contexto da política dionisina de organização e defesa do território nacional, *in Boletim Cultural «Póvoa de Varzim»,* vol. 42, 2008, pp. 303-305.

Esta decisão tomada por D. Dinis, no plano jurídico-administrativo, constituiu um certo retrocesso quanto à liberdade e autonomia ainda mal experimentada, mas terá contribuído para, no plano sociológico, apaziguar as tensões entre os vizinhos no município poveiro e os foreiros dos proprietários laicos e das instituições religiosas e militares presentes na região.

A situação descrita voltou a alterar-se, quando os nobres titulares deste senhorio *laico* – D. Afonso Sanches e D. Teresa Martins – o transformaram em senhorio *eclesiástico* ao instituírem, por carta de 7 de Maio de 1318, o *Mosteiro* de Santa Clara de Vila do Conde, que dotaram ricamente, dando-lhe *«as nossas villas e lugares que chamam de Póvoa de Varzim e de Tarroso, e de Fromariz e de Landõo, e de Nabaaes e de Miranei* (isto é Mirante e não Amorim*), com casaaes e herdades e posisoões que aas ditas villas e luguares pertemçam…», etc.* ***E retemos pera nos e pera aquelles que depois nos vierem a justiça e as apelações de Varzim e non al»***[16]. Na parte final desta citação, note-se a clareza com que D. Afonso Sanches e D. Teresa Martins reservavam para si o direito de julgarem em segunda instância os recursos que lhes chegassem do tribunal concelhio da Póvoa de Varzim, integrado neste senhorio, faculdade que os nobres instituidores, expressamente, transmitiam aos seus sucessores.

A situação estranha criada pela transformação deste senhorio *laico* em senhorio *eclesiástico*, em 1318, à morte de D. Teresa Martins, que sobreviveu ao marido D. Afonso Sanches, transitou para a D. Abadessa e freiras do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, incluindo a reserva da jurisdição e, não obstante as diversas tentativas para lhe pôr fim, sobreviveu até 2 de Outubro de 1540[17].

Nesta visão de síntese sobre a origem destas duas póvoas marítimas do Norte de Portugal – Caminha e Póvoa de Varzim – não perdemos de vista a importância sócio-económica de outras povoações costeiras que, neste contexto, também se foram desenvolvendo e tiveram relevante importância na articulação do litoral com o interior, merecendo especial referência Viana da Foz do Lima e Vila do Conde, como mais à frente se verá.

---

[16] TAROUCA, Carlos da Silva, *O cartulário do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, separata do «Arqueologia e História, 8.ª série, vol. IV, Lisboa, 1947, pp. 19-20.

[17] MARQUES, José*, O. c.,* pp. 306-307.

Quanto a Viana, sabemos que a sua origem como póvoa é um pouco mais antiga, tendo sido instituída por D. Afonso III, intenção manifestada no início do foral concedido a esta localidade, em 18 de Junho de 1262: – *«quero fazer uma póvoa, no lugar chamado Átrio, na foz do Lima, à qual de novo imponho o nome de Viana»*[18] –, afirmação, pelo menos, reveladora de que a população aí existente era insuficiente para a actividade que o Monarca antevia e desejava.

2 – ACTIVIDADE COMERCIAL

A actividade das populações das localidades costeiras que acabamos de mencionar articulava-se, predominantemente, com o mar na pesca, em serviços de cabotagem e defesa do território nacional, enquanto não chegou a fase de ligação com as ilhas atlânticas.

Neste momento, porém, interessa-nos acompanhar a expansão da actividade voltada para o interior, aproveitando as facilidades oferecidas pelas vias fluviais do Minho, Lima, Cávado e Ave, sendo conhecidas as condições e extensão de navigabilidade de cada um deles, há quase 60 anos, expostas por Fernando Castelo Branco[19].

Antes de nos demorarmos na importância das vias fluviais na dinamização do comércio entre o litoral e o interior, impõe-se ter uma noção da extensão da navegabilidade dos quatro grandes rios que atravessavam o Norte de Portugal e desaguavam no mar, na faixa litoral do Minho ao Ave. Assim, pelo estudo de Fernando Castelo Branco, *Do Tráfego Fluvial e da sua importância na economia Portuguesa,* verifica-se que o rio Minho, além da referida informação de 1240, no século XV, continuava navegável até Valença; o Lima, até Ponte de Lima e o Ave, no séc. XVI, até Azurara. Quanto ao Cávado, este autor, seguindo Contador de Argote, informado por Diogo Vilas Boas Sampaio, afirma que, no

---

[18] REIS, António Matos. *Fundação de Viana. O Foral de D. Afonso III,* Viana do Castelo, Cento de Estudos Regionais, 1994, p. 43: – IDEM, *O.c.,* p. 35 = *«… volo facere populam in loco qui dicitur Atrium in fosse Limie, cui popule de novo imponho nomen Viana».*

[19] CASTELO BRANCO, Fernando, *Do tráfico fluvial e da sua importância na economia portuguesa.* Separata do «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», Janeiro-Março – 1958, pp. 39-66.

inverno, seria navegável até Barcelos, podendo, mesmo, chegar a Vilar de Frades, cerca de uma légua acima de Barcelos, acrescentando que os barcos que aí navegavam eram grandes como os de Setúbal[20].

Da possibilidade de navegação no rio Minho dá claro testemunho o incidente naval, travado entre as frotas de D. Urraca e de D. Teresa, em 1121, junto de uma ínsua, registado na *História Compostelana,* e desenvolvido por Alberto Sampaio[21].

Mas, para que, além deste episódio, a alusão aos serviços de cabotagem não reduza excessivamente a área de mobilidade costeira, valerá a pena mencionar o facto de, em 1240, nos meados do século XIII, o barco do Mosteiro de Alcobaça se deslocar com alguma frequência até ao porto de Valença do Minho, onde poderia ancorar, como em lugar ou porto próprio, possibilidade de que nos ficou o devido registo, no doc. n.º 191 do *Cartulário de Fiães*[22].

Este documento com as circunstâncias em que ele surge é uma excelente prova da circulação fluvial e da actividade comercial, no rio Minho, em meados do século XIII. Anos depois, em 24 de Julho de 1284, D. Dinis deixou-nos, no foral concedido a Caminha, esta preciosa informação que, para maior facilidade dos leitores, citamos pela tradução apresentada pelo responsável pela sua publicação: – *«E reservamos para nós e para os nossos sucessores as dizimas de todas as coisas que entrarem pela foz do Minho daquelas que devem pagar direitos. Igualmente devemos reter para nós e para os nossos sucessores metade do Navão daqueles que não forem vizinhos e vós povoadores deveis cobrar a outra metade desse Navão»*[23].

Em 1392, os moradores de Caminha estranhavam que muitos navios passavam em frente à foz do Minho e não entravam no porto e queixaram-se a D. João I. Pretendendo atrair a navegação,

---

[20] CASTELO BRANCO, Fernando, *O. c.,* pp. 41-43.

[21] *História Compostelana,* liv. II, cap. XL, in *Espanha Sagrada,* t. XX. Citado por SAMPAIO, Alberto, *Estudos Histórico e Económicos,* pp. 300-31: – *«… nec mora, Compostellani et Irienses cum electissimis militum naves concendunt. Portucalensium, quaes per Mineum discurrebant, invadunt carinas, et praedictam insulam audaci occupant congressi».*

[22] MARQUES, José, *O Cartulário do Mosteiro de Fiães. Vol. I: Introdução. Transcrição. Índices*. Câmara Municipal de Melgaço, 2016, p. 137: – *«… ita tamen quod si evenerit quod navis nostra veniat ad portum illud ut recipiatur tanquam in loco suo».*

[23] Foral de Caminha, in *O. c.,* desdobrável com a transcrição, entre as pp. 9-13.

propunham ao Monarca a criação de um porto franco, devidamente assinalado, onde os navios pudessem fundear e permanecer em segurança, dentro de certas condições, de forma a desenvolver a actividade comercial[24].

Há outras provas, mais expressivas para tempos seguintes, mas de momento, é importante acentuar o dinamismo que a *visita de D. Afonso V* ao Minho, sensivelmente, desde meados de Junho a meados de Julho de 1462. Não é possível determo-nos em muitos pormenores da acção governativa exercida durante esta visita régia, mas o facto de ter seguido pelo litoral, a partir de Vila do Conde até Caminha, subindo, depois, pela margem esquerda do rio Minho, até Monção, permitiu-lhe responder afirmativamente aos numerosos pedidos que lhe foram dirigidos pelos moradores de ambos os lados desta fronteira fluvial, no sentido de poderem *vizinhar,* eliminando, assim, muitos obstáculos levantados à participação de galegos nas feiras portuguesas, como acontecia na de S. Bento de Seixas – Caminha. Além dos pedidos recebidos e atendidos, *in loco,* ao longo da visita, houve outros, vindos de mais longe, por exemplo de Castro Laboreiro, solicitando também a possibilidade de poderem *vizinhar* com as populações do outro lado da raia seca, concretamente, com os moradores de Celanova, Milmanda e Araújo, e poderem apascentar os seus gados e rebanhos em território galego[25].

Quanto à intensidade comercial no rio Minho, onde já detectámos a frequência de embarcações de grande porte, podemos recolher também a informação veiculada num dos capítulos de Valença do Minho, apresentados às Cortes de Lisboa, de 1459, segundo a qual o mercador Afonso Lourenço, vizinho do concelho de Valença, haveria cinco ou seis anos (isto é, em 1453 ou 1454), tinha feito uma barca no porto desta vila, com capacidade para carregar 50 tonéis. No regresso da primeira viagem em que foi carregar sal a Setúbal, ao passar nas Berlengas, foi aprisionada por corsários ingleses, tendo sofrido um grande prejuízo.

---

[24] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). *Chancelaria de D. João I,* livro 2, fol. 66, citado por Humberto Baquero Moreno*, A navegação e a actividade mercantil no Entre--Douro-e-Minho,* in «Revista da Faculdade de Letras. História», II Série, Vol. IX, Porto, 1992, p. 11.

[25] MARQUES, José, Acção governativa de D. Afonso V durante a visita ao Minho, em 1462, in *Arquivo do Alto Minho,* vol. 27 (VII da 3.ª série), 1982, pp. 3-32. Publicado também in IDEM, *Alto-Minho e Galiza. Estudos Históricos,* Casa Museu de Monção / Universidade do Minho – Câmara Municipal de Melgaço, 2017, pp. 71-93.

Quinze dias depois do aprisionamento desta barca, entraram no porto de Valença sete ingleses dos que tinham participado no referido assalto, que logo foram presos, tendo sido o caso apresentado a D. Afonso V, que os mandou transferir para Lisboa, decidindo que só deveriam ser libertados, após o pagamento integral a Afonso Lourenço e, depois, degredados para Ceuta, durante dez anos[26].

No contacto do litoral com estes portos do interior, podemos afirmar que a Valença e a Ponte de Lima chegavam produtos necessários e especialmente estimados, com relevo para o sal e o pescado. As mercadorias chegadas e descarregadas nestes portos fluviais eram logo intercambiadas com os comerciantes nortenhos, tanto em Valença como em Ponte de Lima, donde eram distribuídas por estas regiões, mas, sobretudo, levadas pelos almocreves galegos e portugueses, ao longo do Lima, pela fronteira de Lindoso[27], rumo às terras galegas, enquanto as que chegavam a Valença, tanto podiam passar aí para a zona galega, como seguir pela margem esquerda do Minho, por Monção, no sentido norte, até ao rio Mouro, onde os almocreves, que normalmente deveriam passar por Melgaço, a fim de evitarem o pagamento das taxas da portagem, que os alcaides de Melgaço exigiam, seguiam outro rumo, no sentido de Lamas do Mouro, e um pouco mais à frente, entravam na Galiza pelo Porto dos Asnos – Alcobaça, ou continuavam para Castro Laboreiro, atravessando aí a fronteira para o sul da Galiza[28].

A actividade comercial de Ponte de Lima, cuja feira se realizava de quinze em quinze dias[29], tão animada pelos galegos de Monterrei, Milmanda, Araújo e outras partes, que daí levavam muito sal e mercadorias diversas, sentindo o estrangulamento que os agentes do fisco lhe impunham, não hesitaram denunciar a situa-

---

[26] MARQUES, José, Relações do Norte de Portugal com o Reino de Castela no Século XV, in *Relações entre Portugal e Castela nos Finais da Idade Média,* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, p. 56.

[27] Quanto à importância da actividade dos almocreves, veja-se MORENO, Humberto Baquero, A acção dos almocreves no desenvolvimento das comunicações inter-regionais portuguesas nos fins da Idade Média, in *Papel das Áreas Regionais na Formação de Portugal. Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesas da História, 1975, pp. 185-239.

[28] MARQUES, José, Relações do Norte de Portugal com o Reino de Castela no Século XV, in *O. c.* (na nota 22), p. 38.

[29] RAU, Virgínia, *Subsídios para o estudo das Feiras Medievais Portuguesas*, Lisboa, 1943, pp. 39-40.

ção num dos capítulos conjuntos de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, apresentado às Cortes de Lisboa de 1459[30]. A estas dificuldades acresciam as levantadas por João de Magalhães, senhor de Nóbrega, pela imposição do pagamento de portagem a quem passasse pelos seus domínios[31].

Não dispomos de muitas informações sobre o que os barcos traziam de retorno de Ponte de Lima, mas, quanto aos que regressavam de Valença, sabe-se que frequentemente, no século XV, carregavam produtos oriundos da margem esquerda do Minho, recolhidos em Valença, deslocando-se depois para o lado de Tui, onde carregavam os produtos aí reunidos, procedentes da margem direita, seguindo, umas vezes, para os portos ibéricos do Mediterrâneo ou, mesmo, para o norte da Europa.

Esta prática estava profundamente enraizada e, quando o contador régio, Gonçalo Afonso, proibiu que o barco que saía do porto de Valença recolhesse e transportasse também as mercadorias galegas, reunidas em Tui, com graves consequências negativas para os portugueses interessados nesta actividade mercantil e de transporte, não deixaram de a fazer chegar ao conhecimento régio, mediante um capítulo especial de Viana, Vila Nova de Cerveira, Valença e Caminha, apresentado nas Cortes de Lisboa, em 4 de Julho de 1459, que, pelo interesse ilustrativo desta temática, convém transcrever:

> – *«Senhor em cada huum anno se carrega no ryo de Minho pera Framdes e para Aragam huum nauvyo e ahy se ajuntavam as mercadorias de todo riba de Minho comprando os mercadores da comarca a mayor parte das mercadorias asi as de hũa parte como da outra de Galiza e as traziam a estas partes e as carregavam no dicto nauvyo e depois que eram carregadas as davam em rol ao almoxarife e asi dadas fazia movimento pera meyo rio e aly tomava as outras mercadorias que alguuns calegos que as queriam carregar e seguia sua viagem e asi se costumou de sempre atee ora avera dous anos que Gonçalo Afonso vosso contador mandou que nem huum navyo deste Regnuo nom fretasse no dicto rio nem*

---

[30] ANTT, *Além Douro,* liv. 3, fl. 20, citado por nós in *Relações entre Portugal e Castela* ..., p. 39.

[31] Cf. *Relações entre Portugal e Castela* ..., p. 39. Ver também RAU, Virgínia, *O. c.,* p. 40.

em Galliza algũa mercadoria levase neelle nem trouxesse em o que recebemos grande agravo e vosas rendas e dizima nom rende nada. Praza aa vosa alteza mandar husar como se atee qui husou e nom consentaaes tal ennovaçam seer fecta em esto nos farees grande merce.

A esto respondemos que se tal cousa faz façam sobre ello requerimento e tragam estormento com reposta»[32].

Cremos que a prática da actividade comercial pelo rio Minho fica suficientemente documentada até à segunda metade do século XV, sendo desnecessário sobrecarregar o texto com novas referências e citações; mas, quanto ao comércio, realizado pela via do Minho, pelo livro da alfândega de Caminha, relativo ao ano de 1527, sabemos que para aí se deslocavam mercadores de Viana, Barcelos, Porto, Guimarães, Ponte de Lima, Monção e de outras localidades, não só para recolherem mercadorias, encomendadas do estrangeiro, mas também para expedirem outras, inclusive para o Norte da Europa e para as nossas ilhas atlânticas. Entre os produtos aqui descarregados, ocupam um lugar de relevo os diversos tecidos de cores, vindos de Londres, Flandres, Anvers e outros portos europeus, sem esquecermos o breu e o ferro procedentes de Bilbau, e os produtos originários da Ilha da Madeira, para lá sendo enviados também outros, devidamente identificados.

Por estes livros de registo da alfândega de Caminha, merecedores de conveniente exploração analítica, além da naturalidade ou simples residência dos mercadores, ficamos a conhecer os principais centros europeus donde provinham as mercadorias aqui descarregadas, com relevo para os tecidos, identificados pelos nomes então correntes, muitas vezes, associados aos de cidades, como Anvers, Londres, Lion, que não deixarão de atrair a atenção dos especialistas nestes domínios. Além dos numerosos e variados tecidos, podemos anotar que estes registos alfandegários de Caminha documentam também o intercâmbio comercial do breu, constando que, no retorno, levavam também pipas de vinho, havendo notícia de que Afonso Álvares, morador em Caminha, em 30 de Agosto de 1527, arrecadou cinquenta quinta[*i*]s de breu, que trouxe de Bilbau, em retorno de dez pipas de vinho, que tinha levado

---

[32] MARQUES, José, Relações económicas do Norte de Portugal com o Reino de Castela, no século XV, in *O. c.,* p. 57.

desta vila[33]. Por sua vez, em 15 de Junho de 1527, António Gonçalves, mercador, morador em Monção, introduziu 240 *quis* de ferro *«e trynta quis de oyro, hos quaes trouxe de Bilbao e som de retorno dos vinhos que levou no navioo de Rodrigo Eanes Macyel, morador nesta vila* (Caminha)*, e no navio de Manuell Mendez de Vila do Conde, que forom por todos cento XXII [...] e meo*[34]; havendo ainda notícia de cinquenta pipas de vinho, levadas para Londres pelo mercador João Álvares, morador na vila de Caminha, neste mesmo ano[35].

Estas breves referências à exportação de vinho pela foz do Minho assume um significado especial, levando-nos a pensar numa prática, antepassada remota da actual exportação do prestigiado vinho Alvarinho da sub-região de Melgaço-Monção.

A Póvoa de Varzim, mesmo durante as vicissitudes jurisdicionais por que passou, até se libertar da jurisdição senhorial *laica* e *eclesiástica* (*conventual*), continuou, essencialmente, dedicada às fainas pesqueiras, enquanto Vila do Conde permaneceu fiel à prática de acolher os diversos tipos de barcos pesqueiros e comerciais.

A estes portos chegavam barcos, vindos da zona sul, sobretudo, de Portugal, e da Galiza e paragens nórdicas, sabendo-se que entre os produtos transaccionados, além do sal de Aveiro – e depois de Setúbal –, o pescado e o pão, frequentemente, deparava-se com diversos tipos de tecidos, que também se registavam, além de Caminha, nas alfândegas da raia seca, com referência espacial para a de Freixo de Espada à Cinta.

As limitadas informações sobre o tráfego fluvial no rio Cávado impedem-nos de emitirmos opiniões seguras sobre os principais

---

[33] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Fundo Antigo*, n.º 524 = (Livro da sisa dos panos da alfandega de Caminha, do ano 1527), in *Caminiana. Revista de Cultura. História. Literatura. Artística. Etnografia e Numismática,* Caminha, Ano X, Dezembro de 1988, n.º 16, p. 190: – *«E tudo trouxe de* rretorno *de III^c cruzados que levou e de cem quintais d'urzela e de cynquenta pipas de vinho».*
A edição deste livro da alfândega de Caminha (Ano VIII, Dezembro de 1986, n.º 13, pp. 151-215, e da parte publicada no vol. correspondente ao Ano X, Dezembro de 1988, n.º 16, pp. 181-210), foi preparada por Elisa Castro e Mário Cunha.

[34] Cf. *Caminiana*, Ano VIII, Dezembro de 1986, n.º 13, p. 178. Consideramos o termo *quis* como equivalente a *quintal métrico*, «unidade de medida de massa» (símbolo *q*) igual a cem quilogramas» (*Dic. da Ling. Portug. Contemporânea,* Acad. das Ciências de Lisboa, vol. II, G-Z, Ed. Verbo, 2001, p. 3047.
(A referência à quantidade de ouro deixa-nos alguma perplexidade!).

[35] Cf. *Caminiana,* Ano VIII, Dezembro de 1986, n.º 13, p. 197.

produtos aí transaccionados, mas não será difícil admitir que, em relação aos introduzidos, pelo menos na primeira fase, o sal e o pescado estariam presentes, e que, no retorno, predominariam o vinho e os produtos agrícolas.

No contexto da falta de informações mais pormenorizadas sobre a actividade económica e os aspectos da vida social destas póvoas, Vila do Conde apresenta-se como um caso excepcional, pois as actas da vereação municipal de 1466, além do abastecimento de azeite e de sal, vindo de Aveiro, revelam preocupações no controlo sanitário, sobretudo quanto à peste, chegando, mesmo, a ser exigida a permanência de 20 dias de quarentena a pessoas procedentes de terras atingidas por essa epidemia, até as autoridades se poderem certificar de que não estavam contaminadas[36].

Muitos outros aspectos destas póvoas nos revelariam os livros de actas das reuniões municipais que, lamentavelmente, se perderam.

3. CONSTRUÇÃO NAVAL

A breve alusão a este intercâmbio entre o litoral e o interior, por via marítima, obriga-nos a inquirir o que se passava no plano da construção naval, tanto em relação às indispensáveis e frequentes reparações, como acerca de novas construções.

Embora não sendo muitas as informações disponíveis, bastam para podermos afirmar que a prática da construção naval não era desconhecida, nestes rios, que, de algum modo, nos apraz situar na área das Póvoas marítimas do Norte, e no litoral.

Neste sentido, as *actas* de Vila do Conde, de 1466, ao darem instruções sobre a protecção da barca de passagem, confiada a Vasco Martins de Calvos Sá, recomendam-lhe *«que a traga bem estrada e bem corregyda e a ponha em boos pousos e fechada sem levaram nela madeira nem pedra nem servir em outra cousa senom em passar»,* proibindo-lhe darem-na ***«aos que fazem navios pera em ela acarretarem nenhũa madeira, nem outra cousa»,*** porque o concelho a reservava apenas para as passagens autorizadas[37].

---

[36] MARQUES, José, A administração municipal de Vila do Conde, em 1466, separata de *Bracara Augusta*, vol. 37, Braga, 1983, p. 43-48.

[37] MARQUES, José, *A administração municipal de Vila do Conde, em 1466*, p. 101.

Mais interessante será tomar conhecimento de uma **caravela**[38] **construída no Cávado,** em pleno século XV, mais concretamente, nos anos 1467-1469, segundo se pode concluir do processo judicial instaurado, em 1479, pelos *Homens Bons ou Cónegos Seculares de Vilar de Frades* contra Pedro de Sousa, senhor da Terra de Prado, por causa das violências que ele praticava contra os moradores do couto do Mosteiro beneditino de Manhente, extinto em 1400, e anexado ao Mosteiro beneditino de Vilar de Frades. No decurso da crise económico-demográfica, que durante o século XV, atingiu gravemente os mosteiros da Arquidiocese de Braga, o arcebispo D. Fernando da Guerra extinguiu o mosteiro beneditino de Vilar de Frades e destinou, na mesma ocasião, as suas instalações à nova Congregação dos *Homens Bons ou Cónegos Seculares de Vilar de Frades,* mais tarde, designados *Lóios,* de que já nos ocupámos noutro estudo[39], que, além do património do antigo Mosteiro beneditino de Vilar de Frades, passaram a dispor também do couto de Manhente, que lhe estava anexado.

Esta breve explicação histórica era imprescindível para se compreender os depoimentos das duas testemunhas, constantes do processo utilizado, até agora, únicos documentos conhecidos sobre a construção da caravela no Cávado, que prende a nossa atenção.

Dado que Pero de Sousa, senhor da terra de Prado, não respeitava a imunidade de que gozava o antigo couto de Manhente e os seus moradores, os seus novos titulares, que pretendiam instaurar-lhe um processo judicial no tribunal eclesiástico de Braga, atendendo a que o acusado era o capitão dos escudeiros do Arcebispo de Braga, D. Luís Pires, receando eventual invocação pelo arguido contra o tribunal bracarense de falta de imparcialidade, optaram por introduzir a causa, em primeira instância, no tribunal diocesano do Porto, onde, em 24 de Novembro de 1479, começou a inquirição das numerosas testemunhas, neste processo, que teve como juiz Aires Dias, doutor em Decretos e prior da Colegiada de Barcelos.

---

[38] Embora na documentação referida se utilizem, indistintamente, os termos caravela e navio, optámos pela designação de caravela, sem nos preocuparmos com as precisões técnicas de Quirino da Fonseca, pois não seria possível comprovar se elas se verificavam ou não na embarcação em causa.

[39] MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no século XV,* Lisboa, Imprensa Nacional--Casa da Moeda, 1988, pp. 851-889.

Por informações constantes deste volumoso processo, ficámos a saber que o arguido Pedro de Sousa foi o sucessor imediato de Fernão Soares, no senhorio da terra de Prado. Ao contrário do que aconteceu contra Pedro de Sousa, neste processo, não surgiram acusações contra Fernão Soares e as referên-cias que lhe são feitas quanto a tentativas de exigências aos moradores do couto de Manhente não são equiparáveis às formuladas contra o sucessor Pedro de Sousa.

O inquérito feito às testemunhas visava demonstrar a falta de qualquer fundamento que pudesse justificar a pressão e os abusos cometidos por Pedro Soares contra os moradores do couto de Manhente, de que eram legítimos titulares os *Homens Bons ou Cónegos Seculares de Vilar de Frades,* autores, neste processo, destinado a defender os seus súbditos, moradores no couto de Manhente.

Entre as testemunhas chamadas a depor, encontravam-se João Eanes de Loureiro e seu pai João da Torre[40].

O primeiro inquirido foi João Eanes de Loureiro, agora morador na freguesia de Areias, que, anteriormente, viveu com seu pai, João da Torre[41], no couto de Manhente, durante três anos, até sair daí haveria dez ou onze anos[42].

Sabendo-se que o inquérito das testemunhas teve lugar em 1479, quando este primeiro inquirido tinha uns trinta anos, e que viveu no couto de Manhente durante três anos da sua juventude (entre os 16-19 ou entre os 17-20 anos), até à sua saída definitiva, efectuada havia já dez ou onze anos, isto é, em 1468 ou 1469, e que *«naquelle tempo em que assy esteve no dicto couto ho dicto Fernam Soarez sennhor que era da dicta terra de Prado fezera hũa caravella ou navyo acerqua do dicto couto de Manhente junto com ho rio do Cabado»*[43], podemos situar cronologicamente a construção deste navio entre 1467 e 1469.

---

[40] Na apresentação destes dois testemunhos seguimos de perto o texto publicado in *Congresso "Barcelos Terra Condal. Actas*", Barcelos, C.M., 1999, pp. 293-294.

[41] Esta relação familiar entre João da Torre (*pai*) e João Eanes de Loureiro (*filho*) consta do testemunho deste último, ao afirmar: *«e que ouvio dizer ao dicto seu pay que ha nome Joham da Torre»* (*A. D. B., Fundo monástico-conventual – L* – 68, fl. 102v.).

[42] Estas informações decorrem da de conjugação das datas constantes do processo judicial com os dados fornecidos pelo seu depoimento. Durante estes três anos da sua juventude, passados em Manhente, pôde tomar conhecimento da realidade social das populações locais. (*Doc cit.,* fl. 102v).

[43] Eis o texto completo da resposta a este artigo: – *«Item pergumtado elle testemunha pollo segumdo artigoo que lhe todo foy levado e declarado pollo meudo de verbo a verbo.*

Este breve inciso, além de nos permitir situar a construção da referida embarcação, nos finais da década de 1460, esclarece que o estaleiro estava sediado na terra de Prado, de que era titular Fernão Soares, embora muito perto, do limite oriental do couto de Manhente. Apesar disso, o senhor de Prado, que para o efeito, exigiu aos seus súbditos a prestação de muitos serviços, nomeadamente, no sector de transportes, em carros de bois, nunca molestou os moradores de Manhente[44], pela simples razão de que não tinha sobre eles qualquer jurisdição. Nestas condições, eram absolutamente destituídas de fundamento as exigências posteriormente feitas por Pedro de Sousa, sendo também legítimas e coerentes as atitudes de recusa por parte dos habitantes deste couto, instituído e outorgado a favor do antigo mosteiro beneditino de Manhente, pelo Infante D. Afonso Henriques, quando, em 6 de Janeiro de 1128, se encontrava no Castelo de Faria.

Concordante com este é também o depoimento de João da Torre, de sessenta e cinco anos, morador na freguesia de S. João de Areias, pai de João Eanes de Loureiro, outrora também ele residente no couto de Manhente e conhecedor dos direitos, liberdades e obrigações dos vizinhos deste couto. Interrogado em relação ao problema da imunidade e isenção deste couto e seus moradores face às prepotências de D. Pedro de Sousa, o melhor exemplo que pôde aduzir foi o caso da caravela mandada construir por Fernão Soares, predecessor de Pedro de Sousa, parecendo oportuno, por uma questão de brevidade, transcrever aqui, na íntegra, o depoimento do João da Torre:

> – *«Respomdeo e disse que assy era verdade como se no dicto artigo contem e diz elle testemunha que em assy*

Respomdeo e disse elle testemunha que podera aver dez ou homze annos pouco mais ou menos que elle partio do dicto couto e que enquanto assy neelle esteve com ho dicto seu pay senpre vira os moradores do dicto couto ysentos e liberdados sem hirem servirem servir a pessoa allguua nem ao dicto Fernam Soarez sennhor que era entom da dicta villa de Prado salvo ao dicto abade de Manhente e que naquelle tempo em que assy esteve no dicto couto ho dicto Fernam Soarez sennhor da dicta terra de Prado fezera huua caravella ou navyo acerqua do dicto couto de Manhente junto com ho rio do Cabado e que na dicta caravelle serviram todollos de sua terra com bois e carros e com ho que lhes mandavom e que com nenhuum do dicto couto nom bullio nem costrangeo que fosse servir em ho dicto navyo e que esto vira elle testemunha [fl.103] como dicto ha e que assy o sabe que som ysentos e liberdades. E do dicto artigo all nom respondeo». (Cf. fl. 102v).

44 *A. D. B., Fundo monástico-conventual* – L – 68, fl. 102v.

vivendo no dicto couto como dicto há, ***Fernam Soarez senhor que foy da dicta terra de Prado fezera huum navyo bem junto com ho rio do Cabado e com ho dicto couto e que emquamto assy fezera ho dicto navyo nunca constrangera nenhuum do dicto couto per a serventia do dicto navio e que os da sua terra serviam todos neelle com madeira e cousas ao dicto navio fora em pomto per a botar que entom ho dicto Fernam Soarez rogara os do dicto couto que lha fossem ajudar a botar e lho forom hajudar e que o dicto Fernam Soarez fezera huum boo jantar e lhes dera muy bem de comer. E do dicto artigo all nom respondeo»***[45].

Para a construção desta caravela, Fernão Soares nada solicitou aos moradores de Manhente, apesar de viverem muito perto do local convertido em estaleiro fluvial, faltando saber se este foi o único barco de grandes proporções aí construído e se outros se lhe seguiram. Mesmo que outros aí tenham sido construídos, este parece ter sido o primeiro, pois ficou na memória de muitos, não só pelas suas proporções, pois foi necessário pedir o auxílio das populações vizinhas do couto de Manhente para o seu lançamento à água, mas também pelo ambiente festivo em que o acto decorreu, tendo Fernão Soares manifestado a sua gratidão pelo auxílio prestado pela população, mandando fazer e oferecendo-lhe *«huum boo jantar e lhes dera muy bem de comer»*[46].

A falta de descrição técnica desta caravela ou barco, como é indistintamente apelidado, impede-nos de estabelecermos qualquer comparação susceptível de nos sugerir que tipo de embarcação seria e se eventualmente entroncaria nos padrões definidos por Quirino da Fonseca[47] ou outros estudiosos da náutica portuguesa.

No aspecto da construção naval, poderemos, rapidamente, regressar à mencionada actividade comercial no rio Minho, onde registámos que o mercador valenciano, Afonso Lourenço, pelos anos 1453 ou 1454, tinha mandado construir no porto local um

---

45 A.D.B., *Fundo monástico-conventual* – L – 68, fl. 105v.
Estes textos e os comentários que os acompanham, com algumas modificações, foram recolhidos do nosso referido estudo: *Construção de uma caravela no Cávado,* in *O. c.,* pp. 292-295.

46 *Ibidem.*

47 FONSECA, Quirino da, *A caravela portuguesa e a prioridade técnica das navegações henriquinas,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

barco com capacidade para carregar cinquenta tonéis, que foi assaltado por corsários ingleses, quando, no regresso da sua primeira viagem, passava nas Berlengas, carregado de sal de Setúbal. Já aludimos, sumariamente, a este incidente, mas, neste momento, não deveremos omitir a referência à sua construção no porto de Valença.

Registámos, assim, alguns casos de construção naval nos rios do Noroeste português, que supomos bastante desconhecidos.

Quanto ao rio Cávado, além da caravela a que nos referimos, deveremos acrescentar que, na sua foz, em Fão, os serviços de construção naval deveriam ter já uma tradição bem mais antiga, visto que, alguns anos depois, em 28 de Janeiro de 1491, D. Manuel I concedeu uma carta de privilégio aos «Nossos Carpinteiros das Nossas Villas da Villa do Conde, e Vianna, e Farão (*Fão*)», que lhe tinham solicitado dispensa do pagamento dos *«pedidos»* régios, com que frequentemente eram sobrecarregados, mercê, posteriormente, ampliada aos calafates, e confirmada por D. João III, D. Sebastião e D. José[48].

Em relação a estes dois testemunhos mencionados sobre a construção de uma caravela no rio Cávado, a montante do ponto onde o limite do couto de Manhente com a terra de Prado toca no rio, convém acentuar, *em jeito de apreciação crítica*, o seu interesse e autenticidade, até porque não foram produzidos com intuitos de natureza náutica, mas, simplesmente aduzidos, como factos irrefutáveis da memória colectiva, destinados a sublinhar a completa imunidade deste couto e suas gentes, face aos abusos expansionistas e prepotentes de D. Pedro de Sousa, senhor da terra de Prado. E se o seu interesse do ponto de vista jurídico é grande, não o é menor na perspectiva da navegação do rio Cávado, da construção naval nesta zona – mesmo que se trate de um episódio isolado –, e das vantagens económicas que Fernão Soares, senhor da terra de Prado e responsável pela iniciativa e concretização da construção desta caravela, esperava alcançar, quer mediante o abastecimento das gentes de Prado e terras limítrofes de produtos externos, introduzidos por via fluvial, quer exportando pela mesma via os excedentes agrícolas e artesanais, habitualmente enviados por via terrestre, do interior para o litoral. E nem

---

[48] AMÂNDIO, Bernardino, *Os Estaleiros Navais de Esposende e Fão nos séculos XIX e XX,* Esposende, 1989, pp. 13-14.

se pense que se tratava de uma inovação nestas paragens nortenhas, pois, em relação ao rio Minho, sabemos da intensidade do comércio que se fazia em Valença e em Tui de produtos que aí chegavam por via fluvial[49], havendo também notícia da presença anual de um navio que carregava as mercadorias reunidas nestes dois centros urbanos, levando-as, depois, quer para a Flandres, quer para zona levantina de Aragão[50], e, por sua vez, o rio Lima continuava a assistir ao comércio do litoral com a Galiza, numa articulação, feita em Ponte do Lima, entre os conhecidos transportes fluvial e o terrestres[51].

Embora não se conheça o destino desta embarcação construída no Cávado e se, na prática, estas ansiadas vantagens chegaram a concretizar-se, no plano teórico, não podemos desligar esta iniciativa do conhecido desenvolvimento da actividade naval e económica da segunda metade do século XV, em que a própria Coroa, numa fase mais adiantada, viria a assumir o monopólio da exploração e do comércio da costa africana. Em relação ao rio Minho, sabe-se que o mercador de Valença, Afonso Lourenço, construiu no porto local, um barca com capacidade para carregar cinquenta tonéis e que no regresso da sua primeira viagem a Setúbal foi apresada pelos corsários ingleses, quando passava junto da Berlenga[52] Na foz do Lima, em Vila do Conde e em Vila Nova de Gaia temos notícias seguras e relativamente abundantes da existência de *teracenas*. Com a notícia da construção desta caravela no Cávado, ficamos a saber que este rio não ficava à margem da actividade comercial e naval, documentada para outros rios do Norte de Portugal.

Estes dois testemunhos merecem também uma referência crítica, sob o ponto de vista diplomático, sendo de sublinhar a sua incontestável autenticidade e veracidade, dado que se trata de um depoimento judicial, de cuja veracidade nem os autores nem os arguidos desta contenda discordaram, pois, vivendo no local, todos conheciam a veracidade dos factos. Tratando-se de depoimentos integrantes de um processo judicial, cuja cópia integral,

---

[49] MARQUES, José – *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média,* Lisboa, Fundação C. Gulbenkian-J.N.I.C.T., 1994, pp. 364-365

[50] MARQUES, José 05 *O. c.,* p.57.

[51] MARQUES, José – *O. c.,* pp. 39-40.

[52] MARQUES, J. M. da Silva, *Descobrimentos portugueses,* vol. I, Lisboa, I.A.C., 1944, p. 486.

enriquecida pela transcrição fiel dos documentos apresentados como elementos de prova, devidamente autenticada, foi confiada aos autores e não pode ser posta em dúvida.

3 – CONCLUSÃO

A breve síntese que acabámos de apresentar pretende chamar a atenção para o muito que ainda se pode e deve fazer para aprofundar o conhecimento das duas póvoas marítimas do Alto-Minho, que terão contribuído também para o desenvolvimento de Viana da Foz do Lima e de Esposende, na foz do Cávado.

De quanto se disse sobre o comércio desenvolvido na sequência da navegação pelo rio Minho, de Caminha a Valença, e de Viana a Ponte de Lima, com a conhecida extensão da actividade comercial a Ponte da Barca, que destas localidades se expandia pelo interior do Alto-Minho até à Galiza, é evidente a importância da póvoa de Caminha e da vila «ressuscitada» de Viana, na história económica e social do Noroeste português. Um pouco mais a sul, sobressaíam os núcleos da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde, cujos dinamismos piscatório e comercial é impossível ignorar nos planos económico e social.

Terminamos formulando o voto de que entre os jovens investigadores surjam alguns interessados em percorrer e desenvolver o caminho agora iniciado.

Origem da capela de S. Roque

S. Paio de Figueiredo – Guimarães

JOSÉ MARQUES *

1. INTRODUÇÃO

O nosso interesse pela capela de S. Roque, sita na freguesia de S. Paio de Figueiredo, concelho de Guimarães, surgiu, quando, inesperadamente, encontrámos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o processo canónico relativo à obtenção da necessária licença para nela se poder celebrar missa e realizar outros actos do culto[1].

Trata-se de um processo simples, instruído e decidido na Cúria eclesiástica de Braga, semelhante a tantos outros, existentes no Arquivo Distrital de Braga, mas que as vicissitudes históricas conduziram para o Arquivo Histórico Nacional, em Lisboa. Se a beleza da letra encadeada da escritura de dote, peça fundamental deste conjunto, prendeu logo a nossa atenção, o interesse inicial foi crescendo, à medida que a sua leitura nos ia revelando o seu conteúdo e fornecia preciosas informações sobre a origem desta ermida, então para nós desconhecidas e que assim permaneceram, até agora, para as populações locais e para os visitantes interessados em saber quem promoveu a sua construção, bem como os condicionalismos da sua abertura ao público, que oportunamente revelaremos. A par desses dados, não poderia deixar de estimular a nossa atenção a escolha de S. Roque como patrono

---

* Prof. Catedrático da Faculdade de Letras da Univ. do Porto (ap).

1 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Santa Maria da Oliveira*, caixa. 2, maço 3, doc. 22.

desta capela rural vimaranense, tanto mais que se trata de um santo peregrino, francês, cuja devoção está profundamente ligada às vias de peregrinação e aos períodos de peste, como mais à frente se verá. A tudo isto, somou-se a agradável surpresa decorrente da inequívoca influência do modelo estilístico *maneirista*, que bem conhecíamos de importantes monumentos nacionais e estrangeiros, que, embora reduzido à sua escala, está patente nesta pequena capela rural, implantada – para não dizermos, quase perdida – neste recanto periférico da região vimaranense.

Se o estudo deste e de muitos outros processos canónicos, relativos ao licenciamento de inúmeras capelas dispersas por todo o Norte de Portugal, que até à criação da diocese de Miranda, em 1546 – depois, Miranda-Bragança – pertencia à Arquidiocese de Braga, é indispensável para se poder fazer a história das devoções populares, como um capítulo fundamental da história das mentalidades na Época Moderna, as notas a seguir apresentadas responderão, primordialmente, às interrogações que os habitantes da freguesia de S. Paio de Figueiredo e quantos visitam esta pequena e artística ermida não poderão deixar de formular:

– A quem se ficou a dever a erecção desta capela, exteriormente, muito simples, mas cuja mensagem artística, patente no seu interior, evocativa de grandes monumentos portugueses e estrangeiros, lhe confere uma projecção cultural, que não pode ser ignorada?

– Quando foi construída?

– Que circunstâncias determinaram a escolha de S. Roque para seu titular?

1.1. Em torno do titular

Algumas destas perguntas terão resposta, quando analisarmos o processo que determinou e sustenta a elaboração deste breve estudo. Entretanto, convirá recordar algumas notas acerca do ttular desta capela – S. Roque – e fazemo-lo com um duplo objectivo de tentar uma eventual aproximação aos motivos que terão levado os fundadores a dedicar-lhe esta capela e de oferecer ao público a chave para a leitura histórica da imagem do santo patrono e dos seus atributos iconográficos.

Ao contrário do que acontece com outros pontos deste breve artigo, quanto ao perfil da curta, mas dinâmica vida de S. Roque, teremos de nos socorrer dos elementos dispersos nas diversas versões e traduções da *Legenda áurea* ou *La Legende dorée,* de Jacques de Voragine, cuja edição latina, intitulada *De Sanctorum legendis,* foi publicada, em Veneza, em 1485[2], e à repercussão que o exemplo deste Santo encontrou no *Flos Sanctorum ou historia das vidas de Cristo e Sua Santíssima Mãe e dos Santos e suas festas,* de Frei Diogo do Rosário[3].

Quer isto dizer que, na falta de documentação original, que sempre privilegiamos, teremos de traçar o âmbito cronológico em que este Santo viveu e os principais aspectos da sua acção apostólica e caritativa, providencialmente, comprovada durante e, sobretudo, no fim da sua vida, conjugando as informações dispersas nas mencionadas obras, com as naturais restrições e fragilidades, inerentes a obras deste género.

Em síntese, podemos, por isso, afirmar que S. Roque era filho de João e de Libéria, senhores de Montpellier, no sul de França, que o tiveram já de avançada idade, tendo nascido em 1295. À morte dos pais, desfez-se dos seus abundantes bens e iniciou uma vida de peregrino através da Itália, tendo percorrido diversas localidades e cidades, duramente atingidas pelo flagelo da peste, podendo-se indicar o castelo de Aquapendente, Cesena, Roma e Piacenza ou Placencia. Nestas e em muitas outras localidades por onde passou, prestou assistência às vítimas atingidas por este devastador flagelo, curando muitas pessoas com o sinal da cruz traçado sobre elas e convidando-as, ao mesmo tempo, a uma radical mudança de vida. Dispensamo-nos de descrever diversos episódios e pormenores desta vida consagrada a fazer o bem, bastando observar que, entre os contemplados, em Roma, se conta o próprio cardeal Britânico.

---

[2] Não é este o momento para fazer a descrição e crítica bibliográfica destas e das numerosas edições desta obra e do *Flos Sanctorum,* de Frei Diogo do Rosário, a que a seguir nos vamos referir, mas valerá a pena observar que, na Biblioteca Pública de Braga, se conserva um incunábulo desta obra, expressamente adquirida para o Convento dos Franciscanos Observantes de Santa Maria da Ínsua, em frente a Caminha, como consta de uma nota manuscrita, aposta a vermelho, ao fundo do rosto da primeira folha. Pelo seu interesse bibliográfico, aqui deixamos as referências indispensáveis para o seu acesso: VORAGINE, Jacques de – *De Sanctorum legendis*, Venetiis, 1485 (B. P. B. – Res. 617V).

[3] Por ser a mais desenvolvida, utilizamos a edição de 1869, vol. VIII, pp. 153-168.

Por fim, atingido pela peste, retirou-se para o meio rural, chegando às proximidades da quinta de um dos poderosos de Piacenza, chamado Gotardo, donde foi obrigado a afastar-se, internando-se, de seguida, num bosque próximo, disposto a aguardar a morte sob uma azinheira.

É neste contexto que decorre o núcleo central da *legenda*, pois, nesse isolamento, intencionalmente procurado para evitar o perigo de contagiar outras pessoas, por misericórdia divina, foi visitado e atendido por um anjo, que lhe tratou a grande ferida aberta por uma seta, na perna esquerda, um pouco acima do joelho, e um dos cães de caça do mencionado Gotardo passou a levar-lhe um pão que retirava da mesa do seu dono. Impressionado com a repetição desta cena, durante vários dias, decidiu seguir no seu encalço e qual não foi o seu espanto ao deparar com o pobre empestado, por ele escorraçado das imediações de sua casa, a cujo sustento, agora, o seu próprio cão providenciava!

Conduzido à cidade, num contexto de extrema fraqueza, aí curou muitas pessoas, mas, no mesmo dia, regressou ao seu exílio, na floresta.

Continuando a acompanhar a vida deste Santo, segundo as obras referidas, podemos adiantar que, tendo-se restabelecido um pouco, dirigiu-se à sua terra natal, onde, além de não ter sido reconhecido, foi tomado como espião, encarcerado e nessa condição aí faleceu, após cinco anos de intenso sofrimento, só, então, vindo a ser identificado como o filho dos antigos senhores da cidade.

Não obstante a insegurança cronológica, frequente neste género de obras, as informações recolhidas fixam o nascimento de S. Roque, em 1295, e a morte em 1327, com trinta e dois anos de idade.

Conhecida a sua intensa acção caritativa, em diversas localidades italianas, logo passou a ser invocado como advogado e protector contra a peste. Quando, em 1414, estava reunido, na cidade de Constança, o Concílio ecuménico, com o grande objectivo de pôr termo ao Cisma do Ocidente, às primeiras notícias da presença do temível flagelo da peste na cidade, esteve eminente a dissolução da assembleia conciliar. Em tão difícil conjuntura, tendo um jovem teutónico (alemão) informado que na sua terra, em situações idênticas, se recorria a S. Roque, também aqui lhe foram dirigidas preces públicas, alcançando-se a desejada protecção,

que constituiu um momento decisivo para maior difusão do seu culto, a que não foi estranho o testemunho dos padres conciliares aí reunidos, beneficiários de tão grande graça.

Nesta súmula da sua *legenda*, de que omitimos numerosos aspectos, sem, contudo, olvidarmos a insegurança de algumas datas, expressas nas diversas variantes e edições, devemos ter sempre presente que o objectivo deste género de obras não é a história científica, mas a difusão dos exemplos e lições morais protagonizados por cada um dos santos apresentados como modelos.

As breves notas, pretensamente "biográficas", recolhidas com o apoio da respectiva *legenda,* nas suas diversas variantes, e por ela difundidas, como os aspectos mais característicos da personalidade e espiritualidade de S. Roque ajudar-nos-ão a fazer a leitura correcta da sua imagem, que, do alto do minúsculo trono, em que se apoia, continua a presidir e esta ermida, beneficiada com as recentes obras de restauro (*fig. 8*). Nesse sentido, em jeito de breve parêntesis, observamos que, além da cabacinha, suspensa da extremidade superior do bordão de caminheiro, emblema comum a todos os peregrinos, na iconografia de S. Roque são símbolos inconfundíveis e determinantes da sua identificação a figura do anjo que lhe trata a ferida aberta na perna esquerda, um pouco acima do joelho, e o cão que lhe oferece o pão que traz na boca.

O desconhecimento deste simbolismo iconográfico já levou algum autor a classificar, erroneamente, como de S. Tiago a imagem de S. Roque.

1.2. Contexto histórico e social

Pelo processo em estudo ficamos a saber que os fundadores desta ermida, levantada, como expressão da sua devoção a este santo, foram Jácome Fernandes e sua mulher, Catarina Mendes. Faltam-nos, contudo, notícias mais concretas sobre os motivos profundos que os levaram à decisão de a construírem em sua honra, o que pode dar azo a novas interrogações. As preocupações dos fundadores eram muito diferentes das nossas, como historiador. De outro modo, ter-lhes-ia sido muito fácil consigná-las

no preâmbulo da escritura de constituição do dote desta capela, articulando-as com esta brevíssima justificação: – *«que elles por suas devasois fizerão hũa iermida da benaventura* (sic)[4] *Sam Roque sita na dita freguesia».*

Podemos, por isso, perguntar: – Seria em agradecimento por terem sido poupados aos nefastos efeitos da peste? Teria deflagrado, em Portugal e, em particular, nestas regiões nortenhas, algum surto pestífero, em tempos relativamente próximos da construção da capela e da outorga do respectivo dote?

Se é legítimo inquirir sobre as motivações profundas da construção desta capela, o facto de aí depararmos, além da imagem do padroeiro S. Roque, especialmente invocado como advogado contra a peste, com as imagens de S. Sebastião, protector contra a fome, a peste e a guerra, e de Santo Isidro**,** lavrador († 1170) (*fig. 7*), mais nos confirmam nesta hipótese. E a resposta, verdadeiramente esclarecedora do contexto social e demográfico em que esta capela foi construída e dedicada a S. Roque, encontrámo-la no estudo *As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII,* da autoria de Teresa Ferreira Rodrigues, que também coordenou a obra *História da população portuguesa,* em que o mesmo foi publicado[5]. Não é necessário acompanhar a evolução demográfica, desde finais do século XV, bastando-nos ter presentes as informações, relativas aos anos 1598-1599 e aos primeiros ano do século XVII. Assim, além da grave dificuldade que o país atravessava, nos domínios sanitário e demográfico, ficámos a saber que a peste chegou a Lisboa, em 1598, numa urca procedente da Galiza, e que o reino não escapou à onde pestífera que varreu as regiões do Atlântico Norte e a Península Ibérica. Em ordem ao que, de momento, nos interessa, registemos a citação de que ela ter-se-á *«apegado em Lisboa de maneira que foi necessario começarem se a fazer todos os remédios ... espargindo se o mal por todo o Reino de maneira que não ficou cidade vila nem lugar donde não desse o mal da peste e juntamente com isso haver fome... morrendo tantos de fome como de peste».*

Entre muitas outras informações, a Autora esclarece que, a partir de Abril de 1599, a actividade da peste intensificou-se,

---

4 Por: "*benaventurado".*

5 RODRIGUES, Teresa Ferreira – *As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII,* in *História da população portuguesa,* (coord. de T.F.R.), PORTO, CEPESE e Edições Afrontamento L.da, 2010, pp. 159-246.

tendo ceifado muitas vidas no mês de Outubro, cessando pouco depois, para regressar no início de 1602. Quanto à sua difusão, no referido ano, que, particularmente, nos interessa, convêm ter presente que, apesar de terem sido atingidos a cidade de Lisboa e os concelhos circundantes, o flagelo espalhou-se por todo o Reino, com efeitos altamente nefastos: – *«No final de 1599, Coimbra perdera cerca de um quinto da população arrolada em 1567 e a crise prolongou-se até 1602. O mesmo sucede em Guimarães, onde mais de metade dos agregados são atingidos»*[6].

Face ao exposto, apesar do mencionado silêncio da escritura de constituição do património desta capela, exigido pela legislação eclesiástica, não duvidamos de que o contexto social definido pela peste esteve subjacente à decisão de edificar esta capela e de conseguir o seu licenciamento.

1.3. Consagração do silêncio sobre as origens

Antes de nos centrarmos na análise do referido processo canónico, fonte absolutamente decisiva para esclarecer a origem desta capela e revelarmos a sua datação, convém observar que as diligências feitas em ordem à eventual recolha de alguma informação sobre a sua fundação e antiguidade foram inúteis, sendo legítimo registar o silêncio guardado sobre este assunto, tanto pelo P.e António Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portugueza*[7], como pelo abade, Diogo Manuel de Lima Mello, e outros clérigos subscritores da *memória* desta paróquia, em 22 de Maio de 1758, que, tendo anotado a sua existência e da Confraria das Almas, aí sedeada, bem como o seu magro rendimento anual de *«sesenta e tantos mil réis»,* nada acrescentou quanto aos fundadores e data da construção, tendo restringido a notícia ao seguinte: – *«Tem esta freguezia duas ermidas ou capellas. Huma hé de São Roque e hé confraria de Almas com seu Breve Pontifício e Indulgências em todas as Segundas Feiras para os irmãos que nella entram e tem bastantes assim ecclesiasticos como secullares. Terá esta confraria do Senhor São Roque de rendimento entre*

---

6 Cf. RODRIGUES. T. F. – *O. c.*, pp. 181-182.

7 COSTA, P.e António Carvalho da – *Corografia portugueza*. 2.ª ed., tomo I, Braga, 1868, p. 99, onde se limita a dizer que é *«Vigararia do Convento de Oliveira»* e *que «tem vinte visinhos».*

dinheiro e medidas de pão e de vinho sesenta e tantos mil réis em cada hum anno»[8]. A outra era particular e estava dedicada à Senhora do Livramento.

2. FONTE PRECIOSA: ANTECEDENTES

A fonte documental, que vamos analisar e tão útil nos será, condensa, de forma linear, as exigências canónicas emanadas do IV Concílio Provincial de Braga, convocado e presidido pelo metropolita D. Frei Bartolomeu dos Mártires, em 1566, tendo as respectivas *Actas* sido publicadas no ano seguinte. Embora não seja oportuno dispersarmo-nos sobre vida e acção pastoral deste grande prelado, que agora veneramos como Santo, não será demais observar que, durante a terceira fase do Concílio de Trento (1560--1563), em que participou activamente, ficou célebre pela preparação teológica, zelo pastoral e austeridade de vida. Regressado a Braga, a par de outras medidas reformadoras, de âmbito arquidiocesano, convocou e promoveu a realização do referido IV Concílio Provincial, para o qual redigiu os célebres *Memoriaes*[9] ou séries de temas para serem debatidos nas sessões conciliares, cujos decretos nele aprovados deveriam ser aplicados nas dioceses sufragâneas de Braga.

Entre os numerosos assuntos submetidos ao debate conciliar bracarense, surgiu também o do estado das capelas e igrejas das dioceses da província eclesiástica, que obrigou os participantes a tomarem as medidas adequadas, não só como resposta imediata à gravidade da situação descrita, mas também e sobretudo tendentes a evitar a repetição de futuros casos similares. O estado do que, então, se passava, neste aspecto concreto, podemos surpreendê-lo a partir da análise das disposições tomadas no capítulo 44, da V parte das *Actas do IIII Concílio Provincial de Braga*[10]. Em

---

8 CAPELA, José Viriato – *As freguesias nas "Memórias Paroquiais". A construção do imaginário Minho setecentista,* Braga, 2003, pp. 340-341.

9 *Memoriaes para o S. Concil. Bracarçse Provincial, q. publicou o R^mo^ sõr Dom frey Bartholomeu dos Mártires (1566),* I e II, separata de Cartório Dominicano Português (Séc. XVI, Fasc. 2), 1972, 36 p.

10 *Concilium Provinciale Braccarensis IIII*, Braccare. Apud Antonium à Maris Typographum Reverendissimi D. Archiepiscopi Hispaniarum Primatis. Anno 1567, fls. 113 v--114.

síntese, face às numerosas informações e queixas recebidas acerca do estado de ruína a que muitas dessas capelas, construídas nos montes ou em planícies despovoadas, tinham chegado, os padres conciliares, pretenderam responder à gravidade do cenário descrito e prevenir a sua futura repetição. De acordo com a fonte mencionada, decidiram que na primeira visita pastoral, após encerramento do concílio provincial, os prelados diocesanos por si ou pelos visitadores seus delegados deveriam informar-se sobre os fundadores e actuais proprietários das capelas existentes nas respectivas dioceses e conhecer das possibilidades e disposições dos seus titulares para as restaurarem. Caso contrário, deveriam ser destruídas, sendo aí levantada uma cruz evocativa da sua memória, devendo as imagens dos santos padroeiros ser transferidas para as igrejas paroquiais, onde ficariam, convenientemente, expostas à veneração dos fiéis[11].

No n.º 48 desta mesma parte das *Actas* conciliares, trata-se da possibilidade de, por razões pastorais e com o prudente parecer do respectivo Ordinário do lugar, erigir novas capelas em lugares aprovados, para as quais os vizinhos e os lavradores deveriam contribuir.

Foi neste contexto que passaram a ser organizados os processos de licenciamento para se poder celebrar e praticar outros actos do culto nas novas capelas. As disposições do concílio provincial bracarense, de 1566, obrigavam, igualmente, as dioceses

---

[11] Atendendo à dificuldade que muitos interessados, eventualmente, teriam em aceder a este texto importantíssimo, indispensável para a compreensão deste e de muitos outros processos referentes a inúmeras capelas dispersas no vasto espaço, actualmente, correspondente às dioceses de Braga, Vila Real, Viana do Castelo e, em parte, à de Bragança, aqui o deixamos, na íntegra, esclarecendo que se encontra na *obra* e local citados na nota precedente: – *«De Oratoriis.* Cap. 44. Sess. 22. *cap. de sacrifício missae». – «Cum nonnulla Eremitoria vulgo dicta, aut Oratória in præruptis asperisque montibus, aut vasta solitudine a fidelibus quondam erecta, modo ruinosa, semidirupta bestiis exposita sint, præcipit sancta synodus Ordinariis, ut in prima visitatione de illorum fundatoribus inquirant: et an eorum reficiendorum onus ad hæredes transierit: et utrum Bona habeant eorum structuris obnoxia: quicquid enim horum deprehenderint, ea ibidem, aut alibi commodius reædificanda curabunt. Quod si nullus extiterit prædictorum Oratoriorum reparationi obnoxius, Eremitoria prædicta demolienda curabunt, Cruce ibi duntaxat erecta- Divi autem, aut Divæ imaginem, cuius memoriæ dicatum Eremitorium fuerat, ad altare aliquod parochialis ecclesiæ transferendam curabunt, ubi maiore pietate a fideli populo coli possit».*

sufragâneas. Não sabemos que aplicação por lá tiveram, nem conhecemos o estado dos seus arquivos diocesanos, que neste e em muitos outros aspectos nos poderiam esclarecer convenientemente, mas que, na Arquidiocese de Braga, a sua aplicação, quanto aos novos oratórios ou capelas, matéria que agora prende a nossa atenção, apesar de o processo da capela de S. Roque, de S. Paio de Figueiredo ter sido encontrado em Lisboa, existem no Arquivo Distrital de Braga inúmeros processos comprovativos da solicitude com que eram instruídos, examinados e deferidos.

O estudo destes processos, para além do seu contributo para o aprofundamento do conhecimento da História da Arte, das devoções, de determinados contextos de âmbito nacional, como os casos de peste ou da guerra com Castela, que dificultava as peregrinações ao santuário de Nossa Senhora de Guadalupe, etc., em muitos outros casos que bem conhecemos, permite detectar a solidariedade que se estabeleceu em torno da constituição do dote destinado à *fábrica* da capela em causa, canonicamente exigido e legalmente assegurado, antes de ser concedida a licença para a mesma entrar ao serviço do culto.

3. O PROCESSO DE LICENCIAMENTO

Traçado, sumariamente, o contexto em que a Cúria Arquiepiscopal de Braga, no estrito cumprimento da legislação decorrente do Concílio Provincial, de 1566, exigia a organização do processo que justificava e suportava o pedido da licenciamento das capelas que lhe iam chegando, podemos passar à análise do processo relativo à capela de S. Roque, sita na freguesia de S. Paio de Figueiredo, no concelho de Guimarães, constituído por quatro peças – escritura de constituição do dote, requerimento com o pedido de concessão da licença, informação favorável dos serviços da Cúria arquiepiscopal e, finalmente, a concessão da necessária e desejada licença. Neste conjunto, sobressai a escritura, elaborada pelo notário da vila de Guimarães, Francisco Vaz de Faria, que para o efeito se deslocou à residência do casal dotador, em Samoça (*Samosas*), em S. Paio de Figueiredo.

Este documento, para além do seu valor jurídico, pelas informações que proporciona, é de uma importância verdadeiramente

extraordinária, não só para a história desta capela e da própria freguesia, mas também para a história da Arte, das devoções e das mentalidades, bastando-nos, de momento, chamar a atenção para o facto de identificar os fundadores da capela e a respectiva data, especificar o dote constituído e algumas condições atinentes à sua gestão, sem esquecer a excelente qualidade da letra encadeada, em que o mesmo foi consignado. A riqueza destas informações contrasta com o silêncio da *Corografia Portugueza*[12] e das *Memórias Paroquiais*[13] acerca dos fundadores e da construção desta artística capela, contribuindo, de algum modo, para a perda da sua memória histórica. Para esta situação terá concorrido também o facto de o original do processo de licenciamento não se encontrar no Arquivo Distrital de Braga, nem ter sido transcrito nos livros do *Registo geral,* pois estava no cartório do mosteiro agostinho de Santa Maria da Oliveira, da terra de Vermoim – hoje V. N. de Famalicão –, donde, na sequência das vicissitudes relativas à extensão das Ordens Religiosas, de 1834, transitou para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde tivemos oportunidade de o encontrar, no decurso da investigação para a nossa tese de doutoramento, há cerca de três décadas[14].

Percorrendo o seu teor, que publicamos em apêndice, ficamos a saber que o processo de obtenção da licença canónica se iniciou, em 22 de Outubro de 1599, na casa do mercador Jácome Fernandes e de sua esposa, Catarina Mendes, sita no casal de Samosas – hoje Samoça – e Azamboeiro, na freguesia de S. Paio de Figueiredo, onde os referidos titulares outorgaram a escritura do dote, a favor da capela que tinham mandado fazer, essencialmente integrado pelo campo do Carpinteiro, suficiente para lhe

---

[12] COSTA, P. António Carvalho da – *Corografia portugueza*, 2.ª ed., tomo I, Braga, 1868, p. 99.

[13] CAPELA, José Viriato – *As freguesias do Distrito de Braga nas «Memórias Paroquiais» de 1758.*
A construção do imaginário minhoto setecentista, Braga, 2003, pp. 340-341.

[14] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Mosteiro de Santa Maria da Oliveira,* caixa 17, maço 3, n.º 22. A justificação para este processo estar no cartório do Mosteiro de Santa Maria da Oliveira, donde transitou para a Torre do Tomo, residia no facto de o pároco de S. Paio de Figueiredo ser da apresentação do prior do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora, da Ordem de S. Agostinho, a que também pertencia o de Santa Maria da Oliveira, que seria o seu natural procurador, na terra de Vermoim.

assegurar o rendimento anual de duzentos reais em dinheiro de contado. Nesta escritura, lavrada pelo notário de Guimarães, Francisco Vaz de Faria, que para o efeito se deslocou à residência dos dotadores, como as testemunhas – Torquato Fernandes, o alfaiate Salvador Pires e Matias Fernandes –, além do pagamento do mencionado rendimento anual, ficaram estabelecidas as condições de sucessão dos futuros possuidores desta propriedade, bem como algumas normas acerca do dispêndio anual ou plurianual da renda estipulada, conforme as situações o ditassem ou exigissem.

Quanto aos motivos que moveram os fundadores a mandarem fazer esta capela em honra de S. Roque, o teor da escritura é omisso, limitando-se a afirmar que foi *«por suas devaçois».* Atendendo, porém, a que o padroeiro escolhido é S. Roque, peregrino, mas, essencialmente, invocado como advogado contra a peste, não será ousado admitir que terá sido em acção de graças ou no cumprimento de alguma promessa feita em momento difícil de algum surto pestífero, em ano relativamente próximo, que a decisão foi tomada e cumprida.

Percorrendo o elenco das pestes conhecidas, podemos indicar, que, após a *peste grande,* de 1569/1570, durante a qual, em Braga, ficou célebre o apoio prestado pelo arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, como acima se expôs, verificamos a existência de novos surtos deste flagelo, nomeadamente, nos anos de 1598 e 1599 e até 1602.

Delineado o contexto histórico em que, no ano de 1599 – há mais de quatro séculos –, esta capela de S. Roque foi construída e entrou ao serviço do culto, passemos a uma breve descrição.

4. A CAPELA

Trata-se de uma pequena capela particular, mandada construir pelo mercador Jácome Fernandes e sua mulher Catarina Mendes, no seu casal ou quinta de Samosas (hoje *Samoça*) e Azamboeiro, em 1599, ano drasticamente marcado pelo flagelo da peste, movidos pela devoção a S. Roque, invocado como advogado e protector contra a peste. Embora se possa questionar se a decisão de a erigir corresponde a um gesto de gratidão, atendendo a que à data do processo de licenciamento, aliás, bastante célere, entre 22 de Outubro e 2 de Novembro desse ano, este flagelo estava em

plena actividade, parece de admitir que a realização desta obra, assume, preferencialmente, o significado de súplica e pedido de protecção ao celeste padroeiro contra a peste.

Trata-se de uma pequena capela (*fig. 4*), onde são patentes as influências dos cânones *maneiristas*, orientada no sentido norte-sul, opção a que não seria estranha a intenção de que a fachada ficasse exposta de forma a ser vista da residência dos fundadores.

Na fachada, enquadrada por pilastras, que bem se podem considerar toscanas, muito rústicas, abre-se a portada, de verga ou dintel liso, sem qualquer elemento decorativo, tal como acontece nas ombreiras. Por cima da portada, sensivelmente a meia distância entre a parte inferior do dintel e o vértice do remate do gablete, abre-se um óculo de iluminação e arejamento, No vértice do gablete, assenta um pequeno acrotério, que suporta uma cruz. Lateralmente, em jeito de remate das pilastras, encontram-se dois pináculos, de forma piramidal.

Interiormente, a capela divide-se em dois corpos, que, de forma tradicional, podemos designar: capela-mor (*figs. 5* e *6*) e corpo da capela. Este, de forma rectangular, é extremamente simples e contrasta com a capela-mor, cujo interesse e qualidade artística, insuspeitados do exterior, não pode deixar de impressionar qualquer visitante que lá entrar.

No alçado nascente do corpo da capela, além de uma porta, abre-se uma pequena janela, que mais parece uma fresta de iluminação, simétrica com outra rasgada no alçado poente. Adossada ao lado nascente da capela-mor encontra-se a sacristia a que dá acesso a uma pequena porta talhada, do lado esquerdo, logo a seguir ao arco-cruzeiro.

A separação destes dois espaços é marcada pelo arco cruzeiro abatido, apoiado sobre duas pilastras, (*fig. 6*) que nos põe em contacto directo com a abside semicircular, dividida em cinco panos por pilastras. A cobertura estrutural da capela-mor é constituída por um tramo rectangular, situado junto ao arco-cruzeiro, com três caixotões, e por uma abóbada de concha, dividida em cinco panos por pilastras trabalhadas (figs. *5* e *7*). Estes e outros espaços da capela-mor foram revestidos com pinturas a fresco, que, apesar de danificadas e bastante esbatidas, ainda permitem detectar a riqueza do seu programa decorativo, onde avulta a profusão de cabeças de anjos, constituindo, no conjunto, mais um

caso específico deste género de pintura mural (*fig. 9*), que não pode ser esquecido, no âmbito da Arquidiocese de Braga.

À entrada da capela-mor, na parte inferior de cada um dos lados, encontram-se painéis de azulejo do século XVII, dispostos segundo o padrão de módulo 4 x 4, com guarnições[15], aí colocados com objectivos meramente decorativos, em fase bastante posterior à conclusão e ao licenciamento da obra, em 1599, como a documentação disponível e publicada em apêndice permite concluir (*fig. 10*).

Nas suas reduzidas dimensões, este tipo de capela-mor, claramente maneirista, reproduz de forma muito modesta o esquema da capela-mor da igreja do Mosteiro dos Jerónimos (1563-1572), iniciada em 1540 por Diogo de Torralva e concluída, em 1572, por Jerónimo de Ruão[16], e o da igreja da Misericórdia do Porto, *«erguida a partir de 1584 e certamente em vias de ultimação cerca de 1590»*[17], como se pode comprovar pelos referidos estudos sobre estes dois monumentos do património arquitectónico nacional.

Na sua modéstia, esta réplica constitui também um exemplo de como os grandes modelos estilísticos dos monumentos urbanos se iam difundindo pela província, quando as circunstâncias o permitiam.

No enquadramento desta capela, do lado nascente, encontra-se um cruzeiro integrado no conjunto, que apresenta a particularidade de ter sido quebrado e restaurado com a aplicação da parte superior de outro, como a simples observação do fuste evidencia (*fig. 11*).

---

[15] SIMÕES, J. M. dos Santos – e OLIVEIRA, Emílio Guerra de – Azulejaria em Portugal no século XVIII, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 131, F. 9.

[16] Cf. GSCHWEND, Annemarie Jordan – A capela-mor: um panteão real para a dinastia de Avis, in *Jerónimos 4 Séculos de Pintura,* Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993, pp. 74-90, mas, sobretudo, p. 76. Sobre Diogo de Torralva, como iniciador desta obra, veja-se a obra citada na nota seguinte, p. 23, e quanto a Jerónimo de Ruão, que a concluiu, p. 218. A reprodução desta obra encontra-se na gravura XXIII, com a respectiva legenda.

[17] SILVA, Jorge Henrique Pais da – *Estudos sobre o Maneirismo,* Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp. 217-218, com reprodução fotográfica e legenda na gravura XXXII.

* Agradecemos ao nosso colega e amigo, Prof. Doutor Jaime Ferreira Alves, as informações bibliográficas, que teve a gentileza de nos fornecer.

5. CONCLUSÃO

Temos consciência das limitações da tema abordado, mas apraz-nos termos identificado os fundadores desta capela, a data do processo de licenciamento – iniciado e concluído quando a capela já estava concluída –, e da concessão da licença canónica, cuja transcrição e algumas imagens do original divulgamos, o mesmo fazendo em relação aos aspectos mais expressivos da arquitectura desta capela, que reflecte bem o gosto artístico da época.

Por sua vez, o que escrevemos acerca da figura histórica e da dimensão espiritual de S. Roque e do seu culto, além de nos pôr em contacto com certas formas da mentalidade medieval e moderna, deixa entrever a riqueza de eventuais estudos sobre esta e outras temáticas similares que a riqueza do Arquivo Distrital de Braga permite desenvolver sobre numerosas capelas espalhadas no vasto território da antiga Arquidiocese de Braga, da qual se vieram a desmembrar as actuais dioceses de Bragança, Viana do Castelo e Vila Real.

6. APÊNDICES:

I – DOCUMENTAL:

– O processo de licenciamento

Como dissemos no momento oportuno, o processo de licenciamento é constituído por quatro documentos, que a seguir se transcrevem, antecedendo-os dos respectivos sumários e da cota arquivística. A transcrição será ilustrada com a reprodução de alguns fac-similes das peças documentais:

1. Constituição do dote

1599, Outubro, 22 – *S. Paio de Figueiredo, Guimarães.*

O mercador Jácome Fernandes e sua esposa Catarina Mendes, por escritura pública oferecem o seu campo do Carpinteiro como dote suficiente para a fábrica da capela de S. Roque por eles construída.

ANTT, *Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Mosteiro de Santa Maria da Oliveira*, caixa 17, maço 3, n.º 22, fls. 1r-3r (*ver figs. 1 e 2*).

[Fl. 1] – «En nome de Deus amen. Saibão quantos este estromento de hobrigação e ipoteca de fabriqua ou como en Direito milhor aja lugar virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo de mill e quinhentos e noventa e nove annos aos vinte e dous dias do mes de Outubro do dito anno no quazall de Samosas e Azamboeiro sito na freguesia de Sam Paio de Figueiredo termo da villa de Guimarais pouzadas de Jacomo Fernandes mercador estando elle de preente de hia banda e da outra sua mulher Caterina Mendes pollos quais e quada hum por sy forão dito prezente min taballião publico e testemunhas abaixo asinadas que elles por suas devasois fizerão hia iermida da benaventura (*sic*)[18] Sam Roque sita na dita freguesia sobredita a quall tem fabriquada de todo o ne-[fl.1v.]sesairo de que eu taballião dou minha fee na quall pretemdem dizer a misa a quall não podem dizer sem primeiro dotarem a dita iermida allgia pemsão para sempre para a fabriqua della e que elles ora por esse respeito diserão que tinham e pesoião por eerdade dizimo a Deus ho campo do Carpinteiro sito na dita fregesia que conprarão por carta de conpra dreitamente a Santos Gonçalves e a sua mulher Lianor Afonso do quall estão de posse como co[*n*]sta do estromento de conpra e posse de que eu taballião fui escrivão e notado por, digo, en minhas notas aos vinte e tres dias do mes de Maio do anno de mill e quinhentos e noventa e oito annos como della se vera a que me reporto que ficou en poder delle Jacomo Fernandes e que elles ora por aver efeito [fl. 2] de a dita iermida ter fabriqua elles ora iopotecavão e obrigavão esta dita eerdade do Carpinteiro e suas pertemsas sobredyta asi e da maneira que a conprarão polla carta de conpra de que assima se faz mensão porque polla dita eerdade e suas pertenssas se page en quada hum anno a dita iermida duzentos reais en dinheiro de contado que serão para se gastarem na fabriqua da dita iermida os quais gastara por sua mão o posuidor da dita eerdade naquilo en que a dita eermida ouver de mister fabriquada e sendo cauzo que daqui a dez annos ou mais polla dita eermida estando enfabriquada não ouver de mister nada na cabo do dito tenpo hos posuidores do dito canpo gastatão tudo junto naquillo que for nesesairo de modo que a dita eermida va de milhor en milhor. Ho quall

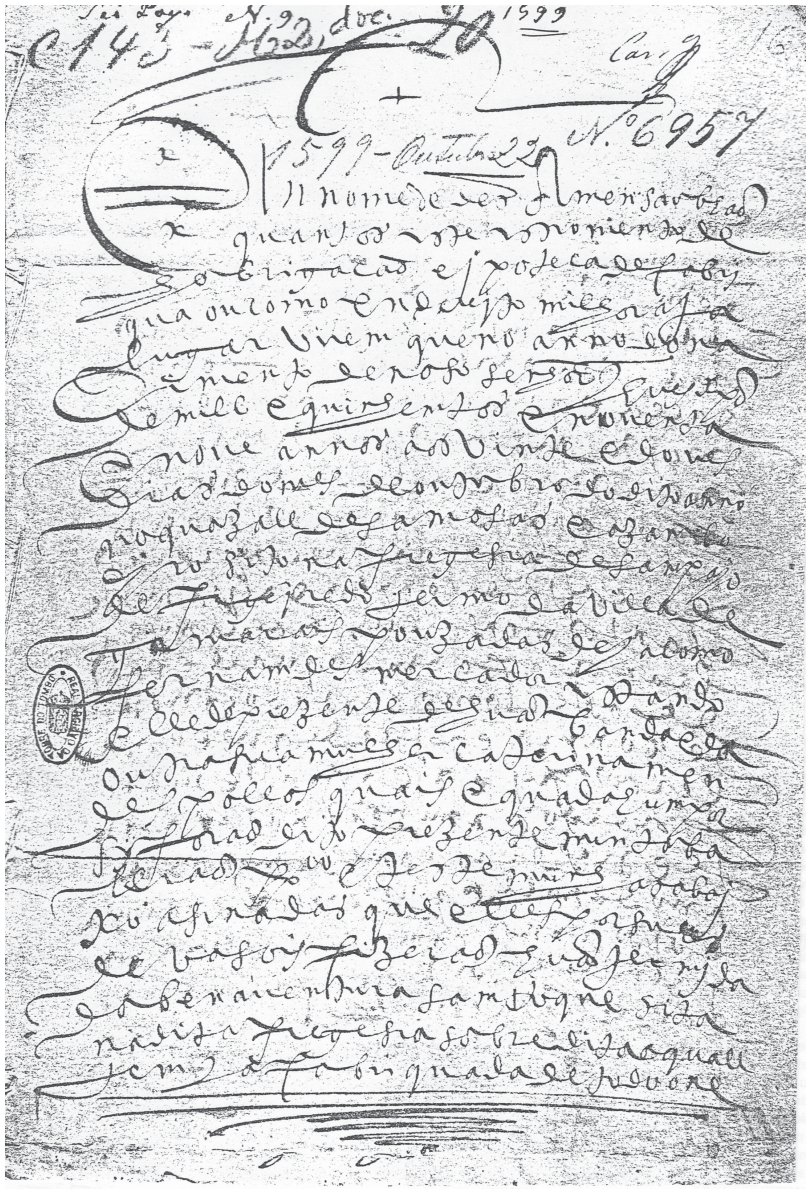


Fig. 1 – Escritura de constituição do dote, fl. 1r.

[fl. 2v.] canpo sobredito elles dotadores tomão nos terssos de suas allmas para o darem a quen lhes bem pareserem com ho dito encargo e com este encargo ouverão por trespasado todo o direito ausão e rezão a dita eermida que se entenderá no que tocar aos dous tostois e mais não. En testemunho de verdade asi o outorgarão e mandarão ser feito o prezente estromento que prometerão averem por bom e fryme (*sic*) como nelle se contem so obriguasão de seus bens que en espesiall ipotecarão a esta obriguasão ho dito canpo asima dito que eu taballião como pesoa publica estepulante e aseitante aseitei en nome da dita iermida para a quall pedi os treeslados nesesairos a que forão testemunhas prezentes Torquade Fernandes a quen ella Caterina Mendes rogou que asinase por ella e asinou e asi mais Sallvador Pirez allfaate morador na fregesia de Sam Martinho de Matias [fl. 3] Fernandes todos do termo desta villa que todos asinarão. Eu Francisco Vaaz de Faria taballião ho escrevi. E decrarão elles sobreditos que estes dozentos reaes gastará a pesoa a quem elles deixarem ho dito canpo e dará conta como o gastou. As testemunhas sobreditas. Eu sobredito taballião do publico na villa de Guimarais e seus termos por ell Rei nosso senhor que este estromento en minhas notas notei e dellas tirei este por minha mão en que fis meu publico sinall que tal lhe

(*Sinal*).

Pagou deste e nota duzentos reaes».

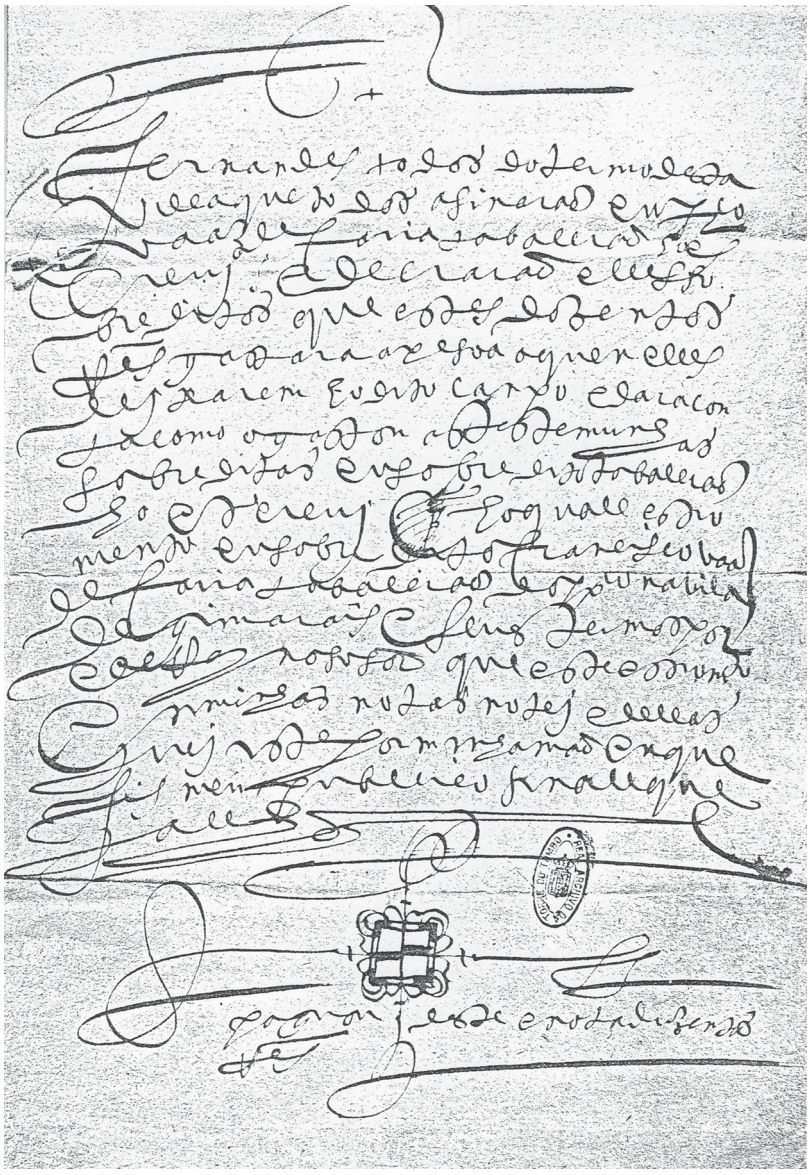


Fig. 2 – Conclusão da escritura de dote, fl. 3 r.

2. Pedido da licença

[*S. d.*] – *Jácome Fernandes pede licença ao Arcebispo de Braga, que, então, era D. Frei Agostinho de Jesus e Castro (1590-1609), para se poder celebrar missa na capela que tinha construído em honra de S. Roque e descreve com bastante pormenor, informando, ao mesmo tempo, das alfaias e objectos litúrgicos de que está servida, bem como do respectivo património e seu rendimento.*

ANTT, *Mosteiro de Santa Maria da Oliveira,* caixa 17, maço 3, n.º 22, fl. 4 r.

«Rev.mo Senhor

Ao Provisor.

«Diz Jacome Fernandes morador na freguesia de São Paio de Figueiredo que elle fez hicœa ermida da invocação de São Roque junto a sua quintãa en hum lugar muito acomodado para ser frequentado dos fieis e esta muito bem acabada com tudo o necessário para nella se dizer missa, porquanto tem retabolo, estante, galhetas, toalhas e o mais necessário. E está muito bem forrada e fechada de muito boas portas e de maneira que daqui a muitos annos não tem necessidade de cousa algicœa. E alem disto elle supplicante lhe fés dote de dozentos reaes quada anno a que obrigou sua fazenda e certa propriedade de raiz dizimo a Deus o que tudo consta dos papeis que com esta apresenta. E porque queria com a ajuda de Deus que nella se dicesse missa quinta feira dia de S. Simão pede a Vossa Rev.ma Senhoria que havendo respeito ao que allega lhe mande passar licença para que nella se possa dizer missa,

E(*spera*). R(*eceber*). M(*ercê*)».

3. Parecer favorável

1599, Outubro, 28 – *Golias, oficial da Cúria arquiepiscopal de Braga, tendo examinado o processo que lhe foi apresentado, deu parecer favorável à concessão da licença solicitada.*

A N T T, *Mosteiro de Santa Maria da Oliveira,* caixa 17, maço 3, n.º 22, fl. 4 v. (*ver fig. 3, parte superior*).

[Fl. 4] – «Vi os papeis da doação e certidão e também por vista de olhos sei que a hermida de São Roque de que se faz menção está muyto perfeita e ornada e tem dote competente para se poder fabricar.
Braga 28 de Outubro de 1599.

Golias»

«Passe licença.

Dias».

4. Concessão da licença

1599, Novembro, 2 – *O Provisor e Vigário Geral manda passar e autentica a licença pedida.*
A N T T, *Mosteiro de Santa Maria da Oliveira,* caixa 17, maço 3, n.º 22, fl. 4 v. (*ver fig. 3, parte inferior*).

– «Nos o Arcebispo Primas Senhor de Braga etc. visto como nos constou a irmida de São Roque de que na petição se faz menção estar bem acabada e ornada pera nella se poder dizer missa e ter dote competente damos licença que se possa nella dizer missa. Dada em Braga sob nosso sello e sinal do muyto reverendo Doutor Mellchior Diaz nosso Provisor e Vigário Geral aos dous dias do mes de Novembro de mil quinhentos noventa e nove annos.

Gaspar Lopez. Proença escrivão da Câmara a fez escrever.

Dias».

(*Selo de chapa*).

Manuel Antunes.

Ao sello IIII^{c} LXXX reaes. P/da Marinho. Vista Golias.

Ao escripvão XX reaes».

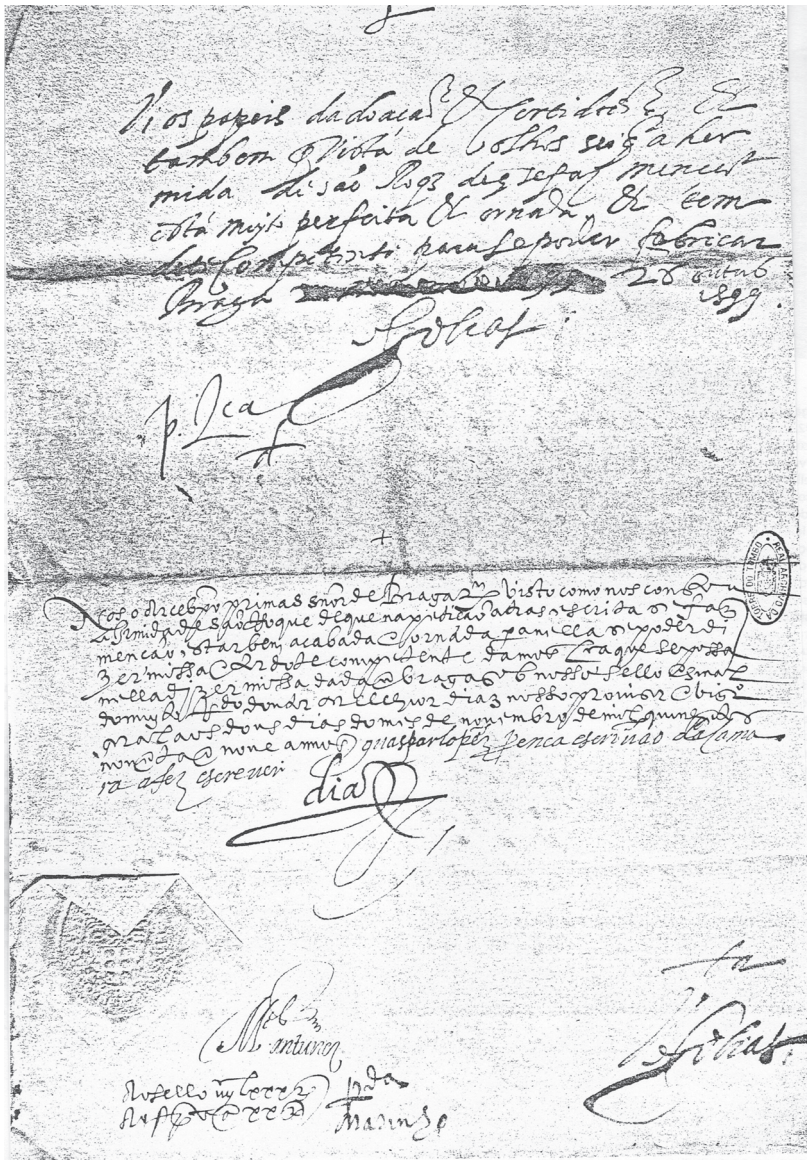


Fig. 3 – A N T T, *Mosteiro de Santa Maria da Oliveira,* caixa 17, maço 3, n.º 22, fl. 4 v.: parecer do oficial da Cúria, Golias, (*em cima*) e licença passada sob o selo do Arcebispo e a assinatura do Vigário Geral, Melchior Dias (*em baixo*).

II – ICONOGRÁFICO:

Fig. 4 – Capela de S. Roque, em Abril de 2010, após obras de restauro.

Fig. 5 – Interior da capela-mor, *maneirista*, após a remoção da pintura, a vermelho e azul, que cobria o arco cruzeiro e a cantaria da estrutura arquitectónica da cobertura em abóbada da capela-mor, concretizada nas recentes obras de restauro (2010).

Fig. 6 – Aspecto da capela-mor, antes das obras de restauro. (Fotografia de 1980 / 1981).

Fig. 7 – Capela-mor, pormenor, após as recentes obras de restauro.

Fig. 8 – Imagem de S. Roque, em posição mais baixa, após a remoção do antigo sacrário.

Fig. 9 – Vestígios de pintura a fresco, representando cabeças de anjos.

Fig. 10 – Painel de azulejos do séc. XVII.

Fig. 11 – Cruzeiro restaurado, com a parte superior de outro.

Memórias para a história do clima em Portugal (I)

AURÉLIO DE OLIVEIRA *

**

Em 1979 (e na sequência já do que havíamos feito em 1970), tivemos a oportunidade de dar o devido destaque aos dados climáticos – a condicionante básica da produção agrícola. Um dado "natural", um dos chamados factores "inertes" mas de decisiva importância na vida das gentes para os quais tem vindo a chamar a tenção os autores consagrados como Braudel-Emmanuel, Le Roy Ladurie e outros que especialmente ao clima têm prestado particular atenção e, no caso de Le Roy Ladurie, trazido importantes e decisivos dados para o seu conhecimento nos tempos históricos mas pré-estatísticos[1]. Em definitivo, têm-se constatado repercutidos efeitos em lapsos de tempo curtos, médios e longos acompanhando, ou mesmo despoletando, com maior ou menor profundidade, reflexos em várias outras áreas do sector primário sem deixar de ter impacto nos próprios fluxos e comportamentos demográficos das populações desde efeitos físicos aos psicológicos. Factos "medidos", isto é, verificados, quer em afecções pontuais, por vezes anotadas, quando o clima provoca más colheitas, sobretudo nos géneros de primeira necessidade como os cereais e em outros de significativa importância na economia doméstica e campesina como os vinhos (passando naturalmente outros géneros). O mesmo se

---

* Faculdade de Letras do Porto / aposentado. Instituto Universitário da Maia.

** *N.B.:* não seguimos a castração ortográfica.

1 Dos primórdios destes estudos e desta problemática, como dos principais autores – que naturalmente aqui passamos – tratamos com o devido relevo em *Clima e colheitas em Portugal 1500-1850* de que o presente texto é apenas um capítulo.

diga em termos de média duração. Nestes casos, ainda que mais raramente anotados, mas quando referidos, de muita relevância. Particularmente importantes por testemunharem "tendências" climáticas, normalmente de média dirção que se estão operando, com reflexos na produção agrícola em lapsos de tempo mais alargados.

Na altura em que apresentámos aqueles trabalhos rareavam, então, os estudos sobre a nossa realidade agrícola e campesina e, logo também, a parca ou quase nula referência quanto à importância destes condicionalismos na vida dos campos e das gentes, por sua vez de tratamento de raridade dentro do quadro da nossa historiografia.

A. H. de Oliveira Marques, na sua *Introdução à História da Agricultura em Portugal*[2] chamou a atenção para a sua pertinência no contexto do comportamento geral do sector. Refere aí dados importantes para o período que aborda – a Idade-Média. Poucos, na verdade, dada a raridade e natureza das fontes que a Idade Média nos legou.

Anunciámos naqueles dois trabalhos que, em tempo azado, mais demoradamente nos ocuparíamos da história do clima em Portugal para o período de 1500 -1850. Em 2006 divulgamos uma breve síntese em *Clima e colheitas em Portugal*. *1500-1850,* anunciando a versão completa e alargada para esse mesmo período[3]. Também no trabalho de 1979 nos propusemos que, em particular, trataríamos dos "observatórios metereológicos beneditinos" – que, assim hiperbolicamente designamos – para focalizar e chamar a atenção para a importância dos curiosos e notáveis registos sobre o "comportamento do tempo" e o "estado da atmosfera" que se passaram a efectuar sistematicamente pelos finais do século XVIII nos vários mosteiros de S. Bento. Várias vezes pontualmente, nos temos aproveitado desses registos[4].

Desse tratamento global faz parte o presente texto que desde já fica à disposição dos leitores e curiosos. Assiste alguma justificação para virem à *Bracara Augusta*:

Na verdade, esses registos metereológicos foram colhidos a partir dos principais mosteiros de S. Bento, a maioria dos quais metidos neste quadro geográfico que engloba hoje as actuais ter-

---

2 1962. 2.ª ed. Cosmos. Lisboa. 1968.

3 Em "Homenagem ao Prof. António Marques de Almeida. Colibri. Lisboa. 2006.

4 Ver bibliografia final.

ras dos Concelhos de Braga-Amares-Barcelos-Vila Verde, pois que registados a partir da abadia de Tibães, como sobretudo de Rendufe como de Ganfei (ainda que este um pouco mais afastado). Quer dizer, uma séria de importantes registos metereológicos antes dos registos termométricos sobre o "estado do tempo" que condicionou, e em grande parte determinou muito directamente as culturas. Todas, mas particularmente as que constituíam a base do sistema alimentar isto é, os cereais (e depois do vinho mesmo que este, não sendo um elemento insispensável à alimentação, sempre desempenhou um papel de relevo no contexto da economia familiar do campesinado do Antigo Regime, mesmo no Entre Douro e Minho)[5]. Será pois, um seguro contributo para o conhecimento da "sorte" do sector agrário deste circuito no período aqui considerado – fins do século XVIII – princípios de oitocentos.

Como agora vemos, o problema do tempo (isto, é do clima) é uma questão presente e muito premente. Muito sintecticamente cabe, naturalmente perguntar e equacionar a questão nos seguintes parâmetros:

1. As alterações climatéricas – novidade de repente "descoberta", ou realidade permanente na diacronia dos tempos?

2. O estado da questão sobre o "estado do tempo" em Portugal antes dos registos climatéricos.

3. Indicadores / aferidores do estado do tempo.

A importância do conhecimento da produção agrícola.

4. O sentido da evolução e da produção no sector primário em Portugal 1500-1850. Um exemplo aferido e documentado: O caso o específico dos cereais e vinhos.

4.1. Outras correlações verificáveis (e documentáveis). Impactos alargados. Produção agrícola-demografia-demografia-produção, nos tempos das economias de Antigo Regime, ou do tipo do Antigo regime econó-mico (que não coincide com o antigo regime político a que a Revolução Francesa e depois outras, puseram termo)

4.2. Tendências de comportamento.

---

[5] Ver nosso, *Os Bentos e os Bacos. (Os os vinhos do Entre Douro e Minho. 1600-1822/28).*

Ante, por vezes descomedidos argumentários e alarmes estremados *de prós* e *contras,* deve dizer-se que as variações climatéricas são, na verdade, uma realidade permanente do quadro físico ao longo dos tempos. Não obstante, a sua ponderação assume hoje, uma acuidade e pertinência diária, como estamos vendo. Equacionam-se os impactos humanos, chamando a atenção para os necessários cuidados e cautelas que o Homem tem, hoje, que tomar, face a uma pressão demográfica descomedida, sem precedentes e, na verdade também, face à enormidade dos entorses e besteiras que o Homem pratica ou tem praticado "ultimamente" sobre a natureza e o mundo físico.

Vista esta ralidade presente e este quadro mais ou menos polémico ou mais menos consensual, (que vamos aqui deixar de lado), consideremos tão só "pacificamente", um conjunto de dados históricos para os tempos antes do registo climatérico sistemático, antes ainda dos observatórios termométricos, deixando-os também "pacificamente" à consideração do leitor.

No espaço cronológico aqui definido e num esforço sempre incompleto, visto que este período vive essencialmente do método cumulativo de dados que se colhem e podem vir a recolher no mais variado tipo de fontes e conjugando, desde já, esses elementos com os dados quantitativos de séries numéricas que foi possível apurar e estabelecer sobre este mesmo espaço cronológico e este quadro geográfico em que nos encontramos, verificamos com facilidade (sempre sujeita a correcções e complementos), amplos reflexos no comportamento da produção e dos recursos agrícolas quer em termos pontuais, quer em ciclos de média e de longa duração que ultrapassam o mero localismo para se estendetem a todo o Entre Douro e Minho com reflexos e frequentes similitudes que se alargam a espaços muito mais amplos dada, aliás, a natureza e amplitude dos fenómenos climatéricos.

Por seu turno, dependendo o caudal demográfico da disponibilidade dos recursos alimentares, (na verdade estamos por estes tempos perante a ditadura dos cereais) com reflexos evidentes, mais ou menos acentuados e alargados no comportamento do caudal demográfico e na "sorte" das populações, como se documenta neste mesmo percurso cronológico e nestes mesmos espaços geográficos.

Nestes tempos do Antigo Regime, melhor dito neste tipo de economias e sociedades típicas *de* Antigo Regime (que ultrapassa

muito a baliza com que se costuma dividir o processo político que liquidou na Europa as monarquias absolutas – tempos Revolução Francesa e posteriores), sempre deparamos com enormes fragilidades e bloqueios na agricultura. Baixas ou baixíssimas rentabilidades do sector, muito vulneráveis às variações climáticas, por pequenas que tenham sido. Os efeitos imediatos e às vezes directos destes factores sobre o estado sanitário das populações, ficaram também desde muito cedo esclarecidos e apontados. A sequência causal foi *quase sempre* linear ou muito linear: às más colheitas, quase sempre por factores climáticos adversos, sucedem, (sucederam) sempre também, as fomes com as debilidades dos corpos, as doenças malignas, as pestes, as epidemias e, finalmente, as mortandades: Disse um testemunho directo desses tempos: – tudo *"efeitos naturais do pouco e mau mantimento"*. Um outro: "*O Inverno deste anno ...he hum dos mais rigorosos de frio e chuvas que se tem experimentado em Portugal há muitos anos*"... "tendo sido as colheitas más e escaças pela *pela intemperança da athmosphera,* (e assim) *incorreu, em esta circunstancia, a geral penúria de todos os géneros ...subbio o pão a preços tão exorbitantes que foi motivo de crescer consideravelmente o número de gente miserável e a consternação geral".*

Correlações sempre constatadas, verificáveis (e documentáveis). Quer dizer: a História dos factores inertes, como um quadro inevitável a considerar e a ter presente no conjunto da Historia e do "drama" humano que se desenvolve aos mais variados níveis e que hoje se não pode dispensar de equacionar nas suas razoáveis, mas inevitáveis dimensões.

Clima-colheitas-estado sanitário (e físico) das populações. Consequências praticamente sempre directas sobre a saúde e "sorte física" das gentes, sustentem embora alguns demógrafos "puristas" o contrário. Refere um autor mais que consagrado: "*Quelques démographes ont insisté jusqu´au ridicule que ce n´était pas la faim que faisait mourir, mais ... l´épidemie"*![6]. O quadro e o directo impacto da produção constituiu-se como basilar e razão principal

---

[6] Goubert, Pierre, *Cent mille provinciaux au XVIIè siècle dans Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730*. Paris. 1968.
Outros em, *Médicens, Climat et Épidemies à la fin du XVIII". Siècle* Paris. 1972.
– *Sociétés rurales françaises du XVIIIe Siècle*. In "Conjoncture Economique. Structures Sociales. Hommage à Ernest Labrousse". Paris. 1974.

para estes tempos. Factor de efeitos colaterais importantes que extravasam em muito a estrita realidade agrícola.

Um dado, de impactos alargados**.** Refiro aqui apenas a opinião certamente de um dos mais reconhecidos "sabedores" acerca da história do clima e do sector agrícola europeus:

"A Fome, (na expressão de Le Roy Ladurie), geralmente sempre despoletada pelas más colheitas e estas por alterações climáticas sensíveis, de maior ou menor duração, *é*, de facto, neste Antigo Regime alimentar, agrícola e demográfico, *um fenómeno total*". "A crise de subsistências constitui, na verdade, um momento patético na demografia (da economia agrícola e dos comportamentos e fenómenos sociais, alguns de extrema gravidade que várias vezes (aproveitados ou enquadrados) puseram em risco o próprio poder central nestas antigas sociedades do Ocidente". Impacto directo nas mortes, mas também de graves e documentadas repercussões e consequências nas diferentes etapas do ciclo de desenvolvimento da vida dos que resistem (ou resistiram) aos ataques directos do flagelo"[7].

O estado da questão sobre o "estado do tempo" em Portugal antes dos registos climatéricos.

Não temos ainda uma história do clima em Portugal, nomeadamente para a pré-história do clima isto é, para os tempos anteriores aos registos termométricos.

Não obstante, desde a apresentação em 1979 de *A Abadia de Tibães* que se traçaram as linhas gerais desse comportamento tendo tido em atenção as variações detectadas e os reflexos directos (ou indirectos) na produção agrícola nos sectores do cereal e dos vinhos. (Neste caso, particularmente atinente ao quadro vinícola do *País dos Verdes* e do *País do Douro*). Diga-se que, depois desse estudo de 1979, várias vezes nos temos ocupado deste tema, tendo-o pontualmente abordado em circunstâncias várias[8]. Sucessivamente alargado, pensamos que muito brevemente disponibilizaremos esse estudo global deixando esses dados mais alargados á consideração dos leitores ou curiosos para análise, crítica

---

[7] Do mesmo, ver também, *L´aménorrhée de la famine. (XVII-XX Siècles.* Em "Le Territoire de l´Historien". Gallimard. Paris. 1973.

[8] Vide bibliografia final.

e, naturalmente, para achegas, pois que este período da história climática se tem construído essencialmente sobre o método cumulativo. Informações dispersas, colhidas e sistematizadas, a partir do mais variado tipo de fontes. Com o presente texto procedemos à divulgação de uma dessas fontes. Um registo qualitativo mas que supera em muito o registo das anotações quantitativas estabelecendo correlações que a "máquina" nunca registou e nunca pôde, ou pode, registar. E isso se deve ao que, por antonomásia, chamamos os *observatórios metereológicos beneditinos*!

Indicadores / aferidores do estado do tempo.
A importância do conhecimento da produção (cerealífera e vinhateira) para uma aproximação ao "estado" do clima.

Os indicadores e aferidores do tempo para os "tempos" anteriores aos primeiros registos termométricos (geralmente, isto é, pontualmente desde os inícios do século XIX), são escassos e de modo algum sistemáticos em termos descritivos e memorialísticos.

A consideração e observações diacrónicas são as únicas que nos permitem fazer história económica e, neste caso, também história climática. Por mais belos e bonitos que sejam os "flashes" (retratos pontuais) pouco significado terão se não forem reportados e inscritos na diacronia. Ora, no sector agrícola uma vez obtida essa diacronia quantitativa (como pela primeira se fez em *A Abadia de Tibães* (agora em reedição com o título de *Terra e trabalho. Senhorio e gentes no Vale do Cávado durante o antigo Regime. A Abadia de Tibães 1620-1828.* Maia. Vol. 2013-16) constituem, de si, um poderoso indicador sobre o comportamento adentro dos quadros físicos a que respeitam e não só, dada a amplitude mais geral do quadro climático propriamente dito e das correlações que a partir daí estabelecemos ou foi possível estabelecer. A outra componente que lhe anda associada isto é, a mesma consideração diacrónica e sequencial dos preços dos cereais (ou dos vinhos). Sabemos, e não esquecemos, que a formação final dos preços depende de uma variedade de factores, mas reconhecer-se-á que para estes tempos o estado da oferta é determinante mesmo que alguns contestem esta principal realidade. São tantos os exemplos, que é muito difícil negar as evidências e nem vale a pena perdermos mais tempo com isso. Mais: a simples espectativa de boas ou

más colhitas teve reflexo imediato nos preçários estabelecidos. Frequentemente documentamos e deparamos com esta realidade.

Dentro do sector primário, para além das séries sobre os cereais, as séries que se podem (ou puderem) estabelecer sobre a produção vinícola, são ainda mais importantes em termos de auscultação do clima, ainda que de menores reflexos económicos e sociais dado que o vinho se pode dispensar na alimentação, mas o cereal nunca. Aqui, mesmo que haja que o produzir nas condições mais adversas do mundo físico e do mundo humano isto é, das condições políticas e administrativas que sempre enquadraram, geralmente para o mal, a produção cerealífera nos tempos do Antigo Regime. O pão acabou por ser "um mal necessário", inevitável (Ver a *Abadia de Tibães*. 1979/ 2013). Os "edafo-climatismos administrativos" foram sempre mais graves, pesados e nocivos do que os edafo-climatismos físicos com que alguns se entretêm em demasia, comprazidos na violência "com que Deus N. Senhor" fulminou (ou terá fulminado) discricionaria e injustamente a terra e as gentes de Portugal... Em qualquer caso, o pão tornou-se o grande personagem histórico destes tempos. As suas correlações com o clima, mais dramáticas que nos outros géneros. Também aqui há contestatários mas também são tantos os exemplos que nem vale a pena demorarmo-nos sobre esta realidade, por mais esquecida ou minorada que ela se considere.

Dentro deste sector e desta problemática, as séries atinentes aos vinhos são de particular importância, pela sua alta sensibilidade às variações climatéricas. Neste aspecto, recorrendo ao método fenológico isto é, essencialmente às datas das vindimas, (ou floração das plantas) foi possível estabelecer o quadro climático para algumas alargadas regiões da Europa, como é bom exemplo a França, conjugados, se possível, com outros informes ou indicadores. Outro dado, o recurso (quando for possível) ao volume das colheitas propriamente ditas, embora aqui outras variáveis importantes possam intervir. (Passemo-las).

Este alto poder indicador das séries vinícolas foi muito sublinhado por autores mais que consagrados como Ernest Labrousse, Pierre Vilar e Emmanuel Le Roy Ladurie, G. Frêche, De Vries e outros. Estas séries, onde for possível estabelecê-las, têm mesmo um alto poder indicador para a apreciação do comportamento geral de todo o sector agrícola. Para Ernest Labrousse "a flutuação mais sensível, a mais "falante", aquela que, no mundo rural,

acusa tradicionalmente com mais evidência, a prosperidade ou a depressão. No século XVIII, como no XIX as amplitudes máximas lêem-se sobre as curvas da viticultura. Não valem ou falam somente por elas mesmas, mas como sintomas e meios de detecção da restante realidade agrícola e rural. O recuo vitícola, por aparente que seja, denuncia, em princípio, um recuo geral do mundo rural".

Entre nós não tem sido possível estabelecer esta série fenológica embora pessoalmente o tenhamos tentado. Assim, apenas muito pontualmente sobre as datas das vindimas no centro vinhateiro de Monção mas não, infelizmente, para a nossa área vinhateira por excelência, a partir Lamego[9]. Os dados colhidos para Lisboa respeitante às colheitas anuais dos vinhos que aí acorriam e respectivos preçários são, a este propósito, também muito importantes ainda que mais pontuais e limitados no tempo)[10].

Será possível, desde já, visionar as linhas gerais do comportamento climático em Portugal para os tempos que vão até finais do Antigo Regime agrícola?

Não podendo descer aqui a pormenores analisando casos pontuais particularmente "falantes," ou exemplares, estabeleceríamos, na base dos elementos disponíveis, recolhidos e sistematizados, comportamentos, de média e longa duração, sem marcar datas fixas (rígidas) para o começo ou o fim desses ciclos e sublinhando que, quer dentro dos períodos de aquecimento quer de arrefecimento, nos deparamos sempre com fenómenos climáticos de sinal contrário. Toma-se como evolução e definição dessas fases, para além da constatação de aquecimentos ou arrefecimentos, a maior recorrência de anos frios ou de anos quentes.

Assim, desde os inícios do século XVI e até cerca dos anos de 1550-60-70, a presença de um ciclo de aquecimento geral, isto é, a recorrência de anos quentes que se saldou em alguns momentos por secas e calores extremos como o verificado, entre outros, pelos anos de 1530-33 (e em alguns pontos da Europa ainda pela década de 1540). Variações ou comportamentos com amplitudes térmicas, particularmente graves ("coisa" que hoje também se estranha como se fosse apenas fenómeno dos nossos

---

9 Ver nosso, *Preços do pão e do vinho no centro vinhateiro de Lamego*. In «Douro — Estudos & Documentos» n.º 4, Porto. GEHVID. 1997.

10 Uns e outros já também considerados em *A Abadia de Tibães* II. 1979/2016. Quanto aos vinhos, mais demoradamente em *Os Bentos e os bacos. cit.Os vinhos no Entre Douro e Minho. 1600-1822/28,* cit.

dias). Por estes anos o excesso da seca (e calor) queimou literalmente todas a culturas sobretudo no Portugal mediterrânico: o chão abriu-se em gretas, as plantas secaram, os pastos queimaram-se, animais e humanos pereceram. Nas regiões montanhosas (continentais) os frios nocturnos liquidaram animais e muita gente, mesmo dentro dos seus abrigos. Um testemunho deste momento (de tempos quentes e secos) ficou expresso por um atento observador (cerca de 1545-1550) ao referir, desde Lisboa, "não haver memória de se ver neve ou frio por aqui"[11].

Por alturas dos anos de 1570 a situação climática tende a alterar-se desencadeando um comportamento inverso. Um arrefecimento generalizado mais visível pelos anos de 1580-90 e particularmente agravado na soldadura do século. Uma alteração muito significativa e que tem sido mesmo conotada e designada como uma *pequena idade glaciar* que afectou toda a Europa e que igualmente documentámos exemplarmente no quadro nacional. Teve particular efeito nas culturas agrícolas, cereais e vinhos. Na soldadura do século reduziu drasticamente a produção cerealífera tendo despoletado, em consequência da míngua de recursos alimentares, várias revoltas e motins populares (motins de fome) por muitos lados documentados. (Entre vários e graves, já referimos alguns).

Fique apenas, por hoje, um testemunho:

Por 1572 "foram os frios e geadas tão grandes em Portugal que se não acordava ninguém de ver outro tal porque até pelas ruas de Lisboa, em qualquer poça de água que acertava de ficar água, se achava pela manhã em caramelo da grossura de quatro dedos. E não falo pelo campo porque lá era cousa nunca vista. A mim me aconteceu pôr de noite uma tijela cheia de água à janela e pela manhã a achava feita caramelo tão duro que não se podia tirar sem quebrar a tijela. Nas outras partes da Beira e Alentejo se achavam pela manhã os potes das cantareiras feitos em caramelo e quebrados os potes ficava a forma do caramelo em pote tão dura que não havia podê-la quebrar e o que mais foi de maravilhar foi que o *mar salgado de Alcochete ao longo da terra se viu coalhado em caramelo* e tirando alguma fateicha, a (água) que vem (vinha) na corda do leito, se coalhava de improviso em caramelo e por aqui se pode julgar o que seria nas partes da Beira de seu natural tanto mais frias". (Frios, pois, que gelaram as margens do Tejo)!

---

[11] Francisco de Monçon.

Por alturas de 1610-14 os frios tendem a atenuar-se e deparamos até com anos por vezes bem quentes e secos. Pode servir de exemplo a região centro, de que nos ficou directo testemunho dos excessos de seca e calor, como dos anos de 1629-1630-32, que voltariam a queimar tudo. Dentro desta fase, uma melhoria significativa entre nós está geralmente presente em anos posteriores. Todavia, a partir de então, (1690) a recorrência de anos novamente frios ou mesmo excessivamente frios, agrava-se sobremodo e entra-se dessa forma pela primeira década do século XVIII. Outro pequeno surto glaciar, que castigou de modo particularmente acentuado os anos da soldadura, presente ainda por 1709-1710. (O ano de 1709 seria um ano de frios de muito má memoria de que ficaram lapidares testemunhos também entre nós). Novamente um período muito dificultoso do ponto de vista agrícola que voltaria a despoletar motins e revoltas da fome documentados por vários lugares particularmente nas regiões atlânticas e continentais. Anos, na realidade, muito dramáticos em termos alimentares.

Desde então, um outro ciclo climático se desenha favorecendo, de um modo geral, praticamente todo o século XVIII. Benéfico para a generalidade das culturas, dos cereais aos vinhos. Este benéfico comportamento climático (embora não atribuamos tudo a estes factores) saldou-se, por uma melhoria significativa da produção agrícola no seu conjunto embora outros tenham escrito, ou continuem a escrever, em contrário. Há dados quantitativos mais do que disponíveis para que se não continue em banalidades e lugares comuns. Logo, daí resultaram também melhores condições alimentares com um consequente reflexo positivo no substrato demográfico. Isto é, sem dúvida, mais recursos alimentares – mais população que, de um modo geral, ficou assinalado como o melhor perído da Idade Moderna. Este período benéfico começaria a inverter-se com anos climáticos adversos (de sinal contrario) que se começam a desenhar a partir de1768-70-73 com reflexos directos novamente, sobre as as culturas dos cereais aos vinhos, ainda que estes menos afectados. Estes anos tendem a rematar o “belo século XVIII”, anunciando uma inversão que, em termos de longa duração se começa a desenhar. Marcará uma inflexão importante no mundo agrícola e campesino até aqui ignorado, mas bem documentado pelo Entre Douro e Minho, Douro (e não só). O quadro geral, todavia, recompõe-se particularmente na década de oitenta (Uma década de certo modo alargada que poderemos prolongar

até os anos de 1794-95). Esta "década" de oitenta (até estes anos), tende a resistir isto é, resiste a essa tendência, e verifica-se a presença de anos soalheiros e quentes, geralmente benéficos para todas as culturas e muito particularmente favoráveis aos vinhos. Atesta-se em todas as áreas vinícolas, do Entre Douro e Minho ao Douro onde foi possível verificar estes impactos climatéricos em termos numéricos, quantitativos e descritivos.

Ficou evidente que desde aqueles anos da década de Noventa (1794-95), se foi verificando significativa alteração, um novo ciclo, de sinal contrário. Outra inversão do ciclo isto é, a presença e a recorrência de anos frios que acabaram por afectar todas as colheitas, particularmente drásticos nos finais da década e início da nova centúria. Cito apenas aqui um testemunho:

Raramente neva em Lisboa. (Vide supra otestemunho do século XVI). Ora, por estes anos isso tornou-se frequente de tal modo que "muitos julgaram que era chegado o fim do mundo"! Uma situação que castigou novamente a soldadura do século voltando a registar-se os fenómenos sociais habituais nestas circunstâncias: revoltas e motins e populares que, misturados ou não com outros ingredientes, desembocariam pouco depois (1808--1809) num verdadeiro estado de amotinação geral (quase de guerra civil), de ajuste de contas entre grandes e pequenos (famintos e acossados pelas dificuldades, mais do que entre franceses e portugueses)[12].

Neste conjunto, quero apenas e por último referir, por estes tempos ou nos imediatos, a presença de fenómenos ou momentos climáticos extremos com grandes amplitudes de variação e por vezes verificados em anos contíguos[13]. Factos que, a verificarem--se hoje constituiriam seguramente um clamor geral e o prenúncio do fim do Mundo, (e como se prognosticava, já para o ano 1000, também ele enredado graves complicações climatéricas). Um novo

---

[12] Ver nosso – *Os Injustiçados das Invasões Francesas.* Em "O Porto eas Invasões Francesas". (2008-2009). Porto. 2009. Vol. II.

[13] Por que este ano se queixaram muito as gentes dos extremos calores e seca de Setembro (por ser cousa nunca vista) deixo aqui apenas um exemplo. Setembro de 1807: "A mudança repentina e inesperada q neste mez se observou na Atmosfera, passando esta de hum tempo proprio e natural a hum calor excessivo e improprio de 7brº tem feito sensação em todos. Os homens mais velhos deste paiz tem asseverado ser isto bem estraordinar.º e bem digno de notar-se" (vide infra, Dietário de Lisboa). E não vai há muito tempo que corria no rifão popular – "em Agosto secam os montes e em Setembro as fontes".

fim do mundo reportado para estes anos da soldadura de setecentos-oitocentos. Os lisboetas temeram-se de uma escatologia final nos finais de setecentos e num espanto que deixaria também boquiaberto Frederich Link (um naturalista alemão que vinha das terras frias, que estava em Lisboa e visitou praticamente todo o país): "é extremamente raro nevar em Lisboa mas *de há cerca de 15 anos a esta* parte tem acontecido frequentemente". (*N.B.:* repare-se na referência *de há 15 anos a esta parte*[14]. Todavia, mais ainda, com o que se passaria em anos posteriores. Novo pressentimento de alterações climáticasem em curso: "p.ª hum anno mais notavel (1804) *parecia ter variado m.tº o Clima* pois os velhos de id*ad*e mais provecta não tem memória de semelhante"[15] (Mostrando, nos dois testemunhos, uma sucessiva repetição, a constatação de uma tendência).

Passado o testemunho de Link, um último exemplo para anos que caem dentro deste ciclo e que, a repetir-se hoje, seria também um outro prenúncio grave de apocalipse:

"Logo em 1816 se observou "o singular fenómeno do derretimento do gelo do Polo Boreal. Enormes massas de gelo convertidas em ilhas flutuantes, que desceram no Atlântico até ao paralelo 40 (c. altura dos Açores) onde chegaram, alguma das quais com mais de 200 pés de altura. Estranho fenómeno! "Há mais de 400 anos, nunca visto" (e, desde aí, nunca mais observado). O(s) enorme(s) frigorífico(s) flutuante(s) redundaria(m) em uma vaga de frios que atingiu toda a costa portuguesa. Desencadearia um ano particularmente frio e um ano verde.O ano de 1817 foi duramente castigado pela seca e pelo frio. As frutas não amadureceram "dos mais escassos de quantos se conheceram no reino; os mais felizes colherão (apenas) a semente que lançaram à terra".

Para terminar, quanto a anos de extremos que cobrem os tempos posteriores e para além do que já referimos, eis testemunhos tomados por um observador a partir de Lisboa mas amplamente documentados por todo o espaço metropolitano, particularmente pelo Entre Douro e Minho e no quadro do Portugal atlântico e continental:

Em 1820 novamente a presença de frios estremes. Nas Beiras continentais os frios foram demasiado excessivos. Na região da

---

[14] *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu´ à 1799*. Paris 1803-1805.

[15] Sublinhado, nosso.

Covilhã congelou o vinho em tonéis de mais 100 almudes (isto é, umas 4 pipas (!). As comunicações ficaram interrompidas no conjunto do Portugal Continental. Por muitos dias se não se pôde passar pela Serra da Estrela e cercanias devido à grande quantidade de neve. Viram-se as ruas de Lisboa cobertas de gelo algumas "com vidros com mais de 7 linhas de grossura".

Nos anos seguintes continuou a série das intempéries adversas. Assim em 1826-28 (com o ano extremamente seco (e frio de 1827 que queimou uma grande parte da produção vinícola) para culminar nos anos verdadeiramente enregelados de 1829 e 1830. "Desde Dezembro até ao fim chegou o frio a tal intensidade que não lembra a grandes idades". Anos, na verdade, verdadeiramente glaciares: o Rio Minho chegou a coalhar-se nas suas enseadas e de fronte da cidade de Orense chegou a altura da água congelada a 4 e 5 palmos de altura". Frios continuados pelo ano de 1830. Finalmente, "foi tão excessivo o frio que para navegarem os barcos neste rio Minho, e mesmo no Douro, era necessário irem homens adiante quebrando o grosso gelo vendo-se muitos mugens mortos encarcerados no mesmo gelo". As hortaliças, diversas árvores de fruto, ficaram totalmente queimadas e a falta de moagens e "outros objectos necessários à vida experimentavam notável danificação nestas terras do Norte". Mesmo em Lisboa morreram pessoas pelo do excesso do frio e "em vários sítios, entre eles na cidade da Guarda, o termómetro Réaumur desceu bem abaixo dos zero graus" (isto é, uns 22-23 graus C negativos ou possivelmente mais). O Rio Mondego gelou e todos os regatos na Beira Baixa. Gelarão as batatas, os nabos, novamente os vinhos e, o que é mais, a própria aguardente se congelou (!!) "Grande foi o frio de 1782 mas este de 1830 além de mais rigoroso, tem tido uma maior série de dias".

Ainda, e finalmente, para o ano de 1839: ano de verão muito chuvoso com um Outono igualmente húmido e frio de que resultou a perda de produção no Entre Douro e Minho deixando na indigência os pobres e muitos lavradores desta Província. O mesmo sucedia por Trás-os Montes, Douro e muitas outras terras. Um viajante que passou nesta região (Braga-Prado-Vila Verde--Ponte do Lima) pelos anos de 1827-28 deu conta dos efeitos sociais, ainda que não apenas motivados por estas alterações. Ficou espantado e surpreendido com a quantidade de pobreza, miséria e de indigência que, sentada nas escadas da igreja da

abadia de Tibães esperava, de mãos estendidas a esmola do pão dos abades[16].

Para conclusão sobre os tempos que aqui nos ocupam e sobre esta série fria, rematemos com os dados e a conclusão de Le Roy Ladurie (sobejamente documentada de modo mais ou menos grave, como vemos, para o quadro nacional): "o conjunto termométrico das observações europeias entre 1800 e 1850 mostra, no seu interior o verão mais frio em 1816 e o inverno mais enregelado – 1829-1830". Os "observatórios beneditinos" deste período (registos diários, directos que aqui se divulgam) são particularmente exemplares acerca deste momento climático e dos seus efeitos sobre as culturas, dos cereais aos vinhos e sobre o estado sanitário das gentes.

Diga-se que, alterações por vezes acompanhadas de outros fenómenos importantes do eco-sistema e que, de quando em-vez, foram registados. Eis, por exemplo, o estado dos conhecimentos por alturas de 1800 quanto a fenómenos globais paralelos desencadeados (ainda que mais raramente anotados):

"Tornão a aparecer pela costa de Pomerânea (costas da Polónia-Alemanha) e Prússia os arenques, depois de uma ausência de alguns séculos. Em 1300 e 1400 se reunião exclusivamente sobre as ditas costas mas durante o século XV-XVI se encaminharão para as costas da Dinamarca e da Suécia *e agora* parece q vão começar a volta – o que sem dúvida (é) huma cousa bem notável".

A este propósito não deixa de ser extremamente curioso também o que um dos *Dietários* de S. Bento anota nas efemérides climáticas do ano de 1800:

"Alguns naturalistas tem observado que o nível do mar se altera. Na Suécia o mar baixa no espaço de cem anos 44 polegadas *o q prova q 200* anos antes da era vulgar *a Suécia era uma realidade física bem diferente".*

Quer dizer, um período de arrefecimento que perdurou, em termos gerais, até meados do século – (1840-1850/60) com impactos directos nas produções agrícolas entrando-se depois destes anos em um novo ciclo de sinal contário. A partir de então, e em termos de comportamentos seculares, desde meados do século XIX (c.1850/60) que estamos perante um novo ciclo. De sinal contrário, isto é, de aquecimento.

---

[16] W. Kinsey, *Portugal Illustrated*. 1828

Parece também evidente que por sobre esta realidade, ou estas realidades, as pressões exercidas hoje sobre o mundo físico, são de monta e não têm precedentes. Tendo existido sempre, nunca foram tão intensas, com tendência para rapidamente se agravarem. Todavia, não duvidamos muito que a observarem-se hoje fenómenos, sobretudo desprendimentos de enormes massas polares – que desceram pelo Atlântico, que "resistiram" até alturas dos Açores, seria certamente prenúncio de uma escatologia final. Perante a sensibilidade que o tema adquiriu e tem adquirido, certamente com boas e prementes razões. Tudo, para além de, no presente, se deixar um sério aviso sobre as consequências da depredação de recursos e de todo o tipo de besteiras que se têm acumulado sobre a Natureza. Todavia, parece evidente também que os ciclos climatéricos se irão continuar a suceder e seguramente alterar-se ou inverter-se, a ajuizar pela lição documentada dos tempos passados. A força "natural" da Natureza continua aí, actuante, quer queiramos quer não, quer especulemos ou não e é ela, essencialmente, que ditará a sorte final dos ciclos climáticos agora, sem dúvida agravados pela acção humana, por uma pressão demográfica sem precedentes e que vai continuar em crescimento, ao que se prevê, ainda mais rápido e volumoso. (passado o caso da *Europa Velha*). Junta-se, como dizemos, toda uma panóplia de besteiras humanas acumuladas, que temos diante dos nossos olhos que, naturalmente, têm os seus feitos cumulativos graves neste comportamento do sistema físico e que, se não travarmos ou minimizarmos, se agravarão.

Constatamos factos nesta brevíssima síntese[17] sublinhando, mais uma vez, que as variações climáticas não são sequentes isto é, não há rectas e numa série longa de frios, podem verificar-se (isto é, têm-se verificado) anos de sinal contrário. O inverso, igualmente constatado, por vezes com grandes variações (amplitudes). Neste caso provocando e desencadeando igualmente efeitos nocivos particularmente marcados nos tempos passados.

E... finalmente, pergunta-se: teremos entrado em um processo de ciclo irreversível? Se assim for, a gravidade pode ser, de facto, definitiva e realmente próximo de nos achegarmos a situações graves e mais dificilmente removíveis.

---

[17] Outros dados constam na versão alargada.

Cabe, por último, perguntar: será que os elementos e os dados conhecidos, aqui tão sumariamente reportados, mostram ou indiciam uma variação secular de curta / média duração, em termos de história climática?

Deixamos apenas aqui, como uma hipótese, podermos estar em presença da tendência para uma variação de "curta" amplitude secular em que o fim ou inícios dos respectivos ciclos ditaram geralmente no passado complicações económicas (agrícolas) e sociais mais ou menos graves que hoje se vêem praticamente removidas com a maior variedade dos recursos alimentares e, sobretudo, com as facilidades de articulação dos espaços e dos recursos que o mundo agrícola antigo (mas ainda por tempos, muito prolongado), geralmente fechado no pequeno espaço e no pequeno quadro, não conheceu.

Considerados estes quadros gerais ("compostos" com outros pormenores e informes que aqui naturalmente se passam), remetemos para os impactos numericamente aferidos e documentados sobre as produções, para o caso específico dos cereais e vinhos, a partir dos inícios do século XVIII chamando a atenção para a modelação que se desenha em todas as séries ao logo deste percurso e nomeadamente desde os finais de setecentos, e em muita estrita correlação com estes "movimentos".

Deixados estes dados e esta rápida, (muito sintéctica) visão do "sistema" antes dos registos climatéricos, passemos à divulgação de uma dessas memórias informativas, neste caso, respeitando à ponta final destes registos e destas séries quantitativas.

Os *dietários* dos mosteiros de S. Bento

Estas memórias climáticas respeitam aos finais do século XVIII – inícios do século XIX. Ficarão essencialmente como dos mais importantes documentos sobre o comportamento climático em Portugal ao registarem *as alteraçoens notaveis da Atmosfera,* antes dos registos termométricos que daí em diante se começarão a ir praticando, por aqui e por ali, a partir de várias localidades e nos primeiros observatórios que se vão estabelecendo. Respeitam à ponta final das séries quantitativas que foi possível apurar e estabelecer sobre as colheitas, seja dos cereais seja dos vinhos a partir do quadro fundiário do Entre Douro e Minho e, como dissemos, muito chegados ou mesmo coincidentes com as actuais terras

do concelho de Braga, melhor, desta bacia central do Cávado. "Memórias metereológicas", que nos dispensamos de quadrar e conjugar com outros dados da conjuntura geral, climática, produtiva, demográfica e social desses tempos, uma vez que a eles já várias vezes nos referimos[18].

Deixamos também de lado a circunstância mais "próxima" do início deste tipo de "observações", desde antes e na ponta final do século XVIII e a chamada da múltipla importância (desde cedo) para os dados climatéricos isto é, do "comportamento dos ares" em diversos sectores da vida do Homem.

São novidade no quadro das referências às condicionantes físicas da produção agrícola. Em primeiro lugar relativas ao quadro geográfico onde mais directamente se inscrevem e a que respeitam, mas naturalmente ultrapassando esses limites pela natureza destes mesmos informes e pelas directas correlações que, aí e a partir deles, se estabelecem e documentam por quadros mais alargados.

Diremos finalmente que esta recolha e esta observação sobre o meio físico anda enquadrada em atitudes e em um momento cultural muito específicos. Sem dúvida, no movimento fisiocrático. Vimos essa "filosofia" e a prática correspondente em muitos responsáveis do Grémio beneditino tendo alguns tido papel de relevo no seu incremento e difusão[19]. Entre outros, poderemos aqui lembrar Fr. José da Expectação que esteve na raiz da criação da Sociedade Económica dos Amigos e Compatriotas do Bem Público de Ponte de Lima (1779/80) – primeira Academia Rural e uma das raríssimas Sociedades Patrióticas dos Amigos do País que apareceram entre nós e cujos estatutos redigiu[20].

Outros, como o Cardeal Saraiva, ou o seu irmão de sangue, Fr. Luís Saraiva, ou o notável agrónomo Fr. João Baptista do Desterro que nos finais do século XVIII inícios do XIX desenvolveu uma notável obra agrícola nas terras litorais do Couto da Estela.

---

18 Remetemos mais uma vez para, *Terra e trabalho. Senhorio e gentes no vale do Cávado durante o Antigo Regime. A Abadia de Tibães. 1620-1828.*

19 Deixaria um importante tratado acerca a importância da cultura dos linhos – *Tractado instrutivo da mais util cultura, fabrica, efeitos, e comércio dos linhos*
Ver nosso, Da prática agronómica ao fisiocratismo nos Mosteiros de S. Bento. IV Centenário da fundação do mosteiro da Vitória. Porto. 1997.

20 Que oportunamente virá a luz.
Ver nosso, *Dois palmos de terra / um punhado de linhaça. (Algumas considerações históricas sobre os linhos. ("*Boletim Cultural de Vila Verde". Vila Verde. Ano. 2014).

Sem dúvida ainda, os Gerais Fr. Manuel de Santa Rita Vasconcelos (1798-1801) e seu sucessor Fr. José de Santa Rita Vasconcelos (1801-1804). De modo particular Fr. Bernardo da Esperança Teles que no seu generalato (1795-98) determinou que todos os mosteiros procedessem a estas observações e a estes registos. Motivações e preocupações várias subjazem, como dissemos. De salientar aqui em particular os dados sobre o comportamento do tempo, o estado das colheitas e das culturas, preços dos géneros e outras referências com particular interesse para a gestão e administração material dos mosteiros, mas não só. Ficaram igualmente evidentes preocupações sanitárias. "Das doenças que o tempo causa" – referia um dos primeiros que entre nós se meteu também à recolha destes dados. Registos que contemplavam esta dimensão, de conhecer e fixar dados seja para um melhor conhecimento, seja para prevenção do estado sanitário das populações para cuja dimensão Mário Franzini chamava também a atenção. Afecções muito conotadas então com o "comportamento e estados da atmosfera".

Outras preocupações sem dúvida presentes no caso dos bentos, que aqui passamos[21].

Valerão e ficarão essencialmente aqui como os mais importantes documentos sobre o comportamento climático em Portugal registado nos finais do século XVIII – inícios de oitocentos, antes dos registos termométricos, isto é, da "observação laboratorial". No todo, um documentando e um momento importantes para a história dos nossos registos climatéricos e para a história do clima e do sector primário em Portugal.

Venhamos à divulgação desta fonte documental, a esta "memória do tempo" registada nos dietários beneditinos.

O que são os *Dietários*

O *Dietário*, como já nos apercebemos é um registo diário do que se passa no quadro local e geográfico em que os diversos mosteiros se inserem. Podem também – e isso acontece frequentemente – registar factos e notícias várias, colhidas em fontes nacionais ou estrangeiras quer de natureza climatérica, quer

---

[21] Outros registos constam e de modo mais alargado na versão final de *Clima e colheitas,* para onde desde já remetemos.

outros assuntos que se julgam de interesse, com uma atenção especial sobre os acontecimentos políticos mais relevantes. Anotam também com frequência dados e notícias culturais, literárias e outras dando conta das publicações que vão surgindo. *"Isto é,* (no todo), *os Fastos mais notaveis q vão acontecendo assim na Ordem Fizica como na Ordem Moral, Politica e Literaria, p.ª a seu t.pº se escrever a Historia de huns e outros com individuação e acerto".*

Os dietários que nos ficaram acabam por coincidir com um momento político muito importante da História nacional. Assim, para além de referências a algumas personalidades, estas memórias coincidindo em parte com os tempos das Invasões Francesas e com a turbulência social que se seguiu, contêm dados muito importantes sobre estes acontecimentos. Por esse motivo já há bastante tempo, Aires de Sepúlveda se aproveitou do "dietário" de Lisboa no aspectos que se relacionavam com as movimentações militares e os acontecimentos políticos (1807-1812)[22]. Mas ficaram também anotados dados importantes dos mesmos acontecimentos a nível local e logo com os mosteiros como Tibães, Ganfei, Pombeiro, S. Tirso e outros.

Deixando aqui esses outros aspectos, seriamos desses *Dietários* as anotações que exclusivamente reportam as *alterações da Atmosfera*, tomadas dia a dia, por vezes de hora a hora.

Precede a pastoral do Geral Fr. Bernardo da Esperança Teles a quem se ficaram devendo estes registos tomados a partir destes diferentes mosteiros. Na realidade, implicando a presença de um "meteorologista de serviço". Sempre indivíduos competentes e devidamente habilitados – como expressamente recomendava. (Lembro que o de Tibães ficaria a cargo de Fr. Francisco de S. Luís – o futuro Cardeal Saraiva, aliás com uma considerável obra literária).

---

[22] No caso de Lisboa, por Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda em *Historia Organica e Politica do Exercito Português. Provas,* Vol. X. Lisboa. 1926. Aliás neste Dietário constam essencialmente os acontecimentos militares *porque* estamos a seguir os registos climáticos, selecionamos apenas estas referências deixando de lado aqui essas outras importantes informações que alguns estu-diosos têm, aliás, utilizado mais recentemente no âmbito da comemoraço da efeméride das Invasões Francesas.

Fr. Bernardo da Esperança Telles Dom Abbade G.al da Congrg.am de Sam Bento neste Reino de Portugal e Provincia do Brasil etc.[23]

Aos MM.RR. PP. Dons Abbades e todos nossos súbditos Saúde e pax em Jezu Christo

A grande e manifesta utilidade q resulta ao publico de se assentarem em memoria os Fastos mais notaveis q vão acontecendo assim na Ordem Fizica como na Ordem Moral, Politica e Literaria, p.ª a seu t.p° se escrever a Historia de huns e outros com individuação e acerto foi a q inspirou aos Cap. G.es da Nossa Congreg.am asabia providencia de mandarem q em cada hum dos mostr.°s houvesse hum monge curioso e entendido q fosse escrevendo em livro p.ª isso destinado as noticias q por algum motivo se julgassem digno de transmitir-se à Posteridade incumbindo aos prelados o vigiarem cuidadosam.te sobre a execução d´ este importante utilíssimo desígnio afim de não deixarem aos nossos vindouros aquella esterilid.e de noticias q nos hoje experimentamos por negligencia e incúria dos q nos precederão.

E vendo nos q esta Providencia com quanto é justo e arrazoada não tem contudo surtido o effeito q se podia e devia esperar ou por se não haver recomendado sempre a sua execução a Pessoas hábeis.ª desempenha-la ou por se lhe não determinar aforma e regularid.e q devião dar ao seu trabalho ou por se não apromptarem os subsidios para elle necessários ou em fim por não esperarem recompensa alguma por hum serviço q demanda não pequena applicação e fadiga, desejando desviar todos estes obstáculos, dar nova forma e vigiar a tão importante determinação e facilitarem aos q depois de nos vierem os meios de escrever a Historia sem aqueles defeitos e incertezas q natural.te resultão da falta de noticias individuaes e verdadeiras, temos determinado o seguinte:

1.° – Que em cada Mostr.° haja hum Monge destinado p.ª escrever o Diario dos Acontecim.tos Fízicos e Moraes, Politicos e Literarios na forma q abaixo se dirá. O qual Monge sera sempre escolhido pelo Prelado com aprovação nossa da classe d´ aquelles q por seu caracter ou conhecida curiosid.e e appplicação se julgarem mais dignos de tão importante e seria incumbência sendo alem disso em igualdade e merecim.t° e aptidão preferidos aquelles q mais livres e dezembaraçados se acharem p.ª empregar-se com cuid.° e assídua diligencia no dezempenho desta Comissão.

---

[23] Cópia, como consta do Diétário de S. Romão do Neiva.

2.º – que o Monge assim nomeado deverá examinar com toda adiligencia e escrever com particularid.e as memorias dos factos sucedidos na Cid.e, Villas ou Aldeas do território circunvizinho do Mostr.º ficando reservado p.ª os Dietarios dos Mostr.ºs de Lisboa, Coimbra e Porto as outras memorias do Reino ou do Estrangeiro por serem aquellas as principaes Cid.es aonde mais fácil e promptam.te costumão chegar as noticias publicas, p.ª o q serão alem disso auxiliados com a compra das Gazetas e Papeis Periódicos Nacionaes e de algum ou alguns Estrangeiros q serão comprados a custa dos mesmos Mostrºs e q depois de servirem ao seu emprego serão depositados nas respectivas Livraias.

3.º – Que coligidas e examinadas assim as noticias dos Feitos importantes comprehendidas debaixo das sobreditas classes, as escreverão pella ordem chronologica, e sem aparato algum de reflexões, com verdade, concisão e clareza na forma q vai indicada nas taboas juntas a esta ou por outro methodo q mais próprio parecer.

4.º – Que enchidas as taboas de cada mez logo no principio do seg.te nos sera infalível.te remetida pelo nosso Secretario hua copia p.ª sermos certos da execução do q aqui se derterminae no fim de cada trez mezes outra ao chronista Mor da Congr.am pela mesma ordem em q entrem hua e outras noticias assim Nacionaes como ainda Estrangeiras depois de escolhidas e verificadas quanto for possível com intelligencia e decernim.tº.

5.º – Que em atenção ao trabalho q necessariam.te hão de ter os q bem satisfizerem ao q aqui lhe encarregamos poderão os M.tº R.dªs P.es Dons Abbades conceder-lhes as isenções q lhe parecerem justas consultando-nos p.ª isso e constando-lhe legitimam.te q satisfazem a seu officio com exacta diligencia. E sempre q os incómodos desta ocupação se ausentarem do Mostr.º ou destricto donde escreverem por mais de quatro dias serão obrigados a entregar o seu Diario Mensal na forma em q estiver ao M.R.P. D. Abb.e p.ª q o mande continuar por outro Religiozo.

E posto q seja p.ª desejar e espera q o Cap.º G.al futuro tendo em vista a grande utilidade desta antiga e justa Providencia, agora por nós renovada e ampliada a confirmará e reborará com sua auctorid.e e p.ª ter o seu efeito mais seguro e permanente. Julgamos comtudo conveniente o antecipa-la, assim p.ª se começar desde logo a sua execução como também p.ª q no decurso do tpº q deve correr até a celebração do m.º Cap.º se possão notar os pontos deste nosso Regulam.tº q porventura

necessitarem de explicação, ampliação ou correcção Recomendando entretanto aos M. R.dos P.es DD. Abb.es da Nossa Congr.am quanto em nos he o zelozo cuidado com q devem promover a sua observância e concorrer deste modo p.ª apublica utilid.e em cujo beneficio devemos empregar-nos.

Esta será lida em Conv.tº pleno e registada assim como o mappa junto no livro Dietario e remetida dentro de vinte e quatro horas aos Mostr.ºs q se seguem o pela ordem marginal, com as certidões dos Notarios respectivos da publicação e registo.

Dada neste Mostr.º de Tibaens sob nosso signal e sello da Congr.am e refrendada pelo Secretario della, aos 19 de Dezembro de 1797.

Fr. Bernardo da Esperança Telles
D. Abb.e G.al da Congr.am de S. Bento

De mandado de S. Rever.mª.
Fr. Joaquim de S. Bento
Vice-Secretario

Dietário de Tibães

N.B.: 1. Reiteramos aqui os nossos mais gratos reconhecimentos ao então D. Abade Geral D. Teodoro Monteiro pelas facilidades concedidas permitindo-nos a reprodução deste manuscrito (como outros do Arq. Beneditino de Singeverga) para os trabalhos que apresentámos em 1979.

N.B.: Passo, por não julgar aqui pertinentes, algumas considerações que faremos sobre estes manuscritos, remetendo para a versão final de *Clima colheiras em Portugal,* que temos referido no correr deste texto.

Dietario principiado no Triennio do N. R. P.e Pregador Geral Jubilado Fr. Manoel de Santa Rita Vasconcellos por Fr. Francisco de S. Luiz actual Secretario da Congregação.1798 (NB: o celebrado Cardeal Saraiva).

1798

O Inverno deste anno de 1798 he hum dos mais rigorosos de frio e chuvas que se tem experimentado em Portugal há muitos annos. No Dezembro de 98 e Janeiro seguinte se sentia na Corte de Lisboa hum frio por extremo violento principalmente comparando-o com o ordinario estado da temperatura da athmosfera n´aquella

capital e protestavam as pessoas de longa idade que ali habitavão não se lembrarem de tamanhos frios. Os papeis públicos estrangeiros fazem menção do mesmo fenómeno.

(*N.B.:* No mesmo mez de Maio sahio a luz o *Anno Medico* que contem observaçoens meteriologocas e médicas feitas na cidade do Porto no ano de 1792 pelo Medico Joze Bento Lopes).

A 24 de Dezembro de noite em Londres segundo o thermómetro de Islington exposto ao nordeste foi o frio de 14 gr abaixo do ponto de congelação. A 25 do mesmo mez, foi de 15; a 25-6 de 13; a 27 de 12 e assim esteve athe 31 ao meio dia.

De Manheim (Alemanha) avizão que o Rhin e o Necker se congelarão em grande parte a 6 de Dezembro de 1798 e que o thermometro de Reaumur anunciara 19 gr abaixo do ponto de congelação. Em Hamburgo chegarão os gelos a impedir toda a comunicação com o mar e a duas legoas da cidade morreo congelado hum correio de Lubeck.

Neste Reino de Portugal houve frequentes e rapidas inundações com consideravel perda de generos e ruina das terras: entre as mais prejudiciais se deve contar a do Tejo que assaltou muitas das povoaçoens que estão nas suas margens fazendo grandissimos estragos, incomodos e perigos aquellas gentes.

1799

Em Amesterdão a 7 de Janeiro de 1799 uma densissima nevoa que já se havia sentido dias antes escureceu de tal maneira a cidade que foi necessario usar de fogueiras pelas ruas e fazer lanternas para evitar que a gente se extraviasse ou caisse nos canaes.

Em Genova os frios excessivos gelarão quasi todas as agoas. A terra se cobrio de neve e gelo. Os pomares de laranja arderão e athe chegou a interromper o trabalho dos Tribunais Publicos por não permitir o frio que os Magistrados assistissem a elles.

Os gelos do Danubio cauzarão tão graves damnos na cidade de Vienna e seus arredores que derribarão seis arcos da ponte principal e impedirão consequentemente toda a comunicação com a Bohemia e Moravia e nas vizinhanças de Edersdorff houve também grande inundação cauzada pelo mesmo rio. O Rhen tambem teve inundaçoens pouco ordinarias e ao retirar-se dos campos deixava varios moveis e destroços misturados com grandíssimos pedaços de gelo.

Em Março (19) de 1799 ainda as cartas de Hollanda fazião a mais lastimosa pintura das devastaçõens cauzadas pelo inverno. O Rhin, o Rhodano, o Sena, o Loira e Danubio, e Soma, todos os rios de França e Alemanha sahirão de suas madres ao derreterem os gelos de inverno o mais abundante de neves dos que há noticia, levando habitaçoens e edifícios e sepultando nas aguas grande numero de habitantes.

A Hollanda pela sua situação baixa, lana e cortada de muitos rios sofreo incrivelmente o terço da maior parte d´ aquella provincia se cobrio de agoa. E entre o Mosa e o Walse inundarão e ficarão de baixo de agoa 17 ou 18 povoaçoens, muitos diques e comportas arruinadas derão entrada as agoas que inundarão vastissimos paizes com grande perda.

Desde 1421 se não tinha visto n´ aquelles paizes scena mais lastimosa.

Assim que não tem há muitos annos havido invernos e com tão notáveis efeitos. Todavia em Lisboa, no mez de Fevereiro esteve a athmosphera assaz temperada e athe quente.

Em Março continurão os frios e chuvas excessivas e tambem em grande parte do Abril.

Em Maio igualmente chirão chuvas copiozas que durarão quazi todo o mez sem interrupção. No Junho começou a aparecer melhor tempo e mesmo calor bastante que também durou grande parte de Julho e neste tempo se reanimarão as esperanças dos Lavradores por aparecerem formosas as searas e prometerem anno abundante.

O mez de Agosto em que isto escrevemos corre mais fresco do que era de esperar nesta estação mas as searas continuão a prometter bom anno e os olivais indicão grande abundancia de azeite.

Setembro – O mez de 7brº de 1799 foi quazi todo chuvoso e apenas apparecerão alguns dias claros serenos e o mesmo sucedeo nos seguintes mezes de Outubro e Novembro de maneira que sendo este anno por extremo abundante de milho grosso e feijão tem-se perdido huma grande quantidade destes géneros por não haver quinze dias ao menos sucessivos oportunos para as colheitas. Donde rezulta vender-se o milhão no tempo dellas pelo preço de 400rs-360rs etc.

A colheita dos vinhos foi igualmente infeliz. As muitas e continuadas chuvas fazendo apodrecer grande parte das uvas e obstando a que as outras chegassem ao estado de conveniente

matureza, tornarão os vinhos de muito inferior qualidade e com tendencia a huma fermentação azeda ou podre que tem dado grande valor aos vinhos velhos e desacreditando os novos.

A colheita das frutas foi sobre todas extremamente escaça.

O mez de Dezembro tem sido chuvoso e a 23, 24 e 25 se experimentarão frios extraordinarios e grandes nevadas o que tem servido de prejuízo consideravel em razão de se tornar alem de dificil sumamente escaça a colheita da azeitona que ao principio deo tambem fundadas esperanças de abundancia deste preciozo genero.

N.B.: a fl. 51v, assinala:

Tendo sido as colheitas de 1798 más e escaças pela pela intemperança da athmosphera e incorrendo em esta circunstancia a geral penuria de todos os géneros occazionada pela guerra que pertinazmente tem continuado na Europa, subbio o pão a preços tão exorbitantes que chegou a vender-se o milhão grosso a 600--700-800 e 1.000rs crescendo desta maneira consideravelmente o numero de gente miseravel e a consternação geral de todas as pessoas sensíveis. Em atenção a isto o N. R,mº P. D. Abb.e Geral Fr. Manuel de Santa Rita Vasconcellos não so mandou em grande parte dos Mosteiros da Congregação aumentar a esmola da Portaria, fazendo suspender outros gastos para acudir a este objecto mais importante mas também neste Mosteiro de Tibaens fez repartir huma esmola de pão tão copiosa que chegarão a concorrer a ella pessoas dos Bairros mais remotos de Braga e destes arredores. Houve dia em que se contarão a Portaria mais de 1.000 pessoas gastando-se com ellas 14 e 15 alqueires de milho cozido e vindo deste modo a importar o milho dado em esmola de pão cozido desde Maio de 1798 até Maio de 1799 em mais de 2.404 alqueires[24]!

Em Maio de 1799 para obviar os effeitos da dura e cruel avareza dos Rendeiros que se aproveitarão da mizeria publica para enriquecerem a custa dos pobres, pozerão os Magistrados a taxa ao pão de milho fazendo-o vender a 650rs de cuja providencia foi o primeiro e o principal autor o Juiz de Fora de Guimaraens Manoel Martinho Falcão conhecido nesta Provincia pela sua integridade zelo e amor do bem publico.

---

[24] Isto é, a passar as 36 toneladas de pão! Já várias vezes temos referido este testemunho e os grandes apertos destes anos.

O Principe mandou tambem insinuar aos Negociantes da praça de Lisboa que seria do seu agrado que elles fizessem transportar para esta Provincia Milho, Centeio, ou Trigo, a fim de socorrerem a mizeria publica.

O arcebispo primaz tomou esta occazião da geral necessidade para escrever ao Clero huma Carta Circular em data de 4 de Junho de 1799 cheia de sentimentos de Piedade e Humanidade exhortando a todos a repartirem esmolas aos necessitados segundo as possibilidades de cada hum e rogando em especial aos Reverendos Abbades e Beneficiados que por beneficio e compaixão dos pobres mandassem arrecada os seus Dizimos e Rendas por sua conta para que os seus parochianos e mais pessoas mizeraveis escapassem à cruel dureza e insensibilidade com que os rendeiros não só esperavam a occazião de vender o pão pelo mais alto preço mas athe o aferrolhavão com intuitos de cobiça e avareza cauzando ou aumentado a geral penúria que se experimentava, etc.

Dando conta o Juiz de Fora de Castello Rodrigo ao Intendente geral da Policia da consternação em que se achavão os povos de Cima Douro pela falta de pão e exorbitante preço do pouco que aparecia, determinou Sua Alteza o Principe D. João que à custa da Real Fazenda se comprassem 300 moios de pão para se distribuirem gratuitamente aquelles Povos.[25]

1800

O mez de Janeiro de 1800 ate hoje 17 tem sido por extremo tempestuozo. À excepção do 1.º e 2.º dia deste mez tem chovido copiosamente e sem interrupção soprando quazi de continuo e com violencoa ora o Sul ora o Poente. Este estado do tempo tem feito com que a apanha da azeitona continue a ser difficultoza tendo-se conseguintemente perdido muita e apodrecido outra. *Há mais de trinta anos* pelo menos não ha memoria de tão desgraçadas colheitas[26].

O eminentissimo Patriarcha de Lisboa mandou fazer preces ao Ceo nas igrejas da Capital nos dias 23, 24 e 25 deste mez mas o tempo continuou no mesmo estado ainda por alguns mezes.

---

[25] Isto é cerca de 280 toneladas de pão.

[26] Nova referência a uma tendência em curso e curiosamemte remetendo para a altura dos anos 1760-1770. (Ver nosso, agora, *Terra e trabalho. Senhorio egentes no Vale do Cávado. A Abadia de Tibães 1600-1828*). Maia (Ismai) 2016.

De Lisboa avizão que a 12 deste mez de Janeiro houvera pelas 9 horas da noite huma extraordinaria trovoada à qual correspondeo na mesma hora em Coimbra hum furacão tão violento que cauzou não poucos estragos na mesma cidade e seus contornos. Na cerca do nosso Collegio levou a violência do vento as telhas do telhado em alguns sítios, arrancou oliveiras pela raiz, quebrou vidraças etc, etc.

As mesmas extraordinarias chuvas tem cauzado graves prejuízos, demolindo cazas e inundando os campos. Em Lisboa ficarão debaixo das ruinas quatro pessoas e alguns animaes. De outras (terras) vem semelhantes noticias.

O mez de Fevereiro continuou a ser chuvoso com o mesmo excesso que os antecedentes: houve algumas trovoadas e anunciarão as Cortes de Lisboa que no dia 25 às 7 e ½ da noite depois de huma trovoada e copiosa chuva se experimentou naquela capital hum tremor de terra de brevíssima duração.

O mez de Março correo no mesmo estado exceptuando tão somente alguns dias interpolados em que houve cessação das chuvas continuas e tempestuosas.

Na noite do dia 31 deste mez às 7 horas pouco mais ou menos tendo cessado a chuva miuda que sem interrupção cahira todo o dia e não soprando vento algum se ouvio no nosso mosteiro de S. Miguel de Bostello hum trovão que pela pouca distancia de tempo que mediou entre o seu estampido e o relâmpago precedente parecia deitar hum quarto de Legoa do Mosteiro. Apenas cessou o trovão se levantou hum vento forte do Sul e começou a cahir saraiva com grande ímpeto. Passados 5 minutos primeiros fuzilou segunda vez e rebentou segundo trovão com incrível estampido que pareceo abater o edifício e percutiu a piramide triangular da torre da banda do Sul, ferio as padieiras de pedra que formão o pavimento da mesma torre arrojando-aspedras, a Caza do relogio depois de escalavrar profundamente os lados da Sineira desde a simalha ate as extremidades do varão em que gira o sino. Na caza do relogio que he estreita e pouco alta se ramificou o raio em varias faíscas que buscarão sahída para diversos lados rebentando as portas de madeira e furando como broca, hum dos poiais da abóboda do coro e finalmente abrindo na parede do frontespicio da igreja dois buracos pelo interior della. Huma destas faíscas cahindo sobre o espaldar das cadeiras do Coro lambeo parte do seu ouro correndo em direcção do lado da Epistola para o do

Evangelho e desde o angulo do evangelho ao longo do Coro ate a grade do Cruzeiro e deste a Sacristia e desta ao Claustro onde desapareco. Outra faísca cahindo nas costas do órgão arrombou as portas e sem ofender os canudos fez nelles vários giros comendo o ouro das molduras. Outra ferio a orla interior do occulo do frontespicio e cortou nella huma lasca de pedra que pesará 3 arrobas, arrojando-a ao pavimento do coro e quebrou quazi todas as vidraças do mesmo oculo. Outra vazou toda a grossura da parede do frontespicio e sahio por ahi para fora. Outra foi abrir sahida na abóboda do Coro à parte direita da porta da igreja.

São notáveis nestes sucessos as circunstancias seguintes: 1.ª que cahindo tão copiosa electricidade na pequena caza do relogio não fizesse voar a fabrica da torre tendo partido de alto abaixo a cupula piramidal e arrojado ao terreiro os pregos della. 2.º que discorrendo huma das faíscas por perto da cabeça do M.R.P. D. Abbade e do P. Fr. João de S.tª Tereza que se achavão sentados nas cadeiras do Coro às matinas não mediando entre elles e a torrente electrica mais de meio palmo os deixasse com vida ficando so electrizados e sentindo a comoção propria deste estado. 3.º que apagando-se por effeito da rarefacção do ar ou da abundancia de fumo todas as luzes da igreja ainda as mais remotas, não sofressem os monges incomodo na respiração nem ficassem desanimados ou ainda gravemente ofendidos. Descarregada a nuvem electrica cessou a chuva e não trovejou mais. He esta a terceira vez em que há menos de quarenta anos recebe o Mosteiro de Bostello estas formidáveis vizitas

Junho neste mesmo anno de 1800 a 29 de Junho se avistou de tarde deste Mosteiro de Tibães todo o horizonte cercado de nuvens electricas que pelo meio da tarde começarão a despedir relâmpagos e trovoens. Dois deles forão aqui tão sensíveis que nos puzerão a todos em grande susto. Fora da Cerca na fralda do monte que fica ao Nascente bem próximo a parede da cerca cahio hum raio que partio em pedaços e seccou repentinamente hum sobreiro não muito grande. Disse-se que havia cahido outro raio junto a Quinta do Anjo mas não chegamos a verificar esta noticia nem a ver indícios della. No mesmo dia cahio outro raio em Barcellos não sei se na Cerca dos Padres Capuchos se na das Religiozas Beneditinas.

Na cerca de Travanca cahio outro no mesmo dia. Na capella de N.ª Senhora da Gloria que fica em Canissada ou perto desta

povoação cahio outro raio que achando imensa gente em certo festim que ahi se celebrava, matou nove pessoas e deixou mais de cem tocadas de modo que passados poucos dias constou terem falecido por todos vinte e nove pessoas.

No mesmo dia enfim constou haver cahido outro raio na estrada do Porto para Penafiel e outro ao pe de Vila Real.

Na 3ª fr.ª imediata que era o 1º de Julho também a athmosphera esteve carregada de electricismo fuzilando por quazi todo o horizonte mas não sei se rezultarão alguns estragos.

(1801-1804)

1804

As Estações deste anno tem sido bastantem.te regulares assim em frio como em calor donde nasceo a abundancia de fructos principalm.te nesta Prov.ª do Minho na qual tendo chegado o preço do pão a 720, presentemente corre a 400 e m.or; o vinho foi abundantissimo carecendo os lavradores de novas vasilhas pª o recolherem como sucedeo neste Mosteiro.

Em Agosto deste anno houverão enchentes repetidas quasi em todo o Reino por causa das sucessivas trovoadas que trouxeram copiosas chuvas cauzando alguns tristissimos effeitos principalmente m Bragança e na Villa de Manteigas na Provª da Beira na qual perecerão muitas pessoas.

Grande tem sido a felecid.e deste Reino escapando ao flagelo d peste que tem assolado a maior parte da Costa Oriental de Hespanha. Principiou em Malaga e daí se comunicou a muitas cidades fazendo em todas ellas grandes estragos. Ignora-se ainda o caracter especifico desta Epidemia se he ou não a m.ma que poucos annos atingiu a Cadis, se a Febre amarela de Filadelfia ou qual outra. Tem levado milhares de Vidas morrendo centos por dia. Não só no interior da Hespanha mas em todo o Portugal se tem tomado as mais exactas medidas p.ª evitar-se o contagio. Formou-se hum cordão de gente na Prov.ª do Alemtejo, fizeram-se em Lisboa Lazaretos, imposerão-se rigorozas quarentenas a todos os Navios que viessem daquelas partes etc. e ultimamente se criou uma nova Junta de Saúde a qual compete fazer executar todas e quaisquer providencias".

(*N.B.:* fl, 100): No Suplemento da Gazeta Portuguesa N.º 48 veio anunciado o modo de fabricar pão de partis iguaes e de Farinha Triga e Mandioca ou farinha de pão. Diz o author que he

hum pão saboroso m.tº nutriente e será hum grande socorro em anos pouco abundantes de trigo.

1805

Todo este anno tem sido bastante muito regular assim em calor como em frio e chuvas. O Inverno foi chuvoso mas sem excesso. Os calores tardarão e so pelo fim de Agosto he que realmente se sentirão. Esta regularid.e fez com que os Lavradores se prometerão huma rara abundancia de todos os frutos principalmente de pão. Chegou com effeito a vender-se este a 300 nesta Provincia. Não continuou, porem, assim. Algum frio que veio intempestivam.te fez com que as searas se atrazassem e finalmente não há a abundancia nem por metade do que se esperava. Com tudo como as colheitas tem sido m.tº boas não terá de experimentar se a falta que houve nos anos passados...

1806

Semelhante foi na sua temperatura e em consequência della a sua abundancia o anno de 1806. Não houve excesso de frio ou de calor. As Estações forão regulares e o preço dos generos proprios desta Provincia quazi sempre medio entre os que tem havido ou annos de fartura ou escassez.

1807

Não vai assim o rezente nno de 1807. O Inverno foi tão seco e falto de chuvas que pode dizer-se que não lhe choveo até Abril e este mesmo mes he que principiarão a sentir-se os frios q.do antes se tinha sentido calor. As sementeiras estão atrazadas e os Lavradores agourão mao anno. O Senhor no-lo conceda bom e de fartura.

A 6 de Junho pelas horas da tarde houve hum tremor de terra pouco sensivel nesta Provincia porem em Lisboa m.to. Com tudo ali mesmo não cauzou damno notavel.

O mes de Junho foi muito irregular: houverão dias de muito calor e outros bem frios.

Julho começou a compor hum anno que se receava desgraçado: foi todo de calor e de huma admiravel alternativa de Sol e de chuva de modo que esta suppriu bem as aguas que faltarão no inverno. Agosto continuou da mesma sorte à excepção dos dias 11, 12 e 13 nos quais choveu sem interrupção. Houve huma grande

chea porem não cauzou damno mais que de algum pouco linho que se achava mergulhado. Em consequência, de bom tempo que se não poderia desejar melhor e o que foi tudo, d´huma colheita a mais feliz. Houve grande abundancia de milhão. Vendeo-se muito a 400 rs e correria ainda mais barato se não tivesse havido tanta falta de centeio. Este correria a 700rs bem como o trigo a 960. Noutras Provincias onde estes dous géneros fazem o anno rico ou pobre foi summa a escaceza e os seus preços proporcionalm.te m.tº maiores. O vinho foi mais do que de ordinario costuma haver. Azeite, foi mui pouco sendo alias anno de safra. A cauza por continuar ainda a ferrugem que a tantos annos damnifica os olivais e nos fas este genero tão caro.

O verão que deixamos dito ser tão temperado entre nos não foi assim por toda a parte. Nas Provincias Unidas houve hum calor e seccura tão extraordinária que a maior parte das cisternas seccarão, a agoa dos canais tomando o sabor do lodo não só era inutil mas ate prejudicial. Houverão ali frequentes tempestades, porem por desgraça so servirão para destruir os campos sem minguar o ardor da Estação. Do Tirol (na Alemanha) avizarão no principio d´Agosto que se achavão ali feitas as colheitas e as uvas quazi maduras; effeitos de hum calor insuportável. Na Italia principalmente baixa e media não lembrava aos nados hum verão similhante. Em Roma o calor chegou a 29º segundo o Thermometro de Réaumur. Attribuiram-se a tão ardente calma as muitas apoplexias e outras infermidades que por ali grassarão.

1808

Os mezes de Janeiro e Fevereiro do prezente anno de 1808 foram inteiramente inxutos e assaz frios. No principio de Março alguma couza choveo e inda que pouco, fez grande beneficio principalmente aos centeios que em algumas terras estavão quasi sumidos que em outras nem chegarão a nascer pela muita secura.

1809

Janeiro – Neste mês houve demasiado frio e ventos fortes e muitas chuvas

Fevereiro – Continuarão as demasiadas chuvas.

Março – Continuarão as grandes chuvas.

Abril – Foi quazi todo chuvoso e frio fora do ordinário.

Maio – o mº com pouca diferença no frio.

Junho – continuou este mês a ser chuvoso e mais frio do que quente.

Julho – Este mês não so foi chuvoso mas athe meio bastantemente e por conseguinte m.tº frio.

Agosto – Felismente foi bastante quente aina que muito menos do que a estação o podia por acazo se encontrava um dia de calma.

Setembro – Foi quente e o seu Sol bem útil para madurar alguns fructos que havia.

Outubro – Foi bastantemente quente e foi o mez das vindimas que pouco trabalho derão.

Novembro – Houve bastante chuva e frios. 12 dias huverão de Sol e Nortes ajudarão muito a secca dos milhos.

Dezembro – Neste mez muita chuva e m.tº frio e neve tambem.

O anno foi mediano em todos (os fructos), menos em vinho que foi quanto podia ser escasso e não houve quazi nada de Azeite tambem menos talvez que o ordinário.

N.B.: em anotação final (fl, 124-125):

Fl-27 Neste anno não há a notar couza de huma justa memoria

Fl-28

1810

Este anno de 1810 foi quazi em tudo como o anno passado pelo que toca ao regulamento das Estaçoens. Foi quazi todo chuvoso. Pelo que toca a sua produção em trigos e Milhão foi bastantemente rico principalmente em Milhão assim acolheita fosse melhor pois os grandes invernos que não deixarão colher e secar perderão muito. Enquanto o vinho poucos anos se terão visto mais pobres neste género. Houverão terras que não tiverão absolutamente nada. Houve huma geada que veio pelos fins de Abril que queimou tudo. Azeite ainda houve.

1811

Janeiro – todo chuvozo e frio.

Fevereiro – o mesmo.

Março – Foi macio e de huma temperatura própria do mez.

Abril – Tem sido a maior parte chuvoso e frio no dia 9 ou 10 caiu bastante neve não so aqui mas inda em outras Provincias.

Maio – Foi alternado de chuva e Sol e quazi todo frio.

Junho – Principiou por hum perfeito dia e Inverno e choveo muito; houve muito frio e trovejou muio; os mais dias forão ora de Sol ora de frio e chuva. A 25 às 5 e meia da manham houve huma pequena convulsão da terra.

Julho – Foi de calor mediano.

Agosto – o mesmo.

Setembro – Foi inxuto athe 25; daqui por diante choveo bastante e com muita utilidade para as poucas uvas que havião.

Outubro – Foi ora chuvoso ora inxuto.

Novembro – Athe12 foi bastantemente chuvozo porem daí por diante houve continuamente Sol e ventos fortes o que foi muito útil para as colheitas

Dezembro – Foi chuvoso mas mais que tudo foi superabundante de geadas e por conseguinte em frios insuportaveis.

Este anno foi como os dois antecedentes escasso em tudo porem mais que tudo em vinho. Nesta mesma caza juntamente com os das Quintas não se colheo mais que 12 ou 13 pipas. Subiu nesta Provincia o preço da Pipa a 10 e mais moedas - preço sem exemplo. No Douro chegou a pipa a 40.000rs e na Beira pouco menos foi por falta que houve e ao mesmo tempo por a concorrencia das Tropas. O preço do Milhão he ordinario 960; do Trigo 2.000; Azeite a 12.800 o almude.

No artigo meteriologico a pag. 103v dissemos a desgraça das colheitas do anno passado (NB: 1810) que fazem a mizeria deste e para melhor se fazer idea acrescentamos aqui o que com os nossos olhos temos observado: Concorre a esta Portaria ordinariamente para cima de 400 pessoas a quem o N. R.mº fr. Manoel Ignacio da Dores manda socorrer e cuida a que se não falte a esta e a toda a Carid.e. Nas mais Provincias não so devem padecer a mesma necessid.e mas ainda maior ou pelos estragos dos franceses ou ainda pelo aumento de bocas nas passagens do Exercito. Hoje fins de Abril que isto escrevemos dizem estar o Trigo na Beira a 2.400, milhão a1.600, vinho a 3.200 ainda que nesta Provincia mais barato...

(*N.B.:* Refira-se que neste ano, se perdoaram aos rendeiros de Carreço-Areosa 150 alqueires de trigo, por impossibilidade de satisfação dos foros. Ver *Terra e trabalho,* cit)...

1812

Janeiro – Foi em tudo semelhante ao Dezembro.

Fevereiro – Proprio do mes muito frio.

Março – foi chuvoso e frio.

Abril – Athe 10 foide sol; por diante foi alternado de chuva e e sol. No entanto agoira hum anno farto por isso que tudo se acha atrazado.

Maio – Foi bastantemente frio.

Junho – Foi mais chuvoso que quente.

Julho – Athe 10 foi chuvoso, porem o resto foi de sol e muito útil.

Agosto – Foi muito bom e promete fazer muito milham.

Setembro – Foi próprio do mes e de bom S. Miguel.

Outubro – foi seco, ventoso e por isso se tem feito as colheitas sem perda de fructos.

Novembro – De 12 por diante chuveo sempre.

Dezembro – Próprio da Estação.

Os fructos este anno mais alguns forão que os do passado; contudo os preços pouco menos forão se exceptuarmos o milhão – que foi bastantemente mais baixo: chegou a vender-se a 400rs; o vinho, tambem desceo, porem, não tanto; o azeite continuou o mesmo a 12.800 o almude.

1813

Janeiro – Próprio da estação

Fevereiro – O mesmo

Março – O mesmo em frio, porem muito seco quazi todo giozo e sem chuvas.

Abril – Athe o meio seco e giozo. Do meio por diante choveo bastante que toda foi precisa pois já se pensava que os centeios e Trigos não darião as sementes.

Maio – Continuou com chuvas e frios.

Junho – Foi o que de ordinário he.

Julho – Foi próprio athe o dia 18. Porem a 19 e 20 e mais ainda, foi tanta a chuva que parecia o coração do Inverno.

Agosto – Foi temperado.

Setembro – Foi bom e seria melhor se nos seus fins não tivessem (vindo) algumas geadas que tolherão os milhos serôdios e q sera menos do que se esperava por esta cauza.

Outubro – Foi já m.tº feio e chuvoso q não deixou secar os paons e mal fazer as vindimas.

Novembro – Já nesse mês houve neve e sempre chuvoso.

Dezembro – Poucos Dezembros terão sido mais nevozos. Pode se dizer-se q todos os dias nevou mesmo nas povoaçõens não so nesta Provincia mas na Beia, etc.

Os fructos este anno correm mais baratos. O Trigo não passa de 1.600

O Centeio de 700 e o milho vai tomando o mesmo preço. O Vinho do Douro pagasse aqui o almude a 2.400 ordinariamente; o verde bom a 5 moedas e mais a pipa. O que desceo bastante foi o Azeite: posto aqui de Tras os Montes e da Beira pagasse a 5.000 e tanto o almude e seria mais barato se os proprietarios da Estremadura e Beira podessem colher toda a azeitona q se via a montes pela estrada de Lisboa, sem haver q.m a colhesse apezar de algumas providencias q o Governo deo para se aproveitar este preciozo genero. Effeitos ainda da entrada do Exercito Francez.

1814

Janeiro tem sido muito chuvoso.

Fevereiro o mesmo.

Março o mesmo se exceptuarmos os últimos dias que forão macios.

Abril tem sido bem frio pelas chuvas e neves que tem cahido.

Hoje 20 que isto escrevemos temos avista os montes do Gerez cheios de neve. Não agouramos por isto mal do anno p.ª as fruitas da primeira ordem

Maio tem sido frio porem enxuto a 21 às 4 da tarde sentiu-se hum pequeno terramoto que não cauzou prigo algum

Junho foi m.tº temperado e excelente. Promete hum anno rico.

Esquecia dizer que a 30 de Junho às 2 e 3 quartos da tarde quando a comunidade cantava em Vesperas da 8ª de S. João arrebentou hum trovão e raio sobre a torre da parte do Norte e entrando no Coro junto a cornija que esta próxima ao arco e órgão lambeo grande parte do ouro deste de hum e outro lado por baixo e por cima e he notável que no meio deste fogo o organista Fr. Luiz da Lapa não teve perigo algum nem sentiu mais que huma pequena comoção na perna esquerda A Comunidade fugiu atemorizada com o estrondo e com o fogo de q vio cheia toda a Igr.ª porem sem (que) tivesse sentido nem a mais le comoção electrica. Não se deve atribuir facilmente este effeito ou falta de efeito de

Electricid.e a sua pouca matéria por isso que depois observamos q ella tinha empregado bastante acção entre as duas cadeiras do R,mº e aproxima p.ª o lado esquerdo, quebrando a taboa do encosto fazendo-lhe saltar as guarniçõens athe as grades do Coro e passando abaixo a porta da Igr.ª botou por terra huma rapariga que ali se tinha acolhido da chuva e que se não podia levantar. Na Igr.ª por baixo do órgão e nas capellas próximas arrancou muitas guarniçoens de metal das grades e forão achadas da parte de dentro algumas sobre os altares. Na mesma Capella mor se conheceo o seu efeito deitando abaixo o ferro que sustentava acortina da porta da Caza da Cera. Noto que as cadeiras que forão quebradas estavão vazias pois felizmente aconteceo ser isto em 5ª frª dia de Cons.º q ocupou o R.mº e impedio de ir ao Coro. A torre não sofreo maior damno e apenas puxarão alguma couza as pedras do arco da Sineira q olha p.ª o Norte.

Julho foi todo secco se exceptuarmos huma manham de hum pequeno orvalho no 15 ou 16.

Agosto desgraçadamente tem continuado a secura athe hoje 20 ainda não cahio pinga d´agua e já se soppoem que, q.do venha, pouco beneficio poderá fazer. Os milhos da teras seccas já estão arrancados ou seccos

Setembro foi secco exceptuando o dia 14 em que houve alguma trovoada e pouca chuva foi o primeiro dia que choveo depois de 30 de Junho e assim mesmo não foi geral.

Outubro. Melhor foi e choveo bastante porem já não podia reparar a falta do Estio.

Novembro foi chuvoso.

Dezembro correspondeo a Estação.

Os preços dos frutos não fazem por ora diferença dos do anno passado. O milhão e centeio correm a 750 Trigo a 1.600 e o vinho mais barato está. O azeite deveria subir mt.º por que a ferrugem ainda continua.

1815

Janeiro atthe 15 foi inxuto, o mais chuvoso e frio.

Fever.º foi mais temperado do q costuma ser.

Março tem sido sempre inxuto e quente o q tem feito adiantar as videiras e fruteira mais do que devera ser para escaparem aos frios e vingarem os frutos. Neste mez e já nos fins de Fevereiro he que se principiou a planar a rua que corta a mata do Engenho da

Serra direita a porta do Anjo Já o anno passado se tinha posto algumas arvores. Porem deste he q se devera contar o seuprincipio por estas mesmas serem mudadas e postas as mais dellas. O mesmo dizemos da rua que corre no alto da mata por onde se vai p.ª S. Bento e acaba num sovereiro respeitavel pela sua grossura e antiguidade. As arvores q cercam em linha todo o muro desde esta rua athe o fundo da cerca onde chamão a Amieira humas forãom postas o anno passado outras este de 1815.

Abril foi todo frio e chuvoso.

Maio o mesmo q o antecedente.

Junho foi também frio athe 23 em que principiou a aquecer no entanto as searas estão admiravelmente gradas e o vinho parece estar vingado tudo debaixo de chuvas e frios.

Julho foi conforme com a estação.

Agosto foi bastantemente calorozo e todo sem chuva.

Setembro foi quazi todo seco.

Outubro foi da mesma sorte que o antecedente e por isso as colheitas forão o melhor q podião ser, tanto de pam como de vinho.

Novembro não foi chuvoso mas de muita geaga e muito frio.

Dezembro continuou como o antecedente mas de muitas geadas e muito frio.

Este anno não se pode chamar rico. Porem, excedeu em tudo os antecedentes e por isso os géneros não tem tido grandes preços se exceptuarmos o vinho do Douro q por sua qualidade e pouquidade já se paga ali a pipa a 50.000, o azeite também tem bom preço, anda o almude por 9.600 por que ainda continua a doença da ferrugem nas oliveiras e os frios de Maio e Junho perderão a safra. O trigo corre a 1.1000 o alqueire, o Centeio 600 o milhão 500.

1816

Janeiro de 1816, foi todo chuvoso.

Fevereiro – Choveo no primeiro dia e a 2, dia da Purificação de N. Sr.ª a huma hora com diferença de menos quatro ou cinco minutos depois da meia noite houve hum terramoto cuja duração continua excedeo dous minutos, alguns dizem quatro ou cinco. Foi bastantemente forte eo seu movimento pareceu-me ser de nascente a poente ou vice versa. Às 6 e meia da manham tornou arrepetir com duração de segundos. Não tenho ouvido contar q fizesse estrago ou ruinas ainda em Lisboa. Neste Mosteiro so abrio mais

coiza de huma polegada a capella mor na abobeda q já há muito se achava dividida através cahio deste sitio hum fecho da cornija e alguma caliça que tapava antiga fenda. Tudo hoje 9 se acha reparado com cal e tejolo e sem receio de que possa cahir porquanto forão chanfradas as pedras da abobeda por cima e aquella argamassa fazendo hum só corpo não pode descer menos q não seja sinal de iminente ruina da dita Capella mor.

A Chuva tem continuado athe hoje 9 sem interrupção e de hum modo tempestuoso. A 12 principiaram huns dias lindos que durarão athe o fim, sem chuvas, sem ventos e sem geadas.

Março athe 4 foi de sol; o dia 5 foi desabrido não tento pela chuva como pelas lufadas de vento q parecião derrubar tudo.

Abril foi de Sol e ventozo.

Maio foi de Sol com alguns dias de chuva. Promete hum anno rico de vinho.

Junho tem sido quente com bastantes chuvas.

Julho o mesmo que Junho a excepção de ter chovido mais se o Agosto for de calor sera hum anno de muito pam.

Agosto desgraçadamente este mez continuou como os antecedentes de chuva e athe frio. Foi huma estação extraordinaria, nem lembra tempo igual Pode-se dizer q não tivemos verão. Os frutos estão atrazadissimos nem já há duvida de que o anno haja de ser pobre em pam e talvez em vinho.

Setembro ainda continua a chuva e as uvas estão verdes.

Outubro. Este mez foi como de ordinário custuma ser athe no seo principio foi quente porem já não pode arremediar o mal e os damnos precedentes.

Dezembro o mesmo. Chuva e frio e bastantes geadas.

Este anno, que na Primavera e principios do verão dava tão belas esperanças de ser abundante e rico de todos os géneros, chora-se agora por pobre, pois o milhão que he o género de que Portugal abunda mais foi muito pouco pelas intemperanças do anno; o vinho q nasceo muito e se vingou todo colheo-se quazi verde, algumas uvas mesmo ficarão nas arvores por não chegaram a estado de poderem dar vinho (e) do mesmo q se colheo não se pode esperar muita duração ou bondade pois era sem espirito nem, como ccostumão dizer, sem corpo ou substancia. O azeite foi também pouco não so por ainda continuar o contagio da ferrugem mas ainda por ama exacção que terá huma raza de azeitona não chega a render hum quartilho de azeite.

1817

Janeiro de 1817 os primeiros dias foram de chuva porem a 4 levantou de sol athe 18 e 20 em q houve chuva e frio próprio da estação. A 21 já fazia sol e continuou athe o fim.

Fevereiro Foi todo este mez de sol e dias serenos como seriam de desejar no Junho.

Março foi todo de sol apenas choveo hum amanham coiza de huma hora.

Abril athe hoje que isto escrevemos, continua o mesmo sol e a mesma secura e a esterilidade devera ser grande principalmente naquelas terras que so dão trigo e centeio e em todas se não vem chuva a tempo de regar as terras para as outras sementeiras.

O verão de 1816 e o Inverno de 1817 são fora de todo o ordinario e de toda a lembrança dos nados. Já por toda a parte se fazem preces ao Ceo (em) 22. No dia 23 já houve alguns sinaes de chuva e em algumas partes já cahio; a 24 choveo e tem chovido temperadamente athe o fim deste: ainda faz muito pam!

Maio tem chovido e tem havido sol Porem os dias 19, 20, 21, 22, 23 e 24 forão inteiramente de Inverno athe frios.

Junho foi bom; a 16 as 4 horas houve hum pequeno terra-moto nem constou que cauzasse ruina.

Agosto foi de Sol. Porem o dia 27 foi notável por a tarde que trouxe de chuva e terriveis lufadas de vento (que) quebrarão muitas arvores e os milhos ficaram arrastrados. Nos últimos dias houveram geadas.

Setembro foi bom e forão boas as colheitas. Assim haverá que colher.

Outubro foi como de ordinario costuma ser.

Novembro foi quazi todo de frio seco.

Dezembro foi no principio chuvoso e o mais de frios secos.

Se os anos passados tem sido pobres, este he pobríssimo: Azeite nenhum, vinho muito pouco e pam ainda menos. Lavradores que outros annos tinham pam para quazi todo o anno já o não tem: a fome he certa e geral.

1818

Janeiro foi próprio da estação.

Fevereiro foi próprio porem com poucas chuvas.

Março foi mais frio que chuvoso.

Abril foi de frio seco.

Maio foi todo de chuva.

E tão forte que parecia estarmos no coração do inverno. Estão todas as sementeiras por fazer e pelo menos sera anno serôdio.

Junho foi de Sol e de 20 para diante de tal calor que não lembra igual. Como as terras se achavão fartas da agua de Maio, de tal sorte tem crescido as sementeiras e desenvolvido o vinho que promete hum belo anno. As oliveiras tambem estão carregadas de flor e ainda q o calor lhes faça perder muita, parece q não deixara de haver azeite.

Julho continuou o mesmo Sol e calor e mais forte ainda.

Agosto foi todo de hum calor intensíssimo e os milhos estão belíssimos.

Setembro foi de Sol athe 20; a 21 choveo e continuou athe o fim, o que fez má a colheita do vinho.

Outubro continuou a chover; os fins forão mais enxutos.

Novembro foi quazi todo de frio seco.

Dezembro principiou com chuva que continuou athe o meio; o mais foi de frio seco.

A muitos anos que em Portugal não houve tanto milhão e tam bem criado. Foi geral a abundancia e o seu preço he prezentemente de 400rs a 480 rs. O vinho menos foi que em anos ordinarios, procedendo esta falta de nascer pouco, porem este bem criado. O azeite por estes sitios e por a Beira foi bastante e, da tanta funda, rende por raza ou como outros chamão alqueire de azeitona, huma canada. Na Provincia de tras os montes em que este genero faz a riqueza da terra, que fora pouco.

1819

Janeiro de 1819 principiou com sol e frios secos, porem do meio por diante foi sempre de chuvas e neves não so nos altos montes ode ainda se vê mas ainda nos baixos.

Fevereiro foi frio e chuvoso e nos udias cahio muita neve.

Março continuou a neve nos primeiros três dias e de tal sorte que apesar de se levantar o Sol e com tal intensidade parecia Junho mesmo assim ainda a 25 se viam os montes brancos.

Abril foi enxuto e quente athe 12 porem dahi por diante choveo muito e foi frio.

1821

Dezembro. Aos 26 do mez de Dezembro de 1821 houve huma cheia no Rio Cavado tal que chegou a cobrir parte do telhado das Cazas do Rio sendo por consequencia superior à antiga cujo letreiro excedeo quase hum palmo digo excedeo o letreiro antigo seis palmos e meio.

1825

Este anno suposto as poucas chuvas que nelle houve contudo não foi dos menos abundantes porquanto so o género cereal foi medio e mesmo so foi athe escasso em alguma qualidade de cereaes como por exemº. Em milho alvo, contudo abundou muito em vinho.

Appareceo neste mesmo ano pelos fins de Setembro hum cometa bastante caudado sobre o nosso horizonte, antre Sul e Nascente e cuja direcção era de Nascente para Poente. Creio ser o mesmo que observou Mr Oufle e que apareceo em 1786, 1795, 1805 1819 e 1822 ou outro q foi visto a 20 de Julho por Mr. Biela de Praga.

1826

Fevereiro. No Mosteiro de Refojos de Basto na noute de 15 para 16 de Fevereiro pella huma hora cahio hum raio no alto da torre da parte do Norte, desabou sobre o telhado da igreja a imensa pedra que formava a cupula da dita torre, abatendo desta sorte toda a aboboda superior e inferior do Coro alto esmagando tudo a excepção do S.t.º Cristo e em razão de hum grande buraco que abrio no cunhal do frontespicio da Igreja lançou a terra esse cunhal desde a simalha da torre athe o frontespicio despedio varias pedras pelo patio e terreiro, arruinou bastante o frontespicio, máxime sobre a porta principal e arrojou huma grande pedra que carrega bem hum carro, 1º sobre a varanda q fica entre a hospedaria grande e outra imediata a torre levando consigo tudo o que encontrou athe parar no claustro.

Os banhos de mar e o uso das aguas fereas em geral não derão alivio aos enfermos há entretanto excepções.

Fl-27: Neste anno não há a notar couza de hum justa memoria.

Fl-28: este anno foi irregular em excesso. Todo o inverno e todo o Verão foi chuvoso havendo apenas alguns dias temperados.

Os frutos em geral são em abundancia exepto nas terras demasiadamente humidas

No território de Tibaens e suas vizinhanças houverão muitas e muitas pessoas doentes da garganta affectdas com dores dos dentes

Em 22 de **Fevereiro** das 8 p.ªas 9 h da manhã houve em Lisboa huma espantosa tempestade com chuva e granizo com duas faiscas que cairam na cozinha do Convento Novo. /a fl-80v).

Dietário de Ganfei:

Estado do tempo desde o primeiro de Janeiro do anno de 1800 por diante

Ano de 1800

Janeiro. No 1.º de Janeiro = sol e vento quente. A 2 nublado. A 3 chuva. A 4 chuva a 5 chuva e vento suão quente. A 6 chuva e vento forte. A 7 nublado. A 8 trovoens e muita chuva. A 9 vento tempestuozo e trovones. A 10 chuva. A 11 chuva e vento forte. A 12 chuva. A 13 chuva e vento fortíssimo. A 14 chuva e vento. A 15 trovoens e chuva. A 16 chuva. A 17 chuva e vento forte. A 18 vento e varia. A 19 chuva. A 2 nublado. A 21 nuvens e vento. A 22 nublado e alguma chuva. A 23 chuva. A 24 nublado e vento frio. A 25 nublado e frio. A 26 chuva; a 7 chuva. A 28 sol e vento norte frio. A 29 vento frio e chuva. A 30 chuva. A 31 chuva e vento frio.

Fevereiro. A 1 nuvens. A 2 nublado. A 3. Nublado. A 4 Sol com nuvens. A 5 nublado. A 6 nubens e chuva. A 7 chuva. A 8 chuva. A 9 chuva. A 10 chuva. A 11 trovoens e chuva. A 12 chuva. A 13 chuva. A 14 nublado. A 15 nublado. A 16 nublado. A 1 chuva. A 18 nubens e vento frio. A 19 chuva e vento forte. A 20 o mesmo. A 21 nubens e chuva. A 22 trovoens e saraiva. A 23 chuva e saraiva. A 24 chuva. A 25 trovoens e chuva. A 26 chuva. A27 chuva A 28 nubens e chuva.

Março. A 1 sol. A 2 chuva. A 3 nublado. A 4 sol e nubens. A 5 chuva. A 6 chuva. A 7 chuva. A 8 chuva. A 9 sol entre nubens. A 10 nublado. A 11 nublado. A 12 chuva. A 13 sol entre nubens. A 14 vento quente e nubens. A 15 chuv. A 16 nublado. A 17 nublado. A 18 nublado. A 19 nublado A 20 sol com nubens. A 21 nublado. A 22 sol e vento frio. A 23 nubens e vento frio. A 24 sol quente. A 25 saraiva e chuva. A 26 chuva. A 27 nublado. A 28

nublado e frio. A 29 sol entre nubens. A 30 chuva. A 31 nubens e chuva.

Abril. A 1 nuvens; a 2 chuva; a 3 ventos homidos. a 4 nublado; a 5 chuva de manhã e de tarde nublado com vento; a 6 algûa chuva; a 7 ventos húmidos; a 8 continuou o m*es*mo e a 9; a 10 chuva; a 11 chuva com vento; a 12 noblado; a 13 sol com algas nuvens; a 14 nublado; a 15 o mesmo; a 16 pouca chuva; a 17 nublado; a 18 o mesmo de manha e de tarde alga chuva; a 19 chuva; a 20 mesmo; a 21 chuva com vento; a 22 vento humido; a 23 nublado; a 24 vario; a 25 ate o fim deste mes o m*es*mo.

Maio. No 1 nublado; a 2 vento húmido; a 3 algûa chuva; a 5, 6 e 7 o m*es*mo; a 8 bastante chuva e a 9 e a 10; a 11 menos chuva; a 12 vento com algûas chuvas; a 13 o mesmo; e a 14 e a 15 pouca chuva; a 16 vento humido; a 17 até 23 sol; a 24 nuvens; a 25 nuvens com algum vento; a 26 nublado; a 27 ate 30 vento com algûa chuva.

Junho. No pr.º bastante vento e chuva; a 2 ate 6 po m*esm*o; a 7 vario com nuvens; a 8 vento; a 9 vento com trovoens; a 10 chuva e de tarde seja trovoada; a 11 vario; a 12 e a 13 nublado com mostras de sol; a 14 tempestuozo; a 15 chuva; a 16 menos chuva; a 17 e a 18 nublado com bastante calor; a 19, a 20 e a 21 o mesmo; a 22 sol picante entre nuvens; a 23 o mesmo e continuou ate 29; a 30 nuvens com menos calor.

Julho. No pr*imeir*o bastante calor e trovoens; a 2 nublado com mostras de chuva; a 3 sol picante de manhã e de tarde trovoada; a 4 calor sereno; a 5 o m*es*mo; a 6 continuou ate 12; a 13 nublado; a 14 e 15 ate 20 sol picante; entre nuvens; a 21 vento seco; a 22 sol claro e picante; a 23 ate 26 continuou o mesmo; a 27 chuva e trovoens; a 28 ate 31 algûa chuva.

Agosto. No pri*meir*o tempo sereno com algûa chuva; a 2 ate 4 vento suão com m*ui*to calor; a 5 algu veno e menos calor que continuou ate 9; a 10 nublado com vento; a 11 algûa chuva; a 12 nublado; a 13 entre nuvens; a 14 ate 20 sol com algûas nuvens e algua chuva; a 21 sol claro e continuou ate 26; a 27 vento fresco; a 28 com nevoas que continuou ate 31.

Setembro. No pr*imeir*o, tempo sereno; o mesmo a 2 e a 3; a 4 de manhã nevoas e de tarde algûa chuva; a 5 sol; a 6 nublado; a 7 vento fresco; a 8 mostras de agoa; a 9 vento fresco que continuou ate 11; a 12 sereno; a 13 algûas nuvens; a 14 pouca chuva; a 15 vento fresco; a 16 chuva; a 17 nevoas de manhã e

de tarde chuva; a 18 chuva; a 19 continuou o mesmo ate 21; a 22 algum vento; a 23 vento Norte; a 24 sol claro; a 25 o mesmo que continuou ate 28; a 29 algûa chuva; a 30 nublado.

Outubro. No pr*imeir*o nublado; a 2 algum vento; a 3 chuva;a 4 menos chuva; a 5 de manhã chuva e de tarde sereno com nevoas; a 6 nublado ate 10; a 11 tempo humido; que continuou ate 15; a 16 humido; a 17 e a 18 nublado; a 19 chuva; a 20º mesmo e a 21; 22 nublado pela manhã ate o fundo da tarde que puxou algum vento Norte; a 23 sul ate 27; a 28 nublado co algûa humidade; a 29 e a 30 chuva m*ui*to fria.

Novembro. No pr*imeir*o, nublado; a 2 algum vento; a 3 chuva; a 4 menos chuva; a 5 de manhã chuva e de tarde se viu sereno com névoas; a 6 nublado ate 10; a 11 tempo húmido e continuou ate 15; a 16 humido; a 17 e a 18 nublado; a 19 chuva e o m*esm*o a 20 e a 21; a 22 nublado pela manhã e de tarde sereno com nevoas; a 21 de manhã com nevoas e de tarde mostras de sol; a 22 sol claro; a 23 vento frio; a 24 continuou o m*esm*o ate 30.

Dezembro. No primeiro sol claro com vento e muita neve; a embrulhado; a 3 chuva que continuou ate 9; a 10 vento frio com neve; a11 sol claro; a 12 o m*esm*o que continuou ate 15; a 16 m*ui*ta geada e embrulhado; a 17 chuva ate 20; a 21 nublado; a 22 sol claro; a 23 continuou o m*esm*o caindo muita neve pela manhã; a 24 o mesmo que continuou ate 29; a 23 o vento frio; a 31 nublado.

1801

Janeiro de 1801. No pr*imeir*o nublado com muita geada; a 2 chuva que continuou ate 8; a 9 muita mais chuva e neve; a 10 nublado, no fundo da tarde algum vento norte; a 11 claro; a 12 o m*es*mo com muita neve que continuou ate 16; a 17 chuva fria que continuou ate19; a 20 sol; a 21v sol com névoas; a 22 nublado; a 23e a 2 o mesmo; a 25 vento frio; a 26º mesmo; a 27 sol com mostras e agoa; a 28 chuva que continuou ate 29; a 30 e a 31 sol com muita geada pela manhã:

Fevereiro. No pr*imeir*o nevoeio espesso; a 2 vento húmido que continuou a 3, 4 e 5; a 6 chuva com muito vento frio que continuou ate 11; a 12 chuva sem vento ate 17; a 18 nublado pela manhã e de tarde sol entre nuvens; a 19 sol claro; a 20 vento frio que continou ate 24; a 25 chuva e vento rijo que continuou ate 28.

Março. No pr*imeir*o, o mesmo ate 7; a 8 chuva serena que continuou ate 13; a 14 vento ; a15 nublado; a 16 sol entre nuvens; a 17 vento húmido que continuou ate 21; a 22 sol claro; a 23 nublado: a 24 vento humido que continuou ate 26; a 27 chuva; a 28 escrabanadas que continuou ate 31.

Abril. No primeiro o mesmo ate 6; a 7 nublado; a 8 continuou o mesmo ate 11; a12 algûas mostra de sol; a 13 chuva continua ate 19; a 20 sol a 21 sol de manhã e de tarde nublado; a 22 vento; a 23 de manhã nevoeiro e de tarde sol que continuou ate 28; a 29 vario com algum vento e o mesmo ate 30.

Maio. No pr*imeir*o dia continuou o mesmo ate 5; a 6 vento húmido; a 7 nublado e sereno; a 8 mostras de sol; a 9 sol que continuou ate 12; a 13 sol claro e sereno e continuou ate 28; 29 revolto com nuvens que continuou ate 30 e 31.

Junho. No pr*imeir*o o m*esm*o ate 3; a 4 tempestuozo; a 5 nublado; a 6 o mesmo com algum vento; a 7 sol claro que continuou ate 11; a 12 calor entre nuvens; a 13 sol picante que continuou ate 19; a 20 vento rijo; a 21 o mesmo; a 22 sol claro que continuou ate 26; a 27 vario calor que continuou ate 30.

Julho. No pri*meir*o nublado; a 2 sol entre nuvens; a 3 calor que continuou ate 10; a 11 revolto com calor; a 12 nublado de manhã e de tarde sol picante; a 13 calor forte que continuou ate 18; a 19 vario que continuo ate 22; a 23 sol picante que continuou ate 25; a 26 tempestuozo e trovoada de tarde; a 27 vento; a 28 chuva de manhã e de tarde claro; a 29 sol e a 30 e a 31 o m*esm*o.

Agosto. No pr*imeir*o calor que continuou ate 9; a 10 nublado; a 11 mostras d´ agoa; a 12 nevoeiro de manhã e de tarde claro; a 13 calor que continuou ate 17; a 18 vento; a 19 calor com vento; a 20 sol claro que continuou ate 24 sereno; a 25 vario; a 26 o m*esm*o; a 30 vento fresco.

*Setembr*o. No primeiro vento fresco; a 2 nublado; a 3 o mesmo; a 4 vento mais forte a 5 chuva; a 6 claro ate 8; a 9 chuva; a 10 sol entre nuvens e manhã e de tarde trovoada rija; a 11 sereno; a 1 o mesmo e sol claro; a 13 sol ente nuvens; a 14 tempestuozo; a 15 sol com mostras d´ agoa; a 16 vento suam; a 17 sol entre nuvens; a 18 calmas que continuou ate 22; a 23 nublado; a 24 sol que continuou caro ate 29; a 30 nublado com vento pouco forte.

Outubro. No pr*imeir*o tempo sereno que continuou ate 7 a 8 calor ate 12; a 13 nublado; a 14 chuva e trovoada e continuou chuva ate 20; a 21 nublado e fresco; a 22 sol que continuou sereno ate 29; a 30 chuva e a 31 o m*esm*o.

Novembro. No pr*imeir*o, chuva atemperada ate 6; a 7 tempestuozo; a 8 vento; a 9 nevoas; a 10 o mesmo; a 11 humido que continuou ate 17; a 18 tempo claro; a 19 e a 20 calma; a 21 e 22 sol picante; a 23 ate 26 o m*esm*o; a 27 temo fresco que continuou ate 30

Dezembro. No primeiro, claro com frio que continuou ate 7; a 8 o mesmo com geadas ate 11; a 12 chuva muito fria que continuou ate 23; a 23 sol que durou ate 26; a 27 chuva temperada; a 28 neve e temo seco que continuou ate 31.

1802

Janeiro de 1802. No primeiro, tempo seco e muita neve que durou ate 18; a 19 vento forte e frio; a 20 sol com nuvens que durou ate 25; a 6 tempo claro com geadas, frio e muito vento ate 31.

Fevereiro. No primeiro vento frio que durou ate 15; a 16 cahio fuleca todo o dia e continuou a 17; a 18 nublado; a 19 vento frio que duro ate 24; a 25 sol com vento frio que durou ate 28.

Março. No primeiro continuou sol com muito frio que duro ate 11; a 12 nevoas; a 13 tempo claro e vento forte muito frio que durou ate 31.

Abril. No pr*imeir*o tempo sereno ate 3; a 4sol claro; e a 5 o m*esm*o; a 6 vento temperado que durou ate 13; a 14 tempo fresco que durou ate 17; a 18 sol claro que durou ate 24; a 25 calma que durou ate 30.

Maio. No pr*imeir*o, tempo fresco; o m*esm*o a 2 a 3 e a 4; a 5 sol entre nuvens pela manhã e de arde chuva tempestuoza com trovoada; a 6 pela manhã chuva e de tarde sereno com suas mostras d´ agoa; a 7 pela manhã nevoeiro frio e sol ente nuvens, e tarde troboada e sol entre nuvens; a 18 pela manhã quente e temperado; sol entre nuvens e chuva e de tarde sereno; a 9 pela manhã nevoeiro e depois sol picante com alguas nuvens; a 10 sol claro com alguas nuvens e vento rijo de Galiza que durou ate 18; a 19 sol claro e bom dia; a 20 sol de manhã e de tarde nuvens; a 21 nublado, vento rijo de Galiza e de tarde chuva; a 22 sol entre nuvens e vento temperado; a 23 chuva quente todo o dia aos

andeiros; a 24 chuva quente de manha e de tarde sol nuvens e vento de Galiza; a 25 sol entre nuvens e frio; a 26 nevoeiro frio e sol picante entre nuvens de tarde; a 27nulado vento de sul e chuva aos andeiros que durou ate 31.

Junho. No pr*imeir*o, sol entre nuvens e sereno; a 2 nublado de manhã e de tarde sol picante entre nuvens; a 3 sol entre nuvens, vento do sul e chuva aos andeiros e assim continuou ate 12; a 13 sol entre nuvens e vento todo o dia do Sul; a 14 sol entre nuvens e vento do sul de manhãa e de tarde chuva e trovoada; a 15 sol entre nuvens e vento de manhãa e de tarde houve hûa grande trovoada (à margem trovoada a fl 20v); a 15 sol entre nuvens e vento de manhãa de tarde houve hua grande trovoada que vai na folha 20v; a 16 pela manhãa nublado sem vento e de tarde hua grande trovoada sem pedra que principiou da hua hora p*ar*a s duas e acabou as quatro da tarde; a 17 nevoeiro e sol ente nuvens de manhãa e de tarde pelas duas horas hum extraordinario pé d´ agoa sem torvão nem vento que durou hua hora e ao resto sol entre nuvens e socegado; a 18 sol e vento todo o dia e de tarde pelas 3 horas se ouvirão alguns torvoens ao longe sem agoa;a 19 sol e vento do Norte de manhãa e de tarde nublado, sereno e torvão ao longe; a 20 sol com alguas nuvens e quente e o mesmo a 21 e 22; a 23 nublado e chuva miúda de manhãa e de tarde sol picante ente nuvens em ar de trovoada; a 24 sol picante com nuvense o m*esm*o a 25; a 26 o mesmo e de tarde algua chuva de trovoada; a 27 o m*esm*o e a 28; a 29 sol entre nuvens e frio de manhãa e de tarde sol e vento de Galiza; a 30 vento frio e sol.

Julho. No pr*imeir*o sol nuvens e tempo fresco, de tarde sol picante e o m*esm*o, a 2; a 3 sol e vento forte de Galiza que durou ate 9; a 10 sol claro e sereno e o m*esm*o a 11 e 12 mas com algum vento; a 13 frio de manhãa ao depois sol claro e de tarde alguas chuvas; a 14 com nuvens e vento forte de Galiza que durou ate 20; a 21 chuva e vento do Sul; a 2 sol entre nuvens e d tarde nublado; a 23 nevoeiro fresco e sol com nuvens, o mesmo a 24 e 25, 26 e 27; a 28, 29 e 30 sol claro; a 31 sol e vento rijo do Norte.

Agosto. No pr*imeir*o, Nevoeiro, sol e vento do Norte que durou ate 7; a 8 sol claro; a 9 pela manhãa nevoeiro fresco e de tarde sol rijo que durou ate 20; a 21 sol picante; a 22 Nevoeiro e logo sol; a 23 sol entre nuvens e o m*esm*o a 24 e 25; a 26 sol e

vento rijo de Galiza que durou ate 29; a 30 sol entre nuvens, vento e chuva de tarde e o mesmo a 31.

Setembro. Todo este mes foi de sol e bom tempo excepto que para as tardes puchava algûas vezes vento do Norte.

Outubro. No primeiro sol entre nuvens e algum vento do Norte que durou ate 15; a 16 nuvens e vento rijo de Galiza; a 17 pela manhãa nuvens e vento e e tarde chuva com abundância que continuou ate 23; a 24 nuvens e vento que continuou ate 26: Nesta noite de 26 pela hûa ora houve hum grande furacão que derrubou muitas arvores quebrando hûas pelo meio e arrancando outras e levava telhas de muitos telhados; a 27 nublado, vento do sul com mostras d´ agoa; a 28 chuva com vento; a 29 chuvas e sol aos andeiros e o mesmo a 30 e 31.

Novembro. No pr*imeir*o, Nuvens e algum sol e de tarde vento e o m*esm*o a 2 e a 3; a 4 chuva com vento do Sul que continuou ate 10; a 11 nublado e vento do Sul; a 12 nuvens com algum sol e de tarde chuva que continuou ate 20; a 21 nublado e algum sol e vento do Sul; a 22 nuvens e vento; a 23 chuva em pouca quantid*ad*e e de tarde sereno; a 24 quieto; nuvens e algum vento e assim continuou ate 28; a 29 algua chuva e Sol aos andeiros e o m*esm*o a 30.

Dezembro. No primeiro nublado e vento moderado do Sul; a 2 de manhãa sol entre nuvens e de tarde chuva; a 3 chuva com vento que continuou ate 12; a 13 sol quente com algûas nuvens e assim continuou ate 17; a 18, sol nuvens e alguns andeiros de chuva e o m*esm*o a 19, 20 e 21; a 22 Nublado pela manhãa e de tarde sol com vento de Sulque continuou ate 24; a 25 algûa chuva e vento; o mesmo a 26, 27 e 28; a 29 sol entre nuvens e vento frio e o m*esm*o a 30 e 31.

1803

Janeiro de 1803. No pr*imeir*o nuvens com algum sol e vento fresco de Galiza; a 2 continuou pelo mesmo ate 14; a 15 pela manhãa sereno e de tarde chuva; a 16 nublado com mostras de chuva e o m*esm*o a 17 18; a 19 chuva de manhãa e de tarde sereno; a 20 sol entre nuvens; a 21 embrulhado com m*ui*ta geada de manhãa e de tarde sol; a 22 chuva todo o dia m*ui*to fria a 23 chuva fria aos andeiros; a 24 chuva muito fria; a 25 sol claro todo o dia; a 26 Nevoeiro e sol e manhãa e de tarde chuva; a 27 chuva e sol aos andeiros; a 28 nevoeiro m*ui*to frio, sol entre nuvens e

chuva; a 29 neve frigidíssima e de tarde sol e vento frio e o mesmo a 30 e 31.

Fevereiro. No pr*imeir*o, sol e vento do Norte m*ui*to frio e assim continuou ate 6; a 7 Nublado algûa chuva de neve m*ui*to fria; a 8 sol claro, vento do Norte frio que continuou ate 13;a 14 sol entre nuvens e frio sofrivel que continuou ate 16 a 17 nublado e m*ui*to frio; a 18, sol entre nuvens algûa chuva e frio moderado; a 19 o m*esm*o e e a 20; a 21 neve nos montes nuvens e m*ui*to frio; o m*esm*o a 22; a 23sl entre nuvens e vento rio do Sul; a 24 nuvens e vento do Norte muito frio; a 25 algûas nuvens sol quente e sereno todo o dia; a 26 sol claro algûas nuvens e vento frio do Norte e o m*esm*o a 27 e 28.

Março. No pr*imeir*o, sol claro e bom dia e o mesmo a 2; a 3 chuva aos andeiros com pedrassa; a 4 sol entre nuvens e vento do Norte e m*ui*to frio que continuou ate 8; a 9 Nevoado sem sol nem chuva e fri sofrível e o mesmo a 10; a 11 vento galego frio e sol com algûas nuvens que continuou ate 17; a 18 sol e bom dia; a 19 sol entre nuvens e de tarde nevoado com vento do Sul e o mesmo a 20; a 21 Nevoado e alguns andeiros d sul e chuva e o m*esm*o a 22 e 23; a 24 sol entre nuvens e algum vento do Sul; a 25 vento do Sul e chuva e sol aos andeiros; a 26 sol entre nuvens e sereno e o mesmo a 27; a 28 Nublado e algûa chuva quente; a 29 sol com algûas nuvens; a 30 sol e bom dia; a 31 sol e bom dia de Primavera.

Abril. No pr*imeir*o, Nuvens vento do Sul e algua chuva e o mesmo a 2, 3 e 4; a 5 sol e frio com algûas nuvens; a 6 sol entre nuvens; a 7 chuva, nuvens e sol aos poucos: Nesta noite houve hûa trovoada com chuva e pedra; a 18 sol ente nuvens e chuva aos andeiros o mesmo a 9; a 10 pela manhãa frio e depois sol e bom dia; a 11 pela manhãa vento e m*ui*to frio e depois sol quente e o mesmo a 12, 13 e 14 ate 17; a 18 nevoado e vento galego frio; a 19 sol entre nuvens e tempo temperado; a 20 nevoeiro com algûa chuva; a 21 Nevoas e tempo quieto a 22 o mesmo com algûa chuva; a 2 Nuvens, sol e chuva aos andeiros; a 24 sol entre nuvens e algum vento frio; a 25 Nevoado sem sol mas bom dia; a 26 Nuvens e chuva quazi todo o dia; a 27 sol entre nuvens evento rijo e frio e o m*esm*o a 28, 29 e 30.

Maio. No primeiro Nevoeiro, sol entre nuvens e chuva miúda; a 2 nuvens e tempo quieto; a 3 chuva de manhãa e de tarde algum sol que continuou ate 6; (este) pela manhãa Nevoado e

depois sol entre nuvens; a 7 sol e vento fresco de Galiza e a tarde boa que continuou ate 13; a 14 sol e calor grande e de tarde torvão ao longe; a 15 Nevoado e vento de Galiza e sol e de tarde trovoada com chuva; a 16 sol sol entre nuvens e vento rijo do Norte e de tarde calor que continuou ate 20; a 21 vento rijo, pouco sol e nublado quazi todo o dia; a 22 frio e sol entre nuvens e algum vento fresco e assim continuou ate 26; a 27 sol e bom dia e de tarde nuvens e vento do Sul e o mesmo a 28; a 29 o m*esm*o e de tarde chuva; a 30 pela manhãa nuvens com algum vento e de tarde sol e bom dia e o m*esm*o a 31.

Junho. No pr*imeir*o vento fresco e sol entre nuvens; a 2 chuva de madrugada sol entre nuvens e vento do Sul; a 3 Nevoado, chuva aos andeiros e o m*esm*o a 4; a 5 pela manhã nublado vento do Sul e chuva e de tarde bom tempo; a 6 sol entre nuvens todo o dia e o mesmo a 7; a 8 nuvens vento do Sul e chuva aos andeiros; a 9 chuva tempestuoza e depois sol e chuva aos andeiros; a 10 sol entre nuvens e o m*esm*o a 11; a 12 sol claro e bom dia com algûas nuvens que continuou ate 26; a 27 nevoeiro frio de manhãa e de tarde sol entre nuvens e assim continuou ate 30.

Julho. No primeiro, Noblado fresco de manhãa e de tarde sol picante e o m*esm*o a 2 e a 3; a 4 Nevoeiro sol forte e de tarde torvoada ao longe; a 5 sol forte evento rijo do Norte que continuou ate 29; a 30 o m*esm*o, já mais fresco e o m*esm*o a 31.

Agosto. No primeiro Nevoeiro pela manhãa e de tarde sol e tempo fresco; 2 sol forte com algumas nuvens que continuou ate 11; 12 sol forte e e tarde nublado: Nesta noite houve hâ grande trovoada ao longe e ainda aqui cahia algûa agoa de noite e pela manhã amainou pouco; a 13 vento forte do Norte e sol rijo com alguas nuvens que durou ate 16; a 17 pela manhãa nuvens com alga de trovão ao longe e de tare pela duas horas e m*ei*a hûa grande trovoada com vento do Norte e no lugar da Calinha desta freguesia chio hûa faísca que matou hum rapaz de 15 ann*os* e assombou outras pessoas a que se acodio logo e algûas forão sangradas; a 18 nevoeiro sol entre nuvens e vento de Galiza forte e assim durou ate 21; a 22 sol entre nuvens e pelas onze horas hûa grande trovoada com bastante chuva em direcção para o Nascente; a 23 pela manhãa sol ardente com nuvens e de tarde pelas três horas trovoada com m*uit*a agoa; a 24 pela manhãa fresco e sol com nuvens e de tarde sol ard*en*te e trovoada ao longe; a 25 sol forte, bastantes nuvens e vento de Galiza que

continuou ate 28; a 29 sol forte e bom tempo e o me*sm*o a 30; a 31 sol e vento rijo de Galiza.

Setembro. No primeiro sol e vento forte de Galiza que continuou ate 6; a 7 sol e bom tempo de manhãa e de tarde nevoado; a 8 nevoado trovoada ao longe e sol entre nuvens com vento de Galiza: a 9 sol forte com algum vento e de tarde pelas 5 horas e meia trovoada com algûa agoa; 10 sol entre nuvens; a 12 o mesmo e tempo sereno e de tarde das 2 *par*a as 3 horas trovão ao longe com bastante agoa a 13 nevoeiro fechado com mostras de agoa e de tarde sol quente com nuvens que durou ate 16 do me*sm*o; a 17 Nevoado vento do Sul com algûa agoa; a 18 Nublado e chuva e das 8 para as 9 horas hûa grande trovoada com m*ui*ta agoa; a 19 Nublado vento do Sul e bom dia e assim continuou ate 24; a 25 sol forte com nuvens e de tarde trovoada ao longe; a 26 sol com nuvens que contiuou ate 28; a 29 nublado e de tarde chuva e trovoada ao longe; a 30 nublado e algûa chuva e vento do Sul.

Outubro de 1803. No pr*imeir*o Nublado, algum sol vento de Galiza; a 2 sol entre nuvens vento suão; a 3 Nevoado triste sem vento e de tarde chuva miúda sem vento; a 4 chuva com vento do Sul; a 5 vento do Sul com chuva miuda aos andeiros e de tarde trovoada com bastante agoa; a6 Nublado e chuva de manhãa de tarde sol forte; a 7 sol ente nuvens e de tarde trovoada; a 8 nublado de manhãa e de tarde boa e sol; a 9 vento forte do Norte e Sol; a 10 sol com algum vento são que continuou ate 13; a 14 algûa chuva e noite e de dia quieto e nevoado; a 15 nevoado, vento do sul e de tarde trovoada; a 17 sol entre nuvens, algum vento do Norte; a 18 sol e bom dia e assim continuou ate 28; a 29 nuvens de tarde chuva cm vento do Sul; a 30 o mesmo; a 31 vento do Norte e sol entre nuvens.

Novembro. No pr*imeir*o, vento frio do Norte e sol com nuvens e assi continuou ate 4; a 5 nevoado e chuva com vento do Sul e de tarde trovoada com hum grande pé d´ agoa das 4 para as 5 horas; a 6 chuva aos andeiros e sol e trovoada e assim continuou ate 12; a 13 chuva e nevoado; a 14 nevoeiro fechado e fresco e chuva; a 15 chuva, tempo escuro e de tarde trovoada; a 16 chuva sem parar e de tarde trovoada; a 17 chuva abundante e vento rijo do Sul e assim continuou ate 24; a 25 m*ui*to frio e sol entre nuvens e assim foi todos os dias ate 30.

Dezembro. No primeiro, vento de Norte muito frio e sol entre nuvens e assim foi ate 9; a 10 giada muito fria e chuva d´agoa de neve e o mesmo a 11; a 2 temperado sol e poucas nuvens; a 13 chuva de neve e muito fria; a 14 vento do Sul com chuva forte e o m*esm*o a 15; a 16 quieto algum sol com nuvens; a 17 vento do Sul e chuva não muito fria e assim continuou ate 20; a 21 algum vento do Sul nuvens e chuva immensa; a 22 nevoado, quieto e frio temperado; a 23 frio moderado, algum veto do Sul e chuva e assim foi o m*esm*o ate 26; a 27 vento tempestuozo do Sul e m*ui*ta chuva; aos 28 quieto sem chuva, nem vento, mas hûa grande cheia no Rio Minho procedida da chuva e vento antecedente; a 29 vento fresco do Sul e chuva aos andeiros; a 30 vento d Sul e chuva com abundancia; a 31 nevoado e sussegado sem chuva, nem sol.

1804

Janeiro de 1804. No pr*imeir*o, vento do Sul e sol e chuva aos andeiros e o mesmo a 2; a 3 Bom dia Sol com poucas nuvens e quieto; a 4 nevoado, vento fresco sem chuva mas frio e assim continuou ate 7; a 8 geada m*ui*to fria e sol aos andeiros; a 9 nevoado sol entre nuvens e frio com vento Galego; a 10 vento do Sul e algûa chuva e o mesmo a 11 a 12 e a13; a 1 com vento do Sul; a 15 chuva aos andeiros com vento do Sul; a 16 nevoado e m*uit*a chuva com vento do Sul; a 17 hûa chea muito grande no rio e algum sol entre nuvens; a 18 chuva e nuvens, vento do Sul e não m*ui*to frio; a 19 o m*esm*o e de noite hûa trovoada grande com m*ui*ta chuva; a 20 chuva aos andeiros e Sol entre nuvens; aos 21 vento do Sul fresco e chuva todo o dia; a 22 vento fresco suão e sol entre nuvens; a 23 vento fresco do Sul e nevoado todo o dia; a 24 vento Sul grande e muita chuva de manhãa; a 28 hûa cheia m*ui*to boa; vento Sul e chuva todo o dia; a 28 nevoado e algum vento e assim durou ate 31.

Fevereiro. No pr*imeir*o sol entre nuvens, sucegado e m*ui*to bom dia e o m*esm*o a 2 e a3; a 4 sol entre nuvens e aos and*ei*ros; a 5 bom dia de sol, sem vento mas m*ui*to frio; a 6 nevoado todo o dia e vento do Sul; a 7 vento do Sul chuva e enevoado; a 8 nevoeiro pela manhãa e de tarde sol e bom dia; a 9 sol de manhãa e de tarde nevoado; a 10 nevoado de manhãa e de tarde chuva com vento do Sul e assim continuou ate 14; a 15 vento galego m*ui*to frio e sol entre nuvens e assim continuou ate 23; a 24 chuva com vento do Sul e frio temperado; a 25 de manhãa chuva e de tarde sol entre nuvens e assim continuou ate 29.

Março. No pr*imeir*o, vento Galego frio e nuvens; a 2 hûa grande camada de giada, depois sol e de tarde chuva e a noite trovoada; a 3 frio moderado e algum sol entre nuvens; a 4 sol entre nuvens, pouco frio e de noite trovoada; a 5 bom dia de manhãa e de tarde nevoado; a 6 nevoado, algum frio e de tarde chuva; a 7 chuva todo dia e frio temperado com vento do Sul e assim continuou ate 15; a 16 sol e m*ui*to bom dia; a 17 nevoado com algûa chuva aos andeiros; a 18 nevoado de manhãa e de tarde chuva; a 19 vento do Sul aos and*ei*ros e chuva e trovoada; a 20 o mesmo e a 21,22 e 23; a 24 nevoado de manhãa e de tarde sol; a 25 sol entre nuvens e manhãa e de tarde nevoado com chuva; a 26 o mesmo; a 27 hûa grande camada de neve, algum sol e m*ui*to frio; a 28 vento Galego m*ui*to frio e chuva m*ui*to fria; a 29 sol entre nuvens, vento m*ui*to frio e de tarde hûa coriscada de neve; a 30 algum vento Sul, nevoao todo o dia sem agoa; a 31 chuva quazi todo o dia com vento do Sul.

Abril. No pr.º , chuva quazi todo o dia com vento rijo do sul; a 2 vento do Sul com chuva aos andeiros; a 3 sucegado, sol com algas nuvens e pouco vento; a 4 sol com algûas nuvens e algum vento do Norte; a 5 quieto e sol com poucas nuvens e bom tempo que continuou ate 8; a 9 vento do Sul e sol e chuva aos andeiros; a 10 vento do Sul, sol entre nuvens e algûa chuva; a 11 vento fresco do Sul e nevoado todo o dia; a 12 vento do Sul com chuva todo o dia; a13 vento do Sul e chuva aos andeiros; a 14 o m*esm*o e continuou ate 17; a 18 nevoado e tempo fresco; a 19 o m*esm*o que continuou assim ate 2; a 25 vento galego e de manhã sol e de tarde chuva e o m*esm*o ate 28; a 29 bom dia e sol com algûas nuvens e o m*esm*o a 30.

Maio. No primeiro, nevoado, algûa chuva de manhãa e de tarde sol; e assim continuou ate 5; a 6 vento Norte, sol e muito bom dia que continuou ate 12; a 13 sol de manhãa e de tarde nublado; a 14 sol e bom dia; a 15 nublado e tempo sereno; a 16 vento rijo com nuvens e algûa agoa; a 17 vento do Sul e sol com algûas nuvens; a 18 nevoeiro pela manhãa que levantou e sahio o sol e ficou hum bom dia; a 19 nublado vento do Sul e chuva e sol aos and*ei*ros; a 2 vento fresco do Sul com algûas nuvens; a 21 nublado, vento do Sul e algûa chuva; a 22 o m*esm*o de manhãa e de tarde sol; e assim continuou ate 27; a 28 nevoado, vento do Sul, algûa chuva e sol com nuvens; a 29 nevoeiro fechado pela

manhãa e de tarde sol com nuvens e vento do Norte; a 30 sol, vento do Norte; bom dia e o m*esm*o a 31.

Junho. No pr*imeir*o vento do Norte com calor excessivo; a 2 vento do Norte, sol entre nuvens e algua agoa, mas pouca por modo de trovoada ao longe; a 3 nevoeiro cerrado de manhãa e de tarde sol, forte com vento d Norte; a 4 sol forte e bom dia; a 5 pela manhãa sol entre nuvens e vento do Norte e de tarde sol forte com algum vento; a 6 vento fresco do Norte e forte e sol que continuou assim ate 10; a 11 o mesmo e a 12 e a 13; a 14sol forte sem vento algum; a 15 sol ardente sem vento e nevoeiro de manhãa; a 16 nevoeiro cerrado de manhãa e de tarde sol picante; a 17 e 18 o mesmo; a 19 vento forte do Norte e sol picante;

N.B.: a partir daqui muda a grafia do texto (indicando um novo "metereologista":

A 20 sol picante; a 1 o m*esm*o a 22 ainda mais forte que continuou a 23 e a 24; a 25 com nuvens e algûa chuva a 2 trovoada com bastante chuva; a 27 nublado e algûa chuva; a 28 chuva e trovoada ao longe a 29 o m*esm*o e trinta o m*esm*o.

Julho. No pr*imeir*o, sol com algûas nuvens; a 2 o mesmo; a 3 sol com alguas nuvens; a 4 nublado; a 5 o m*esm*o a 6 o m*esm*o com algûa chuva;

N.B.: Segue-se um hiato passando para o ano de 1814

1814

Junho. A 29 de Junho houve hua grande trovoada nestes sitios, cahirão raios em varias partes e hum na casa do aljube em Valença aonde mora actualmente o Vig*ari*o G*er*al cujo Irmão maltratou sem perigo; removeo-se por este motivo para a Cam*ar*a grande quantidade de pólvora que e achava na Praça e ficando so a necessária.

1816

Tem sido mui notavel o verão de 1816 em toda a Europa: Via-se em S. Petersburgo, em perto de 60 graos de latitude Norte, estar bella a vegetação no meado de Junho e em Copenhague que fica a 4 graos e m*e*o do Sul de Petersburgo estar tão atrazada no principio de Julho a m*esm*a vegetação. Na França, Holanda, Alemanha, Suissa e Itália houverão no mes de Junho e Julho deste anno chuva e tormentas tão horriveis que os séculos futuros não bastarão p*ar*a chorar os seus estragos; ao m*esm*o t*em*po que na

Russia fazia hum calor o mais intenso. Em o nosso clima tem sido igual a irregularid*ad*e do t*em*po; chuva e muito frio todo mes de Julho e parte de Agosto: Talvez há muitos annos se não tenha visto hûa estação que majs attenção dos observadores metereologicos mereça.

1817

Não tem sido menos notavel o anno de 1817 quanto o verão passado teve de frio e chuvozo, tanto este Inverno tem sido seco e calorozo. Todo o mes de Jan*ei*ro, Fev*ere*iro e Março tem havido efectivam*en*te tal e o m*esm*o calor insuportável.

Nos fins de Dezembro deste mesmo anno de 1817 sintio-se aqui o frio mais intenso q*ue* talvez jamais houve; cahio nos ultimos dias do mez sucessivam*en*te geada e tanta quantidade que chegou a coalhar-se a agoa dentro as cazas.

NB.: Novo hiato

1821

Janeiro. Desde 4 de Janeiro deste anno ate 9 houve effectivam*en*te m*ui*tas trovoadas e m*ui*tas chuvas de man*ei*ra que o Rio Minho cresceo consideravlm*en*te. Todo o dia e noite do dia 10 foi tão copioso de chuva que resultou hûa enchente tal que os nascidos não se acórdão d´ outro maior, nem igual; no dia 11 aparecerão inundadas as veigas tanto de Galiza, como de Portugal de maneira que apenas se descobrião as pontas das oliveiras que ficão no meio da Veiga em frente deste mosteiro e chegou a cobrir muitos campos aquém dos Ameaes; no dia 13 houve hûa tempestade tão forte que cauzava horror aos mais tímidos.

Todo o verão deste anno de 1821 não houve chuvas; de sorte que ate 11 de Nov*emb*ro não choveo hum dia int*ei*ro, nem em dois dias sucessivam*en*te de man*ei*ra que o Rio Minho ate este dia diminuio sempre consideravelm*en*te as suas agoas. No mesmo dia 11 choveo todo o dia effectiva e cpiozam*en*te porem desde as 9 horas da noite ate a 1ª a madrugada foi tão copioza e effectia que recordava as agoas do Dilvio Universal. Os mais pequenos regatos desta freg*uesi*a crescerão a hum ponto de que não há memoria. M*ui*tos campos ficarão arrazados e todos os cam*inh*os intransitaveis. Em m*ui*tas p*artr*es porem na Telha Greda e Puyo Bravo cauzava horror o effeito da enchente. Em fim foi tal a chuva q*ue* so as agoas que decorrerão desde o Cruzeiro ate a Portaria,

entrarão na Igr*ej*a, levantarão as campas das Sepulturas encherão na de lodo e chegarão a sahir pela porta da Sachristia.

1825

Todo o anno de 1825 foi sumam*en*te secco ao m*esm*o tempo que pela ribeira de Galiza choveu bastantes vezes.

1827

Todo o estio de 1826 foi seco como o de 1825 e o de 1827 em extremo Secco.

1829

Desde o meado de Dezembro deste anno ate o fim chegou o frio a tal intensid*ad*e que não lembra a grandes idades. O Rio Minho chegou a coalhar-se nas suas ensiadas e de fronte da Cidade de Orense chegou a altura a agoa congelada a 4 e 5 palmos. Continuou este m*esm*o estado da Estação athe 12 de Janeiro de 1830 em que choveo em pequena quantidade, o que fo bast*an*te para adoçar as terras e resolver o desemvolvim*en*to das sementeiras do trigo e centeio que a neve tinha acanhado; o que assim m*esm*o não deixara de obstar p*ar*a que estes dous generos cheguem a hum preço extraordinario.

Por 14 deste mez de Jan*ei*ro apparecerão os telhados e terrenos cobertos de geada couza que já annos não tinha contecido, conservando-se porem tempo seco e sem chuva athe o dia 19 deste mez de Jan*ei*ro em que choveo bastante. Finalm*en*te foi tão excessivo o frio que para navegarem os barcos neste Rio Minho e m*esm*o o Douro era necessario hirem adiante homens quebrando grosso gello, vendo-se m*ui*tos mugens mortos no mesmo gello; as hortaliças, diversas arvores, fructos, a falta de moagens e outros objectos necessarios p*ar*a a vida experimentarão principalm*en*te nestas terras ao Norte notável damnificação. A chuva tem continuado ate 2 deste mez em grande quantidade.

A resp*ei*to do excessivo frio refferido, cumpre acrecentar que tem sido Universal não so neste Reino, paiz tão favorecido pela nat*ureza*, mas em toda a Europa. Em Lix*bo*a chegarão a morrer de frio algûas pessoas.

Em varios sitos, entre elles na Cidade da Guarda o thermometro de Reaumur que em Lixboa nunca baixou /que antes de 4 graos/ 41 Farenheitj/, desceo abaixo de zero alguns graos. Nesta

Cidade da Guarda /segundo Consta/ morreo enregelado hum sineiro que hia a hûa Torre fazer sinaes para hum Defunto.O Rio Mondego gelou-se e todos os regatos na Beira Baixa. Gelarão as batatas, nabos e o que é mais vinho e aguardente!

Na Catalunha chegou a ficar a 7 graos abaixo de Zero, couza estranha e nunca vista n´ este Paiz. Grande frio foi o de 1782, mas de certo este de 1830 tem sido maior serie de dias.

Alterações notaveis da atmosfera: Fortuna do anno: Preços dos generos primeiros desde Janeiro de 1800 por diante.

1800

Janeiro. No Janeiro de 1800 correo o milho conforme o preço q*ue* arbitrou a Camara de Valença a 400 reis o alqueire. O trigo a 1.200. Azeite a 7.400 o almude vinho a 15 r*ei*s no quarilho. Senteo a 600 r*ei*s

Fevereiro. Em Fevereiro correo o milho a 400 r*ei*s o alq*uei*re. Trigo a 1.200. Senteo a 650. Azeite a 7.600. Vinho a a 15 r*ei*s quartilho.

Março. Em Março correo o Trigo a 1.200: Milho a 400. Senteio a 650. Azeite a 7.600. Vinho a 15 reis o quartilho.

Abril. Em Abril correo o Trigo a 1.300. O Milho a 400, Senteio a 700. Azeite a 8.000 o alm*u*de Vinho a 15 reis o quartilho

Maio. Em Maio correo o trigo a 1.400. Milho a 480. Senteio a700. Azeite a 8.500 vinho a 17 ½ o quartilho.

Junho. E Junho Trigo a 1.400. Milho a 500. Senteio a 700. Azeite a 8.500. Vinho a 17 ½ o quartilho.

Julho. Em Julho Trigo a 1.200. Milho a 550. Senteio a 720. Azeite 9.000. Vinho a 20 r*ei*s o quartilho.

Agosto. Em Agosto o trigo a 1.200. Milho a 550Senteio a 720. Azeite a 9.000 vinho a 25 r*ei*s o quartilho.

Neste anno tem havido muito pouco trigo e Senteio e rendia o alqueire de semeadura ordinariamente tres laqueires e quarto**.**

Setembro.Em 7.bro Trigo a 1.200. milho a 480 Senteio a 700. Azeite a 9.000. Vinho a 20 reisd o quarilho.

Outubro. Em 9 bro. Trigo a 1.200. Milho a 500. Seneio a 700. Azeite a 600. Vinho a 20 r*ei*s o quartilho.

Aos 25 deste mez pelas 9h e 25 minutos da noute houve hum forte terramoto cuja direcção era de Norte para Sul, porem, como não durou mais que poucos minutos segundos não cauzou damno.

Dezembro. Em Dezembro, trigo a 1250. Milho a 550: Senteio a 700. Azeite novo a 8.000. Vinho a 25 r*ei*s o quartilho.

Anno de 1801

Janeiro de 1801. Neste anno correo o trigo a 1.200 e chegou a 1.400 centeio a 600 e chegou a 800Milhão a 550 e 600. Azeite a 8.000 cada almude: vinho a 25 o quartilho.

Anno de 1802

Maio. Em Maio se esta vendendo o trigo a 1.500 e 1.600. Centeio a 800. Milhão a 400. Azeite a 4.800. Vinho a 25 r*ei*s.

Junho. Aos 15 do mez de Junho do prezente anno appareceo de manhãa o sol nublado com algum vento e as tres p*ar*a as quatro horas da tarde se devizou p*ar*a o Nascente hua trovoada que seguindo a direcção do Poente veio pelos montes e S. Fins atravessando esta freg*ues*ia ate que ficando perpendicular sobre o lugar d´ Ufe e S. Theotonio descarregou hûa copioza multidão de pedra de extraordinaria grandeza chegando a maior parte dellas ao pezo de hûa quarta e outras segundo alguns disserão ao pezo de tres quartas. Foi grande o estrago que esta pedra cauzou: lançou por terra os trigos, centeios, milhos e Linhos: desfolhou todas as arvores, lançando po terra todos os fructos e ferindo-as sensivelm*en*te nos troncos, arruinando totalm*en*te a vinha e Latas cortando-lhe os cachos e quebrando as m*esm*as vides; quebrou a mayor parte dos vidros das janelas deste Most*ei*ro nos Dormitórios que ficão ao Nascente e foi tanta a pedra que ficou sobre os telhados que a não se derreter logo poderia m*ui*to bem arruinar todo o Most*ei*ro. Seguio a d*it*a trovoada a direcção d Poente hindo sobre a Praça de Valença ate passar a Galiza. Naquella Praça se fez sensivel pela grande quantid*ad*e de pedra que ali descarregou, quebrando estas todas s vidraças da Colegiada que ficavão ao Norte e ali descarregou tudo, pois que atravessando o rio, não consta cauzasse algum prejuizo na Galiza.

Não se pode calcular bem o prejuízo que cauzou pois não so destruiu os fructos que estavão nos campos mas ate as tornou estereis para os annos seg*uin*tes. O prejuízo que cauzou a este Most*ei*ro o calcularão alguns em quatro centos mil reis.

No resto deste anno o preço ordinario do trigo foi a 1.200; o Centeio a 600e a 700; milhão a 500 e 550. Azeite a 4.800 e o quartilho a 120 e o vinho a 30 r*ei*s.

1803

Anno de 1803.

Maio. Neste anno ate o mês de Maio correo o trigo a 1.250; Centeio a 500; milhão a 480. Azeite a 4.800 o almude e o quartilho a 120 e o vinho a 25 e a 30 r*ei*s.

Junho-Julho. Em Junho e Julho houve trigo a 800 e a 900rs e os mais generos pelos mesmos preços.

Agosto. Em Agosto corre o trigo a 1.000 e 1.100 Centeio a 600; Milhão a 800. Azeite e vinho como acima. No resto do *Setembro-Dezembro*. anno ate o fim de Dezembro se esta vendendo o trigo a 950; Centeio a 700; Milhão a 600; Azeite o almude a 4.800 e o vinho a 10 rs cada quartilho

1804

Anno de 1804.

Janeiro-Maio. Neste anno no principio se vendeo o trigo a 1.200 e no mez de Maio se vendeo a 1.000 rs Centeio e o Milhão pelo Janeiro e mais a 600rs

Maio-Junho – e em Maio e Junho a 800 e 900. Azeite a 4.800 e vinho o mais inferior a 7.200 rs e o melhor a 12.800 e a 14.800 rs.

1812

(*N.B.:* Com letra diferente. Outro «meteorologista»).

Anno de 1812. Neste anno vendeo-se o trigo a 1.600 /preço medio/; Centeio e Milho a 800 rs; vinho a 18.000 e a 57.600. Azeite a 10.000 o almude.

1816

1816

Fevereiro. Em 2 de Fevereiro de 1816 tremeu a terra pela hûa hora da noite com terriveis concussoens: este terramoto pela sua intensão e duração foi talvez o segundo mais notável q*ue* tem havido em Portugal.

Agosto. Em 10 der Agosto deste m*esm*o anno logo depois a meia noite tremeu p*o*r duas diferentes vezes se bem q*ue* com pequeno intervallo e não mui sensível.

A 25 deste m*esm*o mez e anno houve outro tremor de terra pelas 9 horas da noite, porem pouco perceptível.

Tremeu também fortem*en*te e com bastante duração na madrugada de 28 de 8.bro deste m*esm*o anno: este terramoto não foi menos pavoroso q*ue* o de 2 de Fev*erei*ro.

1817

Janeiro. Em 2 de Janeiro pelas 4 e ½ horas da tarde tremeo tambem por duas difer*en*tes vezes com pequeno intervallo e intensão.

Março. Em 16 de Março deste mesmo anno pela 4 horas da tarde tremeo também a terra e apezar de ser som*en*te hûa concussão e não mui forte, com tudo em Vericuejo estando a Igr*ej*a cheia de gente ouvindo hum sermão assustou-se que fugindo precepitadamente muitos se ferirão e pouco faltou p*ar*a haver desastres de maior.

1818

Abril. Em 2 d´ Abril de 1818 pelas 5 ½ horas da manhãa tremeu a terra por espaço de 8 ou 10 minutos segundos sucessivam*en*te sendo dous abalos mui fortes e na direcção de Sul a Norte.

1829

Dezembro. Em 28 de Dezembro deste anno pela huma e mea horas da manhãa tremeo a Terra dando uma forte concussão.

Dietario de S. Bento da Saúde de Lisboa[27]

Dietário de Lisboa

Janeiro de 1798*:*

Alterações notáveis da Atmosphera / Fortuna do anno / Preços do Generos primeiros.

1797

Em 30 de 8bro do anno próximo passado de 1797 se experimentou hum terrivel furacão q assolou a maior parte da Campania Feliz sendo aquelle impetuozo vento acompanhdo de huma forte chuvada de pedra, relâmpagos, trovoens e raios tão frequentes que sendo huma noute parecia dia claro...

1798

Janeiro. Nesta cidade de Lix.ª de 2 de Janeiro houve hum espesso nevoeiro q durou desde qe amanheco athe ao anoutecer phenomeno de q os de provecta idade não lembrão nesta terra. Mas depois houve sol claro ahe o dia 6 do d.º mês em que tornou outro frio e nevoeiro q duro athe o meio dia.

Fevereiro. Em todo este mês houve sol claro exceptuamdo (de bom tempo) excepuando a noute de dia 28 em q moderadamente choveo.

Março. Na tarde e noute do dia 10 houve alguma chuva de q bem se necessitava em razão de há mezes o não ter havido e

---

[27] Cod. 731-32 da BN:
Dietario de S. Bento da Saúde. Porto. Ms. 913 (Publ. em Cristovão Ayres, Historia orgânica e Politic do Exercito Português. *Provas*, Volt. X. Coimra. 1913. 293-391 (Ms da BN - COD-732.
N.B.: **ADB – Pasta 328** é cópia deste dietario. Anos de 1798 a Fevereiro de 1801 e diz-se redigido por Fr. Dionísio de S. Miguel e Fr. Estevão de Jesus Maria
Dietário de S. Bento da Saúde de Lxª... (2 vols)... BN - COD-731/32:
N.B.: - COD-732 Publ. em Cristovão Ayresde Sepúlveda *Historia orgânica e Politico do Exercito Português. Provas*, Volt. X. Coimbra. 1913.
Existe no Arquivo Distrital de Braga (MS 328) uma versão (que me parece o texto original). Anos de 1798 a Fevereiro de 1801. Diz-se redigido por Fr. Dionísio de S. Miguel e Fr. Estevão de Jesus Maria.
Este dietário regista os preços dos géneros na praça de Lisboa. Retirámo-los deste corpo. Vão lançados em quadro final para o qual, por isso, remetemos. O leitor ou interessado poderá fazer comparação com os preços decretados em Tibães de que já tratamos em Sinopse *(Elementos para a história dos preços na região bracarense*, Braga. 1973), remetendo para um III Volume do trabalho então apresentado, infelizmente ainda em manuscrito.

o Inverno ter sido m.tº moderado. Continuou a m.mª chuva nos 3 dias seguintes havendo depois Sol claro.

Abril. Desde 15 do corente mez e Abril athe o fim houveram amiudadas chuveiras interpoladas com Sol claro.

*N.B.: Passa de Abril de 1798 a Julho de 179*9

1798

Notas de Maio-Junho-Julho (versão Braga) Fenómenos efemérides do estrangeiro

1799

Julho. Em todo este mez houve calor activo nos dias 10, 13 e 14 e m.tº mais ardente em 21, 30 e 31. No dia 29 houve algum chuveiro miudo, m.tº fresco e fala de Sol. Nos dias 27, 28 e 29 estiverõ as noutes frescas.

Agosto. A 3 do prezente mez houve de manhã nevoeiro com hum pequeno choveiro.

Às 9 horas houve sol e todo o dia callor. A 8 athe as 9 da manhã houve chuveiro grosso seguindo-se todo o dia bastante calor. Na noute de 18 p.ª 19 e no quinze; todos estes dias houverão seus chuveiros q refrescarão o tempo athe então ardente. Depois todo o resto do mez ardente (versão-Braga)

Setembro – Em 5 do corrente houve espesso nevoeiro que durou athe as 3 horas da manhã, depois que se descobrio o Sol e m.tº quente.

Em vários dias deste mez houverão chuvas grossas mas não delatadas (dilatadas) e o Sol nublado e com ardente calor q.do se manifestava.

No dia 2 do prezente mez principiou a fazer ao longe desta cidade alguns relâmpagos; na manhãa do dia 3 houverão alguns trovoens porem houve Sol claro ardente athe as 4 horas da tarde em cuja hora turbando-se o Ar principiou huma horrorosa trovoada q durou athe as 11 da noute acompanhda de copiozas chuvas e cahir ao vários raios q matarão nestes arredores duas pessoas.

Na noute do dia 13 pª. 14 ás duas horas e meia da noute tremeo a terra por espaço de hum minuto e meio com adirecção do Occidente p.ª Orente; já a meio da noute tinha tremido mas por menos tempo. Não consta couza de detrimento algum.

A 23 ás 10 horas da noute, houve hum copioso chuveiro com dous grandes trovoens, continuando depois a haver Sol mtº quente.

Agosto. A 8 de Agosto, ás 6 horas da tarde houve hum espantozo granisso impelido por hum impetuozo vento de Poente acompanhado de hum forte aguaceiro (que) tem devastado grande porção de terras nas vésperas das colheitas dos fructos e lugares circunvizinhos do Departamento de Sena e Marne. (Braga: Em Ancona, Sinnaglia e outras partes houve hum forte terramoto).

Outubro. desde o 1º deste mez athe 18 houve aguma chuva a 19 e 20 calor activo athe o fim sendo as manhãs e noutes bastantem.te frias.

Novembro. Em todo este mez houve Inverno moderado sendo e achuva durou três dias, outros tantos de Sol e assim alternadam.te athe o di 28 em que houve de manhã hum espesso nevoeiro e depois das 9 horas Sol claro. Nos dias 29 e 30 forão frios e parte deles nevolados.

Dezembro. No primeiro deste mez houe espesso nevoeiro q durou athe as 10 horas da manhã em q o Sol princioiou a desfazer mas não de todo e as duas horas foi tão carregado de forma q não se vião os objectos em distancia de poucos passos.

Os dias 2, 14, 18, 20, 25 forão todos de hum rigoroso Inverno.

O dia 6 houve Sol claro e frio o 21 igualm.te claro mas perturbando-se; ao meio dia houve hum grande frio e a huma hora a tarde cahio alguma neve, porem por pouco tempo. Phenomeno raro nesta cidade.

1800

Janeiro. Athe dia 2 prezente mez tem chovido tanto q tem admirado a todos (que) os mais de provecta idade não tem lembrança. O Ex.mº Cardeal Patriarcha mandou a todas as Igrejas desta capital se fizessem preces nos dias 23, 24 e 25; neste houve Sol com algum nevoeiro de manhã, porem o ar estava quente, improprio do prezente mez.

No dia 12 do prezente mez pelas nove horas da noute houve huma grande trovoada e a m.mª hora houve em Coinmbra hum grande furacão de vento q cauzou grande estrago na m.mª cidade e seus contornos.

No nosso Collegio arrancou 9 oliveiras pela raiz alem das que quebrou. O m.mº aconteceo por p.tes da Cidade. No dia 20 tornou a haver outra trovoada mas não foi tão coinsideravel como a do dia 12 e acompanhado de m.tª chuva e vento rijo.

N.B.: versão Braga:

As grandes chuvas q tem havido tem cauzado notáveis prejuízos pelo Alemtejo derribando varias cazas e assolando os campos Nesta cida.e em varias partes cahirão algumas cazas debaixo de algumas ficarão esmagadas 4 pessoas e alguns animais. Na cerca deste Mosteiro cahirão em duas partes dous grandes pedaços de Muro cujo estrago he noravel pela despeza avultada q hão de custar p.ª se levantarem.

Ao anotar os preços (com que sempre abre o ano, ver tabelas dos preços), refere-se – *No terreiro desta Cid.e pela falta q há de grãos se tem estes distribuído por conta e não quanto cada hum pedia.*

Fevereiro. Não há memoria hum Inverno tão rigoroso como o que faz. Há 6 mezes que dura.

No prezente mez depois do dia 9 não tem havido algum em q não chovesse; no dia 11 ás 5 horas e meia da tarde principiou a turbar-se o Ar e depois de alguns relampagos e trovoens houve huma grande pancada d´agua com algum granisso; nos dias 22 as 9 e meia da noute hove hum grande trovão; no dia 25 as 7 e meia da noute tãobem trovoada a que se seguio copioza chuva e hum brevíssimo tremor de terra.

(*N.B.:* Braga, em nota aos preços:

A falta de pão nesta capital he grande pelas m.tas e cupiozas chuvas não permitir o transporte de grãos do Alemtejo onde os há. Dous mil pessoas pessoas pertencentes ao Comboio q está p.ª partir à longo tempo também concorre p.ª tudo estar m.tº caro.

Março. Athe ao dia 28 continuou o tempo invernoso como os mezes antecedentes mas depois do d.º dia tem havido bom tempo e Sol por algumas horas nublado.

Abril. Em todo este mez correo tempo próprio da Estação excepto na noute do dia 17 que houveram chuveiros mais copiozos e vento rijo.

Maio. Em a noute de 4 p.ª 5 e em todo o dia 5 esteve turbada a Atmosphera e houerão copiozos chuveiros com ar frio. Na noute de 6 p.ª 7 houve vento rijo q abrandando na manhá do dia 7 houve copoza chuva athe omeio dia. No mais tempo tem havido alghuns chuveiros nas fazes da Lua e nos últimos dias do mez se experimentou calor ate bem ardente.

Maio. Variedades:

Alguns naturalistas tem observado que o mar baixa no espaço de cem anos 44 polegadas nas praias de Suécia o q prova q 2.000 anos anes da era vulgar não exista a Suécia com as montanhas (que) não eram senão ilhas.

Junho. Em todo o mez houve bom tempo e moderado calor a excepção a tresdis em q foi excessivo.

Julho. Em todo este mez tem havido ardentissimo calor não há lembrança os de mais provecta idade de chegar a ver verão tão subido como o q em prezentem.te se acha. Em Amesterdão não se lembrão as pessoas mais idosas de frio tão grande no mez de Junho como o q houve este anno pois nestes últimos dias do mez se tem feito necessario aquentar os quartos das cazas por se não poder suportar o frio e pelo m.mº motivo tem sofrido m.tº os campos.

Agosto. Desde o principio deste mez athe 15 houve calor ardente mas depois de huma pequena trovoada que houve na tarde do mº dia 15 não tem havid m.tº calor mas Norte rijo sobre a tarde.

Setembro. Tem sido este verão de mui gande calor em m.tºs Departamentos de França. Em Paris chegou a 11 de Agosto às 9 horas da mahã a 25 graos e meio e em Bordeos subio o Thermometro de Reaumur a 31 que he hum grão mais q no Senegal. Nos campos de Bordeos se virão a 5 do m.mº mez de Agosto mt.as aves denominadas Ibis q se alimentão de insectos venenozos com especialidade de cobras e de ordinario só se encontrão no Egipto. As mesmas no distrito de Liburne entrarão varias dellas e na Torre da Igreja de Mataigne que fica dalli 4 leguas se apanhou huma viva. Atribui-se a particularidade da sua vinda ao excessivo calor deste anno. Nos contornos de Orleaens a 4 do d.tº mez de Agosto huma garnde massa de fogo de figura pyramidal que queimou alguns campos de legumes e outras plantas.

Nesta cidade desde o principio do prez.te mez athe 10 houverão chuvas em alguns dos dias sendo na noute de 10 p.ª 11 m.tº continuada e grossa acompanhada de hua grande trovoada q lançou alguns raios e hum no Campo de Ourique q não couzou damno e outro em Villa Franca de Xira q matou hum homem

Depois do dia 11 o tempo tem sido de Sol claro e quente.

(V. Braga – Em anotação aos preços):

"O vinho na Provincia do Minho tem chegado a preço nunca visto. Em Vianna se vende a canada a 140 r. A falta de uva neste anno he a cauza de chegar a este ponto".

Outubro. Em todo este mez houve Sol claro e ardente. Na noute de 6 p.ª 7 houve chuva grossa e de 14 p.ª 15 huma grande trovoada com pequeno tremor de terra.

Novembro. Depois de ter havido no principo deste mez alguma chuva e duas noutes de nevoeiro athe as 10 horas, houve bom tempo athe o dia 24 em q choveo copiozamente porem nos últimos dis do mez tem havido frio e Sol claro.

Dezembro. Em todo este mez houverão dias de Inverno modrado a exepção do dia 8 em q choveo copiozamente todo o dia.

1801

Janeiro. Neste mez tem havido dias chuvozos e nevoeiro cerrado athe o meio dia e grande frio.

Fevereiro. Desde o principio deste mez athe o dia 12 houve Sol claro porem athe o dia 18 houve copioza chuva depois do q tem continuado bom tempo mas algum tanto frio.

(Braga, em anotação aos preços):

"Donde se deve concluir a fome que se espera, cazo a guerra se realize e não venha algum grão de fora".

Março. Em todo este mez houve bom tempo de Sol claro; na noute porem do dia 12 houve alguma chuva e frio; a Primavera principiou e continua fresca.

Abril. (N.B.: muda de letra)

Em todo este mez tem havido bom tempo e m.tº improprio da Estação. Em todo elle não tem chovido a exepção do dia 4 em que choveo hum forte pé d´agoa q durou por algum tempo. Na Lua chea, aos 19 houve um pequeno urvalho e a 26 p.ª 27 no fim do ultimo quarto, tem havido de noite e pella manhã hum espesso nevoeiro.

Maio. Não ha nada q se note a resp.tº do tempo em todo este mez porq a excepção de ser seco em tudo o mais correo conforme a respectiva Estação.

Junho. Correo este mez com regularidade conforme a sua Estação mas m.tº seco por falta de chuvas q não tem feito bem sensível. No dia 13 e 14 houve hua nevoa notável; a 15 e por diante foi embrulhado com sinais de chuva mas tornou o Sol q continuou por tempo considerável.

Tem sido este mez dos mais sadios q se tem visto pois não há nesta Corte nem ainda nos contornos, e das not.as vindas das mais partes do Reino, não há notcia e enfrmidades nem contágios.

Julho. Todo este mez oi temperado e conforme a Estação Só se tem sentido falta de chuvas q desanimão bastante os Lavradores das grandes esperanças q lhes davão as bem principiadas sementeiras.

Agosto. Todo este mez foi hum tempo sobremaneira calmozo e o q se tornou mais insoportavel foi não haver em todo elle huma so gota de chuva que pudesse refrescar a terra. Nas voltas da Lua estiverão alguns dias toldados mas nunca choveo e fez sempre calor. Os fructos estão bem figurados e se as canículas os não queimarem tudo indica hum anno farto com tudo os géneros (NB: preços: estão muito excessivos; os annos anteriores famintos e a guerra por outro lado, tem posto tudo na maior carestia).

Setembro. Em todo este mez foi o tempo bem conforme a Estação. Nesta capital com tudo foi em alguns dias excessivo o callor e foi m.tº sentida a falta de chuva. Esta porem não damnificou as fructas, vinhos, azeite etc. por estarem bem reforçados porq a não ser assim tudo se perderia com a seca. Para as Privincias da Beira e Minho houverão algumas chuvas e por isso forão as colheitas tanto em pão como de vinho das mais bem sazonadas q há m.tºs anos e não tinha visto.

Outubro. Todo este mez esteve bom tempo tirados alguns dias que forão emnovelados e com mostras de chuva como forão os dias onze e doze. Todo o resto foi tempo claro e de Sol utilíssimo p.ª dar remate a boas colheitas q já há m.tºs annos não tem sido tão bellas e tão favoraveis aos Lavradores. Alem desta fortuna, he digno de se notar q o anno foi m.tº abundante de todos os generos o q junto a boas colheitas como fica dito tudo concorre p.ªa fartura e boa fortuna do anno.

Em todo este mez se experimentou hum quadro bem sadio e o tempo regular e favorável... fez com q tanto nesta Corte como fora della q não houvesse doenças notaveis.

Novembro. Em todo este mez tem corrido bom tempo mas vai m.tº improprio da Estação prez.te. Não tem chovido – se pode dizer – em todo este mez excepção no dia 4 em que deo hum pé d´agoa e no ultimo do mez q tãobem choveo algua couza, todo o mais tempo forão dias de Sol não contando o dia 27 e 28 q frão de nevoa.

Não consta tenha havido epidemias e contágios tanto na Capital, em todo o Reino e mesmo fora delle. Pelo contraio, hum quadro bem sadio e bem analogo a humanidade.

Dezembro. Este mez tem corrido mais conforme a sua Estação pois que logo principiou com mostras d´agoa que depois cahio em abundancia. No primeiro do mez e a dois estve tempo revolto e húmido a 3 houve hum nevoeiro tão denço q fes especie nesta cidade. Durou todo o dia e na noute seguinte; a 5 e por diante ate 10 ventos revoltosos e algua chuva; a 12 e 13 e por diante ate 16 m.tª chuva; a 17 milhorou e houverão dias de Sol mas com esta mudança arrefeceo em demasia e cahio de noute algum gello; a 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25 chuvozo. Em alguns dias choveo m.tº. A 27, 28 um nevoeiro q fes especie pela sua densid.e e duração; a 29 e 30 humidade. Revolto.

Não so nesta cidade e Reino mas inda noutros Paizes Estrangeiros, segundo as not.as recebidas tem este mez sido dos mais invernosos de que há anos não há memoria pelas repetidas chuvas os furaoens de ventos e tempestades Extraordinárias tem produzido as mais funestas conseq.as. Todas as costas das praias do Mar do Norte offerecião hum quadro bem lastimozo por cauza dos cadáveres e restos de navios q os temporais lançarão aquellas praias. Em Milão sucedeo ainda maiores desgraças os aluvioens q alagarão os edificios. O (rio) Pó teve uma grande enchente alagando varias povoaçoens como desde 1791 se não via.

1802

Janeiro. Este mez principalm.te os seus principios foi hum dos mais Invernozos de q ha m.tos annos se tem visto. Homens sinceros tem confessado q so os frios do anno de 82 (NB 1782) serião iguaes a este. As agoas das ruas se coalharão em gello e m.tas plantas forão queimadas pella neve, emfim as chuvas q houveram não forão outra coisa senão neve derretida q tocada pelo vento Norte, q foi assaz forte fes este mez dos mais rigorozos e desabridos q se tem visto. Nos primr.os dias do mez ventou e cahio m.tº gello depois veio a chuva q juntam.te com os frios durou ate 12; a 14 e 15 e dahi por deante houveram dias de Sol e inda q em m.tºs dias não hera claro, com tudo sempre foi bast.e pª mitigar algum tanto os frios antecedent.es.

Alteraçoens Notaveis.

Todas as nott.ªs q tem chegado a esta Corte, são conformes em nos certificar q este Inverno tem sido hum dos mais tristes q

se tem visto há m.tºs anos. Por toda a parte houverão tormentas, tempestades, enundaçoens e outros terriveis efeitos q as tempestades tem infeliz.te causado. As agoas do Pó chegarão a hum ponto extremo...Em m.tºs Lugares depois de escorrerem as agoas não se via mais q ruinas e estragos. Os habitantes perderão seus gados e afflitos ficarão privados de todo o recurso. M.tºs mais desastres desta natureza acontecerão em outros pontos da Europa.

Surgirão doenças e epidemias por vários lugares.

Fevereiro. Este mez foi conforme a sua Estação menos as chuvas q tem sido m.tº poucas. No dia 2, dia 18 chuveo, a 25 ventou notavelm.te, a 24 choveo e ventou tãobem em extremo. O demais tempo foi regular e quazi todo de Sol claro mas assaz frio.

Não consta q neste mez Houvesse cazo notavel (epidemias e contágios); só nesta Cid.e grassou hua epidemia ou doença nos olhos q atacou a maior p.te das peçoas; os olhos por esta molestia se entumecião e inflamavão com hum gr.de vermelhidão mas passados dois ou tres dias principiavão a purgar e chorar com abundancia e desta manr.ª se tornavão sensivelm.te melhores ate ficarem em breve como dantes sem algum defeito. M.tºs curarão esta infirmid.e com agoas de Vegeta (?), outros com agoa fresca outros emfim com a desprezarem e nem por isso foi mais registente.

Março. Não foi este mez dos mais regulares; o tempo foi m.tº frio a excepção de alguns poucos dias e destes hum pelo menos foi quente de tal manr.ª q marcava huma diferente Estação; o q sobretudo he mais notavel he afala de chuvas q nelle houve pois em poucos e quazi nada choveo. A 3 ventou m.tº e choveo pouco; a 7, 8, 9 e 10 frio em excesso; a 19 choveo algua coiza e a 30 ventos frios, a 31 mostras d´agoa.

– Bairro Alto desta Cid.e principal.te na freguesia de S.tª Izabel tem grassado hua malina de q tem morrido m.tª gente.

Abril. Foi muito notavel e digna da maior tristeza o mao e irregular tempo q correo este mez tão funesto p.ª as terras e seus frutos. Em todo elle não choveo e nos pr.s dias houve hum frio desmed.º e inteiram.te alheio da Estação. O Ex.mº Patriarcha atendendo a gr.de esterilid.e em q tudo estava por falta d´agoas fez circular hua Ordem p.ª todo este destrito p.ª se fazerem preces e com effeito os votos dos aflitos foão houvidos porq já o ultimo dia deste mez se mostrou d´ agoa q ao depois choveo com abundancia. O mal por conseg.te q parecia irreparavel e já tinha desanimado os Lavradores no trabalho de suas terras ainda foi reparado

a tempo e a Estaçã por regulada ainda se espera satisfazer a esperança q nos oferecem os principios d´hum bom anno.

Maio. A hu mez consternador por cauza dos males q prenostivava com a sua demaziada Seca sucedeu outro inteiram.te diferente q pela sua regularidade.e temperam.tº não só acudio as necessid.es das terras mas inda nos promete a maior fertilid.e e fortuna d´anno.

Junho. No pr.º quarto deste mez houve chuva q não só foi estimada pella necessid.e em q as terras estavão pellas gr.des secas antecedentes mas igualm.te pella sua regularid.e; ella fes renascer a esperança dos Lavradores amortecida a vista das aridas sementeiras. Gr.de pate dos Trigos já estão restabelcidos e os mais serôdios estão tãobem principiados e viçozos como raras vezes se tem visto. No seg.dº quarto fes Sol; a 14 e 15 choveo e depois em o decurso de todo o mês fes Sol e correo bom tempo.

Julho. Este mez foi mtº bem regulado e proprio p.ª as sementeiras dos Trigos; todo elle foi enchuto e quente mas forão assaz notados huns gr.des Nortes q por sua violência fizerão algua perda nas parreiras e m.mº nas Searas e por felicid.e porem não durou com a maior impetuosid.e senão alguns dias.

Agosto. Tem sido m.tº consideravel o calor e Seca q em todo este mez houve; de resto bom tempo e os frutos estão em bom estado.

Setembro. Fez-se assaz notavel o calor extraordr.º q todo este mes se experimentou; em todo elle não choveo agoa algua de manr.ª q se não fossem alguns orvalhos da noite todos os frutos perecerião.

Outubro. A Seca q nos mezes passados se tem feito tão sensivel como extraordinr.ª acaba de pôr todos em aflição por queimaram os mais dos frutos neste mes. Só depois de males irremediaveis, depois da perda de m.tºs frutos e dos vinhos he q veio a chuva como se vio no fim de tal mes.

Fortuna do anno - Por motivo das grandes secas houve m.tª falta nos fruos e esta he arazão porq neste S. Miguel não se acha a barateza dos generos q se exprimenta em outrs anos por toda a parte... andão os preços pelos do mes passado.

– *Alteraçoens* – Neste verão tem-se notado a maior inconstancia e deziguald.e q jamais se tem visto na Athmosfera. Nos m.m.ºs mezes canicula q.do nuns paizes ardia tudo com calor e

Seca, noutros vezinhos se experimentava abundancia continuada de chuvas.

Neste Pais m.mº se vio passar este mes de rep.te a hum gr.de Inverno.

Novembro. A hum Verão excessivo e Secas funestas, vemos de repente suceder hum Inverno desabrido com chuvas abundantissimas e continuas. Em todo este mez não houve hum so dia q não chovesse. Os temporaes fizerão gr.des perdas. Neste porto se afundarão alguas embacaçõens ou quebradas pelo choque furiozo q sofrerão ou levadas pello pezo das agoas q os ventos impetuozos lhes lançarão dentro. Nas Praias deste mar vezinho aparecerão fragmentos e destroços de Naufragios. Houve hum navio q vinha da America aqui entrou todo desmantelado e p.ª salvar a gr.de carga q trazia, foi necessr.º m.tº trazello a reboque e descarregalo logo, tão batido fora da tempestade.

Alteraçoens- Da m.mª forma q neste paiz foi em todos os mezes passados m.tº calor e seca e em outros chuvas e frios, agora são aqui inauditas as Invernias. Há m.tªs annos passados dos quaes não havia memoria de chuvas tão aturadas.

Dezembro. Hum dos maiores Invernos q há mt.º se tem visto he certam.te o prez.te. Ha perto de tres mezes q se não ve mais do q chuvas copiozissimas, m.tas tempestades, furacoens, etc. q tem feito especie aos habitantes desta Corte e seus contornos. Neste mez experimentou-se a m.mª Invernia q houvera nos mezes passados. No quarto da Lua chea houve algum refigerio porq pararão as chuvas, mas então m.mº forão os frios desabridos. Logo tornou a chuva excessiva q continua ate o fim do mez o q tem feito muito danno he o vento furiozo q tem feito; m.tªs vidraças tem hido pelos ares e neste mostr.º se experimentou o m.mº levando o vento hua grade q estava na fresta do Coro e quebrando m.tªs mais; o Estuque de hum dos lanços do Claustro veio abaixo; enfim por toda a parte tem feito dano nas cazas, plantas, arvores embarcaçõens etc, etc.. Tãobem houverão trovoens e diz-se q fizerão seus estragos por alguns raios q cahião, etc.

Alteraçoens- Os Invernos excessivos q se experimentão no nosso Pais tem sido igualm.te sensível em alguns outros.

1803

Janeiro. Este mez principiou com hum aspecto m.tº menos Invernozo e mais favoravel q os pretéritos; do meado do mes p.ª

diante tornarão as chuvas e com abundancia mas q não cauzarão admiração por serem proprias da Estação do Inverno. Os frios não forão excessivos...

...Os preços do generos não tem differença notável dos mezes antecedentes.

Alteraçoens- Os tristes effeitos q entre nós cauzou este rigorozo e destemperado Inverno forõ sentidos por toda a p.te. Dos Papeis públicos se sabe q o Neva (em Peterburgo) se gelou de tal forma q se podia vadear, passear por cima como em terra firme. Com as enchentes do rio m.tªs pontes forão derretidas; hua dellas foi a gra.de Ponte de Peterburgo... (Tambem em Dublim se observarão grandes nevadas e gelos)...

Fevereiro. Neste mez correu o tempo pela sua Estação mas no meado do m.mº houve hua aluvião q assustou fortem.te todos os habitantes desta Cid.e. Perto das 5 horas da tarde principiou a escurecer sucessivam.te com hum nevoeiro grosso q serrou o horizonte; a chuva pella sua grossura extraordinária açoutava furiozam.te as vidraças e continuando assim por algum tempo; de rep.te dezata hum chuveiro inundante a modo de nuvem rota q alagou toda a Cid.e e os telhados mais reparados não forão bastantes p.ª suster as agoas; a chuva entrou por toda a p.te; as ruas erão rios e morreo m.tª gente.

Alteraçoens – Como o Inverno vai regulado e chuvoso he de esperar q o progresso do anno seja afortunado. Por ora os géneros de primr.ª necessid.e estão m.tº racionaveis.

Março. Este mez foi regular e conforme ao proprio tempo; só houve q notar hum grande pé de saraiva q no dia 30 cahio cujas pedras erão tão grandes q em alguas cazas quebrarão vidraças; alguns prejuízos fes tãobem a alguas sementeiras. Mas por não durar m.tº trempo não forão m.tº consideráveis.

Abril. Este mez no seu principio foi notavelm.te frio e chuverão chuvas; no seu decurso foi mais macio e continuarão ainda as chuvas; p.ª o fim temperou. Tempo próprio.

Maio. Este mez foi dos mais regulados q se podia desejar até p.ª complemento houve hua chuva m.tº serena e q.te q durou três dias e fes os melhores efeitos as plantas e sementeiras; Todos ficão a vista destes conhecidos favores do Céo, esperançados em q o anno será abundante; no fim do mês de tarde correo frio.

Fortuna. Como este anno em bons pincipios he de esperar a sua boa fortuna...

Alteraçõens. Ao m.mº tempo q este mês foi propicio p. as terras, observou-se pello contrario hua quadra funestissima pª os corpos. Houverão nesta Cid.e m.tªs mortes repentinas; Só na noite de 21 p.ª 22 morrerão nas vezinhanças deste mostr.º 5 peçoas de apoplexia e o P. Fr. Joquim de S. Thomas foi atacado de hum estupor de q veio a morrer ao 7º dia.

Segundo as noticias vindas da Russia tãobem no fim de Março se experimentou na athmosfera hua gr.de mudança De repente se experimentou hum frio de 19 graos abaixo da congelação depois de estar o calor a 3 graos Réaumur. Não há memoria de tal variação.

Junho. Neste mes de Junho houve q notar hum excessivo calor q fes nos dias 7, 18 e 19. Chegou a 16 graos de calmaria segundo o Barometro de Réaumur. O q he inda mais notável he logo nos dias seguintes descer o d.º Barometro por hum modo desproporcional de forma q de hua hora p.ª a outra fazia a diferença de quatro grãos. O fim do mes foi q.te e seco.

Fortuna. Sendo q o calor excessivo particular.te destes três dias deste mês damnificou m.tº as sementeiras; com tudo os frutos pela m.tª quntidad.e sobreviverão a queima e inda dão esperança de fartura pelo q há fundam.tº p.ª supor hum bom anno de azeite, vinho, frutas, etc. Só bem q sera falto de pão.

Julho. Em todo este mês não houve mais q hum calor continuado e excessivo e inda q este tempo seja próprio da Estação com tudo he notável o excesso; m.t.ºs dos futos pendentes vão achindo, pois até os m.mºs orvalhos das noites q outros annos refrescavão os ardores do Sol, lhes tem faltado.

Fortuna. Como tem ido m.tº gr.des os Calores e as ecas, as searas tem sofrido m.tº; estão os Trigos aganados e por iço não sera o anno m.tº farto não so de trigos mas inda nos mais géneros, graons e legumes. Resta, porem, a esperança nos vinhos e Azeites.

Alteraçõens. Neste mês tem-se observado hua especie de contagio q tem grassado consideravelm.te nûa gr.de parte dos habitantes desta Cidade. Principia esta moléstia numa espécie de Dezemteria q dura por m.tºs dias; passa a hua irritação do annus com fluxo e sangue e tem posto alguns em tal estado de debilid.e q lhes sera necessr.º m.tº p.ª convalescer.

Agosto. Este mês tem sido excessivamte calmo e m.tº ardente e como não tem havido, hão m.tºs mezes, quantid.e d´agoa de

chuvas nem há esperança nem indícios della, o Ex.mº Patriarca mandou Ordem a todas as freg.ªs p.ª se fazerem preces a fim de se obter do Céo algua chuva em ordem a remedear as funestas consq.ªs q vão cauzando as Secas.

Fortuna. Pela razão dos gr.des calores e Secas q vão prosseguindo em todo este Verão, vão desmaiando as fortes esperanças q havião da fartura do anno.

Setembro. Finalm.te mudou o tempo. Foi necessar.º entrarmos no principio do Inverno p:ª termos chuvas. Como vierão tarde, depois de hum calor e secas inauditas pouco proveito derão aos frutos. Assim m.mº foi m.tº conveniemte p.ª a uva, azeitona, milhos restiveiros e enfim p.ª as terras e viventes, etc.

Fortuna. As frutas tem chegado a preço extraordinário.

Alteraçõens. Segundo as noticias q se recebem do Papeis Publicos, tem-se notado q este anno por toda a p.te tem havido alterações acrescidas na Athmosfera: tempestades furiosas e outros fenomenos raros, meteoros, etc.

Outubro. Todo este mez foi chuvozo mas particular.te os dias 16, 17, 18 em q choveo com hua abundancia indizível Tãobem houverão trovoadas e alguas não cauzarão pouco susto a gente desta Corte pouco acostumada a sem.tes fenomenos. Com efeito por aqui são raras e as deste mes forão não ordinarias.

Fortuna. O anno geralm.te falando foi m.tº ordinario e talvez pobre em graons, legumes, etc. mas houve bastante vinho e Azeite. Aqui tem-se feito menos sensível a falta daqueles generos por se ter importado m.tº nesta Cid.e e os preços dos generos tem subido mas não com diferença sensivel dos mezes preteritos[28].

(1803 cont.)

Novembro. As chuvas continuas com q se vai especificando este Inverno continurão da m.mª forma neste prezente mês (nem) hum so dia houve em q não chovesse mais ou menos porem sem temporaes nem trovoadas e m.mº com vento sereno e quente bem diferente do mes passado.

Fortuna. A principiada Estação Invernoza não deixa de gerar algua esperança pª q o anno futuro proximo seja mais abundante q este; mas esta esperança nada por ora tem influído p.ª os preços dos géneros.

---

[28] Fim do Livro COD-731.
COD-732.

Dezembro. Da m.mª manr.ª q nos mezes preteritos he a chuva continua e inseparavel de nos. Todo o mez tem chovido e com excesso. O tempo com tudo mais quente do q a propria Estação e em m.tºs dias se tem notado huns nevoeiros q durão quazi todo o dia, coisa fora do ordinário nesta Cid.e Por cauza das m.to continuas agoas q tem havido tem-se experimentado bastantes ruinas em m.tºs prédios e Estradas destes contornos. Segundo as nott.ªs vindas de differetes partes, o Inverno he por toda p.te aquozo.

1804

Janeiro. O principio deste mez e anno he dos mais Invernozos dos q se tem visto; parece q a imensa chuva q com excesso tem cahido nos mezes pretéritos próximos, se elevou toda p.ª cahir jubtam.te. Sem a menor diffrença continuou quazi ate o meio do mês q fazendo-se Preces por Ordem do Ilm.º Patriarca sessou finalm.te e de 15, 16 por diante houve tempo enxuto. Este mês foi mais quente do q requeria a Estação.

Fortuna. Todo os generos estão sem differença pelo m.mº preço q o mez passado.

Fevereiro. A hum tempo por demasia Invernozo por cauza das m.tªs e continuas chuvas, sucede hum Fevereiro Seco e enchuto mas m.tº frio mais talvez do q costuma ser a Estação prezente. Todo o mes foi igual e com Sol continuo q não foi bastante p.ª moderar a friald.e do tempo.

Fortuna. Com as agoas copiozas do actual Inverno, tem abondado os Poços e Fontes e agora neste mes se ve o tempo conforme a Estação; he de esperar q o anno seja de fartura pelo menos já se experimentão os presságios; com tudo os frutos dos pr.ºs generos estão m.tº em forma. A palha de sevada vai-se pondo mais cara...

Março. Foi todo este mes excessivam.te seco e como no meio do mes mudasse de repente p.ª m.tª chuva e o tempo sempre irregular com dias quentes e outros m.tº frios, não se experimenta a quadra nada agradavel não so p.ª o fim das sementeiras mas ainda p.ª a saúde.

Fortuna. Por isso o tempo vai tão vario inconstante e irregular como se acaba de dizer... não se pode fazer juizo do anno e sua fortuna...

Athmosfera. Neste mes reinarão nesta Corte e seus contornos huas toces secas m.tº renitentes e epidemicas e quazi todas forão curadas com o tempo sem se lhe poder achar remedio

terminante. Neste m.mº mostr.º adoecerão quazi todos os Relligiozos. A quadra foi m.tº critica; houveraão m.tªs mortes repentinas e aqui m.mº morreo de repente hu clerigo chino q se achava por Ordem Regia assistente neste mostr.º de S. Bento.

Abril. Foi este mês todo m.tº frio e m.tº vario de forma q m.tºs dias m.mº principiavão de hua forma bem diferente do q continuavão. Não foi nada favoravel a Natureza humana.

Fortuna. A qadra deste mez foi m.tº pouco sadia nesta Corte; ou fossem ainda os restos do passado ou influencias do prezente tempo; he certo q as catarraes e toces fortes teimarão fazendo danos incriveis. Tãobem houve alguas mortes repentinas e Estupores, etc. Neste mostr.º foi atacado d´hum o Proc.dor do mostr.º Fr. Franc.º de S. Paulo.

Maio. Neste mes o tempo foi m.tº frio e tãobem houverão chuvas q ao tempo não ser frio as chuvas não serião más p.ª as sementeiras mas com efeito vai o tempo a ser irregular e por isso vai influindo na fortuna do anno.

Fortuna. Os principios do anno não pronosticão a maior fortuna antes pelo contrario ja os frutos dos primeiros generos vão subindo talvez por receio q haja a falta dos frutos.

Athmosfera. Apesar da quadra ser m.tº fria em demasia e hir m.tº varia de manr.ª q sucede em m.tºs dias experimentar-se mudanças sensíveis de frio p.ª o q.te e de q.te p.ª o frio etc. Contudo os corpos não tem passado peor antes m.tºs dos q padecerõ nos mezes passados achão-se com m.tªs melhoras.

Junho. Este mes tem sido regular e m.tº conforme a Estação prezente; em todo elle não houverão chuvas. Todos os dias forão de Sol e tempo q.te.

Fortuna. Como o empo esta mais regular he bem de esperar q os frutos vão avante e por conseg.te poderá haver abubdancia nas searas. O preço dos frutos dos primr.ºs géneros, estão com pouca diferença pello mês passado.

Julho. Este mês foi conforme a Estação. Houve em todo elle Sol, Calor e alguns ventos. As sementeiras tem melhorado m.tº e se continuar a Estação favorvel pode ser anno de grão.

Agosto. Todo este mês foi conforme a Estação Seco e m.tº calido mas por felici.e houve no dia 27 e 28 chuva com tanta abundancia q só por esta razão foi mal aceita por alguns a q.m fez alguas perdas particularm.te em palhas, de resto he de m.tº dizer de q.tº proveito foi p.ª os frutos, terras e m.mº p.ª a humanid.e.

Fortuna. Os preços estão como no passado. O trigo como o Azeite tem subido algum tanto neste segundo genero e subirá talvez m.tº mais pella falta universal q se observa em todas as olivr.ªas neste anno.

Setembro. Não há nada notavel em todo este mez pois tem sido em tudo conforme a Estação. Pello decurso do mes houverão alguas chuvas q forão uteis p.ª as uvas sem estorvarem a rest.e colheita.

Fortuna. Geralm.te falando podesse dizer ser este hum dos annos bons, afortunados porq se não foi feliz em trigos, pelas Provincias em q se cultivão milhos e centeios houve m.tª fortuna; tãobem tem havido m.tº vinho e como as colheitas tem sido favoraveis há todo o funda.tº p.ª esperar q sejão boas.

Apesar de toda esta fortuna, os preçs dos pr.ºs generos etão pella carestia antiga...

Outubro. O tempo deste mez de Outubro foi m.tº regular e conforme a Estação; tempo enchuto, quente e adequado p.ª as colheitas; no fim do mez arrefeceu m.tº e houve alguns dias de chuva.

Fortuna. Foi este hum dos anos q se pode justam.te chamar afortunado em todo o sentido pois q segundoo q se observa nesta Provincia e as nott.ªs veridicas q nos tem sido comunicadas das Prov.ªs de Beira e Minho tem se passado m.tºs (anos) e passará talvez (muito tempo) sem q o possão igualar, porq se não fora a colheita do trigo, o milho e legumes e igualm.te os vinhos abundantes e copiozos, mas p.ª maior fortuna forão juntam.te boas e por isso houve m.tª fartura de todos os generos e excepção do Azeite q em todas as partes s foi sensivel a sua falta.

Novembro. Este mez de Novembro foi bastantem.te muito frio; até meado delle houve m.tª chuva, tempo Invernozo; de 15 por diante foi inchuto porem m.tº frio e de manham m.tªs nevoas; houve dias q durarão todo o dia e em outros a maior p.te o q não deixa de ser notavel neste Pais de Lisboa onde as nevoas costumão ser raras e passageiras.

Fortuna. O anno como já no mes passado foi m.tº farto e abundante de quazi todos os generos de pr.ª necessid.e com tudo o seu preço ainda está p.ª cima...

Dezembro. Não se tem visto hum Inverno tão aturado e excessivo como este. Em todo elle não se tem visto mais q chuvas inundantes e saraiva e neve e neste mes particular.te se notou

isto; p.ª hum anno mais notavel parecia ter variado m.tº o Clima de Lx.ª pois os velhos de id.e mais provecta não tem memoria de semelhante.

Fortuna. Já temos dito qual fosse a boa fortuna do prezente anno porq a excepção do Azeite de q houve hua falta total, mas (de) tudo o mais foi abastecido. Contudo não sei porq razão os preços dos generos não abatem; o q mais racionavel está é o vinho porq houve m.tº e tãobem pouca exportação...

1805

Janeiro. Este mes e Janr.º deste anno de 1805 principiou com Lua Nova e houve bom tempo em todo o 1º quarto; na mudança da Lua fes tãobem diff.ª o tempo de forma q o resto do mez foi de rigorozo Inverno; fez m.tª neve; houverão m.tªas chuvas, trovoadas, frios etc. mas por ser tudo isto proprio do tempo, nada ha q notar.

Fevereiro. Todo este mez de Fevr.º foi hum continuo Inverno e em tudo correspondeo a Estação respectiva; m.tªs chuvas e m.tºs ventos e m.tºs frios etc.

Fortuna. Como o Inverno vem no seu tempo compet.te seg.dº o q se observa feliz.te pode ser q sejão regulares as seg.tes Estações e por conseg.te q o anno seja felis e affortunado. Por ora nada ha q seja favoravel aos preços...

Athmosfera. Tem-se notado o gr.de numero de mortes q tem acontecido neste mez de Fevr.º e alem disto tem sido assinalado as m.tªa apopliticas q tem atacado m.tº mais g.te sem q comtudo morrão todos. Não faltão Professores q atribuão estes efeitos a quadra excecivam.te invernoza.

Março. Este mez foi bem conforme a Estação de Primavr.ª; tempo macio, q.te e tudo favoravel p.ª a germinação das Plantas. Todos os sinaes mostrão os principios fecundos de hum anno Feliz. Com tudo os preços frutos dos primr.ºs géneros nada em baixado.... he de esperar q o anno seja farto e abundante.

Abril. A boa Estação da Primavera vai continuando com o temperam.tº dezejado; até por não haver mais q desejar, no fim do mez houve hua chuva m.tº quente, m.tº regular e assaz copiosa p.ª a rega da terra e Plantas.

Fortuna. Por ora so hão esperanças de boa Fortuna. Anno q não poder ser mais bem fundado porq todos as mostras são de m.tº vinho, m.tº pão, m.tº Azeite. Os preços porem, não descem...

Maio. Este mez assim como os mais anteced.tes vai bem conforme a Estação e por isso tudo fomenta a esperança de q seja m.tº propicio a fortuna do m.mº anno. Os frutos estão bem nascidos e alguns ja bem crescidos e talvez em atenção a abundancia q estes oferecem já os preços de alguns se tenhão abatido...

Junho. Em todo este mez não há q notar geralm.te falando porq foi todo sem novidades q mereção atenção, m.tº particulam.te a respeito do tempo q foi em tudo conforme a Estação competente.

Fortuna. A Fortuna do anteced.te continua a ser benigna porq alem de estarem os frutos e Searas com esperançozas demosntraçõens o bom tempo q vai correndo mais afiança a bem fundada Esperança dos Lavradores.

Os preços dos frutos dos primr.ºs géneros estão hum tanto mais comodos...

Julho. Foi este mez de Julho conforme a Estação mas houve q notar os excessivos ventos q houverão em quazi todos os dias e hum calor em alguns mais q extraordinário.

Fortuna. O anno he m.tº farto de vinho, Trigos, frutas etc. mas com diz o ditado que *o anno bom as colheitas o farão* – veremos se as deste favorecem a esperança.

Agosto. Todo este mez he tão notavel e cheio de tempos tão infaustos q se tornão bem dignos de se transmitirem a posteridade.

Principiamos pelo estado do Tempo. Jamais se vio hum mez tão quente. Parece se juntarão todos os caniculares p.ª o tornarem insoportavel; os ventos imensos q em m.tºs dias houve longe de mitigarem o excesso daqueles por sima queimavão, assolavão as plantas por hum excesso de calor e ventos áridos e contínuos de q este mez infelizm.te foi abundante; sofrerão m.tº os frutos q alias estavão tão bem principiados. O vinho q era bast.te com os demaziados calores e açoite dos ventos tornou-se tão deteriorado q apenas dara hua colheita m.tº ordinr.ª, o mesmo sofrerão a proporção os demais generos de forma q pode dizer-se sem exageração q se malogrou toda aquella grande esperança q havia com gr.de fundam.tº na fortuna do prezente.

A vista disto já vemos q os viveres não devem diminuir do preço, antes pelo contrario subir ...

Setembro. A hum mez assolador e q espantou a humanidade pelos seus aterrantes effeitos, sucede outro em tudo diferente ate no m.mº tempo. Com a aproximação do Equinocio temperou

a atmosfera e aquelle ar ardente e ventos áridos e impetuozos sucedeo hua atmosfera suave, fresca e em tudo conforme a quadra; Com tudo em todo elle não houverão chuvas tão desejadas p.º a madureza dos frutos. Apenas n´ hum dos últimos dias cahio hum pequeno borrifo d´agua.

Fortuna. Como os frutos sofrerão hum daño extraordinario no mez passado como fica dito, toda a grande fortuna do anno q nos parecia já ter entrado nas cazas se deminuio a hum estado bem ordr.º de forma q p.ª o anno não ser falho ja he necessr.º q as colheitas dos pendentes sejão favoráveis.

... os preços dos pr.ºs generos andão sem dff.ª notavel do mes passado.

Outubro. Este mez foi m.tº conforme a Estação e nada há q notar por conseg.te senão as chuvas copiozas e indiziveis q houverão nos ultimos dias do mez. Alem d´alguas perdas q fizerão ao remate das colheitas serôdias e em m.tªs partes o Aluvião fez prejuízos consideraveis.

Fortuna. Apesar destas grandes chuvas as colheitas forão arezoaveis e por isso não massacrarão os frutos q por toda a parte forão m.tº bons e com suficiencia em a maior p.te dos generos. Donde vem q os preços dos primr.ºs generos tem estado m.tº racionaveis a excepção do Azeite...

Novembro. Este mez de 9bro tem sido hum os mais Invernozos q raras vezes se tem visto. Em tudo excedeo os limites da sua propria Estação: ventos tempestuozos, chuvas exorbitantes, frios etc. tal foi o tempo de q se preencheo este mez. Nos dias 2, 3, 4, 5 e 6 foi tanta a chuva q fez m.tªs perdas em predios, socalcos, muros e nas m.mªs cazas. Na verd.e q estavão assaz arruinadas mas não poderão resestir a imemsa chuva as varandas do Claustro deste mostr.º q cedendo a força do Inverno cahirão pr terra sendo necessr.º três mil cruzados p.ª se repararem.

Fortuna. O prezente anno esta m.tº em comodo p.ª ser avastecido da maior p.te dos frutos. Azeite porem houve m.tº pouco em pates absolutam.te nenhum... dahi o seu preço extraordinario...

Dezembro. No 1º deste mez choveo com excesso e inda q a Estação o pedisse com tudo fes espécie a abundancia d´agoa q cahio; o decurso do mez foi irregular, no fim houve m.tº frio e chuvas copiozas a 24 e por diante ate o fim.

Fortuna. Os preços do generos estão pela taxa ordinaria e pode-se dizer bem do anno com excepção do preço do Azeite.

1806

Janeiro. Não há couza p.ª notar no tempo deste mez por ser conforme a Estação frigida e chuvoza Só se pode dizer q as nevoas q houverão acompanhadas de hum rigorozo frio fizerão bast.te especie aos m.mºs velhos de Lx.ª Toda a nevoa q se não dissipa pelo decurso do dia nesta Cid.e he m.tº raro e esta vez foi notavel neste ponto.

Fevereiro. Não ha q notar-se... porq todo o mez foi ou de frio ou m.tº chuvozo conforme exigia a Estação. Nos dias 25, 26, 27, 28 foi tempo enchuto e de Sol mas sempre m.tº frio.

Março. O tempo deste mez foi inteiram.te opposto a Estação competente pois q desde o 1º ate o fim só reinou frio e chuva. A 10, 15, 18, 24 forão dias enevoados q juntam.te com frio fes bast.te especie tal tempo em tal mez.

Atmosfera. As Catarraes q ja m.tº grassavão pr este motivo se avigorarão e tornarão cada vez mais terriveis e multiplicadas. As toces secas e renitentes continuão.

Fortuna. Nada ha q notar...o Anno vai indo m.tº bom em todos os preços...

Abril. Este mez de Abril tem sido hum rigoroso Inverno. No 1º, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 houve m.tª chuva e frios intenços; de 15 p.ª diante houverão ventos frios nord Estes violentos o q tudo promete debaixo de tristes auspicios m.tº má Primavera. Como porem a vegetação esta atrazada não faz por ora prejuizo.

Maio. Ate 6 deste ez correo hum belissimo tempo m.tºconforme a Estação, q.te, macio, criador etc. Porem de 7 p.ª diante foi inteiram.te oposto; alem de m.tª chuva q houve quazi todos os dias; o frio foi como de hum rigorozo Inverno. Este extraordinario e inesperado fenomeno alem dos damnos q consideravelm.te cauzou nos frutos nascentes foi m.tº provavelm.te a cauza de m.tªs mortres repentinas q acontecerão nesta Cid.e. Semelh.tes mudanças repentinas na Atmosfera sempre costumão trazer comsigo taes effeitos; estes porem forão assaz extraordinários p.ª merecerem ser notados.

Fortuna. O anno vai correndo com abundancia... e os preços m.tº em termos...

Junho. Este mez foi como era de supor e esperar da Estação q.te calorozo o q ha q notar he duas gr.des trovoadas q houverão hua a 11 outra a 17 ambas tremendas e horrorosas mas a pr.ª m.tº mais funesta. Alem de m.tº danno q as chuvas fizerão nos predios,

Leziras, propriedades destes contornos, morrerão de raios varios animais e tãobem se confirmão de pessoas.

Julho. No 1º, 2º deste mez fes hum calor extraordinariam.te abafado e sem viração algua. Mas felizm.te passados estes dias ficou o tempo mais conforme e de resto foi o mez proprio da Estação

Agosto. Este mez de Agosto foi todo inteiram.te conforme a Estaçao. Nada por conseg.te há q seja digno de notar-se q os excessivos calores em alguns síiios q não deixou de se prejudicial particular.te as uvas. Em todo este mez não houve chuva.

Fortuna. As esperanças q da o anno p.ª as suas colheitas não são as mais felizes porq não ha m.tº vinho, pouca azeitona tem as olivr.as etc. de sorte q he m.tº necessario q o Outubro seja proprio porq no fim possa haver-se num anno ordinario

Setembro. Nada ha q notar este mez por ser conforme a Estação. Muito calor, trovoadas mas não houverão chuvas nem nesta Cid.e nem nos seus contornos.

Fortuna. A falta absoluta de chuvas q houve em todo este mez nada contribue p.ª a fortuna do anno. Se tivesse havido algua chuva vingar-se ia todo o vinho e azeite q se perdeo com o callor e seca q reinou, por esta razão os preços dos generos em nada deminuirão do mez anteced.te

Outubro. Este mez tem sido bem regular; ate meado delle foi q.te e enchuto e por isso m.tº conforme p.ª as colheitas q vão sendo boas; a 15, 16 e 18 choveo bastante e no mais do rest.te do d.º mez foi o tempo turvo e alguns dias com bast.te nevoa.

Fortuna. Inda q o anno segundo as nott.ªs q correm seja dos mais abastecidos e fartos nos géneros da pr.ª necessid.e Com tudo como as colheitas tem auxiliado e por outra p.te a gr.de importação de generos q se fazem particular.te nesta Cida.e he consideravel daqui procede q o Anno se pode considerar abundante pelo q os preços dos generos estão m.tº em conta.

Novembro. Nos pr.ºs cinco dias deste choveo. Pelo decurso dos mais dias foi o tempo enchuto e de Sol mas frio e conforme a Estação; a 20 por diante nuvelado, a 28 e 30 nevoas espeças q durarão todo o dia couza em outros tempos bem raro aqui em Lx.ª.

Fortuna. Não foi este anno m.tº abundante porq não houve m.tº vinho, trigos ordinarios, Azeite m.tº pouco e os mais generos a proporção. Sem embargo disto com as boas colheitas tudo

se aproveitou, os produtos rendião e enfim os preços estão em conta...

Dezembro. Este mez foi o tempo regular, mais favoravel e quente do q se poderia esperar da Invernoza Estação. No dia 6 e 11 houve hua nevoa m.tº espeça e extraordinria p:ª Lx.ª. ate 20 choveo m.tº. A 22, 28 e 30 nevoas excessivas. A 31 ventos vendavais secos sem chuva e pr extremo fortes e desconcertados.

Fortuna. Nada há q dizer neste artigo do q aquilo q fica dito.

1807

Janeiro. Este mez q the pela denominação do signo q lhe compete he o mez das agoas tem sido assas escaço dellas de forma q pode dizer-se q em todo elle não choveo ou pouca chuva houve. No dia 1º, 2º e 3º foi o tempo humido e nublado, de cinco ate oito, bom tempo. Para os fins do mez houverão dias de gr.des nevoas; o resto foi de bom tempo e Sol inda q m.tº frio notavelm.te.

Atmosfera. Tem-se feito reflexão em q a quadra deste mez tem sido m.tº affecta a dores reumaicas E tem-se observado igualm.te q m.tªs peçoas tem sido atacadas de Estupores e inda de mortes repentinas inda q nûa Cid.e tão populoza como Lx.ª não deva fazer espécie gr.de numero de mortes repentinas. Com tudo os Professores sem saberem a cauza disto tem assentado q este terrivel e funesto mal vai grassando por hum modo terrivel.

Fevereiro. He summam.te notavel a seca q tem havido este Inverno já se pode dizer sem exageração q em todo elle pouco ou nada tem chovido. Esta falta já he assas sensivel e m.tº mais o sera se continuar mais tempo sem chover. No ultimo dia do mez choveu m.tº.

...Os preços dos generos estão m.tº em conta a não falar em Azeite, q nada está mais caro.

O comercio está em grande acção pois há dias q entrão neste Porto 30 a 40 navios vindos com carga dos portos estrangeiros. A neutralid.e q o nosso Governo felizm.te tem conservado no meio de huma guerra q tem assolado toda a Europa q prezentm.te afecta o Norte tem sido m.tº favoravel p.ª o negocio e a haver mais industria do q a q ordinaiam.te se encontra nos Portuguezes a Nação em taes circunstancias se abastaria sobremr.ª.

Março. Nada ha q mereça ser notado neste mez a respeito do tempo pois em tudo he conforme a Estação.

Fortuna. Por toda a parte ha indicios de ser este anno hum dos mais fartos e abundantes pois se admira as boas mostras q os frutos prometem...os preços dos primr.ºs generos estão m.tº em conta.... deste prospecto facilm.te se ve q actualm.te se pode viver em Lx.ª com bastante comodi.e

O comercio tãobem tem tido bast.te fortuna supposta franqueza dos mares q nos ministrão os Inglezes e a Neutralid.e... e a haver ente os nacionais mais industria e energia, o Porto de Lx.ª não teria inveja aos mais comerciantes da Europa.

Abril. Nada ha q notar-se a respeto do tempo em todo este mez. Todos os dias forão puros e claros e intiram.te conforme a Estação.

Os ultimos dias com tudo forão bastantm.te frios mas secos e enchutos. A 30 houve hua espeça nevoa q durou todo o dia coisa q em outros tempos se não experimentava nesta Corte.

Fortuna. As amostras dos frutos deste tempo não deixão de ser bast.te lizongeiras por q em tudo e pr toda a p.te dão bem fundadas esperanças de bom anno. Os preços dos primeiros generos esta por taxa ordinaria Tão som.te o Azeite he q esta caro.

Maio. Nada houve q notar em todos os dias deste mez porq todos forão como pode supor-se neste tempo m.tº menos nos preços. O anno esta bem esperançado e como já disse os preços dos primr.ºs generos estão bem em conta.

Junho. Todos os dias do mez forão enchutos e serenos comforme a compet.te Estação mas foi mtº notada a falta de calor q sempre costuma haver em semelh.te Estação. As noites particularm.te ate meados do mez forão sujeitas a orvalhos o q tem produzido m.tº feno e Ervilhadas nas searas.

Fortuna. Por não ter havido calor necessario p.ª a perfeição do grão das searas e por se acharem todas m.tº cheias de erva q tem favorecido a frescura do tempo, os Lavradores querem descartar m.tº na fortuna q o prezente anno promete a todos. Não haverá m.tº vinho por se ter m.tº moido e queimado mas ha fundam.tº p.ª esperar abundancia de Azeite. Este genero está ainda m.tº caro.

Noticia de hum terramoto de 6 de Junho de 1807. Aos 6 dias do mez de Junho de 1807 pelas 4 horas da tarde houve hum tremor de terra q mais sensível foi em todo o Reino e em m.t.as partes deste assustou e aterrou m.tª gente. Nesta Cid.e se comheceo ser elle ondulatorio e vir como de Nascente p.ª Poente. Depois de se houvir como hum trovão subterraneo immediatm.te se expe-

rimentou hua concussão tão forte e violenta q a durar tempo consideravel não ficaria nesta Cid.e pedra sobre pedra.

Apezar de tremer so de 4 a 6 segundos ou pouco mais, a maior p.te das cazas ou edificios desta Corte ficarão fendidos. Neste m.mº Mostr.º alem do susto e terror q justam.te infundio a todos o balanço de hum edifício tão alto e dezamparado elle m.mº sofreu bast.e. A mais p.te das Cellas q deitão p.ª o terreiro abrirão gr.des rachas, cahio m.tª caliça e em algua cahirão Estantes de livros e outros moveis ao chão. As abobodas e paredes do drmitorio de baixo tãobem ficarão fendidas. Enfim quazi em todo o Mostr.º deixou vestigios da sua violencia. He verdade q m.tªs fendas q aparecerão se supoem ser já do terramoto de 55. Onde o deste mez fes maior impressão foi no nosso Collegio da Estrela; os telhados ficarão todos corridos. As Imagens da Igr.ª lançadas por terra emfim cauzou hua damnificação por fora e por dentro q com seiscentos ou oitocentos mil reis se não reparará. No fim deste desastre em q por felicid.e não se sabe morresse ninguem todos ficarão tão temidos q nas duas noites seguintes a maior p.te da gente foi p.ª fora da Cid.e dormir ou em suas Quintas ou pelos campos e montes *v*ezinhos. Houve quem assegurasse q às 24 horas repetira por hum modo pouco sensível. Mas assentou-se q isto foi effeito da Imaginação de alguas peçoas mais timoratas pois se tinha prognosticado q a essa hora havia de repetir o q se não verificou pr felicid.e.

Julho. Os primeiros dias deste mez forão regulados comforme a Estação só com a diferença de correr o tempo fresco e sem os Callores competentes; mas esta nota tem m.tº mais lugar na seg.dª parte do mez porq na verd.e foi tão fresco q cauzou espécie; no ultimo dia do mez contudo fez calma.

Fortuna. O anno vai mtº bom na abundancia do generos q tem importado nesta Cid.e e na Esperança q há nos frutos pende.tes. Apezar do q a carencia de Sol e callores necessr.ºs p.ª os trigos seja notável com tudo inda há m.tª Esperança de fartura. Os generos de primr.ª necessid.e estão m.tº em termos.

Agosto. Neste mez de Agosto nada há notavel enq.tº ao tempo pois q todos os dias forão proprios da Estação se bem q m.tº frescos e sem aquelles Callores q d´ordinario são aqui neste mez excessivos.

Fortuna. As seifas se fazem ja por toda a p.te e as debulhas vão mostrando q o anno não he tão farto como parecia. Não só

estão os trigos pouco grados mas demais isto m.tº sujos d´ervilhaca e outras sem.tes Conseq.cia natural.te dos poucos Callores e frescura do Verão. Os preços dos primeiros generos continuão em preço racionavel.

Setembro. Este mez de 7bro teve hum principio m.tº bom e em tudo conforme a Estaçõ competente. Tempo fresco, noites orvalhadas etc. Na noite do dia 6 e 8 houve algua chuva e no dia 13 e 14 choveo bast.te e com abundancia no dia 15 e 16. Porem a regularid.e deste tempo se transformou de todo p.ª o fim do mez porq nos ultimos dias se experimentou hum calor tão excessivo de q não houvera talvez m.tºs exemplos. Este mº excessivo calor como hum Sol fortissimo, atmosfera incendiada, sem arages e p.ª a noite carregado de fumos e matteria Ellectrica continuou p.ª diante do mez de 8bro como se dirá no seu Lugar.

Fortuna. O anno q costuma ser bom ou mao segundo as boas colheitas, vai segundo estas dando provas de q he m.tº bom. Não tem sido m.tº abundante mas tem produzido bast.te trigo, legumes e o vinho se aproveitou todo quanto houve. Podemos pois dizer q neste artigo nada ha q notar e q os preços dos prmeiros generos estão m.tº bem acomodados se bem q todos temem da pouca duração deste beneficio a vista do eminente perigo em q actualm.te se acha Portugal pr cauza das terríveis ameaças q de França nos envia frequente.te o conquisrador da Europa o cellebre Nappolion...

Outubro. 8tembro. continuiou este mez de 8bro com os mesmos calores esperissimos com q findou o mez antecedente a todos foi estranho e por todos notado do meado do mez p.ª diante refrigerou mais o tempo e a 20, 21 e 22 houve chuvas tempo fresco e ate trovoadas q no dia 28 particularm.te q foi hum dos dias horrorosos q se tem visto pelos impetuozos ventos (e) chuvas desmedidas e trovoens. Pelas 4 horas da tarde houve hum furacão tão violento q levou telhados ecazas inteiros e m.tos barcos e hum brigue quebrarão as amarras e cahirão sobre a praia não sem grande perda e ao m.mo tempo cahio hum pe de saraiva tão grossa e tão tangida q sendo amaior parte do tamanho d´ovos de Pomba quebrou muuitas vidraças[29].

---

[29] Daqui em diante: transcrveu e apoveitou Cristóvão Aires de Sepúlveda, como já referimos. Deixamos de lado as notícias de caracter militar. Por seu turno o *Dietário Colégio de N. S.ª da Estrela* da C.S. Bento (1800-1828) (BN - COD-733), não tem interesse para a notícia climática.

1807

Setembro. A mudança repentina e inesperada q neste mez se observou na Atmosfera, passando esta de hum tempo proprio e natural a hum calor excessivo e improprio de 7brº tem feito sensação em todos. Os homens mais velhos deste paiz tem asseverado ser isto bem estraordinar.º e bem digno de notar-se. Tãobem no fim deste mez se descobrio hum cometa caudado p.ª o Nascente q as 7 pª as 8 horas da noite aparecia junto ao Ocazo. Nos primeiros dias pouco tempo se gozava; como fosse porem retardando o seu movim.tº periodico nas seg.tes noites se obervou p.r m.tº tempo. Inda q n´um seculo ilustrado, critico, e de luzes sejamos obrigados a discorrer livres das preocupaçoens dos tempos de superstição e ignorância em q sem.es fenomenos eram havidos como prezagios e agouros fataes de cousas funestas, com tudo inda hoje ha m.tª gente em Lisboa q o preconizava como indicio de coisas funebres ou terriveis. E como a epoca actual em q se acha Portugal he hua das mais afligidoras em q o Reyno se tem visto talvez desde o seu estabelecimento pois q segundo as not.ªs q prezentem.te vogão tudo parece indicar ser chegado o tempo em q por hua violenta usurpação vejamos hua nova Dinastia e fiquemos sujeitos à França conquistadora e ja dominadora de quasi toda a Europa...

...

Outubro. (8.bro). Mez de 8br.º.Continuou este mez de 8br.º com os mesmos callores excessivos (*no original ou cópia, esperissimos*) com q findara o mez antecedente, a todos foi estranho e por todos notado; do meado do mez p.ª diante refrigerou mais o tp.º e a 20, 21 e 22 houve chuvas, tempo fresco e até trovoadas no dia 28 particularm.te. q foi hum dos dias horrorozos q se tem visto pellos impetuozos ventos, chuvas desmedidas e trovoens. Pelas 4 horas da tarde houve hum furacão tão violento q levou telhados de casas inteiras, e mt.os barcos e hum Brigue quebrarão as amarras e cahirão sobre a praia não sem grande perda e ao m.mº tempo cahio hum pe de saraiva tão grossa e tão tangida, q sendo a maior parte do tamanho d´ovos de pomba quebrou m.t.ªs vidraças – Veja-se adiante o mez de Dezembro

..../

No principio deste mez principiarão as noticias vindas de per Espanha e per Inglaterra a entristecer cada vez mais Portugal....

(*N.B.:* passamos aqui os acontecimentos políticos) ... e finalm.te depois de varias dicusoens e multiplicados conselhos de Estado (a familia real) embarcou no fim de 9bro como se dirá no mez seguinte[30].

Novembro. Este mez de 9br.º fara época na Historia Portugueza pelos sucessos inauditos e desgraçados q acontecerão n´este Reyno de Portugal. A m.mª Estação do tempo foi tão extraordinaria q não há lembrança de hum mez tão invernozo e cheio de tempestades: o dia 8, 9 e 10 forão assinalados por chuvas excessivas, ventos furiosos e frio insuportavel; os dias seg.tes forão menos destemperados... (possibilitando a entrada de varias embarcações....).

A 28 he q o Inverno excessivo de q foi o mez principiado, reduplicou os seus estragos de maneira q pareceo ser milagre o dia 29 q esteve tão ameno e agradavel q assemelhava a hum dos de Primavera. Neste excelente dia preparado parece q pela Provid.ª he q o P.N. S. sahio pela barra fora, levando toda a familia Real e a maior parte dos gd.es do Reino...

... /

Dezembro. O Pr.º dia deste mez foi tão asignalado por seus temporais e invernos q fez lembrar a m.tª g.te boa que a m.mª Natureza repelia o ingresso da topa Franceza neste Reino e Capital: chuvas imensas, trovoens espantosos saraivadas terriveis e q continhão pedras maiores q os d´hum ovo de pomba, dous furacõens destruidores de gd.e numero de telhados, etc. etc. tal foi o espectaculo medonho e funebre q apareceo aos tristes Portuguezes o invernoso dia do 1º de Dezembro.

A 2 tempo próprio da Estação e assim continuou no 3º e 4º

.../...

A 15 esteve hu dia de nevoa espessissima q durou todo o dia. A 16 choveu bast.e e fez hum frio notavel q continuou no dia 17. A 18 bom dia, q.te e macio...

1808

Janeiro. O Pr.º e mais seguintes dias deste mez de Janeiro foi hum inverno mais q ordinario unindo-se a chuva continua a hum frio desmarcado, fazião esta quadra bem desagradavel e aqui p.ª Lix.ª onde o Inverno não costuma ser rigoroso, foi isto notavel. No dia 6 e por diantemtº bom tempo e conforme a estação.

... /

[30] Tudo o que não se reporta ao tempo, consta na versão publicada de Cristóvão Aires, como já referimos.

A 20 esteve hum dia invernosos e todo o dia de hua neve espessíssima. A 26 e por diante mtº bom tempo e em tudo conforme a hua boa estação de Inverno.

Fevereiro. quarto dia da lua, continua da m.mª forma e por conseg.te temos hua estação m.tº seca, m.tº fria e m.tº má p.ªas plantas.

.../

14. A quadra continua da m.mª forma, m.tº fria, seca e ventoza.

.../

21. Todo o resto do mez foi da m.mª forma e so no dia 27 e 28 houve algua chuva com m.tª nevoa e geadas de manham.

Março. 4. Dia m.tº frio e m.tº differente do q costuma ser o M.çº aqui em Lx.ª

.../

A 13 mudou o tempo; de ua quadra arida, seca, fria, intratavel se vio de repente nascer outra macia, q.te, temperada e até com chuvas regulares q tão necessárias se fazião e assim continuou o bom tempo por todo este mez, bem regulado e conforme a Estação e por conseg.te todos animados pella esperança – ainda q serôdia - de boa Primavera

.../

23. Ja p.ª o fim deste mez se hia sentindo g.de falta em alguns generos da pr.ª necessidade não forão bast.tes as providencias q o G.º executou para virem das Provincis Trigos, Legumes, Azeites, etc, etc. p.ª não subirem os preços concideravelm.te: o q não aparecia inda apesar de dinrº, hera o peixe fresco por q como estavão vedados de sahir fora da barra os Pescadores não se podia haver hum bocado de peixe fresco.

Tãobem faltou o Bacalhau por falta de Comercio e por isso o q se comia era Cavalinha, Sarda e outros insignificantes e pessimos pescados e isto m.mº por peço extraordinário.

.../

28. O fim deste mez foi em tudo correspondente a seu principio, m.to macio, temperado, e conforme a hua estação de Primavera.

Abril. 6. Neste dia se sentio m.tº passaggeiramte hum tremor de terra nesta cidade, mas q por ser pouco sensível até foi ignorado de m.tª g.te.

.../

Mayo. 7. A quadra vai m.tº boa p.ª a saude como p.ª os frutos q estão m.tº bem principiados e com esperanças de fazerem boas colheitas e anno farto. Vinho principal.te he munto e bem gerado.

.../

Junho. 30. A quadra de todo este mez foi m.tº temperada e talvez por isso m.tº saudável. He aqui hum fenomeno notado por quasi todos a saude de q se goza em Lx.ª em todas as classes de pessoas, de man.rª q os m.mºs professores de medecina confessão não teem lembrança de couza sem.te em toda a sua vida.

Os generos de pr.ª necessid.e inda aparecem, mas tudo mtº caro: manteiga a 600; azeite a6.400; peixe fresco nem po; exorbit.e dirº; feijão a 800 e a 900 eo mais a proporção se vai pondo escaço e m.tº caro.

.../

Julho.

Agosto.

Setembro. .... 25. Neste dia houveram aqui m.tºs ventos e no mar hua tormenta tão g.de q m.tºs dos Navios de Transporte q levava os Francezes forão a pique. E m.tos derão a costa e os mais q puderão aguentar arribarão a este porto onde estão ate o prezente.

.../

28. A quadra tem ido m.tº boa, mas notavelm.te sequioza. Em todo o mez de 7brº não choveo nesta cid.e.Veja-se adiante 9brº.

Outubro ... 30. Neste dia a chuva tão desejada nestas teras pella sua necessidade e cuja falta já era assaz notada, satisfez a desejo de todos por vir com abundancia e amenidade: Ella continuou nos dias seg.tes e mostrando hum aspecto invernoso nem por isso desagradou vista a abund.e q nos dava.

Novembro. Este mez começou por mostrar hua face m.tº chuvoza e bastnte desagradável, mas a quadra e a necessidade de chuvas de q tem carecido m.tº este prezente outono, desejarião q continuasse a chover por mais tempo. As mays d´agua q fornecem a cozinha e Cerca de Cima estão como no rigor do mais seco Verão e quasi de todo secas.

.../

Dezembro. Este mez de Dezembro foi m.tº regular e conforme a Estação e tem chovido suficientem.te. O frio he sem excesso e por conseg.te nada ha q notar-se neste ponto em todo o diario do prezente mez.

.../

1809

Janeiro. 1. No primeiro deste mez e nos mais tres dias seg.tes foi nesta Cid.e um rigoroso Inverno. Às m.tªs chuvas se unirão ventos furiozos e por extremo notadas por todos.

4. Neste dia houve m.tº densa nevoa e durou todo o dia.

.../

7. O Inverno q era da Estação se manifestou m.tº sencivel.te neste dia e com pouca diferença continuou até o dia dezoito e mudou então ao quarto sendo o fim do mez de tempo m.tº bom e m.tº agradável.

... /

22. Foi este dia um verdr.º dia de Primavera e nada teve q lembrar fizesse o humido ou frio Inverno. O m.mº quasi foi nos dias seg.tes até o fim do mez.

.../

30. O q ha bem q notar aqui foi huma doença d´olhos emflamados q foi quasi em toda a Lisboa. Em alguas partes pelo menos houveram familas inteiras q sofrerão esta especie de Epidemia tanto mais notavel por ser no inverno. Os Religiosos do Mostrº experimentarão o m.mº em grande p.te.

.../

Fevereiro. Preços dos primeiros generos

Apesar do grande desfalque q experimentou o commercio depois da desgraçada invazão franceza neste Reino, com tudo os generos nunca subirão ao mais alto preço e p.ª se fazer idea se mostra neste peq.º mapa q alem da manteiga e azeite, tudo o mais não estava neste mez fora de conta:

Trigo da terra, 1.100
Trigo de fora, 960
Cevada da terra, 700
Cevada de fora, 550
Feijão, 1.200-1.100
Milho, 600-750
Grão, 1.200-1300
Carne, 110
Carne de porco, 100
Presunto. 260
Azeite (Almude), 4.500
Vinho (dito), 2.400
Manteiga (Kg), 390
Assucar (kg), 100.

1. O principio deste mez foi conforme a Estação nada há por conseq.ª digno de notar-se. Tempo de Inverno, inda q enxuto.

.../

6. Munta chuva, m.tº vento, pelos dias seguintes ate 9

15. Bom tempo, sol quente e ameno.

..../

28. Na noite deste dia p.ª ora e meia da noite se sentio nesta cid.e hum tremor de terra. Não fez damno algum por ser m.tº breve mas foi assaz sensível ainda m.mº a m.tªs pessoas q dormião e acordarão com a força da comoção. A durar por mais tempo seria funesto nos seus efeitos...

Março. 1. Nada há q notar-se em todo este mez de março no tocante a Estação e tempo q vão decorrendo conforme a Estação da Primavera. Inda q geralm.te foi notado ser menos q.te e menos macia do q o costume de otros anos. Por esta razão os fructos e Searas ficarão m.tº mais serôdias do q se desejava. A perspectiva do anno he bem encantadora e lizongeira pois dá mostras de abundancia em todos os fructos se por fortuna forem vingados. Este mez porem já lhes não he todo propicio.

.../

Abril. No principio deste mez houve aqui nesta Cid.e e contornos huas tempestades, chuveiros e temporaes bem improprios da Estação. O frio q fez he q particularm.te foi m.tº sensivel e nocivo aos frutos nascentes Mas não persistiu mt.º.

.../

Maio. 1. Neste mez de Maio nada há q notar emquanto a Estação mais do q ser menos q.te e mais chuvosa do q o costume dos outros anos de man.rª q todo o mez pareceo mais hua terminação do inverno do q adaquada da Primavera. Em conseq.ª disto forão-se atrasando mtº e m.tº os frutos do presente anno.

Julho. A quadra deste mez foi bem digna de notar-se pella grande diferença q nella se experimentou. Já o mez preterito proximo tinha sido bem pouco conforme a estação. Longe de temperar o frio e chuvas q ja disgostavão a g.te e tão nocivas herão aos frutos pendentes, neste presente mez de Julho continuou pelo menos da m.ma forma. Em conseq.ª deste intempestivo Inverno não pode ser o anno farto nem abundante como deu mostras ao principio. Ja m.tºs dos frutos com he a uva, az.te, etc., tem perecido, e o resto está tão atrasado como se fosse no mez de Maio.

.../

Agosto. Este mez de Agosto foi m.tº singular por não haver em todo elle hum so dia de calor a excessão de hum só q foi o dia de S. Lourenço e já o m.mo tinh acontecido no preterito proximo passado q a excessão do dia de S. João foi tempo da estação de hua fresca Primavera. A humanid.e não degostava da temperatura, mas os frutos o sentirão de manrª q não querião madurar. He por esta razão q ja todos tem perdidas as fundadas esperanças q alimentavam de hum abund.te anno pella alternativa dos Tempos.

Setembro. 1º. É bem digno de notar-se como todo este verão foi fresco e sem os calores necessarºs p.ª a madureza dos frutos pendentes. Passou-se todo o Julho e Agosto, mezes ordinarios de canicula e todos estavão esperançados pelo adagio q diz "o q vem no dia de Stª Luzia virá noutro dia" q o mez de S.brº seria pello menos q.te e de sol; mas não sucedeo assim porq se os anteced.tes tinhão sido improprios da estação do verão este de q falo inda o foi m.tº mais pois q principiou com chuvas e continuou sempre fresco inda alem d ordinr.º Em consequência disto esta a uva por amadurecer e assim fica p.ª as colheitas o q junto a serem ellas m.tº poucas bem mostra a falta que haverá neste genero. Isto se faz tanto mais sensível q.tº he o perder-se a bella ocasião de o exportar por todas a nossas barras q os nossos aliados franqueião e elles m.mo tomarião a maior p.te. p.ª o gasto de Inglaterra.

.../

Outubro. Este mez de Outbrº foi nimiam.te estéril em noticias. O tempo foi regular mas propendendo sempre p.ª a friage q em reinado como nota geral em todo o verão.

25. No dia 25 pelas nove horas e meia anoite se sentiu nesta capital, e não menos neste Mostr.º hum tremor de terra q começou por hum trovão subterrâneo. Não hera m.tº violento por ser de movim.tº undolatorio, mas assim m.mo seria funesto a durar mais tempo, pois duraria quatro seg.ºs.

.../

As colheitas do anno são m.tº escaças e m.tº principal.te em vinhos e azeites do q houve hua falta m.tº e mtº grande. Com tudo os generos de pr.ª necessid.e estão acomodados em preço, particularm.te o Pão de q há suma abund.ª pois tal he a vantagem do comercio q inda nas g.des faltas a importação dos generos de fora da terra ou do Reino vem logo socorrer a nossa precisão. Ja há m.tºs anos se não vio em L.ª tanto trigo farinha de barica e arroz, etc. etc.

Novembro. 1. Tempo invernoso e com bast.e chuva mas por ser tão desejada como a tinha feito ser a secura de todo o anno não se fez aborrecida, Sim estimada. Esta continuou copiozam.te athe o dia quatro a q sucedeo hum frio bastantem.te rigoroso.

.../

Dezembro. 1.Principiou este mez e continuou quasi todo como hum rigoroso inverno a excessão de alguns dias particularm.te no dia 22 em q choveo tempestuozam.te. O resto foi seco mas m.tº e m.tº frio.

4. Neste dia houve hua nevoa tão espessa q durou todo o dia.

.../

22. Na noite de 22 p.ª 23 ouve hum temporal terrivel nesta Cid.e. Como sobreveio de noite e não se pode assi obstar tão facilm.te ao seu furor ao amanhecer se principiou a devizar os seus tristes e terriveis efeitos:m.tºs navios quebrarão as amarras derão sobre outros com q se atracarão não sem mutuo estrago; hua fragata foi agarar desde hua p.te da margem direita do Tejo a outra p.te a varar sobre a praia o q fez tanta admiração como o ão ter o menor danno pois q na enchente da maré ficou outra vez a nado; alguns barcos forão pella barra fora, e da m.ma forma q no mar, sofrerão m.tº g.de parte dos telhados desta capital. A chuva sucedeo a impetusid.e dos ventos não foi a menor proporção nem no tempo da duração nem na quantid.e, mas assim fez alga perda nos prédios rusticos. Nesta Cerca do Mostr.º cahio por cauza do vento hum g.de tapamento de madr.ª q devidia e reparava a m.ma cerca da devassidão e passagem p.ª os quintaes vizinhos e em cujo reparo se fez ast.e gasto. Ochala q´elle fosse feito por hua vez de pedra e cal!

1810

Janeiro. Em todo este mez de Janeiro nada se passou q mereça anotação particular. O tempo foi conforme a estação inda q m.tº falto de chuvas pois q so no dia 25 e 27 choveo algua coiza. Os frios não forão intensos de fora q o q se pode mais notar he o favoravel do inverno neste prezente mez. Por esta esma razão não tem aparecido inda este inverno catarraes, deflusoens e outras molestias q costumão grassar em sem.te tempo.

.../

Fevereiro. Principiou este mez com a mesma temperatura q o pretérito. Em geal foi sco e não m.tº frio.

No dia 6 e 7 mudou a lua p.ª a nova; houve mt.ª aparencia de chuva, ventou m.tº do Sul, toldou-se o ar e nada faltou p.ª o anuncio de m.tª chuva de q se necessitava tanto p.ª a regularid.e da estação, como p.ª bem das terras e sementeiras. Porem a todos aquelles sintomas aquosos sucedeo o m.mo tempo seco q d´antes tinha havido.

A 21 tãobem houve g.des esperanças de chuvas e tempo revoltozo q correo a 22 e 23 fortificou a espr.ª geral mas tivemos de contentar-nos com huns pequenos aguaceiros q no dia e noite de 23 e 24 houverão em alguas partes.

.../

Março. 1. Os primeiros dias deste mez forão inteiram.te analogos ao tempo dos mezes preteritos e por consequinte seco e sem os frios caracterizarão a estação de inverno. Todos notavão e se maravilhavão m.tº de ver pasar quasi todo inverno sem as chuvas e frios do costume e tão necessario p.ª o bom regulam.tº do anno e da abundancia dos fructos etc.

5. porem na noite do dia 4 p.ª 5, na Lua Nova, começou amostrar-se a atmosfera com todos os sintomas de grande descaga de chuva e com efeito no dia choveo basta.te, primncipalm.t de tarde mas tudo isto não erão mais do q preludios e mostras dos grandes invernos e temporaes q sobrevierão e q forão horrorosos nas suas tristes e disgraçadas consq.ªs. Homens de idade provecta confessarão não terem visto nem ouvido o q prezenciarão neste Tejo e o q lhes disseram de outros mares.

6. No da 6 por volta do meio dia se deo principio as tormentas com três ou quatro trovoens sucessivos q amedrontarão toda a Lisboa e seus confins. Os raios q despedirão cahirão na m.ma Cid.e e hum delles fez bastante prejuízo no Convento das Trinas do Mocambo, não deixando illezas m.mo alguas Freiras. Inda q a trovoada diminuisse e se fosse espalhando, com tudo os chuveiros, zimbros, saraivas e pedras q extraordinariam.te cahião e o vento furioso tangia irregularmente, tornarão o resto da tarde num espectaculo medonho e horroroso. O Mar urrava e fazia hum sussurro extraordinário, Os Navios gemião com impulso furibundo das ondas q os cobria, as amrras estallavão e tanto no resto da tarde como no decurso de toda a noite não se ouvião mais q tiros a pedir socorro e auxilio da Rib.ª para acodir a gr.de numero de

embarcações q perigavão. Esta horroroza sena não terminou nesta noite. Como o vendaval não sessava, pois continuou no dia seg.te da m.ma forma continuarão os perigos, sustos e perdas incalculáveis. Apezar de se ter empregado todo o ferro q estava na Ribr.ª das Naos, de forma q houve q chegou a prometer por hua ancora 30 moedas p.ª acodir a hum navio q andava solto, inda assim m.mo não se vedou nem pode acudir a m.tªs embarcações de embarcaçoens de guerra e mercantes q por se tocarem humas com outras e nas suas parias, sofrerão hua perda e danos q m.tºs fizerão montar a quinhentos mil cruzados. Não deve omitir-se ao narrar sumariam.te hum tão extraordinário temporal e suas conseq.ªs funestas, hum facto p.ar q por sua rarid.e merece attenção:

Sendo a fragata *Perola* hua das q forão a garra por onde a discrição dos ventos a quis levar teve esta a fortuna de ser levada pelo temporal desde hua margem do Tejo a outra onde ficou varada sobre a Praia e com tanta fortuna e felicidade q depois de sofrer ali toda a violência das ondas e açoites dos ventos por espaço de seis horas, q.dº tornou a maré ficou a nado sam e salva sem q sofresse dano ou ruina no seu todo.

8. Continuou o temporal inda q menos forte do q antes.

9. Neste dia tornou a repetir a trovoada e continuou a chuva.

10. Menos chuva mas o bandaval constante.

11. Neste dia e seguintes q forão de rigoroso inverno começarão a vir as noticias do estrago horroroso q os temporaes excessivos tinhão feito por outras p.tes e particularm.te em Cadiz onde perecerão hum gr.de numero de embarcaçoens espanholas, inglesas e hua nao portugueza. Destas desgraças de q m.tº se aproveitarão os francezes com o saque de tudo o q ia a Praia agora vão aos *jacobinos* oportuna efeituação p.ª a tomada de Cadiz....

.../

15. Chuvas, ventos e tempoares excessivos.

17. Chuvas extraordinarias, ventos fortes, trevoens. E as cheias forão tão crescidas q inundarão todo o Ribatejo.

18. Muita chuva e temporal.

19. Menos chuva, porem, vento furioso e o mar bravo.

20. Repetiu o temporal e perigos neste ancoradouro.

24. Chuvas.

25. Chuvas. Todas as sementeiras do Tejo perdidas. Os lavradores aflitos por verem frustrado todo o seu trab.º

30. Findou o mez como tinha sido quasi todo desde o principio o mais invernoso, triste desgraçado e funesto q talvez seculos não tenhão visto e q fará época p.ª o tempo vindouro.

Abril. Todo este me foi hum continuado inverno. O ditado dos antigos q dis "Em Abril aguas mil" – foi verificado completam.te neste mez de Abril de mil oito c.tºs e dez o q deve notar-se he não haver em todo o mez aquela ameneid.e e temperatura de primavera q em quasi todos os outros annos se experimentava, principalm.te nesta Corte. E que esperanças pode haver de fartura e abundancia nos frutos já em parte perdidos?

Os preços dos frutos dos primeiros generos não estão fora de conta, porq a importação de produtos estrangeiros e coloniaes tem abastecido esta Capital.

O pão de trigo está a 45 reis a livra.

A carne de boy a 115 o arrátel.

"……de porco a 200-240.

O milho e 700 e 800.

O feijão a 1.000 e 1.100.

O Az.te a 6.000.

O vinho a 150.

Manteiga a 240.

Bacalhau a ar.(roba) a 1600 e 1800

Inda q alguns generos mencionados, particlarm.te o azeite pareça estar carissimo, com tudo, isto he nada em comparação da carestia e falta de géneros vitaes q se experimenta por outras provincias. As q vagão e residem pela Prov.as do Minho e Traz os Montes, Alem Tejo etc. tem absorvido tudo e como as tropas tenhão talado a maior parte das campinas tudo oferece hua triste perspectiva de hua terrivel fome. Por aquellas provincias já não se acha o milho a menos de 1.200 e p.ª sima; o trigo a 1.600 e p.ª sima; vinho azeite não o há nem por dinheiro. Exaqui o q há q notar m.tº particular.te neste mez.

As cheas imensas q tem havido não tem contribuído pouco p.ª a miseria publica pois sendo as margens do Tejo e de outros celebres rios de Portugal, q.m fornecia g.de quantid.e de trigo e graons , p. ª a Estremadura e outras províncias, com a inundação das aguas tudo se perdeo. Tem hvido lavradores q já lanção duas e tres sem.tes a terra; e o mesmo Governo deo sabias e circumspectas providencias sobre tão importante objecto, mas o conti-

nuado inverno tem frustrado todos os trabºs e esperanças: Triste condição da humanid.e!

.../

30. O fim do mez foi igual ao seu todo,e m todo elle não se vio mais q chuvas, ventos e inverno Não tem sido com tudo todos estes obstáculos bastante p.ª q os nosso generosos e gr.des allliados, os Inglezes deixassem de continuar a mandarnos os seus auxilios...

(1810)

Mayo. Estado do Tempo.

Parece q assim como todo o mundo politico se tem transtornado por causa da Revolução Francesa egualente as estaçoes se vão mudando e pervertendo; o mesmo que se notou no mes passado se nota neste. O tempo não he de Mayo mas sim parece de Fevereiro e Março. Inda se não experientou Primavera e não se vem senão chuvas, cheias, ventos e m*ui*tas vezes frios cnsideraveis. Daqui se poderá bem ajuizar qual será a sorte deste ano. Pobres Lavradores. Os preços dos primeiros generos vão subindo e nas Provincias esta tudo carissimo e não ha o bast*an*te

(*Agosto e Setembro* (Notícias Políticas – 3.ª Invasão).

Outubro. Em 1º de Outubro entrou Massena em Coimbra tendo sahido primeiro quaze todos o seus habitantes e inutilizado tudo q.tº podia servir de socorro aos Fancezes como erão viveres, vinhos, pannos etc.

(*N.B.:* O mesmo ordenou Lord Wellington)...

Por esta cauza veio fugindo a refugiar-se nesta capital povo infinito de sorte q os genros de prª necessidade subirão m.tº neste tempo. O Governo deo logo exactas providencias p.ª acudir à necessidade daquelas pessoas q não tinha couza alguma mandando estabelecer e dar às portas ou entradas da cid.e em vários sítios da m.ma, hua sopa economica para sustento das pessoas pobres.

1811

Janeiro. Os primeiros seis dias deste mez forão m.tº invernosos: choveo m.tº, fez m.tº frio e cahio bastante neve. No septimo dia temperou o tempo e de ahi até o fim do mez, continuou próprio da estação.

....

Preço dos generos de primeira necessid.e:

Neste mez subirão os preços consideravelm.te:

Trigo (alq),1.600

Feijão, 1440

Carvão chegou a vender-se cada saca a 3.000 e 3.200

Fevereiro. Na noite de 3 p.ª 4 deste mez houve hum tremor de terra às onze horas da noite, q duraria meio minuto. O seu movimento foi leve.

.../...

Março. Nos primeiros dias deste mez não há couza algua memoravel nem facto digno de notar-se.

(NB. Notícias militares)

.../

Abril (Notícias militares).

Maio (Notícias militares).

.../

Junho. No dia 13 p.ª 14 de junho houveram na ilha de S. Miguel grandes tremores de terra de meia em meia hora q durarão te ao dia 15. Neste dia rebentou o fgo no meio do mar a sinco legoas distante da cidade (de Ponta Delgada) e meia legoa da terra aonde o mar tinha de altura 38 braças e rebentou com tal violencia q formou huma serra mui grande de área e pedra e no meio huma caldeira por onde sahe m.tº fumo e fogo e levanta grandissimas pedras e uma altura enorme. Ouvem-se as vezes estouros q parecem cem peças de artiharia e de noite se observão grandes claroens de fogo e relâmpagos. Trez legoas a roda não deixou caza nem parede em pé: tudo ficou por terra.

.../

Julho. Por Avizo Regio de 30 de Julho forão os moradores da Provincia do Alentejo q trabalhão no fabrico das carvoarias e corte de lenhas dispensados de entrarem em outro qual.r serviço ou officio.

Agosto...

Setembro. No principio deste mez principiou a aparecer ao lado do Norte hum grande cometa. Tinha o seu occazo e nascente do m.tº lado do Norte em algua distancia. Nascendo descrevia a sua orbita p.ª o lado do Sul athe tornar outra vez ao seo Occazo e por isso ao principio era visivel pela manham antes de amanhecer e à noite. Foi visível à noite por espaço de 4 mezes.

.../

Outubro. Os primeiros dias deste mez forão tempestuosos: houve m.tº vento e bastante chuva por cuja cauza os navios no Tejo padecerão algum damno. Depois principiou a haver hum calor m.tº intenso e fora do costumado da estação, o qual continuou cada vez maior athe o dia 20 deste mez: dahi por diante foi o tempo proprio da estação.

.../

Novembro/ Dezembro. Nestes dois mezes não houve couza notavel nem no tempo nem nos negócios politicos.

...

No ultimo dia do mez passado sahio hum Decreto da Regencia pelo qual há por bem isentar de todo e qual.r imposto, nas Raias do Reino e Alfandegas dos Portos Secos, todos os comestíveis vindos de Hespanha.

.../

1812

Janeiro e Fevereiro

.../

9. Neste dia sahio hua Portaria da Regencia pela qual Manda o Principe Regente Nosso Senhor q em atenção a escassez q se experimenta de azeite nesta Capital de Lisboa fique izento de meia Siza pelo tempo de 4 mezes todo o azeite q entrar nesta capital por terra o por mar.

.../

Março. Por decreto do Principe Regente Nosso Senhor datado no Rio de Janeiro houve por bem consignar nas Alfandegas da Bahia; Pernambuco e Maranhão e pello espaço de quarenta anos a quantia anual de cento e vinte mil cruzados p.ª ser empregada na reedificação das cazas dos habitantes de Portugal arruinadas e queimadas pela invazão das Tropas Francezas em Portugal como fica dito etc. Como também p.ª o fornecimento dos instrumentos, sementes, gado e mais couzas necessarias p.ª a continuação das suas lavouras...

.../

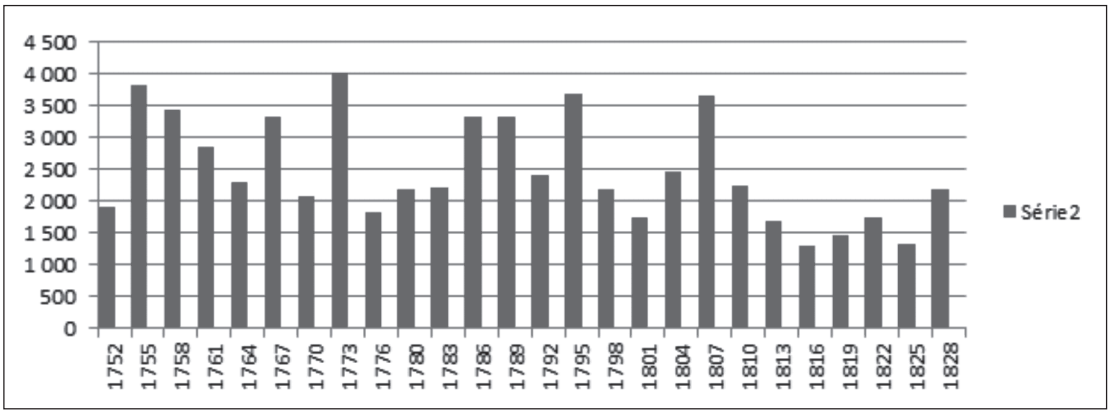
Abril – (notícias militares).

Maio e Junho – (Idem).

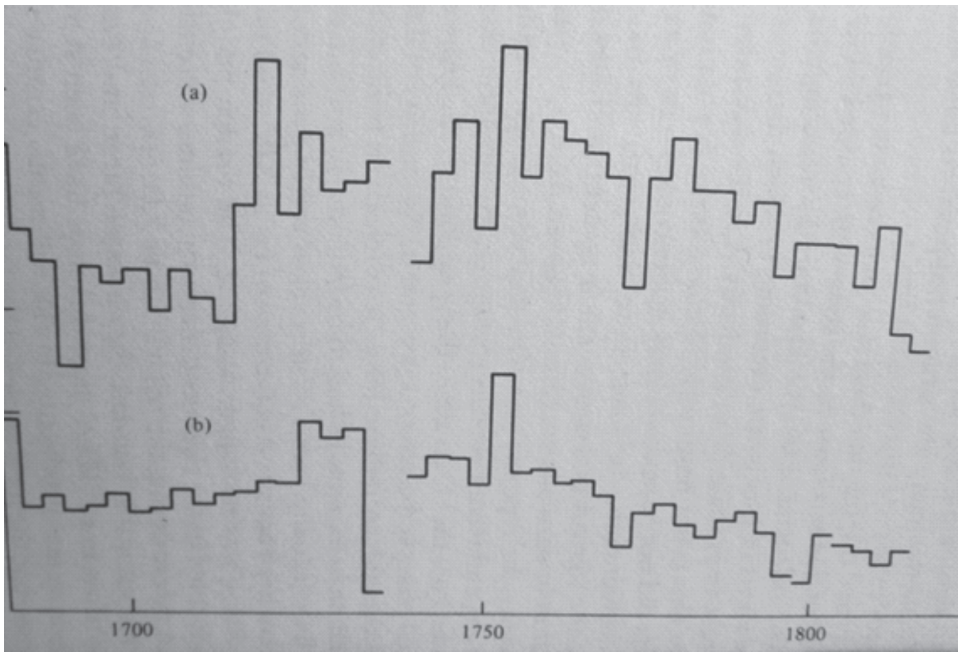
Julho. Neste dia 11 de Julho e 1 e 25 houverão huns callores excessivos e extraordinarios.

Adenda

1.



© Tibães – Vinhos. Produção 1752-1828. (Médias trienais).
Produções directas



© Cereais em Tibães – Dizimarias (a) e produções directas (b)

2.

	(Dietário de S. Bento da Saúde)				**Preço dos géneros**										
Mês	**Trigos**									(Arcanjel)			Riga		do
	Da terra	Sicília	Berberia	Ilhas	Bremen	Dantzig	Hamburgo	Lubeck	América	Alcanija	Zelanda	Levante	Russia	Holanda	Norte
Janr.º	580-620	440-480	400-580	340-360	360-540	360-540	400-420								
Fever.º	560-620	400-460	460-590	360-480	420-540	360-540	420-440	580	360-400	360-480	560-600				
Março	560-540	400-460	480-600	360-480	360-540	360-540	400-420		360-400	360-480	560-600				
Julho	640-720	700	600-720		520-560	500-570	560-600			540-580	620-670	720	480	560-610	
Agosto	640-720	720	600-700		520-560	540-560	540-560			540-560	600-680			560-600	
Set.bro	540-420	720	600-680	420-500	540-580	540-580	540-580						520-560	640-660	
Out.bro	540-420	720	600-680	420-500	540-580	540-580	540-550						520-560	640-660	
Nov.bro	570-420	720	600-680	420-500	540-580	540-580	540-580						520-560	640-660	
Jan.rº	620-760			640-660	700-760	680-760	680-760	700-760			740-760		700-760	700-760	
Fever.º	760-800			640-660	700-760	680-760	680-760	700-760			780	720-740	700-760	700-760	
Março	760-800		600-640	600-700	760-780	740-780	760-780	760-780					720-740		
Abril	860-940		600	600-760	840-900	840-900	840-900	860-900				720-740	800		
Maio	960-980		600	760-960	900-940	900-940	900-940	900-940				720-740	900		
Junho	1.000		720-740	900-960								i.000			1.000
Julho	1.000		720-740	940-960								1.000			900-1.000
Agosto	900-1.000		720	860-900								800-1.000			860-1.000
Set.bro	960-1.000		740	880-900								1.000			720-1.000
Out.brº	1.000			800								860-1.000			960-1.000
Nov.brº	1.000		700	560								800-1.000	940		950-1.000
Jan.ro			1.000												1.200
Fever.º															1.200

BIBLIOGRAFIA (Sumária):

Godinho, Vitorino de Magalhães, *Prix et monnaiesau Portugal 1750-1850*. Paris. 1955.

Goubert, Pierre, *Cent mille provinciaux au XVIIè siècle dans Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730*. Paris. 1968.

– *Médicens, Climat et Épidemies à la fin du XVIII". Siècle* Paris. 1972.

– *Sociétés rurales françaises du XVIIIe Siècle*. In "Conjoncture Economique. Structures Sociales. Hommage à Ernest Labrousse". Paris. 1974.

Diaz Del Moral, *Historia de las agitaciones campesinas andaluces.* Madrid. 1973.

Lebrun, François, *Les Hommmes et la Mort en Anjou au XVII-XVIII. Siècles.* Paris. 1971.

Le Roy Ladurie, Emmanuel, *Histoire du climat depuis l´an mil.* Paris. 1967.

– *Pour une Histoire de l´ environement. L´histoire de la plui et du beau temps*, in "Le Territoire de l´ Historien". Gallimard. Paris. 1973.

– *Les Paysans de Languedoc*. Paris. 1966.

Pierre Alexandre, *Les Variations climatiques au Moyen Âge.* Annales N.º 2 1977.

Piuz Anne Marie, *Climat récoltes et vie des Hommes à Genève. XVI-XVIII Siècles.* Annales. N.3. 1974

De Vries, Jean, *Histoire du Climat et Économie. Des faits nouveaux. Une interpretation différente*. Annales. 32. Année N.º 2

Van Bath, Slicher *Le climat et les récoltes au Haut Moyen Âge*. In "Agricoltora e Mondo Rurale". 1966.

Oliveira Aurélio de, Vide supra nota (1).

1979/ 2013 – *A Abadia de Tibães. Propriedade. Produção e exploração agrícola no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*). Porto.

N.B.: em nova publicação, *Terra e Trabalho. Senhorio e Gentes no Vale do Cávado durante o antigo Regime. 1620 1828*. ISMSAI. Maia. 2013. Vol. I.

2003, *Para a História do País do Douro. III A produção* (N.B.: agora No prelo).

– *Clima e colheitas em Portugal. 1500-1850*. (Síntese). Colibri. Lisboa. 2006.

Outros dados.
Entre outros:

1990 – *A Mitra e o clero bracarense na crise do século XVII*, Braga. 1990.

1993 – *As crises cerealíferas nos fins do Antigo Regime*. Porto. 1993.

1996 – *Os motins da fome em Guimarães (séculos XVI-XVIII)*. Guimarães. 1996.

1996 – *Os vinhos no Porto. Política e administração municipais. 1600-1700*. Porto. 1997.

1996 – As crises agrícolas de Entre Douro e Minho nos finais do Antigo Regime. Porto: CENPA. 1996

1997 – *Braga e o Arcebispado no tempo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires.* Porto. 1997.

1997 – *Clima e colheitas na segunda metade do Século XVIII.* Porto. 1997.

1997 – *Os preços do pão no centro vinhateiro de Lamego*. Porto. (GEHVID), 1997.

1988 – *As Terras de Barcelos no contexto das crises agrícolas do Antigo regime.* Barcelos. 1998.

2002 – *O Tempo económico nos tempos de Gil Vicente*. Revista de Guimarães. N. 112. 2002.

2004 – *Os Bentos e os Bacos – A Vinha e os vinhos nos Mosteiros* beneditinos. Haro. 2004 / Vila Verde. 2013.

2006 – *Braga ao tempo das Crises e da Usurpação (1578-1582). (O Diário de Aurélio António Baldino*) Porto. 2006.

2008 – *Os "tempos" do sal (1200-1850).* Porto. 2008.

FONTES BENEDITINAS (Inéditos):

Dietário de Ganfei. (Arq. Distrital de Braga. CSB. Conv. Most. Braga. Nº. 58/59

Dietário de Rendufe (Arquivo Paroquial de S. Tiago de Caldelas).

Dietário de S. Bento da Saúde. (Biblioteca Nacional,

Ms 293-391 / 731-732); BPM do Porto. Ms. 913 Arq. Distrital de Braga, Ms 328).

(*N.B.:* Ver Cristovão Ayres de Sepúlveda, *Historia orgânica e Politico do Exercito Português. Provas*, Volt. X. Coimbra. 1913.

Dietário de S. Romão do Neiva. (Arq. Distrital de Braga – ADB-CSB: Conv. e Most. S. Romão. N.º 168).

Dietário (Diário) de Travanca (1796). (Arquivo de Singeverga).

Do Minho para Minas: aproximações e distanciamentos entre a propriedade rural minhota e a fazenda mineira nos séculos XVIII e XIX

DAVID PRADO MACHADO

RESUMO

Neste artigo pretendemos demonstrar como certas práticas cotidianas foram transpostas do norte de Portugal, especialmente da região do Entre-Douro-e-Minho, para a Capitania de Minas Gerais, adotando como referência as propriedades rurais das duas regiões. Logo após a difusão da notícia da descoberta do ouro, a região do Minho sofreu grande esvaziamento em decorrência da imigração para a América Portuguesa em busca de riquezas. Diante da possibilidade de imigrar para uma das mais promissoras regiões do Novo Mundo, os minhotos teriam atravessado o Atlântico, trazendo na bagagem cultural, as memórias dos hábitos adquiridos na infância e na juventude. Pretendemos, também, identificar rupturas em certos hábitos cotidianos como as prerrogativas das capelas domésticas nestas propriedades rurais. Com base na documentação manuscrita, pertencente aos arquivos mineiros e portugueses, percebemos a singularidade da América Portuguesa e também das Minas Gerais, onde estas capelas alcançaram atribuições que as tornaram uma força auxiliar das Igrejas Paroquiais, prestando o devido amparo espiritual aos fregueses instalados no campo.

Palavras-chave: capelas domésticas. Fazendas mineiras. Minho e Minas.

ABSTRACT

In this article we intend to demonstrate how certain daily practices were transposed from northern Portugal, especially from the region of Entre-Douro-e-Minho, to Minas Gerais. We have used

as reference the landholder houses on both regions. Shortly after the news of the discovery of gold was disseminated, Minho lost much of its population as a result of immigration to Portuguese America in search of wealth. Facing the possibility of immigrating to one of the most proeminent regions of the New World, these Minhotos had crossed the Atlantic, bringing with them the cultural background they have inherited during their lives. We also intend to identify some disruptions in certain daily habits such as the prerogatives of domestic chapels in these rural properties. Based on the handwritten documentation found in important archives in Minas Gerais and Portugal, as well as in reference books covering this subject, we can perceive the singularity of Portuguese America and also of Minas Gerais. In these regions, the domestic chapels have achieved attributions that have made them an auxiliary force of the Parish Churches, as they provided spiritual support to the parishioners installed in the country.

***Keywords**: Domestic chapels. Landholders homes. Minas and Minho.*

Na América Portuguesa, o final do século XVII foi marcado por uma série de descobertas que iriam transformar, de forma até então inimaginável, o perfil da jovem colônia. Uma das mais significativas teria ocorrido na região da Serra do Espinhaço, por volta de 1698. Um grupo de audaciosos desbravadores, liderado pelo paulista Antônio Dias, finalmente encontrara os vestígios de um metal que resultaria na materialização do sonho português de encontrar um novo Eldorado. Este sonho, que povoava o imaginário dos europeus desde o Renascimento e que havia encontrado força renovada com a descoberta do Novo Mundo, parecia ter sido alcançado nas longínquas terras do interior da colônia, pouco além das até então inexpugnáveis florestas da Serra da Mantiqueira[1].

Com a descoberta das minas de ouro e, posteriormente de diamantes, inicia-se, então, um capítulo inédito sobre a ocupação portuguesa no Novo Mundo. Apesar do fascínio pelas riquezas minerais ter provocado uma reação em cadeia, que teve como consequência um deslocamento populacional sem precedentes na história da América Portuguesa, a porção territorial que ficaria conhecida

---

[1] PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio Anglo-Português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. P. 49. O autor afirma que a riqueza das minas de prata da América Espanhola sempre fez parte do imaginário dos colonos na América Portuguesa, principalmente dos paulistas.

como a Região das Minas já vinha sendo gradativamente ocupada mesmo antes dos primeiros achados auríferos. A primeira ocupação do território, possivelmente, aconteceu pelo Norte, ao longo do Rio São Francisco e seus afluentes, onde fazendas e currais vinham sendo instalados, ainda no século XVII, em função do desenvolvimento da pecuária bovina na região[2]. Com isso, novos caminhos seriam abertos e o interior lentamente ocupado. Mesmo que as primeiras ocupações tenham acontecido pelo Norte, deve-se ao espírito empreendedor do Bandeirante Paulista a descoberta do ouro e a primeira posse da terra.

Apesar desta incipiente ocupação rural, a grande transformação aconteceria com a divulgação da notícia da descoberta dos primeiros veios auríferos. Quase que instantaneamente, milhares de pessoas, provenientes de diversas regiões da colônia, assim como de Portugal e outras partes da Europa, avançaram pelo interior da América Portuguesa como um regimento de infantaria, vencendo o gentio bravio, criando picadas na mata e transpondo cursos d'água. Nesta metáfora de conquista militar, Portugal sofreria perdas significativas de sua população, sobretudo no norte do país. Durante a primeira década do século XVIII, a região do Entre-Douro-e-Minho sofreu tamanho esvaziamento que a coroa portuguesa se viu obrigada a criar severas restrições quanto à imigração para a recém-descoberta região. Mesmo assim, as ameaças de prisão, cobrança de multa e até mesmo degredo para a África não inibiram o embarque clandestino de milhares de minhotos em busca de riqueza imediata[3].

Diante da possibilidade de imigrar para uma das mais promissoras regiões do Novo Mundo, estes minhotos teriam atravessado o Atlântico, trazendo em seus museus particulares[4], as memórias das práticas adquiridas na infância e na juventude. Este fato contribuiu

---

[2] MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P. 70.

[3] OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *Minho e Minas Gerais no séc. XVIII*. Braga, 2016. P. 68.

[4] Chamamos aqui de "museu particular" todo o acervo de práticas e costumes adquiridos ao longo da vida e que, de alguma forma, permanece presente no consciente e no subconsciente das pessoas. Nos referimos aqui ao modo como Oscar Niemeyer se expressou quando Le Corbusier disse que ele tinha as montanhas do Rio em seus olhos. Niemeyer respondeu: "Guardo dentro de mim, no meu museu particular, tudo que vi e amei na vida. "In: NIEMEYER, Oscar. *Minha arquitetura*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

sobremaneira para o transito cultural na região e para a inevitável aproximação entre as duas regiões. Sendo assim, nesta terra circularam não apenas bandeirantes, portugueses, escravos e animais, mas também ideias, hábitos alimentares e práticas construtivas que reverberavam de um inesgotável manancial de culturas. Por conseguinte, a grande riqueza proporcionada pela extração do ouro e dos diamantes, dentre seus inúmeros desdobramentos, resultaria em um boom construtivo sem precedentes dos dois lados do Atlântico. Em Portugal, coincidiu com um momento fértil da arte e da arquitetura barroca, quando foi grande a produção de conventos e igrejas confrariais[5]. As Minas, por sua vez, era uma terra a ser construída, onde o ouro e os diamantes ajudaram a fomentar a edificação de solares, sedes de fazendas e edifícios religiosos.

Entretanto, as Minas foram um exercício de adaptação. A natureza, prodigiosamente, se encarregou de oferecer a mais cobiçada riqueza em local de difícil acesso, distante do litoral. Além disso, o ouro foi encontrado em locais de terreno acidentado, nem sempre fácil de ser ocupado, como ocorreu na região de Vila Rica (Fig. 1). A terra virgem era desprovida de estradas e caminhos, não contava com rede de abastecimento, não oferecia uma tradição construtiva e, por fim, sofreu um urbanismo de impacto que não respeitou o tempo necessário para o preparo da terra.

As Ordens Regulares foram proibidas, mas a religião se fez presente. A taipa de pilão, marcadamente enraizada nas práticas construtivas dos bandeirantes, logo se mostrou inadequada frente à rebeldia dos terrenos. A América Portuguesa expandia seus limites, consolidava sua presença no Novo Mundo e inaugurava um período de prosperidade econômica nunca antes experimentado. Em contrapartida, todo o transito cultural alimentado por diferentes modos de viver e hábitos cotidianos resultou em uma sociedade com feições próprias, adaptada aos novos condicionantes. Mesmo assim, teria sido o arcabouço cultural português a grande força geradora dos modos de viver e que contribuiu para a definição do perfil da região.

Conquistada a terra, seria inevitável a concentração de milhares de almas ao redor dos córregos onde aflorava o ouro. Com isso, iniciou-se a conformação de uma nova região que, a princípio pertenceria à Capitania de São Paulo, mas que em 1721 ganharia sua

---

[5] TÁVORA, Fernando. Et al. *Arquitectura popular em Portugal*. 4. Ed. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Vol 1. P. 17.

autonomia e se tornaria a Capitania Autônoma de Minas Gerais, com a posse de D. Lourenço de Almeida e o estabelecimento de sua sede em Vila Rica[6]. Em pouco tempo, a Capitania de Minas Gerais se tornaria uma das mais ricas possessões do ultramar português e também do Novo Mundo.

Em decorrência desta imigração de impacto, vetorizada para pontos muito específicos do território, as Minas já demonstraram desde os primeiros tempos, sua vocação urbana, marcada pelo rápido desenvolvimento de vilas e arraiais. Entretanto, esta ocupação concentrada em sítios específicos, não se conformou de forma isolada. Foi acompanhada, inevitavelmente e ao mesmo tempo, pela ocupação das terras virgens que abundavam ao redor das catas e que serviram, em um primeiro momento, de fonte de abastecimento para uma população em franco crescimento. Mesmo assim, esta incipiente atividade agropecuária não foi capaz de suprir a enorme demanda gerada pela imigração em massa direcionada para o novo Eldorado português. Por uma questão de sobrevivência, a mineração precisou conviver com a agricultura e a criação de animais. Entretanto, esta necessidade não seria necessariamente um problema visto que, ao ser iniciado o processo de ocupação da região mineradora, a América Portuguesa já contava com dois séculos de experiência na produção agropecuária.

O crescimento desordenado dos primitivos acampamentos e a precariedade das roças criaram um colapso no abastecimento de gêneros de primeira necessidade que foram responsáveis por crises generalizadas de fome na região, principalmente nos anos 1697/98 e 1700/01[7]. Esta grande concentração populacional fixada em locais muito específicos foi descrita por Antonil como um grande mosaico humano organizado em virtude da busca desenfreada pela riqueza imediata. Eram indivíduos das mais diversas qualidades e condições[8], provenientes de várias regiões da América Portuguesa

---

6 MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerias (1837).* Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. P. 86.

7 PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. P. 53.

8 Qualidades e condições se referem, nesta investigação, aos grandes marcadores sociais do mundo ibero-americano e luso americano. Estes marcadores sociais não se referem especificamente à cor da pele, mas a categorias estabelecidas no passado como a procedência africana, a mestiçagem e as diferentes condições jurídicas como escravos, livres, forros e coartados (ou quartados).

e principalmente de Portugal, assim como de locais longínquos da Europa[9].

Por conseguinte, medidas emergenciais precisaram ser tomadas pela Coroa portuguesa para proteger seus interesses na mineração. Na tentativa de garantir a subsistência da nova capitania e ocupar a terra de forma ordenada, a Coroa utilizou o mesmo recurso já experimentado em outras áreas da América Portuguesa: a doação de sesmarias[10]. Como forma de garantir o abastecimento, o sesmeiro se comprometia em manter a terra sempre produtiva, o que contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e a criação de novas fazendas. Desta forma, a consolidação de um mercado consumidor, que crescia vertiginosamente nos primeiros anos do século XVIII, permitiu que a produção rural ganhasse a devida expressividade perante uma atividade comercial tão rentável quanto a mineração.

Segundo Virgílio Noya Pinto, o período de auge da mineração teria acontecido nos anos 1735-1739 e também durante os primeiros anos da década de 1770, quando a quota de 100 arrobas fora excedida[11]. Neste momento, multiplicaram-se as propriedades rurais, instaladas próximas das áreas mais densamente povoadas. Com o avançar do século XVIII a região mineradora, que havia nascido com forte aspecto urbano e com um produto comercial muito bem definido, iria conviver com uma economia multifacetada, agora também com forte aspecto rural. As novas propriedades rurais, entretanto, muito se diferenciavam dos grandes latifúndios da região açucareira, que tinham suas produções voltadas para a criação de gado e para a monocultura da cana de açúcar. Na fazenda mineira existiam terras de mineração e de plantio, criava-se gado, produzia-se açúcar e cachaça e, eventualmente, abrigavam teares, como na Fazenda do Rio São João[12]. Mesmo frente às restrições impostas pelo Reino, há registros de teares nas Minas, fato recorrente na região do Minho

---

9 ANTONIL, André João [João Antônio Andreoni]. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* Paris: Andrée Mansuy, 1965. P. 72

10 GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P. 323.

11 PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. P. 113.

12 VASCONCELLOS, Salomão de. Solares e vultos do passado. Belo Horizonte: Livraria Nicolai, 1948.

onde, não raramente, esta ferramenta de manufatura estivera instalada nas varandas[13]. O que se percebe na propriedade rural da Capitania de Minas Gerais é uma diversificação das atividades comerciais que justificavam a existência de famílias aumentadas, algumas com considerável número de escravos e agregados.

Neste ambiente, de fortes vínculos com o norte de Portugal, consolidaram-se diferentes processos de aproximação. Um deles seria por meio dos hábitos alimentares, tendo no milho uma de suas bases fundamentais. Para Aurélio de Oliveira, o milho seria um dos produtos mais identificadores do Entre-Douro-e-Minho desde o século XVI, quando este cereal de origem americana teria sido introduzido na região pelos espanhóis[14]. Por sua vez, o milho contribuiu para minimizar as dificuldades de abastecimento, sobretudo da população mais empobrecida sem, contudo, aplacar de vez com as dificuldades econômicas[15]. Mesmo assim, o milho foi um dos responsáveis pelo aumento populacional do Minho no século XVII e contribuiu, em conjunto com o dinheiro proveniente das Minas, para a construção de igrejas e solares[16].

Tendo o milho alcançado tamanha importância, enquanto fonte de alimento no norte de Portugal, seria natural que também estivesse presente no cotidiano das Minas, trazido pelas mãos destes corajosos minhotos. O caldo verde, feito à base de batatas e couve galega, tão popular no Minho, também se tornou parte integrante da culinária mineira ganhando, inclusive, uma versão local conhecida hoje como Bambá de Couve, na qual a batata teria sido substituída pelo milho. Este cereal teria sido, ainda, usado em numerosos pratos doces e salgados que se tornariam, com o devido tempo, parte quase indissociável das festas juninas. Estas festas, por sua vez, também tiveram suas raízes em Portugal e homenageavam os mesmos santos: Santo Antônio, São João e São Pedro, os mais populares do mês de junho. Assim como no Brasil, as festividades de junho em Portugal também contam com bailes populares, fogueiras de rua,

---

[13] TÁVORA, Fernando. Et al. Arquitectura popular em Portugal. 4. Ed. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Vol 1. P. 49.

[14] OLIVEIRA, Aurélio de. O Entre Douro e Minho na época moderna 1500-1820. Parâmetros de uma construção. In: PEREIRA, Paulo (Org). *Minho: traços de identidade*. Braga: Universidade do Minho, 2009. P. 384.

[15] OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *André Soares e o Rococó do Minho*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2011. P. 35.

[16] OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *Minho e Minas Gerais no séc. XVIII*. Braga, 2016. P. 220.

cantigas, o mastro festivo e a decoração feita com bandeiras e luminárias. As fogueiras, sempre presentes nestas festividades, já haviam se tornado bastante populares em todo território português desde tempos imemoriais. O fogo, por ser um agente purificador, muitas vezes esteve ligado a práticas divinatórias e, por esta razão, criou-se o hábito de saltar a fogueira, quase sempre preparada com ervas aromáticas. A fumaça perfumada seria alusiva à saúde e relacionada, geralmente, à felicidade amorosa, ao casamento e à prosperidade[17].

O casamento se tornara, entre as moças e rapazes, um dos maiores projetos de vida, sobretudo entre as moças. Entretanto, antes de ser um projeto puramente pessoal, o casamento também esteve no centro das estratégias familiares de aquisição e manutenção de poder. Em Portugal, desde o período que antecede a nacionalidade, os consórcios poderiam apresentar basicamente dois aspectos: o da sucessão e o dos diferentes regimes matrimoniais. O primeiro esteve durante séculos vinculado à nobreza que havia encontrado nos laços de parentesco a mais duradoura forma de reprodução de poder. O segundo, diz respeito às estratégias na organização de alianças entre famílias e suas participações em determinados grupos sociais[18].

Na Região das Minas, também conseguimos perceber estratégias semelhantes àquelas praticadas no Reino, principalmente em relação ao segundo aspecto dos consórcios. Em uma terra recém descoberta, a ausência de uma nobreza, tornaria a questão da sucessão bastante inviável, pelo menos em um primeiro momento. Assim sendo, os regimes matrimoniais descritos por José Mattoso para Portugal, teriam encontrado forte continuidade nas Minas, como bem demonstrou Sílvia Brügger[19]. Da mesma forma que em Portugal, a união entre iguais passaria a fazer parte das estratégias familiares e atenderiam primordialmente aos interesses das famílias ampliando, assim, o alcance e o poder de sobrevivência de alguns clãs.

Encontramos um possível exemplo desta estratégia na Fazenda do Rio São João, atual município de Bom Jesus do Amparo, Comarca do Rio das Velhas, quando seu proprietário, o Tenente Coronel João

---

[17] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. *Festividades cíclicas em Portugal*. 1. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1984. (Portugal de perto, 6).

[18] MATTOSO, José. *Estruturas familiares e estratégias de poder: a nobreza de Entre-Douro-e-Minho*. Braga: Universidade do Minho, 1986. (Cadernos do Noroeste. Sociedade, espaço, cultura). P. 81.

da Motta Ribeiro, entregou sua filha D. Teresa Mariana em consórcio a José Teixeira da Fonseca Vasconcelos. Salomão de Vasconcellos descreve o bracarense João da Motta Ribeiro como um brilhante homem de negócios, que transformou a fazenda do Rio São João em um grande empório de comércio. Além das tradicionais lavouras de milho, cana-de-açúcar e feijão, a propriedade contava com o beneficiamento de mamona e coco de macaúba e, também, com o cultivo do algodão. Mesmo com as proibições impostas pelo Reino, em relação à produção de tecidos manufaturados, Motta Ribeiro teria sido pioneiro na tecelagem e na produção de tecidos de algodão, além de uma incipiente tentativa de incursão pela área da siderurgia[20].

Ao casar-se em 22 de janeiro de 1822 com a filha de Motta Ribeiro, José Teixeira da Fonseca Vasconcellos já havia cursado Direito em Coimbra e também havia ocupado os cargos de Intendente do Ouro, Juiz de Fora e Ouvidor da Comarca de Sabará. Logo após o consórcio com D. Mariana, foi nomeado para o cargo de primeiro presidente constitucional da Província de Minas Gerais, por Carta Régia de 25 de novembro de 1823[21]. Em 1838, um ano antes de seu falecimento, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, então Barão de Caeté, foi agraciado com o título de Visconde de Caeté[22]. Este seria um caso exemplar de como as estratégias familiares teriam sido usadas para a manutenção e ampliação do poder na Região das Minas.

Se este tipo de comportamento, recorrente na região do Minho encontrou campo fértil para ser transposto para as Minas Gerais, fato semelhante também teria ocorrido com as práticas construtivas. Não é nossa intenção, entretanto, discursar sobre a obra e a importância dos arquitetos e artistas minhotos que atravessaram o Atlântico para fazer escola nas Minas Gerais, visto que existem excelentes

---

19 BRÜGGER, Sílvia M. J. Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei -séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

20 VASCONCELLOS, Salomão de. *Solares e vultos do passado*. Belo Horizonte: Livraria Nicolai, 1948. P. 13.

21 RODRIGUES, Avelar. *Esmeraldas, contribuição à história de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

22 MACHADO, David Prado. *A corte na fazenda: representações e arquitetura em Minas Gerais (1790-1850),* 2004. 162f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. P. 93. O título foi criado por D. Pedro I por decreto, em 12 de fevereiro de 1838.

pesquisas já feitas e também em andamento[23]. Pretendemos, aqui, identificar alguns recursos que teriam sido usados por estes fazendeiros para tentar reproduzir, no Além-Mar, o significado de algumas obras da terra natal.

Quando as Minas começaram a ser ocupadas, a América Portuguesa já contabilizava dois séculos de experiência na ocupação da terra, mesmo que esta experiência tenha se limitado à região litorânea, com algumas incursões ao interior. Por isso, a vida rural nas Minas, pelo menos nos primeiros tempos da ocupação, foi herdeira direta de um empreendedorismo oriundo de outros lugares, tanto da colônia quanto do Reino. Aparentemente, o primeiro modelo de domicílio rural reproduzido nas Minas muito se assemelhava àqueles provenientes da sociedade Bandeirista, que se conformou no Planalto de Piratininga, atual região da grande São Paulo. Mesmo assim, ainda nos primeiros tempos, o sistema construtivo da taipa de pilão fora prontamente abandonado, mas o partido da planta, marcado pela presença da Faixa Fronteira, persistiu por mais de um século. A Faixa Fronteira, uma das mais marcantes características da arquitetura rural paulista e também mineira, se refere à solução espacial da fachada frontal. O modelo que se tornou mais emblemático seria o da varanda entalada entre o quarto de hóspedes e a capela. Outra solução possível para a Faixa Fronteira seria a da varanda entalada em apenas uma das extremidades, pelo quarto de hóspedes ou capela.

Entretanto, a varanda não seria uma herança exclusivamente bandeirista, mas também portuguesa por excelência. Na região do Minho ainda encontramos vários remanescentes de domicílios rurais e até mesmo urbanos onde este mesmo recurso também teria sido empregado, fazendo com que a casa rural mineira apresentasse uma herança marcadamente portuguesa, mesmo que o sistema construtivo e algumas soluções do partido tenham sido alterados. No Minho, sobretudo na região serrana, prevaleceu a alvenaria de pedra, responsável pela estabilidade construtiva, ao passo que as madeiras teriam sido empregadas nos assoalhos, portas e estrutu-

---

[23] Para este assunto, vale ressaltar a tese de doutoramento de André Guilherme Dorneles Dangelo, *A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas* e, também, os textos de Eduardo Pires de Oliveira, alguns deles reunidos em sua obra *Minho e Minas Gerais no século XVIII.*

ras de telhado[24]. Nas Minas, a dificuldade de ocupar os terrenos íngremes, tão comuns na região, teria contribuído para a procura por sistemas construtivos mais adequados às irregularidades da topografia. Além disso, em uma terra em construção, as estruturas autônomas de madeira com vedação leve eram de fatura menos complexa e, portanto, mais ágeis na execução.

Um notável exemplo do emprego da Faixa Fronteira seria a sede da Fazenda Boa Esperança, no atual município de Belo Vale. Seu proprietário mais ilustre foi Romualdo José Monteiro de Barros, Barão de Paraopeba, que teria adquirido a propriedade em fins do século XVIII, para reformá-la no início de centúria seguinte. Monteiro de Barros nasceu em Congonhas do Campo[25], mas seu pai, o Guarda-Mor Manuel José Monteiro de Barros era natural de São Miguel das Marinhas, termo da Vila de Esposende, Arcebispado de Braga, conforme consta em seu assento de batismo[26]. A sede da Boa Esperança se apresenta como uma casa térrea, alteada sobre embasamento de pedra. O partido da planta segue a forma de um "L" invertido, possivelmente em decorrência das reformas empreendidas pelo Barão (Fig. 2). O corpo principal da sede, assim como a perna do "L" conformam as laterais de um pátio de fundos de forma retangular delimitado, dos outros dois lados, por muros de alvearia de pedra (Fig. 3). A Faixa Fronteira está voltada para um pátio frontal também conformado por muros de alvenaria de pedra e por uma construção anexa à sede, que teria abrigado parte das senzalas e onde teria funcionado uma forja[27]. Atualmente, existem apenas os alicerces de pedra e os remanescentes da antiga forja (Fig. 4)[28]. Entretanto, há fortes indícios de que este pátio possa ter abrigado a transposição de hábitos minhotos, adaptados às condições da nova terra e traduzidos sob a forma de um jardim, com nítida intenção paisagística e conformado pelos muros de alvenaria de pedra.

---

24 TÁVORA, Fernando. Et al. Arquitectura popular em Portugal. 4. Ed. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Vol 1. P. 76.

25 ATC – Testamento e Inventário do Barão de Paraopeba.

26 ADB – Assento de Batismo de Manuel Monteiro de Barros. Fundo Paroquial de Esposende – Freguesia de São Miguel das Marinhas. Livro Nº 294 (1715-1750) – Fls. 85 e 85v.

27 O livro do jornalista Tarcísio Martins contém uma foto bastante antiga onde aparece parte desta construção onde teria funcionado uma forja e talvez onde estivesse localizada a senzala.

28 Nos anos 1990 tivemos a oportunidade de participar das prospecções arqueológicas neste sítio sob a supervisão do arqueólogo Fabiano Lopes. Os achados arqueológicos indicaram a existência da forja.

Em Portugal, os muros de pedra foram regularmente erguidos para delimitar um horto, onde eram plantadas hortaliças, árvores frutíferas e, por vezes, poderia também abrigar um tanque ou uma fonte. Ilídio de Araújo descreve o horto como sendo um espaço quase sempre justaposto a uma residência e cercado por um muro de alvenaria de pedra que tinha como função principal proteger as plantas dos fortes ventos[29]. Ao longo das estradas que cortam o Minho ainda encontramos dezenas de remanescentes destes hortos, criados junto às quintas e às vezes, delimitando grandes áreas plantadas. Dos mais notáveis, tanto pela impressionante dimensão, quanto pelo primoroso trabalho de alvenaria seria o do Mosteiro de Tibães. Fundado nos arredores de Braga, por volta do ano 1080 por monges beneditinos, o mosteiro ganhou, durante os séculos XVII e XVIII, um complexo paisagístico composto por hortos, matas e fontes, cercado por grandes extensões de muros de pedra que ficariam conhecidos posteriormente como a Cerca de Tibães (Fig. 5).

São estes muros de pedra, cujo uso foi recorrente na Região do Minho, que podem ser encontrados hoje na Fazenda Boa Esperança, tanto no pátio posterior quanto no pátio frontal. O pátio posterior, que segue a forma de um retângulo e seria o equivalente dos quintais dos domicílios urbanos, tem acesso direto à sede, por meio de uma escada de pedra, instalada na varanda posterior, que é parcialmente circunscrevente e funciona como um corredor que interliga os diversos ambientes (Fig. 6). Este setor da casa, por se localizar na parte posterior da construção, teria sido usado como uma ala que pertencia à esfera familiar onde predominava a presença feminina.

Segundo Tania Quintaneiro, a casa brasileira era segmentada em dois setores: a parte posterior das construções, tanto urbanas quanto rurais, estava reservada à intimidade da família e abrigava, geralmente, a cozinha e uma sala de viver, muitas vezes ligadas diretamente à uma varanda de fundos. Nesta ala se desenrolava a vida cotidiana das famílias, principalmente das mulheres que viviam em reclusão mourisca. A sala e a varanda frontal estabeleciam estreita ligação com o mundo exterior e, por esta razão, eram sempre evitadas pelas mulheres. Quintaneiro baseou sua pesquisa nos relatos de viajantes do século XIX que afirmavam que, dentro das casas,

---

[29] ARAÚJO, Ilídio de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. P. 40. v. 1.

as mulheres poderiam ser ouvidas, mas quase nunca poderiam ser vistas[30].

Suzy de Mello afirma, com base na documentação referente ao processo de tombamento da fazenda, que a parte posterior da casa, que corresponde à perna do "L", teria sido construída posteriormente por Monteiro de Barros, o que nos leva a crer que o pátio murado também seja da mesma época[31]. Assim como o horto das quintas minhotas, muito provavelmente, este pátio murado também poderia ter abrigado uma horta e até mesmo árvores frutíferas, se conformando em um espaço de uso íntimo da família. No inventário do Barão de Paraopeba, consta uma descrição deste quintal:

> [...] *como um grande quintal todo murado repartido e murado de pedra lavrada, regos de água por todo ele, simetricamente repartido no qual existem muitas e diversas árvores frutíferas não só do país como da Europa* [...][32]

A descrição contida no inventário indica, portanto, a existência do horto com atribuições semelhantes àqueles existentes no Minho. Além disso, por ter sido implantado na parte posterior do domicílio, este horto poderia funcionar como uma extensão da varanda dos fundos e da área de viver, por conseguinte.

O pátio frontal, por sua vez, também foi delimitado por muros de alvenaria de pedra, onde foram abertos dois imponentes portões com estrutura de pedra aparelhada (Fig. 7). A partir deste pátio, o percurso até o interior da sede, passando pela Faixa Fronteira, se inicia por uma escadaria de pedra de forma piramidal, que faz a transição do pátio, que se encontra em nível inferior, para a Faixa Fronteira, que se encontra em nível superior. Para Helder Carita, esta diferenciação de níveis intercalados por grandiosa escadaria seria uma das grandes qualidades da casa nobre portuguesa, visto que reforçava a nobilitação do andar principal. Desta forma, o proprietário poderia se postar no alto da escada, em nítida posição de superioridade em relação à esfera inferior do cotidiano[33].

---

30 QUINTANEIRO, Tania. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viageiros do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1995. P. 50.

31 MELLO, Suzy de. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Brasiliense, 1983. P. 228-229.

32 ATC – Inventário e Testamento de Romualdo José Monteiro de Barros – Anexo 47.

33 CARITA, Helder; CARDOSO, Homem. *A casa senhorial em Portugal*. Modelos, tipologias, programas interiores e equipamento. Alfragide: Leya, 2015. P. 45.

Além destas relações hierárquicas, definidas pelo pátio frontal, pela escadaria e pela presença da Faixa Fronteira, o inventário de Monteiro de Barros ainda reserva algumas informações a respeito do pátio que sugerem solução bem mais sofisticada em relação àquela existente no horto. Em meio às descrições dos bens de raiz, há a seguinte menção:

> [...] *Terreiro grande no qual existe um bom tanque feito de pedra com chafariz de repuxo com quatro pés de árvores frutíferas nos cantos* [...][34]

Esta descrição sugere que, além de ser um espaço de linhas ortogonais delimitado por muros de pedra e pela sede e seu anexo, o pátio frontal teria recebido tratamento paisagístico com a instalação de um chafariz com entorno estrategicamente delimitado por quatro árvores plantadas nos cantos. Atualmente, os remanescentes da base do chafariz, inclusive os alcatruzes de pedra sabão que compunham o encanamento original, ainda se encontram em seu local de origem (Fig. 8). A base do chafariz foi implantada rigorosamente em um eixo perpendicular à fachada frontal da sede e que coincide com o centro da escadaria. Estas fundações estão equidistantes de duas imensas Sapucaias, também plantadas rigorosamente no eixo perpendicular à fachada da sede (Fig. 9). Conforme a descrição contida no inventário de Monteiro de Barros, há indícios da existência de outras duas árvores, possivelmente outras duas Sapucaias, que não mais existem e que conformavam os cantos.

Estas evidências poderiam indicar, portanto, a existência de um jardim formal com nítida intenção estética de gosto barroco, fato a reforçar ainda mais as relações de proximidade entre as Minas Gerais e o Minho. Um exemplo notável de solução paisagística que reflete o espírito barroco e que se encontra na região de onde imigraram os pais de Monteiro de Barros seria o solar dos Biscainhos em Braga. O primoroso jardim desta residência senhorial de princípios do século XVIII ainda conserva as características do jardim barroco, elaborado com terraços, canteiros desenhados e pequenos pavilhões, além da implantação de eixos perpendiculares e diagonais, demarcados estrategicamente por fontes e esculturas (Fig. 10).

---

[34] ATC – Inventário e Testamento de Romualdo José Monteiro de Barros – Anexo 47.

Por se tratar de residência urbana, o jardim de Biscainhos recebeu um muro de alvenaria de pedra que o protege e o isola do restante da cidade. No século XVIII as senhoras da casa, que saiam à rua apenas para ir à igreja ou visitar parentes, poderiam ter o deleite de passear pelos recantos de um jardim conformado pelo imaginário do espírito barroco, sem o indesejável contato com estranhos.

Outro exemplar que sugere a adoção de referências provenientes do norte de Portugal seria a sede da Fazenda do Rio São João, no atual município de Bom Jesus do Amparo, também comarca do Rio das velhas (Fig. 11). A sede da fazenda, apesar de se apresentar como uma das maiores casas rurais das Minas Gerais, não teria sido construída de uma única vez. De acordo com o Inventário de tombamento, um grande sobrado de feições urbanas, erguido na lateral direita da casa (Fig. 12), teria sido anexado à construção inicial após o matrimônio da filha de João da Motta Ribeiro, D. Teresa Mariana, com José Teixeira da Fonseca Vasconcelos. Se pensarmos no programa original da sede de São João, desconsiderando o sobrado anexo, estaríamos diante de um modelo de arquitetura completamente distinto daqueles usualmente empregados nas Minas rurais. O volume central, marcado pela camarinha e pela passagem para carros, interrompe a varanda frontal do segundo piso, dissociando a casa de Rio São João das inúmeras sedes de fazendas mineiras que adotaram a tipologia de faixa fronteira com varanda entalada entre o quarto de hóspedes e a capela. Desta forma, a solução arquitetônica desta sede a torna um exemplar único em termos de arquitetura rural. Assim, surge nossa primeira pergunta: João da Motta Ribeiro teria usado algum modelo de arquitetura, existente em seu museu particular, para a construção de sua casa? Esta indagação poderia, ainda, se desdobrar em outras duas: Qual teria sido o modelo adotado por ele? Quais seriam os objetivos de Motta Ribeiro ao escolher um modelo específico de arquitetura vernácula portuguesa?

Nossa principal suposição, baseada na implantação da camarinha no centro da composição, seria a tentativa de reproduzir as torres solarengas, tão difundidas em Portugal mas que, naquele momento, seria traduzida nos trópicos de forma bastante peculiar. A torre em Portugal, durante a Idade Média, se transformou em uma forma arquitetônica tão repleta de representações que conseguiu impregnar o imaginário português durante vários séculos (Fig. 13). Desde os primeiros tempos da nacionalidade, a torre se tornara a

principal parte da residência senhorial fortificada e, por isso, uma das mais expressivas representações de poder no seu tempo. A força evocativa da torre foi tão surpreendente que, ainda no século XIV, só poderiam ser edificadas por meio de licença especial concedida pelo rei[35].

Desta forma, as torres solarengas se transformariam no mais nobre e evidente sinal do senhorio sobre uma terra e se transformaram na máxima representação de poder dos proprietários rurais. Seu valor simbólico havia se difundido de tal forma que mesmo após a Reconquista, quando as edificações de caráter defensivo se tornaram obsoletas e não eram mais necessárias, as torres continuaram a ser erguidas como uma das mais poderosas formas de representação de poder. Com o avanço do tempo, as exíguas dimensões das torres de planta quadrangular já não ofereciam espaço suficiente para abrigar as novas necessidades da casa senhorial e, por isso, as torres passaram a ganhar anexos, sob a forma de volumes retangulares compactos. Segundo Mario Barroca, esta solução seria a que mais marcadamente se enraizou pela região do Entre-Douro-e-Minho e criou forte referencial na arquitetura portuguesa[36]. Estes anexos poderiam ser implantados na lateral das respectivas torres, como em Giela (Fig. 14) mas, eventualmente, a torre poderia também ocupar também a parte central da composição.

Nos arredores de Braga, encontramos um exemplar, possivelmente do século XVIII e, portanto, muito posterior ao período mais emblemático de edificação das torres, mas que de certa forma consegue evocar a aura de nobreza de tempos passados. Este solar, situado na Freguesia de Santa Lucrécia de Algeriz (Fig. 15), imediatamente nos remeteu à solução empregada na sede da Fazenda do Rio São João. Guardando as devidas proporções em termos de escala e sistemas construtivos, seria possível perceber uma possível aproximação em termos de composição volumétrica, com a torre a ocupar o centro da fachada.

Com base nesta suposição, na casa de São João, o elemento identificado de forma recorrente como camarinha poderia ser, na

---

[35] BARROCA, Mário Jorge. Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares. IN: *Revista de História* – V. IX. Porto: Universidade do Porto, 1989. P. 17; 47.

[36] BARROCA, Mário Jorge. Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares. IN: *Revista de História* – V. IX. Porto: Universidade do Porto, 1989. P. 29.

verdade, o coroamento de uma torre central que apresenta, no nível térreo, uma passagem para carros. Esta passagem, assim como o sistema construtivo de estrutura autônoma com vedação leve e a varanda interrompida, poderiam dificultar a leitura deste volume primitivo da casa. Mas se considerarmos que o sobrado anexo tenha sido construído em época posterior, a torre estaria, portanto, no centro da composição, o que a aproximaria singularmente do modelo português.

Além da torre, identificamos outras soluções arquitetônicas presentes na sede da Fazenda do Rio São João que também poderiam estabelecer uma possível aproximação com o Minho. Seria a passagem para carros que, neste caso, foi inserida no eixo central da sede, mas também pode ser encontrada em propriedades rurais minhotas como na Quinta das Lages, nos arredores de Braga. Nas Lages, a sacristia da capela se comunica diretamente com esta passagem, enquando na casa de São João, a entrada do oratório é feita pela passagem de carros.

Infelizmente, o tipo de propriedade analisada nesta investigação não conta com a fartura de documentação manuscrita existente para as construções religiosas ou oficiais. Por esta razão, torna-se bastante difícil afirmar com algum nível de certeza, se a sede da Fazenda do Rio São João seria, ou não, uma tentativa de reproduzir no Além-Mar um modelo já consagrado de arquitetura portuguesa. Mesmo assim, seria válido pensar em uma tentativa de João da Motta Ribeiro em legitimar no *hinterland* da colônia as representações de poder já consolidadas em sua terra natal, mesmo que o sistema construtivo utilizado não tivesse a solidez das alvenarias de pedra, largamente empregadas no norte de Portugal.

Estas possíveis aproximações entre as Minas Gerais e o Minho, identificadas por meio de práticas construtivas similares, poderiam ainda ser reforçadas pela transposição de uma tradição bastante difundida em Portugal e também disseminada na América Portuguesa: a ereção de um templo particular, inserido no conjunto arquitetônico das propriedades rurais. Estes incontáveis templos domésticos, erigidos lá e cá, receberam três diferentes denominações, conforme suas atribuições definidas pela administração eclesiástica local. A documentação manuscrita referente aos templos domésticos, tanto em Portugal quanto em Minas, contém informações que identificam estes templos como oratórios, ermidas ou capelas. Entretanto, a grande maioria dos templos domésticos, que em tempos recentes

são convencionalmente identificados como capela seriam, de acordo com as leis canônicas, oratórios privativos[37].

O que pode ser apreendido na restrita bibliografia sobre o assunto é o fato de que o oratório se destinava ao uso exclusivo de um restrito círculo de beneficiários, geralmente uma família e seus eventuais agregados. As restrições e limitações de acesso a estes espaços sagrados deveriam, portanto, estar contidas nas licenças emitidas pela administração eclesiástica responsável por aquela localidade, o que significava essencialmente os bispos locais, para o período pré-tridentino. Portanto, estas licenças, identificadas como *ad personam,* deveriam estar endereçadas nominalmente a um beneficiário e poderiam ser extensivas à sua família e a um eventual círculo restrito de indivíduos. Segundo Emerson Mattox, que se baseou na obra do jurista canônico Jacobus Pignatelli, de final do século XVII, este círculo restrito de indivíduos poderia ser composto por parentes próximos e visitantes nobres. Os empregados da casa, por sua vez, nos dias festivos deveriam cumprir com o preceito na igreja mais próxima[38].

Entretanto, não raramente, as propriedades rurais que foram equipadas com estes oratórios, frequentemente tiveram como vizinhos outros proprietários rurais e, eventualmente, pequenas comunidades instaladas no campo e que não contavam com Igreja Paroquial própria. Desta forma, tornou-se evidente a necessidade de se criar uma alternativa para que as obrigações religiosas destes moradores do campo pudessem ser cumpridas com certa comodidade. Além das longas distâncias, que separavam as igrejas paroquiais de seus fregueses, os invernos rigorosos, as chuvas frequentes, a dificuldade na transposição de rios e as dificuldades de locomoção de doentes e de pessoas com idade avançada, teriam contribuído para que estes moradores do campo procurassem a assistência espiritual nos templos domésticos mais próximos. Outra alternativa, nem sempre viável, seria a ereção de capelas particulares, dotadas e mantidas pelo próprio povo. Estas últimas, segundo Miguel de

---

[37] GATTICUS, Johannes Baptista. *De Oratoriis Domesticis et de Usu Altaris Portatilis*. Roma: Typographia Generosi Salomoni, 1746. – Capítulo 1.

[38] MATTOX, Emerson Philip. *The domestic chapel in Renaissance Florence, 1400-1550*. A dissertation presented to the Faculty of the Graduate School of Yale University in candidacy for the degree of Doctor of Philosophy. May, 1996. Para as licenças *ad personam*, o autor se baseou na obra de Jacobus Pignatelli. *Consultationum Canonicarum Tomi*. Veneza: Paulus Balleonius, 1687-96. 10 volumes.

Oliveira, teriam se transformado, com o devido tempo, em Igrejas Paroquiais[39].

No caso dos oratórios domésticos, se o proprietário desejasse extender o benefício a todos os seus empregados e vizinhos, seria preciso fazer um pedido de provisão de licença, junto às autoridades eclesiásticas, para redução do respectivo oratório para ermida pública. Neste caso, seria necessário alienar algum bem ou rendimento anual para o dote da fábrica, além de erguer campanário com sino e garantir que a porta estivesse aberta para o caminho público[40]. De acordo com a documentação manuscrita existente no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, assim como nos arquivos distritais portugueses e, principalmente, na Torre do Tombo, conseguimos identificar, tanto em Portugal, quanto nas Minas Gerais, as mesmas prerrogativas concedidas pelas autoridades eclesiásticas, entretanto, quando analisamos as atribuições destes templos e o modo como foram aproprieados pelos fiéis, percebemos que estamos diante de uma ruptura em relação aos hábitos religiosos cotidianos que vigoraram no Minho. Na verdade, a ruptura não seria apenas com a região do Minho, mas com a Europa católica de maneira geral. De acordo com os livros de registros, pertencentes aos arquivos mineiros, nas capelas domésticas das Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, era possível casar, batizar, confessar e sepultar os mortos.

No Minho, entretanto, assim como no restante da Europa, as capelas domésticas se restringiram quase que exclusivamente a locais de culto, onde as missas dominicais poderiam ser celebradas. De acordo com as *Constituições Sinodais de Braga*, os batismos não poderiam ser ministrados em casas particulares, mas somente na pia batismal da Igreja Paroquial onde o pai e a mãe da criança fossem fregueses, sob pena do clérigo ficar preso por um mês no aljube e ter que pagar o valor de dois mil reais. Somente os filhos de reis ou príncipes poderiam ser batizados nos locais em que seus pais ordenassem[41].

De acordo com os livros de Registros de Batismo do Concelho de Braga, não encontramos vestígios de que este sacramento tenha

---

[39] OLIVEIRA, Miguel de. As Paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação. Lisboa: União Gráfica, 1950. P. 32.

[40] Cf. Nossa tese de doutoramento: A privatização da fé: capelas domésticas nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, 2019. 470f. Tese (doutorado). Escola de Arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais.

[41] Constituições Sinodais de Braga. Título I, Fol. II.

sido administrado em capelas domésticas. Apesar disso, se faz necessário mencionar que, de maneira geral, os locais dos batismos não são usualmente citados nos assentos. A ausência deste tipo de informação nos documentos, entretanto, não pode ser tomada como comprobatória de que os batismos jamais tenham ocorrido nestas capelas domésticas. Em contrapartida, a documentação manuscrita indica que as determinações das Constituições Sinodais em Portugal foram seguidas de maneira bastante rigorosa, visto que os batismos só poderiam ocorrer fora da Igreja Paroquial em casos de perigo eminente de vida. Nestes casos, o Sacramento deveria ser ministrado preferencialmente por homens e, caso a criança sobrevivesse, deveria ser conduzida à Igreja Paroquial com a maior brevidade para receber o batismo e os Santos Óleos[42].

Este comportamento, entretanto, não se perpetuou nas Minas Gerais. As atribuições das capelas domésticas mineiras refutaram as designações estabelecidas pelas constituições sinodais portuguesas, tornando-as um contraponto não apenas com os costumes religiosos do Reino, mas da Europa católica. Não acreditamos, entretanto, que esta ruptura tenha decorrido de uma subversão das normas da Igreja. Ao contrário, estas capelas domésticas funcionaram como poderosos agentes mantenedores da fé e dos valores cristãos. No século XVIII, a Capitania de Minas Gerais, assim como toda a América Portuguesa era uma terra em formação que ainda oferecia muito a ser desbravado. A organização desta terra, tanto administrativa, quanto civil e religiosa ainda estava em construção, o que criava uma realidade local ainda distante daquela existente em Portugal e que já havia sido estabelecida há muitos séculos. Além disso, nas grandes fazendas, que contavam com significativo contingente de trabalhadores livres e escravos, os proprietários, como bons cristãos, deveriam promover a inclusão de todos os seus dependentes na religião. Por esta razão, mesmo que as bases da organização religiosa das Minas Gerais e do Minho tenham sido as mesmas, visto que os textos das Constituições da Bahia e das Constituições do Reino guardavam muitas semelhanças, havia diferenças no ambiente de lá e de cá.

Neste caso é muito provável que tenha ocorrido uma flexibilização das funções atribuídas aos templos domésticos, fato que não conseguimos perceber no tocante às regras relativas à implantação

---

[42] Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga. Título I – Fl. II e III.

dos templos, às restrições relativas ao quadro de beneficiários, aos dotes e à decência dos espaços. Este conjunto de normas, que foi estabelecido durante a 22ª Sessão do Concílio de Trento e que regulava a arquitetura, as artes plásticas e o comportamento dos fiéis e dos clérigos, foi rigorosamente seguido, tanto na Europa quanto na América Portuguesa. A exigência, por exemplo, de que o templo doméstico estivesse implantado fora das áreas onde prevaleciam os usos domésticos e profanos do domicílio, se fez presente dos dois lados do Atlântico.

Para ilustrar como se conformou esta ruptura, apresentamos os dados referentes à Paróquia de Santa Luzia, Comarca do Rio das Velhas. A Tabela 1 foi criada a partir de informações registradas no *Livro de Assentos de Batismo*s desta paróquia, referente ao período de 1818 a 1833. Fizemos uma revisão dos 3.776 assentos registrados no livro e identificamos todos aqueles que foram administrados em capelas domésticas. Nesta tabela indicamos os locais onde os batismos foram administrados da mesma maneira que aparecem nos registros.

O primeiro dado que chama a atenção é o grande número de batismos realizados nas capelas domésticas e, por conseguinte, seu alto percentual em relação ao total de assentos na paróquia. Dos 3.776 batismos, registrados na Paróquia de Santa Luzia durante o período, 705 foram administrados em propriedades particulares, perfazendo um percentual de 18,72%. Este significativo número se deve, em parte, ao intenso trânsito de fregueses na Fazenda da Jaguara e suas possessões[43]. Na capela da fazenda foram administrados 44,27% dos batizados realizados em capelas domésticas vinculadas à jurisdição eclesiástica da Paróquia de Santa Luzia. Desta forma, a Capela de Nossa Senhora da Conceição da Jaguara acolheu 8,29% de todos os batismos registrados nesta paróquia.

Com base nos números da Tabela 1, percebe-se a relevante contribuição das capelas domésticas nesta microrregião, sendo que algumas delas poderiam ser consideradas verdadeiras sucursais da Igreja Matriz. Complementamos estes dados com as informações da Tabela 2 que se referem aos matrimônios registrados na mesma paróquia.

---

[43] ANNT – Fundo: Papéis do Brasil – Decreto de 4 de junho de 1787. Códice 6 – Fls. 366, 367. A Fazenda da Jaguara foi um dos maiores complexos agropecuários das Minas Gerais no início do século XIX. O Vínculo da Jaguara, criado por Decreto Real de 4 de junho de 1787, era constituído por 8 fazendas e dirigido por uma Junta Administrativa.

TABELA 1:

Assentos de Batismos registrados na Paróquia de Santa Luzia – 1818/1833

Propriedade	Brancos	Mestiços, Escravos e Forros	Total	%
Capela da Jaguara	159	154	313	44,27%
Sítio do Sumidouro	01		01	0,14%
Oratório da Ponte Nova	03	29	32	4,52%
Ermida de Campo Alegre	04	02	06	0,84%
Sítio dos Caboclos		01	01	0,14%
Capela do Pau de Cheiro	01	03	04	0,56%
Capela da Carreira	50	96	146	20,65%
Capela da Conceição do Rótulo	24	29	53	7,49%
Fazenda do Campo	02		02	0,28%
Fazenda do Ribeirão		02	02	0,28%
Fazenda de Maria Pires		01	01	0,14%
Ermida de Tronqueiras		10	10	1,41%
Capela de Massaricos ou Oratório de Massaricos	02		02	0,28%
Fazenda das Minhocas ou Ermida das Minhocas	02		02	0,28%
Capela do Senhor Bom Jesus da Carreira Comprida	36	50	86	12,16%
Capela de Nossa Senhora da Conceição da Fazenda das Bicas do Cap. José Nunes Moreira	08		08	1,13%
Oratório da casa do falecido Doutor Reverendo José da Costa Moreira	02		02	0,28%
Capela de Santa Anna de José Correia	07	01	08	1,13%
Oratório de Anjicos	02	01	03	0,42%
Capela da Capoeira	02	01	03	0,42%
Totais	**307**	**398**	**705**	
Brancos	**43,42%**			
Mestiços, Escravos e Forros %		**56,58%**		
Total de Assentos registrados no Livro			**3.776**	
Assentos em Capelas Domésticas %			**18,72%**	

Fonte: **AEABH:** Livro de Registros de Batismos da Freguesia de Santa Luzia – Caixa 240 – 1818/1833.

O Sacramento do matrimônio, assim como o do batismo, desde os primórdios do Cristianismo também esteve cercado pelos mesmos rigores da administração eclesiástica. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* determinavam que, assim como o batismo, o matrimônio também deveria ser celebrado apenas em igrejas paroquiais, na presença do pároco ou de um sacerdote autorizado por ele. Caso o matrimônio fosse celebrado fora da igreja paroquial, seria preciso recorrer à uma licença especial, expedida pelo bispo. Para esta celebração, o clérigo deveria vestir sobrepeliz, estola e capa de asperges[44].

Na Tabela 2 adotamos os mesmos procedimentos dos assentos de batismo, entretanto, percebemos uma significativa diferença em relação ao número de propriedades onde os matrimônios foram realizados. Enquanto o livro de batismos registrava 20 propriedades domésticas, o livro de matrimônios contém 32 propriedades. Tentaremos, a princípio, entender a razão desta disparidade. Em primeiro lugar, no caso dos batismos, é facilmente perceptível a predominância das capelas domésticas de propriedades rurais. Em relação aos matrimônios, há indícios de que este Sacramento tenha sido ministrado também em capelas domésticas urbanas, erigidas nas vilas e arraiais. É possível que designações como "Casa de José Pereira Gularte", ou "Oratório do Dr. Jacinto Correia da Silva" possam se referir a residências urbanas. Portanto, quais teriam sido as razões desta sensível diferença?

É certo que havia um custo para equipar um templo doméstico para a celebração do batismo. Era preciso ter pia batismal de pedra, com tampa e em local que pudesse ser trancado, além do armário para os Santos Óleos e todos os seus recipientes. Assim como no campo, nos centros urbanos também havia moradores com grandes posses de bens e com recursos financeiros para facilmente cobrir os custos de instalação deste aparato religioso. Entretanto, uma possível explicação para que os batismos em capelas domésticas urbanas se tornassem uma raridade seria a inexistência de argumentos fortes o suficiente para convencer as autoridades eclesiásticas a permitir que a criança fosse batizada em casa e não na igreja paroquial ou nas capelas de associações leigas que, nos núcleos urbanos deveriam estar a curta distância.

---

[44] VIDE, Sebastião Monteiro da; FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. Estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza; Istvan Jancsó, Pedro Puntoni (organizadores). São Paulo: Edusp, 2010. P. 253-254.

Ainda com relação aos dados da tabela 2, percebemos novamente a relevância dos templos domésticos. Dos 1.321 matrimônios registrados na paróquia para o período, 283 foram celebrados em capelas domésticas, o que representa 21,42% do total. Para encerrarmos a análise das capelas domésticas da Freguesia de Santa Luzia criamos a Tabela 3, referente aos registros de óbitos, onde novamente se destacam os números da Fazenda da Jaguara. Quando comparamos a tabela de óbitos com as tabelas referentes aos batismos e matrimônios, percebemos que o número de propriedades é sensivelmente inferior.

TABELA 2:

Registros de Matrimônios na Paróquia de Santa Luzia – 1799/1824

Propriedade	Brancos	Mestiços, Escravos e Forros	Total	%
Capela da Jaguara	48	80	128	45,23%
Ermida do Rotto do Cap. Antônio Soares Moreira	2	1	3	1,06%
Oratório da Ponte Nova		12	12	4,24%
Capela da Carreira Comprida	3	2	5	1,76%
Ermida de N. S. do Patrocínio dos Coqueiros	1		1	0,35%
Oratório da Fazenda Casa Branca	2	21	23	8,12%
Capela da Carreira	6	29	35	12,36%
Capela da Conceição do Rótulo	10	9	19	6,71%
Fazenda do Campo		2	2	0,70%
Oratório do Rev. Vigário desta Matriz de Santa Luzia João de Souza Carvalho	8	1	9	3,18%
Oratório do Dr. Jacinto Correia da Silva	1	2	3	1,06%
Ermida de N. S. da Conceição de Tronqueiras	4	3	7	2,47%
Capela de Massaricos	2	1	3	1,06%
Ermida de N. S. das Dores da Fazenda das Minhocas	1	1	2	0,70%
Capela do Senhor Bom Jesus da Carreira Comprida	3	2	5	1,76%

Propriedade	Brancos	Mestiços, Escravos e Forros	Total	%
Capela de N. S. da Conceição da Fazenda das Bicas do Cap. José Nunes Moreira		1	1	0,35%
Casa de José Pereira Gularte		2	2	0,70%
Oratório de Manoel Pinto Ribeiro	1		1	0,35%
Oratório do Rev. Dr. Vigário Viana	1		1	0,35%
Ermida da Fazenda das Alagoas		2	2	0,70%
Ermida do Ver. Vigário da Vara de Sabará José da Costa Moreira	1		1	0,35%
Oratório da Fazenda do Cap. Manoel Gonçalves Pinto	3		3	1,06%
Oratório das casas do Cap. José de Souza Menezes Castilho Branco no Ribeirão da Mata	1		1	0,35%
Oratório da Fazenda da Alagoa dos Veados		3	3	1,06%
Oratório da Capoeira	1		1	0,35%
Oratório Privado do Cap. José Lobo desta Freguesia de Santa Luzia		4	4	1,40%
Ermida do Ver. Manoel Antônio de Freitas	1		1	0,35%
Capela do Tem. Cel. João da Motta Ribeiro	1		1	0,35%
Ermida de São João das Lages		2	2	0,70%
Ermida de D. Ignácia Michaela	1		1	0,35%
Oratório do Comendador Manoel Ribeiro Viana	1		1	0,35%
Totais	**103**	**180**	**283**	
Brancos %	**36,40%**			
Mestiços, Escravos e Forros %		**63,60%**		
Total de Matrimônios registrados no Livro			**1.321**	
Matrimônios em Capelas Domésticas %			**21,42%**	

Fonte: AEABH: Livro de Registros de Casamentos da Freguesia de Santa Luzia – Caixa 258 – 1799/1824.

Foram 20 propriedades para os assentos de batismo; 32 propriedades para os registros de matrimônio e apenas 5 propriedades para os registros de óbitos. Além da diferença quantitativa, todas as propriedades da Tabela 4 são rurais. Aparentemente, não ocorreram sepultamentos em capelas domésticas urbanas. Desta forma, demonstramos a grande ruptura estabelecida na missão das capelas domésticas em relação ao cotidiano religioso do Minho e da Capitania de Minas Gerais na transição do século XVIII para a centúria seguinte. A documentação manuscrita, referente aos ofícios religiosos celebrados nestes espaços, amparada pelo conteúdo dos testamentos de alguns fregueses, demonstrou a participação ativa das propriedades rurais, assim como de alguns domicílios urbanos, na vida religiosa desta região.

TABELA 3:

Registros de Óbitos da Paróquia de Santa Luzia – 1804/1829

Propriedade	Brancos	Mestiços, Escravos e Forros	Total	%
Fazenda da Jaguara	106	420	526	44,27%
Capela de Santa Anna da fazenda de José Correia	49	234	283	0,14%
Cemitério da Fazenda da Paloça	01		01	4,52%
Cemitério da Capela do Capão Grosso	02	04	06	0,84%
Cemitério da Fazenda do Cap. José Nunes Moreira		05	05	0,14%
Totais	**158**	**663**	**821**	
Brancos %	**19,24%**			
Mestiços, Escravos e Forros %		**80,76%**		
Total de Óbitos registrados no Livro			**5.403**	
Assentos em Capelas Domésticas %				

Fonte: **AEABH:** Livro de Registros de Óbitos da Freguesia de Santa Luzia – Caixa 265 – 1804/1829.

Esta participação, entretanto, não significou prejuízo algum para as paróquias, principalmente em relação às receitas obtidas pelos emolumentos pagos pelos fregueses. Na prestação de contas do Vínculo da Jaguara, referente aos anos de 1802, 1803 e 1804, encontramos os registros de pagamentos dos direitos paroquiais, como o que foi pago em 23 de abril de 1803: "Pelo q' pg. Ao R .i f Vigr.f desta Freguesia a conta dos direitos paroquiais q. lhe deve esta Fazenda"[45]. Neste documento, em todos os meses do período referido, também foram registrados o pagamento de esmolas. É possível que estas esmolas tenham sido destinadas à remuneração das missas celebradas na capela da fazenda.

Desta forma, percebemos que as capelas domésticas não promoveram o prejuízo nem o afastamento dos fregueses de suas paróquias. Ao contrário, funcionaram como uma extensão das mesmas. Da mesma forma, também não substituíram as irmandades e ordens terceiras, visto que muitos de seus frequentadores foram também confrades destas associações leigas. Estas capelas, que muitas vezes acumularam atribuições semelhantes às das Igrejas Matrizes e capelas de irmandades e teriam conformado um mundo privativo de fé, paralelo ao da freguesia, mas ao mesmo tempo, subordinado a ele.

[45] AHU – Prestação de contas do Vínculo da Jaguara. ACL-CU-011. Caixa 178 – Documento 13211.

BIBLIOGRAFIA:

ANTONIL, André João [João Antônio Andreoni]. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* Paris: Andrée Mansuy, 1965.

ARAÚJO, Ilídio de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962.

BARROCA, Mário Jorge. Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares. IN: *Revista de História* – V. IX. Porto: Universidade do Porto, 1989.

BRÜGGER, Sílvia M. J. Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei -séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CARITA, Helder; CARDOSO, Homem. *A casa senhorial em Portugal*. Modelos, tipologias, programas interiores e equipamento. Alfragide: Leya, 2015.

DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte, 2006.

GATTICUS, Johannes Baptista. *De Oratoriis Domesticis et de Usu Altaris Portatilis.* Roma: Typographia Generosi Salomoni, 1746. – Capítulo 1.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MACHADO, David Prado. *A corte na fazenda: representações e arquitetura em Minas Gerais (1790-1850),* 2004. 162f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

___. A privatização da fé: capelas domésticas nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, 2019. 470f. Tese (doutorado). Escola de Arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerias (1837).* Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

MATTOSO, José. *Estruturas familiares e estratégias de poder: a nobreza de Entre-Douro-e-Minho*. Braga: Universidade do Minho, 1986. (Cadernos do Noroeste. Sociedade, espaço, cultura).

MATTOX, Emerson Philip. *The domestic chapel in Renaissance Florence, 1400 – 1550*. A dissertation presented to the Faculty of the Graduate School of Yale University in candidacy for the degree of Doctor of Philosophy. May, 1996.

MELLO, Suzy de. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

NIEMEYER, Oscar. *Minha arquitetura*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

OLIVEIRA, Aurélio de. O Entre Douro e Minho na época moderna 1500-1820. Parâmetros de uma construção. In: PEREIRA, Paulo (Org). *Minho: traços de identidade*. Braga: Universidade do Minho, 2009.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *André Soares e o Rococó do Minho*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2011.

___. *Minho e Minas Gerais no séc. XVIII*. Braga, 2016.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. *Festividades cíclicas em Portugal*. 1. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1984. (Portugal de perto, 6).

OLIVEIRA, Miguel de. As Paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação. Lisboa: União Gráfica, 1950.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio Anglo-Português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. P. 49. O autor afirma que a riqueza das minas de prata da América Espanhola sempre fez parte do imaginário dos colonos na América Portuguesa, principalmente dos paulistas.

QUINTANEIRO, Tania. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viageiros do século XIX.* Petrópolis: Vozes, 1995.

RODRIGUES, Avelar. *Esmeraldas, contribuição à história de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

TÁVORA, Fernando. Et al. *Arquitectura popular em Portugal*. 4. Ed. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Vol 1.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Solares e vultos do passado*. Belo Horizonte: Livraria Nicolai, 1948.

VIDE, Sebastião Monteiro da; FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. Estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza; Istvan Jancsó, Pedro Puntoni (organizadores). São Paulo: Edusp, 2010.

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS:

Arquivo Histórico Ultramarino:

– Prestação de contas do Vínculo da Jaguara. ACL-CU-011. Caixa 178 – Documento 13211.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Fundo: Câmara Eclesiástica de Lisboa:

Série: Ereção de Capelas – Maços 1807, 1808 e 1809.

Fundo: Papéis do Brasil:

– Decreto de 4 de Junho de 1787. Códice 6 - Fls. 366, 367.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Belo Horizonte:

– Livro de Registros de Batismos da Freguesia de Santa Luzia – Caixa 240 – 1818/1833.

– Livro de Casamentos da Freguesia de Santa Luzia – Caixa 258 – 1799/1824.

– Livro de Registros de Óbitos da Freguesia de Santa Luzia – Caixa 265 – 1804/ /1829.

– Livro de Registros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora de Bom Sucesso da Freguesia de Caeté – Caixa 5 – 1808/1837.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana:

– Breve de Oratório a José Teles de Anchieta (1783) – Doc. N°. 1544

– Breve de Oratório a Serafim Gonçalves Lima (1815) – Doc. Nº. 1524

– Breve de Oratório ao Ten. Cel. João da Motta Ribeiro e seus Filhos (1810). Doc. Nº. 1362

– Breve de Oratório ao ao Ten. Cel. Francisco Lopes de Abreu (1811) – Doc. N°. 1318

Arquivo do Tribunal de Contas de Belo Horizonte:

– Testamento e Inventário do Barão de Paraopeba. Disponível em: http:// museudojudiciariomineiro.com.br/leia-o-inventario-dos-bens-do-barao-de-para-opeba/ Acesso em: 19/05/2019.

OBRAS DE REFERÊNCIA:

Constituições Sinodais de Braga. Disponível em: *http://purl.pt/14701* – Acesso em: 01 de maio de 2019.

Figura 1: Vista da Ladeira do Vira Saia em Ouro Preto
(Fonte: Foto do Autor**)**

Figura 2: Fachada frontal da Fazenda Boa Esperança, onde se insere a Faixa Fronteira
(Fonte: Foto do Autor**)**

Figura 3: Vista do pátio dos fundos, conformado pelas laterais da sede e por muros de alvenaria de pedra
(Fonte: Foto do Autor**)**

Figura 4: Vista do pátio frontal delimitado pela fachada da sede e por muros de alvenaria de pedra
(Fonte: Foto do Autor**)**

Figura 5: Cerca de Tibães
(Fonte: Foto do Autor**)**

Figura 6: Varande de fundos. Na lateral esquerda, ao centro, está a porta que se comunica com o pátio
(Fonte: Foto do Autor**)**

Figura 7: Portão de Cavaleiro que se comunica com o pátio frontal
(Fonte: Foto do Autor**)**

Figura 8: Base do chafariz e alcatruzes de pedra sabão. ao fundo, a escadaria de forma piramidal que faz o acesso à varanda
(Fonte: Foto do Autor**)**

Figura 9: As duas Sapucaias plantadas rigorosamente no eixo perpendicular à Faixa Fronteira
(Fonte: Foto do Autor**)**

Figura 10: Solar dos Biscainhos, com seu jardim formal demarcado por eixos, fontes e esculturas
(Fonte: Foto do Autor**)**

Figura 11: Fachada frontal da Fazenda do Rio São João
(Fonte: Foto do Autor**)**

Figura 12: Fazenda do Rio São João – sobrado lateral, de construção posterior ao núcleo original da sede
(Fonte: Foto do Autor**)**

Figura 13: Torre militar em Melgaço, na divisa com a Espanha
(Fonte: Foto do Autor**)**

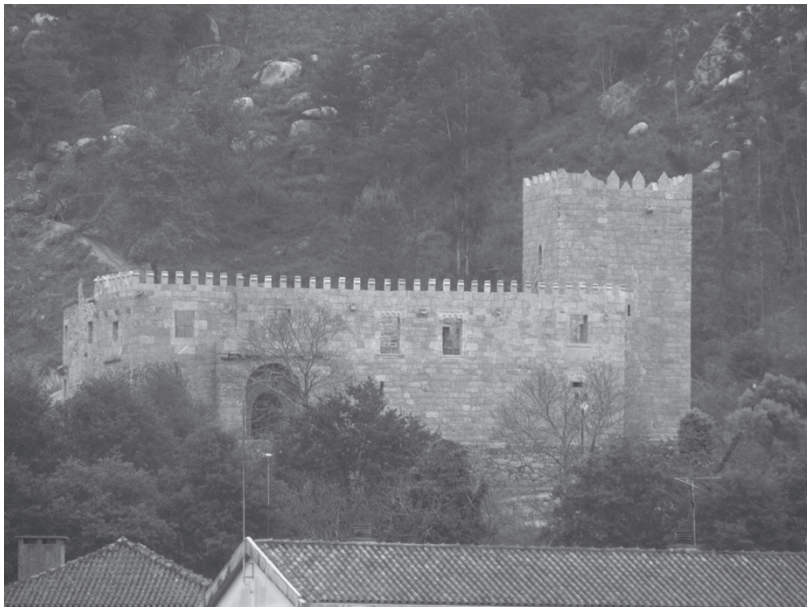


Figura 14: Paço de Giela, em Arcos de Valdevez
(Fonte: Foto do Autor**)**

Figura 15: Quinta de Santa Lucrécia de Algeriz
(Fonte: Foto do Autor**)**

Arte na talha e na estrutura do Retábulo da Capela de S. Geraldo, Sé de Braga

JOSÉ VIEIRA GOMES [1]

RESUMO

Neste artigo fazemos uma aproximação ao estudo da talha e da estrutura do retábulo de estilo barroco nacional, na Capela de S. Geraldo, Sé de Braga. Elaboramos a sua planta, quer no primeiro registo do embasamento em pedraria, quer no segundo registo do embasamento em madeira de castanho. Traçamos um estudo das metamorfoses da talha nas colunas, nos capitéis, nas mísulas que suportam as colunas maiores, mais as que suportam as imagens de S. Geraldo e de S. Nicolau. Percebemos a talha das almofadas do embasamento, os frisos da arquitrave e os relevos nos alçados do túmulo.

Encetamos um rastreio de pormenores de obras de mestres que estavam ao serviço de D. Rodrigo de Moura Teles, na Sé (Luís Vieira da Cruz, Miguel Coelho, Bento Alvarenga da Costa e Francisco Machado), apresentando a possibilidade de um outro artista ter trabalhado em parceria com um dos aludidos. O propósito é alinhar o modo de trabalhar a madeira de cada um deles e adequá-lo, ou não, à representação da talha do retábulo, atribuindo-lhe uma autoria.

Palavras-chave: túmulo de S. Geraldo; barroco nacional; entalhadores; execução da talha; arte combinatória e representações comparadas.

---

[1] Investigador do centro ARTIS-IHA da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Bolseiro FCT de doutoramento.

ABSTRACT

In this article we do a study of the woodcarving and the structure of the altarpiece in national baroque style located at the S. Geraldo Chapel in the Cathedral of Braga.

We have drawn its plan in two levels: first from the stone foundation and then from the chestnut wood foundation. We studied the alterations of the woodcarving in the columns, capitals and in the consoles bearing the weight of the bigger columns and the weight of the images of S. Geraldo and S. Nicolau. We observed the woodcarving from the pads of the wood foundation, the friezes from the architrave and the reliefs at the sides of the tombs.

We started tracking the details from each master´s work at the service of D. Rodrigo de Moura Teles, at the Cathedral, namely Luís Vieira da Cruz, Miguel Coelho, Bento Alvarenga da Costa and Francisco Machado, assuming the possibility that another master has worked together with those named. The aim is to line up the way of working the wood each of them had and suit it – or not – to the representation of the woodcarving in the altarpiece, giving it an authorship.

Key words: *S. Gerald tomb, national baroque style, woodcarvers, woodcarving, arte combinatoria, compared representations.*

A CAPELA E O RETÁBULO DE S. GERALDO

A Capela de S. Geraldo, na Sé de Braga, foi intervencionada ao longo dos tempos, com diversificados sentimentos e devoções, por parte das sucessivas prelaturas: D. Fernando Guerra (1416--1467)[2], D. Diogo de Sousa 1505-1532)[3], Frei Agostinho de Jesus (1588 – 1609)[4], e D. Rodrigo de Moura Teles (1704 – 1728).

Até aos nossos dias, outras intervenções tiveram lugar na Sé e na Capela de S. Geraldo: em 1779, a reforma neoclássica foi radical e deu ocasião ao aparecimento de outro homem das artes

---

[2] *Era tal a devoção deste Arcebispo a S. Geraldo que mandou fazer uma sala nos Paços Arquiepiscopais, a ele dedicada, e pintar no seu tecto e paredes, cenas da sua vida*. Pereira, Ana Maria M. de Sousa Pereira, *A Capela de S. Geraldo da Sé de Braga*, Braga, edição Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 2001, p. 13.

[3] *O período do governo de D. Rodrigo Moura Teles foi, juntamente com o de D. Diogo de Sousa, aquele em que houve alterações mais profundas na Sé*. Oliveira, Eduardo Pires de, "Os grandes ciclos de obras na Sé de Braga", in *Mínia*, números 8-9, 2000--2001, p. 8.

em Braga, Carlos Amarante. Com essa reforma despojaram-se as naves laterais da Sé, e o transepto, de retábulos barrocos (estilo barroco nacional). Apenas um retábulo se salvou, o de S. Martinho de Dume (do mestre entalhador Francisco Machado[5]) que foi mudado do transepto, lado do Evangelho, para o topo, mas do lado da Epístola. Se foram brutais no último quarto do século XVIII, *as obras que foram levadas a cabo pela Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, ao longo do segundo quartel do século XX, não deixaram de parecer outro "terramoto"*[6]. É preciso dizer que também foi a DGEMN a responsável pela reconstrução, quase de início, da Capela de S. Geraldo, no século XX, com um traçado notadamente neogótico. Ao longo dos tempos, na Sé, tudo estava em constante mutação.

Mas é às intervenções mandadas executar por Dom Rodrigo de Moura Teles que queremos dar maior relevância. Este arcebispo foi o responsável pelas grandes transformações na Sé de Braga, nos inícios do século XVIII, e em que se enumeravam, também, as obras de reconstrução da Capela de S. Geraldo, situada no claustro de Santo Amaro: *fez alterar totalmente a fachada da Capela, revestiu-a interiormente de azulejo, deu-lhe um retábulo dourado, cobriu o tecto e as molduras dos janelões com pinturas, etc., para depois a entregar à irmandade de S. Pedro, dos clérigos. Foi esta capela que escolheu para sua sepultura*[7]. As obras de reconstrução decorreram entre 1707 e 1712. O mestre arquitecto de pedraria foi Manuel Fernandes da Silva (1693 – 1751). Podemos dizer que *A arquitectura serviu de enquadramento para o desenvolvimento de um diálogo expressivo entre a talha, a pintura e o azulejo que lhe formam totalmente o interior*[8].

---

4 *Seria D. Frei Agostinho de Jesus, com um sentimento avassalador pela relíquia do Santo Arcebispo, a imprimir-lhe a marca da modernidade.* Pereira, *A Capela de S. Geraldo da Sé de Braga*, p. 14.

5 Salvaguarde-se, benfazejamente, a existência de outro retábulo da mesma época na Sé, da responsabilidade, pode demonstrar-se, dos mesmos autores que trabalharam na Capela de S. Geraldo: o de Nossa Senhora da Piedade, na Capela com o mesmo nome.

6 Oliveira, "Os grandes ciclos de obras na Sé de Braga", p. 17.

7 Oliveira, "Os grandes ciclos de obras na Sé de Braga", p. 10.

8 Rocha, Manuel Joaquim Moreira da, *Manuel Fernandes da Silva, mestre arquicteto de Braga,1693/1751*, Porto, Colecção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, 1996, p. 99.

O RETÁBULO EM ESTILO NACIONAL

A obra de arquitectura e pedraria, da responsabilidade de Manuel Fernandes da Silva, foi terminada em 1712[9]. O retábulo de estilo barroco nacional, formado por um corpo único, três tramos, camarim e espaços intercolúnios com os nichos e imagens de S. Geraldo e S. Nicolau, é concebido e executado a partir dessa data. Feito em madeira de castanho, dourada, é assente num embasamento de pedra dos tempos de D. Diogo de Sousa e talhe que mimetiza o lintel e as ombreiras das portas das fachadas das igrejas dos Terceiros e de S. Vicente. O retábulo é de planta, dita *plana*[10].

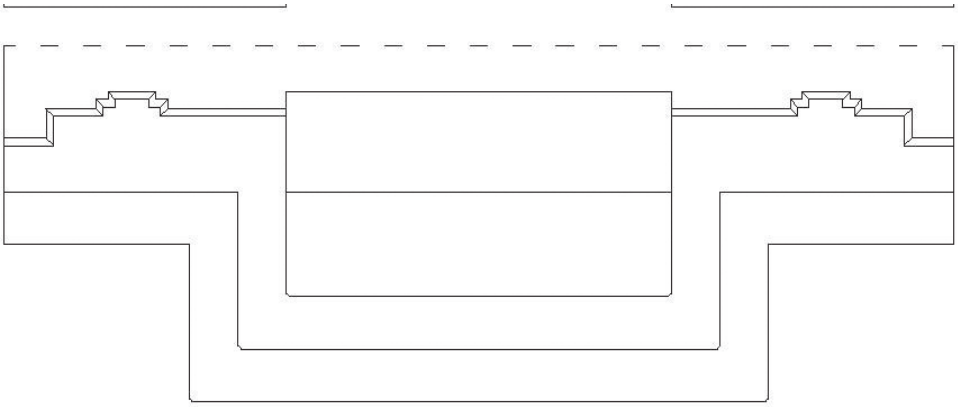


Fig. 1 – Projecção da planta (*autocad*) do retábulo, do altar, e degrau das escadas. (Execução: marceneiro Manuel Pinheiro Gonçalves)

O registo do embasamento de madeira (banco) apresenta **seis mísulas**: quatro que correspondem às quatro colunas dos tramos laterais; duas mais pequenas a corresponder às colunas que suportam a arquitrave da parte inferior do camarim, com o túmulo do

---

9 *A inauguração da capela teve lugar no dia 19 de Dezembro de 1712 com missa Pontifical e Santíssimo exposto, seguida de soleníssima procissão que percorreu as artérias principais da cidade de Braga, convocadas por Edital a fim de ser acompanhada pelo "clero, religiosos, irmandades e confrarias". Trasladaram-se também as relíquias de S. Geraldo da capela de S. Tomás, local que recolheu o caixão com o corpo do Santo durante o percurso das obras.* Rocha, *Manuel Fernandes da Silva,* p. 96.

10 Lameira, Francisco, *Retábulos Relicários*, Évora, Promontória Monográfica, vol.13, 2016, p. 141.

santo arcebispo e estátua jacente em estilo gótico. Há ainda a registar, no banco, **duas** poderosas **almofadas** da talha em alto-relevo com um menino dinâmico de disposição em "S", linha da beleza, em cada uma delas, nos tramos laterais; mais **quatro** almofadas do banco no alinhamento do camarim. De referir, ainda, nesta parte inferior do retábulo, a presença de um **sacrário** de dinâmica talha que repete e alterna a folhagem acântica, ora para o lado esquerdo, ora para o lado direito. Esse dinamismo e altura lembra o par de caixilhos existentes na sacristia da igreja dos Congregados. A parte superior e inferior deste sacrário ostenta **flores de miosótis** que despontam de um tufo de folhas de acanto; voltados para a linha que passa pelo centro, dois pássaros voltados para cima e de asas abertas. Na parte inferior do mesmo sacrário, e em lugar de destaque, é bem visível a porta, em forma de elipse, a ostentar um cordeiro pascal.

Na parte intermédia do retábulo, são visíveis os tramos aludidos, com as **quatro colunas** helicoidais. Nos espaços intercolúnios há mais **duas mísulas** nos nichos das imagens que são mais uma demonstração do virtuosismo do entalhador que dá à folhagem uma inflexão em alto-relevo, como nunca se viu na talha do período. Assim, na parte superior dos nichos, há uma espécie de *agraffe* que sobe para o friso contínuo da arquitrave, com um total de seis cabeças de anjo. Diga-se que estes motivos são ainda um legado da talha do período anterior. **As colunas** são pseudo salomónicas divididas em sete partes, mais o **capitel coríntio**. Sabendo o diâmetro da coluna, na base, sabemos a altura da mesma: é o diâmetro da coluna vezes sete, mais o capitel (7+1), como é o caso das colunas do retábulo de S. Geraldo. Há exemplos que não fazem essa contabilidade: multiplicam o diâmetro da coluna vezes seis, mais o capitel[11] (6+1)[12].

O camarim divide-se em duas partes: a inferior com o túmulo do santo arcebispo e imagem jacente do mesmo *vestido de pontifical*. A parte superior apresenta parte dos degraus do trono num

---

[11] A título de curiosidade, diga-se que o **capitel coríntio** (oito volutas e dois renques de folhas) foi unicamente usado na talha da época maneirista e na época da talha dita do barroco nacional. A partir da retabulística em barroco joanino até ao período neoclássico, apenas foi utilizado o **capitel compósito** (quatro volutas e dois renques de folhas de acanto), exceptuando alguns momentos do período rococó em que foram utilizados concheados no lugar dos renques de folhas.

[12] Refira-se, ainda, que estes cálculos tentam respeitar o Cânone de Vitrúvio da anatomia humana.

cenário de intradorso abaulado com doze almofadas com folhas de acanto em alto-relevo, tendo no centro de cada uma delas uma cabeça de anjo. Na parte inferior do intradorso do camarim, refiram-se pilastras e **capitéis de manufactura muito diferente** da tipologia da talha e dos capitéis da restante talha do retábulo. E o mesmo se diga da manufatura dos **capitéis das pequenas colunas** que suportam o friso contínuo, a enquadrar o túmulo do santo, na parte inferior do camarim. (Refira-se, ainda, **uma balaustrada** que antecede a presença do túmulo. Esta balaustrada de meninos / coluna no camarim de S. Geraldo (1712/15?) poderia ter seguido o modelo que compõe o retábulo-mor da igreja de S. Bento da Vitória (esta com almofadas que ligam as figuras), de 1699, no Porto, mas que, por sua vez, poderia ter servido de modelo à balaustrada do retábulo-mor da igreja de Balugães, Barcelos (1721).

O ático é composto por dois arcos concêntricos abaulados, seis almofadas com cabeças de meninos no centro e cinco aduelas transversais a fixar e a conter todo conjunto com motivos diversos e repetidos em alternâncias: acantos enrolados, meninos e pássaros em modo de *ronde bosse*.

Refira-se, igualmente, a **talha de preenchimento** do retábulo: é a que compõe uma linha contínua desde os extremos do embasamento de madeira, com um menino nos arranques, e que encalacra o retábulo até ao topo, onde estão as armas do arcebispo. A talha de preenchimento no plano intermédio é composta por pilastra estreita interrompida por pedaço de entablamento a contornar a cornija de pedra e "renda" que envolve o arco abaulado contra o tecto.

ESTRUTURA E *ARTE COMBINATÓRIA* DO RETÁBULO

O retábulo tem uma largura de **6,65m** e uma altura de 9,03m, contando com a altura do embasamento pétreo. Mas, se descontarmos 1,53m, que é quanto o mesmo tem de altura, percebemos que, na realidade, a altura da parte do retábulo em talha dourada mede precisamente **6,50m**. Que é que isto quer dizer? Quer dizer que o mestre entalhador concebeu **o retábulo** delimitado a um esquema que é **um quadrado** quase perfeito.

Iremos perceber que a estrutura do retábulo vai respeitar, também, as dimensões de um módulo preciso que será um jogo de

quadrados e retângulos. De uma averiguação mais atenta a partir, agora, das dimensões do **alçado principal do túmulo** de S. Geraldo, que é um retângulo, e mensurando comprimento e altura do mesmo, depreendemos que essas dimensões funcionam como **módulos** para o risco do jogo estrutural do retábulo. O túmulo tem de comprimento **2,14m**. Essa é precisamente a largura dos tramos laterais contendo as colunas. E se a altura dos mesmos é de **4,28m**, feita a dobra, temos a projecção de dois quadrados no mesmo espaço, obtendo, também, dessa forma, a constituição de dois retângulos nos dois andares do camarim (**Fig. 16**).

Se o comprimento do túmulo é módulo para calcular as dimensões dos tramos, a altura do mesmo, **0,90m**, corresponde exatamente à largura dos espaços intercolúnios, e corresponde à altura do **embasamento** (descontando as molduras) de madeira e ao **entablamento (**o friso entalhado e as molduras) por cima dos capitéis (**Fig. 17**).

Resultado de uma atenção demorada, começamos por perceber que há um ritmo na obra, uma regularidade mesmo, quer se faça uma viagem do olhar da esquerda para a direita do retábulo, quer essa viagem se resolva do embasamento ao ático e daí ao tecto. Assim, começa por se nos tornar evidente o aparecimento de umas linhas verticais a passar, exatamente, primeiro pelo centro das colunas, depois pelo centro das almofadas de talha alta que ladeiam o sacrário. Vamos a verificações, e cada uma das distâncias entre linhas diz: **1,20m.** Da soma desses 1,20m, vezes os cinco espaços detectados, resultam os **6m** do centro de coluna a coluna, as mais distantes. Resgate-se e transfira-se essa distância de 1,20m para a zona do ático, conforme a **fig. 18,** e verifica-se que uma geometria implícita, do retábulo de madeira dourada, dialoga e encadeia a sua organização com a pintura do tecto: repare-se que os ressaltos do floreado negro do tecto coincidem com as verticais amarelas (se a foto fosse a linhas coloridas) percebidas no ático e que passam pelo centro das colunas e pelo centro das almofadas do embasamento: recorde-se resultado de regularidades de **1,20m**.

Demonstra-se que esta Capela correspondeu a um programa deliberado que faz conviver e encadear um diálogo entre os **quadros** das paredes, os **azulejos**, a **talha** do retábulo e as **pinturas** do tecto, dando oportunidade a que se diga que estamos diante de uma *arte combinatória* na alusão ao termo de Leibniz para a arte do barroco.

O trabalho de entalhadores e douradores não seria possível sem a contribuição preparatória decisiva de carpinteiros, ensambladores e torneiros, no modo de elaboração e organização de todo um *puzzle*. O desempenho do entalhador encadeia-se com esse momento prévio: arte, encomenda, concepção, engenharia, corte das madeiras, desenho da planta, projecção vertical da obra.

A projecção em *autocad* do retábulo representa os recortes de cada uma das peças realizadas por carpinteiros e torneiros. Tudo assim apresentado constitui o *puzzle* organizado pelo ensamblador. Há aqui trabalho de diversas confrarias de oficiais: o de **marceneiro** ou **carpinteiro** para o de **tupia** nas molduras e rebaixes; trabalho de **recorte de serra** e **garlopa** nas almofadas do embasamento e do intradorso, na configuração do sacrário e nas aduelas do ático, na curvatura dos volumes para os arcos abaulados; trabalho de **torneiro** na configuração das colunas dos tramos e respectivos capitéis. E trabalho de duplicação de peças de madeira de castanho para respeitar as alturas e os volumes da talha colossal de movimentos contraditórios e ziguezagueantes que fazem desaparecer os fundos, tal é o caso da talha das mísulas das colunas mais fortes. O trabalho de unificação de todas as peças é resolvido num bem conseguido sistema de **técnicas de junção,** da responsabilidade do carpinteiro ensamblador**,** como o sistema de rabo de andorinha, meia madeira, etc. A projecção vertical em *autocad* dá-nos uma ideia do perfil das madeiras preparadas imediatamente antes de todo o conjunto ser entregue à equipa de entalhadores.

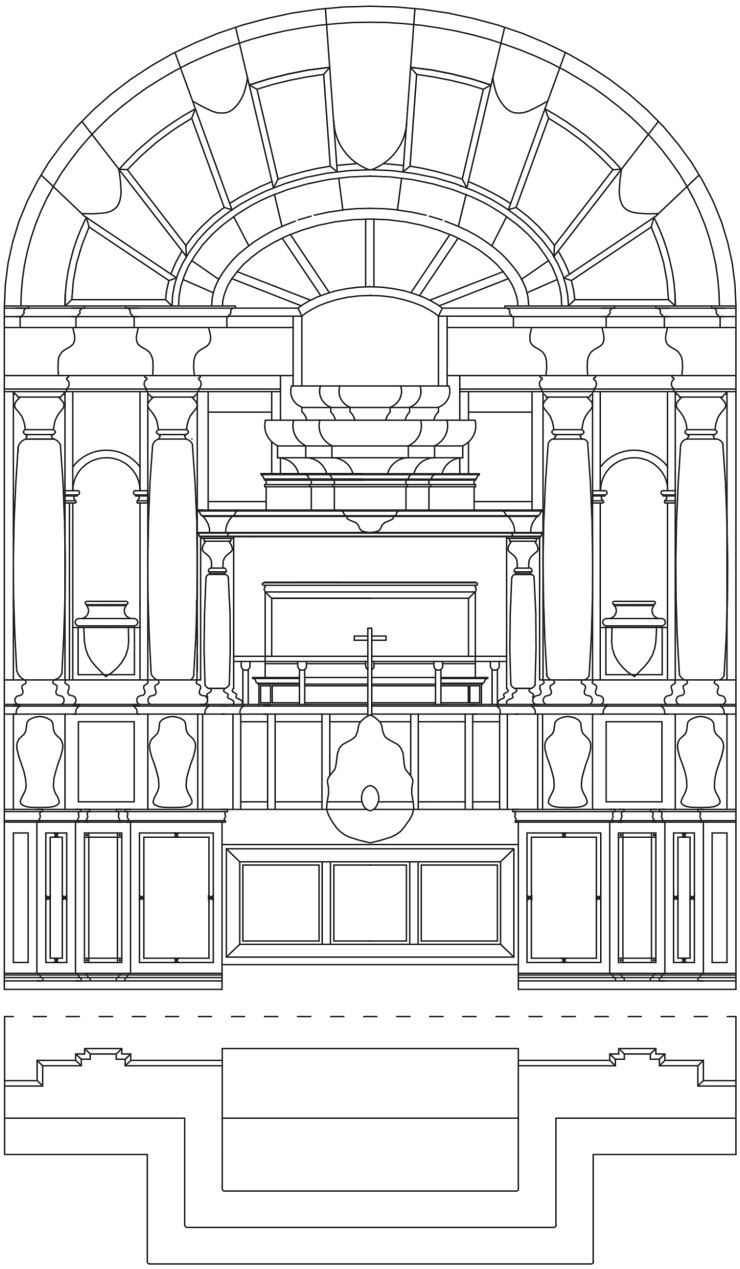


Fig. 2 – Projecção vertical do retábulo. Tratar-se-á da junção de todos os recortes do *puzzle*, apresentados pelo **marceneiro** e pelo **torneiro**, prontos para o **entalhador** começar a trabalhar.

(Elaboração em *autocad*: marceneiro Manuel Pinheiro Gonçalves)

Fizemos uma aproximação à organização geral do retábulo e tentamos perceber a interdependência das partes que o constituem. Fizemos uma apresentação das artes que constituíram um programa de obras na Capela: azulejaria, painéis pintados nas paredes laterais, e respectivas molduras; lajedo de alvenaria com a sepultura de Dom Rodrigo; retábulo de madeira a congregar várias combinatórias: silvicultura, marcenaria, ensamblagem, talha; a arte de tornear; douramento; pintura do tecto.

Estudado isoladamente, e sem ligações a mais nada, o retábulo perde por demasiada imobilidade dentro de um regime de linhas rectas herdadas do maneirismo. Perde porque foi obrigado a uma orquestração dentro de linhas verticais / horizontais de um quadrado, como vimos, e perde por demasiada simetria. Onde lhe acresce dinamismo e animação?

A animação destes retábulos advém-lhe quase completamente dos elementos ornamentais que apresenta[13]. Confirma-se tal pela observação directa e específica de cada um dos elementos de talha, nas colunas, nas almofadas, nas mísulas, nos capitéis, e graças à mestria e erudição dos mestres entalhadores que neles trabalharam.

Houve um programa deliberado que pensou um conjunto de *forças activas*. Se nos trabalhos de reabilitação do património descuram e destroem um aspecto, ou delapidam um aspecto que nunca será repensado, o que é que se perde? Perde-se uma atmosfera específica que motivou uma obra, perde-se uma leitura que actualiza e renova intensidades. Resultado: com o apagamento da pintura do tecto perde-se uma arte de encadear, perde-se todo um dinamismo que foi deliberadamente gizado para a Capela.

Com o barroco, está tudo ligado: um discurso repercute-se noutro, um registo liga-se a outro e o que, anteriormente, parecia uma coisa, parece transformar-se noutra, heteronimamente, num movimento contínuo e perpetuamente variável. Com a recuperação da fotografia dos inícios do século XX, percebemos que o retábulo ganhava vida, dinamismo, beleza e, sobretudo, altura. A concepção da Capela como obra total não pode prescindir de qualquer dos seus discursos. Se isso acontecer, perde-se em leitura, perde-se em significados e intensidade. Se a percepção de imobilidade aludida do retábulo foi suscitada por condições arquitectónicas, a mesma ideia

---

[13] Ferreira, Sílvia, *A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720). Os Artistas e as Obras,* vol. I, Dissertação de Doutoramento policopiada, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 448.

de repouso tumular passa também a ter outro sentido quando entra em jogo dialéctico ou contrapontístico com a presença da pintura do tecto.

A talha do retábulo não é toda do tempo de D. Rodrigo. O túmulo do santo é da época do arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus[14]. O alçado principal do mesmo é toda uma alusão ao milagre das frutas, e uma recuperação do que era conatural ao estilo maneirista: grinaldas sobrecarregadas de frutos[15].

IDIOSSINCRASIAS DO RETÁBULO: FOLHAGEM, FIGURAS, FLORES E FRUTOS

A talha do barroco nacional aparece em Braga pela primeira vez com a concepção e a construção do retábulo-mor da igreja de S. Vítor, em 1689. A encomenda coube a um artista do Porto, Domingos Lopes. É mais um exemplo de como os grandes centros, neste caso o Porto, influenciam as periferias, sabendo nós que Braga, sendo periferia, se vá constituir, gradualmente, num grande centro com o aparecimento de artistas fortes e originais na escultura e na talha como Cipriano da Cruz, Gabriel Rodrigues, Francisco Machado, Bento Alvarenga da Costa, Marceliano de Araújo e, depois, André Soares, José Álvares de Araújo e Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, na fase rococó. Estes fixarão definitivamente Braga como uma escola, com categorias formais bem distintas, e também como um grande centro de influências que irradiou por todo o norte do reino e para a região de Minas Gerais no Brasil.

O ornato do barroco nacional, de influência espanhola e francesa, rompe com o legado de relevos baixos da talha maneirista de influência italiana. *Ele reage às estruturas monocórdicas e repetitivas do maneirismo e inaugura para a retabulística portuguesa a possibilidade da criação artística menos dependente de fórmulas e receitas inspiradas nos velhos tratados de arquitectura*[16].

Percebemos no retábulo de Santa Gertrudes do mosteiro de Tibães a convergência destes dois modos: a parte central da representação do retábulo maneirista de António de Andrade de 1665/68;

---

[14] Pereira, *A Capela de S. Geraldo da Sé de Braga*, p. 35.

[15] Veja-se a grinalda gorda da fachada da igreja de S. Vicente: cheia de peras, marmelos e frutos exóticos.

[16] Sílvia, *A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720),* p. 445.

as partes laterais e o tecto, de autoria desconhecida, de 1710. De um lado, a talha de relevos baixos da representação vertical do retábulo maneirista, do outro, a representação da talha em alto--relevo do período do barroco nacional a irromper em **repetição** *e* **alternância**[17]. Quase que é possível assistir à passagem de um modo a outro numa das almofadas laterais do retábulo, quando se percebe o esforço do relevo baixo de talha maneirista para se transformar na inflexão caprichosa do alto-relevo da talha nacional.

Há dois tipos de **folhagem** na talha do retábulo: **folhas de videira** estilizadas em alto-relevo a recobrirem as colunas helicoidais; **folhas de acanto** a povoarem as almofadas do embasamento, do intradorso e do ático; assim como toda a série de frisos e de pilastras em todos os sectores do retábulo. As folhas de acanto podem classificar-se em dois tipos na representação da talha nacional: **folha principal** e **folhas secundárias**. A folha principal também pode designar-se por ***Ligne active***[18] e as outras por ***formes d'accompagnement***. A primeira, a mais larga e caprichosa, é a que inflecte em curvatura e altura, ora para o lado esquerdo, ora para o lado direito do friso, da pilastra ou da almofada. As formas de acompanhamento são, como dissemos, as folhas secundárias: as **secundárias interiores** tendem a encostar-se graciosamente à dinâmica da folha principal; **as exteriores**, pelo contrário, tendem a afastar-se (**Figs. 4** e **5**) Todo o organismo assenta numa disposição geométrica em ziguezague (**Fig. nº 3**):

Fig. 3 – Pormenor de um friso do retábulo de Nossa Senhora da Piedade da igreja de S. Paulo, Braga (foto do autor).

---

[17] Sílvia, *A Talha Barroca de Lisboa 1670-1720,* p. 464. Sobre a noção de equilíbrio, a autora expõe oito princípios teorizados por Paul N. Hasluck.

[18] DELEUZE, Gilles, *LE PLI,* Paris, Les Éditions de Minuit, 1988, p. 21.

Se estes pormenores talhados em *alto-relevo* podem suscitar a ideia de uma certa **repetição**, isso pode ser mitigado pelo recurso à **alternância**, similar à figura de estilo conhecida por **quiasmo**[19], figura de recurso muito prático na parenética, por exemplo, do Padre António Vieira[20], como se percebe pelos princípios de equilíbrio atrás aludidos. Mas é na zona das mísulas que o protagonismo da folha de acanto mais se nota nos retábulos. A integração, recorte e decisão da massa de folhas é tal que torna invisível o fundo do qual procede, e assim é no retábulo de S. Geraldo. Se é possível assistir à passagem do baixo-relevo da folhagem maneirista para a folhagem em alto-relevo da talha nacional, no retábulo de Santa Gertrudes na igreja do mosteiro de Tibães, assistimos, agora, no retábulo de S. Geraldo, à passagem da talha em alto-relevo das almofadas e dos frisos, para a talha em *ronde bosse* das mísulas do mesmo retábulo. Quem será o entalhador forte e original que se afirma com tal liberdade e perícia?

A representação exibe qualidades que diz muito do carácter e dos propósitos do responsável ou responsáveis pelo desenho da talha e respectiva execução. Que se percebe? Exuberância, força, elegância, alegria, tropicalismo, conhecimento da tradição, erudição e consciência de que se está a inovar. Enumerem-se as marcas principais para aferir o carácter do retábulo e a singularidade da manufatura: a) inflexão, elevação e representação da linha activa da **folha principal nas mísulas**, nos frisos e nas pilastras; b) disposição e representação dos **pássaros** (pombas) nas colunas e demais talha; c) volume, disposição (elegância) dos **meninos** nas almofadas e colunas do retábulo; d) enrolamento das oito volutas e representação dos dois renques de folhas dos **capitéis**.

Nos exemplos da talha do sacrário, das almofadas e das mísulas verificamos que os enrolamentos como que volitam em vários patamares de talha acântica vazada e sobreposta exuberantemente, ausentando-se do fundo (**Figs**. **4** e **5**). Repare-se na linha contínua

---

[19] **Quiasmo**: "figura de repetição que opera a inversão da ordem de dois grupos de palavras, sintaticamente equivalentes. Tudo assenta no cruzamento e na simetria" (COLLARD, Gilbert, *A arte de se exprimir em todas as circunstâncias, o segredo dos oradores*, Lisboa, Editorial Estampa, 199, p. 77).

[20] VIEIRA, Padre António, "Sermão de Santo António, Pregado na Cidade de São Luís do Maranhão, ano de 1654", *in Obra Completa Padre António Vieira*, Tomo II, volume X. Sermões Hagiográficos, Círculo de Leitores, 2014, p. 140: *A vós criou* ***primeiro*** *que as aves do ar, a vós* ***primeiro*** *que os animais da terra, e a vós* ***primeiro*** *que ao mesmo homem* (negrito do autor).

em relevo que acompanha longitudinalmente a folha de acanto na sua inflexão em espiral: essa não é uma mera linha longitudinal executada por um **esgachibi** ou **goiva** crespa: a sua metamorfose é, sim, iniciada por um desses instrumentos, mas a partir do qual é criado uma espécie de socalco que confere vigor e decisão à curvatura. Repare-se nas formas de acompanhamento constituídas pelas folhas secundárias: a **folha secundária interior** toca tangencialmente o desenvolvimento máximo da folha principal. A talha, neste momento, constitui a própria estrutura de suporte da coluna.

É comum referirem-se as aves fénix e águias na talha de estilo nacional, mas raramente a referência a **pombas**. A pomba vai aparecendo de asas abertas nos dosséis dos púlpitos, indicando uma **presença**: a do Espírito Santo. Nas colunas e demais talha, a pomba vai debicando sementes, amoras ou framboesas, conferindo ao conjunto leveza e graça. A pomba, que muitas vezes substitui os meninos na estrutura helicoidal das colunas, simboliza o anúncio da Boa Nova evangélica: é a mesma do versículo 11 do Livro *Génesis,* quando Noé fica a saber que "as águas tinham minguado sobre a terra". Nem as águias nem as fénix debicam sementes, amoras, ou framboesas. A pomba talhada neste sacrário apresenta uma plumagem quase lisa, mas o resultado é elegante, decidido, e de volume proporcional à gordura das folhas.

As figuras dos **meninos** deste retábulo mimetizam meninos de três anos de idade *e transmitem as posturas, as brincadeiras e a galhardia próprias da infância*[21]. Repare-se na graça e elegância da linha da beleza em "S" da postura do menino magro da **fig. 4**. É um dado de erudição que dá continuidade à mesma beleza percebida nas posturas do *Doríforo* de Policleto e do *David* de Miguel Ângelo.

[21] Sílvia, *A Talha Barroca de Lisboa 1670-1720,* p. 456.

Fig. 4 – Pormenor da talha da parte superior direita do sacrário e seu diálogo com pormenor da talha em *ronde bosse* de almofada do embasamento.

Fig. 5 – Grupo acântico da mísula da coluna, lado do Evangelho (fotografias do autor).

O barroco acena à percepção da fé pelos sentidos. A **fig. 4** com pormenores fortes do retábulo é a evidência disso: a **visão** pelo espectáculo e indicação da beleza na contorção das folhas vazadas em ouro e violeta; a **audição** implícita pelo arrulhar da pomba; o **paladar** sentido pela mesma no acto de debicar sementes; o **aroma** pelas flores de miosótis; o **tacto** pelo poisar das palmas das mãos do menino em pormenores da folha de acanto.

Os **capitéis** são um ponto nuclear na orquestração do retábulo: tire-se-lhe esse ninho de folhas e o conjunto resulta fanado. Percebe-se a altura dos capitéis pelo diâmetro da própria coluna, na base. Esse todo, coluna e capitel, constitui módulo para um princípio de cálculo da geometria retabular. Resultado de uma análise demorada, começamos por perceber que a talha do retábulo não é toda do mesmo escopo. Compare-se a manufactura dos capitéis das colunas dos tramos laterais aos capitéis das colunas mais pequenas e os das pilastras na zona do camarim (**Figs. 6** e **7**). Na verdade, a representação retabular é resultado de um trabalho de parceria. **Os capitéis dos tramos laterais** são de manufactura muito diferente dos **capitéis das pilastras do intradorso do camarim**, e diferentes dos capitéis das pequenas colunas que suportam o friso contínuo que enquadra o túmulo do santo, na parte inferior do mesmo camarim. No capitel da **fig. 6**, repare-se no caule entre duas folhas do renque e que dá origem às duas volutas, na parte superior. O capitel que suporta o tecto sobre o túmulo no **camarim** (**Fig**. 7) é de feição diferente: no lugar do caule apresenta-se um disco

vazado. O relevo do ábaco é apenas sugerido relativamente ao ábaco do outro capitel. A folhagem no renque do capitel da **fig. 6** dobra nas pontas. A do capitel do camarim é a direito.

Fig. 6 – Um dos capitéis dos tramos laterais do retábulo.

Fig. 7 – Capitel da coluna que suporta o tecto do camarim sobre o túmulo de S. Geraldo (fotografias do autor).

Há espécies florais a que os entalhadores recorrem por causa ora da sua simbologia, ora por causa da sua beleza. Não sabemos se um dos tipos representados no retábulo de S. Geraldo, a anémona, o foi por causa da sua simbologia ligada ao martírio de Cristo. Mas sabemos que ao lado dessa, com um número variável de pétalas, aparece uma outra flor, facilmente identificável.

Fig. 8 (esq.) e **9** (dir.) – Miosótis: pormenor do sacrário do retábulo e sua aproximação mimética ao desenho (fotografias do autor).

A flor **miosótis-dos-campos** associada ao que pensávamos ser a amora, mas assim não é. Trata-se da **framboesa** que aparece associada à miosótis nos retábulos portugueses do primeiro quartel do XVIII[22]. São umas flores azuis, de cinco pétalas combinando entre si várias tonalidades. Compare-se outro pormenor do sacrário do retábulo e sua aproximação ao desenho[23].

O luxo da vegetação no barroco indica presença e acontecimento, mas também alegria e exuberância, por causa de uma consciência muito forte de efémero. Se a vegetação da retabulística mimetizava ocorrências bíblicas, também isso acontecia pela representação e pelo delírio de ambiência tropical que tudo influenciava[24]. Há lugar aos paradoxos que se notam na composição fantasiosa de elementos vegetais em certos momentos da retabulística portuguesa, adaptando-se a um girassol, por exemplo, a mesma folhagem de uma roseira, ou de uma cameleira.

No alçado principal do túmulo de S. Geraldo brotam altos-relevos maneiristas cheios de movimento e beleza que dão, por um lado, visibilidade ao milagre do santo e, por outro, confirmam o versículo de Isaías: "No lugar do espinheiro, crescerá a faia, e em lugar da sarça, crescerá a murta [...]".: do mesmo escopo de criatividade resultam frutos de diversas espécies e lugares. De um mesmo ramículo brotam abóboras, figos, uvas, marmelos, romãs e representações híbridas, resultado da fantasia e imaginação do artista. Tudo no mesmo fluxo, tudo influenciado pela irrequietude de um menino a compor os ramos, e pela presença de dois pássaros (pombas?) em voo decidido e contraditório. Uma lógica paradoxal aproxima, ou quer tornar próximo dos homens, o âmbito do impossível.

---

[22] *As pequeníssimas flores do miosótis-dos-campos estão agrupadas em cimeira e têm uma corola azul cujo centro é amarelo [...]. O miosótis-dos-campos é usado na cozinha pelas suas propriedades decorativas e não pelas gustativas. O seu odor repele o verme da framboeseira, portanto, para colher belas* ***framboesas*** *devemos plantar* ***miosótis*** *junto delas!* (Aladjidi, Virginie, *Inventário das Flores*, Matosinhos, Kalandraka Editora Portugal Lda., 2017, estampa 26).

[23] Aladjidi, *Inventário das flores*, estampa 26, fig. 2.

[24] Assim também na música: Vivaldi na ópera *Montezuma*; Jean Philippe Rameau na ópera-ballet *Les Indes Galantes. Les Sauvages*.

Fig. 10 – Alçado principal do túmulo de S. Geraldo (foto do autor).

ESTUDOS COMPARADOS, EM BUSCA DE UMA AUTORIA

Quem será o entalhador forte e original que gizou com tal liberdade e autonomia a representação retabular? Há quatro homens que deixaram obra identificada, retábulos de estilo nacional, do tempo de Dom Rodrigo de Moura Teles, na Sé, a saber: **Francisco Machado** e **Bento Alvarenga da Costa**, com obra no transepto do lado da Epístola. O primeiro com retábulo na Capela de S. Martinho de Dume, que mais tarde foi transferido para o topo do transepto do lado da Epístola (em bom estado de conservação); o segundo, com o retábulo (desaparecido) na Capela de S. Pedro de Rates. Depois aparece-nos outro mestre entalhador, **Luís Vieira da Cruz,** com retábulo na Capela da Santíssima Trindade (também desaparecido), do lado da Epístola. **Miguel Coelho**, mestre entalhador também com obra (desaparecida), mas em capelas das naves laterais da Sé: um retábulo na Capela do Santo Homem Bom (nave do lado do Evangelho); outro na Capela de Nª Senhora do Loreto (nave do lado da Epístola)[25].

Os únicos sinais de barroco nacional na Sé, neste momento, são o retábulo de Francisco Machado no transepto do Evangelho, como já referimos, e o retábulo de Nossa Senhora da Piedade na Capela do mesmo nome, de autor desconhecido.

Rastreamos obra de talha existente em diferentes locais de cada um dos mestres aludidos (mísulas de colunas ou talha de

[25] Rocha, *Manuel Fernandes da Silva*, Porto, Colecção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, 1996, p. 75.

almofadas) comparando-a com os mesmos exemplos de talha do retábulo de S. Geraldo. Registos do carácter da talha:

a) O universo da **folha de acanto:** os enrolamentos vazados e sobrepostos espigam em vários patamares exuberantemente; há uma linha em socalco que confere vigor e decisão à curvatura da folha principal.
b) Aplicação **dos meninos** no universo talhado: os meninos do retábulo de S. Geraldo são carnudos mas não gordos, e são representados a brincar com pormenores ou ramículos de folhas de videira. Apresentam uma estrutura linear em "S".

Miguel Coelho trabalhou em Ponte de Lima, na igreja matriz, no retábulo de Nª Senhora das Dores; trabalhou em Barcelos, no retábulo-mor da igreja do Senhor da Cruz; trabalhou o retábulo-mor da igreja matriz de Ponte da Barca; e, entre muitos outros lugares, trabalhou o retábulo-mor da igreja de S. Vicente, em Braga, obra de 1723. A talha deste mestre entalhador em alto relevo, raramente se apresenta vazada e em *ronde bosse*; a inflexão da folha é maciça e raramente abandona o fundo onde assenta. Não apresenta socalco longitudinal na curvatura da folha principal (**Fig. 11**). Este mestre entalhador tem a mania de povoar os embasamentos, sacrário, colunas e ático dos retábulos dele com muitos meninos um pouco ao acaso, e de disposição estrutural rígida: veja-se o exemplo do retábulo de matriz de Ponte de Lima e este da igreja de S. Vicente:

Fig. 11 – Igreja de S. Vicente, Braga: alçado lateral da mísula da coluna do retábulo-mor, lado do Evangelho (foto do autor).

Pelo exposto, não nos parece que seja deste mestre a responsabilidade da concepção e da manufactura da talha do retábulo de S. Geraldo.

Luís Vieira da Cruz tem obra na igreja de S. Paulo, dos jesuítas, em Braga. É dele o retábulo-mor da igreja (1709), excepto as colunas helicoidais, aproveitadas de um retábulo anterior. É dele o retábulo de Nª Srª da Boa Morte, do lado da Epístola, com ajuste da obra de 1710.

Fig. 12 – Igreja de S. Paulo, Braga: intradorso do retábulo de Nª Sª da Boa Morte (foto do autor).

A talha deste retábulo é maciça e a curvatura das folhas de acanto, em contraponto, estão quase sempre voltadas para o interior, nas almofadas, contrariamente às de S. Geraldo. Talha que não se ausenta do fundo. Repare-se na quase ausência de folhagem na mísula. Se Miguel Coelho povoa os retábulos de meninos, Luís Vieira da Cruz evita a sua representação, talvez porque o resultado como o que está representado nesta mísula tem um quê de maciço e pesado. Ainda estamos longe do tropicalismo, exuberância e leveza da talha do retábulo de S. Geraldo.

A talha de **Francisco Machado**, no retábulo de S. Martinho de Dume (1713), é bem recortada, é alta, com uma noção bem precisa do pormenor e da arte de encadear em grandes espaços. Que se saiba, é o primeiro a modificar as repetições e alternâncias, com as incursões e sobreposições de folhagem, nos frisos. Se nas mísulas de S. Geraldo se dá protagonismo à folhagem, nas de S. Martinho

de Dume, Francisco Machado dá protagonismo ao menino sobre a folhagem, que tenta abarcar o que pode com os braços. Se a folhagem do retábulo de S. Martinho é larga e decidida, não encontramos nela vazados acânticos sobrepostos como se vê na de S. Geraldo. Se a folha secundária interior do primeiro fica aquém do desenvolvimento máximo da folha principal, esta, na talha de S. Geraldo, toca tangencialmente a secundária interior, como foi dito.

Há afinidades, mas a talha de Francisco Machado é muito diferente, até na concepção das almofadas que não se vê na talha do retábulo de S. Geraldo: há quatro centros periféricos, ou seja, quatro anémonas encostadas aos ângulos da almofada que estão talhadas de modo enviesado, como se estivessem em rotação (**Fig.13**):

Fig. 13 – Sé de Braga: retábulo de S. Martinho de Dume, almofada do embasamento (foto do autor).

Bento Alvarenga da Costa trabalhou em muitos retábulos de igrejas da cidade de Braga, hoje, infelizmente, desaparecidos. Que temos para ver? Os dois caixilhos expostos na sacristia da igreja dos Congregados; o retábulo-mor da igreja de S. Bento da Vitória no Porto (ambos de 1699). Faremos uma comparação da talha alta das mísulas da igreja de Santa Maria da Vitória (**Fig. 14**) com a talha do retábulo de S. Geraldo (**Figs. 5 e 15**). Doze a quinze anos separam a concepção e a manufactura destes dois momentos, mas as marcas registadas migraram, ou parece, de um para o outro, como iremos

verificar. Afinidades breves: talha em *ronde bosse* a ausentar-se do fundo; vazados acânticos em vários patamares; a folha secundária interior toca tangencialmente o desenvolvimento máximo da folha principal (ver também **Fig. 5**); repare-se no socalco longitudinal da folha principal que confere vigor e determinação à curvatura. Os graciosos meninos são representados de modo a perceber-se que estão a arranjar a folhagem numa linha estrutural da beleza "S": são de manufactura similar na representação das pernas, dos braços, no movimento da cabeça e no jeito de olhar.

Fig. 14 (esq.) – Pormenor do retábulo da igreja de Santa Maria da Vitória, Porto;

Fig. 15 – pormenor do retábulo da Capela de S. Geraldo (fotos do autor).

Por todas aquelas marcas registadas, quer nos exemplos da direita, quer nos da esquerda, somos levados a concluir que toda a talha do retábulo, exceptuando a do camarim, é da responsabilidade do mestre entalhador **Bento Alvarenga da Costa**.

Há um outro mestre entalhador que, num anterior estudo, foi referido como possível autor do risco do retábulo: **Francisco Pereira de Castro**[26]. Na verdade, foi-nos despertada a atenção deste

[26] Pereira, *A Capela de S. Geraldo da Sé de Braga*, Braga, edição Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 2001, pp.37 e 38. A autora atribui a este mestre entalhador que trabalhara o retábulo das Santas Chagas, confraria do mesmo nome, na capela

mestre entalhador, que seguiremos, mas por causa de aspectos formais que o identificam: a concepção e a manufactura dos **capitéis das pilastras** no intradorso do camarim, e por causa dos **capitéis das pequenas colunas** que suportam o friso contínuo a enquadrar o túmulo do santo, na parte inferior do mesmo. Eles são de concepção muito diferente da representação dos capitéis das grandes colunas nos tramos laterais do retábulo (**Figs. 6** e **7**).

Refira-se, ainda, **uma balaustrada** que protege, e antecede, a presença do túmulo, no retábulo de S. Geraldo. Esta balaustrada de meninos / coluna poderia ter servido de modelo à balaustrada do retábulo-mor da igreja de Balugães, Barcelos.

QUADRO/CAPITÉIS/similitudes e talha de Francisco Pereira de Castro

Camarim: retábulo S. Geraldo	Retábulo Santas Chagas	Retábulos igreja de Balugães
(1)	(2)	(3)

QUADRO – Capitéis do camarim do retábulo de S. Geraldo (**1**); Capitéis do retábulo da Capela das Santas Chagas, igreja da Cividade (**2**); Capitéis de retábulos colaterais da igreja de Balugães, Barcelos (**3**) – (fotografias do autor).

---

de S. Tiago da Cividade, a manufactura do retábulo da Capela de S. Geraldo, mas por razões que não o singularizam. Diz: *É com agrado que nesta obra descobrimos as fénix, os meninos e as flores, desta vez enlaçadas com cachos de uva, jogando com pilastras decoradas com atlantes vestidos de toucados de Índio*. Ora, em todos os retábulos de estilo barroco nacional há meninos, flores, cachos de uva. Por aí não há novidade. Diga-se também que nem em todos os retábulos de estilo barroco nacional há atlantes vestidos de toucados de índio, nem fénix, como não há no exemplo do retábulo que estamos a estudar. Seguiremos este mestre entalhador no referido retábulo das Santas Chagas e no retábulo-mor da igreja de Balugães, Barcelos.

Que há de comum nos capitéis das pilastras no camarim de S. Geraldo, Santas Chagas e retábulos da igreja de Balugães? Três aspectos: *a)* As flores entre os renques de folhas e as volutas representam-se com uma certa centralidade e protagonismo: no primeiro caso detectamos três flores de cinco pétalas; no segundo cinco; no terceiro, uma que abrevia os procedimentos anteriores; *b)* A folhagem do renque de folhas dos capitéis das pilastras é larga e tende a afastar-se do centro; *c)* orientação das volutas são marcas registadas do mestre entalhador Francisco Pereira de Castro: nos três capitéis das pilastras (parte superior do Quadro) **as volutas enrolam para cima**, não para baixo, como é natural e normal acontecer em tais representações formais.

Os capitéis dos tramos do retábulo de S. Geraldo são diferentes dos mais pequenos, no camarim, como já tínhamos referido (**Figs**. **6** e **7**): o ramículo que dá origem às duas volutas nos tramos de S. Geraldo é substituído por discos perfurados, nos retábulos do camarim (**1**), e assim em Santas Chagas (**2**), e Balugães (**3**), embora neste caso o registo não seja muito visível por causa de reabilitações selvagens, nos finais dos anos oitenta, por pintores de Braga. O ábaco também é semelhante: molduras pouco pronunciadas, especialmente em S. Geraldo e Santas Chagas.

CONCLUSÃO

Apresentamos três variantes lineares sobre uma fotografia do retábulo, de 1903, resultantes de frequências de medições que constituem módulos para calcular as dimensões do retábulo. Assim, **o comprimento** do túmulo serviu para calcular os tramos laterais; **a altura** do mesmo para calcular o espaço entre as colunas, o entablamento e o embasamento; **as verticais** que passam pelo centro das colunas serviram para ritmar a largura do retábulo em cinco partes, mais o cálculo do ático onde se percebe a **arte de encadear** na ligação de quatro das verticais com os ressaltos dos ornatos do tecto.

Procedemos a uma projecção vertical em *autocad* do retábulo, e respectiva planta, para dar a perceber o trabalho de carpinteiros ensambladores, no momento imediatamente antes de a obra ser entregue à equipa de entalhadores.

Identificamos, pela primeira vez, o nome de pequenas flores de cinco pétalas com propriedades decorativas, a **miosótis**, que aparece junto a framboesas.

Rastreamos a obra de talha existente em diferentes locais de cada um dos mestres que trabalharam na Sé de Braga, no tempo de Dom Rodrigo, comparando-a com os mesmos exemplos de talha do retábulo de S. Geraldo. Pelas analogias detetadas, podemos dizer, agora, que o retábulo de S. Geraldo na Capela com o mesmo nome, Sé de Braga, foi objeto de um trabalho de parceria: **Bento Alvarenga da Costa** concebeu e trabalhou a obra de talha do ático, tramos laterais e embasamento. **Francisco Pereira de Castro** foi o responsável pela manufactura da talha do camarim.

GLOSSÁRIO

Aduela: 1. Reforço de madeira talhada em linha recta que unifica e "ata" os arcos concêntricos abaulados do ático: cinco linhas rectas que correspondem a cinco **aduelas radiais** no ático do retábulo, com o foco no centro da linha superior do entablamento. 2. Reforço de madeira que "ata" o madeirame de um nicho. 3. Tabuado que constitui os painéis que envolvem as colunas de um retábulo.

Agraffes: motivos de talha que estabelecem ligações nos segmentos retabulares, de baixo para cima. A ligação corpo do retábulo/ático é feita por *agraffes* na cornija do entablamento. Os agraffes funcionam como conjunções entre os elementos.

Cartão: filete encurvado, terminando muitas vezes em voluta, servindo de encosto e fundamento ao desenrolar da folhagem e concharias.

Esgachibi: instrumento de trabalho do entalhador de chanfre, corte ou fio em "V", também denominado buril, para rasgar a madeira em linha contínua, como se de um arado se tratasse.

Folha principal: folha de acanto alta que ora encurva para o lado esquerdo ora para o lado direito do friso ou almofada. Este elemento decorativo é ladeado por outras pequenas folhas do lado de dentro e do lado de fora da que encurva, ditas secundárias.

Folhas secundárias: são folhas que ladeiam a folha principal do acanto: as folhas secundárias que tendem a encostar-se ao desenvolvimento da folha principal dizem-se **folhas secundárias interiores**; as que ladeiam a folha principal do lado de fora e que tendem a desviar-se da mesma, dizem-se **folhas secundárias exteriores**.

Formas de acompanhamento: o mesmo que folhas secundárias, no barroco nacional.

Linha activa: trata-se de uma forma de inflexão livre ou pré-determinada como o é a folha de acanto principal nas formas do barroco nacional.

Goivas: conjunto de ferros de entalhador de chanfre ou bisel, ora convexo, ora côncavo, apresentando cortes de variadíssimos tamanhos e aberturas.

AGRADECIMENTOS

À Paula Costa pela fixação de três variantes lineares sobre uma fotografia do retábulo.

À técnica superiora Fernanda Barbosa.

À Maria José pela revisão do texto.

Ao mestre marceneiro Manuel Pinheiro Gonçalves, pela aferição de cotas das diversas partes do retábulo e constituição da projecção vertical do mesmo em autocad com a respectiva planta.

BIBLIOGRAFIA

Aladjidi, Virginie, *Inventário das Flores*, Matosinhos, Kalandraka Editora Portugal Lda.

Deleuze, Gilles, *LE PLI,* Paris, Les Éditions de Minuit, 1988.

Gomes, José Vieira, *A Talha e a Arte de Entalhar*, Porto, dissertação de mestrado policopiada, 2005.

Lameira, Francisco, *O Retábulo em Portugal, das origens ao declínio,* Évora, Promontória Monográfica História da Arte, vol.1, 2005.

Lameira, Francisco, *Retábulos Relicários*, Évora, Promontória Monográfica, vol. 13, 2016.

Oliveira, Eduardo Pires, "Os grandes ciclos de obras na Sé de Braga", in *Mínia*, números 8-9, 2000-2001.

Oliveira, Eduardo Pires de, *A Sé de Braga e Dom Rodrigo de Moura Teles (1704-1728),* Braga, Museu Nogueira da Silva, 1996.

Pereira, Ana Maria M. de Sousa Pereira, *A Capela de S. Geraldo da Sé de Braga*, Braga, 2001.

Rocha, Manuel Joaquim Moreira da, *Manuel Fernandes da Silva, mestre arquicteto de Braga,1693 / 1751*, Porto, Colecção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1996.

Smith, Robert, *A Casa da Câmara de Braga (1753-1756),* Braga, 1968.

VIEIRA, Padre António, "Sermão de Santo António, Pregado na Cidade de São Luís do Maranhão, ano de 1654", in *Obra Completa Padre António Vieira*, Tomo II, volume X,. Sermões Hagiográficos, Círculo de Leitores, 2014.

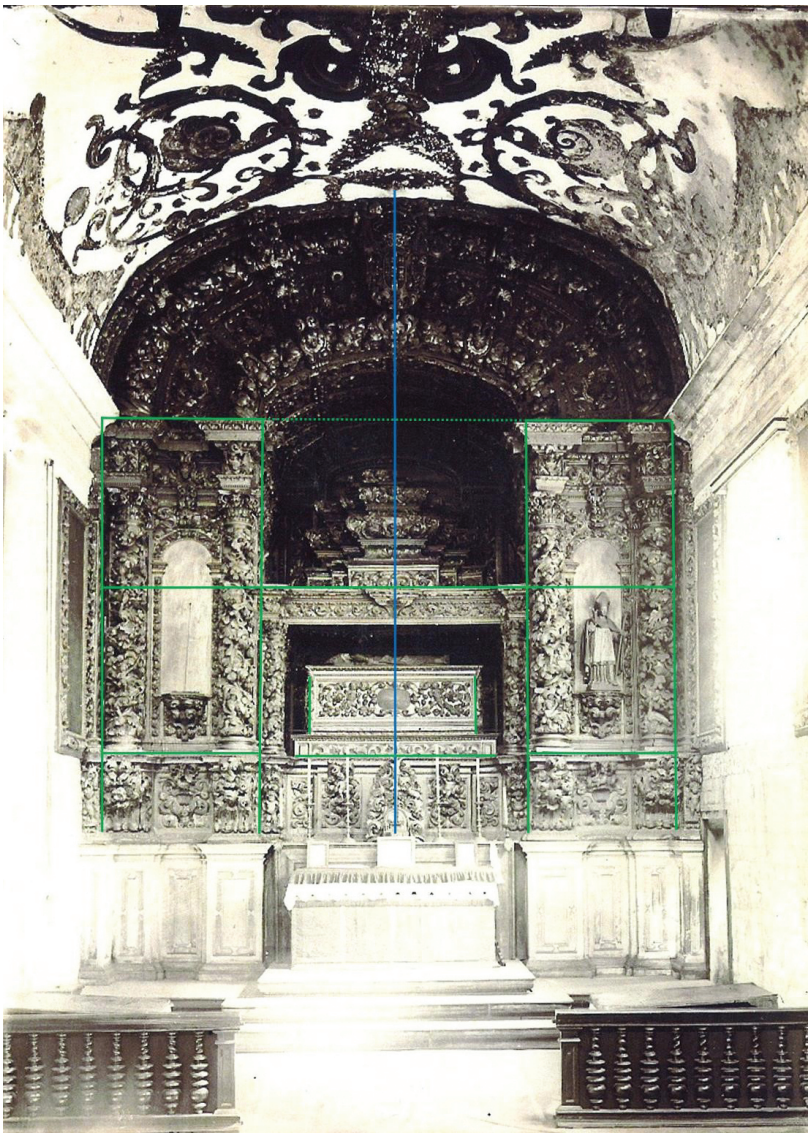


Fig. 16 – Retábulo de S. Geraldo (inserção do esquema geométrico de Paula Costa). (Fotografia de Manuel Carneiro; Cerca de 1903)[27]

[27] Oliveira, Eduardo Pires de, *A Sé de Braga e Dom Rodrigo de Moura Teles (1704--1728),* Braga, Museu Nogueira da Silva, 1996, p.99. Recuperamos esta fotografia porque nos dá uma leitura mais completa do interior da Capela, e onde podemos perceber o encadeamento estilístico do retábulo de madeira e a pintura do tecto.

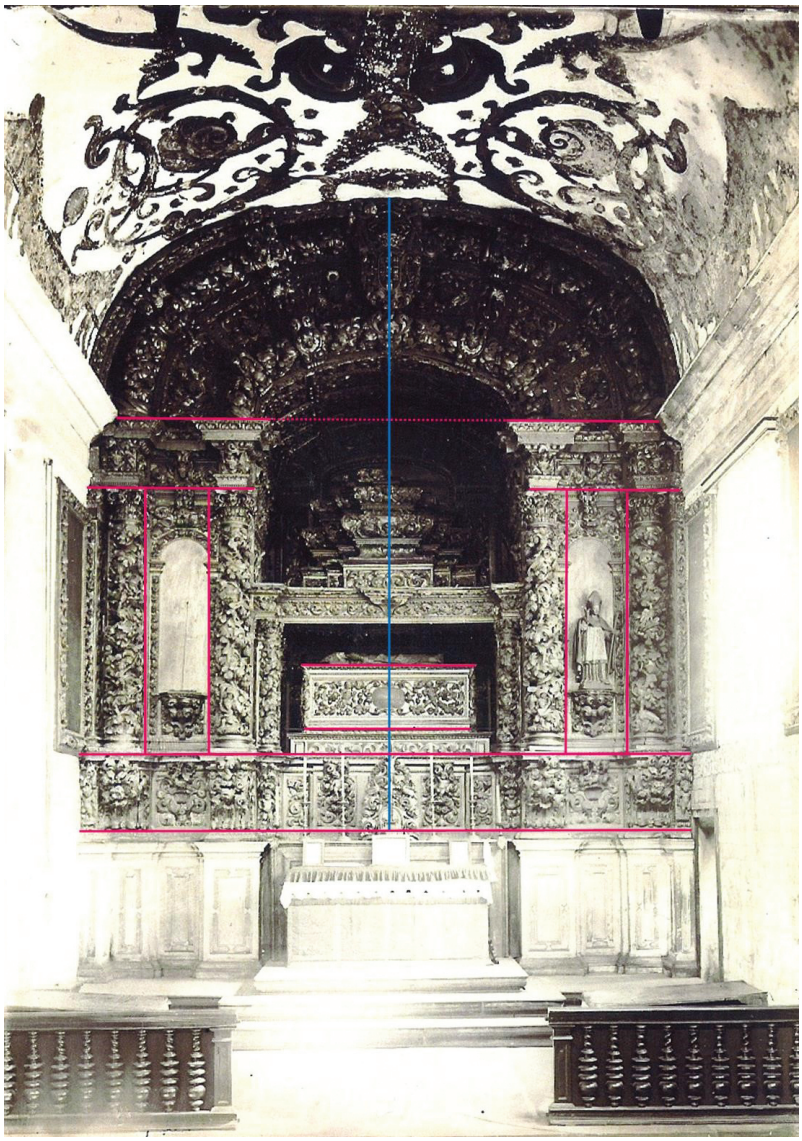


Fig. 17 – Retábulo de S. Geraldo (inserção do esquema geométrico de Paula Costa). (Fotografia de Manuel Carneiro; Cerca de 1903)

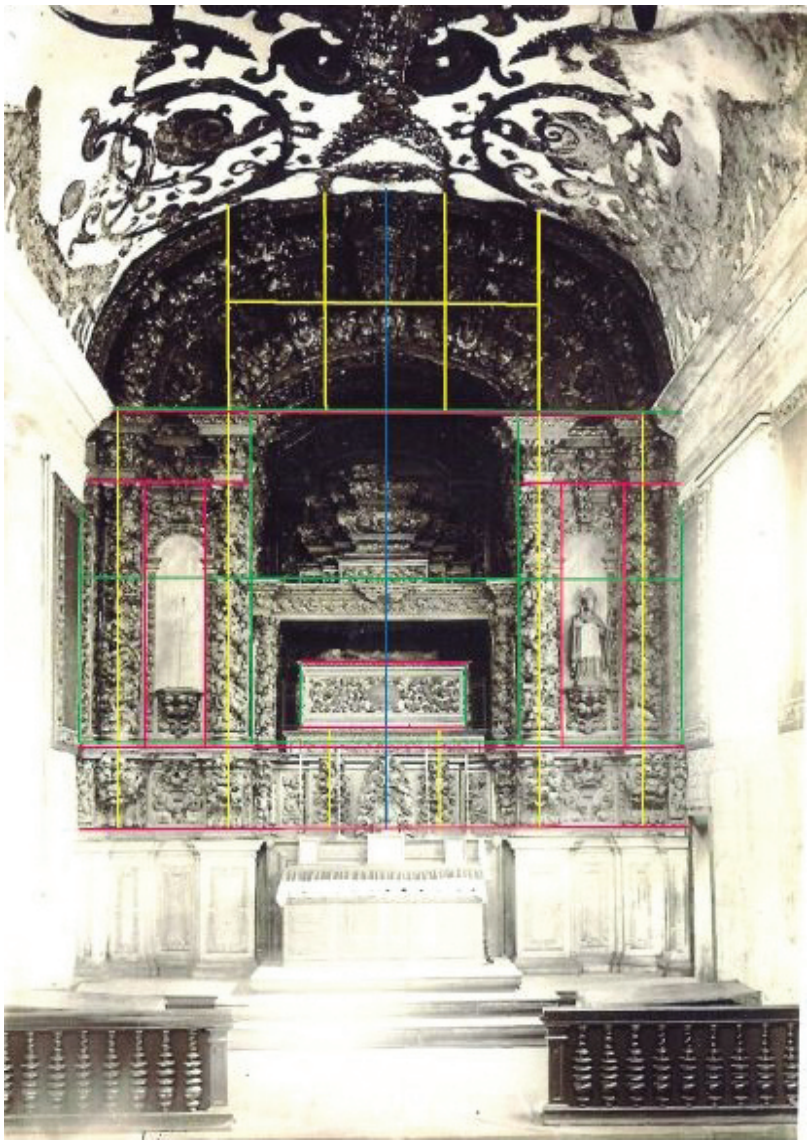


Fig. 18 – Retábulo de S. Geraldo (inserção do esquema geométrico de Paula Costa). (Fotografia de Manuel Carneiro; Cerca de 1903)

Elementos iconográficos da talha dos órgãos da Sé Primaz

ASSUNÇÃO PINHEIRO CHAGAS

Resumo

O Coro-Alto da Sé de Braga foi construído entre os anos de 1735 e 1739, durante o período de Sé Vacante, no reinado de D. João V. Trata-se de um exemplar do Barroco joanino, incorporado num edifício com mais de mil anos, onde se identificam as intervenções dos vários períodos da História Ocidental. A cidade evoluiu e com ela a Sé de Braga modificou-se.

O Período Barroco foi talvez, em termos das artes decorativas, o momento mais importante na História da Arte da Sé. Não só por ser o mais evidente nos dias de hoje, como também pelos artistas que realizaram peças ímpares, como foi o caso de Marceliano de Araújo. Cadeiral, Zimbório, Órgãos e Pinturas de tectos são os elementos que constituem o Coro-Alto da Sé de Braga, demonstrando as melhores técnicas da ate da mecânica, da talha e da pintura barroca. Este ambicioso projecto foi encomendado pelo cabido e idealizado pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles.

Palavras-chave: Coro-Alto da Sé de Braga, Talha Dourada da Sé de Braga, Marceliano de Araújo, Órgãos da Sé de Braga.

Abstract

The Braga`s Cathedral High Choir was built between 1735 and 1739, during the vacant period in the João V reign. This is a joanino Baroque piece, living in a millennial building. In it we identify the several transformations that happened with the Occidental History periods. So, the city developed such as the Cathedral.

The decorative arts of the Baroque Period that we see in the Cathedral, were, perhaps, the most important moment of the Art

History made in the building. It seems so, not just because it is the one with more visibility, made by uncommon artists, such it is the case of Marceliano de Araújo. The High Choir Stall is made by a Choir Stall, two Organs, a Dome and by a Ceiling Paintings. They are the testimony of great art and mechanic technics in the carving and painting works. This ambitious project was order by the chapter and idealized by the archbishop Rodrigo de Moura Teles.

Keywords: *High Choir, Gold carving in Braga Cathedral, Marceliano de Araújo, Organs of Braga Cathedral.*

No século XVIII o Porto viveu dois acontecimentos que determinaram e vincularam a criação artística no Norte de Portugal: primeiramente, a vinda de Nicolau Nasoni para a cidade, em 1725; em segundo, a reintrodução em força das madeiras entalhadas, que influenciaram a decoração de várias igrejas, altares, coros--altos, sacristias e outros locais dos edifícios religiosos.

Um dos aspectos que define a talha bracarense é íntima ligação às formas arquitectónicas. É uma linguagem harmoniosa e muito típica do Porto, levada para outras cidades, como Braga, pelos discípulos do arquitecto italiano, e onde também se foram desenvolvendo nas mãos de Marceliano de Araújo.

É no Barroco do reinado de D. João V (1706-1750) que a talha adquire resultados notáveis, prosseguidas no Rococó. A utilização de arcos concêntricos, tão difundida no ciclo anterior do chamado estilo nacional, é substituída pelas volutas verticais, nichos entre colunas dos retábulos com imagens de expressões bastante teatrais, angélicas e alegóricas. O uso decorativo das conchas ondulantes, de anjos meninos com cabelo crespo e sorridentes, são aspectos que apareceram na talha do século XVIII, em muitos casos, abundantemente trabalhados pelos entalhadores nomeadamente, um toque pessoal de cúpulas e sanefas para coroar nichos e remates, inteiramente de madeira.

Braga ganhou bastante com a experiência adquirida pelas oficinas portuenses entre o final do século XVII e o princípio do século XVIII. Os artistas que estiveram ao serviço do cabido do Porto, no período de Sé Vacante (1717-1741), tiveram a oportunidade de trabalhar mais tarde para o cabido de Braga, também em período Vacante (1728-1741). Tal veio a ditar o desenvolvimento das técnicas da escola de talha do Porto, como se verifica nos

trabalhos de Marceliano de Araújo e de Miguel Francisco da Silva: estes dois artistas executaram encomendas previamente delineadas pelo encomendante, mas acrescentando um novo traço e novos aspectos, que não haviam utilizado anteriormente.

A arquidiocese de Braga explorou as possibilidades da estética barroca na sua Sé durante grande parte do século XVIII, permitindo assim, aos seus artistas, a execução de trabalhos cada vez mais complexos, inovadores e únicos. Se compararmos o trabalho de Marceliano de Araújo na Sé do Porto com o da Sé de Braga, podemos verificar que o mestre entalhador, tende a "exagerar" no número de figuras e de pormenores decorativos, como se a talha trabalhada fosse lavrada sem deixar um pedaço de madeira lisa, mostrando-se, por isso, totalmente ornamentada.

Marceliano de Araújo foi um dos principais responsáveis pelos trabalhos executados no coro-alto da Sé de Braga. Sobre ele, sabemos que foi casado e muito possivelmente natural de Braga, devido aos vários registos, nomeadamente o seu registo de nascimento na freguesia de Santa Maria de Aveleda, datado de 1690. Residiu na Rua das Cónegas, nas traseiras da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo. Tratava-se de uma zona residencial, ocupada maioritariamente por entalhadores e ensambladores, tanto que, quando era necessário o empréstimo de determinadas quantias, as testemunhas, asseguradores e fiadores de dívida, eram vizinhos com os mesmos ofícios.[1] Faleceu a 10 de Março de 1769 na cidade que possivelmente o viu nascer e tornar-se um dos mais célebres executantes de talha. A partir dos anos vinte de Setecentos, o nome de Marceliano é encontrado em inúmeros contratos como fiador e pagador. Conhecido pela invulgar capacidade inventiva, Marceliano de Araújo executou os seus trabalhos em talha com uma grande densidade decorativa, harmonizada pelo sentido cenográfico do conjunto, de que são exemplo os retábulos-mor e colaterais da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Braga (fig.1), de 1734 a 1739.[2]

As suas obras foram, destinadas principalmente ao Norte, destacando-se no Porto o seu primeiro grande trabalho, elaborado

---

1 Robert Smith, *Marceliano de Araújo escultor bracarense,* Porto, Edições Nelita, 1970, p. 14.

2 Natália F. Alves, "Pintura, talha e escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal", *Revista da Faculdade de Letras.* Ciências e Técnicas do Património, Porto 2003, p. 746

em parceria com o mestre Gabriel Rodrigues, de Landim.[3] A ele fora confiada o cadeiral do coro-alto de São Bento da Vitória (fig.2), do Porto, tendo escolhido Marceliano de Araújo para, durante o mesmo período (1716 a 1719), realizar os trinta e seis painéis de escultura em relevo e uma imagem de Nossa Senhora e uma glória, tudo dedicado à vida de São Bento. De sua possível autoria é também o púlpito do antigo Convento do Salvador, em Braga, datado entre 1720 e 1730, totalmente constituído por talha dourada e policromada, minuciosamente trabalhada.

Na década de 1730 iniciou-se o segundo momento de relevância artística documentada na vida do entalhador. Começou esta década com os três retábulos para a igreja da Santa Casa da Misericórdia de Braga, juntamente com outros trabalhos de menor importância. Estes retábulos demoraram quase dez anos a serem concluídos, tanto que, segundo o contrato celebrado entre 1734 e 1739, o mestre entalhador residia numa zona diferente, na Rua de Santo André de Quinteiro, chegando a ocupar-se de um segundo trabalho em simultâneo – a talha das caixas dos órgãos da Sé de Braga, executados a partir de 1737, algo que não era usual.

Após uma década de produção intensa, seguiu-se uma outra de menor actividade (a dos anos de 1740), pelo menos segundo a documentação existente.[4] A ela correspondem, como únicos trabalhos relevantes e de datação incerta, o púlpito da Capela da Penha (fig. 3), e o chafariz do Pelicano, de 1745-50, mandado executar para o jardim do Paço Arquiepiscopal, actual Praça do Município, sempre em Braga.[5]

Reaparecido em força durante toda a década de 1750, teve um papel fundamental como mesário da irmandade de Santa Maria Madalena do Monte de Falperra. Em 17 de Abril de 1753, Marceliano de Araújo foi contratado para modernizar o retábulo da capela do Arcebispo Primaz, comprado pela irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres, do colégio de São Paulo dos Jesuítas. De acordo com o contrato, estava incumbido de modernizar o retábulo, acrescentando-lhe motivos decorativos rococó a partir dos desenhos efectuados por André Soares.

---

[3] R. Smith, 1970, p. 13.
[4] Ibidem, p. 15.
[5] Idem, pp. 61-62.

De 1757 a 1759, o mestre entalhador e escultor associou-se à Confraria do Bom Jesus do Monte, executando, anos mais tarde, trabalhos na capela das Almas na freguesia de Santa Maria de Aveleda. A sua última obra documentada data de 1758, quando o mestre arrematou dois anjos e peanhas para a capela-mor da igreja de São Vicente em Braga.[6] Existem, ainda, algumas peças que lhe foram atribuídas por Robert Smith, mas de cronologia incerta, nomeadamente desenhos e retábulos para algumas igrejas bracarenses.

A concepção da talha dependia da inspiração e das fontes à disposição do entalhador – figuras e registos de santos, de gravuras avulsas ou de documentos escritos explicativos, entre outros. Por vezes, o cliente, no caso de conhecer o trabalho do entalhador, poderia encomendar uma peça análoga a trabalhos anteriores do mestre. As encomendas requeriam um processo um tanto demorado e bastante rigoroso, constituído por várias etapas durante a sua realização. Uma vez definido o projecto, o artista poderia escolher a madeira. Mas era necessário ter em conta a sua qualidade, uma vez que deveria ter as características necessárias para uma aplicação da folha de ouro perfeita, ou seja, deveria tratar-se de uma madeira bem seca, sem rachaduras e com a superfície bem lixada. A colocação da peça entalhada cabia ao ensamblador, recebendo, por fim, o douramento. A fase do douramento era considerada a que mais tempo levava ao artista, devido ao seu custo e minúcia. Eram contratados mestres bate-folhas para que os douradores executassem o seu trabalho. No século XVIII, a folha de ouro deveria ter "entre vinte a vinte e quatro quilates"[7], para ser admitida como produto da maior qualidade. Depois da colocação das folhas de ouro, era necessário executar a fase da brunidura, ou seja, o polimento das áreas mais frágeis, obtendo, como resultado final, ouro brunido. Para finalizar o trabalho, envernizava-se toda a área dourada. Os únicos locais que não levavam douramento, eram, por norma, os destinados à policromia, nomeadamente as figuras (vestes, cabelos e rostos) e pequenos remates sem qualquer tipo de iconografia, que, no entanto, davam a todo o conjunto um certo jogo de cores entre o policromado e o amarelo do ouro, executado também pelos douradores, muitas

---

6 Idem, pp. 15-16.
7 Ibidem, p. 33.

vezes referidos como pintores-douradores. A dificuldade desta última fase é comprovada pela rigidez das cláusulas acordadas nos contratos e o facto de o entalhador não poder encarregar-se de outras solicitações – nem poder abandonar o local até ao final da obra – de modo a não dar margem para falhas.

A talha que Marceliano de Araújo executa, desenvolveu-se a partir de duas vertentes artísticas: a vertente artística nacional e a vertente artística joanina. O estilo nacional, inspirado nos portais românicos dos edifícios religiosos do Norte, com "colunas torsas ou pseudo-salomónicas, cujos fustes espiralados recebem uma decoração cuja temática se reveste de uma simbologia riquíssima, onde se associam meninos, pássaros (...) e cachos de uvas que surgem entre as folhas de videira".[8] No que toca à vertente artística joanina, ela impõem-se numa fase mais adiantada do reinado de D. João V, influenciada pela morfologia do Barroco Romano, inovando com novos valores estéticos e uma linguagem cenográfica modernizada. A concepção da representação cenográfica é, talvez, o elemento estrutural de toda esta corrente artística, onde figuras e outros elementos iconográficos são representados com elegância e movimento, e a representação das colunas salomónicas realizada segundo os modelos de Bernini, e bem visível nos trabalhos de Marceliano de Araújo. Os olhos do espectador cansam-se com a profusão de tantos motivos expostos de forma inovadora, uma grande diversidade de ornatos: grinaldas, festões, volutas, palmas, conchas, jarras de flores, cabeças de anjos e cartelas com diversos formatos e o movimento cenográfico da estrutura do retábulo, um espaço teatral que inscreve imagens de santos em pequenos nichos, num cenário decorado por cortinas encarnadas.

Como já foi referido, eram necessárias várias etapas para a realização de uma obra de talha. A contratação do artista – neste caso Marceliano de Araújo e de Miguel Francisco da Silva – processava-se mediante um documento notarial, em que estes necessitavam de um fiador que salvaguardaria ambas as partes, a partir de normas minuciosamente escritas. Os artistas eram pagos num total de três prestações, de acordo com as três fases do trabalho – o momento em que se assinam os contratos, o período intermé-

---

[8] Natália F. Alves, *A escola de talha portuense e a sua influência no Norte de Portugal*, Lisboa, Edições Inapa, SA 2001, p. 36.

dio em que se verifica o andamento da obra e o terceiro momento, em que se dava como terminada a encomenda e se realizava uma vistoria final.[9] Na maioria dos casos, os clientes eram obrigados a alojar e alimentar os artistas, quando tinham de se deslocar da sua zona residencial.

Após a realização do contrato com Marceliano de Araújo, já na fase do douramento, foi necessário efectuar um outro que assegurava a qualidade do trabalho realizado pelo dourador. Em circunstâncias idênticas, os dois artistas eram, por norma, fiadores um do outro, uma vez que o êxito dos seus trabalhos estava dependente do serviço de ambos.[10]

Os órgãos que hoje suscitam a nossa admiração foram construídos entre os anos de 1737 e 1738 por Simón Fontanes e forrados com talha dourada e policromada por Marceliano de Araújo (fig.4). É necessário recordar que se deve a Robert Smith o grande mérito de ter chamado a atenção sobre a talha portuguesa setecentista, onde se inseriram os primeiros estudos sobre o Coro-Alto da Sé de Braga. Em relação ao projecto da construção destes órgãos e das suas caixas, é nestes termos que o historiador americano avalia os factos:

"foi este um dos mais ambiciosos empreendimentos jamais levados a cabo na história da talha portuguesa, no qual o marcado talento dramático do escultor teve a mais ampla brilhante expressão. As caixas são uma das grandes manifestações da escultura decorativa portuguesa (...). Dada a sua grande importância estética e histórica, é portanto extremamente afortunado que esta majestosa massa de talha conseguisse manter-se até agora quase inteiramente intacta, formando com o contíguo cadeiral do coro um conjunto de deslumbrante luxo e imponência, com poucos rivais no mundo da escultura em madeira.".[11]

A construção dos órgãos e do cadeiral inseriu-se numa campanha de renovação de aspectos exteriores e interiores da Sé, iniciada pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) e continuada pelo cabido durante o período da Sé Vacante, abrangendo os anos de 1728 a 1741, algo que, como já foi referido, sucedera com alguns anos em simultâneo na Sé do Porto.

---

9 Idem, p. 28.
10 Idem, p. 29.
11 R. Smith, 1970, p. 39.

Durante o subsequente período de Sé Vacante, o cabido empenhou-se, em reunião capitular a 7 de Novembro de 1733, no ambicioso projecto de substituição do cadeiral e dos órgãos que viriam a ser integrados no magnífico conjunto que é hoje o Coro-Alto. Para tal, assegurou a orientação do mestre organeiro Simón Fontanes para a construção dos órgãos e contratou, para a criação das suas caixas o mestre entalhador Marceliano de Araújo. As caixas foram pintadas e douradas por Manuel Furtado de Mendonça e eventualmente desenhadas por Ricardo da Rocha – autor dos desenhos dos retábulos da Misericórdia e do Mapa das Ruas de Braga.[12] A 19 de Agosto de 1737, fechou-se o contrato com Miguel Francisco da Silva para a instalação do novo cadeiral.[13] A partir da análise de todos os contratos disponíveis, torna-se evidente que a vontade do cabido, na sua qualidade de "juiz superintendente da Casa do despacho",[14] era encarregar o ex-secretário do falecido arcebispo, cónego Rafael Alvarez da Costa como responsável e supervisor dos trabalhos desta grande obra.

Neste conjunto de documentos encontram-se reunidas folhas de pagamentos, recibos de materiais e ferramentas entregues aos artesãos, assim como informações e escrituras relativas aos anos entre 1737 e 1739, ou seja, à fase de fabrico dos órgãos e do cadeiral. Do período anterior sabemos que, após a já mencionada decisão capitular de 1733, os preparativos decorreram com normalidade, atingindo o seu primeiro ponto marcante a 3 de Junho de 1735 com a assinatura do *Contrato da obra do zimbório para o novo órgão da Santa See desta cidade, que deu o Illm.º Cabbido ao mestre Pedro Joseph Ribeiro e Andrade Lopes.*[15] O conteúdo deste contrato dá a entender que os mestres organeiro e entalhador já tinham apresentado as suas ideias relativamente à ocupação e à necessidade de espaços. Devido à falta dos contratos destes dois artistas, foi difícil averiguar qual terá sido, nessa fase, o seu relacionamento, em termos de criação de um projecto comum ou da execução dos próprios desenhos das fachadas, bem como do resto das caixas.[16]

---

[12] E. Pires de Oliveira, *Riscar, em Braga, no século XVIII e outros ensaios*, Braga, Edições APPACDM 2001, p. 68.
[13] G. Doderer, *Os Órgãos da Sé Catedral de Braga*, s. l., Edições Barclays 1994, p. 8.
[14] Ibidem, p. 8.
[15] G. Doderer, 1994, p. 9.
[16] Ibidem, p. 9.

Os únicos contratos existentes de todo o projecto do Coro-Alto, são os ligados ao fornecimento do ouro para o douramento do conjunto das caixas dos órgãos,[17] assim como o contrato para a execução do cadeiral, ao todo, quatro acordos.

A partir das contas constantes nos contratos, é possível identificar quais os artesãos que trabalhavam nestas obras e quanto é que cada um recebia de salário. Assim, podemos determinar quantos homens trabalhavam para cada um dos mestres: até ao dia 14 de Março de 1739, o mestre pintor-dourador Manuel Furtado de Mendonça tinha a seu cargo o trabalho de dez homens; para a realização dos órgãos, o organeiro Simón Fontanes teve à sua disposição durante os anos de 1737 a 1739, sete homens vindos da Galiza;[18] em relação aos mestres entalhadores Marceliano de Araújo e Miguel Francisco da Silva, terão sido mais de dez.

Segundo os contratos percebemos que todos os trabalhadores eram pagos através das rendas da Mitra. Infelizmente, uma vez que não dispomos do contrato celebrado com Marceliano de Araújo, não conhecemos o valor que recebeu pela sua obra. No entanto, sabe-se que Miguel Francisco da Silva recebeu três contos de réis, pagos em quatro prestações, pela realização de cinquenta e uma cadeiras, duas frestas para os cortinados das janelas, outras dez para as laterais, pelo soalho sobre as cadeiras, por dois bancos para os meninos do coro e duas portas.

À inspiração e técnica de Marceliano de Araújo, ficou a dever-se a minuciosa talha que não poupa pormenores da expressão barroca do joanino português que encontramos nas caixas dos grandes órgãos. O descontrolo visual perante a harmonia entre a pintura e o douramento, deve-se somente a Manuel Furtado de Mendonça, pintor ainda hoje não devidamente estudado, nem visto como um artista do Barroco de grande mérito.

O Órgão do lado do Evangelho (fig.6) é o mais complexo órgão positivo de costas do País, sendo constituído por dois teclados, uma caixa de eco, pedais, tambores e alguns outros acessórios. Os registos deste tipo de instrumentos não apresentam transmissão própria, por isso, recebem o ar a partir de condutas derivadas do someiro do Órgão de Eco. O instrumento do lado da

---

[17] Extensivas, talvez, também ao douramento dos espaldares do cadeiral, o que ainda não foi confirmar.

[18] Idem, pp. 13-15.

Epístola (fig.7) é composto por um só teclado, não possuindo pedais nem tubos no interior da sua caixa. Tudo indica que Simón Fontanes dimensionou os dois instrumentos de forma diferente, apesar das caixas, tubos e fachadas serem idênticas, e por conseguinte, a sua sonoridade.

A base dos órgãos inicia-se nos quatro pilares do segundo tramo, com a criação de três rostos fantásticos de talha dourada. Assim, cada base de cada órgão é constituída por dois conjuntos de três rostos fantásticos. Os rostos das imagens femininas são idênticos em dois pilares e com pequenas diferenças nos restantes, enquanto as imagens masculinas são todas diferentes. Os rostos que se encontram nos pilares entre o primeiro e o segundo tramo são constituídos por duas imagens femininas, cobertas por uma espécie de manto e nós na zona das orelhas. Sobre a cabeça, apresentam uma jóia que prende o manto a um tipo de ornamento que aparenta ser constituído por folhas de acanto, associadas à pureza e imortalidade (fig. 8 & 9), sendo que os aspectos que as distinguem das imagens femininas dos dois pilares seguintes são o nariz e o sorriso (fig. 10 & 11). A imagem central nos quatro pilares é a que se destaca em todo o conjunto, pelas pequenas diferenças que apresentam.

No pilar entre o primeiro e o segundo tramo do lado do Evangelho, a imagem masculina mostra barba grossa terminando em três nós e narigudo (fig 12). A partir de uma imagem de perfil, este rosto aparenta dar um grande grito; no entanto, visto de frente, parece ter a boca meio fechada, com um ar carrancudo e o nariz deixa de parecer grande. A sua cabeça é ornamentada com um tipo de concheado, fazendo lembrar os chapéus de capitão da marinha do século XVIII, que aliás, se encontra nas quatro imagens masculinas.

No pilar em frente, a imagem masculina diferencia-se pela barba também grossa, mas executada com duas pontas em forma de canudos, assim como o bigode e também pela sua postura melancólica com um leve sorriso, que numa imagem em perfil aparenta estar a cantar (fig.13) No pilar que divide o primeiro do segundo tramo, já do lado do órgão da Epístola, a representação masculina destaca-se pela barba grossa cruzada, que não se distingue do bigode (fig.14). Por fim, a imagem fantástica no pilar em frente, apresenta-se como a mais sorridente. É, aliás, a única sem bigode e a sua barba encaracolada é dividida em quatro pontas

(fig.15). Com a análise desta parte de talha da base dos órgãos, podemos verificar que as imagens masculinas, a partir das suas barbas, aparentam estar numeradas.

Segue-se, ainda na base dos órgãos, um cordão cilíndrico com dois pequenos apontamentos geométricos. Sob esse cordão encontra-se uma mísula constituída por uma decoração não muito minuciosa – pequenos apontamentos de decoração vegetalista e linhas que se encaracolam no final, bem ao gosto barroco (fig.16). Sobre cada uma das quatro espécies de mísulas pousam as cabeças de três peixes com os corpos levitados e enrolando as caudas, golfinhos tritões, talvez peixes alegóricos, ou seja, ilusão da realidade, distinguindo-se pelas suas orelhas e bocas com lábios carnudos e por serem elementos de talha não totalmente douradas, sugerindo ao espectador uma cor mista entre a madeira e o ouro (fig.17).

Ao nível das cabeças dos peixes, assentam lateralmente duas outras mísulas – oito no total das quatro bases dos órgãos. Aqui encontram-se atlantes do mundo mitológico antigo – Faunos, figuras antropomórficas, símbolo dos homens dos bosques e guardadores de rebanhos. Com as suas patas peludas e corpo de homem da cintura para cima, mostram rostos diferentes, tendo apenas em comum o serem barbados. Outra particularidade dos oito Faunos é o facto de apenas dois terem as patas e o tronco dourados, enquanto os restantes seis são de madeira não dourada (fig.18). Em talha dourada têm em comum os panos que adornam as suas cabeças e cinturas, existindo duas excepções: o único Fauno jovem, desprovido de ornamento na cabeça (fig.19) e um outro cujo pano é composto por folhas de loureiro. Poder-se-á estar perante uma hierarquia etária.

Segundo a Engenharia, a base de sustentabilidade de um objecto poderá não ser possível somente a partir das periferias, necessitando, por isso, de um sustento central. Assim, Marceliano de Araújo, talvez apenas por motivos decorativos, colocou sobre as mísulas compostas pelos três peixes, um outro Fauno, maior que os já referidos, sendo estes quatro, todos idênticos. Nesta harmonia decorativa e inspirada na mitologia romana dos Faunos, para tornar ritmado todo o conjunto da base dos órgãos, inserem-se entre os Faunos laterais e centrais alguns outros de pequenas dimensões – destes, contabilizam-se oito. Assim, cada pilar é composto por cinco Faunos, que, devido aos seus diferenciados tama-

nhos, torna o conjunto verdadeiramente bem-sucedido. Mas, para que a harmonia não se convertesse em monotonia, Manuel Furtado de Mendonça pintou os espaços entre as figuras com um tom de verde marmorizado com dourados.

No centro da base dos órgãos apresenta-se ainda um caixotão hexagonal dourado e ornamentado, em quatro das suas arestas por folhas de acanto. Nas duas restantes arestas dois faunos crianças, juntamente com dois rostos de homens sorridentes e barbudos, desenham uma cruz. Ao centro, floresce uma planta ou flor com quatro camadas de pétalas ou folhas, símbolo de esperança, fazendo-se salientar como se de uma estalactite se tratasse.

Entre o conjunto escultórico de faunos e o da balaustrada, encontra-se um outro idêntico em ambas as bases dos órgãos. Apresenta-se um ornato de óvalos ou dardos seguidos por leves apontamentos de decoração vegetalista ritmados com águias, sustentando grinaldas nos bicos. Aqui destaca-se o ornamento central, uma máscara teatral, em tom natural da madeira, coroada por folhas de parreira, símbolo dos instrumentos musicais e duas águias nas periferias, símbolo da misericórdia,[19]onde estão representados dois rostos de homens de barba (fig.20).

Terminada esta descrição na base dos órgãos, inicia-se uma segunda na balaustrada. Rematada por um cordão torçal, integra um friso de sete caixotões rectangulares, com motivos vegetalistas dourados que têm como fundo as cores, verde da esperança e encarnado do contentamento, alternadamente. Sobre cada caixotão apresentam-se conjuntos de cinco e três balaústres. Os conjuntos de cinco são decorados com volutas e cascas em frisos verticais, lembrando as fantasias de Claude Laprade no pórtico da Biblioteca de Coimbra e as de Nasoni nas grades de Santa Eufémia. No entanto, os conjuntos de três são executados em espirais (semelhantes às que se encontram nos órgãos de São Bento da Vitória do Porto) e com folhas de gomo (motivo também presente nos órgãos da Sé de Viana do Castelo, de Pedro Salgado). Os pilares que separam cada conjunto de balaústres são decorados por folhas de acanto e por botões de folhas (fig.21).

No centro, um padrão decorativo saliente composto pelo positivo de costas (tubos dos órgãos que estão de costas para o

---

[19] Simbologias retiradas da Tese de Doutoramento de Natália Marinho Ferreira-Alves, apresentada na Bibliografia da minha Dissertação de Mestrado.

organista), e que é inserido na talha dourada detalhadamente recortada com folhas de acanto e leves faixas com decoração em dourado e fundo pintado de encarnado. Em ambos os lados dos positivos de costas, temos dois jovens músicos, serenamente sentados sobre carrancas redondas (fig. 22). São apresentados com um tipo de vestuário que acompanha o físico dos jovens músicos e cuja fisionomia diferencia no cabelo ondulado de um e no liso do outro, assim como os próprios rostos são diferentes. Enquanto um aparenta estar a ler uma partitura ou mesmo a cantá-la, o outro toca trombeta. Sobre este pormenor central, Marceliano de Araújo colocou uma espécie de sanefa cuja linha é em curva e contracurva, decorada com folhas de acanto, onde o fundo é pintado uma vez mais a encarnado. Sobre o parapeito da balaustrada, em ambos os lados da sanefa, encontram-se sentados, diria mesmo com a sensação de pousarem serenamente, dois anjos músicos meninos no tom da madeira, tocando cornetas de postilhão (fig.23). Na zona do cadeiral, por estar um pouco mais alto, a balaustrada eleva-se sem perder a harmonia ritmada na área dos órgãos. Na zona dos degraus, onde se inclina, há dois *putti* músicos, tocando flauta transversal, seguidos de dois outros. Assim que a balaustrada atinge o nível do cadeiral, apresentam-se, na base, duas filas de caixotões. Aqui, a forma dos balaústres assemelha-se às já referidas. Dividindo cada lado em conjuntos de quatro e três, e tal como na zona dos órgãos, com colunas que as separam (quatro deles onde se encontram os quatro *putti*). Ao encontrarem-se, os balaústres dão lugar a uma coluna de forma triangular ornada com folhagens, simbolizando a palavra de Deus (fig.24). Sobre a coluna representam-se dois meios corpos de jovens com asas em vez de braços e, ao centro, um menino atlante sentado, sustentando um enorme vaso de flores de romãs, símbolo da perfeição divina. O lado do parapeito que está virado para o altar é em talha dourada – onde se encontra o cadeiral – com um friso pintado a azul celeste, o azul dos azulejos portugueses.

Por de baixo deste friso de caixotões é possível detectar um outro semelhante. Cada caixotão tem o seu fundo pintado de acordo com o fundo do caixotão correspondente em cima, mudando o ornamento a dourado que se assemelha aos espelhos barrocos com folhas de acanto. A separar cada caixotão dispõem-se duas águias a segurar com o bico uma máscara de teatro e duas cornijas com folhagem dourada nas laterais. Ao centro, os caixo-

tões dão lugar a três Faunos atlantes, sendo o central um jovem e as restantes crianças, devidamente dourados.

Iniciamos agora, a descrição das caixas dos órgãos. Cada uma das suas partes mecânicas encontra-se revestida por uma caixa de talha, uniforme em todos os seus aspectos decorativos. Nas periferias, Marceliano de Araújo optou por criar duas estreitas faixas verticais com o seu fundo pintado a azul, salientando os botões de flores e folhas de aipo em fila. Do lado direito de quem está virado para os teclados, em ambos os órgãos, encontra-se uma porta de acesso às casas dos foles, discretamente talhada. Os ornamentos destas duas portas são constituídos por dois caixotões quadrangulares, sendo dois com motivos de folhas de acanto e pétalas e outras duas por quatro vieiras, símbolo da peregrinação, unidas por um botão de flor. Segue-se em ambos os lados de ambas as caixas, agora em vez de duas, apenas uma estreita faixa também de fundo pintado a azul e com os mesmos motivos decorativos. É seguida por um caixotão rectangular, com duas formas geométricas que no seu interior representam folhas de parreira e, no exterior, folhas de acanto. O último caixotão rectangular em ambos os lados dos órgãos, é também abraçado por duas faixas estreitas como as anteriormente descritas, antes de chegar ao centro, onde estão colocados os teclados. Estes últimos caixotões apresentam um fundo azul-escuro e ao centro um círculo perfeito, composto por duas flores com o seu caule, atadas por uma fita ondulada. Esse círculo é como que "agarrado" por duas conchas ornamentadas por folhas de acanto (fig.25). Os pormenores decorativos dos diversos caixotões revelam as técnicas específicas de Marceliano de Araújo, também utilizadas para a Santa Casa da Misericórdia e que viria a repetir no púlpito da Penha da França.

Estes efeitos coloridos projectam-se até às costas das gigantescas caixas, expostas parcialmente devido à forma arquitectónica das naves laterais da Sé de Braga, por cima das quais o grande conjunto é suspenso como qualquer centípeda. A zona visível é inteiramente revestida por painéis de talha rectangulares, como a maioria das composições joaninas. Cada caixa apresenta trinta compartimentos com motivos vegetalistas variados, semelhantes aos da zona frontal das caixas. O vasto conjunto acaba em duas delicadas sacadas transversais, contíguas às abóbadas das naves laterias, que são ainda cobertas pelas pinturas joaninas de Manuel Furtado de Mendonça.

De volta à fachada dos órgãos, ao chegar-se ao centro, encontramos os teclados, inseridos numa simples moldura de talha dourada. No caso do Órgão do lado do Evangelho, ele é constituído por dois teclados, acompanhado pelas suas respectivas consolas em ambos os lados. Sobre o teclado, num fundo pintado a azul celeste, como se de um céu com nuvens se tratasse, vemos o descanso para pousar as partituras. No caso deste órgão, os seus teclados são de madeira revestida de marfim, sendo que as teclas brancas são ornamentadas a preto com pinturas geométricas (losangos e rectângulos), enquanto as teclas pretas (dos sustenidos e bemóis) são ornamentadas por pequenas peças de marfim, com folhas de parreira. As próprias consolas são também ornamentadas com pequenos pedaços de marfim, com motivos vegetalistas de três tipos, acompanhadas por etiquetas com o nome das suas funções mecânicas.

Sobre as caixas dos órgãos, há uma espécie de friso decorado por heras de cinco pontas, símbolo de ambição, dividindo a área das caixas com o friso da trompetaria colocada na horizontal. Neste friso, as cores de fundo que aparecem alternadamente são o encarnado e o azul-escuro. Nas periferias do lado virado para o altar temos dois caixotões separados por um outro mais estreito e assim sucessivamente até ao centro, onde Marceliano de Araújo optou por dois rectângulos de fundo pintado a verde. Dos dois rectângulos centrais até à periferia oposta, repete-se o ritmo harmonioso de caixotões. Os mais estreitos apresentam elementos vegetalistas com folhas de acanto, enquanto dois dos caixotões mais largos contêm um medalhão circular, com uma representação feminina no seu interior que se salienta. As duas representações mais próximas do cadeiral como que a espreitarem para ver o que sucede nos órgãos, enquanto as outras duas olham em direcção ao cadeiral, atentas ao desenrolar das celebrações do cabido.

Os dois caixotões rectangulares centrados neste friso são acompanhados lateralmente por duas grandes mísulas em cada órgão, formadas por uma confusa folhagem de acanto presa a uma concha, onde lutam, pairando, dois *putti* em madeira não dourada (fig.26). Sobre cada uma das quatro mísulas estão doze trompas pequenas, seguidas de outras doze maiores. A acompanhar as vinte e quatro trompas de cada órgão, estão, ao longo de todo o friso pintado a encarnado, setenta e uma trompas, umas maiores que outras, criando um jogo harmonioso de movimento ondular.

A este mesmo nível, nas periferias voltadas para o altar, o entalhador executou em ambos os órgãos, um fantástico apontamento de talha joanina. Trata-se de um pedaço de madeira maravilhosamente talhado e dourado que se poderá descrever, dividindo-o em duas partes. A primeira corresponde à base, onde encontramos a forma de um S desenhado a partir de folhagem de acanto, na qual se senta harmoniosamente um *putto* tocador de corneta. Esta base serve de sustento à mísula que lhe sucede e que define a segunda parte de toda a estrutura da periferia. Inicia-se com uma espécie de pedestal – diferente em cada órgão, o do lado do Evangelho com folhas de parreira e um cordão oval, enquanto o do lado da Epístola não contém espaços lisos, sendo totalmente coberto por uma espécie de conjunto de caules de plantas, com o friso semelhante ao primeiro. Sobre o friso, descansa um rebento de folhas de acanto invertido com as suas pontas enroladas. Sobre cada um dos dois rebentos senta-se um anjo barroco, desempenhando o papel de espectador e ouvinte da homilia, virado para o altar com óculos de teatro/ópera numa das mãos.

Interessante será salientar que este remate dos órgãos, a partir do lado do altar, também foi executado a partir do cadeiral. No âmbito geral, são os quatro remates bastante semelhantes, o que cria três modelos distintos, sendo os do lado do cadeiral semelhantes e constituídos por uma só parte. Do lado do Evangelho, o remate inicia-se com um friso de folhas de parreira e de cinco pontas, seguido de um rebento de folhas de acanto invertido, com as suas pontas enroladas, sustentando no topo um segundo rebento de folhas de acanto fechado com um menino anjo sentado. Este agarra por sua vez uma fita amarela, que acabará por fazer parte da pintura do arco de volta perfeita que separa o tecto do cadeiral do zimbório.

Terminada a descrição do friso da trompetaria, inicia-se a dos tubos, tão complexa no seu detalhe como as anteriores. O espaço que os tubos ocupam em todo este complexo é, sem dúvida, um elemento de destaque. Para maior clareza de análise, dividiremos por secções a descrição desta tubagem. Composto por dois níveis de tubos, alterna a posição dos mesmos com filas de tubos alinhadas, filas salientes de forma triangular e filas em semicírculo.

No primeiro nível, é sobre as duas peanhas com dois *putti* a lutar que emerge o conjunto de tubos em forma de semicírculo. Ao centro, acompanhando a harmonia executada nos tubos do posi-

tivo de costas, irrompem os tubos sobre uma peanha num nível ligeiramente superior às laterais numa forma triangular. A peanha que os sustenta é composta por três atlantes meninos, rodeados por uma densa folhagem de acanto, com uma flor na periferia (fig.27). A acompanhar estas três formas de apresentação dos tubos principais, estão quatro conjuntos alinhados de tubos mais ligeiros, criando um jogo harmonioso entre todos os segmentos de tubos – assim, a totalidade dos tubos soma sete filas (fig.28). Este método de alternância entre formas triangulares e circulares na posição dos tubos de órgãos pode-se encontrar em vários exemplares da Europa central dos séculos XVII e XVIII, como explica Doderer, sendo este o primeiro exemplar em Portugal.[20]

Para que os numerosos tubos dos órgãos de Simón Fontanes não se tornassem, para o espectador, num simples conjuntos de metais, Marceliano de Araújo enalteceu este compartimento com pequenos apontamentos de talha que acompanham os metais à medida que vão subindo pelo zimbório. Nas periferias, optou por uma fileira vertical composta por decoração alternada entre concheados e botões de folhagem de loureiro. Entre os conjuntos de tubos, há fileiras delicadamente pintadas de encarnado por Manuel Furtado de Mendonça e com rebentos e botões de folhas de acanto e pequenas formas ovais, como se de espelhos se tratasse. Nos conjuntos de tubos em fila alinhada, visto que todos têm alturas diferentes e colocadas em escala, o entalhador colocou um tampo para o vazio que estes deixariam à vista, decorando-o com rendilhados de folhagem de acanto. Nos outros três conjuntos de tubos, também sucede o mesmo, aproveitando, assim, o artista para, também num rendilhado de folhas de acanto, produzir a base de quatro pedestais (fig.29).

Terminado este primeiro nível dos tubos, entramos no nível que se juntará à descrição final de todo o conjunto. Nos tubos de filas alinhadas, após o pormenor do tampo rendilhado, emergem quatro peanhas triangulares, alternando deste modo, com a peanha do conjunto de tubos centrais. As duas peanhas laterais apresentam-se sustentadas não por atlantes, mas por duas figuras fantásticas que ressaltam por uma folhagem de acanto densa, com tronco de homem e rosto de mulher, coroada por cinco folhas de acanto. Os seus braços parecem atados, o que faz com que o

[20] G. Doderer, 1994, p. 18.

espectador só consiga visualizar os seus ombros. Segundo Robert Smith,[21] estas figuras representam sereias, mas por não detectar nelas sinais de terem corpo de peixe, não encontro qualquer parecença com tal figura mitológica. Nos dois nichos interiores, as figuras mostram-se ainda mais bizarras. Trata-se de dois pequenos homens – dois no lado da Epístola e outros dois no lado do Evangelho – totalmente dourados, mas com minúsculas pintas castanhas – cor natural da madeira – como de uma camuflagem, própria de felinos e animais exóticos (leopardos e chitas). Encontram-se tapados da cintura até aos joelhos com folhas de loureiro, assim como uma coroa das mesmas folhas (fig. 30). No entanto, numa das figuras, a coroa parece de louros direccionados para o centro, enquanto a outra figura é coroada com as folhas viradas para cima. Estas figuras emergem de uma folhagem de acanto, cujas folhas se apresentam todas onduladas.

Sobre quatro nichos, irrompem conjuntos de tubos colocados em forma triangular, recebendo, por fim, o mesmo acabamento em talha, que Marceliano de Araújo executou para o conjunto dos tubos centrais (os maiores). Interessante será falar das figuras que se fazem representar sobre as sete filas de tubos. Sobre os quatro conjuntos de tubos triangulares, temos em cada um deles, *putti*, corneteiros, montados nos mesmos tipos de peixes da base dos órgãos. Com uma das mãos, estes meninos agarram um manto que serve de fundo aos dois jovens músicos que se encontram sobre os pedestais dos tubos posicionados em forma circular. Chamo-lhes jovens músicos, por se encontrarem a ler ou a cantar uma partitura. O pedestal, onde se colocam em posição de contraposto, é ornado com folhas de acanto e de fundo pintado a verde. Caracterizam-se pelos seus cabelos ondulados, botas com os dedos dos pés de fora, tecidos coloridos e esvoaçantes que os tapam parcialmente, assim como pelos rostos angelicais. Sobre as suas cabeças, cornijas ricamente decoradas coroam estes músicos, com uma grande concha no centro.

Após a análise dos tubos dos órgãos, passamos à última descrição dos órgãos. Trata-se do ponto em que os dois instrumentos se encontram no zimbório, de estrutura arquitectónica quadrangular. É o local onde a iconografia se mistura com as palavras criadas pelo Homem para louvar a Deus. Em ambos os órgãos,

---

[21] R. Smith, 1970, pp. 41-48.

sobre os três principais conjuntos de tubos – o triangular e os dois circulares – assentam, no total, seis pedestais após um friso liso que separa a cena apresentada nos tubos da cena do zimbório. Os pedestais foram concebidos aos pares, ou seja, cada par foi executado de forma idêntica. Os seus elementos decorativos consistem em folhas de acanto, esferas pintadas a azul claro, e também com outras formas geométricas.

Inserem-se em dois cenários teatrais, em que dois anjos meninos voando, abrem os dois panos em talha pintada de azul com uma facha dourada composta por robustos pendentes e franjas em cada um dos cantos. Simultaneamente, estes dois cenários podem identificar-se com altares. Cada um é composto por uma figura central e duas laterais, todas femininas que representam as virtudes. As duas figuras centrais assentam em dois pedestais idênticas onde estão inscritas as datas de finalização das mecânicas dos órgãos: lado do Evangelho, em 1737, e o lado da Epístola em 1738 (fig. 31 & 32).

Do lado do Evangelho, a figura central, a Fé, com vestes azuis e douradas, segurando na mão direita o cálice e a hóstia, símbolo do corpo e sangue de Jesus Cristo e na mão esquerda a cruz, símbolo da crucificação. A imagem do lado direito, a Caridade, representa uma figura maternal com vestes encarnadas e douradas, prenha, segurando e acariciando duas crianças nos braços e uma terceira agarrada a uma das pernas. Por fim, a imagem do lado esquerdo, a Esperança, com vestes verdes e douradas, segura a pomba com a mão direita e é acompanhada do lado esquerdo a seus pés, por uma âncora, símbolo de firmeza (fig.33).

Do lado da Epístola, três imagens são expostas da mesma forma que no lado oposto. Defronta, ao centro, a imagem da Religião com vestes verdes, encarnadas e douradas, segurando na mão direita um templo, símbolo da casa de Deus, da Igreja e, na esquerda, a tiara papal. A imagem da Concórdia do lado direito, é apresentada com vestes azuis, encarnadas e douradas, segurando na mão direita dois corações unidos e na esquerda um ramo de oliveira, símbolo do desejo da paz. A imagem do lado esquerdo, a Fortaleza, é apresentada com vestes encarnadas e douradas, agarrando com o braço direito uma coluna de fuste liso, cilíndrico e de cor azulada e de capitel dórico, como se de mármore se tratasse.

Separando a imagem central das laterais, apresentam-se dois *putti* de grandes dimensões de cor dourada misturada com um leve

tom de verde-mar, com as partes inferiores do corpo inseridos numa grande folha de acanto, terminando com uma enorme concha. Esvoaçando por este cenário, vários meninos anjos.

Sobre estas imagens, um elemento arquitectónico remata todo este conjunto iconográfico: uma cornija sobre a imagem central, que se prolonga para as imagens laterais, sobre a qual tocam cornetas dois meninos anjos sentados. Sobre a cornija central do lado do Evangelho, está colocado um medalhão com a palavra latina *Fides*, enquanto do lado da Epístola a palavra *Religio*, sobre os quais assentam as figuras já descritas (fig.34 & 35).

Nos dois restantes lados desta estrutura arquitectónica quadrangular, Este e Oeste, encontram-se duas janelas quadrilobadas em cada lado, elegantemente compostas por simples vitrais coloridos que, com a luz natural, ilumina todas as figuras do cenário. Estas janelas são harmoniosamente decoradas com leves pinturas a encarnado e verde-mar, num enrolamento que termina com uma grande concha. Estão envolvidas num confuso conjunto de elementos vegetalistas, constituído por folhas de acanto e respectivos botões, tal como concheados, tudo num fundo pintado em leve tom esverdeado, contendo também, uma larga sacada com balaustrada de ferro com motivos vegetalistas e concheados. Todo este conjunto se integra num arco, que ao centro apresenta uma espécie de águia que segura com o seu bico um pergaminho aberto com a frase *Quis Audi vitIlquamtae*. Do lado oposto, a Oeste, a mesma representação segura no bico a interrogação, *Quis vidithuicsimile?* Ambas as aves estão expostas numa espécie de pedestal com cobertura, onde no cimo se encontra um *putto* sentado e nos cantos espreitam duas aves fantásticas com aguçadas garras. Nos quatro pequenos espaços entre os dois cenários e as janelas de granito, sentados em pequenas mísulas, dois homens marinhos com tronco de homem e barbatanas – no total de oito –, acompanham um medalhão ricamente ornado por concheados e folhas de acanto com a identificação de quatro das Virtudes (*Spes*, *Concordia*, *Caritas* e *Furtitudo*), na zona Norte-Sul do zimbório, que também é atado à parede de fundo verde, por dois cordões detalhadamente talhados com flores, frutos e folhas. Cada uma destas referidas Virtudes faz-se acompanhar pelas respectivas figuras, também já mencionadas. Na realidade e contrariamente ao que afirma Robert Smith,[22] estas figuras marinhas aparecem

[22] R. Smith, 1970, p. 45.

somente neste momento de todo o conjunto iconográfico, uma vez que as figuras fantásticas da base dos órgãos são, como já referimos, Faunos.

Não houve na Braga do século XVIII entalhador de maior qualidade técnica. Marceliano de Araújo era de uma enorme capacidade criativa e organizacional, pois para os olhares mais atentos, a talha do coro-alto da Sé de Braga não é simplesmente mais um aglomerado típico do período joanino. Foi preciso um entalhador extraordinário para representar de forma tao perfeita que tudo começa na Natureza (imaginária ou não) e que os nossos actos ditarão o que acontecerá antes de atingirmos o Divino. Os actos, neste caso em particular, são a música proclamada a Deus, que se faz ecoar para ser ouvida e levada para os anjos que nos abrirão as portas para atingirmos a pureza divina.

Imagens anexas

Fig. 1 – Retábulo-mor e colaterais da igreja da Misericórdia de Braga, 1734-1739

Fig. 3 – Púlpito da Capela da Penha, em Braga, cerca de 1740

Fig. 2 – Talha e painéis do cadeiral da igreja de São Bento da Vitória, 1716-1719

Fig. 4 – Vista geral da nave central para os Órgãos Barrocos

Fig. 5 – Órgão do Lado do Evangelho

Fig. 7 – Rostos de um das bases do Órgão do Lado do Evangelho – ligação entre o primeiro e segundo tramo

Fig. 6 – Órgão do Lado da Epistola

Fig. 8 – Rostos da base do Órgão do Lado do Evangelho – ligação entre o primeiro e segundo tramo

Fig. 9 – Base do Órgão do Lado do Evangelho – ligação entre o segundo e treceiro tramo

Fig. 11 – Pormenor de figura masculina com barba em três nós – Lado do Evangelho

Fig. 10 – Base do Órgão do Lado da Epistola – ligação entre o segundo e terceiro tramo

Fig. 12 – Pormenor de figura masculina com barba em duas pontas – Lado do Evangelho

Fig. 13 – Pormenor de figura com barba grossa e cruzada – Lado da Epístola

Fig. 15 – Mísula que divide os dois planos da base

Fig. 14 – Pormenor de figura sem bigode, mas com barba encaracolada em quatro pontas – Lado da Epístola

Fig. 16 – Pormenor dos golfinhos tritões

Fig. 17 – Pormenor de um dos Faunos de patas não douradas sobre as mísulas laterais

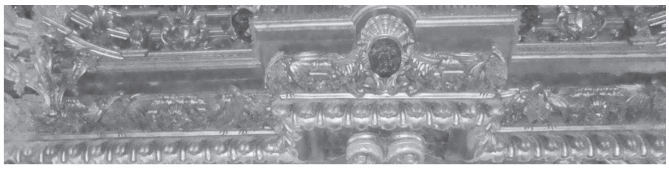


Fig. 19 – Pormenor do friso ritmado por águias e máscara teatral ao centro

Fig. 18 – Pormenor do Fauno sem ornamento na cabeça

Fig. 20 – Pilar que separa os conjuntos de balaústres, totalmente dourado e talhado com motivos vegetalistas

Fig. 21 – Pormenor de músico sentado sobre a carranca redonda, tocando trompeta

Fig. 23 – Pormenor dos caixotões ritmados na zona central da balaustrada

Fig. 22 – Representação de meninos anjos músicos tocando cornetas de postilhão

Fig. 24 – Pormenor de medalhão de quatros conchas e de quatro folhas de acanto nos cantos

Fig. 25 – Pormenor dos dois *putti* lutando

Fig. 26 – Pormenor dos três atlantes meninos ao centro

Fig. 27 – Vista geral onde se verificam as sete filas de tubos, uns planos, outros triangulares e outros circularmente expostos

Fig. 28 – Vista geral para os quatro pedestais minuciosamente rendilhados

Fig. 29 – Pormenor de um dos jovens sobre as peanhas, lendo uma partitura

Fig. 31 – Pedestal do lado da Epístola com a data de finalização da parte mecânica – Retirada da monografia de Gerhard Doderer

Fig. 30 – Pedestal do lado do Evangelho com a data de finalização da parte mecânica – Retirada da monografia de Gerhard Doderer

Fig. 32 – Vista geral para as imagens que representam as três figuras femininas do lado do Evangelho – Retirada da monografia de Gerhard Doderer

Fig. 33 – Representação da inscrição *Fides* – Retirada da monografia de Gerhard Doderer

Fig. 34 – Representação da inscrição *Quis vidit huic simile*

A festa de Arco de Baúlhe e a Capela e a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios

EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA *

PALAVRAS INICIAIS

Diga-se aqui e desde já que o texto que se segue é uma quase crónica histórica. Tomamos esta opção para permitir ao leitor não perder o ritmo da leitura, não distrair o seu tempo a ler as notas de rodapé. Quisemos dar-lhe um texto fluente e agradável. Isto não impede, porém, que seja também interpretativo pois de maneira nenhuma faria sentido ser apenas uma sucessão de factos e datas. As notas de rodapé estão reduzidas à sua forma mais simples; servirão apenas para dar o devido rigor científico ao texto, mostrar em que bases é que nos apoiamos; e para permitir que outros, conhecendo as nossas bases, possam retomar este apaixonante tema das festas em honra de Nossa Senhora dos Remédios, as festas da freguesia de S. Martinho de Arco de Baúlhe.

Devemos, porém, dizer que não fomos exaustivos na colocação das notas de rodapé. Por essa razão temos que deixar aqui um aviso: sempre que dermos uma informação e não citarmos a fonte em que nos apoiamos é sinal que para não sobrecarregar o texto estamos a não referir o jornal de Cabeceiras de Basto em que nos apoiamos. Isso aconteceu sobretudo para os tempos mais recentes, a partir da década de 1960. Ainda para facilitar a leitura decidimos apresentar em grafia moderna todos os textos, mesmo os mais antigos.

* *epoeduardo@gmail.com*
Artis/Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa.

Infelizmente, a documentação existente é muito curta; o Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios carece de ser devidamente organizado. A nossa base foram os livros de *actas* (1903-1935) e de *receita e despesa* (1903-1998, mas quase sem informação nos últimos 80 anos) e alguns documentos avulsos da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios. Fundamentais foram, também, os jornais. Acontece, porém, que não só as colecções existentes nas diversas bibliotecas portuguesas são muito incompletas como os exemplares mais antigos que existem na Biblioteca Nacional, dos inícios do século XX, não são autorizados a vir ao público dado o seu mau estado de conservação. Diga-se ainda algo muito triste: podemos enganar-nos, mas não acreditamos que juntando as colecções existentes nas bibliotecas de Braga, Nacional e Municipal do Porto se consigam obter colecções completas de todos os jornais editados na área do concelho de Cabeceiras de Basto; bem longe disso!

Queremos, por fim, deixar aqui um agradecimento à Comissão das Festas de Arco de Baúlhe pelo convite que nos endereçou para escrever este texto; e muito particularmente ao Dr. Tiago Teixeira, nosso principal interlocutor, não só por todas as informações que nos forneceu mas, sobretudo, pelas imensas conversas que manteve connosco e pelos muitos mail's que trocamos; e ainda pelo texto "*A Festa hoje. A romaria em honra da Senhora dos Remédios*" excelente remate para este nosso escrito. Uma palavra também de agradecimento ao Sr. Carlos Teixeira, irmão do Tiago, pelas facilidades que nos deu em trabalhar na "sua" Junta de Freguesia; ao Sr. Kiko, o fabuloso tio de ambos pelas portas que manteve sempre abertas; ao Sr. Adriano Valente, responsável maior pela equipa das festas; ao Dr. Pedro Gonçalves pelas informações que nos facultou; e a todos sem excepção pela forma aberta e lhana com que sempre nos receberam. Acreditem que um dia dei comigo a sentir que eu deveria ter tido um antepassado no Arco de Baúlhe, tão boa é a forma como sempre me recebem!!!

Muito obrigado. Bem hajam!!!

Braga e Arco de Baúlhe

10 de Julho a 10 de Setembro de 2016

1. OS ANTECEDENTES DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS, DE 1609 a 1903

1) Razões da construção da capela de Nossa Senhora dos Remédios

A capela de Nossa Senhora dos Remédios, situada naquela que é desde o século XX a principal artéria da vila, pode enganar quem a vê pela primeira vez: olhando-se para ela fica-se na dúvida se foi construída em finais do século XIX ou nos inícios do seguinte. Felizmente uma data inscrita no dintel da porta principal diz-nos que foi levantada em 1903.

Claro que uma outra dúvida pode ser levantada: mas será mesmo dessa data? Ou é um edifício que foi inteiramente remodelado em 1903 ou, até, construído totalmente de novo?

Uma visita ao seu interior em nada ajuda pois o templo foi em data muito recente, já no século XXI, totalmente alterado. Um olhar pelas imagens e outros bens expostos em nada ajuda. O que não é de admirar sabendo-se a apetência que os povos do Minho têm pela remodelação das suas igrejas, pela vontade de as ter o mais possível ao moderno, seja o que for que o moderno queira dizer.

O facto de haver na capela-mor dois quadros setecentistas em nada altera a hipótese da capela ser inteiramente apenas do séc. XX. Um quadro é um bem móvel, sobretudo se for de pequenas dimensões, como é o caso destes dois. Claro que poderiam ter pertencido a uma capela anterior, mas não havendo outros vestígios de antiguidade, suscitam muitas dúvidas a sua colocação ali. E como se virá a ver haveria razões para essas dúvidas, embora por outros motivos que só mais tarde viemos a descobrir: não estão referenciados, por exemplo, no inventário dos bens da Irmandade, feito em 1903 mas com intervenções posteriores, até 1909, talvez.

Mas há, apesar de tudo, alguns factos que nos levam a acreditar que a capela tem uma origem bem mais antiga do que aquela a que a sua arquitectura nos induz. Vejamos essas razões:

Olhando para o urbanismo da vila percebe-se bem que a "avenida", como popularmente se lhe poderá chamar, mas que é, tão só, a estrada nacional nº 210, tem um traçado recente, remon-

ta aos finais do século XIX ou inícios do XX; a parte mais a Norte resulta de um alargamento acontecido em meados do século XX[1].

As ruas mais importantes da povoação antiga são, inquestionavelmente, as que têm o nome de Arco de Baúlhe (sobretudo esta), 5 de Outubro (que leva à ponte lançada sobre o rio Peio, afluente do Tâmega), Sardoal, Quintã e Recheira. Se em meados do séc. XIX, aquando da criação do concelho, a sede de concelho das terras de Basto tivesse sido colocada no Arco, o crescimento urbano teria sido muito mais forte e estas ruas estariam hoje rodeadas por muitas outras.

A via formada pela estrada nº 210 está, assim, a permitir a possível modernidade no Arco, pois a sua largura deu azo à construções de edifícios em propriedade horizontal, com alguma altura.

O facto das principais ruas antigas estarem colocadas nesta zona, mostra-nos que a vila do Arco tinha aqui o seu coração. Este facto pode ser confirmado por outro: a existência de uma série de edifícios de relativa dimensão na sua implantação, indiciadores de que havia aqui umas tantas lojas comerciais e, quiçá também, hospedarias, pois é sabido que Arco de Baúlhe foi no século XVIII o principal entreposto comercial entre o Minho e Trás-os-Montes, o que ainda se manteve até à primeira metade do século XX. Veja-se, por exemplo, que a via-férrea vinda da linha do Douro terminou aqui; mas terminou aqui porque era neste local se deveria encontrar com a que começa na Póvoa de Varzim, passa por Guimarães e Fafe e iria terminar em Vila Pouca de Aguiar (não é por acaso que a autoestrada nº 7 repete, de certa forma, esse traçado).

Em estranho contraste com o que na maior parte das freguesias acontece, a igreja paroquial do Arco de Baúlhe está colocada num local muito afastado do seu centro histórico, comercial e económico, num monte, num ermo, situado a mais de vinte minutos a pé, caminhada desagradável de fazer quer em dias de fortes chuvas, quer nos de maior calor.

Estes factos de carácter urbanístico levavam-nos a crer que deveria existir na zona central da vila uma capela pública, antiga. Mas havia ainda mais um facto extremamente importante: as principais festas do Arco Baúlhe são as que homenageiam Nossa Senhora dos Remédios e que em certos anos atingem uma dimen-

---

[1] "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 4 de Setembro de 1949: [*Nova avenida*]: *... um distinto Engenheiro foi incumbido de proceder aos precisos estudos para uma nova avenida no Arco de Baúlhe...*

são muito grande, atraindo os povos das freguesias em volta. Era, portanto, forçoso que a nova capela, a de 1903, fosse o resultado de uma reconstrução tornada obrigatória pelo alargamento da estrada nº 210. Para o confirmar era apenas necessário fazer-se uma investigação histórica. De certeza que os factos apareceriam a confirmar os que nos são dados pela arquitectura, pelo urbanismo e pela festa. E assim sucedeu.

2) Capelas com a invocação de Nossa Senhora dos Remédios na área do arcebispado de Braga

Vejamos agora a segunda questão: porque é que foi escolhida a invocação de Nossa Senhora dos Remédios para esta capela? Responderemos desde já que não sabemos; como iremos ver no desenvolvimento deste texto, a documentação existente é extremamente pequena, reduz-se apenas à que se conserva no Arquivo Distrital de Braga. Terá sido escolhido pela população do Arco de Baúlhe? Terá sido pelo fundador? Ou pelo pároco de então? São perguntas que, acreditamos, ficarão para sempre sem resposta.

Há, porém, um facto extremamente interessante: embora o culto a Maria estivesse a ter um grande incremento, a invocação de Nossa Senhora dos Remédios quase não era utilizada. O principal santuário com este nome, o de Lamego, é relativamente recente, data apenas de 1750[2].

Diga-se antes de mais que a devoção a Nossa Senhora do ou dos Remédios foi propagada pelos Trinitários, fundados por S. Félix de Valois e S. João de Malta para a redenção dos cativos[3]. É um culto bastante difundido em Portugal, existe num razoável conjunto de paróquias, como capelas, retábulos ou apenas imagens. Na arquidiocese de Braga, em meados do século XX contavam-se 51 imagens em igrejas e capelas[4]; 11 na diocese da Guarda[5] e 8 na arquidiocese de Goa.

---

[2] Veja-se a tese de doutoramento de Aida Maria Oliveira CARVALHO – *Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego*. Vila Real, Universidade de Trás os-Montes e Alto Douro, 2013. Disponível em *http://hdl.handle.net/10198/10827*.

[3] COUTINHO, Bernardo Xavier – *Nossa Senhora na Arte. Alguns problemas iconográficos e uma exposição marial.* Porto, Associação Católica, 1959, p.123

[4] REIS, Jacinto – *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de Aquém e Além-Mar e seu Padroado*. Fátima, [S.l, s.n], 1967, p. 501.

[5] BIGOTE, José Quelhas – *O culto de Nossa Senhora na diocese da Guarda*. [S.l, s.n], 1948, p. 35.

Na área da arquidiocese de Braga, a capela mais antiga com a invocação de Nossa Senhora dos Remédios é a que foi autorizada em S. Mamede de Gondoriz, Terras de Bouro, em 10 de Julho de 1599. Segue-se a de Santiago de Gemieira, Ponte de Lima (esta com a dupla invocação de São Sebastião e de Nossa Senhora dos Remédios), em 22 de Agosto de 1601. A autorização seguinte foi passada para outra ermida situada no concelho de Ponte de Lima, agora na freguesia da Gandra, em 2 de Novembro de 1604.

Foi logo após esta, em Dezembro de 1609, que o Arco de Baúlhe construiu uma capela com esta invocação. Ou seja, foi, muito possivelmente, a quarta mais antiga a ser criada na área da arquidiocese de Braga, arquidiocese que ocupava então um território imenso, os distritos de Braga, Viana do Castelo e Vila Real e, ainda, a parte sul do distrito de Bragança e, no distrito do Porto, o concelho de Póvoa de Varzim e parte das áreas dos concelhos de Santo Tirso e Vila do Conde.

Após a capela construída no Arco de Baúlhe, e até meados do século XVII, para só referir as mais antigas, diremos que foram levantadas outras em Limões (Ribeira de Pena), em 1615; Donões (Montalegre), em 1618; Geraz do Lima (Ponte de Lima), em 1634; S. Martinho do Campo (Santo Tirso), em 1644; Valadares (Monção) em 1647; e Eira Vedra (Vieira do Minho), em 1649. Neste grupo não podemos deixar de referenciar, pela sua relativa proximidade, a capela da freguesia de Limões; terá sido criada por influência da que seis anos antes fora levantada no Arco de Baúlhe?

3) A fundação da capela de Nossa Senhora dos Remédios em Arco de Baúlhe em 1609

Uma primeira pesquisa feita no Arquivo Paroquial de São Martinho de Arco de Baúlhe em nada ajudou pois são muito poucos os livros e outros documentos que conserva anteriores ao século XX; além disso, também não encontramos nenhum dos documentos dos cartórios das antigas confrarias da freguesia.

Em contrapartida, uma consulta no Arquivo Distrital de Braga veio confirmar plenamente as nossas suposições. Efectivamente, em 21 de Dezembro de 1609, há mais de quatrocentos anos, portanto, o Cabido da Sé de Braga, em período de Sé Vacante,

isto é, em momento em que não havia arcebispo[6], deu autorização para que se fundasse a capela do Arco de Baúlhe. Veja-se abaixo um excerto desse documento:

> *Nós o Deão dignidades e cónegos Cabido desta Santa Sé de Braga Primaz das Espanhas sede vacante: pela presente, vista a informação do vigário com a ermida de Nossa Senhora dos Remédios [que] está decentemente ornada, e a obrigação da fábrica que se fez, damos licença para nela se [poder] dizer missa sem prejuízo dos direitos da paróquia, e esta licença e instrumento se entregará ao próprio vigário de São Martinho do Arco para que o guarde com os livros da igreja ou // fól. 14 // ou coza nos livros da visitação. E satisfeito [isso] damos nossa autoridade ordinária para se dizer missa na dita ermida. Dada em Braga sob sinal do Reverendo Doutor Simão de Abreu, provisor e vigário geral, e selo da nossa mesa capitular aos 23 de Dezembro de 1609 anos, Francisco Vieira de Andrade, escrivão da camara a fez*[7].

Duas questões principais se devem colocar aqui. A primeira tem a ver com o facto de saber o tipo de estatuto que teria: seria capela privada ou uma capela pública? A segunda com as razões que levaram à escolha de Nossa Senhora dos Remédios.

Vejamos a primeira questão:

Seria uma capela pública ou privada? Comece-se por dizer que hoje não sabemos com a menor segurança qual seria o local onde, em princípios do séc. XVIII, estaria colocada a igreja matriz. Há uma tradição que aponta para o sítio onde hoje se situa a Escola Básica de Arco de Baúlhe. Mas por muito respeito e aten-

---

[6] O arcebispo D. Frei Agostinho de Castro morrera pouco antes, em 25 de Novembro de 1609. O novo arcebispo, D. Frei Aleixo de Meneses só foi nomeado dois anos e meio mais tarde, em 19 de Março de 1612: FERREIRA, J. Augusto – *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (século III – século XX).* Vol. 3. Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1932p. 108 e 119.

[7] Arquivo Distrital de Braga. Registo Geral, vol. 12, fls. 13v-14v: *Provisão de licenca para se dizer missa na hermida de Nossa Senhora dos Remedios sita na freguesia de Sao Martinho do Arco de Baulhe.*
Para ser mais facilmente compreensível, passaremos para linguagem actual todos os documentos que viermos a utilizar neste texto. No Apêndice Documental utilizaremos, porém, a grafia original em todos os documentos anteriores ao século XX.

ção que nos devem merecer as tradições, nós deveremos utilizar o maior rigor científico. Como não se conhece nenhum documento que nos informe sobre a sua localização, teremos que fazer tábua rasa sobre a tradição e dizer: não se sabe nada.

Em contrapartida, houve uma prática corrente – que também se deve dizer que nem sempre foi utilizada, embora o tenha sido na maior parte das vezes – de se reconstruir as igrejas novas ou no mesmo local ou em terrenos contíguos ao da velha, o que em nada alteraria as práticas ancestrais dos povos das freguesias.

Como já atrás dissemos, a igreja paroquial está colocada num morro bem distante do núcleo central da freguesia. Não fazia sentido que uma pessoa que quisesse rezar tivesse que gastar vinte ou mais de vinte minutos para ir até à igreja. Nestes casos, os povos tinham por costume ou utilizar uma capela já existente, mesmo particular, ou não havendo, mandar fazer uma capela nesse local mais habitado.

Nos inícios do século XVII, Arco de Baúlhe não tinha, além da igreja, qualquer outro templo, nem público, nem privado: a capela do Triunfo da Cruz (mais tarde com dupla invocação: Triunfo da Cruz e São Francisco) data apenas de 1633 e a de Nossa Senhora da Vitória é posterior dez anos[8]. Havia, portanto, necessidade de um templo para dar apoio aos habitantes do seu principal núcleo populacional.

---

[8] Em 1726, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck declarou que as capelas existentes em S. Martinho do Arco de Baúlhe eram apenas três: a de *Nossa Senhora dos Remédios, no lugar [,] que he do Cappitão Paullo da Costa Maia onde tem seo jazigo* e as de *São Francisco e Triumfo da Cruz... e Santo Antonio...* CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias Ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda., 1992, p. 392.
Por sua vez, o padre Luís Cardoso diz que eram quatro: *a de Santo Antonio no Lugar da Portella; a de S. Francisco, a do Triunfo da Cruz e a de Nossa Senhora dos Remedios no do Arco, que he o mais populoso da Freguesia. Todas estas Ermidas são fabricadas por Padroeiros particulares*... CARDOZO, Luis – *Dicionario Geographico ou Noticia Historica de todas as cidades, villas, lugares e Aldeas Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Agarve*... Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747, p. 522-523. Deve haver engano ao separar as capelas de S. Francisco e Triunfo da Cruz pois eram apenas uma embora com dupla invocação, como já vimos.
Nas Memórias Paroquiais, de 1758, referem-se as capelas de Santo António, no lugar da Portela; a de Nossa Senhora dos Remédios, de que era administrador António José Peixoto; e a capela de S. Francisco, também no lugar do Arco: CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas memórias paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga, [s.l: s.n], 2003, p. 216.

Fazer uma capela não era fácil. Implicava não só o dinheiro necessário para a sua construção e ornamentação mas, também, para a sua manutenção. Sem a certeza de um razoável conjunto de bens, os serviços centrais do arcebispado não dariam a imprescindível autorização[9]. Era, portanto, fundamental angariar o dinheiro necessário para a compra de um conjunto de terrenos cujos rendimentos salvaguardassem alguma falha económica do instituidor pois de maneira alguma uma capela poderia ficar abandonada ou em ruínas. Era a *consignação de bens para a fábrica de uma capela*, que para maior garantia da sua veracidade e cumprimento era feita num notário público.

Não foi exactamente isto o que sucedeu no Arco. Mas o documento que possuímos, uma provisão de licença para se poder rezar missa, permite-nos perceber que existiu uma doação de bens para a fábrica desta capela. É o seguinte *"Estromento de doação"*:

> *Instrumento de doação. Saibam quantos este instrumento de obrigação desendimento (sic) de ermida pera todo o sempre, virem que no ano de nacimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil seiscentos e nove anos aos vinte e hum dias do mês de Dezembro aí em presença de mim tabelião e das testemunhas ao diante nomeadas apareceu Gonçalo Francisco e sua mulher Senhorinha Fernandes e por eles Gonçalo Francisco e sua mulher foi dito que eles de sua vontade e por sua devoção se obrigaram como de facto se obrigaram por suas pessoas e todos seus bens móveis e de raiz, havidos e por haver, e em especial hipotecam o seu campo e uveiras do Barbeito com tudo o que lhe pertence, a sempre ele Gonçalo Francisco e seus herdeiros e geração [vindoura] fabricarem a nova ermida que está feita no dito lugar do Arco que é [a] ermida de Nossa Senhora dos Remédios do modo que os fregueses de São Martinho a puserem e para isso e para a fabricarem lhe fazem pensão e renda em cada ano [de] duas medidas de centeio e milho, a qual pensão lhe fazem no dito campo do Barbeito e o rendimento dos ditos dois alqueires*

[9] Veja-se, por exemplo, um processo de construção de uma capela em OLIVEIRA, Eduardo Pires – *A Capela de São José, em Santa Eulália de Fafe*. "Dom Fafes", Fafe, 11, 2004, p. 9-31.

de pão se gastarão cada ano no que for necessário para a dita ermida pela ordem do senhor visitador e se algum ano ou anos não for necessário gastarem-se, o tal dinheiro ficará então guardado para se gastar das ditas medidas onde sempre [for necessário] para se fazer em um ano; e pedem por mercê aos senhores Arcebispo e Bispo e Cabido e mais dignidades do arcebispado de Braga hajam tudo assim por bem e dou licença digo e deem licença // fól. 14v // pera se sagrar a dita ermida e dizer-se missa nela e [também que] querendo ele Gonçalo Francisco e mulher e herdeiros sepultarem-se na dita ermida em tempo de seus falecimentos que o possam fazer para [que] com mais vontade e devoção a possam fabricar e todo se obrigarão dos ditos bens que tem obrigados [a] cumprir e por disso serem contentes mandaram ser feito este instrumento nesta nota em que assinaram e a dita Senhorinha Fernandes por não saber assinar rogou a meu criado Gaspar Borges assinasse por ela e assinou com testemunhas presentes Rodrigo Novais Dias Pereira e Sebastião Gonçalves do Outeirinho, e eu tabelião tudo aceitei em nome dos fregueses e do vigairo de São Martinho, eu Baltazar Borges tabelião o escrevi, o qual instrumento eu Baltazar Borges tabelião que sou do publico e do judicial deste concelho de Basto e seus coutos de Refojos, e Abadim pelo marques vice-rei de Portugal eu tudo trasladei da minha nota bem e fielmente e me reporto e o concertei e subscrevi, e assinei de meu sinal publico que tal é pagou deste (documento) o que se monta. A qual licença e instrumento eu o cónego Valeriano de Alfaro escrivão do registo geral pelos senhores do cabido a Sé vagante tresladei bem e fielmente dos próprios a que me reporto com os quais tudo concertei e com o escrivão abaixo-assinado, e por verdade assinei, aqui dia, mês, e ano ut supra [1609][10].

Tudo assim indica que esta foi uma capela particular, criada pela devoção de um certo Gonçalo Francisco e sua mulher Senhorinha Fernandes, sem dúvida um casal poderoso e endinheirado,

---

[10] Arquivo Distrital de Braga. Registo Geral, vol. 12, fls. 13v-14v: *Provisão de licenca para se dizer missa na hermida de Nossa Senhora dos Remedios sita na freguesia de Sao Martinho do Arco de Baulhe*.

talvez o mais poderoso e endinheirado desta freguesia de Arco de Baúlhe naqueles tempos; como é natural, os instituidores salvaguardaram o direito de fazerem desta capela não só o seu lugar de sepultura como, também, garantiram o mesmo para os seus sucessores.

Há, porém, dois momentos em que parece que as coisas não se passaram exactamente assim. Vejamos:

> *... a nova ermida que esta feita no dito lugar do arco que é ermida de Nossa Senhora dos Remédios do modo que os fregueses de São Martinho a puserem*
>
> *... e eu tabelião tudo aceitei em nome dos fregueses e do vigário de São Martinho...*

Há uma pequena alteração que embora não tenha levado ao impedimento do casal Gonçalo Francisco e sua mulher Senhorinha Fernandes e seus sucessores poderem passar a ser os plenos administradores da capela e, portanto, a terem-na como seu lugar de enterramento, altera um pouco a ordem natural das coisas. É que nesse documento não só se escreve *do modo que os fregueses de São Martinho a puserem*, como se pode ver que este documento também teve que merecer a aceitação dos povos da freguesia e seu pároco.

Ou seja, o povo de São Martinho do Arco de Baúlhe também teve o seu quinhão na sua factura; mas não conseguimos saber se o fizeram no que respeita à arquitectura, retábulo, imagem e todos os mais objectos necessários ao seu funcionamento, ou se a arquitectura também foi paga pelo casal instituidor, pertencendo então ao povo "apenas" o pagamento do retábulo, imagem da Senhora dos Remédios, paramentos, etc.

Deve ter sido um bom acordo para ambas as partes pois se uns, os instituidores, conseguiram ter uma capela onde não só se podiam sepultar como, também, afirmar o seu poder – o que não era então menos importante – os povos passavam a ter uma capela situada perto das casas em que viviam, evitando assim caminhadas desnecessárias até à igreja para ouvir a missa nos dias de preceito ou rezar sempre que lhes apetecesse.

4) O crescimento da capela e o alargamento da responsabilidade a outros moradores da freguesia do Arco de Baúlhe

Tempos mais tarde, em 17 de Dezembro de 1718, era responsável pela capela de Nossa Senhora dos Remédios o

> *... capitão Paulo da Costa Maio, morador na sua quinta da Ponte do Arco e seu filho Paulo da Cunha Sotomaior... que... [são]... da freguesia de Santa Marinha de Pedraça*

Naquele dia, acertaram ir ao notário com

> *... David da Guerra e Almada e // fól. 144v// Gervásio Peixoto ambos moradores no lugar do Arco, da freguesia de São Martinho, todos do termo deste dito concelho...*[11]

... para acertarem um acordo que, contudo, não conseguimos perceber se o queriam fazer em nome da freguesia, das suas famílias ou de ambos. No documento notarial que foi lavrado por

> *... Paulo da Costa Maio e seu filho Paulo da Cunha Sotomaior, e Heitor Guedes Pereira Machado foi dito que eles tinham a sua capela de Nossa Senhora dos Remédios, sita no lugar do Arco, que fabricavam, e nela têm as suas sepulturas e porque de presente os ditos David da Guerra e Almada, e Gervásio Peixoto lhe pedem licença e autorização para acrescentar ao corpo da dita capela da Porta Principal para diante por ser pequena por ocasiões das festas que se celebram, e outras muitas ocasiões em que se junta muita gente, o qual acrescentamento queriam fazer a sua custa de ambos; e por acharem ser a dita obra bem-feita fazer-se assim [não só] por ser em aumento do culto divino como para bem das almas, disseram [que] lhe davam licença e autoridade para fazerem o dito acrescentamento de comprimento de quinze palmos de craveira, e a largura da mesma capela [com a condição de] que digam as paredes umas [com as]*

---

[11] Arquivo Distrital de Braga. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 83, fls. 144-145: *Contratto entre o cappitam Paulo da Costa Mayo e o seu filho e Heitor Guedes Pereira Mand (sic) com David da Guerra e Almada e Gervazio Peixoto.*

outras [e ainda] com [a} condição e declaração [de] que eles depois de aberta a dita capela para se principiar a obra de acrescentamento, continuarão com ela para que em breve tempo fique coberta e fechada. E [que] daí em diante ficarão obrigados à fábrica e consertos do dito acrescentamento porque para isso ficam eles Senhores de tudo aquilo que acrescentarem, que vem a ser quinze palmos, digo vinte e cinco palmos, de comprido aonde poderem ser, se quiserem pôr sepulturas para eles e seus herdeiros e quem eles quiserem, [ficando] sempre a capella antiga livre a eles Paulo da Costa Maio e seu filho e Heitor Guedes Pereira Machado como de antes.

Como facilmente se compreende e aceita

... logo pelos ditos David da Guerra e Almada e Gervásio Peixoto foi dito que eles se obrigavam a todo o dito acrescentamento de vinte e cinco palmos de comprido e da largura da dita // fól. 145 // da dita capela, e dá-la acabada depois de principiada o mais breve que lhes possível e se obrigavam outrossim a fabricar e consertar quando for necessário pelos anos em diante todo o dito acrescentamento que fizeram pois ficam Senhores dele que hão-de ser vinte e cinco palmos. E assim [se] obrigaram a tudo cumprir como neste instrumento se contém por suas pessoas e todos os seus bens móveis e de raiz e terços da alma. E declararam eles Heitor Guedes Pereira Machado, e Paulo da Costa Maio e seu filho Paulo da Cunha Sotomaior que nas sepulturas que estão na dita sua capela se não enterrarão outras pessoas senão as que descenderem da casa da Ponte e da casa do Sobrado...

Registe-se aqui não só o facto de a capela passar a ter mais um responsável mas, também, de ficar substancialmente mais comprida, cerca de cinco metros e meio.

... por ser pequena por ocasiões das festas que se celebram, e outras muitas ocasiões em que se junta muita gente...

Repetimos a citação porque esta é a data mais antiga que encontramos em que se refere a ligação da capela à festa da freguesia do Arco de Baúlhe, festa que é hoje talvez o mais importante ex-libris da freguesia e por ser o tema principal do presente texto.

5) A confraria das Almas instala-se na capela

Em 11 de Setembro de 1732, três anos após o pároco da freguesia de Britelo[12] ter vindo benzer a nova igreja desta freguesia de São Martinho do Arco de Baúlhe, a confraria das Almas pediu autorização ao proprietário da capela para aqui poder passar a albergar-se. A autorização era pedida

> *... para que na dita capela possam fazer e colocar todas as funções da dita irmandade e sufrágios das almas costumados: e para eles servirem-se da dita capela e sacristia e também se servirem dos seus ornatos sendo-lhes necessários somente nos oitavários das festas de Nossa Senhora de cada um ano e isto em todo o tempo do mundo...* [13]

O proprietário da capela, que ainda era Paulo da Cunha Sotomaior, anuiu de bom grado a esta pretensão. Segundo o contrato que então foi lavrado, aceitou ficar obrigado, escusando-se, porém, a fazer qualquer tipo de obras se estas resultassem da utilização dada pela Confraria das Almas

> *... por si e em nome de seus herdeiros sucessores em nenhum tempo impedirem a dita irmandade e seus oficiais a usarem da dita capela e ornatos dela na forma dita, com declaração de que em nenhum tempo na dita capela se confessará pessoa alguma ainda que sejam oficiais ou irmãos da dita irmandade sem expressa licença dele dito administrador e seus herdeiros; e sendo caso que em algum tempo algum*

---

[12] Estranhe-se aqui a nomeação de um pároco de uma freguesia situada a uma distância relativamente grande (15 quilómetros) para a bênção da nova igreja matriz.

[13] Arquivo Distrital de Braga. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 207, fls. 79-79v: *Escritura de licenca e obrigação que fez Paulo da Cunha Sottomayor, morador na sua quinta da Ponte, do Arco, deste concelho*.

visitador do ordinário ou outro qualquer mandar fazer na dita capela ou sacristia ou cabido alguma obra nova mais do que aquelas que ele dito administrador nela tem feito, não será ele obrigado a fazê-las mas si serão feitas por conta da dita irmandade e bens dela e tudo assim se obrigou a cumprir e guardar inteiramente em parte e em todo em justo e fora dele desde agora para então e desde então para agora sem obrigação de sua pessoa e todos seus bens assim móveis como de raiz, havidos e por haver, presentes e futuros e terço de sua alma que todos aqui obrigou por real hipoteca e assim o disse o quis e outorgou e logo a mim tabelião [pediu] que este instrumento lhe fizesse nesta nota donde concedeu os traslados necessários, o qual [eu] tabelião como pessoa pública estipulante e aceitante tudo estipulei e aceitei nesta Nota por solene estipulação e em nome das partes a que tocar e são presentes...[14]

Este documento é bastante curioso porque nos mostra que esta confraria preferiu ficar sedeada numa capela situada no meio do povoado que na isolada igreja matriz; não sabemos, porém, até que data aqui se manteve. Em 1747, porém, já estava instalada na igreja matriz, no altar de Santo António; tinha então imensos irmãos, cerca de oitocentos. Na igreja matriz pode ver-se um altar com a representação das almas[15].

6) A possibilidade de haver confissões na capela de Nossa Senhora dos Remédios

Uma das questões levantadas no documento anterior dizia respeito às confissões. Como nele está muito bem expresso, Paulo da Cunha Sotomaior não autorizava que na capela se fizessem confissões. E não autorizava porque na realidade não podia uma vez que ainda não tinha a devida licença da Mitra bracarense para que ali se pudessem realizar.

---

[14] Arquivo Distrital de Braga. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 207, fls. 79-79v: *Escritura de licenca e obrigação que fez Paulo da Cunha Sottomayor, morador na sua quinta da Ponte, do Arco, deste concelho*.

[15] CARDOZO, Luis – *Dicionario Geographico ou Noticia Historica de todas as cidades, villas, lugares e Aldeas Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Agarve*... Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747, p. 522-523.

Essa autorização só veio a ser concedida quatro anos mais tarde, em 24 de Julho de 1736. É certo que a capela estava preparada para as confissões tendo, inclusive, confessionários onde se poderiam confessar mulheres; estes confessionários eram diferentes dos outros. Mas o pároco, porém, não o permitia sem licença expressa do arcebispado. Por essa razão, o proprietário elaborou o competente pedido que lhe veio deferido pelo Cabido porque então se estava em novo período de Sé Vacante:

> *... Com graves penas proibiu a Pastoral de Sua Ilustríssima que Deus haja ouvir confissões de mulheres fora de confessionário também proíbe haver confessionários em capelas em cuia observância nunca eu confessei mulheres na capela do suplicante e não foi necessário a minha proibição pera os mais clérigos assim observarem...*
>
> *... [Despacho final] damos licença pera que na dita capela se confessarem mulheres todas as vezes que o pedir a sua devoção excepto na desobriga da quaresma não prejudicando em nada aos direitos paroquiais e por assim o havermos por bem mandamos passar a presente provisão...*[16]

Confessar mulheres não era um tema fácil. Como, aliás, não era fácil tudo quanto dizia respeito ao sexo feminino. A Igreja dedicava uma atenção tremenda à mulher. Poderá dizer-se sem exagero que na Idade Moderna eram mais as proibições que as autorizações que as mulheres recebiam da Igreja! Este tema é tão extenso, tão complexo, que só por si poderia dar azo à escrita de um livro bastante volumoso!

Por essa razão, a questão da autorização de confessar mulheres nesta capela – como em todas as demais, sobretudo quando havia padres muito legalistas – voltou a colocar-se 17 anos mais tarde. É que o arcebispo D. José de Bragança, falecido em 1756, revogara a autorização que permitia o confesso nas capelas.

---

[16] Arquivo Distrital de Braga. Registo Geral, vol. 102, fls. 260-261: *Registo de provisao e licenca para se confessarem na cappella de Nossa Senhora dos Remedios do lugar do Arco, freguesia de Sao Martinho do Arco de Baulhe, a favor de Paullo da Cunha Souto Mayor, morador na sua quinta da ponte freguesia de Santa Maria de pedrassa desta Comarca e Arcebispado Primas.*

O seu sucessor, D. Gaspar de Bragança[17], um espírito muito mais aberto, não teve a menor dúvida em conceder de novo a necessária autorização:

> *... Diz o padre Vicente Carvalho de Magalhães, cura na freguesia de São Martinho do Arco de Baúlhe, que no lugar do Arco da dita freguesia há uma capela da Senhora dos Remédios e nela se confessavam mulheres e o Sereníssimo Senhor Dom José, que Deus haja, suspendeu o confessar em as capelas e este lugar é o que tem mais vizinhos, que passam de cinquenta, e tem muitas mulheres que não podem ir à igreja e se acham duzentos mil reis de missas gerais e a dita Capella está no meio do lugar pelo que pede a Vossa Alteza Sereníssima lhe conceda licença para confessar // fól. 280v // mulheres em a dita capella.*
>
> *... Passe provisão de licença para um confessionário. Braga, dois de Dezembro de mil setecentos e sessenta e três. Rubrica de Sua Alteza. Dom Gaspar, por mercê de Deus e da Santa Se Apostólica Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas, etc. Visto o que na súplica retro nos representou o suplicante, o Padre Vicente Carvalho de Magalhães, cura da freguesia de São Martinho do Arco de Baúlhe, deste nosso arcebispado e o mais que consideramos, concedemos licença para que na Capela que declara se possa colocar um confessionário que será feito de madeira com seu assento no meio e grades de ambas as partes e nele se possam confessar os fiéis que por sua devoção o quiserem fazer, exceto na desobriga da quaresma e sem prejuízo dos direitos paroquiais; e pelo assim havermos por bem, mandamos passar a presente provisão que será registada no Registo Geral desta Corte sem o que não valha. Dada em Braga sob nosso sinal e selo de nossas armas aos três de Dezembro de mil setecentos e sessenta e três. De mando se Sua Alteza...*[18]

---

[17] D. Gaspar era irmão do rei D. José e sobrinho do arcebispo anterior.

[18] Arquivo Distrital de Braga. Registo Geral, vol. 125, fls. 280-280v: *Registo de provizão porque Vossa Alteza Serenissima he servido conseder lisensa para a colocasão de um confissionario na capella que se declara nos lemites da freguesia de São Martinho do Arco de Baulhe.*

7) Aproximam-se tempos de mudança: outras obras na capela de Nossa Senhora dos Remédios.

Em Março de 1772, a capela estava a ser administrada pela sua proprietária, Dona Francisca Rosa Joaquina, viúva que ficara de António José Castelo Branco. Na visita que recentemente fizera, o visitador achou que o cabido, isto é, a cobertura avançada da capela[19], precisava de obras que não explicita. Esta indicação é muito importante porque nos mostra que a capela de Nossa Senhora dos Remédios era semelhante a muitas outras existentes no nosso país. Por razões que desconhecemos, Dona Francisca pediu embargo desta obrigação, o que lhe foi concedido por um período de seis meses. Depois não deve ter tido que realizar as obras.

Desconhecemos em que data é que a capela deixou de estar ligada a uma posse e administração particular e passou a pertencer ao domínio público.

Mesmo sem a existência de uma confraria ou irmandade os devotos que se reuniam nela podiam ter algum tipo de organização, informal. Por essa razão não é de estranhar a informação que colhemos de que no ano de 1840 tinham emprestado uma quantia bastante razoável a um particular (33$000 réis), ficando porém sob a alçada da recém-criada Junta de Paróquia de São Martinho de Arco de Baúlhe, conforme a legislação em vigor[20].

Em 1882, em 3 de Março, falou-se na Junta de Freguesia, então Junta de Paróquia, na necessidade de fazer obras na capela. A referência foi feita no Orçamento para aquele ano; mas a quantia não é indicada[21].

---

[19] *... a respeito de se lhe mandar reformar o Cabido da cappella de Nossa Senhora dos Remedios da qual ella suplicante he administradora...* Arquivo Distrital de Braga. Registo Geral, vol. 78, 152, fól. 84v: *Registo de provisao para embargos de cappitulos de visita que ficou na cappela de Nossa Senhora dos Remédios, a favor de Donna Francisca Rosa Joaquina.*

[20] *A quantia a juro de 33.000 réis constante do título manual em data de 19 de Março de 1840 que deve Jerónimo Pereira da Costa e mulher, do largo de Salgueiró, freguesia de Refojos, sendo credora a Junta de Paróquia pela invocação de Nossa Senhora dos Remédios...* Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios, [*Fragmento de um livro de Actas (?) da Junta de Paróquia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1865-].*

[21] Arquivo da Junta da união de freguesias de São Martinho de Arco de Baúlhe e Vila Nune. *Actas das sessões da Junta de Parochia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1877-1883*, fól. 23v.

Ainda nesse ano, na sessão da Junta do dia 31 de Agosto, o Presidente alvitrou a hipótese de mudar o local da capela para o lugar da Serra, anexando-lhe a capela do Senhor dos Aflitos. Porquê? Seria por uma razão meramente economicista? Ou será que já se falava na abertura da estrada de Fermil ao Arco, estrada que a iria levar à sua destruição? É bem possível, pois entre pensar-se na abertura de uma estrada e transformar essa ideia numa realidade costumam passar-se muitos anos. Vejamos o teor da proposta:

> *Pelo Presidente foi apresentada em mesa a proposta de remoção da capela da Senhora dos Remédios para o lugar da Serra, anexando a ela a capela do Senhor dos Aflitos, ponderando que essa remoção era um acto de aformoseamento na freguesia e incentivo à devoção dos fiéis para com a mesma Senhora; o que sendo considerado pela Junta e achada aceitável a proposta, deliberou que ela se realizasse logo que as circunstâncias financeiras da paroquia o permitissem, fazendo-se primeiramente a respectiva planta das obras a fazer-se por esse motivo...*[22]

Apesar de por vezes haver uma saudável discussão nas propostas que eram apresentadas nas reuniões da Junta de Freguesia, esta teve um aplauso geral.

Algures ainda naquele ano, a Junta de Paróquia soube que Francisco Esteves Ribeiro, familiar de Manuel Esteves Ribeiro, ambos naturais do Arco de Baúlhe, mas com a vida organizada na cidade do Porto, deixara em testamento 30$000 réis para a realização de obras na capela[23].

Em Agosto do ano seguinte falou-se em fazer obras na capela, obras que, infelizmente, não foram indicadas[24]. Mas sabendo-se

---

[22] Arquivo da Junta da união de freguesias de São Martinho de Arco de Baúlhe e Vila Nune. *Actas das sessões da Junta de Parochia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1877-1883*, fól. 28v.

[23] Manuel Esteves Ribeiro criaria em finais do século XIX uma série de escolas em muitos locais do Norte de Portugal. Como não podia deixar de ser, uma dessas escolas foi construída no Arco de Baúlhe. Em Braga esteve também ligado à criação da Oficina de S. José, em 1892, e foi benfeitor da Regeneração.

[24] Arquivo da Junta da união de freguesias de São Martinho de Arco de Baúlhe e Vila Nune. *Actas das sessões da Junta de Parochia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1883-1886*, fls. 34v-35.

já que a estrada sempre iria ser feita o Presidente propôs que atendendo a que o traçado poderia destruir total ou parcialmente essas obras não fossem avante, no que talvez não deixasse de ter alguma razão. Os seus colegas na Junta concordaram:

> *Pelo Presidente foi dito que tendo a estrada distrital do Arco a Fermil conforme o traçado marcado ultimamente pelos respectivos engenheiros de alagar (sic) a capela ou parte dela da Senhora dos Remédios parecia-lhe que deviam dispensar-se as obras no conserto dos telhados da mesma capela os quais havia posto em arrematação a fim de com esta estrada não ficarem inutilizados pelo que chamava a atenção da Junta sobre este assunto. E a Junta deliberou unanimemente que não se fizessem essas obras até que se resolva definitivamente o traçado dessa estrada*...[25]

A ideia poderia ser correctíssima. Mas a verdade é que estrada demorou demais a fazer-se e em 1895 houve necessidade de ser colocada uma alínea no Orçamento para o ano seguinte prevendo obras urgentes – *23. Para retelhar a igreja e a capela de Nossa Senhora dos Remédios 30$000* – porque os telhados estavam em mau estado.

Passados uns anos, nos inícios de 1899, faleceu o pároco. Antes de falecer deixara um pedido expresso aos seus irmãos para entregarem à Junta de Paróquia a quantia de

> *... 100$000 réis... [para] que fizessem esta entrega depois do seu falecimento a esta corporação para ser aplicada em obras para a capela de Nossa Senhora dos Remédios na primeira ocasião que estas se encetarem, ou principiarem, passando a dita quantia para a mão do tesoureiro desta junta*...[26]

---

[25] Arquivo da Junta da união de freguesias de São Martinho de Arco de Baúlhe e Vila Nune. *Actas das sessões da Junta de Parochia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1883-1886*, fól. 14v.

[26] Arquivo da Junta da união de freguesias de São Martinho de Arco de Baúlhe e Vila Nune. *Actas das sessões da Junta de Parochia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1895-1905*, fól. 31v.

Quererá esta informação dizer que a capela fora neste ano de 1899 demolida e já se pensava na sua reconstrução? Não. E dizemos não porque na acta de 26 de Outubro deste ano, no lançamento do *Orçamento* para 1900, havia ainda um item a referir a necessidade de serem feitas obras na capela: *Para obras na capela da Senhora dos Remédios em cumprimento da esmola recebida para esse fim. 100$000*[27]. No Orçamento para 1901 repete-se este item[28]. Mas deveria estar iminente, talvez os trabalhos de construção da estrada já estivessem próximos de chegar ao Arco.

O único dado concreto que conhecemos sobre a demolição da capela é o que foi lançado no Orçamento para o ano de 1902, apresentado na reunião da Junta de Paróquia de 6 de Junho deste ano:

> *Receita*
>
> *8. Material da capela de Nossa Senhora dos Remédios 20$000*
>
> *9. Venda da capela de Nossa Senhora dos Remédios 170$000*
>
> *10. Donativo do falecido pároco António Carvalho Pinto da Cunha para obras na capela de Nossa Senhora dos Remédios 100$000*
>
> *Despesa: Para ajuda da compra de terreno para a reconstrução da capela de Nossa Senhora dos Remédios 290$000*[29].

Infelizmente as actas da Junta de Paróquia não são mais explícitas. E como o arquivo da Direcção de Estradas de Braga, sucessora do antigo serviço de Obras Públicas, foi há poucos meses transferido para Lisboa, não se prevendo em que data

---

[27] Arquivo da Junta da união de freguesias de São Martinho de Arco de Baúlhe e Vila Nune. *Actas das sessões da Junta de Parochia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1895-1905*, fól. 31v.
Nesse mesmo ano, na sessão de 9 de Agosto, foram apresentados dois castiçais em prata que Baltazar Leite Basto ofereceu para servir nas festividades da Senhora dos Remédios: Arquivo da Junta da união de freguesias de São Martinho de Arco de Baúlhe e Vila Nune. *Actas das sessões da Junta de Parochia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1895-1905*, fól. 45.

[28] Arquivo da Junta da união de freguesias de São Martinho de Arco de Baúlhe e Vila Nune. *Actas das sessões da Junta de Parochia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1895-1905*, fól. 41v.

[29] Arquivo da Junta da união de freguesias de São Martinho de Arco de Baúlhe e Vila Nune. *Actas das sessões da Junta de Parochia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1895-1905*, fól. 59 e 59v.

voltará a ficar acessível ao público, não podemos dizer quando é que poderemos ter dados mais concretos quer sobre a construção do lanço de Fermil ao Arco de Baúlhe da Estrada nº 210, quer sobre a forma como correram as negociações para a destruição desta capela de Nossa Senhora dos Remédios.

2. O ANO DE 1903

1) Entre a construção da capela e a criação da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios

Pode dizer-se que a história da capela de Nossa Senhora dos Remédios está dividida em quatro partes bem distintas

1. Desde a fundação, em 1609, até 1903
2. O ano de 1903
3. Desde 1903 até 1911
4. De 1912 até à actualidade

Ou seja, (1) a capela antiga desde a sua fundação até à sua demolição; (2) o ano da construção da nova, actual, capela; (3) da nova construção até à morte do seu grande animador, Francisco José Leite Borges; e (4) da morte do grande benemérito até à actualidade.

É fácil aceitar que o ano de 1903 deve ter sido extraordinário na freguesia de Arco de Baúlhe. A recente construção da actual estrada nº 210, que ligava a sede de concelho de Cabeceiras de Basto à de Celorico, muito possivelmente decalcando um caminho antigo que teria esse mesmo fim, tornou necessário destruir a capela de Nossa Senhora dos Remédios. Claro que a capela foi destruída em data anterior, dois anos antes, sendo as imagens guardadas na igreja matriz, como era costume acontecer em casos semelhantes.

Uma questão que se deve levantar é a de saber qual seria o seu local exacto de implantação. Sem dúvida que teria a ver com o caminho que deveria existir e foi transformado na Estrada nº 210; e também com o que hoje é conhecido como rua do Sardoal. Deveria também ter a orientação canónica, nascente--poente, como aliás hoje continua a ter. Considerando a casa

grande que hoje continua a defrontar a capela do lado nascente da estrada, acreditamos que essa casa marginaria o caminho antigo, caminho que deveria ter bem menos de metade da largura da estrada. Assim, a capela poderia estar localizada, talvez, na metade poente da estrada 210, não nos parecendo de todo incorrecto poder colocar-se a hipótese de que o extremo da capela-mor não deveria andar longe do sítio onde hoje existe a porta principal e, muito possivelmente marginando a rua do Sardoal.

De concreto sabe-se apenas que ficou situada no local onde existia uma casa que pertencia a Maria Rita da Purificação Henriques. Esta senhora aceitou a demolição e ofereceu o terreno, recebendo apenas a quantia de 50$000 réis *proveniente de material rejeitado e que não podia servir para a obra em reconstrução*[30].

Por sua vez, a Direcção das Obras Públicas, responsável pela construção deste troço da Estrada Nº 210 (então Estrada Distrital nº 40, lanço do Arco a Fermil), entregou à Junta de Paróquia a quantia de 170$000 réis *proveniente da expropriação da antiga capela*[31].

Em 9 de Junho de 1904 e dado que se tinha formado uma entidade que era formalmente a fabriqueira da nova capela, a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, a Junta de Paróquia decidiu, em reunião do dia 9 de Junho de 1904, entregar o dinheiro que tinha em sua mão, os 170$000 réis da venda da capela a que se juntavam mais 20$000 réis de materiais vendidos provenientes da sua demolição e ainda 100$000 réis deixados pelo antigo pároco António Carvalho Pinto da Cunha, que deveriam ser aplicados em futuras obras:

> *Acta respeitante ao dinheiro depositado na Junta pertencente à Senhora dos Remédios.*
>
> *Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e quatro aos nove dias do mês de Junho,*

---

30 *Capella de Nossa Senhora dos Remédios*. "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, de 27 de Setembro de 1902; *Romaria e festa a Nossa Senhora dos Remédios* "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, de 12 de Setembro de 1903.
Esta senhora ofereceria ainda *bastante material de uma antiga casa ali existente*, o que motivou um forte agradecimento da Irmandade, lavrado na acta da reunião da direcção de 27 de Outubro de 1903: Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fól. 2.

31 *Senhora dos Remédios*. "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, de 27 de Setembro de 1902.

pelas quatro horas da tarde, nesta freguesia de São Martinho do Arco de Baúlhe, concelho de Cabeceiras de Basto, estando reunido na casa das sessões desta Junta o reverendo José Bernardo Alves de Moura Guerra, presidente da dita Junta, assim como os vogais da mesma que abaixo vão assinados. Aberta a sessão pelo presidente foi dito que tendo sido expropriada a capela da Senhora dos Remédios pelas Obras Públicas foi entregue a esta Junta para ela administrar o produto da expropriação e venda de material na importância total de cento e noventa mil réis, e bem assim lhe foi entregue igualmente pela família do falecido abade António Carvalho Pinto da Cunha a quantia de cem mil réis para obras na referida capela da Senhora dos Remédios; ora atendendo a que, reconstruída a capela da Senhora dos Remédios, se fundou ali uma Irmandade que é hoje fabriqueira da mesma capela; atendendo a que essa irmandade se acha legalmente erecta tanto canónica como civilmente; atendendo a que, portanto, está esta irmandade habilitada a administrar os fundos destinados exclusivamente aos melhoramentos da capela; atendendo a que do orçamento da Junta consta existir aquelas quantias com o fim especial de serem pertencentes à capela da Senhora dos Remédios: propunha que se fizesse entrega das referidas quantias à Irmandade da Senhora dos Remédios sendo a primeira de cento e noventa mil réis para construir um fundo especial para a capela de maneira que se algum dia a irmandade se dissolver volte esse dinheiro para a Junta de Paróquia ou corporação que lhe suceder para aquele fim, e a segunda quantia de cem mil réis entregue para obras como desejo do falecido abade, o que foi aprovado por unanimidade ficando o presidente autorizado a cumprir esta resolução e a receber a respectiva paga e quitação. E não havendo mais que tratar na presente sessão ordinária o presidente encerrou-a, do que para constar se lavrou a presente acta que por todos vai ser assinada depois de lida por mim Alfredo Ferreira Leite, secretário que a escrevi e assino...[32]

---

[32] Arquivo da Junta da união de freguesias de São Martinho de Arco de Baúlhe e Vila Nune. *Actas das sessões da Junta de Parochia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1895-1905*, fls. 72-72v.

Este dinheiro viria a ser entregue um pouco mais tarde à Irmandade, em 26 de Julho de 1904:

> *... E logo pelo Senhor Juiz foi dito que o reverendo Padre José Bernardo Alves de Moura Guerra, na qualidade de Presidente de Junta da Paróquia desta dita freguesia, aqui presente, deseja entregar a esta Irmandade as seguintes quantias: - cento e setenta mil reis, importância da expropriação da antiga Capela de Nossa Senhora dos Remédios, pelo Estado, para se construir a Estrada Distrital número quarenta, lanço do Arco a Fermil, quantia entregue à Junta da Paroquia já referida em virtude de não haver Irmandade legalmente erecta ao tempo dessa expropriação; vinte mil reis, importância dos materiais da mesma antiga Capela que a referida junta vendeu; e, finalmente, cem mil reis que à mesma Junta foram entregues pela excelentíssima família do falecido reverendo abade António Carvalho Pinto da Cunha, antigo e saudoso pároco da freguesia, a fim de serem aplicados em obras da capela de Nossa Senhora dos Remédios. Propunha que as mesmas quantias fossem recebidas e que delas se desse quitação ao reverendo pároco José Bernardo Alves de Moura Guerra para sua inteira garantia e da Junta da Paróquia da freguesia de São Martinho que representa. A Mesa... deliberou aceitar os últimos cem mil réis referidos para o fim que foram doados... e que deles bem como das outras duas quantias... se desse plena quitação...*
>
> *Deliberou mais a Mesa que atenta à proveniência das duas primeiras quantias... ser da expropriação e materiais da antiga capela, resolve que os rendimentos de tal quantia sejam sempre aplicadas em obras ou alfaias da actual capela...*[33]

Ou seja, muito embora a arquitectura da actual capela nada tenha a ver com a que existia anteriormente – tem uma outra feição, moderna, embora muito diferente do que então se estava fazendo em Lisboa, Porto ou Braga –, não pode haver dúvidas que incorpora alguma memória da velha capela seiscentista porque na sua construção foram aproveitadas algumas pedras do antigo templo.

---

[33] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 12-13.

A demolição da capela veio a dar azo ao fortíssimo sentido de benemerência de um homem que vivia nas suas proximidades, Francisco José Leite Borges. Senhor de uma larga fortuna, Leite Borges não só pagou a construção da nova capela como, também, viria a assegurar o culto nos primeiros seis meses e a fazer múltiplas doações em peças e em dinheiro que garantiram a manutenção de muitas das funções do templo. Viria ainda a ser nomeado juiz perpétuo da Irmandade que então fora criada.

No dia 3 de Setembro de 1903, ainda a capela não tinha sido formalmente inaugurada e já corria num dos jornais de Braga (Comércio do Minho) a notícia da sua construção:

> *Inauguração d'um templo – festa.*
>
> *Nos próximos dias 7 e 8 do corrente terá lugar na freguesia do Arco de Baúlhe, concelho de Cabeiras de Basto, uma imponente festa em honra de Nossa Senhora dos Remédios.*
>
> *Haverá festa de igreja, sermão pelo reverendo cónego Manuel Antonio Borges, grande arraial em que tocarão 4 bandas de música, e variada quantidade de fogo-de-artifício.*
>
> *O Sr. Jose Francisco Leite Borges, que a expensas suas mandou construir o templo da Senhora dos Remédios, despende também com esta festividade e com a construção daquela obra, e ainda com a aquisição de imagens e de diferentes alfaias para o culto, cerca de 5:000$00 réis, não incluindo n'esta quantia as despesas com a organização e instalação da respectiva irmandade, as quais foram todas feitas à conta daquele benemérito.*

A capela foi inaugurada dia 8. Mas *já no domingo passado fora solenemente benzida, logo depois da trasladação da venerando e formosa imagem de Nossa Senhora dos Remédios que há dois anos se achava na paroquial igreja de São Martinho.* Como é natural, *durante os dois dias de festa [foi] muito visitada por numerosos fiéis que prodigalizaram imensos louvores ao senhor Francisco José Leite Borges pelo seu arrojado cometimento de mandá-la construir à sua custa, não deixando também de enaltecer a piedosa iniciativa da excelentíssima Senhora Dona Maria Rita Henriques pela generosa cedência do terreno preciso para a cons-*

trução de tão formoso templo. Mas não contente com a construção da nova capela, Leite Borges ofereceu também duas novas imagens, *Sagrado Coração de Jesus e de S. Francisco. Estas duas foram mandadas esculturar em Braga, de onde chegaram há poucos dias*[34].

Aparentemente tudo parecia fácil. Mas não era. Naturalmente que não bastava construir uma capela para que logo pudesse passar a funcionar. Por essa razão, talvez se possa até dizer que construir que essa era a parte mais fácil. Mais difícil seria mantê-la com dinamismo, dar-lhe uma vida plena. É que esta não era uma capela qualquer, uma entre as várias existentes na freguesia. Não: a capela de Nossa Senhora dos Remédios era para além de um lugar de culto a responsável pela festa da freguesia, por uma festa tão grande que atraía as populações das freguesias envolventes, Faia, Santa Senhorinha, Atei, Vila Nune, Pedraça...

A alma de tudo foi, repita-se, Francisco José Leite Borges. Ele sabia exatamente o que queria e o que seria necessário. Ele sabia que para a capela se manter bem viva teria que ter dinheiro próprio e, sobretudo, ter uma grande actividade. Mas para isso, para ter uma vida plena capaz de satisfazer os moradores e atrair outros beneméritos, teria que haver por detrás uma instituição, uma Irmandade. Leite Borges poderia ter o dinheiro necessário e suficiente, mas sozinho, sem outros a acompanhá-lo – até porque a sua vida também se fazia no Porto – a capela não singraria.

A notícia que acima transcrevemos, saída em Braga, foi bem clara na sua benemerência, mas também na sua clarividência ao tentar também instituir uma Irmandade. Além disso mostrava que era uma pessoa com bons contactos o que também deve ter sido importante para resolver os problemas burocráticos da criação da Irmandade.

Para isso era preciso por um lado trabalhar no Paço Arquiepiscopal, para a nova Irmandade ter a devida legalidade religiosa e os competentes *Estatutos*. Por outro, era necessário reunir as pessoas da freguesia à sua volta, sobretudo as mais gradas, incluindo as suas autoridades, e com base naqueles *Estatutos*

---

[34] *Romaria e festa a Nossa Senhora dos Remédios* "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, de 12 de Setembro de 1903.

votar os nomes de quem deveria constituir a mesa que, por sua vez, iria, depois, orientar os primeiros trabalhos eleitorais em que se escolheriam as pessoas que iriam governar o primeiro mandato, o primeiro biénio, da novel Irmandade.

2) Os primeiros momentos da Irmandade

A reunião constituinte viria a realizar-se nas instalações contíguas à capela, no dia 30 de Agosto. Vejamos a acta, a primeira entre todas as da futura Irmandade, e os nomes de quem orientou os trabalhos:

> *Acta de Constituição da Mesa.*
>
> *Aos trinta dias do mês de Agosto de mil novecentos e três, pelas dez horas da manhã, no edifício da capela, digo da sala das sessões contígua à capela de Nossa Senhora dos Remédios, do Arco de Baúlhe, da freguesia de São Martinho, previamente designado pera ele ter lugar a eleição honede guir (sic, por hão de guiar) a irmandade de Nossa Senhora dos Remédios nos termos dos artigos sétimo a décimo primeiro e trigésimo segundo dos Estatutos superiormente aprovados, constituindo a mesa com o Presidente Doutor Augusto Ângelo Vilela Passos este designou para secretário João Pereira da Cunha Bastos, irmão fundador, escrutinador Manuel Pereira de Castro, primeiro revedor Eduardo Gonçalves de Moura, segundo dito Júlio de Oliveira, todos estes também irmãos fundadores da referida irmandade. Convidando o mesmo presidente os eleitores que aprovassem a proposta a passarem para o lado direito dele presidente e para o lado esquerdo os que a rejeitassem. E tendo sido esta proposta aprovada por unanimidade ficou assim constituída a mesa eleitoral, afixando-se logo na porta principal do edifício uma relação dos seus vogais assinada pelo presidente e pelo secretário, estando também presente José Ferreira de Oliveira, Regedor desta freguesia. Do que se mandou lavrar esta acta que depois de lida à Assembleia vai ser assinada pela mesa, que eu João Pereira da Cunha Bastos, secretário, escrevi e assino*
>
> *Augusto Ângelo Vilela Passos – presidente*
> *João Pereira da Cunha Bastos – secretário*

Manuel Pereira de Castro – escrutinador
Eduardo Gonçalves de Moura – primeiro revedor
Júlio de Oliveira – segundo revedor[35].

Escolhida a mesa eleitoral e como não havia nenhuma dúvida sobre o que ali se pretendia, passou-se de imediato a outra votação, aquela em que iria ser escolhida a primeira direcção da Irmandade. Votaram 43 pessoas, os irmãos fundadores, não faltando nenhum. Estranhamente, o pároco não compareceu, tendo sido nomeada uma pessoa para ocupar o seu lugar. Como seria de prever, o Presidente escolhido foi o homem que já então era o maior benemérito, Francisco José Leite Borges. Lancemos aqui a acta desse momento fundamental, a primeira eleição da Irmandade:

Acta de eleição ... e proclamação

Aos trinta dias do mês de Agosto de mil novecentos e três no edifício da casa das sessões contiguo a Capela de Nossa Senhora dos Remédios sita na povoação de Arco de Baúlhe, da freguesia de São Martinho, constituída a mesa eleitoral, como consta da acta anterior e com a assistência de Justino Gonçalves Pereira e Sousa e José Ferreira de Oliveira respectivamente o primeiro representante do Pároco e o segundo do Regedor desta mesma freguesia tendo sido escolhido pela mesa aquele primeiro cidadão para substituir o competente pároco, visto este não ter comparecido: declarou o presidente que se ia proceder a eleição da mesa que há-de administrar a irmandade de Nossa Senhora dos Remédios erecta na capela do mesmo nome da dita povoação do Arco de Baúlhe, mesa que se compõe do juiz, que é o presidente, secretario, tesoureiro, promotor e três vogais, e recomendou a assembleia constituída pela maioria irmãos fundadores e signatários dos Estatutos que regulam a referida irmandade, os quais foram competentemente aprovados aos dezassete dias do mês de Agosto do corrente ao de 1903 = que se não admitia lista em papel de cores nem transparentes, ou que tivessem qualquer marca, sinal, desig-

[35] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fls. 1-1v.

nação ou numeração externa e que cada lista devia conter só sete nomes com as respectivas designações. Em seguida votaram as suas listas os vogais da mesa do caderno de onde constava a relação dos irmãos fundadores da já mencionada irmandade, se fez a chamada dos eleitores, procedendo-se na conformidade da lei. Concluída a primeira chamada, se fez a chamada geral dos que não tinham votado, que terminou as dez (sic) horas e dez minutos da tarde. Findas duas horas de espera, durante as quais se receberão as listas dos eleitores que apareceram o presidente perguntou se havia mais algum que pretendesse votar, recebendo as listas dos que imediatamente e sucessivamente se apresentaram. Recebida a ultima lista, sem que dentro da assembleia houvesse mais algum eleitor que se apresentasse para votar, encerrou-se a votação e procedeu-se a contagem das listas contidas na urna, verificando-se que eram trinta e três, e a contagem das descargas postas no caderno verificando-se que eram também trinta e três. O resultado desta contagem e confrontação foi logo publicado por edital afixado na porta principal da casa da assembleia. Em seguida, procedeu-se ao apuramento dos votos, de conformidade com as disposições legais, reconhecendo-se terem votados os irmãos seguintes = Juiz, Francisco José Leite Borges; Secretario, João Pereira da Cunha Bastos; Tesoureiro, José Ferreira de Oliveira; Promotor, Justino Gonçalves Pereira e Sousa; Vogal, Eduardo Gonçalves de Moura; dito, Júlio de Oliveira; dito, Lourenço Pereira de Magalhães, tendo cada um destes nomeados trinta e três votos, os quais foram proclamados. Concluído o apuramento publicou-se por edital, afixado na porta da assembleia, a relação de todos os eleitos, queimaram-se em seguida as listas na presença da assembleia lavrando-se de tudo a presente acta para, conjuntamente com os mais papeis do processo eleitoral, ter o destino indicado no código administrativo. Durante as operações eleitorais não houve reclamação nem protesto algum. E eu João Pereira da Cunha Bastos, secretário escrevi e assino com o presidente, representante do Pároco, Regedor e mais vogais da mesa.

Augusto Ângelo Vilela Passos – presidente
Justino Gonçalves Pereira Sousa
José Ferreira de Oliveira

Manuel Pereira de Castro, escrutinador
Eduardo Gonçalves de Moura, revesador (sic)
Júlio de Oliveira, regisador (sic)
João Pereira da Cunha Bastos, secretario[36]

A primeira reunião da Irmandade seria realizada uma semana mais tarde, em 6 de Setembro de 1903, antecedendo o primeiro dia da festa. Depois de todos os membros da Direcção terem assegurado que ali estavam de boa vontade e dispostos a cumprir todos os deveres que os seus cargos e os *Estatutos* lhes exigiam, a Mesa deliberou de imediato aceitar uma série de pessoas como irmãos, entre as quais se contavam sobretudo mulheres, as primeiras que a Irmandade teve, pois os 43 fundadores eram todos homens. Esta aceitação era absolutamente fundamental pois sem irmãos a Irmandade não conseguiria funcionar.

Refira-se que o primeiro nome de mulher lançado na acta foi, compreensivelmente, o da esposa do Presidente-benemérito, D. Henriqueta Rosa Magalhães Borges. Diga-se ainda que naquele momento foram admitidas mais mulheres (16) que homens (6), contrabalançando assim o facto de não haver nenhuma mulher entre os fundadores. Será, aliás, interessante vir um dia a saber-se quantas destas dezasseis novas irmãs eram casadas com fundadores. Como é natural, eram todas moradoras no Arco. No que respeita aos novos irmãos, quatro eram do Arco, um habitava na vizinha freguesia de Santa Senhorinha e outro em Macieira, concelho de Felgueiras.

Registemos aqui esse documento fundamental, a primeira acta da Direcção:

Acta de posse da irmandade

Ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e três, aos seis dias do mês de Setembro do dito ano, tendo-se reunido a mesa eleita da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, erecta na capela que lhe é dedicada, no Arco de Baúlhe, freguesia de São Martinho, concelho de Cabeceiras de Basto, na casa do despacho da

---

[36] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fls. 1v-2v.

dita irmandade, a qual existe contígua à referida capela, lugar destinado à sessão da messa, para o que foi prévia e competentemente convocada, achando-se presentes Francisco José Leite Borges, juiz da Irmandade e Presidente da Mesa, João Pereira da Cunha Bastos, Secretário, José Ferreira de Oliveira, Tesoureiro, Justino Gonçalves Pereira e Sousa, Promotor e Eduardo Gonçalves de Moura, Júlio de Oliveira e Lourenço Pereira de Magalhães, Vogais da mesa pelo Juiz aí foi dito que estando presentes todos os membros da mesa eleita, os convidava a declararem se tinham a opor algum motivo justificado que os impossibilitasse de exercerem os encargos para que foram eleitos e no caso negativo se todos prometiam serem obedientes às determinações do Compromisso e servirem bem e fielmente a Irmandade. E não tendo sido apresentado por nenhum deles qualquer escusa de cargo, prometeram em seguida cumprir escrupulosamente as disposições dos Estatutos, declarando o Juiz depois da sessão aberta e instalada à Mesa que foi eleita no dia trinta do mês próximo passado. Pelo mesmo juiz foi dito que pretendendo entrar para irmãos desta Irmandade vários indivíduos que satisfaziam aos regulamentos exigidos no artigo vinte e três e seus parágrafos dos Estatutos, e sendo da competência da Mesa resolver sobre esse assunto seguindo o artigo catorze, número um dos mesmos Estatutos, submetia à Direcção dos Mesários a competente relação dos requerentes, com os documentos que diziam respeito aos mesmos, para deliberarem conforme entenderem. Em vista do que resolveu a Mesa por unanimidade, admitir para irmãos os seguintes indivíduos Júlio Pereira Leite; Alfredo Pereira Leite; Baltasar Leite Bastos; Francisco d'Oliveira Fajaco; Adolfo Pereira Baptista, todos da freguesia de São Martinho; António Joaquim Pereira da freguesia de Santa Senhorinha; Francisco Teixeira da Cunha, freguesia da Macieira, da comarca de Felgueiras; D. Henriqueta Rosa Magalhães Borges; D. Maria Almeida Borges Basto; D. Guilhermina Angélica Mendes Borges; D: Lídia Leite Borges de Faria; D. Joaquina Leite Pacheco; D. Leontina Pereira de Sousa; D. Joaquina Rosa Pereira Leite; D. Emília de Jesus Leite; D. Isabel Maria Pereira da Costa Penha; D. Filomena Rosa de Jesus;

D. Maria da Conceição Pereira Leite; D. Elvira Cândida de Meireles; D. Guilhermina da Conceição Borges Ferreira; Valentina Nunes Ferreira; Francisco José Leite Borges Júnior; D. Maria Alves de Araújo Costa; D. Maria da Conceição Leite d´Araújo Costa, todos da referida freguesia de S. Martinho. E não havendo mais que deliberar ele juiz declarou encerrada a sessão, de que mandou lavrar a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Juiz e mais Mesários presentes e pelo Secretário da Irmandade, João Pereira da Cunha Bastos, que a mandou escrever e conferiu. Ressalva-se a entrelinha = que diz o artigo = da página antecedente a linhas dezasseis.
Francisco José Leite Borges
Justino Gonçalves Pereira e Sousa
José Ferreira de Oliveira
Eduardo Gonçalves de Moura
Júlio de Oliveira
Lourenço Pereira de Magalhães
João Pereira da Cunha Bastos[37]

Naquele primeiro ano, e apesar da primeira reunião se ter realizado em Setembro, a direcção ainda se viria a reunir mais cinco vezes, o que é compreensível atendendo não só ao fervor que sempre se tem quando se começa um novo encargo como, também, devido à necessidade de deixar bem traçadas as linhas de actuação da Irmandade.

Mas havia ainda outro factor que não era menos interessante: estavam todos não só embevecidos com o novo edifício da capela, feito num estilo que não tinha paralelo com todos os outros templos existentes na zona, *uma elegante e majestosa capela*[38] como, também, com a figura do seu Presidente-benemérito, a quem não se cansavam de enaltecer. Por essa razão, não só lhe deram a possibilidade de escolher na capela um local especial e perpétuo para si e sua esposa assistirem aos ofícios religiosos, como mandaram lavrar em pergaminho um agradecimen-

---

[37] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935,* fls. 1-2.

[38] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fól. 2.

to. A verdade é que a benemerência de Leite Borges não se restringira à construção da capela, o que já não seria pouco:

> *... não contentes ainda com o grande benefício prestado com a reconstrução da antiga Capela de Nossa Senhora dos Remédios [Leite Borges e a esposa], têm mandado dizer à sua custa em todos os domingos e dias santificados, desde o dia oito de Setembro do corrente ano, e continuando na intenção de o fazerem durante o espaço de seis meses, o que constitui um apreciável favor para os habitantes desta freguesia; acrescendo ainda que as imagens mais modernas que ornamentam os altares da dita capela, os melhores ornatos e objectos do culto foram também cedidos generosamente por aqueles insignes benfeitores...*[39]

Não contentes, na reunião seguinte (29 de Novembro de 1903) os Mesários foram ainda mais longe e deram a Leite Borges o cargo de Juiz Perpétuo da Irmandade[40].

É certo que os textos que estão lançados nas actas mostram bem que a Direcção da Irmandade tinha uma admiração sem limites pelo seu Juiz Perpétuo. Mas também é verdade que, ao mesmo tempo, este agradecimento poderia servir também como um incentivo para que surgissem novos beneméritos. Por essa razão, em 30 de Novembro de 1903 a Mesa decidiu nomear

> *... irmãos benfeitores todos os indivíduos que tiverem contemplado a irmandade de Nossa Senhora dos Remédios com valores superiores a cinquenta mil réis ou que tiverem prestado serviços assinalados à mesma Irmandade e que a Mesa considere como tais...* [41]

Nesse mesmo momento foram assim escolhidas quatro pessoas; aliás, já numa acta anterior tinha sido feito um agradecimento muito especial à senhora que oferecera o terreno para

---

[39] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fól. 2.

[40] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 4-4v.

[41] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 4v-5v.

construir a capela e anexos e a outro senhor, *o Doutor António Camilo Henriques, advogado e conservador nesta comarca, por ter administrado com o maior zelo e dedicação os antigos capitais pertencentes à antiga Capela de Nossa Senhora dos Remédios, que montam à valiosa importância de um conto e noventa e um mil e trezentos réis (1.091$300)* [42].

No dia 30 de Novembro, foi decidido nomear um servo, *Claudino José da Silva, casado, tamanqueiro, residente nesta Rua do Arco*, o que pode ser entendido não só como um sinal de vitalidade da Irmandade como, também, de que havia na capela uma actividade contínua.

Não contente com todas as benemerências já feitas, Francisco José Leite Borges resolveu dotar a Irmandade, em 2 de Dezembro de 1903, com a elevada quantia de um conto de réis (1.000$000) ficando esta com a obrigação de

> *Primeiro… mandar rezar por morte do doador uma missa em sufrágio da sua alma e uma outra também em sufrágio da alma da esposa deste doador, Dona Henriqueta Rosa de Magalhães Borges, quando esta falecer, e tanto uma como outra, anualmente no dia do aniversario do óbito de cada um deles; Segunda – que enquanto o doador for vivo, fica obrigada a mesma irmandade a ouvir sempre a opinião dele doador sobre a escolha do presbítero ou do capelão que for encarregado de celebrar as missas nos domingos e dias santificados na referida capela de Nossa Senhora dos Remédios opinião que será sempre acatada e observada; Terceira – que o aludido capital de um conto de reis, com que ele doador deseja contemplar a dita irmandade, só será entregue à mesma corporação até ao dia trinta de Julho do ano próximo futuro de mil novecentos e quatro e, caso não seja até esse dia, constitui-se desde já devedor desse capital, com o vencimento de cinco por cento ao ano, à dita irmandade, por todo e qualquer prazo que decorrer além daquele dia trinta de Julho, até que a irmandade seja embolsada dessa importância agora doada…*[43]

---

[42] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 2-4.

[43] Arquivo Distrital de Braga. Notário de Cabeceiras de Basto, 1º ofício, nº 42, fls. 2v-4 (notário José Eduardo Pereira Leite).

Ainda nesse ano de 1903, na reunião que teve lugar no dia 3 de Dezembro, a direcção resolveu fazer alterar ou acrescentar alguns parágrafos dos seus *Estatutos*. Eram (1) os que diziam respeito à aplicação dos rendimentos e missas e (2) ao término dos biénios, que ficou no dia 30 de Junho. Pena é que se não conserve um exemplar dos seus primeiros *Estatutos*. Co nhecemos apenas uma cópia manuscrita, original, dos *Estatutos* de finais da década de 1930.

3) Fundadores e outros Irmãos

No final deste ano de 1903 a Irmandade contava com 68 irmãos, sendo a maioria (43) fundadores:

Depois, ainda no ano de 1903, entraram mais os seguintes irmãos:

em 6 de Setembro foram aceites mais 22 irmãos
em 31 de Outubro foram aceites mais 3 irmãos

Nos anos seguintes temos as seguintes novas entradas de irmãos:

1908 – 21 irmãos
1909 – 5 irmãos
1911 – 2 irmãos
1920 – 18 irmãos
1921 – 10 irmãos
1922 – 12 irmãos
1924 – 2 irmãos

Vejamos agora a origem (local de residência) dos 43 fundadores:

São Martinho do Arco, 28
Pedraça, 8
Mondim de Basto, 3
Santa Senhorinha, 1
Faia, 1
Porto, 1
Não indicado, 1

De notar ainda que em 25 de Agosto de 1905 entrou um irmão que vivia no Brasil e em 22 de Setembro de 1907 outro irmão brasileiro; neste caso conseguimos saber que era morador no Rio de Janeiro.

Como é natural o primeiro nome lançado entre os fundadores foi o de Francisco José Leite Borges e o segundo o do padre José B. Alves de Moura Guerra. Entre os fundadores, repetimos, não aparece nenhuma mulher. A esposa do maior benemérito, Henriqueta Rosa Magalhães Borges, entrou como irmã apenas em 6 de Setembro de 1903; é a primeira de uma série de 16 mulheres que foram admitidas nesse dia.

No que respeita às profissões dos fundadores encontramos a seguinte estatística:

Proprietários, 22
Negociantes, 6
Não indicada, 6
Padres, 2, sendo um cónego
Advogados, 1
Armador, 1
Capitalistas, 1
Correeiro, 1
Farmacêutico, 1
Ferrador, 1
Pintor, 1

Ainda a título meramente informativo, e por ser este o primeiro ano da existência da Irmandade, vamos transcrever aqui os três primeiros lançamentos de despesas que foram feitos neste ano. Um refere-se à compra de livros para a escrita da Irmandade, outro à publicação de uma acta e o terceiro à aquisição de um Missal

1903. 15 de Outubro. Pago a João Pereira da Cunha Bastos, proveniente de impressos por ele mandados fazer no Porto (ordem nº 1) 24$600 réis

1903. 15 de Outubro. Pago ao Jornal – O Povo de Cabeceiras, pela publicação da acta de 7 de Novembro (ordem nº 2). 9$260 réis

1903. 15 de Outubro. Idem ao Cónego Bento José Barroso por um missal (ordem nº 3) 8$200 réis[44]

Houve, naturalmente, outras despesas. Todas, excepto uma que se referia à reforma dos *Estatutos*, dizem respeito à aplicação dos dinheiros recebidos em títulos de dívida pública. Não estão incorporadas despesas relativas à Festa de 1903. Mas os gastos da Festa de 1904 aparecem lançados nas contas deste biénio, o que é compreensível pois quando a Irmandade começou a funcionar, os trabalhos da festa já tinham sido realizados.

4) Continuam os trabalhos

No ano de 1904 continuou-se a trabalhar na organização da Irmandade, tendo havido cinco reuniões. O cuidado maior recaiu na boa aplicação dos dinheiros recebidos. Embora os irmãos não fossem muitos, as contas estavam boas. Como é natural, a Irmandade fez mais algumas aquisições de bens de que precisava: 23 opas de seda, lã e algodão; uma bandeira de seda para acompanhamento da Irmandade; pedras de ara; cetim para forrar o sacrário; e um confessionário para a capela. Houve ainda uma despesa de que, infelizmente, não temos qualquer rasto: a de estampas de Nossa Senhora dos Remédios.

A aquisição de santinhos, ou Registos de Santos como se diz em linguagem da História de Arte, é algo que remonta a tempos muito arcaicos. Estas pagelas tinham um fim muito variado: por um lado serviam para agradecer a esmola que os romeiros ofereciam, havendo, por vezes, imagens de diferentes tamanhos que eram entregues conforme o montante que era doado; por outro serviam de modo de propagação do culto porque era costume as pessoas colocarem estas imagens nas suas casas em locais bem visíveis, não só para uma eventual protecção celestial que pretendiam receber da entidade representada como, também, de divulgação daquele culto, quer entre as pessoas da casa, quer entre os que nela entravam. Infelizmente não encontramos nenhum registo de santo de Nossa Senhora dos Remédios, do conjunto mandado imprimir em 1904; os que existem são recentes. E também não os

---

[44] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios. *Diário de Receita e Despeza da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios 1903-1935*.

encontramos na colecção da Biblioteca Nacional, sem dúvida a maior existente em Portugal[45], nem na da Biblioteca Pública de Braga[46]

No ano de 1905 continuou-se a fazer uma boa aplicação dos dinheiros da Irmandade. Nesse ano foi finalmente recebida em 27 de Outubro[47] a quantia de 1.000$000 réis que Francisco José Leite Borges doara em 2 de Dezembro de 1903.

Este ano ficará sobretudo marcado por uma obra que embora não fosse muito grande não deixava de ter forte impacto na visualidade da capela porque era exterior. Fosse para a preservar, fosse para proteger os que a procuravam, a direcção entendeu por bem colocar uma vedação para isolar o adro. Foi encarregado desta obra Venâncio António Teixeira que recebeu 41$940 réis pelo seu trabalho[48].

O facto mais relevante do ano de 1906 foi a marcação de eleições, as segundas da história da Irmandade. A eleger havia apenas os cargos secundários da Irmandade porque, como vimos, Leite Borges tinha sido nomeado Juiz Perpétuo. No dia da tomada de posse, o Tesoureiro, como não iria continuar a integrar os corpos directivos, entregou ao seu sucessor os seguintes objectos e quantias em dinheiro e valores que tinha na sua guarda:

11. Nove mil e seiscentos e quarenta e cinco réis, em dinheiro;
12. Cinquenta e cinco mil e quatrocentos réis, em recibos por cobrar;
13. Dois pares de brincos de ouro, com o peso de dez gramas;

---

45 SOARES, Ernesto – *Inventário da colecção de Registos de Santos.* Lisboa, Biblioteca Nacional, 1955. Na Biblioteca Nacional existe uma colecção imensa, que em 1955 era já composta por vários milhares de peças. Com representação de Nossa Senhora dos Remédios havia apenas 19 registos, na maior parte referentes a igrejas de Lisboa.

46 OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Registos de santos do concelho de Braga. Inventário da colecção da Biblioteca Pública de Braga*. "Forum", Braga, 12/13, 1993, pp. 51-124, il.

47 Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 15-15v.

48 Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios. *Diário de Receita e Despeza da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios 1903-1935* (paga em 23 de Maio de 1905).

14. Uma coroa de prata;
15. Um par de castiçais de prata;
16. Todos os objectos de ouro e prata que constam no livro do inventário, pesando os de ouro oitenta e cinco gramas;
17. Seis contos e cinquenta mil reis das inscrições da dívida pública de três por cento;
18. Duas grinaldas douradas;
19. Oito candeeiros para iluminação a acetilene (ficaram guardados na casa das sessões);
10. Uma porção de madeira de pinho para dois palanques e um basar.

Nota: a coroa, os melhores brincos e um fio de contas com cruz de ouro ficaram como adorno à imagem da Senhora dos Remédios[49].

5) Oferta de uma coroa em ouro

O ano de 1909 ficará assinalado por dois momentos especiais: a realização das segundas eleições da história da Irmandade e a oferta de uma coroa feita em ouro para a imagem de Nossa Senhora dos Remédios.

Nas eleições aconteceu uma alteração compreensível, melhor dizendo, a criação de mais um cargo, o de Juiz Presidente, sendo escolhido o Padre Firmino José Alves. Francisco José Leite Borges manteve-se como Juiz perpétuo. Este novo cargo é perfeitamente compreensível dadas as contínuas ausências que Leite Borges fazia para o Porto e outros locais; embora fossem bem colmatadas pelos seus colegas da Direcção – em geral pela pessoa que ocupava o cargo de Promotor – ficavam, desta maneira, regularizadas de uma forma mais correcta.

A oferta da coroa de ouro para a imagem da padroeira foi como que a cereja em cima do bolo para todas as benemerências que a família Leite Borges, que com mais este gesto quase pode ser também encarada como uma padroeira, mas da Irmandade!

---

[49] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 22v-24.

A Direcção quase não conseguiu encontrar palavras para agradecer tamanha dádiva, o que é compreensível porque, acreditamos, são muito poucas as irmandades cuja cabeça do padroeiro ou padroeira é encimada por uma coroa do metal mais nobre. Porque razão Leite Borges decidiu fazer esta oferta, o que o levou a pensar nela, não sabemos. Será que a oferta de uma coroa de ouro e diamantes, cinco anos antes, à imagem da Virgem do Sameiro o motivou a fazer o mesmo à "sua" Senhora dos Remédios? É uma hipótese que deixamos no ar, mas que não acreditamos que algum dia possa vir a ser confirmada.

Deixemos aqui as palavras do Padre Firmino José Alves que ficaram lavradas na acta da sessão em que foi feita a oferta, 20 de Julho de 1909:

> *... Em seguida, pelo juiz presidente foi dito que, sendo entregue na presente sessão pelo Excelentíssimo Senhor Francisco José Leite Borges uma rica coroa de ouro, para ser colocada na imagem de Nossa Senhora dos Remédios, afirmando em seu nome e de toda a mesa, a sua admiração perante tão generosa oferta, que à Senhora dos Remédios acabava de ser feita pelo benemérito fundador desta Capella e Irmandade, o Excelentíssimo Senhor Francisco José Leite Borges e sua Excelentíssima esposa Dona Henriqueta Rosa de Magalhães Borges. Havendo suas Excelências dotado esta localidade com um magnífico templo dedicado à Virgem dos Remédios, com o que deram um solene público testemunho da sua fé e da sua crença, não pararam ali as suas demonstrações d´amor para com a Virgem, fundando a Irmandade, dotando-a com um capital quase suficiente para as despesas dos sufrágios, festa e capelão, e por último com uma linda e valiosa coroa de ouro. Perante actos de tão rasgado altruísmo que bem traduzem a grandeza de alma, a bondade do coração e o primor de sentimentos de quem assim espontaneamente os pratica, apresenta um profundo e sincero reconhecimento em nome dos habitantes do Arco que veem realizados um dos seus mais ardentes desejos em nome de toda a Irmandade que se orgulha do esplendoroso incremento que dia a dia ela vai tomando em nome da Mesa que se sente estimulada na sua vontade de trabalho, e em nome da religião que é condignamente honrada e engrandecida por tão nobres e extremadas benemerências.*

Por todos estes actos que são tradução literal dos sentimentos religiosos e altruístas de sua Excelência Leite Borges e sua virtuosa esposa Dona Henriqueta Rosa de Magalhães Borges e ainda a demonstração evidente do seu intenso e acrisolado amor à sua terra que lhe foi berço propunha que na presente acta se exarasse um voto de louvor e reconhecimento a suas Excelências indo nesse voto a homenagem pobre mas plena de sinceridade do nosso afecto e da nossa admiração. Propunha ainda que no mais curto espaço de tempo, a mesa actual envidasse os esforços necessários para inaugurar na sala das sessões desta Irmandade os retratos dois ilustres beneméritos. Propunha ainda que desta acta se extraíssem duas cópias, uma para ser entregue a suas Excelências, como testemunho perpétuo da nossa profunda estima e leal cooperação e outra para ser enviada a Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz, para que tenha conhecimento de que na diocese de Braga, num recinto da formosa província do Minho, há verdadeiros beneméritos da religião a conseguirem o melhor da sua actividade, conjuntamente com uma parte de suas avultadas fortunas.

Propunha por último que no fim desta sessão toda a mesa fosse pessoalmente apresentar os seus cumprimentos à Excelentíssima Senhora Dona Henriqueta Rosa de Magalhães Borges testemunhando-lhe os seus respeitos e franca cooperação para o engrandecimento da religião no florescimento da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios.

Postas a votação, estas propostas foram aprovadas por aclamação[50].

Como consequência de todas as imensas benemerências recebidas, em 1910 foi realizada uma proposta natural, a colocação *na sala das sessões os retratos dos beneméritos fundadores destas Capela e Irmandade o Excelentíssimo Senhor Francisco Leite Borges e a Excelentíssima Dona Henriqueta Rosa de Magalhães Borges*[51].

---

[50] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 37v-39.

[51] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 41v-42.

6) Morte de Francisco José Leite Borges

O ano de 1911 começou da pior forma para a Irmandade: na acta da sessão de 30 de Janeiro chorou-se a morte do seu Juiz perpétuo, do seu padroeiro, Francisco José Leite Borges. Com a sua perda criava-se, sem a menor dúvida, *um vácuo impreenchível*. Mas deixemos aqui as palavras que os mesários escreveram na mais terrível acta que se pode ler neste livro em que tanto nos temos apoiado[52]:

> *... Pelo Presidente foi dito que convocara esta sessão extraordinária para ser exarado em acta o seu profundo sentimento de dor pelo infausto e pungentíssimo acontecimento pelo infausto falecimento do benemérito e Juiz perpétuo desta Irmandade Francisco José Leite Borges; que tinha a sua alma entristada por tão dolorosa surpresa e que em seu nome, em nome da Mesa, em nome da Irmandade e em nome de todos os habitantes da freguesia de São Martinho do Arco propunha que na acta da presente sessão se consignasse um voto de sentida mágoa, de amarga saudade e de enormíssima dor pela perda irreparável, pelo vácuo impreenchível que se dera com a morte do chorado Amigo Francisco José Leite Borges. Em seguida tomou a palavra o mesário João Pereira da Cunha Bastos que afirmou em palavras comovidas que o Arco perdera o seu melhor Amigo e que a sua dor é tão grande que só sabia senti-la e não sabia escrevê-la. Tomou a palavra o mesmo Francisco Teixeira da Costa Mendes que se associou a todas as demonstrações de pesar, vivamente comovido pelo que ele disse ser uma desgraça. O vogal José Loureiro da Silva associando-se igualmente ao injustíssimo fim desta sessão, disse que com a tão chorada morte de Francisco José Leite Borges a freguesia do Arco perdera a única esperança que tinha de que dentro dela se realizassem melhoramentos de vulto, pois que o falecido benemérito era um amigo da sua terra natal, tendo no seu espírito um programa de melhoramentos que tencionava levar a efeito; considerava a sua perda como irreparável. Tomou*

[52] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 44-45.

de seguida a palavra o vogal José Benjamim de Magalhães que pediu que convertessem as suas lágrimas em frases de dor e de saudade que quando se perde assim tão duramente um amigo e um benemérito o coração comprime-se de dor a tal ponto que se torna impossível descrever por palavras o que se sente; propunha que depois de votada esta acta se enviasse uma cópia à Excelentíssima Senhora Dona Henriqueta Rosa de Magalhães Borges, desolada viúva, que agora mistura as suas lágrimas com a sua dor e com a sua saudade, rogando-lhe que ela pela sua fé e pela sua devoção nunca se esquecesse de Nossa Senhora dos Remédios e da sua capela, continuando a ser a sua incansável protectora.

Em seguida o presidente encerrou a sessão declarando que não tomara mais a palavra porque a comoção lhe embargava a voz...

Como é natural, Dona Henriqueta Rosa de Magalhães Borges quis, de imediato, continuar a obra do marido. Em meado desse ano (19 de Junho) não só quis ela própria oferecer algumas peças (três tapetes para os três altares da capela), como entregou outras que já tinham sido adquiridas pelo marido com o fim de as oferecer à Irmandade: um vaso de ouro para o sacrário e dois castiçais de prata e um pano de damasco agaloado a oiro.

Não satisfeita, Dona Henriqueta pediu *que lhe fossem remetidas para o Porto as imagens de Nossa Senhora dos Remédios e de Santa Senhorinha para serem encarnadas*[53].

7) Novos *Estatutos*

O ano de 1911 não seria fácil, até por outra razão totalmente diversa: no final do ano anterior, a 5 de Outubro, fora implantado um novo regime político em Portugal, a República. O país, e sobretudo as povoações do interior, tinham, em geral, um sentimento muitíssimo católico e, também, monárquico. Os povos ficaram confundidos, tanto mais que para além da mudança política também parecia que iria passar a haver grandes mudanças nas relações entre o Estado e a Igreja, até porque a nova Constituição defendia a separação entre ambos.

---

[53] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 47-47v.

A lei de 20 de Abril de 1911, mais conhecida como "*Lei de Separação da Igreja do Estado*", se por um lado consagrou a *liberdade de consciência e de cultos* (capítulo 1) acabou com a quase promiscuidade que havia entre as duas partes. Ao mesmo tempo, obrigava (artigo 30) a que os *Estatutos* das Irmandades e Confrarias se harmonizassem com esta nova lei, o que deveria ser feito até ao último dia desse ano.

Como não poderia deixar de ser, a Irmandade reagiu muito cuidadosamente:

> *... Em seguida disse o mesmo Juiz que não sendo o espaço de tempo que a Lei concede para a reforma dos Estatutos o suficiente para tão melindroso trabalho, que precisa de muita ponderação, propunha por isso que esta assembleia tomasse uma deliberação acerca do motivo desta reunião, que no seu parecer deveria ser para já, deliberar-se acatar a Lei da separação das Igrejas do Estado, com todos os seus efeitos proibitivos e coercivos que a referida lei impõe e que noutra reunião de assembleia, a qual seja convocada com a possível brevidade, se reformassem os Estatutos da Irmandade em face da mesma Lei. Proposta esta que foi aprovada....*[54]

Ainda nesta reunião, confrontada com o facto de haver *diferentes irmãos que não têm pago regularmente as suas anuidades e joias... e tendo sido convidados a justificar as suas faltas as não justificaram nem regularam a sua situação em face do respectivo Estatuto*... a Direcção tomou, unanimemente, uma decisão que tem tanto de impopular como de corajosa, de os eliminar, *dando-se-lhes disso conhecimento*.

---

[54] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 49v-50v.

3) DE 1912 ATÉ AO ANO 2000

1) Os novos, duros, tempos

Não pode haver dúvidas que a partir dos últimos dias de Janeiro de 1911 a vida da Irmandade passou a ser totalmente diferente. Pode mesmo dizer-se que houve um antes e depois da morte do fundador juiz perpétuo e principal benemérito, Francisco José Leite Borges. Se outras razões não houvesse para a nossa afirmação, bastará ver a estatística das reuniões da Irmandade nas duas décadas iniciais da sua vida:

Ano	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910
Número de reuniões	6	5	5	9	3	2	4	2

1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919
6	2	0	1	0	0	0	0	1

A Irmandade irá ressentir-se muito fortemente de tão grave perda, haverá anos em que praticamente quase desaparecerá, não haverá reuniões da direcção, não haverá eleições. Será, pontualmente, o pároco a incentivar as pessoas, por vezes com o apoio dos serviços centrais do arcebispado. Mas, em geral, eram "despertares" momentâneos, sol de pouca duração.

Esta ausência de vida da Irmandade também se repercutirá na Festa, como iremos ver no capítulo seguinte, não só chegando a haver anos em que se não realizou como, outras vezes, não foi organizada pela Irmandade mas sim por grupos de voluntários, pessoas que acima de tudo amavam muito a sua freguesia e sentiam imenso que o seu momento maior, aquele em que a freguesia se afirmava com mais força entre todas as demais, se não realizasse. Por essa razão quase se pode dizer que a partir de 1911 a vida e a afirmação da Irmandade se confunde com a realização da Festa. Mas vejamos os principais momentos entre os

anos de 1911 e o de 1999, data em que achamos por bem terminar o nosso trabalho.

É incrível a perda de vontade, a falta de dinamismo que passou a existir com a ausência de Francisco José Leite Borges. Mas houve ainda outra razão que fez afastar as pessoas da irmandade: os altos preços quer das joias de admissão, quer das anualidades. Por essa razão, a Direcção resolveu baixar substancialmente esses valores[55].

2) Continua a revisão dos *Estatutos*

Em 1912 havia que acabar com os trabalhos de revisão dos *Estatutos*, introduzir as novas alterações impostas pelas novas leis do país. As alterações que foram aceites, foram-no de uma forma que vão refletir, por um lado, o forte apego dos elementos da Mesa à Igreja Católica ao afirmar logo no artigo A que a Irmandade *continuará a conformar-se com a doutrina e disciplina da Religião Católica Apostólica Romana*. Já no capítulo B informa que já antes praticava a benemerência pública, mas que a partir de agora (artigo C) passará a dar preferência aos pobres e às crianças da escola primária da freguesia. É muito interessante, mas perfeitamente compreensível esta tónica que é dada na preferência às pessoas da freguesia. Vejamos o texto das novas determinações:

> *"...reuniram-se em Assembleia Geral... a fim de resolver as alterações a fazer nos respectivos Estatutos de harmonia com o disposto no artigo 38 e 169 da lei de separação vigente...*
>
> *... a assembleia por unanimidade dar aprovação aos seguintes artigos adicionais do seu Estatuto – Artigo A – A Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios erecta na freguesia de São Martinho do Arco de Baúlhe, concelho de Cabeceiras de Basto, continuará a conformar-se com a doutrina e disciplina da Religião Católica Apostólica Romana – Artigo B – A mesma corporação pelos seus Estatutos já era obrigada a aplicar a actos de benemerência parte do saldo da sua receita ordinária, desde 30 de Junho do ano de mil novecentos e doze por diante ficará a ser e a funcionar como*

[55] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 56v-57.

sociedade de beneficência nos termos dos artigos 38 e 169 da lei de Separação de vinte de Abril de 1911, devendo (sic) também gastos no culto, especificado nos seus Estatutos, somente o que lhe for permitido por lei: – Artigo C – A Irmandade exercerá a beneficência, dando esmola aos indigentes, vestuário ou livros às crianças de ambos os sexos absolutamente pobres que frequentaram as escolas primárias desta freguesia devendo ser preferidas as crianças pertencentes aos Irmãos da Irmandade...[56]

E efectivamente assim aconteceu. A partir de 1914 e pelo menos até 1935, última data do *Livro de Contas da Irmandade*, passou a haver a seguinte rubrica: *Pago por papel tinta e livros às crianças pobres desta freguesia e esmola aos pobres conforme a reforma dos Estatutos e de anuência com a lei de separação das Igrejas do estado*... O seu valor oscilou entre quantias muito semelhantes, 16$45 e 16$87. *Para o Asilo de Mendicidade de Cabeceiras de Basto*, título de outra rubrica, era doada uma quantia bastante próxima, 15$34. A partir de 1921 passou a haver mais um gasto obrigatório para assistência: 1$00 *para o fundo do hospital de alienados*.

3) Travessia do "deserto"

Em 1924 voltou a ser escrita uma acta no Livro de Actas da Direcção, algo que já não acontecia há cinco anos. Mas quer esta quer a de 1919 eram nada têm de relevante.

Em 1928 escreveram-se duas actas para justificar a doação à *Irmandade a quantia de mil e trezentos escudos para obras e reparações na capela de Nossa Senhora dos Remédios com a obrigação desta Irmandade mandar celebrar anualmente duas missas por alma da família de Dona Ana Emília de Morales Leite, da casa da Ramada, desta freguesia*... Esta doação foi aceite com as condições impostas[57].

No ano de 1929, na acta de 4 de Junho vemos que foram aceites 23 pessoas como irmãos, o que mostra uma certa vitalidade. Infelizmente não nos é dita qual era a sua origem.

---

[56] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 52-52v.

[57] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 70-70v e 70v-71.

A Irmandade poderia ter vida, mas a sua Direcção nem escrevia actas, nem havia eleições. Só em 1935, no último dia do ano, é que encontramos um assomo de vida ao serem apresentadas as contas, que foram positivas: receita 179$44; despesa 179$20; o que deu um saldo de $24 centavos...[58]

Nos anos de 1938 e 1939 encontramos um orçamento da Irmandade, escrito em folhas avulsas e não em livros próprio o que indiciaria uma melhor organização. Nele pode ler-se uma informação extremamente significativa: *A Confraria de Nossa Senhora dos Remédios... não enviou a essa Cúria o processo de contas de 1937 porque só agora se organizou. Nessa data nada existia legalmente constituído...*

Orçamento da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios para o ano de 1938[59]

Designação	Receita	Despesa
Receita a obter por subscrição[60]	2.450$00	
Novena		100$00
Ofícios pelos irmãos		200$00
Missa cantada com acólitos e almoço		150$00
Padre pregador para o tríduo, missa e sermão do dia		600$00
Música para a procissão e missa cantada		400$00
Três andores de anjos e armação da capela		800$00
Cera e outras despesas		100$00
Fogo[61]		100$00
Soma	2.450$00	2.450$00

[58] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de actas das sessões, 1903-1935*, fls. 76-76v.

[59] *A Confraria de Nossa Senhora dos Remédios... não enviou a essa Cúria o processo de contas de 1937 porque só agora se organizou. Nessa data nada existia legalmente constituído...*

[60] *A Mesa da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios só realiza fundos quando há festa mais ou menos constada responsabiliza-se do seu bolso este ano, e caso seja necessário, pela quantia acima. Arco de Baúlhe, 25 de Agosto de 1938. O Juiz da Confraria*. Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *[folha volante]*

[61] Há ainda uma rubrica acrescentada a lápis: *Fogo, 50$00* mas que, portanto, não entra nas contas gerais que estão dactilografadas.

É muito possível que neste ano tenha havido um novo fulgor porque para além de ter sido apresentado um orçamento (o que se repetiu em 1939) também houve uma remodelação dos *Estatutos*. Transcreveremos aqui três dos seus artigos:

> *Artigo 11º – A insígnia ou hábito é o seguinte: opa branca com cabeção azul tanto para os mesários como para os irmãos.*
>
> *...*
>
> *Artigo 12º, § 4 – Cada irmão tem direito a que a Irmandade assista ao seu funeral – fazendo-se representar por seis irmãos – quando este seja religioso e se realize na própria freguesia ou ainda nas circunvizinhas, sendo avisa de véspera.*
>
> *...*
>
> *Artigo 35º – A festividade terá lugar no dia oito de Setembro e será realizada com a maior solenidade possível*
>
> *§ único – De véspera haverá um ofício pelos irmãos falecidos, devendo os sacerdotes presentes atender de confissão os irmãos que o desejem*[62].

4) Continuam as dificuldades. Após 1945

No *Livro de Actas das Eleições*, após um longo hiato de 16 anos em que nada fora lançado, surge em 28 de Agosto de 1945 uma nova acta, sinónimo de que alguém queria animar todos os que ainda se juntavam em volta de Nossa Senhora dos Remédios. O pároco, não se conformando com a quase morte da Irmandade, insistiu com as pessoas, entusiasmou-as e conseguiu organizar uma lista com seis pessoas; mas duas dessas pessoas não assinaram essa acta, como também não assinarão as que foram feitas nos anos de 1946 e 1947. Repare-se que no documento abaixo não se juram os *Estatutos*, mas sim o *"Regulamento Geral das Associações Religiosas de Fiéis"*. Vejamos essa acta constituinte:

> *Acta da toma de posse da nova mesa da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios erecta na capela do mesmo nome, freguesia de São Martinho do Arco de Baúlhe.*

---

[62] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *[folha volante]*

Achando-se desorganizada[63] *e praticamente extinta a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, erecta na capela do mesmo nome, freguesia de São Martinho do Arco de Baúlhe, Arciprestado de Cabeceiras de Basto e sendo preciso tomar providências no sentido de nomear nova mesa, etc. o Reverendo Pároco de São Martinho do Arco de Baúlhe convocou alguns presumíveis irmãos e assim procedeu à eleição dos membros da mesa gerente da mesma associação. Assim recebida a comunicação de ter sido consignada a dita mesa, aos vinte e oito dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e quarenta e cinco os ditos membros compareceram na sacristia da dita capela de Nossa Senhora dos Remédios onde fizeram o seu juramento aonde disseram cumprir tudo aquilo que determina o "Regulamento Geral das Associações Religiosas de Fiéis". Ao mesmo tempo a dita mesa de harmonia com o pároco, especificou o programa e os preparativos para a solenidade do dia oito de Setembro do ano corrente. E tudo resolvido foi encerrada a sessão*...

Em 27 de Junho de 1948 a Irmandade reuniu-se em Assembleia-Geral com a intenção de fazer a *eleição da mesa para o triénio de 1948-1951*. Mas *como não compareceram irmãos em número suficiente marcou-se para data a fixar nova reunião com o mesmo fim*. E *aproveitando a oportunidade a mesa tratou do programa da festa de 1948, ordenando que a mesma fosse submetida a aprovação superior, nomeando ao mesmo tempo uma comissão, sob seu domínio, para efectivar a dita festa de Nossa Senhora dos Remédios*.

Como costuma acontecer em casos semelhantes não se passou da intenção, não chegou a ser marcada a nova assembleia-geral. Mas continuava a haver um objectivo muitíssimo importante a reunir quer as pessoas ligadas à Irmandade, quer os demais habitantes do Arco: a sua festa. Uma festa que como todas as do Minho tinha uma dupla componente, uma puramente religiosa, outra eminentemente profana, folgazã. As palavras acima transcritas *nomeando ao mesmo tempo uma comissão, sob seu domínio, para efectivar a dita festa*, mostram bem esta sã dualidade.

---

[63] No documento original esta palavra está sublinhada.

5) Continuam os tempos difíceis. Mas a festa lá se vai realizando

Dezanove anos mais tarde, em 1966, *achando-se desorganizada e sem vida a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios*[64] o pároco voltou a querer agitar as pessoas. Conseguiu reunir uns tantos habitantes e saíram escolhidos cinco nomes. A nova direcção foi submetida à apreciação superior.

O que se fez de seguida não sabemos pois nem há actas de reuniões da direcção da Irmandade, nem de novas eleições. E se é certo que num artigo de jornal datado de 22 de Agosto de 1970 se diz que desde o ano de 1963 não tem havido quebras na realização das festas, a verdade é que esse texto foi escrito para avisar que *este ano não se realizará a festa maior e mais relevante desta localidade*[65]. Felizmente que o artigo "puxou" pelos brios dos arcoenses: a festa realizou-se, mas só com a componente religiosa.

No ano seguinte o problema parecia querer repetir-se. Mas aqui era bem mais grave porque a capela passara por um período de obras. Por essa razão houve um jornalista que quis incentivar os arcoenses dizendo que nada seria mais condigno que juntar a inauguração das novas obras à realização da festa

> *... As obras de ampliação e restauro da capela de Nossa Senhora dos Remédios que estão praticamente concluídas merecem uma inauguração digna, e a inauguração que melhor se lhe podia dar, era, justamente, a realização das prestigiosas festividades dos Remédios.*
>
> *Arcuenses: que é feito do vosso acrisolado bairrismo?... Aguardamos com confiança*[66].

A festa acabaria por ser realizada e até com grande qualidade; mas esta insegurança, esta indefinição, era um mau sintoma. E as obras da capela seriam inauguradas. Infelizmente o jornalista

---

[64] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fól. 17.

[65] *Do Arco de Baúlhe. Festa de Nossa Senhora dos Remédios. Sonho ou realidade?* "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 22 de Agosto de 1970.

[66] *Do Arco de Baúlhe. Nota.* "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 14 de Agosto de 1971.

não descreveu qual tinham sido as obras efectuadas, apenas se circunscreveu a duas palavras que elucidam muito pouco: *ampliação e restauro*[67].

Dez anos mais tarde, numa reunião extraordinária realizada em 19 de Março de 1981, o pároco voltou a falar na necessidade de se fazerem obras na capela. E

> *... foi mais deliberado que os membros desta mesa tivessem uma conferência com o Presidente da Junta assim como [com] o Senhor Presidente da Câmara para que lhe fosse pedido a passagem a peões que transitam sobre o muro do Adro da referida Capela, pois que tendo em vista as obras que se tencionam fazer é de necessidade a tapagem (sic) assim como a isenção das licenças*...[68]

Deve notar-se que à falta do *Livro de actas das reuniões da Direcção* – que terminara em 1935 e não parece ter sido aberto mais nenhum – estas actas foram lançadas no *Livro de actas das eleições*, o que só por si é elucidativo sobre a situação em que se encontrava a Irmandade.

A Irmandade deveria estar há muito tempo a ser gerida por uma Comissão Administrativa. Era a solução possível. Por isso, não deve causar admiração que em 21 de Junho de 1986, o pároco tenha convocado os irmãos para *lhes ser participado a decisão de Sua Reverendíssima o Senhor Arcebispo em nomear a Mesa para o triénio de mil novecentos e oitenta e seis a mil novecentos e oitenta e nove*[69].

Em 1995, a Irmandade, presidida pelo pároco da freguesia, reuniu extraordinariamente para *apreciação do projecto que foi fornecido ao reverendo pároco da freguesia de uma obra a efectuar no local da Fonte de Nossa Senhora dos Remédios enquadrada na estética da mesma capela de Nossa Senhora dos Remédios e que sempre que necessário servira de Capela mortuária*. Infelizmente, o projecto que a Câmara enviava *não contemplava os*

---

[67] "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 11 de Setembro de 1971.

[68] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fls. 19-19v.

[69] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fls. 21-22.

pressupostos acordados, com sejam, a tapagem do caminho por detrás da capela, caminho esse, desnecessário à população e que estragos e imundices produzem nesse local, dando origem a cheiros nauseabundos, e até a certos escândalos imorais. Por essa razão, a Irmandade decidiu

> *... 1º que esta obra só tem sentido correspondendo à área toda, incluindo a tapagem do caminho, 2º que seja cedido a confraria essa área para a construção da referida obra; 3º que essa cedência seja lavrada em acta da junta de freguesia e em acta da confraria e assinada por ambas as partes, 4º estas obras são da responsabilidade desta confraria pedindo-se no entanto a boa colaboração da junta de freguesia e camara municipal para sua execução; 5º para este efeito se convocará uma reunião desta confraria com a junta de freguesia em data a combinar para analisar estes pontos*...[70]

Apresentando razões bem plausíveis, o juiz da Irmandade pediu, em 1996, demissão do seu cargo. Entre outros motivos, invocou *que era necessário dar vida nova rejuvenescida a esta confraria de Nossa Senhora dos Remédios para que tivesse mais vida e fosse capaz de corresponder melhor aos tempos actuais na defesa dos seus ideais*...

Embora não exista informação complementar que nos ajude a perceber melhor as palavras que abaixo transcrevemos, a Irmandade passou a última década por um período de forte crescimento económico e de aumento do seu espólio:

> *... Ao iniciar esta confraria o exercício em 1986 havia em dinheiro no banco 921.220$00. Volvidos nove anos de exercício desta comissão administrativa de nossa Senhora dos Remédios ter sido empossada investiu em obras efectuadas na capela, andor de talha, armários, e nicho de Nossa Senhora, cofre, portas de alumínio, portas para o armazém corrimão etc., a importância de 3300.000$00. Deixa em depósito no Banco Credito Predial Portugues: uma promissória de*

---

[70] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fls. 25-25v. Acata de 3 de Março de 1996.

900.000$00; uma promissória de 1300.000$00; uma promissória de 907.800$00; uma promissória de 1500.000$00; uma conta à ordem de 74.143$00. Deixa em depósito no banco Espirito Santo em, Braga uma promissória de 3400.000$00, uma promissória de 27.105$40. Perfaz este depósito a quantia de 8108.265$70.

Deixa em ouro no cofre e outros objectos: 2 vasos com relevo, 4 castiçais trabalhados, 1 coroa em ouro, 1 coroa em prata, 92 argolas em ouro, 127 brincos em ouro, 28 anéis em ouro, 18 alianças em ouro, 1 fio em ouro com fino com coração, 7 fios em ouro, 2 fios em ouro com medalha em ouro, 1 fio em ouro com crucifixo em ouro, 2 cordões com libra em ouro, 3 cordões com medalhão em ouro, 1 cordão em ouro com uma medalha em ouro, 2 cordões em ouro simples, 1 cordão em ouro com duas argolas em ouro, 1 broche em ouro, 6 pulseiras em ouro e medalhinha, 1 anel em ouro branco, 2 medalhões de Nossa Senhora da Conceição, 14 peças varias em ouro e ouro estragado, 1 colar em ouro e broche em ouro, 3 libras em ouro e uma medalha em ouro; somam estas peças o total de 321 em ouro e 1 em prata; existem dois quadros (pintura a óleo)... do reverendo pároco da freguesia, mais 3 argolas e um broche em ouro...

Como se pode ver são números que se podem considerar absolutamente notáveis!

Como única questão negativa deixou *pendente um acidente ocorrido nas festas de Nossa Senhora dos Remédio em 1993 com o fogo aquático em que a lesada pós uma acção judicial à companhia de seguros e por consequência a respectiva confraria que era quem presidia às respectivas festas*[71]. Mas estes acontecimentos são, infelizmente, vulgares e na maior parte das vezes resultam de imponderáveis difíceis de controlar.

Os restantes membros da Irmandade acompanharam o seu juiz no pedido de demissão. Por essa razão, o pároco da freguesia requereu ao prelado da diocese de Braga a *aprovação de uma lista de treze irmãos, já com a indicação dos cargos que deverão exercer cada um* que veio a ser aceite e homologada em 23 de

---

[71] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fls. 25v-26.

Maio. Estando assim legalizada, a nova direcção avançou de imediato para a feitura de novos *Estatutos* que seriam aprovados numa assembleia-geral reunida em 8 de Setembro daquele ano de 1996[72].

4. A FESTA

Nos tempos mais antigos (1718-1902)

Nas freguesias da arquidiocese de Braga da Idade Moderna, a festa foi, sem dúvida alguma, o momento maior de todo o ano. O mesmo se poderá dizer em todo o país. É nela que os povos fazem a necessária pausa da duríssima vida de um quotidiano agrícola muitíssimo exigente e por vezes ingrato; é esse um dos momentos mais frequentes em que se conhecem rapazes e raparigas; é nos santuários e nestes locais em que se realizam as festas de maior dimensão que se descobrem as novas formas artísticas, quase sempre acabadas de trazer da cidade dos arcebispos...

As festas sempre tiveram uma dupla razão para serem feitas: uma religiosa e outra civil. Podem ter começado por razões religiosas, mas logo se lhes acrescentava a parte de descontração, de alegria, do folguedo, de lazer. Por muito que a Igreja Católica tivesse tentado fazer a sua normalização, retirar atitudes ou momentos que considerava excessivos, evitar ao máximo o contacto entre homens e mulheres, a verdade é que, na prática, nunca o conseguiu.

A festa de Arco de Baúlhe não era apenas o momento em que os seus habitantes se concentravam à tarde na missa e na procissão de homenagem à imagem da sua Senhora dos Remédios e à noite dançavam no arraial ao som das bandas de música, ou faziam uma pausa a recuperar forças e a admirar as artes do fogo-de-artifício.

A festa de Arco de Baúlhe era muito mais do que tudo isso: era o momento em que os seus habitantes mostravam aos amigos das terras em volta que a sua freguesia era excepcional, era a povoação mais importante das terras de Basto. E, portanto, era ali que se fazia a melhor festa.

---

[72] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fls. 26-26v; 29v.

É certo que na vizinha Refojos havia um extraordinário mosteiro beneditino e toda a sabedoria que os seus monges sempre possuíam. Em contrapartida, o Arco tinha o comércio, era a senhora do comércio que era feito entre as terras do Minho e as de Trás-os-Montes. Era no Arco que se fazia o entreposto das casas comerciais que trabalhavam nas duas regiões, que se recebiam os comércios de Braga e se enviavam para além Tâmega, ou se recebiam os artigos das terras de Trás-os-Montes que se reenviavam para Braga e para o Minho. [Permita-se-nos um aviso: urge fazer o devido estudo económico da importância comercial da freguesia para se compreender melhor a sua história].

Já vimos que a igreja matriz estava totalmente deslocada em relação ao centro populacional e económico da freguesia; e vimos também algumas razões que poderão ter levado a capela de Nossa Senhora dos Remédios a ter uma importância cada vez mais maior.

Em relação à festa relembraremos as palavras que foram exaradas no contrato celebrado ainda nos princípios do século XVIII (17 de Dezembro de 1718) entre os administradores da capela – o capitão Paulo da Costa Maio, seu filho Paulo da Cunha Soutomaior e Heitor Guedes Pereira Machado – e David da Guerra e Almada e Gervásio Peixoto. Nesse contrato

> *... David da Guerra e Almada, e Gervásio Peixoto lhe pedem licença e autorização para acrescentar ao corpo da dita capela da porta principal para diante por ser pequena por ocasiões das festas que se celebram, e outras muitas ocasiões em que se junta muita gente...*[73]

É esta a primeira vez que num qualquer documento se encontra de forma muito clara uma referência à existência de uma festa, quer na capela de Nossa Senhora dos Remédios, quer na freguesia de São Martinho de Arco de Baúlhe.

Não temos grandes dúvidas que a razão principal para se aumentar 25 palmos, um pouco mais de 5 metros[74], a capela

---

[73] Arquivo Distrital de Braga. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 83, fls. 144-145.

[74] O palmo tinha em Cabeceiras de Basto o comprimento de 0,2186. Veja-se *Comparações métricas dos pesos e medidas do districto de Braga individualizadas em cada concelho com as equivalências efectivas do systema métrico adptado entre nós como legal pelo decreto de 13 de Dezembro de 1852*, 2ª ed. Porto/Braga, Livraria Internacional, 1871, p. 20. Ou seja, 25 palmos correspondiam exactamente a 5,465 metros.

deverá ter sido o poder passar a servir de jazigo familiar aos novos co-responsáveis pelas obras futuras.

Mas não deixa de ser interessante ver que é dupla a referência que nos informa que a capela era muito concorrida. Uma dessas referências tem a ver com a festa; a outra diz-nos que eram *muitas [as] ocasiões em que se junta muita gente*... Ou seja, não pode haver dúvidas que a capela de Nossa Senhora dos Remédios, pese o facto de ser de pequenas dimensões, era a preferida pelas populações do Arco.

Como é que seria a festa que por lá se fazia no século XVII? E nos inícios do XVIII referidos no documento? De certeza que teria uma missa. Mas como não existia ali uma confraria residente – excepto nos poucos anos em que lá esteve sedeada a confraria das Almas – deveria ter uma forte componente para-religiosa. A localização da capela, no encontro de duas estradas – a que de Guimarães e Fafe seguia para a ponte de Cavez e Trás-os-Montes e a que vinda do sul, de Fermil, seguia para Refojos – ajudava a que ali pudesse concorrer muita gente, o que também poderia acontecer nos dias da Feira Franca, 21 e 22 de Julho[75].

Para a futura importância desta festa também ajudou, claro, o facto de não haver outra que fosse importante em bastantes quilómetros em redor, pois no que respeitava às mais próximas, a de Santa Senhorinha ocorria em data muito diferente (22 de Abril) e a de Cavês, dedicada a São Bartolomeu, tinha um alcance religioso absolutamente diverso. Pena é que não se conheça mais nenhuma informação do que aquela curta frase de 1718, que esta seja a única de que se tem conhecimento até meados do século XIX.

Outra informação que nos mostra a sua grandeza, a sua dimensão concelhia, é dada pela informação de que em 1904 (e não nos admiraria que nos anos anteriores o mesmo também tivesse acontecido), partiam de três diferentes pontos do concelho de Cabeceiras, de Cavez, da Faia e da Raposeira (Refojos) três bandas de música que a meio da tarde, às 16h00 se encontravam no Arco. Sem dúvida que os músicos arrastariam atrás de si, qual *Flauta de Hamlyn,* muitos homens e mulheres das freguesias por onde iam passando:

---

[75] CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas memórias paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga, [s.l, s.n], 2003, p. 216.

... É abrilhantada a festividade por três filarmónicas que são as de Cabeceiras, a do senhor Coelho, a de Celorico e a de Limões, principiando a tocar a de Cabeceiras na Raposeira, a de Celorico na Faia e a de Limões em Cavez, dirigindo-se depois para o arraial onde farão a entrada às 4 da tarde[76].

Vejamos a descrição mais antiga, de alguma monta, que se conhece. Data do dia 12 de Setembro de 1868:

... Na terça-feira 8, teve lugar também a de Nossa Senhora dos Remédios, que se costuma fazer com toda a pompa e magnificência na sua capela da rua do Arco.

Na véspera à noite houve bastante fogo do ar e música, reunindo-se no pitoresco local da Ribeira, grande número de famílias a gozarem a fresca daquela noite que realmente convidava.

O arraial desfez-se por volta da meia-noite, terminando com a ascensão de dois lindos balões aerostáticos.

Reinou sempre completo sossego, talvez devido à presença da autoridade administrativa, que por essa mesma ocasião também se achava no arraial.

No dia seguinte houve a festa do costume, que constou de missa cantada, sermão e procissão, que é na verdade muito vistosa. Adornavam-na sete altos andares (ou como melhor em direito lhes queiram chamar) sendo um deles a expectação *e pasmo das gentes, pela sua altura, e não menos pelo brilho da nova armação que nele foi empregada.*

Coisa tão linda, diz o povo, que nunca cá se vira!!! Esta gente é assim. O andor que mais merecimento tem entre o povo é aquele cuja altura toca nas nuvens; e por fim tem este a vantagem de andar sempre deitado por causa das árvores[77].

Esta descrição, embora breve, confirma-nos que a festa tinha uma dupla dimensão civil e religiosa e que o arraial e a procissão

---

[76] *Festividade a Nossa Senhora dos Remédios*. "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 8 de Setembro de 1904.

[77] "Jornal do Porto", Porto, 15 de Setembro de 1868 (correspondência de 12 de Setembro), p. 1 e 2.

com os seus andores esguios eram os momentos maiores. Para a sua realização haveria, forçosamente, alguma organização, que ou seria uma comissão ou, muito possivelmente, pela nomeação, rotativa, de mordomos.

Noutra descrição, esta em 1870, diz-se que *esta festividade é a melhor que se celebra por estes sítios...*[78]

Do ano seguinte, 1871, temos uma excelente informação talvez porque segundo o seu autor *não nos lembra [que as anteriores] fossem tão luzidas como esta última*. Foi este o texto escrito:

> *No dia 8 do corrente teve lugar no Arco de Baúlhe uma grande festividade a Nossa Senhora dos Remédios.*
>
> *Todos os anos, os habitantes daquela importante povoação têm feito grandes festas à Natividade da Virgem;*
>
> *Às 10 horas da manhã do dia 7, umas três bandas de música percorreram várias povoações tocando até próximo da noite.*
>
> *Depois da ceia tocaram várias peças no largo da rua do Arco, e em seguida foram postar-se em diferentes pontos junto à capelinha da Richeira, onde subiram ao ar mais de vinte dúzias de fogo e alguns aeróstatos. O tempo estava lindíssimo e por isso reuniu-se um grande arraial.*
>
> *Concluído o fogo-de-artifício toda aquela gente voltou outra vez a tomar as suas posições na rua, a fim de desfrutar as excelente peças de música que as três bandas haviam ensaiado de propósito para aquela ocasião. Eram elas a deste concelho, a de Mondim e a do Pontido. Todas elas tocaram muito bem; porém – falando com franqueza – a desta terra foi, no dizer dos entendedores, a que mais se distinguiu pela boa afinação e variedade das peças. Esta tocou até às 3 horas da madrugada, retirando-se depois para outra festividade na igreja de Samão: aquelas, porém, bateram-se como leões até ao amanhecer!!! Foi uma verdadeira noite de... festa!*
>
> *O povo já estava enfastiado de ouvir música e, com grande facilidade o sono o prostrava no meio da rua. Os músicos já tocavam sem saber o quê!*

---

[78] "Jornal do Porto", Porto, 8 de Agosto de 1870 (correspondência de 25 de Agosto, p. 1).

No referido dia 8, houve missa acompanhada a música, sendo orador nesta festividade o muito digno arcipreste do distrito.

Acabada a missa na capela da Senhora dos Remédios, seguiu-se até à Richeira uma grande procissão, que ia vistosa e bela em todo o sentido.

Por semelhante ocasião apareceu aqui, não sabemos porque arte nem para que fim, um destacamento de Infantaria 6, comandado por um capitão e um alferes. Têm-se feito grandes festas no Arco sem ser preciso incomodar o pobre do cofre do concelho, que nenhuma culpa tem com os maus instinto da humanidade, e este ano parece-nos que era dispensável semelhante incómodo. Se foi por luxo que o senhor Administrador do Concelho mandou requisitar a tropa, então não podemos deixar de reprovar semelhante facto, porque temos outra necessidades a que ocorrer, e para as quais é preciso o dinheiro.

Se, porém, for para policiar a romagem que veio o destacamento, então qual a razão porque nos anos anteriores se remediava somente com a presença de alguns cabos de polícia? Haveria também alguma ameaça contra a ordem pública como aconteceu por ocasião das eleições? Parece-nos que não há razões que justifiquem a utilidade ou necessidade desta despesa ao concelho – a não ser que a índole deste povo tenha mudado para perversa. No tempo da administração do senhor doutor António Augusto nunca foi preciso tanto aparato bélico: então a índole do nosso povo era óptima. Non reges eos virgo ferrea...[79]

Esta notícia é bem mais completa que a antecedente. Não é que a festa de 1868 tivesse sido diferente. Não acreditamos que tenha havido inovações em tão curto espaço de tempo, nem que as condições económicas tenham sido mais favoráveis. Não. O que deve ter acontecido é o jornal ter recebido menos material e, assim, o texto enviado pelo correspondente do Arco de Baúlhe pôde sair na sua totalidade. Todos bem sabemos como é que trabalha a redacção de um jornal!!! Publica-se o possível!!!

---

[79] "Jornal do Porto", Porto, 24 de Setembro de 1871 (correspondência do dia 22 de Setembro), p. 1.

O que nele é interessante é que passados muitos, muitos anos, a festa continuava com um programa muito semelhante:

Sim, a festa continuou durante décadas a fazer-se num período de dois dias, sendo um de festa pagã e o outro de festa religiosa.

Sim, a alvorada já não é às 10 da manhã, é bem mais cedo. Mas em que é que isso diferencia a festa de 1871 das outras que passaram a começar um pouco mais tarde?

Sim, faz-se arraial, juntam-se 2, 3, 4 e até 5 bandas de música ou grupos de música electrónica. Ontem e hoje há diferenças? A diferença talvez esteja, sobretudo, nas disponibilidades económicas seja da comissão organizadora, seja de um mordomo, como talvez de início acontecia; a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, como passou a suceder após 1904; ou grupos de cidadãos, prática que tem sido corrente nos tempos mais recentes. Mas, se quisermos olhar bem fundo, o motivo gerador é sempre o mesmo, uma homenagem a Nossa Senhora dos Remédios.

Sim, para dar início aos festejos rebentavam-se petardos que se ouviam a quilómetros de distância

Sim, fazia-se arraial, havia foguetes e fogo-de-artifício; e durante muitos anos houve aeróstatos.

Sim, o arraial era um dos momentos fulcrais, aquele em que os corpos se soltavam, esqueciam a dureza e as agruras do dia-a-dia, em que as mentes deixavam correr no corpo uma catarse libertadora. Por isso o arraial tinha que ter uma qualidade excepcional, as bandas tinham que ser as melhores, o fogo-de--artifício deveria fazer trocar-os-olhos de todos os participantes, no bazar deveria estar repleto com as melhores prendas para serem disputadas. É que para muitos homens e mulheres aquele era o grande momento das suas vidas, o momento em que trocariam o primeiro olhar, o primeiro toque de mãos, dançariam pela primeira vez, primeira vez que seria a última das suas vidas... enquanto homens e mulheres livres...

Sim, poderia haver problemas, lutas, agressões, cabeças, braços e costelas partidas. Sim, teriam que ser proibidos os varapaus individuais com que os homens sempre se faziam acompanhar. Mas isso aconteceu não apenas no Arco mas em todas as festas, religiosas ou civis, do Minho oitocentista, talvez mesmo de todo o país, de norte a sul.

Sim, a contabilidade das festas deveria ser então muito difícil, sobretudo durante o período em que não havia por detrás delas uma Irmandade, isto é, uma instituição que tinha como uma das suas obrigações a sua organização. Mas a verdade é que a Irmandade também passou por altos e baixos, que em muitos anos as festas não se realizaram, e que nas últimas décadas tem havido muitas dificuldades, sendo que nos últimos anos têm-se realizado porque têm surgido comissões de cidadãos que a têm mantido.

No dia seguinte tudo seria muito diferente. Confortados e libertos que estavam os corpos dos homens e mulheres, havia que tratar da parte espiritual.

Haveria que assistir a uma missa grandiosa, acompanhada com música, o que a tornava única e muito solene.

Haveria que ouvir o sermão, em geral pregado por um padre conceituado, fosse do Arco ou de alguma freguesia próxima

Haveria que assistir ou participar numa procissão que seria *vistosa e bela em todo o sentido*, como se escreveu um dia (1871)

Haveria que fazer, que decorar andores que tinham de ser excepcionais, sempre em maior número e melhores que os que tinham sido concebidos nos anos anteriores. É que as cerimónias religiosas também têm um seu quê muito forte das manifestações mais primárias do ser humano, neste caso uma espécie de competição com quem tinha realizado a procissão nos anos anteriores. Por muito sentimento de religioso pudesse haver – e sem dúvida que ele era preponderante no segundo dia das festas – as cerimónias eram levadas a cabo por homens e mulheres, com todos os seus defeitos e, sobretudo, com todas as suas muitas virtudes.

Claro que muitas mais coisas poderiam suceder, que ao longo dos anos foram acontecendo alterações, inovações. É que sem elas as festas não conseguiriam atrair tão fortemente as pessoas quer do Arco, quer das demais freguesias em volta.

Sim, das demais freguesias em volta, também. É que, repetimos, a festa pertence ao Arco. Mas pertence igualmente às gentes da Faia, de Pedraça, de Vila Nune, de Atei, de Santa Senhorinha... É curioso ver que a festa atraía mais as pessoas das freguesias limítrofes do que a Irmandade pois como vimos foram muito poucas as pessoas que se inscreveram como irmãos oriundas de fora da

freguesia; o que é compreensível porque entrando-se para a Irmandade contraíam-se uma série de obrigações e a participação na festa implicava apenas a disponibilidade para participar nela durante um ou dois dias.

No *Dicionário Histórico, Chorographico… Portugal*, os seus autores, Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, afirmaram

> *No dia 8 de setembro realiza-se a romaria de Nossa Senhora dos Remédios, que é uma das mais importantes do concelho, aonde concorrem os povos das freguesias mais próximas*…[80]

A romaria de 1903 e até à morte de Francisco José Leite Borges

É muito possível que a romaria mais forte tenha sido a de 1903. Bastaria a inauguração da nova capela para a tornar absolutamente memorável, única. Mas não nos podemos esquecer que houve outro ano, 1991, em que a festa incorporou um momento também único, talvez o mais importante em toda a história de Arco de Baúlhe, a elevação da freguesia a Vila. *As festas de este ano tiveram uma particularidade que entusiasmou e orgulhou as gentes arcoenses, a CERIMÓNIA OFICIAL DA ELEVAÇÃO DO ARCO DE BAÚLHE A VILA*, escreveu-se então no "Jornal de Cabeceiras"[81], com toda a razão. E é curioso reter que houve um cuidado especial na escolha do dia 31 de Agosto, de forma a poder coincidir com as festas!

Como é compreensível, a festa de 1903 foi absolutamente excepcional. E foi excepcional por causa de uma série de factos que se sucederam em cadeia:

– como iria ser inaugurada a nova capela, é muito possível que as pessoas que sempre pediam apoio económico para ajuda da realização da festa tenham ficado surpreendidas ao ver que naquele ano as ofertas estavam a ser muito mais vultuosas que nos anos anteriores.

---

[80] PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Dicionário histórico Chorographico*…, vol. 1. Lisboa, João Romano Torres, 1904

[81] *Festa de Nossa Senhora dos Remédios de 23 de agosto a 1 de Setembro*. "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 6 de Setembro de 1991

– as ofertas que sobretudo as senhoras sempre faziam para os bazares, deveriam estar mais caprichadas.
– o grande benemérito, Francisco José Leite Borges, também pagou à sua conta algumas das despesas, o que libertou dinheiro para a realização de outros momentos do programa.
– e, por fim, porque também acorreu muito mais povo do que aquele que era habitual pois as pessoas estavam não só curiosas de ver a capela nova como, também, cientes de que a festa teria, forçosamente, um esplendor único, quiçá irrepetível.

Por essa razão não nos devemos admirar das palavras do jornalista quando escreveu que *nunca ali se presenciou melhor, nem mesmo igual, em tempos passados, nem cremos que seja excedida em qualquer ano futuro*... e que a festa tinha sido *extraordinariamente, concorrida tanto no dia 8 como na véspera* e que o arraial fora *vistosíssimo*.

Ao contrário do que era costume, em vez de duas ou três filarmónicas vieram quatro. E, por fim, até a natureza ajudou o momento a tornar-se único, inolvidável, porque *a magnífica noite de luar também concorreu muitíssimo para tornar importante e verdadeiramente notável o arraial no sítio da Richeira*.

Mas vejamos o texto completo da reportagem então feita pelo "Jornal de Cabeceiras":

Romaria e festa a Nossa Senhora dos Remédios

Esteve deveras importante e muitíssimo concorrida a romaria do Arco. Nunca ali se presenciou melhor, nem mesmo igual, em tempos passados, nem cremos que seja excedida em qualquer ano futuro. Atingiu, pois, o máximo brilhantismo a religiosa festividade, e foi, como era de esperar, extraordinariamente concorrida tanto no dia 8 como na véspera, em que se efectuou um vistosíssimo arraial.

Nessa noite fizeram-se ouvir quatro filarmónicas até altas horas, queimando-se variado fogo-de-artifício, e subindo aos ares grandes e lindos aeróstatos, que foram de belo efeito. A enorme quantidade de povo que havia concorrido no arraial aplaudia, entusiasmando tanto as filarmónicas como

os artistas que haviam manipulado o fogo. A magnífica noite de luar também concorreu muitíssimo para tornar importante e verdadeiramente notável o arraial no sítio da Richeira.

Na terça-feira foi celebrada a missa solene a que assistiu grande número de fiéis, entre os quais se viam numerosas damas e alguns dos mais distintos cavalheiros de este e de outros concelhos limítrofes. No fim do Evangelho subiu ao púlpito o nosso velho amigo e notável orador sagrado, senhor cónego Manuel António Borges, pronunciando um discurso de primeira ordem de que muito e muito gostaram todos os ouvintes.

De tarde procedeu-se à procissão que ia vistosíssima seguindo, como do costume, pela rua do Arco e Richeira, dando voltas pela capela do Senhor dos Aflitos e recolhendo ou novo templo de onde saíra. Em três formosos andores eram conduzidas as imagens de Nossa Senhora dos Remédios, do Sagrado Coração de Jesus e de S. Francisco. Estas duas foram mandadas esculturar em Braga, de onde chegaram há poucos dias.

No préstito, incorporaram-se as filarmónicas "Cabeceirense" e "Celoricense", um bom número de irmãos da irmandade ali estabelecida recentemente e muitos anjinhos ricamente adornados. Após o pálio, sob o qual era conduzida a Relíquia do Santo Lenho pelo reverendo pároco de Vila Nune, seguiam os senhores juiz, secretário, promotor e vogais da irmandade e uma enorme multidão de povo.

A nova capela que esta muito bem construída e é muito elegante e que já no domingo passado fora solenemente benzida, logo depois da trasladação da veneranda e formosa imagem de Nossa Senhora dos Remédios que há dois anos se achava na paroquial igreja de São Martinho, foi durante os dois dias de festa muito visitada por numerosos fiéis que prodigalizaram imensos louvores ao senhor Francisco José Leite Borges pelo seu arrojado cometimento de mandá-la construir à sua custa, não deixando também de enaltecer a piedosa iniciativa da excelentíssima Senhora Dona Maria Rita Henriques pela generosa cedência do terreno preciso para a construção de tão formoso templo.

São unânimes e muito merecidos todos os louvores que espontaneamente se tecem a esses dois grandes beneméri-

tos por tão insigne benefício realizado em favor dos povos do Arco de Baúlhe. É um momento de glória e de piedade que ali fica atestando aos vindouros os generosos sentimentos de religião e de crença católica que felizmente ainda existem perfeitamente radicados nos bons corações.

Honra lhes seja

O Sr. Leite Borges não somente mandou construir aquele grandioso templo, mas também o dotou de diversas imagens e de alguns objectos indispensáveis; concorreu com todas as despesas para a bênção da capela e instalação da nova irmandade e realização da grande festividade e romaria.

Além de tudo isto, consta-nos que sua excelência vai dispor de avultado capital para fundo da mesma irmandade, a fim de com o respectivo rendimento poder ter um capelão que celebre missa na capela da Senhora dos Remédios aos domingos e mais dia santificados.

Já no próximo domingo começará a haver ali missa de manhã, sendo pagas do seu bolso todas as despesas, ao menos durante meio ano.

É mais um novo benefício que sua excelência presta aos povos da freguesia de São Martinho, especialmente aos moradores do Arco de Baúlhe[82].

Como é natural, deveria haver uma grande curiosidade sobre a forma como seriam as festas de 1904, agora sob a responsabilidade da nova Irmandade. Anote-se esta diferença, diferença que deveria ser fundamental e que, na realidade, o não foi: a partir deste ano a festa do Arco de Baúlhe passava a ser a festa da irmandade de Nossa Senhora dos Remédios. Mais ainda: deixava de ser organizada por mordomos ou por grupos de cidadãos ligados apenas pela tradição e pelo amor à sua freguesia e passavam a ser da responsabilidade de uma instituição católica com tudo quanto isso poderia trazer de diferença. Mas, na realidade, não haveria diferença nenhuma pois não nos admiraríamos que continuassem a ser organizadas pelas mesmas pessoas. Não nos esqueçamos que naqueles tempos a Igreja Católica comandava os povos e que a personalidade mais importante das freguesias era

---

[82] *Romaria e festa a Nossa Senhora dos Remédios.* "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 12 de Setembro de 1903.

o pároco, pároco que muitas vezes acumulava o seu cargo religioso com outro que era civil, o de presidente da Junta de Paróquia.

Na realidade não houve diferenças, não poderia haver diferenças. A emoção continuaria a correr a rodos por parte dos participantes, a afluência também seria grande, a festa teria na mesma um bazar, um arraial e uma procissão magnífica, embora nunca podendo ombrear com tudo quanto fora realizado no ano anterior, 1903. Afinal, o que interessava era manter a festa com uma qualidade muito alta, o que seria a maior garantia de sucesso no ano seguinte e nos vindouros.

De diferente, ou talvez não, foi o policiamento que passou a *feito por uma força de cavalaria ou infantaria que*, naturalmente, *proibirá que os romeiros andem munidos de cacetes*[83]. Já o incêndio de *umas medas de feno pertencentes ao Senhor Doutor Peixoto, por lhe terem caído os restos inflamados de um aeróstato, produzindo assim, segundo nos informam, a comunicação do incêndio*[84], terá que, infelizmente ser considerado normal pois ainda hoje são mais que muitos os incêndios que têm origem em foguetes e em aeróstatos.

Como seria de esperar foi, *enfim, uma festa bem-feita, com ordem, sossego e brilhantismo, onde se passaram deliciosos momentos de boa e animada convivência, o que tudo isso foi devido às diligências dos dignos mesários da Irmandade, aos quais felicitamos pelos brilhantes resultados que alcançaram*[85]. Ou seja, a Irmandade também fora aprovada nesta importantíssima e fundamental prova.

Nos anos seguintes as festas seguiram o mesmo figurino, sempre com grande qualidade, sempre com enorme afluência de pessoas. As bandas de música é que tanto eram duas como três, menos vezes quatro, em geral da região, quase sempre a de Cabeceiras (do Sr. Martins...) e a de Celorico. Mas também poderiam ser outras como a de Mondim e a do Freixieiro (1908).

Ao mesmo tempo continuaram a haver mordomos, partilhando assim o trabalho e as despesas com a Irmandade mas, ao mesmo

---

83 *Festividade a Nossa Senhora dos Remédios.* "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 8 de Setembro de 1904.

84 *Festividade dos Remédios.* "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 10 de Setembro de 1904.

85 *Festividade dos Remédios*. "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 10 de Setembro de 1904.

tempo recebendo a honra e o reconhecimento da freguesia pela sua disponibilidade física e económica (p, ex.: em 1908 foram José Loureiro da Silva e João António Moutinho). Como resultado, a Irmandade gastou apenas uma quantia relativamente pequena, 20$000 réis[86]. No ano seguinte de 1909 essa despesa subiu para 25$000 réis (*Pago a João António Moutinho por ajuda de custo da festividade nos dias 7 e 8 de Setembro corrente*), o que continuava a ser uma quantia muito pequena.

Há aqui uma dúvida que se deve colocar: os mordomos pagavam a festa toda e a Irmandade comparticipava apenas com uma determinada quantia? Ou os mordomos tinham direito ao dinheiro conseguido num peditório que se fizesse para a realização da festa e nas esmolas que eram dadas na capela na altura da festa?

Colocamos esta questão porque a despesa da realização de uma festa com a envergadura da que se fazia no Arco, exigia uma quantia muito apreciável de dinheiro. Pagar duas, três ou quatro bandas de música, foguetes, fogo-de-artifício, iluminações, coretos, bandeiras, petardos, etc.; e também padres para as cerimónias religiosas, sermão, andores e roupas para os anjos, para além das mil e uma outras despesas que sempre surgem não é nada fácil, exige uma quantia muito grande de dinheiro. Lembramos que era costume, quer aqui no Arco, quer noutros locais do Minho, os festeiros correrem as freguesias em volta a angariar dinheiro para a festa.

Anos mais tarde poderemos saber que valor atingiam esses pedidos pois essas quantias foram lançadas em acta, como mais adiante iremos ver. Acresce ainda que no *Diário de Receita e Despeza da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios 1903--1935*, relativo, por exemplo, a este mesmo ano de 1909, as únicas esmolas que estão lançadas são as que entraram na caixa, que neste ano atingiram um valor relativamente elevado (18$770 réis), mas que no ano seguinte se ficaram por apenas de 5$080 réis, muito pouco dinheiro, portanto.

---

[86] A única despesa que encontramos nas contas da Irmandade relativa às festas deste ano é a seguinte: *Pago a [em branco] por despesa feita com a festividade no dia 8 de Setembro 20$000 réis*. Veja-se: *Diário de Receita e Despeza da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios 1903-1935* (Despesa nº 2, ano de 1908).

No ano de 1910 o jornal "Povo de Cabeceiras" assinala uma certa quebra nos festejos:

> "... *Foi outrora um arraial dos mais concorridos da região de Basto, vendo-se nele muito milhares e populações e as pessoas mais gradas deste concelho e dos vizinhos. Está agora muito decaído, contudo ainda a tradição chama ao Arco de Baúlhe muita gente, revestindo-se a povoação das suas melhores galas para recebê-los*...[87]

Mas na edição seguinte contradiz-se, escrevendo que *o concurso de forasteiros foi grande como nos demais anos*...[88]

Em contrapartida, outro periódico, o "Jornal de Cabeceiras" preferiu valorizar, e com bastante apreço, o momento que achou mais interessante, a apresentação da nova banda de música de Cabeceiras

> ... *o* clou *desta festividade foi a apresentação da nova filarmónica regida pelo Senhor Fernandes, que alcançou o mais legítimo e brilhante sucesso.*
>
> *Todos os figurantes da nova banda em número de 25, se apresentaram elegantemente fardados e executaram primorosa e correctamente o repositório escolhido e moderno, alcançando algumas execuções um caloroso êxito de aplausos*...[89]

Refira-se ainda que neste ano de 1910 foi a José Benjamim de Magalhães que a Irmandade deu apoio (25$000 réis) para a realização dos festejos.

Em 1911, apesar de ter sido o ano da morte (em Janeiro) do maior benfeitor de Nossa Senhora dos Remédios, Francisco Jose Leite Borges, a festa realizou-se. Não sabemos se manteve a mesma qualidade pois foi pouco noticiada; de concreto sabemos que teve o concurso de três bandas de música, a de Cabeceiras, a de Celorico e a de Fermil[90].

---

[87] "Povo de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 8 de Setembro de 1910.
[88] "Povo de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 12 de Setembro de 1910.
[89] "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 11 de Setembro de 1910.
[90] "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 11 de Setembro de 1911.

Após 1911

A partir desta data as contas da Irmandade apresentam dois lançamentos de despesa relativos à festa, um para a parte religiosa e o outro talvez para a parte laica. Dizemos talvez porque estas quantias são bastante baixas e porque se para uma, a missa cantada, há um gasto de 11$500 réis, para as restantes despesas (festa popular, procissão, etc.) o valor despendido é muito pequeno, não chega ao dobro daquela quantia (23$500) réis. Refira-se ainda que neste ano temos o lançamento de duas receitas, uma *de esmolas proveniente do peditório* (12$000 réis), incluída na receita ordinária e outra colocada nas receitas extraordinárias, *esmolas por ocasião da festividade, em 8 de Setembro* ou seja, na capela (18$895 réis). Os valores das despesas manter-se-ão similares durante vários anos.

O desinteresse sentido pelo jornalista em 1910 – se é que foi real – já estava vencido em 1914. Em "O Cabeceirense" de 13 de Setembro escreveu-se: pode *dizer-se que há muitos anos que aquela festa não é tão concorrida como foi este ano*. O "Eco de Cabeceiras", na edição de 10 de Setembro, dizia o mesmo por outras palavras: *tanto o arraial, realizado na véspera, como a importante romaria, revestiram excepcional imponência*.... Ou seja, a festa foi mesmo muitíssimo boa, apesar do tempo ter estado péssimo, em nada ajudando. Neste ano aconteceu uma novidade: o policiamento foi feito pela nova força policial portuguesa, a Guarda Nacional Republicana, uma criação do novo regime político, a República.

No ano de 1915, em 13 de Junho, deveremos assinalar, sobretudo, que a freguesia passou a ficar à distância do mundo no tempo de apenas um clic pois foi instalada uma Estação Telegráfica do Arco[91]. No que diz respeito à festa, assinale-se que três andores foram decorados pelo armador Vicente Oliveira Basto, do Arco[92].

Em 1917 a festa continuava excepcional. O "Eco de Cabeceiras" disse que foi c*oncorridíssima e brilhante a festa dos Remé-*

[91] "O Cabeceirense", Cabeceiras de Basto, 6 de Junho de 1915.
[92] "O Cabeceirense", Cabeceiras de Basto, 12 de Setembro de 1915.

dios… Especialmente o arraial decorreu com extraordinária animação, sendo difícil o trânsito na rua do Arco e imediações… (15 de Setembro). "O Cabeceirense" afinou pelo mesmo diapasão ao afirmar que *na noite de 7 para 8 as duas bandas de música… entusiasmaram o numeroso público que as apreciava e de tal forma que já havia bastante sol quando saíram dos respectivos palanques…* e, ainda, que *a procissão foi virtuosíssima*… (16 de Setembro).

A procissão era, também, um dos momentos mais considerados da festa. Os andores esguios, a lembrar as catedrais góticas, eram um dos orgulhos dos organizadores da festa do Arco. Vimos que já no século XIX eram concebidos desta forma. Em 1918 houve uma novidade muitíssimo interessante pelo que nos mostra sobre a forma como a procissão era vista pelos jovens. Na procissão sobressaíram especialmente dois andores: um fora decorado pelas raparigas; o outro pelos rapazes*… que à porfia se esforçaram uns e outros por levar a palma.* Noutro passo, e*m um vistoso carro triunfante, um gracioso grupo de gentis crianças entoavam cânticos à Senhora dos Remédios sendo acompanhados por parte da banda desta vila [Cabeceiras de Basto]*[93].

O texto relativo à festa de 1919 é muito bonito na parte relativo ao arraial, quase parecendo que o jornalista o escreveu em pleno arraial, com uma malga à frente e ao som de uma das duas bandas de música que alegraram a festa, a de Cabeceiras e a de Mondim.

> *… de véspera houve arraial com iluminação vistosa, amazonas cabriolando por entre os ensurdecedores Zés-pereiras, bom fogo, rondas, descantes e danças populares, etc. A eterna e alacre folia da gente minhota, que sempre aproveita as romarias para dar expansão ao seu carácter jovial*.

Mas a continuidade do seu texto levanta-nos uma questão

> *A capela achava-se ricamente engalanada e a procissão foi imponente e de luminárias, para o que muito concorreram os conhecidos armadores Senhores Vicente de Oliveira Basto*

[93] "O Cabeceirense", Cabeceiras de Basto, 15 de Setembro de 1918.

e Paulino Teixeira de Oliveira, que se houve à altura dos seus créditos, confecionando dois magníficos e artísticos andores..."[94]

A questão é: porque é que houve luminárias? A procissão foi realizada à noite? Se sim, a partir de que ano? Ou terá acontecido apenas nesse ano?

A verdade é que em 1922 a procissão ocorreu no início da tarde, às 14horas. É, aliás, deste ano o primeiro programa meticuloso que conhecemos, com as horas de cada actividade bem especificadas. Não que seja muito diferente dos anos anteriores, mas pela primeira vez conseguimos saber a que horas acontecia cada momento da festa. É por essa razão que merece ser conhecido, razão mais do que justa para aqui o transcrevermos, apesar da sua extensão:

Dia 7. "Às seis horas da manhã: salva de 21 morteiros anunciará o início da festa, seguindo-se o grupo de Zés--pereiras que como é da praxe percorrerá durante o dia as ruas do local.

Às 16 horas (4 da tarde): uma girândola de foguetes anunciando a entrada no recinto de três afamadas bandas de música que em saudação aos habitantes do lugar e proximidades, percorrerão as principais ruas, encontrando-se estas vistosamente engalanadas.

Às 18 horas (6 da tarde): concerto pelas referidas bandas (8 da tarde) nos coretos que para esse fim serão levantados. Abertura de uma exposição das prendas oferecidas para a "keremesse" pelas gentis damas e cavalheiros não só dali como do concelho, seguindo-se o leilão das mesmas.

Às 22 horas (10 da noite) salva de sete morteiros dará começo ao arraial, subindo as bandas de música aos seus respectivos coretos para durante a noite executarem as melhores peças dos seus extensos reportórios.

Profusa iluminação de um afamado e conhecido iluminador será acesa às 22 horas (10 horas) prolongando-se até de manhã.

---

[94] *Festividade da Senhora dos Remédios.* "Ecos de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 13 de Setembro de 1919.

Às 24 (meia-noite) começará a ser queimado o surpreendente fogo de fantasia de três acreditados e conhecidos pirotécnicos, subindo também ao ar alguns aeróstatos de grandes dimensões prolongando-se isto durante a noite.

Dia 8: continuação dos festejos do dia anterior.

Às 11 horas missa da festa a grande instrumental na capela de Nossa Senhora dos Remédios encontrando-se esta brilhantemente ornamentada e exposta ao público durante o dia subindo ao púlpito, um distinto orador sacro.

Às 14 horas (2 da tarde) sairá da capela de Nossa Senhora dos Remédios a majestosa procissão, que como de costume dará a volta pela capelinha de Nossa Senhora dos Aflitos recolhendo às 16 horas (4 da tarde).

Em seguida concerto pelas afamadas bandas de música que durante a tarde executarão variado e escolhido número de rapsódias.

Continuação do leilão das ricas e valiosas prendas oferecidas para a "keremesse".

Nota importante. A comissão está altamente empenhada além do programa anunciado, apresentar várias surpresas que por certo deixarão na melhor disposição os forasteiros, de entre os quais o MASTRO COCAGNE pouco conhecido no nosso meio.

Também serão sorteados, intercalados com os diversos números do programa, vários e importantes objectos, de entre os quais uma excelente bicicleta de marca reputadíssima.

A comissão de festas muito respeitosamente vem pedir às Excelentíssimas Damas, não só de Refojos e do Arco, como de todo o concelho, a subida fineza de contribuírem para o brilhantismo da mesma festa com algumas prendas para a "keremesse" tendo a comissão dividido em três zonas a entrega das mesmas: a saber:

Zona A: Arco, na farmácia Nogueira Pinto; Zona B, Cabeceiras, na livraria Seara; Zona C, no Porto, rua de Monte Belo, 177, Felisberto Pacheco, onde podem ser entregues ou a quem podem ser remetidas as prendas, encontrando-se os respectivos cadernos, nos quais podem ser entregues ou a quem podem ser remetidas as prendas, bem como os nomes de quem se dignou oferecê-las.

A Comissão desde já agradece às excelentíssimas damas o bom acolhimento deste pedido[95].

Como se pode ver, as diferenças não são muito grandes. Assinale-se, contudo, que passou a haver o pau de sebo, que o jornalista dá a conhecer como Mastro Cocagne, e o sorteio de uma bicicleta. Interessante, também, é perceber que as festas tinham uma organização excelente, de que são bons exemplos quer o pormenorizadíssimo programa quer a existência de três sítios diferentes para a recolha de prendas do bazar. E também é muito interessante o facto do programa ser dado a conhecer mais de uma semana antes, o que registamos pela primeira vez.

Quanto às despesas da Irmandade com a festa registe-se o que foi lançado no *Diário de Receita e Despeza da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios 1903-1935* (ano de 1922): *Pago com a festividade da Senhora dos Remédios a cargo da Irmandade, 17$79*. Ou seja, a festa continuava a estar dividida em duas partes: a religiosa pertencia apenas à Irmandade e a civil à freguesia. Mas um problema se deve colocar: e quem pagava as despesas com a procissão, despesas que não deveriam ser nada pequenas?

O ano de 1923 trouxe no seu programa uma novidade de tomo: um jogo de futebol, perdão, *footboll* pois é esta a palavra que se foi escrita no jornal. Os clubes participantes foram o Arcoense Sport Club e o Sport Club de Ribeira de Pena. No fim o resultado foi favorável ao clube da casa: *Arcoense 1 – Ribeira de Pena 0*. Note-se que esta data é bastante antiga no contexto do futebol português. Se é verdade que o Futebol Clube do Porto foi fundado nos primeiros anos do século XX, o Sporting Clube de Braga apenas teve alvará do Governador Civil em 19 de Janeiro de 1921. E o *Cabeceirense Football Club* foi apenas constituído nos inícios de Setembro deste ano de 1923[96]. Terá sido por essa razão que o jogo foi feito com o clube de Ribeira de Pena?

Este jogo deverá ter sido um dos primeiros, senão o primeiro, jogado por um clube do Arco. É que o *Arcoense Futebol*

---

[95] "Ecos de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 26 de Agosto de 1922.
[96] "Ecos de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 8 de Setembro de 1923.

Clube (*Futebol* e não *Sport*) só seria fundado em 1933; o campo ficava situado em Morgade e foi oferecido por António da Silva F. Costa, que se dignou aceitar o lugar de Presidente da Assembleia-geral.

Origem da procissão das velas

Em 1927 a festa foi *promovida por um grupo de respeitáveis senhoras*. Registe-se também um facto deveras interessante: *foi colocada em um dos altares da capela, uma rica imagem de Nossa Senhora de Lurdes*[97].

Esta oferta da imagem de Nossa Senhora de Lurdes é muitíssimo importante porque foi a partir desta data que se começou a fazer a procissão nocturna, uma procissão que se tornaria num dos momentos de maior monumentalidade da festa[98]. Se analisarmos o programa das festas do ano seguinte veremos que inclui uma procissão de velas em honra de Nossa Senhora de Lurdes.

Este ano de 1928 ficaria, aliás, fortemente marcado pela componente religiosa da festa. É certo que a procissão de Nossa Senhora dos Remédios deverá ter estado deslumbrante devido ao *riquíssimo figurado vestido pela afamada casa Plácido Marques, da Póvoa de Varzim*, estando *majestosa procissão com riquíssimos andores, luxuoso figurado e duas bandas de música*.

Mas naquele dia em que se não sabia qual iria ser o futuro, o momento mais importante, mais solene, que com toda a certeza atraiu mais pessoas, não foi esse. O momento chave foi a vinda do arcebispo, naquela que deverá ter sido a primeira vez em toda a história da freguesia que S. Martinho de Arco de Baúlhe recebeu o prelado maior da arquidiocese. Chegou no dia 7, pelas 10 horas da manhã para *a bênção da gruta de Nossa Senhora de Lurdes e a crisma na igreja paroquial*. À noite o arcebispo presidiu à procissão de velas em honra de Nossa Senhora da Lurdes e fez uma alocução. Não admira, portanto, que a procissão de velas passasse a fazer parte do programa religioso.

---

[97] "Ecos de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 10 de Setembro de 1927.

[98] Sobre esta procissão veja-se GONÇALVES, Albertino; GONÇALVES, João – *Festa de Nossa Senhora dos Remédios*. In: *Cabeceiras de Basto. História e Património.* Cabeceiras de Basto. Câmara Municipal, 2013, p. 240 (dir. Isabel Maria Fernandes).

1932 foi um ano de crise. De crise nas festas de Nossa Senhora dos Remédios. A explicação é-nos dada, embora de forma parcimoniosa, por um jornalista, curiosamente de um jornal de Braga:

> *Este ano não se realizarão como de costume, no próximo dia 8 as tradicionais festas a Nossa Senhora dos Remédios. E não se realizam simplesmente porque a comissão nomeada para as levar a efeito entendeu... que maçadas não pagam dívidas... E daí...*[99]

A partir deste ano – e durante muito tempo – desapareceram nos jornais as referências às festas. A festa religiosa mantinha-se, mas o orçamento que se pôde ler até 1935, data em que termina o volume único do *Diário de Receita e Despeza da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios*, é sempre extremamente reduzido, apenas 18$00, a que se acresciam mais 10$00 por uma missa pela alma dos irmãos falecidos.

Vimos já que em 1938 houve uma tentativa de reorganização da Irmandade que então estava sem vida. Aliás, nesse ano foram também revistos os *Estatutos*. Não é, portanto, de estranhar que neste ano se tenha também tentado fazer de novo a festa. Já apresentamos noutro local deste texto o orçamento da Irmandade para o ano de 1938. Relembre-se que a receita deveria ser obtida por subscrição pública e que *as despesas com o arraial serão cobertas por subscrição pública levada a efeito por uma Comissão especial com prévio assentimento e orientação a Mesa da Confraria, mas sem a menor ligação com esta*. Refira-se também que incluiu a procissão de Nossa Senhora dos Remédios, e não a procissão das velas.

Após 1945

No ano seguinte voltou o desalento. Foi de tal forma forte e prolongado que só em 1945 voltaremos a ver uma nova tentativa de ressuscitar a Irmandade. Pensando bem, o problema maior era a festa. Para uma missa comemorativa arranjava-se sempre dinheiro. Mas dinheiro para uma festa que atingira um nível imenso em tempos antigos era muito, muitíssimo mais complicado.

---

[99] "Diário do Minho", Braga, 6 de Dezembro de 1932.

Poderia ser complicado, mas também deveria ser uma tremenda dor de alma para muitos, para aqueles que tinham a sua freguesia no coração e que nos anos em que a festa fora grande tinham visto que toda a gente, todos os forasteiros, admiravam imenso o Arco de Baúlhe. Por essa razão em 2 de Agosto de 1946 foi convocada uma reunião em que

> *... compareceu a mesa gerente da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios para se resolver a solenidade do dia oito de Setembro do ano corrente. Atendendo a não haver fundo de reserva assentou-se na festividade o mais pomposa possível dentro das possibilidades oferecidas apenas pelos votos dos associados. E tudo resolvido encerrou-se a sessão...*[100]

Como se vê é tudo muito, muito simples. Há vontade, mas não parece haver arrojo. A verdade, porém, é que depois de uma década de paragem, com a consequente perda de ânimo, e acabados de sair de tempos dificílimos em que a fome era o quotidiano em muitas casas – os tempos da Segunda Grande Guerra – temos que considerar que fazer-se alguma coisa equivalia já a muito.

Esta situação manteve-se até 1951. Qual grito de revolta, um grupo de cidadãos resolveu arrostar o marasmo e mostrar de novo que S. Martinho do Arco de Baúlhe tinha uma festa que pedia meças a qualquer uma das que se faziam em seu redor; mais, que as ultrapassava.

A realidade acabaria por não ser bem essa, mas foi um novo ponto de partida que se desejava ir melhorando nos anos seguintes. Decidida a sua realização no último momento, quase como um grito de alguém que queria marcar presença, dizer que a festa do Arco estava viva, é muito possível que a sua realização tenha sido levada a cabo por gente bastante nova pois o jornalista que nos deixou a notícia da festa escreveu que no programa constava *um grande e brilhante ARRAIAL MINHOTO, atractivo que pela primeira vez se vai realizar na referida Povoação, no qual haverá vistosa*

---

[100] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fól. 15v

ornamentação, feéricas iluminações, concertos por Bandas Musicais, descantes populares, fogo do ar e preso...[101]

E acrescenta:

> *É pena que o Arco – terra de iniciativas apreciáveis – deixasse para a última hora a organização desta festividade, que ali costuma atrair, sempre, grande número de forasteiros. Por tal motivo, este ano, aquela festa não teve a concorrência dos anos anteriores, tendo contribuído, para isso, também, o facto do povo da sede do concelho, não ter meio de transporte para o regresso, no final da procissão, isto é, ao fim da tarde. Temos conhecimento que muitas foram as pessoas de Cabeceiras que desistiram de ir à festa por tal motivo, e, algumas que ali se deslocaram, viram-se forçadas a regressar a pé. Pelo menos, excepcionalmente, poderia ter-se organizado um serviço de vai-vem motorizado, para benefício do público e... dos organizadores da festa do Arco. Isto impunha-se, por muitas razões*.

E, por fim, lamentou algo cujas culpas não podem ser assacadas à organização, *a falta de energia eléctrica, da parte da tarde, que obstou a transmissão das cerimónias religiosas através da aparelhagem sonora instalada no recinto – entre as quais o Sermão na Capela própria, que teve de ser pronunciado ao ar livre, noutro local*.

No ano de 1957, no dia 8 de Setembro, houve uma actividade que pensamos ter sido diferentes pois nunca a encontramos referida até aí. Referimo-nos a *"Uma noite do rio"*, um espectáculo, melhor, um *grande festival... colaborarão nesta festa a grande artista brasileira Carmélia Alves e o seu conjunto típico "Os Cangaceiros" bem como a orquestra José Vieira.* A nossa dúvida é só uma: pertenceria este espectáculo às festas ou apenas se aproveitaria de um momento, em que muita gente ainda poderia estar no Arco? A verdade é que voltariam a acontecer outros momentos deste tipo. No ano seguinte, e também no dia 8, actuaria a orquestra "Segundo Galarza"; mas é seguro que a sua actuação não estava incluída no programa da Festa de Nossa Senhora dos

---

[101] *Noticiário. Nossa Senhora dos Remédios (Arco de Baúlhe)*. "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 2 de Setembro de 1951.

Remédios. Anos mais tarde, em 1981, sabemos que na data da festa *actuaram a famosa orquestra espanhola "Nueva Generacion" e os ranchos do Marco e de Cabeceiras de Basto e o conjunto "Sarilho*[102].

Saliente-se ainda no programa deste ano de 1957 a actuação do Grupo Folclórico da Casa do Povo de Fermil de Basto. Acreditamos que a presença de ranchos folclóricos já tivesse ocorrido em anos anteriores pois era (e é) algo muito querido do povo minhoto. Além disso, é uma actividade que na maior parte das vezes não traz quaisquer encargos para a organização porque estes grupos tinham por costume fazer o espectáculo por amizade e pelo preço de um simples beberete de agradecimento. É, porém, a primeira referência que encontramos. No ano seguinte marcariam presença os ranchos de Cabeceiras de Basto, Fermil de Basto e de Celorico de Basto.

Embora as festas tenham melhorado substancialmente, a verdade é que o problema de base subsistia: não havia uma qualquer entidade estruturada que organizasse as festas. Ou seja, era algo igual ao que quase sempre acontecera, mas que a criação da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios levara, inadvertidamente, para outros caminhos.

É certo que as festas civis aconteciam no mesmo momento em que se realizavam as festas em homenagem a Nossa Senhora dos Remédios; mas como Jesus Cristo já dissera, deveriam separar-se as águas, festas religiosas para um lado e civis para outro. Não havia a menor dúvida que deveriam ocorrer na mesma altura até porque se sabia que não iria haver sobreposições, iriam ser complementares.

O problema é que sendo o Arco de Baúlhe uma das maiores freguesias da região de Basto – e não apenas do concelho de Cabeceiras de Basto – não era suficientemente grande para manter vivas duas estruturas. É que na maior parte das vezes as pessoas que organizavam as festas civis e as religiosas eram as mesmas. Daí essas dificuldades, daí esses [não] equívocos. E digo [não] equívocos porque na realidade não os havia de forma voluntária. Eram, sim, o fruto da realidade humana e económica da freguesia.

Por essa razão não é de admirar que as festas continuassem a ser organizadas à última hora e que anos mais tarde, na edição

---

[102] "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 3 de Outubro de 1981.

de 20 de Setembro de 1958, o jornalista do "Jornal de Cabeceiras" se tenha queixado da forma como eram organizadas, demasiado em cima do momento,

> *Para que não volte a acontecer como este ano, isto é, somente a três dias da festa é que esta foi resolvida fazer-se, seria bom que a confraria tomasse nota do que os Estatutos obrigam e assim seria bom para o comércio e mesmo para as pessoas que vivem longe daqui que contarão com a festa e podiam marcar para esse dia a sua visita aos seus familiares e amigos*...

Felizmente esta realização tão pouco atempada não impediu que também viesse a dizer noutro texto: *já há bastante tempo não teve tanta gente dentro de suas portas, como no dia 7 e 8* (edição do dia 14).

Em 1960 encontramos referência a uma missa campal rezada às 9 horas da manhã... *no lugar no Alto da Serra, junto da capelinha do Senhor dos Aflitos,* onde foi dada a *comunhão a mais de 80 crianças*... À tarde, as crianças fizeram, após o sermão... *a entrega das velas e ramos a Nossa Senhora dos Remédios por todas as crianças que fizeram a comunhão solene*... Poderá ver-se nesta actividade que encontramos pela primeira vez este ano o prenúncio de outra que anos mais tarde passaria a acontecer, uma novena que se realizava antes das festas e, de certa forma, as tornavam mais extensas?

A intervenção do "Jornal de Cabeceiras" em 1970 e 1971

Em 1966 a Irmandade estava outra vez *desorganizada e sem vida*, como já noutro local deste texto referimos. Esta situação, contudo, não impediu que nesse mesmo ano as festas continuassem em pleno, e com um programa que incluía *às 22 horas – Majestosa Procissão de Velas com o andor da Senhora preparado como nunca se viu – a maior novidade das festas* e um "*grande festival folclórico*", para além de se estenderem por três dias e não dois, como era tradicional; e havendo um serviço de *carreiras extraordinárias, entre Cavês, Ribeira de Pena (Santo Aleixo), Cabeceiras de Basto, Fafe e Gandarela, bem como serviços especiais de automotoras na Linha do Vale do Tâmega*. Esta realidade

só vem corroborar a afirmação anterior, de que era difícil haver no Arco, em simultâneo, duas estruturas muito fortes.

Essa era a verdade. Por isso não deveremos estranhar o texto doloroso publicado no "Jornal de Cabeceiras", na edição do dia 22 de Agosto de 1970:

> ***Do Arco de Baúlhe. Festa de Nossa Senhora dos Remédios. Sonho ou realidade?***
>
> *Nos últimos anos, mais propriamente desde 1963, as festas em honra de Nossa Senhora dos Remédios têm-se realizado ininterruptamente alcançando extraordinário relevo a ponto de serem consideradas, e muito justamente, umas das mais brilhantes da região e das melhores do norte do País.*
>
> *Contudo e não obstante todas as suas tradições que criaram responsabilidades, este ano não se realizará a festa maior e mais relevante desta localidade. É de facto triste deixar desaparecer desta maneira um dos maiores cartazes de propaganda e de turismo da região. Efetivamente, às festas da Nossa Senhora dos Remédios afluía grande número de forasteiros vindos de vários pontos do país atraídos pelas belezas da região e principalmente pelos programas modernos e variados que as comissões gostosamente apresentavam. Não se devia deixar morrer assim sem qualquer razão palpável a festa que já esteve na agenda de milhares de pessoas, que já foi reportada na primeira página dos jornais… em suma, que já tinha nome, pois o seu brilho e a sua beleza alcandorou-a a posição cimeira no panorama das grandes festas. Eram três dias de folguedo nos quais todas as pessoas davam largas ao seu entusiasmo e à sua alegria, eram talvez os dias mais apetecidos das gentes do Arco. Não, não pode ser. Deve-se continuar desde que atingiu o seu auge pois de contrário Arco de Baúlhe fica mais pobre.*
>
> *Arco de Baúlhe pode, tem possibilidades, tem pessoas que sabem e que devem ombrear com tais realizações. Aliás, já o temos verificado até aqui que tais requisitos têm ultrapassado até as previsões mais optimistas. A que se deve então a não realização da festa a Nossa Senhora dos Remédios? Saturação de elementos das comissões de festas que*

têm colaborado assiduamente? Falta de infraestruturas como soe dizer-se modernamente? Seja o que for. Pensemos já na festa do próximo ano para que tenha ainda maior êxito do que a de anos anteriores e também para que esta falta seja redimida. Pois para este ano o pouco tempo que resta não deixa antever que alguém chame a si a organização de tão importantes festas.

Com efeito e nunca é demais dize-lo, é triste e até vergonhoso deixar de se fazer este ano a festa a Nossa Senhora dos Remédios que criara, repetimos, grandes responsabilidades. Nestas circunstâncias até apetece perguntar. Que é feito do bairrismo que caracteriza – ou caracterizou – o povo desta localidade?

Esta era a dura realidade. Mas a festa do culto de Nossa Senhora dos Remédios não deixou de ser feita, embora sem alguns dos programas habituais. Naturalmente, foi promovida e organizada pela mesa da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios.

Felizmente o jornalista do "Jornal de Cabeceiras" (ou seria um correspondente do Arco que compreensivelmente escondia o seu nome, não assinando?) mantinha a freguesia numa "marcação cerrada". E tendo sabido que no ano seguinte, 1971, não haveria no Arco quem quisesse formar uma equipa e avançar para a realização da festa, escreveu um texto tremendo, fantástico, um verdadeiro desafio, um fortíssimo grito de dor

Do Arco de Baúlhe. Nota

Vamos hoje dissertar um pouco sobre um caso que se vem repetindo durante estes dois últimos anos. Na sua origem está a festa de Nossa Senhora dos Remédios.

Como muito bem se sabe esta festa que se realiza nos dias 6, 7 e 8 de Setembro, alcançou extraordinário brilho a ponto de ser considerada como uma das melhores do Norte do País. Na verdade, a dimensão atingida pela festa foi enorme. Os seus dias principais tornaram o Arco de Baúlhe diferente, para melhor já se vê. Os programas, quase sempre bem escolhidos, proporcionavam aos milhares de forasteiros horas magníficas de diversão, de distracção, de gozo. O movimento excepcional era o corolário das belas e magníficas festas de Nossa Senhora dos Remédios.

Acontece, porém, que nestes dois últimos anos a festa que havia atingido os píncaros da fama e da popularidade, caiu, sem sabermos por que razões, numa grave crise. O ano passado a sua não realização (o primeiro interregno desde 1961, ano do começo das festas grandes) caiu como uma bomba que surpreendeu tudo e todos. Atraiçoou-se o regionalismo, o bairrismo e a boa vontade que se dizem ser virtudes e com certa razão, das gentes desta povoação.

Ao que sabemos, parece que este ano a crise que atrás continua, com mágoa nossa, a persistir. Até há hora em que estamos a escrever estas linhas ainda não foi formada qualquer comissão que promova a decadente festa. Deixar de a fazer é pura utopia, é retroceder no tempo. Até porque as bases estavam criadas e as estruturas lançadas. Havia apenas necessidade de continuar.

O comércio e a indústria locais, aqueles que mais directamente beneficiam com as festas, deviam tomar a iniciativa da sua organização pois estamos certos de que a ajuda e a colaboração do povo não faltarão. O tempo urge. Há que pensar a sério neste problema sem o mínimo desperdício de tempo porque, de contrário, corre-se o grave risco de se passar mais um ano sem que se realize a festa a Nossa Senhora dos Remédios que tanto brilho obteve nas edições anteriores.

As obras de ampliação e restauro da capela de Nossa Senhora dos Remédios que estão praticamente concluídas merecem uma inauguração digna, e, a inauguração que melhor se lhe podia dar, era, justamente, a realização das prestigiosas festividades dos Remédios.

Arcuenses: que é feito do vosso acrisolado bairrismo?...

Aguardamos com confiança[103].

O resultado foi fantástico! Alguns arcoenses sentiram-se tocados nos seus brios e fizeram das "tripas coração". Como resultado, realizaram uma das melhores festas de que há memória. Foram tão expressivas que ainda hoje se ouve falar delas, de "*um ano em que as festas não se iriam fazer e que num momento surgiu um grupo de pessoas que não só as levou avante, como as*

[103] "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 14 de Agosto de 1971.

fez de forma excepcional" conforme testemunhos que recolhi em várias pessoas. O seu nome, dizemos nós, deverá ficar para sempre na memória dos homens e mulheres do Arco de Baúlhe, como exemplo de querer, de que não há impossíveis. É a eles e, repetimos, ao jornalista do "Jornal de Cabeceiras" que os incentivou, que devemos esse momento mágico.

Esse jornalista também soube reconhecer o esforço daqueles homens. Por isso teve o cuidado de acompanhar o seu trabalho e cerca de semana e meia antes dos dias das festas soube dar-lhes um merecido louvor escrevendo um outro artigo que naturalmente transcrevemos:

Do Arco de Baúlhe

A festa de Nossa Senhora dos Remédios é das maiores dos últimos anos.

Formou-se, finalmente, uma comissão que terá a espinhosa missão de organizar as importantes festas que este ano se advinham como das melhores que se têm levado a efeito em Arco de Baúlhe.

Deste modo, a crise que prevíamos no último número deste Jornal foi, para regozijo de todos, debelada e assim a festa de Nossa Senhora dos Remédios retoma a sua continuidade à qual já todos estávamos habituados. Na verdade, esta festa anual é o único certame com nível que se realiza nesta localidade. E, por conseguinte, é desnecessário fazer notar aqui do quanto beneficia Arco de Baúlhe. Principalmente nos aspectos comercial e turístico.

Apesar das coisas serem organizadas com relativamente pouco tempo (o que não invalida que o programa seja cumprido textualmente) a azáfama já é grande. Os vários membros da comissão de festas trabalham afanosamente. Os peditórios estão a decorrer na forma costumada e, ao que sabemos, todas as pessoas que têm sido abordadas para contribuírem com o seu donativo o têm feito da forma mais generosa. Isto, para nós, é agradável referi-lo tanto mais que são do conhecimento de todos as dificuldades actuais. De ano para ano é preciso mais dinheiro se se quiser manter a festa a um nível sensivelmente igual ao de anos anteriores. É, também, mais ou menos do conhecimento público quais os «cachets»

auferidos por uma banda de música, por um grupo folclórico, por um conjunto musical... Há, portanto, necessidade de todos contribuírem com as suas esmolas e os seus donativos o mais voluntariosa e efectivamente possíveis.

Este ano a festa de Nossa Senhora dos Remédios começará mais cedo, mais exactamente no dia 5, por motivo da inauguração das obras de ampliação e restauro, e, ainda, da bênção de um moderno altar.

Do programa, cuidadosamente elaborado, destacamos o arraial minhoto com magnificas atracções, o festival folclórico e a imponente procissão.

A comissão organizadora é constituída pelos senhores Manuel da Silva Campos, António Gonçalves Vilas, Augusto de Magalhães Carvalho, Carlos Alberto Martins Oliveira, Alfredo Alves Martins, Gabriel José da Costa Ribeiro, José Gonçalves Duro, Armando Cerqueira e Lourenço Pereira.

Sem menosprezar o valor de todos os que têm colaborado e trabalhado para a festa, que merecem toda a nossa admiração e os mais justos encómios, impõe-se que realçamos a acção desenvolvida por esse arcuense de boa cepa e bairrista de «antes quebrar que torcer» que se chama Manuel da Silva Campos. Realmente tem sido ele, sem desfalecimentos, que sempre (desde que as festas começaram em grande) tem estado à cabeça da comissão, orientando e trabalhando como poucos. Ele tem sido, sem contestação, a alma mater das festas de Nossa Senhora dos Remédio. Que não se arrependa. E, que antes, pelo contrário, continue na sua posição, sem quebras, sem fraquezas.

Esperamos que a edição deste ano seja um verdadeiro êxito pois possui todos os condimentos para que assim suceda. Da mesma maneira esperamos da parte do público a maior ordem, a melhor civilidade para que o êxito seja total.

PROGRAMA

***Dia 5** – Às 17 horas – Procissão com a imagem de Nossa Senhora dos Remédios da Igreja Paroquial para a capela.*

Às 17. 30h. – Bênção do monumental altar novo. Inauguração das obras de ampliação e beneficiação da capela, sua reabertura ao culto e missa vespertina solene.

> ***Dia 6 –*** *Às 19 h. – Jubileu da Irmandade. Às 21 h. – Conclusão da novena e procissão tradicional de velas*
>
> ***Dia 7 –*** *Às 8 h. – Ronda dos Zés-pereiras com gigantones e cabeçudos. Às 16.30 h. – Missa vespertina. Às 17 h. – Entrada da afamada banda de música da Polícia de Segurança Pública do Porto. Às 17.30 h. – Entrada da banda de música das Caldas das Taipas, que se classificou em 1º lugar na primeira eliminatória do certame musical de bandas civis, realizadas em Coimbra. Às 22 h. – Grande arraial nocturno. Desfile das bandas com destino aos coretos onde se exibirão até à 1 hora do dia 8. Como remate, sessões de fogo-de--artifício por três afamados pirotécnicos.*
>
> ***Dia 8 –*** *Às 8, 9 e 10 h. – Missas rezadas solenizadas. Às 9 h. – Reentrada da banda musical das Caldas das Taipas. Às 11 h. – Missa cantada a grande instrumental. Às 16 h. – Desfile das comissões para entrega na mesa da presidência do produto do bazar e distribuição de taças. Às 16.30 h. – Entrada dos ranchos folclóricos. Às 17.30 h. – Triunfal procissão de Nossa Senhora dos Remédios com duas dezenas de andores, duas centenas de figuras alegóricas, banda de música, fanfarra e pelotão de cavalaria da Guarda Nacional Republicana e sermão do Triunfo. Às 22 h – Grande arraial Folclórico. Desfile dos Ranchos folclóricos, sua distribuição nos respectivos palcos e sessão de folclore ate à 1 hora do dia 9.*[104]

Mais tarde (edição de 25 de Setembro) o mesmo jornalista escreveria que as festas decorreram com brilho e que a *procissão do triunfo foi mesmo triunfal e nela se incorporaram 200 figuras alegóricas e 20 vistosos andores*. Longe estava o tempo em que a procissão se fazia com "apenas" três andores!!! Refira-se ainda que neste ano de 1971 ano foi inaugurado o novo altar para a imagem de Nossa Senhora dos Remédios.

Após 1977

Em 1977 houve uma mudança que se pode considerar radical. Até aqui a festa que já em meados do século XIX tinha a

[104] "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 28 de Agosto de 1971.

duração de dois dias passava agora a ter uma duração maior, de três ou quatro dias, calhando sempre os dois últimos nos dias 7 e 8 de Setembro. Mas a partir de *este ano* [passou a ser feita numa] *nova data por vontade da população desta localidade que escolheu o primeiro domingo de Setembro quando o usual era efectuar-se a 8*. A alteração deve ter tido origem em razões economicistas, compreensíveis: calhando num fim-de-semana, poderia vir a receber um maior número de festeiros.

Neste ano houve outra novidade *um torneio de tiro aos pratos, uma organização do Clube de Caça e Pesca de Basto, que se realizou no campo de tiro desta colectividade*.

Mas não foram só razões civis que levaram a mudanças na festa. Na sua reunião de 21 de Junho de 1980, a direcção da Irmandade

> *... entrando em discussão o dia em que deveria ser efectuada a festa ficou deliberado que este ano continue a realizar-se no primeiro domingo de Setembro e que no dia 17 de Agosto se fizesse a missa cantada com sermão em homenagem aos Emigrantes em virtude da Comissão de Festas do ano findo se [ter] comprometido com o emigrante de passar a festa para o terceiro domingo de Agosto mas como esta mesa verificou não estar certa a alteração à festa; mais se deliberou que fossem procurados alguns elementos para angariar donativos para a festa em virtude de a Mesa não poder estar em todos os lugares*...

Ou seja, confirma-se aqui o que atrás dissemos, a dificuldade de haver pessoas para realizar os dois diferentes momentos festivos.

A festa realizou-se nos dias 5, 6 e 7 de Setembro *O ponto mais alto foi a tradicional procissão*; e o homem forte dos festejos foi Manuel da Silva Campos.

No ano seguinte, houve novo lamento na imprensa que se queixou que *a um mês apenas das tradicionais festas de N. S. dos Remédios ainda não se conhece a comissão que as organizará, facto que, só por si, é suficientemente lamentável, tanto mais que a sua acostumada grandeza e amplitude não é de molde a permitir que se abuse do improviso e da espontaneidade que tantas vezes caracteriza esta romaria*.

Estatutariamente as festas deveriam ser da responsabilidade da Irmandade. *Mas é evidente que a tradição e a exigência popular requerem que as festividades a Nossa Senhora dos Remédios tenham a sua componente pagã*.

A componente pagã era fundamental; e exigida porque *desde há muitos anos que ultrapassou o mero (embora também importante) circunstancialismo do culto religioso. A Senhora dos Remédios é já uma verdadeira manifestação popular conhecida e admirada em todo o norte do país*.

Não contente com a sua análise precisa e dura, o autor destas palavras foi ainda mais longe, directo à questão e terminou o seu texto de forma contundente:

> *Já o ano passado aqui levantamos o problema da falta de estruturas organizativas que permitissem que em cada ano aparecesse uma comissão executiva das festividades. No entanto, valerá a pena reafirmar o que então dissemos sobre o assunto e que se resumia no seguinte:*
>
> *A Mesa da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios deveria assegurar a continuidade das festas contactando e convidando anualmente as pessoas necessárias para a constituição da referida comissão. Sabemos que existem dificuldades em conseguir-se boas-vontades e gente que queira dar «o corpo ao manifesto». Mas cremos que tudo passa pela sensibilização das pessoas, especialmente das que mais possibilidades dispõem para contribuírem para o engrandecimento de Arco de Baúlhe.*
>
> *Esperamos, todavia, que se realizem as festas de 1981, pois que, de contrário, isso em nada abonaria os arcuenses nem o Arco de Baúlhe. No próximo número esperamos dar já algumas novidades relativamente a este assunto que está na ordem do dia da população local*.

As festas realizaram-se, como também se realizariam nos anos seguintes. Mas agora surgia outra questão, uma questão compreensível e natural: como as festas estavam a atingir grande nível e, consequentemente, uma enorme procura surgiram opiniões, logo em 1982, de que deveriam passar a ter uma duração maior[105].

---

[105] "O Basto", 16 de Setembro de 1982.

A situação não era nada fácil. Até porque a Irmandade se sentia sem capacidade para levar avante uma actividade tão complexa e tão exigente. Por essa razão, avisadamente, o Juiz

> *... deu por aberta a sessão, começando por ouvir a opinião de todos os presentes quanto à festa para o corrente ano; após várias impressões foi deliberado que se transmitisse ao Senhor Abade para que ele na missa do próximo domingo (dia 15) expusessem em público que esta mesa pedia para que houvesse Comissão que quisesse fazer a festa para aparecer até ao dia vinte e dois...*

E como a festa teria de ser feita, deliberaram também

> *... que o Senhor Manuel da Silva Campos nesta semana fosse com o Senhor Alfredo Alves Martins verem se descobriam ferros para os postes da iluminação para a Avenida pagando esta Mesa o gasóleo aos senhor Martinho; mais foi deliberado para [que] no dia vinte e três pelas dezanove horas e trinta voltarmos a reunir para ser elaborado o programa das festas visto o termos quase a certeza que não ia aparecer ninguém; também foi falado quanto à renovação da mesa mas foram todos de acordo que como a festa estava muito perto deixar-se isso para passada a festa...*[106]

A situação não era apenas difícil, era tremenda! É que se por um lado ninguém queria sair sem ter assegurado a sua sucessão, por outro sabia-se que ninguém queria integrar uma nova direcção, o que poderia ser o equivalente a aguentar com um ror de dificuldades que poderiam não ser apenas as desse ano. Se ninguém aparecia agora, o mais normal seria que nos anos seguintes tudo corresse da mesma forma. E tanto assim era que na reunião de 1 de Julho de 1985 a Irmandade teve de deliberar o que na realidade não queria que acontecesse, *que a festa voltasse a ser feita pela mesa em virtude de não ter aparecido qualquer comissão e a festa desde que o povo assim o*

---

[106] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fls. 19v-20.

quisesse fosse feita nos moldes dos anos anteriores mas para isso precisávamos de uma comissão de apoio ao que todos concordaram que fosse convidada...[107]

As notícias sobre a festa do ano de 1986, feita sob a orientação da Irmandade, transmitem-nos informações que até aí ainda não víramos escritas mas que, se as olharmos com atenção, veremos que não são muito diferentes do que já se fizera em anos anteriores no Arco e semelhantes ao que se faz um pouco por todo o Minho: para se poder fazer uma festa é preciso ter uma boa divisão de trabalho, tendo as pessoas envolvidas obrigações muito bem definidas.

Além de pessoas, também era necessário dinheiro; mas como a Irmandade o não tinha, havia que fazer peditórios no Arco e nas freguesias em volta. São essas as informações que a seguir apresentamos. Na reunião de 10 de Agosto de 1986, o Juiz

> *...expôs a todos os presentes como desejava que decorresse a festa e bem assim determinou todo o trabalho a executar e como dividir os grupos de trabalho, ficando a freguesia dividida em três partes e ficando especificado as comissões que deveriam ir para fora e bem assim pedir a vários colaboradores para nos ajudar, assim como estruturar a festa e bem assim ver quem devia convidar a música, fogo e conjuntos e ranchos. Tendo ficado encarregado dos conjuntos o Senhor Alfredo Machado, os ranchos o Senhor José Augusto ficou encarregado de falar ao de Limões, o Senhor Joaquim Novais falou aos de Gandarela e de Cavês, quanto ao fogueteiro foi o Senhor Novais e o Senhor Júlio assim como a música e outras coisas mais que faltavam assim como qualquer elemento podia falar a qualquer coisa que fosse necessário mas nunca contratar sem saber se era necessário ou se havia cabimento no orçamento. Após estar tudo mais ou menos engendrado [e] marcado os dias de saída para peditórios e contratar alguma coisa foi encerrada a sessão...*[108]

---

[107] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fls. 20-21.

[108] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fls. 21-22; fls. 22v-23.

Na reunião seguinte (30 de Setembro) foram apresentadas as contas da festa de uma forma bastante pormenorizada, sendo que a receita foi de 1359.162$00 e a despesa 1349.932$00 o que deu um saldo positivo de 9.230$00. Como é compreensível, a maior receita veio do peditório que foi feito na própria freguesia (816.972$00) a que se seguiu o valor dos peditórios realizados durante a festa e as contribuições nas barracas e divertimentos (110.311$00) e um subsídio do Governador Civil (50.000$00); estranhamente não se assinala nenhum apoio da Câmara Municipal, que no ano anterior concorrera com 50.000$000. O peditório nas freguesias, para além da do Arco que já vimos, foi realizado em Cavês (60.046$00), Pedraça (42.748$00), Ribeira de Pena (39.025$00), Basto (35.810$00), Faia (32.800$00), Cabeceiras de Basto (32.680$00), Cerva (31.780$00), Vila Nune (28.200$00) e Atei (24.265$00). Por aqui se pode ver quais eram as principais freguesias que se sentiam atraídas pela festa.

As despesas maiores foram as do figurado 448.00$00; foguetes 199.000$00; conjuntos 197.994$00; arranjo da iluminação 145.591$00; música 130.000$00 e Guarda Nacional Republicana a cavalo de Cabeceiras de Basto 115.994$00. As contas relativas às festividades religiosas, como sejam novenas, jubileu, sermões e Missa Cantada saíram das receitas da Capela e do andor da Senhora renderam 361.970$00; a sua apresentação não foi discriminada tão pormenorizadamente quanto a da parte civil[109].

Em 1987 a receita foi de 1635.496$00, sendo quase metade, 873.950$00, doada pela freguesia; a Capela e os fiéis de Nossa Senhora dos Remédios contribuíram com 371.426$00. As despesas totalizaram a importância de 1535.702$00 estando nesta importância incorporadas todas as que foram feitas fora da capela, como sejam todos os divertimentos, fogo e ornamentações, etc.. O saldo foi de 99.794$00[110].

A festa foi semelhante às dos anos anteriores. Mas não podemos deixar de referir algumas decisões que foram tomadas na reunião preparatória de 10 de Julho que nos mostram o cuidado que tinham na sua realização:

---

[109] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fls. 21-22. Acta de 10 de Agosto de 1986.

[110] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fls. 24-24v. Acta de 19 de Setembro de 1987.

> *... foi deliberado que quer ranchos e conjuntos não fossem muito fracos pois a dar-se-lhe o dinheiro [se fizesse] a quem o valesse; quanto aos andores, que se pedisse aos lugares para fazer como os mais anos e dos de armador os menos possíveis...*[111]

A festa de 1989 teve um momento único, extremamente honroso: a participação do adjunto do Governador Civil e do Presidente da Câmara que integraram a procissão. No dizer de um jornalista, foram... *um êxito no que respeita à programação e quanto à organização, já o dissemos, mas repetimos, esteve impecável*[112].

A vinda de altas personalidades do distrito e do concelho poderia trazer ânimo aos responsáveis pelas festas. E acreditamos que trouxe, e muito. Mas muito era também o cansaço, um cansaço compreensível quando se tinha um trabalho imenso em anos seguidos e não aparecia ninguém a querer partilhar esse trabalho. Em 1990 voltou-se ao velho problema do "não se vão realizar as festas" e à última hora alguém aparecer para as fazer. O texto de Óscar Roque (*Senhora dos Remédios uma festa para continuar*) publicado na edição de 15 de Agosto desse ano do jornal "Ecos de Basto", dá-nos uma excelente, lúcida perspectiva da retaguarda das festas desse ano

> *Apesar de ter sido anunciada a não realização este ano das festas de Nossa Senhora dos Remédios tal, porém, não se vai concretizar, facto que fez rejubilar as populações da localidade e, também, as das freguesias vizinhas...*
>
> *... o povo de Arco de Baúlhe vê nesta festa a menina dos seus olhos... os festejos têm sido organizados pela Mesa da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios... Sentindo-se, porém, cansados, parte desses elementos... não se mostrou receptiva ao trabalho de levar por diante a edição de 1990. Entrou-se... num impasse que se prolongou por algum tempo. Prevaleceu... o bom senso, o amor à causa da terra e, certamente, a profunda convicção religiosa de alguns membros da Mesa da Confraria que nunca recuaram, bem como o*

---

[111] Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios – *Livro de Actas das Eleições 1903-1998*, fls. 23-23v.

[112] "Jornal de Cabeceiras", Cabeceiras de Basto, 20 de Setembro de 1989.

empurrão de um punhado de jovens do Arco que meteu mãos à obra e já se encontra a trabalhar afanosamente no programa da Senhora dos Remédios...

Depois metiam-se as mãos à obra, a realização até poderia ser excepcional e as festas de enorme beleza como o mesmo jornal afirmou na sua edição de 30 de Setembro. O problema é que como a questão de fundo não estava resolvida, no ano seguinte as dificuldades voltavam a ser as mesmas e a realização da festa teria sempre pendente sobre si uma espada de Dâmocles.

O ano de 1991. A elevação a Vila

No ano de 1991 teria forçosamente que haver festas. Mais: as festas teriam que ser excepcionais. Nesse ano haveria um momento único, sem dúvida o mais importante em toda a história da freguesia de S. Martinho de Arco de Baúlhe, a cerimónia oficial da elevação a vila. E a verdade é que a vila, os festeiros e o povo das freguesias em volta e todo o demais que quis comparecer tornaram esse momento absolutamente único, para sempre memorável.

Neste ano as festas tiveram pela primeira vez a duração de 8 (oito) dias (23 a 1 de Setembro)! Pela primeira vez se realizou uma novena. Houve, também, a Semana Cultural, (de 26 a 29), com a participação de Grupos da Região, ofertas das Câmaras Municipais da Região de Basto (Cabeceiras de Basto, Ribeira de Pena, Celorico de Basto e Mondim de Basto). E excepcional foi também a tradicional procissão do triunfo, com 17 andores e milhares de forasteiros a assistir.

Nos últimos anos as festas têm sido levadas a cabo por uma comissão de habitantes da freguesia que lutam denodadamente para que a tradição se mantenha e, se possível melhore de ano para ano. Sem uma estrutura formal na rectaguarda, o seu trabalho é o de uma luta insana, titânica, que nunca sabem se vão conseguir levar a bom porto, mas que, no final, acabam por conseguir.

É bem possível que a história não venha a registar os seus nomes; mas eles não se importam com isso, porque travam esta luta por amor à sua freguesia. Bem hajam pelo seu trabalho imenso! São uns verdadeiros heróis!!!

5. EM MODO DE CONCLUSÃO

Ao longo deste texto fomos dando a conhecer não só a história destas festas de Nossa Senhora dos Remédios mas, também, a enorme importância que foram alcançando a nível de toda a região de Basto. Pudemos, neste presente ano de 2016, ver a passagem da procissão das velas. Bem mais do que uma enorme profissão de fé de todos quantos participam nelas, sejam velhos ou novos, homens ou mulheres, esta procissão é a afirmação mais veemente que se pode ter de que a festa de Nossa Senhora dos Remédios não é apenas um momento muito importante da vida da freguesia do Arco de Baúlhe (agora agregada com a de Vila Nune), mas sim uma festa feita pelos arcoenses para a sua freguesia e para todas as que estão na sua envolvente, isto é, as situadas na parte sul do concelho de Cabeceiras de Basto, as do norte de Celorico de Basto e ainda outras de Mondim de Basto e de Ribeira de Pena.

Se consultarmos o *site* da união de freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune, veremos que nos é indicado o número de 2.048 habitantes. Em 2011, ainda sem a união de freguesias, o Censo da População diz-nos que havia 1669 pessoas no Arco de Baúlhe.

Ora, sabemos que destes 1669 homens e mulheres há uns tantos que vivem fora da área geográfica da freguesia. Se fizermos uma pesquisa mais fina veremos que uma boa percentagem são ainda demasiado novos para poderem participar numa procissão que não só se realiza numa hora tardia como, também, percorre uma extensão bastante grande. É, portanto, um momento em que não só não podem participar os mais pequenos como, também, os mais idosos; e se a estes juntarmos aqueles que ficam obrigatoriamente em casa para cuidar delas e, ainda, os que vivem longe da freguesia mas que querem continuar nela recenseados, o número de arcoenses a participar na procissão terá que, forçosamente andar por volta dos 1.200, mais ou menos. Ora, o que vimos nessa procissão realizada em 2 de Setembro de 2016 é que havia, talvez, umas três mil ou mais pessoas a participar nela. Ou seja, para cada pessoa originária do Arco, havia 2,5 pessoas que deveriam ser oriundas das freguesias em volta.

Estes números tão fortes só confirmam aquilo que ao longo deste texto pudemos ir percebendo: embora seja indiscutível o

enorme bairrismo dos arcoenses, não pode haver a menor dúvida que a maior parte das pessoas que participaram naquela imponente procissão vieram de outras freguesias, principalmente das que são limítrofes, sobretudo de Cavez a Pedraça, Faia, Santa Senhorinha, Cerva, Canedo, entre outras.

Ou seja, e vamos repetir-nos, a festa em honra de Nossa Senhora dos Remédios é uma festa feita pelos arcoenses; mas não é uma festa que é apenas um exclusivo seu, pertence a todas as freguesias da zona sul do concelho de Cabeceiras de Basto e norte de Celorico de Basto, estendendo-se ainda a Ribeira de Pena e Mondim de Basto. Ou seja, tem, até, um caracter intermunicipal, podendo mesmo dizer-se que é um dos principais bastiões de afirmação e manutenção da unidade dos povos da região de Basto. Ou não ficasse Arco de Baúlhe no centro desta região histórica.

Compreendemos que alguns possam achar que esta afirmação é muito forte. Mas se nos lembrarmos dos diferentes programas das festas de que temos conhecimento – e que, em certa parte, fomos traçando nas páginas anteriores – veremos, por exemplo, que a música nas festas de Nossa Senhora dos Remédios foi sendo feita com bandas dos quatro concelhos. Veremos também que foram sobretudo ranchos folclóricos de Cabeceiras, Celorico, Mondim e Ribeira de Pena que estiveram presentes ao longo dos anos. Ou, ainda, que os peditórios para as festas são feitos em varias freguesias destes concelhos.

E não nos podemos esquecer de algo que nunca conseguiremos avaliar: a festa é sobretudo feita com os habitantes destas quatro partes do ancestral território de Basto. Só fazendo um inquérito presencial durante as festas, é que poderíamos saber qual será a real extensão da participação destes quatro concelhos, de todas estas freguesias, na sua realização, entendendo nós que a palavra realização é muito extensa, que inclui tanto quem concebe e leva a cabo como, também, todos os que nela participam.

Ao longo dos anos fomos vendo que muitas vezes estas festas foram sinal de modernidade, de arrojo e de iniciativas espectaculares. Para não nos repetirmos e como ponto final deste texto, referiremos apenas um exemplo de cada uma destas três afirmações:

Modernidade. Várias poderiam ser as novidades a aqui relembrar. Parece-nos, aliás, que todos os anos havia o cuidado de introduzir espectáculos diferentes.

No ano de 1923 trouxe-se às festas um jogo de futebol. Os participantes foram uma equipa do Arco, o Arcoense Sport Club e outra de Ribeira de Pena, o Sport Club de Ribeira de Pena. A taça, se é que estava algo em jogo, ficou em casa, com a vitória Arcoense Sport Club por 1-0.

Terá sido este o primeiro jogo de futebol com carácter formal que se jogou na área do concelho de Cabeceiras de Basto?

Espectacularidade. Em 1904, há mais de um século, portanto, para melhor anunciar as suas festas os promotores tiveram uma ideia absolutamente espectacular, fantástica. Fizeram com que três bandas de música atravessassem uma boa parte do concelho, sempre com os músicos a tocar. Uma partiu de um extremo, de Cavez; outra saiu da Faia; e a terceira começou o seu percurso na Raposeira (Refojos). O objectivo conseguido foi o das três bandas se encontraram a meio da tarde, às 16h00, no Arco, subindo depois cada uma para o coreto que lhe estava destinado para tocar o seu concerto.

Numa altura em que ainda não havia sequer aparelhos de rádio, poderia ter havido acção mais espectacular? Não acreditamos. Digo muito sinceramente que gostaríamos de ver esta acção repetida nos próximos programas. Mais: que passasse a ser peça obrigatória nas festas futuras.

Arrojo. Poderá haver mais arrojo do que realizar-se uma festa desta dimensão em menos de 15 dias como aconteceu mais do que uma vez?

Claro que imediatamente se coloca uma questão: como é que tal pôde acontecer? A resposta é simples: é uma questão de adn. Adn como, perguntar-se-á. A explicação volta a ser muito simples: Arco de Baúlhe não é uma freguesia de matriz agrícola; é, sim, uma freguesia que vive e sempre viveu do comércio.

Arco de Baúlhe foi, no século XVIII, o principal entreposto comercial existente entre o Minho e Trás-os-Montes, entre Braga (que tinha no Arco os seus representantes) e os principais produtores das terras de além Tâmega. Ora, todos nós sabemos que os comerciantes são pessoas muitíssimo activas. Aliás, hoje em dia, é

notável o número de casas comerciais que se podem ver no Arco. Talvez até se possa dizer que é, no Minho, entre as freguesias que não são sede de concelho, a que tem a matriz comercial mais forte!

Não pode haver a menor dúvida: as festas de Nossa Senhora dos Remédios são as festas de união dos povos de Basto. E podem, com toda a justiça, entrar na pequena lista das festas populares mais importantes do Minho.

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

Arquivo da Capela de Nossa Senhora dos Remédios

Diário da Receita e Despeza, 1903-1935

[*Fragmento de um livro de] Actas (?) da Junta de Paróquia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1865-*

Livro de Actas das Eleições 1903-1998

Livro de actas das sessões, 1903-1935

Diário de Receita e Despeza da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios 1903-1935

Arquivo Distrital de Braga

Registo Geral
Vol. 12, 78, 102, 125

Notariais de Cabeceiras de Basto
Vol. 83, 207; 1º ofício, nº 42

Arquivo da União de freguesias de São Martinho de Arco de Baúlhe e Vila Nune

Actas das sessões da Junta de Parochia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1877-1883

Actas das sessões da Junta de Parochia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1883-1886

Actas das sessões da Junta de Parochia de São Martinho de Arco de Baúlhe, 1895-1905

Impressos

BARREIROS, Manuel Aguiar – *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto na Arquidiocese de Braga*. Braga, Edição da revista "Opus Dei", 1931

BIGOTE, José Quelhas – *O culto de Nossa Senhora na diocese da Guarda*. [S.l, s.n], 1948

CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas memórias paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga, [s.l: s.n], 2003

CARDOZO, Luis – *Dicionario Geographico ou Noticia Historica de todas as cidades, villas, lugares e Aldeas Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Agarve*... Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747, p. 522-523.

CARVALHO, Aida Maria Oliveira – *Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego*. Vila Real, Universidade de Trás os-Montes e Alto Douro, 2013. Disponível em *http://hdl.handle.net/10198/10827.*

Comparações métricas dos pesos e medidas do districto de Braga individualizadas em cada concelho com as equivalências efectivas do systema métrico adptado entre nós como legal pelo decreto de 13 de Dezembro de 1852, 2ª ed. Porto/Braga, Livraria Internacional, 1871.

COUTINHO, Bernardo Xavier – *Nossa Senhora na Arte*. *Alguns problemas iconográficos e uma exposição marial*. Porto, Associação Católica, 1959.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias Ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda., 1992.

FERREIRA, J. Augusto – *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (século III - século XX).* Vol. 3. Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1932.

GONÇALVES, Albertino; GONÇALVES, João – *Festa de Nossa Senhora dos Remédios*. In: *Cabeceiras de Basto. História e Património. Cabeceiras de Basto*. Câmara Municipal, 2013, p. 240 (dir. Isabel Maria Fernandes).

INSTITUTO LIMIANO – MUSEU DOS TERCEIROS – *Arte, beleza e culto das imagens de Nossa Senhora*. Ponte de Lima, Instituto Limiano – Museu dos Terceiros, 2000

Invocações Marianas na diocese de Aveiro. Aveiro, [Museu], 1988.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno. Diccionario*... Vol. 1. Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1873, p. 231-232.

OLIVEIRA, Eduardo Pires – *A Capela de São José, em Santa Eulália de Fafe*. "Dom Fafes", Fafe, 11, 2004, p. 9-31.

OLIVEIRA, Eduardo Pires – *Registos de santos do concelho de Braga. Inventário da colecção da Biblioteca Pública de Braga*. "Forum", Braga, 12/13, 1993, pp. 51-124, il.

REBELO, Domingos – *O culto a Maria na diocese de Aveiro*. Aveiro, Movimento dos Cruzados de Fátima: Secretariado diocesano, 1989.

REIS, Jacinto – *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de Aquém e Além-Mar e seu Padroado*. Fátima, [S.l, S.n], 1967.

SOARES, Ernesto – *Inventário da colecção de Registos de Santos*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1955.

Jornais

Basto (O)

Cabeceirense (O)

Ecos de Basto

Ecos de Cabeceiras

Jornal de Cabeceiras

Povo de Cabeceiras

APÊNDICE DOCUMENTAL 1

Romaria em Honra da Senhora dos Remédios

TIAGO TEIXEIRA

A Romaria em honra da Senhora dos Remédios é um festejo secular, no Arco de Baúlhe, que se desenvolveu em volta do fervoroso culto à Virgem dos Remédios. Ainda sem se entender, exatamente, de que modo é que tomou uma maior proporção, a verdade é que, atualmente, é uma das Romarias mais emblemáticas, no sentido cultural e antropológico, do concelho de Cabeceiras de Basto e da região envolvente, no que à sua identidade e caracterização diz respeito. O certo é que, desde que existe algum tipo de registo, esta devoção sempre foi muito praticada pela comunidade arcoense, que é de resto a única mentora e impulsionadora da mesma Romaria.

Acontece sempre no primeiro fim-de-semana de setembro, ainda que, no passado, esta festa se realizasse nos dias 7 e 8 do mesmo mês. São, portanto, três dias onde o religioso e o profano competem de forma voluptuosa, sempre com o objetivo de a "catapultarem", ano após ano, para um patamar superior.

Presentemente, os festejos estão entregues à Comissão de Festas. Um grupo de homens e mulheres voluntários, novos e velhos, que se unem, quase durante todo o ano, para conseguir proporcionar três dias de uma grandiosa manifestação de devoção, amor e respeito à Nossa Senhora dos Remédios.

Desfilam pelo Arco de Baúlhe, na sexta, no sábado e no domingo da festa, vários elementos caracterizadores de uma típica Romaria do Minho, onde não faltam os andores, as bandas filarmónicas, as concertinas, os bombos ou folclore. Para além disso, rumam a esta vila minhota multidões de forasteiros, que se deleitam com aquilo que de apreciável se pode contemplar nos dias da festa ou se entregam às preces à Senhora.

Para conseguir angariar o dinheiro suficiente para realizar esta Romaria, a Comissão de Festas empenha-se a vários níveis, dando conta de uma lista de iniciativas, cujo lucro reverte, todo ele, para os três dias da festa. Organizam-se os arraiais, vendem-se as canecas da Erguida do Pau ou dividem-se as equipas para o anual peditório de porta a porta nas freguesias da Irmandade da Senhora dos Remédios.

A vila acorda, ainda antes do Verão, com o anúncio do primeiro arraial. As noites quentes são o mote para que a comunidade se "junte à mesa" e "comungue" da carne e do vinho, preparados na cozinha improvisada (garagem de um prédio em construção) pela Comissão.

O primeiro arraial é a Noite do Porco, com o tão típico porco no espeto a derreter no braseiro e o fresco vinho da região a cair nos copos. Jovens e menos jovens acabam a noite a dançar sobre o paralelo da Rua do Arco de Baúlhe. Logo a seguir, organiza-se a Noite Popular, onde a Comissão de Festas assa as sardinhas, os frangos, as fêveras e cozinha o caldo verde, ao som de muita música ao vivo. Depois, a Noite de Fados, com a Comissão a prestar um tributo ao que de melhor existe na cultura imaterial do país, com grelhados, caldo verde e vinho da região.

Duas semanas depois, a Noite da Punheta, com os homens da Comissão a confecionarem os pratos das punhetas de bacalhau, com o vinho a "encaminhar" os presentes para o convívio e diversão.

A Noite do Pau é a iniciativa que se segue, com o cortejo etnográfico (do Lugar da Serra para o Lugar da Estação), no qual se transporta o pau ensebado (erigido com o bacalhau servindo de presente para quem conseguir escalar o pau até o topo). A Noite faz-se com as barracas das Associações locais a dinamizarem o que de melhor oferecem à comunidade, assim como o merendeiro popular trazido pelos presentes e a música pela noite adentro.

No dia a seguir, acontece a tradicional Erguida do Pau da Bandeira. Enfeitados os carros de bois e o pau, logo de manhã realiza-se uma Missa Campal, onde o padre benze o pão (feito, propositadamente por mulheres voluntárias da comunidade arcoense), que será servido, durante a tarde, no merendeiro popular. Ao início da tarde, juntam-se no topo da Avenida Capitão Elísio de Azevedo, devidamente trajados, os elementos da Comissão de Festas e muitos arcoenses e forasteiros, para se começar a organizar o cortejo. As juntas de vacas são trazidas pelos seus proprietários e a elas prendem-se os respetivos carros, que vão sendo carregados com as oferendas dos participantes (legumes, animais domesticáveis, doces convencionais,...). Faz-se o cortejo até ao lugar da Serra, seguindo a bandeira à frente (presa já ao mastro), a seguir o pau e depois os bombos, o rancho e os participantes a trautearem o caminho inteiro. Chegado ao lugar da Serra, o Pau é erigido no ponto mais alto, com o esforço dos homens da Comissão, e lançam-se morteiros.

A Comissão de Festas divide-se, entretanto, entre vender as canecas da Erguida do Pau ou assar as sardinhas para o merendeiro popular. O rancho faz a sua exibição no palco e, imediatamente a seguir, realiza-se o leilão das oferendas. Ao final da tarde, dá-se início ao merendeiro, distribuindo a Comissão as sardinhas e o pão (benzido) pelos presentes, e abre-se a pipa do vinho para encher as canecas.

O último Arraial é denominado Noite do Emigrante, numa iniciativa que a Comissão de Festas dedica a todos os que não podem usufruir da Romaria, mas que, no entanto, ajudam com donativos para a sua realização.

Uma semana antes do pináculo da Romaria, acontece, na Rua do Arco de Baúlhe, na sexta-feira, o *Rock in Rua*. É uma iniciativa que surgiu em 2010, com o objetivo fundamental de oferecer às camadas mais jovens uma noite alternativa. Com o decorrer das edições, o festival tomou enormes proporções e já consta até no Roteiro dos Festivais de Verão, sendo noticiado pelos Média. Pelo palco do *Rock in Rua* já passaram bandas como "Ena Pá 2000", "The Parkinsons", "Anarchiks" ou "Mata Ratos". Atualmente, novos e velhos, arcoenses e vizinhos, juntam-se na rua, numa extensiva multidão, para se deixarem "consumir" pelo rock. Começam também nesse dia as novenas preparatórias em honra de Nossa Senhora dos Remédios.

Chegado o fim-de-semana da Festa, na sexta-feira à noite, realiza-se a Procissão de Velas. O andor da Senhora dos Remédios é ornamentado com flores naturais e a imagem sai à rua para abençoar o "gigante mar" de velas que percorre a vila. É um momento "carregado" de uma fé e devoção inigualáveis, sendo a maior representação de adoração da comunidade à Senhora dos Remédios. Toda a gente leva uma vela acesa, como uma forma de um agradecimento, de um pedido ou de uma simples saudação à Virgem dos Remédios, enquanto o terço é cantado. Nos parapeitos das janelas das casas são postas elegantes colchas ou acesas filas de velas. Apagadas as velas, acendem-se as luzes do palco na Rua do Arco de Baúlhe e um grupo musical ocupa-se de "limpar" o ambiente "carregado", dando lugar à dança e ao convívio. Madrugada adentro, a Comissão contrata dj´s para darem música aos mais persistentes, servindo bebidas no seu bar improvisado ou nas suas rulotes.

No dia a seguir, no sábado, o Arco acorda bem cedo com a alvorada, onde os bombos percorrem as ruas e os "potentes" morteiros rebentam no ar. Ainda nessa manhã, depois do jubileu, realiza-se a Missa pelos Irmãos da Confraria. Durante a tarde, a Comissão trabalha para montar o recinto dos concertos. Já ao início da noite, vários grupos de bombos e concertinas percorrem a vila, desenhando várias performances, anunciando assim o início da "Noitada". Nos palcos do recinto, atuam, alternadamente, um artista popular e um grupo musical. No início da madrugada, há uma grandiosa sessão de fogo-de-artifício. A noite é mantida com dj´s, até ao amanhecer.

No último dia da Romaria, Domingo, é rezada a Missa em Honra de Nossa Senhora dos Remédios, logo pela manhã, na sua capela. Ainda antes da eucaristia, a Comissão, sempre que são solicitadas, vai receber as Entidades Eclesiásticas convidadas.

Ao início da tarde, começa a preparação da Procissão do Triunfo. Os andores, feitos pelos vários lugares da freguesia, vão chegando e sendo postos junto à capela de Nossa Senhora dos Remédios. O figurado vai sendo composto e vão-se pedindo voluntários para irem a pegar nos andores. A Comissão de Festas recebe, entretanto, a Cava-

laria, a Fanfarra, a Banda Filarmónica, o Rancho Folclórico e o Grupo das Gaitas de Foles, que se vão mostrando, num desfile pela vila. Vai-se "agregando" uma multidão imensa de gente que vem, não só assistir à Procissão, como rezar junto ao nicho de Nossa Senhora dos Remédios.

Chegada à hora da Procissão, começam a alinhar-se os andores e a orientar-se o figurado. A imagem da Senhora é tirada do nicho e colocada em cima do seu próprio andor. A Procissão arranca com os cavalos a imporem respeito, a Fanfarra, o Rancho e as Gaitas de Foles. Seguem as bandeiras da Irmandade da Senhora dos Remédios e depois alternam os mais de vinte andores (todos ornamentados com flores naturais) e o respetivo figurado.

O último andor é o da Senhora dos Remédios, carregado pela Cruz Vermelha do Arco de Baúlhe, e atrás deste seguem as pessoas em promessa. A Banda Filarmónica segue atrás do pálio e à frente da multidão de gente que acompanha o percurso desta procissão. No final, todos os grupos fazem a demonstração de despedida e a Banda Filarmónica toca o Hino do Arco de Baúlhe, em frente à capela, permanecendo o andor da Senhora dos Remédios à porta, até ao final.

Á noite, um grupo musical serve para os mais resistentes dançarem até ao início da madrugada, acabando a festa com os mais jovens a divertirem-se nos bares, até o sol raiar.

APÊNDICE DOCUMENTAL 2

Documentos

1609. 21 de Dezembro
Provisão de licenca para se dizer missa na hermida de Nossa Senhora dos Remedios sita na freguesia de Sao Martinho do Arco de Baulhe.

Nos o Deão dignidades e conegos cabido desta Santa See de braga Primas das espanhas sede vacante pella presente visto a emformação do vigario com a hermida de nossa senhora dos remedios esta decentemente ornada, e a obrigação da fabrica que se fez damos licenca para nella se dizer missa sem prejuizo dos direitos da parochia, e esta licença e estromento se entregara ao proprio vigairo de Sao Martinho do Arco para que o guarde com os livros da egreja ou // fól. 14 // ou coza nos livros da visitação e satisfeito damos nossa autoridade ordinária pera se dizer missa na dita hermida. Dada em braga sob sinal do Reverendo Doutor Simão d'Abreu provisor e vigário geral, e sello da nossa mesa capitular aos 23 de Dezembro de 1609 anos, francisco vieira de andradeescrivão da camara a fez. Ao sello sua dobra cruzada. Ao escrivão corenta reis. – Estromento de doação: – Saibão quantos este estromento de obrigação desendimento (sic) de hermida pera todo o sempre, virem que no ano de nacimento de nosso senhor jesus christo de mil seiscentos e nove anos aos vinte e hum dias do mes de Dezembro ahi em prezenca de mim tabelião e das testemunhas ao diante nomeadas apareçeo Goncalo Francisco e sua mulher Senhorinha fernandes e por eles Goncalo Francisco e sua mulher foi dito que eles de sua vontade e por sua devoção se obrigarão como de feito se obrigarão por suas pessoas e todos seus bens moveis e de raiz avidos e por aver e em especial hipotecão o seu campo e uveiras do barbeito com todo o que lhe pertence a sempre elle Goncalo Francisco enthe (?) seus herdeiros, e geração fabricarem a nova hermida que esta feita no dito lugar do arco que he hermida de nossa senhora dos remedios do modo que os fregueses de são martinho a puserem e pera isso e pera a fabricarem della lhe fazem pensão e renda em cada ano duas medidas de centeo e milho a qual pensão lhe fazem no dito campo do barbeito e o rendimento dos ditos dous alqueires de pão se gastarão cada ano no que for necessario pera a dita hermida pella ordem do senhor visitador e se algum ano ou anos não for necessario gastarem-se, o tal dinheiro ficara antão guardado pera se gastar das ditas medidas onde sempre (???) pera se fazer em hum anno e pedem por merçe aos senhores Arcebispo e bispo, e cabido e mais dignidades do Arcebispado de Braga ajão tudo assi por bem e dou liçenca digo e dem licença // fól.

14v // pera se sagrar a dita hermida, e dizersse missa nella e querendo elle Goncalo Francisco e molher e herdeiros sepultarem-se na dita hermida em tempo de seos falecimentos que o possão fazer pera com mais vontade e devoção a possão fabricar e todo se obrigarão dos ditos bens que tem obrigados [a] comprir e per disso serem contentes mandarão ser feito este estromento nesta nota em que assinarão e a dita senhorinha fernandez por não saber assinar rogou a meu criado gaspar borges assinasse por ella e assinou com testemunhas presentes rodrigo novaes dias pereira e bastião goncalves do outeirinho, e eu tabelião tudo aceitei em nome dos freguezes e do vigairo de São Martinho, eu Balthazar borges tabelião o escrevi, o qual estromento eu Balthazar borges tabelião que sou do publico e do judicial deste concelho de Basto e seus coutos de Refojos, e Abbadim pelo marques viso rei de Portugal eu todo tresladei da minha nota bem e fielmente e me reporto e o concertei e sobscrevi, e assinei de meu sinal publico que tal he pagou deste (???) o que se monta. A qual licença e estromento eu o conego Valeriano de Alfaro escrivão do registo geral pelos senhores do cabido a se vagante tresladei bem e fielmente dos proprios a que me reporto com os quaes tudo concertei e com o escrivão abaixo assinado, e por verdade assinei, aqui dia, mes, e ano ut supra.

Valeriano de Alfaro

ADB. Registo Geral, vol. 12, fls. 13v-14v

1718. 17 de Dezembro

Contratto entre o cappitam Paulo da Costa Mayo e o seu filho e Heitor Guedes Pereira Mand (sic) com David da Guerra e Almada e Gervazio Peixoto.

Saibão quantos este publico instromento de licença e consentimento virem, que no anno de nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e dezoito anos aos dezassete dias do mes de dezembro do dito anno na quinta da Ponte do Arco caza de morada do cappitam Paulo da Costa Mayo que he da freguezia de Santa Marinha de Pedraça, termo deste concelho de Cabeceiras de Basto ahi em presença de mim tabeliam e testemunhas todos ao diante nomeados e assinados apareceram prezentes parte authorgantes e aceitantes a saber de huma parte e eram o cappitam Paulo da Costa Mayo morador na sua quinta da Ponte do Arco e seu filho Paulo da Cunha Sotto Mayor e bem assim appareceo Heitor Guedes Pereira Machado assistente na sua quinta do sobrado da freguezia de Santa Senhorinha e da outra parte appareceram David da Guerra e Almada e // fól. 144v// Gervazio Peixoto ambos moradores no lugar do Arco da freguezia de São martinho todos do termo deste dito concelho todas pessoas por mim tabeliam e testemunhas serem os mesmos que se nomeam. E logo pelos ditos Paulo da Costa Mayo e seu filho Paulo da

Cunha Sotto Mayor, e Heitor Guedes Pereira Machado foi ditto que eles tinham a sua capella de nossa senhora dos Remedios cita no lugar do Arco que fabricavam, e nella tem suas sepulturas, e porque de prezente os ditos David da Guerra e Almada, e Gervazio Peixoto lhe pedem licença e autorização para acrescentar ao corpo da ditta capella da Porta Principal para diante por ser pequena por ocasioens das festas que se celebram, e outras muitas ocasions em que se junta muita gente, o qual acrescentamento queriam fazer a sua custa de ambos, e por acharem ser a dita obra bem feita fazersse assim por ser em aumento do culto divino como pera bem das almas disseram lhe davam licença e autoridade pera fazerem o ditto acrescentamento de comprimento de quinze (sic) palmos de craveira, e a largura da mesma capella que digam as paredes huas e outras com condicam e declaracam que eles depois de aberta a ditta capella pera se principiar a obra de acrescentamento continuaram com ella pera que em breve tempo fique cuberta e fechada e dahi em diante ficaram obrigados a fabrica e consertos do dito acrescentamento porque pera isso ficam eles Senhores de tudo aquillo que acrescentarem que vem a ser quinze palmos diguo vinte e sinco palmos de comprido aonde poderem ser se quiserem por sepulturas pera eles e seos herdeiros e quem eles quizerem sempre a cappella antiga livre a eles Paulo da Costa Mayo e seu filho e Heitor Guedes Pereira Machado como de antes. E logo pelos ditos David da Guerra e Almada e Gervazio Peixoto foi ditto que eles se obrigavam a todo o dito acrecentamento de vinte e cinco palmos de comprido e da largura da dita // fól. 145 // Da ditta cappella, e dalla acabada depois de principiada o mais breve que lhes possível e se obrigavam outrossim a fabricar e concertar quando for necessario pelos anos em diante todo o dito acrecentamento que fizeram pois ficam Senhores delle que ham de ser vinte e cinco palmos, e assim o obrigaram a tudo cumprir como neste instromento se contem por suas pessoas e todos os seus bens moveis e de raiz e terços da alma. E declararam eles Heitor Guedes Pereira Machado, e Paulo da Costa Mayo e seu filho Paulo da Cunha Sotto Mayor que nas sepulturas que estam na ditta sua capella se nam enterraram outras pessoas senão as que descenderem da caza da Ponte e da casa do Sobrado, e assim o disseram e authorgaram e rogaram a mim tabeliam este instromento lhe fizesse nesta nota donde conceram os treslados necessarios e eu tabeliam como pessoas publica tudo estipuley e aceitey em nome das partes a que tocqua e tocar pode de que a tudo foram testemunhas prezentes Antonio de Andrade fameliar do ditto Paulo da Costa Mayoa quem elle rogou assinasse por elle estar muito tremulo e incapaz de assinar por sua mão e a seu rogo assinou com as mais testemunhas prezentes Antonio Leite de Azevedo do lugar de Telhado freguezia de Santa Marinha e Cristovam Fernandes do lugar do Arquo da mesma freguezia, que todos aqui assinaram depois deste lido João Correia tabelião o escrevi... deste lido por João Correia.

ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 83, fls. 144-145

1726
CAPITULO 12º
Da freguesia de São Martinho do Arco de Bagulhe (sic)

1. A igreja de São Martinho do Arco de Bagulhe (sic) he tambem vigairaria do Collegio dos Hieronimos… Tem sacrario e tres capellas filiaes, a saber: Nossa Senhora dos Remedios, no lugar[,] que he do Cappitão Paullo da Costa Maia, onde tem seo jazigo; São Francisco e Triumpho da Cruz… e Santo Antonio... Este lugar do Arco he o maior que tem este concelho, muito povoado e passa quem continua para Tras os Montes.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias Ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, L.da, 1992, p. 392

1732. 11 de Setembro
Escritura de licenca e obrigação que fez Paulo da Cunha Sottomayor, morador na sua quinta da Ponte, do Arco, deste concelho.

Em nome de Deos Amen. Saibão quantos este publico instromento de licenca e obrigação deste dia para todo o sempre ou como em direiro melhor haja logar e mais valida seia virem que no Anno de nassimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e trinta e dois anos Aos honze dias do mes de Septembro do dito anno em a quinta da ponte do Arco que he da freguezia de Santa Marinha de Pedrassa do termo deste concelho de cabeceiras de Basto ahi e nas cazas de morada de Paulo da Cunha Sottomayor que são sitas em a ditta quinta ahi perante mim tabalião e das testemunhas ao diante nomeadas, e assignadas, apareceo prezente primeiro autorgante a saber elle ditto Paulo da Cunha Sottomayor aqui nesta dita quinta morador pessoa bem conhecida de mim tabalião e testemunhas ser o mesmo (?) porque se nomea de que dou fe. E logo ahi por elle dito Paulo da Cunha Sottomayor foi ditto que como administrador e senhor da Cappela de Nossa Senhora dos Remedios // fól. 79v // do lugar do Arco dava licenca e autoridade aos offeciaes da irmandade das almas da freguezia de São Martinho e nella hoie existem e ao diante nella existirem e os mais irmãos della para que na dita cappela possão fazer e colocar todas as funcões da dita irmandade e sufragios das almas costumados: e pera elles serviremse da ditta cappela e samchrestia e tambem se servirem dos seos hornatos sendolhes necessarios somente nos oitavarios das festas de Nossa Senhora de cada hum anno e isto em todo o tempo do mundo e se obriga como de facto logo obrigou per sy e em nome de seos herdeiros sucessores em nenhum tempo empedirem a ditta irmandade e seos officiaes a usarem da ditta cappela e hornatos

della na forma ditta com declaração de que em nenhum tempo na ditta cappela se confessara pessoa algua ainda que seiam officiaes ou irmãos da dita irmandade sem expreca licenca delle dito administrador e seos herdeiros e sendo cazo que em algum tempo algum vizitador do ordinario ou outro qualquer mandar fazer na ditta cappela ou samchrestia ou cabido alguma obra anovada mais do que aquellas que elle ditto administrador nella tem feito não sera elle obrigado a fazellas mas sy serão feitas por conta da ditta irmandade e bens della e tudo assy se obrigou a cumprir e goardar inteiramente em parte e em todo em justo e fora delle des agora para emtão e des emtão para agora sem obrigação de sua pessoa e todos seos bens assim moveis como de raiz havidos e por haver prezentes e futuros e terco de sua alma que todos aqui obrigou por real hipoteca e assy o disse o quis e autorgou e logo a mim tabalião [pediu] que este instromento lhe fizesse nesta nota donde concedou os traslados necessarios o qual tabalião como pessoa publica estipulante e aceitante tudo estipulei e asseitei nesta Nota por solene estepulação e em nome das partes a que tocar e são prezentes de que a tudo forão testemunhas presentes João de freitas delgado morador no lugar de Parada da dita freguezia de Santa Marinha de Pedrassa e David Ferreira morador no lugar do Arco da freguezia de São Martinho ambos deste dito concelho que todos aqui assignarão com elle dito administrador despois deste instromento lhe ser lido e declarado e eu tabalião de meo signal razo costumado que he o seguinte Antonio Tinoco de Guimarães tabalião o escrevi.

ADB. Nota de Cabeceiras de Basto, vol. 207, fls. 79-79v

1736. 24 de Julho

Registo de provisao e licenca para se confessarem na cappella de Nossa Senhora dos Remedios do lugar do Arco, freguesia de Sao Martinho do Arco de Baulhe, a favor de Paullo da Cunha Souto Mayor, morador na sua quinta da ponte freguesia de Santa Maria de pedrassa desta Comarca e Arcebispado Primas.

Ilustrissimo Senhor. Dis Paullo da Cunha Souto Mayor morador na sua quinta da Ponte freguesia de Santa Maria de pedrassa desta Comarca e Arcebispado Primas que elle suplicante tem uma cappella no lugar do Arco freguezia de São Martinho e nella tem confessionarios de mulheres porem o Reverendo Parocho as não quer confessar nem deixar Aos mais clerigos sem ordem de Vossa Ilustrissima. Pede a Vossa Ilustrissima… licenca visto se acharem na ditta cappela confessionarios de mulheres e recebera merce. E não se continha mais em a dita petissão e Petitorio (sic) delle. Segue-se o Despacho do theor seguinte. Informe o Parocho. Cabbido sede vacante 4 de Julho de 1736 o Deão. E não se continha mais em o dito Despacho. Seguese a Informassão que se junta. Ilustrissimo Senhor. Com graves penas prohibio a Pastoral de Sua Ilustrissima que

Deos haja ouvir confissoens de mulheres fora de confessionário tambem prohibe haver confessionarios em cappellas em cuia observancia nunca eu confessei mulheres na cappella do suplicante e não foi necessario a minha prohibição pera os mais clerigos assim observarem…

… [Despacho final] damos licenca pera que na dita cappella se confessarem mulheres todas as vezes que o pedir a sua devoção excepto na desobriga da quaresma não prejudicando em nada aos direitos parochiaes e por assim o havermos por bem mandamos passar a presente provisão…

ADB. Registo Geral, vol. 102, fls. 260-261

1758
[Arco de Baulhe]

… Há no logar do Arco a capella de Nossa Senhora dos Remedios [de que é] administrador Antonio Jozeph Peixoto.

CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas memórias paroquiais de 1758: A construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga: s.e, 2003.

1763. 3 de Dezembro
Registo de provizão porque Vossa Alteza Serenissima he servido conseder lisensa para a colocasão de um confissionario na capella que se declara nos lemites da freguesia de São Martinho do Arco de Baulhe.

Serenissimo Senhor.

Diz o padre Visente Carvalho de Magalhaens, cura na freguezia de São Martinho do Arco de Baulhe, vizita da primeira parte de Basto, que no lugar do Arco da dita freguesia ha huma capella da Senhora dos Remedios e nella se confessavão mulheres e o Serenissimo Senhor Dom Joseph, que Deus haja, suspendeo o confessar em as capellas e este lugar he o que tem mais vezinhos, que passão de sincoenta, e tem muitas mulheres que não podem ir a igreja e se achão duzentos mil reis de missas gerais e a ditta Capella esta no meio do lugar pello que pede a Vossa Alteza Serenissima lhe conseda lisensa para confessar // fól. 280v // mulheres em a dita capella. O cura Visente Carvalho de Magalhaens. Passe provisão de lisensa para um confissiunario. Braga, dois de Dezembro de mil setecentos e sessenta e tres. Rubrica de Sua Alteza. Dom Gaspar, por merce de Deus e da Santa Se Appostolica Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas, etc. Visto o que na supplica Retro nos Representou o suplicante, o Padre Visente Carvalho de Magalhaens, cura da freguesia de São Martinho do Arco de Baulhe, deste nosso Arçebispado e o mais que consideramos, consedemos lisensa para que na Capella que

declara se possa collocar um confissuinario que sera feito de madeira com seu assento no meio e grades de ambas as partes e nelle se possão confessar os fieis que por sua devosão o quiserem fazer, exceto na dezobriga da quaresma e sem prejuizo dos direitos parochiaes e pello assim havermos por bem, mandamos passar a prezente provisão que sera Registada no Registo Geral desta Corte sem o que não valha. Dada em Braga sob nosso signal e sello de nossas armas aos tres de Dezembro de mil settecentos e sessenta e tres. De mando se Sua Alteza Pedro Joseph de Abreu Zuniga. Vista XX. Doutor Pinto Ribeiro. Ao sello quarenta reis. Souza. Ao Registo gratis. Carvalho. Ao escrivão sessenta reis. Ao Registo Geral o seu Regimento. Para Vossa Alteza ver. Dom Gaspar Arcebispo Primas // e não se continha mais em a ditta provizão que eu Joseph Damaso das Neves Escrivão do Registo Geral aqui fis tresladar da propria a que me reporto e por verdade me assigno. Braga 3 de Dezembro de mil settecentos e sessenta e tres annos e em sobredito escrivão o sobscrevi e assignei.

Joseph Damaso das Neves

ADB. Registo Geral, vol. 125, fls. 280-280v

1772. 27 de Março

Registo de provisao para embargos de cappitulos de visita que ficou na cappela de Nossa Senhora dos Remédios, a favor de Donna Francisca Rosa Joaquina.

Dom Gaspar. Arcebispo e Sennhor de Braga Primas das Hespanhas. Visto o que nos representou Donna Francisca Rosa Joaquina viuva que ficou de Antonio Jose Castello Branco da freguezia de São Martinho do Arco de Baulhe, concelho de Basto deste nosso Arcebispado a respeito de se lhe mandar reformar o Cabido da cappella de Nossa Senhora dos Remedios da qual ella suplicante he administradora por hum cappitulo de vezita que a pouco ficou na sua freguezia o qual pertendia embargar pedindonos faculdade para isso o que tudo visto e o mais que nos representou o supplicante lhe concedemos licenca pera que possa emBargar o mesmo cappitulo por tempo de seis meses Perante nosso Dezembargador Vigario Geral desta corte o qoal citadas e ouvidas as partes a que pertencer lhe administrarem petiçao como deve e appelassoens e agravos que entrepuzeram serem distribuidas a Juiz Rellator que em nossa Rellassam lhe difirira como for justo e pello assim havermos por bem lhe mandamos passar a prezente que depois de por nos ser assignada se registara no Registo Geral desta corte sem o que não valha. Dada em Braga sob nosso signal e sello de nossas armas aos dezasseis de Março de mil setessentos e setenta e dois. Provisão porque Vossa Alteza Real ha por bem fazer merce aa supplicante concederlhe licenca por tempo de seis meses possa emBargar hum cappitulo de vizita que ficara a pouco tempo

na sua cappella dos Remedios tudo na forma acima declarada. Para Vossa Alteza Real ver. Dom Gaspar Arcebispo Primas. Vista vinte reis. Doutor Pinto Ribeiro. Ao sello des reis Teixeira. Ao registo gratis Rodrigues. Ao Registo Geral seu regimento. Desta setenta reis. Por Decreto de Sua Alteza Real de vinte e quatro de Março de mil setecentos e setenta e dois. O Padre Manoel Alves a fis e não se continha mais na dita Provisam que eu Jose Damaso Das neves escrivão proprietario do Registo Geral por Sua Alteza Real que Deos Guarde aqui fis tresladar da propria a que me repporto e por verdade me assigno. Braga vinte e sete de Março de mil setecentos e setenta e dois e eu sobredito escrivão o sobscrevi e assignei.

Jose Damaso da Neves

ADB. Registo Geral, vol. 78, 152, fól. 84v.

Impressos

1747

ARCO DE BAULHE

Freguesia situada, em duas provincias, e em dois Concelhos: a mayor parte della esta fundada na provincia de Entre Douro e Minho, no Concelho de Cabeceiras de Basto, e a outra parte fica na Provincia de Traz os Montes, e Concelho de Atey, no Arcebispado de Braga, e Comarca de Guimarães… consta de cento e cinquenta e seis vizinhos. Tem seu assento em valle, donde se descobrem as freguezias vizinhas, como são; a de Santa Senhorinha, Santiago da Faya, Santa Marinha de Pedraça, S. Pedro de Atey, e Santo André de Vila-Nune. Compõe-se esta Freguesia de cinco Lugares, além de outros moradores, que vivem espalhados por toda ella, em suas quintas, e fazendas…

Ha nesta Igreja [Paroquial] cinco Confrarias… Fora estas Confrarias, ha a Irmandade das Almas, collocada no Altar de Santo Antonio com perto de oitocentos Confrades, que cada anno concorrem com certa leve porção para se fazerem os sufragios pelos defuntos, que acompanhão à sepultura. Mandão seus Officiaes à custa da Irmandade dizer cincoenta e cinco Missas, com três Officios, pela alma de qualquer Confrade, que morre. Se sufragios comuns, dous anniversarios cada anno, e todos so mezes mandão fazer hum Officio de Defuntos pelas Almas do Purgatorio. He este altar de Santo António privilegiado todas as segundas feiras, dizendo-se Missa pelas almas dos Irmãos falecidos…

Há nesta Freguesia quatro Ermidas, que são; a de Santo Antonio no Lugar da Portella; a de S. Francisco, a do triunfo da Cruz e a de Nossa Senhora dos Remedios no do Arco, que he o mais populoso da Freguesia. Todas estas Ermidas são fabricadas por Padroeiros particulares…

CARDOZO, Luis – *Dicionario Geographico ou Noticia Historica de todas as cidades, villas, lugares e Aldeas Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Agarve*... Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747, p. 522-523.

1873
Arco de Baúlhe

Era até 1834 situada em duas provincias e em dois concelhos, a maior parte na provincia do Minho, concelho de Cabeceiras de Basto, e o resto em Traz-os-Montes, concelho de Atey.

Actualmente, segundo a moderna divisão, toda a freguezia é do concelho de Cabeceiras de Basto.

...

Situada em um valle d'onde se descobrem as freguezias de Santa Senhorinha, Faia, Pedraço (sic), Atey, Villa-Nunes, etc.

...

Festeja-se aqui todos os annos, no dia 8 de setembro, a imagem de Nossa Senhora dos Remedios, com bombos, tambores, foguetes, musica, sermões, musica cantada, procissão, etc., etc.

Em 1859 foi curiosa esta procissão. Entre outras figuras curiosas *havia* Adão e Eva. *Adão era um côxo, que levava um tamanco em um pé e no outro um sapato (para egualar as pernas!) e com um alvião ás costas. Trajava* casaca preta*, calça branca e chapeo alto, branco.*

Eva era outro homem vestido de mulher, com um chapeo de palhinha muito velho, cheio de fitas e com um grande laço encarnado: sáia de chita de ramagens e chale côr de rosa; ia fiando n'uma roca.

Ia tambem o rei David *(que era um pedreiro que sabia tocar viola) vestido extravagantissimamente e dansando e tocando pelas ruas.*

Salta uma grande pancada de chuva na procissão. David*, cahiu e quebrou a viola;* Adão e Eva*, tiveram de fugir, cada um para sua parte e procurar abrigo, para não estragarem os fatos, e assim acabou esta ridicula mascarada.*

Hoje faz-se já esta solemnidade com mais decencia e a ella concorre gente de muito longe, para vêr a brilhante illuminação e famoso fogo preso de vespera.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno. Diccionario*... Vol. 1. Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1873, p. 231-232

1903. 3 de Setembro
Inauguração d'um templo – festa.

Nos proximos dias 7 e 8 do corrente terá lugar na freguezia do Arco de Baulhe, concelho de Cabeiras de Basto, uma imponente festa em honra de Nossa Senhora dos Remedios.

Haverá festa de egreja, sermão pelo reverendo conego Manuel Antonio Borges, grande arraial em que tocarão 4 bandas de musica, e variada quantidade de fogo de artificio.

O snr. Jose Francisco Leite Borges, que a expensas suas mandou construir o templo da Senhora dos Remedios, dispende tambem com esta festividade e com a construcção d'aquella obra, e ainda com a acquisição de imagens e de differentes alfaias para o culto, cêrca de 5:000$00 réis, não incluindo n'esta quantia as despezas com a organisação e instalação da respectiva irmandade, as quaes foram todas feitas á conta d'aquelle benemerito.

"Commercio do Minho", Braga, 3 de Setembro de 1903, p. 2.

1931
Nossa Senhora dos Remédios

A festa de Nossa Senhora dos Remédios do Arco de Baúlhe (Cabeceiras de Basto) é uma das mais importantes do concelho de Cabeceiras. Sucedem-se os ranchos de romeiros que, em tal dia, se dirigem, desde as alturas de Basto, aqui, em alegres descantes – ingénuos e respeitosos, sem dúvida, não isentos, contudo, de veia satírica, alguns.

As trovas que se seguem vieram-me de lá; elas, todavia, não diferem notavelmente das originárias da romaria de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego – haja em vista as que, a propósito da romaria das proximidades de Lamego, se encontram arquivadas na "História do Culto de Nossa Senhora em Portugal:

Ó Senhora dos Remédios!
A todos os que vos vão ver
Dai água das vossas fontes;
Pois vinho não deveis ter[1]

---

[1] *Ó Senhora dos Remédios!*
Que daes a quem vos vão ver
Dou-lhe água das minhas fontes;
Para quem quiser beber.
Efectivamente, nas romarias, é o vinho a causa de frequentes distúrbios.

Ó Senhora dos Remédios!
Que estais ó meio do soito.
Dai-me o vosso Menino,
Que do céu vos virá oitro[2].

Ó Senhora dos Remédios!
Vossa cor é de cereja;
Coradinha estou eu,
Que mal havia de entrar na igreja[3].

Ó Senhora dos Remédios!
Vinde ver toda esta gente;
Senhora dai-lhe saúde,
Qu'ela toda vem doente[4].

BARREIROS, Manuel Aguiar – *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto na Arquidiocese de Braga*. Braga, Edição da revista "Opus Dei", 1931, p. 76-77.

---

[2] *Ó Senhora dos Remédios!*
Que estais ó cimo do soito.
Dai-me o vosso Menino,
Que do céu vos virá oitro.

[3] *Ó Senhora dos Remédios!*
Vossa côr é de cereja;
No vosso terreiro anda
Quem na vossa côr deseja.
Refere-se à dificuldade de entrar na igreja, no dia da romaria, pela excessiva aglomeração de povo.

[4] *Ó Senhora dos Remédios!*
Vinde ver toda esta gente;
Senhora dai-lhe saúde,
Qu'ela toda vem doente

Festa da Senhora dos Remédios

A Festa em Honra de Nossa Senhora dos Remédios realiza-se na Vila do Arco de Baúlhe e decorre no primeiro fim-de-semana de setembro. Decorre de sexta-feira a domingo, tendo como pontos altos a procissão de velas, na sexta-feira à noite, o arraial no sábado à noite e a procissão da Nossa Senhora dos Remédios com andores e figurantes no domingo à tarde.

A capela de Nossa Senhora dos Remédios foi restaurada no ano de 2000 e em 2013 a área envolvente da mesma foi requalificada.

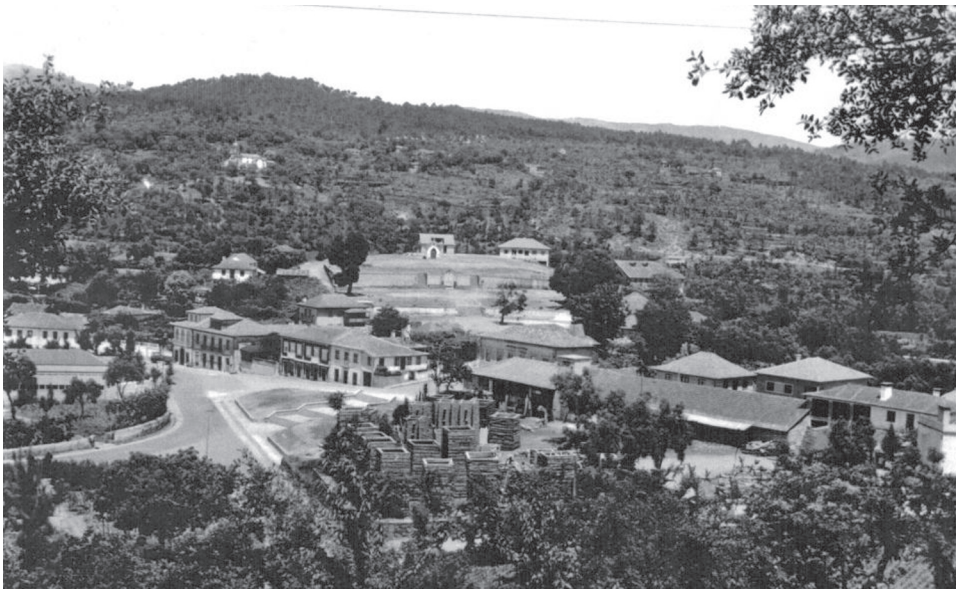
Esta romaria é anunciada, sensivelmente, um mês antes com a Erguida do Pau da Bandeira. Ultimamente foi afixada a sua data no primeiro domingo de agosto. Todos são convidados a vestir os trajes tradicionais (trajes domingueiros), num cortejo que percorre as ruas do Arco de Baúlhe e onde se levam oferendas para leiloar acompanhadas de concertinas e carros dos bois, levando a haste de madeira (pau) de vários metros com a bandeira bicolor (amarelo e azul) no seu topo.

No fim do trajeto, o pau é erguido por vários homens no lugar da Serra, com o auxílio das cordas e é oficialmente proclamada a Festa em honra da Nossa Senhora dos Remédios. No fim do cortejo, há o leilão das ofertas.

Graças ao papel preponderante da Comissão de Festas e da Paróquia, as grandiosas Festas de Nossa Senhora dos Remédios consolidaram-se ao longo dos anos, alcançando uma cada vez maior dimensão e brilhantismo.

Milhares de pessoas, entre munícipes, emigrantes e turistas, acorrem todos os anos a esta vila arcoense, onde o povo venera com fervor a sua padroeira – Nossa Senhora dos Remédios – e alimenta a fé que o liga à sua igreja.

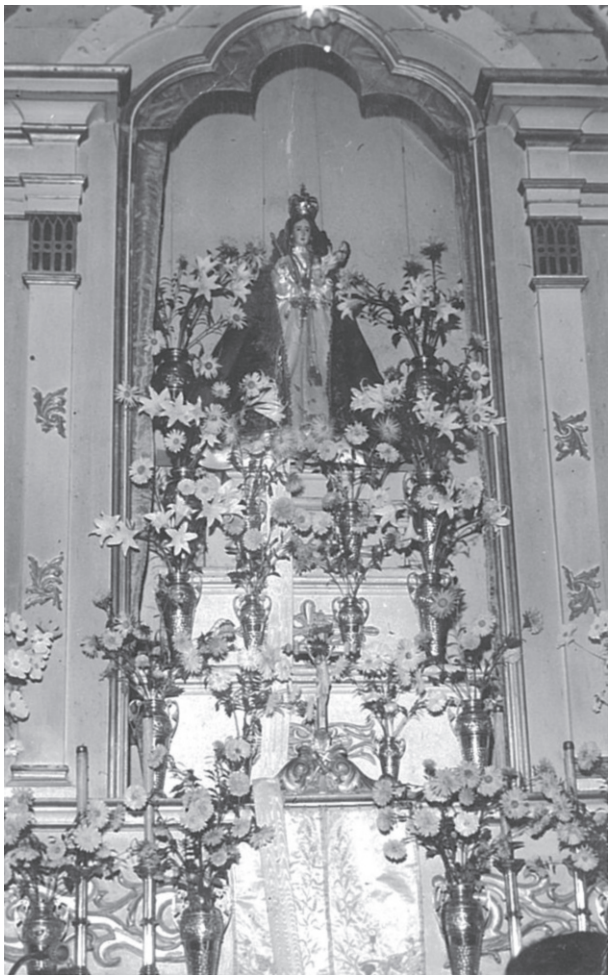
http://cabeceirasdebasto.pt/turismo-festas-turismo-festa-da-senhora-dos-remedios



1. Vista Geral do Arco (Anos 60)

2. Igreja de Nª Sª dos Remédios e andor de procissão

3. Nossa Senhora dos Remédios

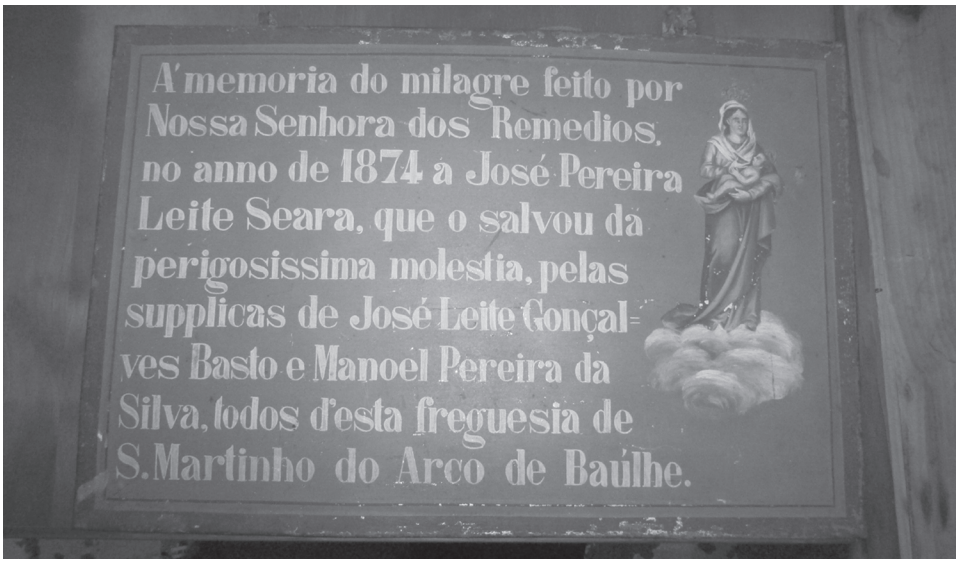


4. Tribuna. Foto antiga

5. Altar antigo

6. Interior da Igreja

7. Imagem maior de Nossa Senhora dos Remédios



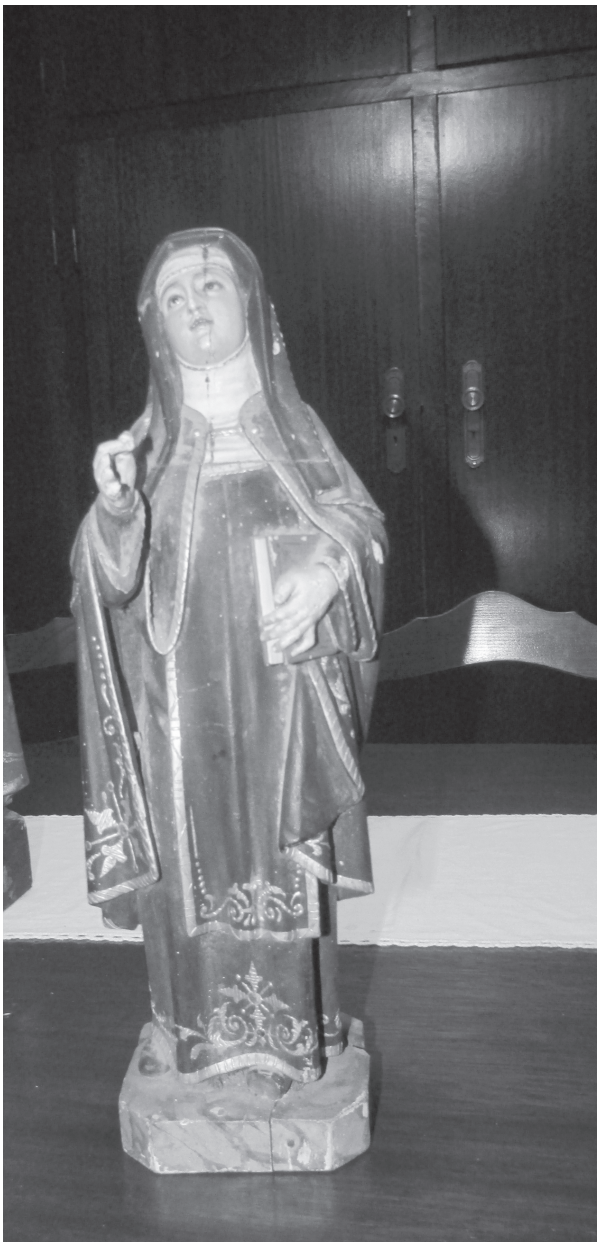
8. Ex-voto

9. Carimbo de Nª Sª dos Remédios

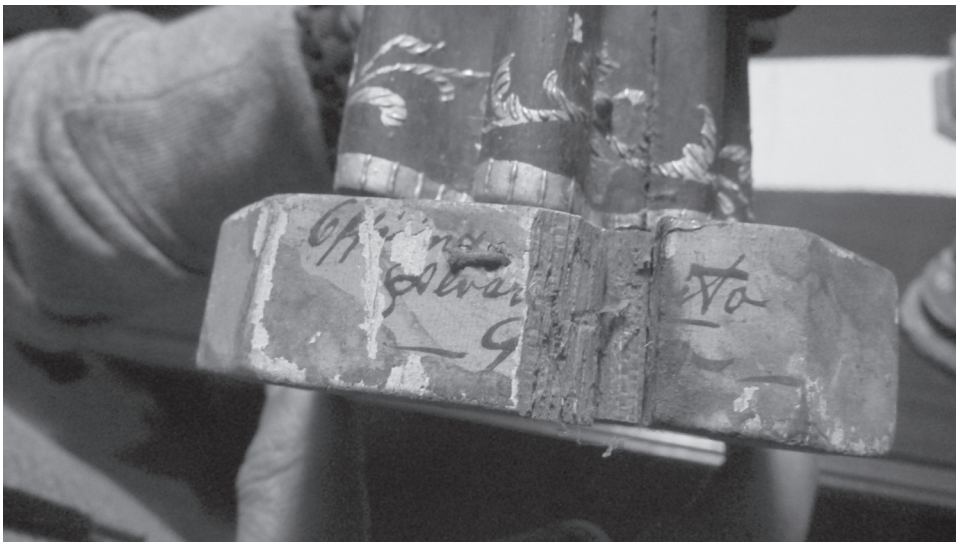
10. Cristo crucificado do altar-mor

11. Quadro na capela 1

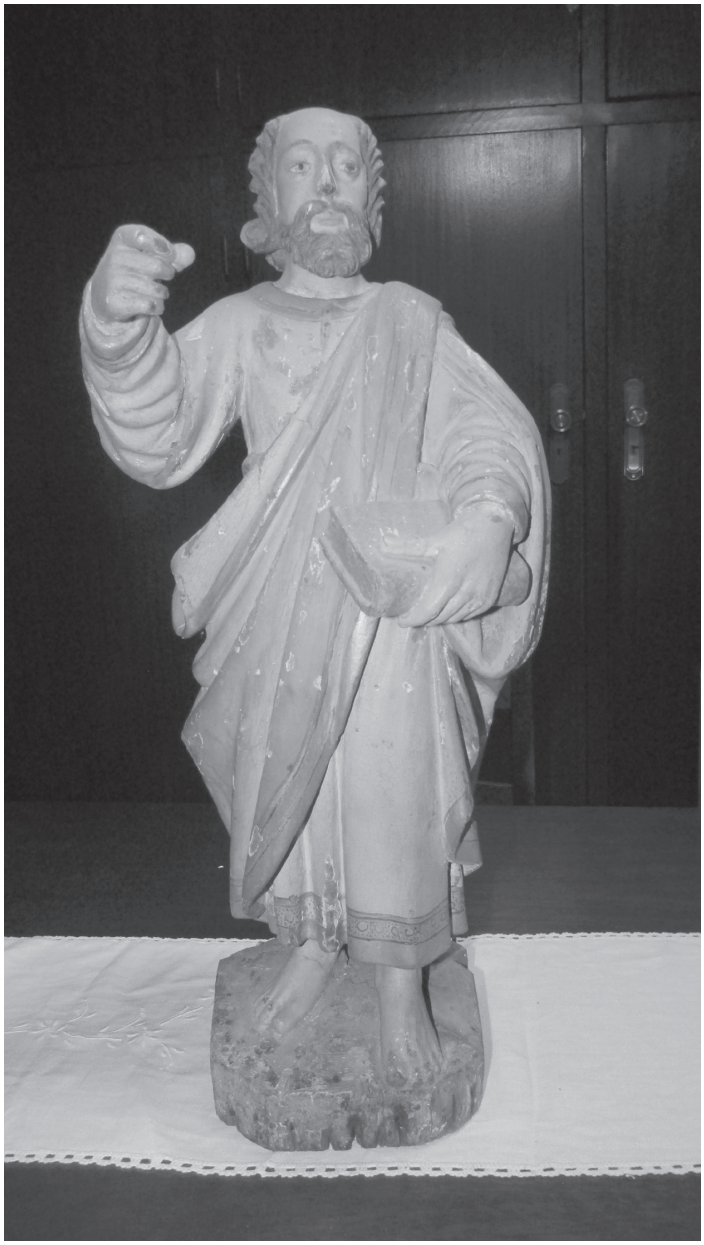
12. Quadro na capela 2



13. Santa Senhorinha 1



14. Santa Senhorinha 2



15. São Pedro

16. Banda de Música no lugar da Serra (1950)

17. Procissão de Triunfo quando ia ao lugar da Serra (século XX)

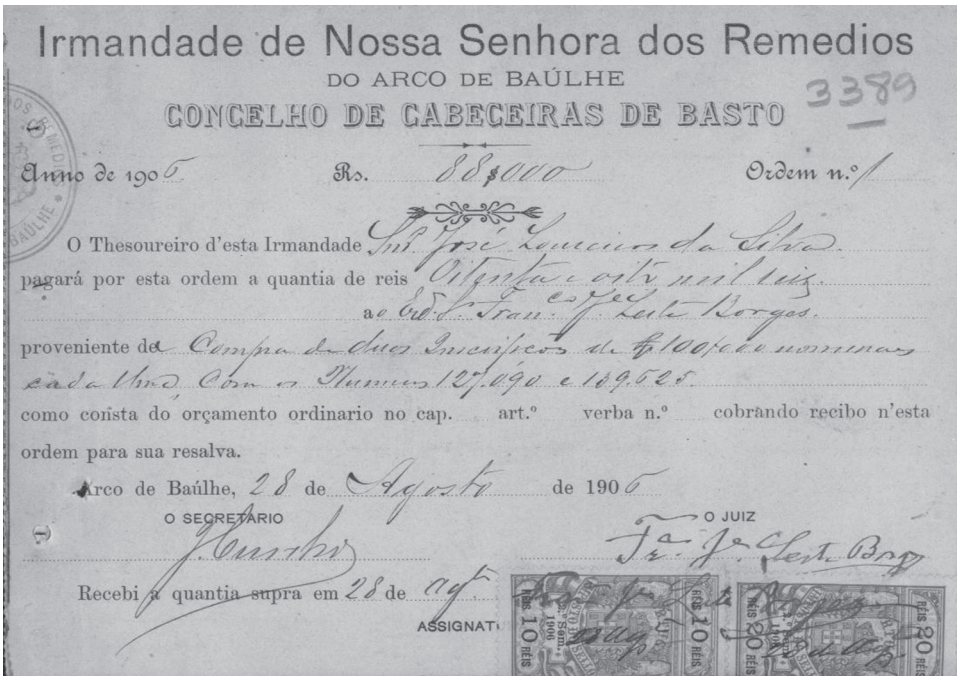
18. Procissão do Triunfo (século XX)

19. Raparigas de um lugar do Arco a recolherem dinheiro

20. Raparigas de um lugar do Arco no leilão (antes da Procissão do Triunfo), século XX

21. Rua da Recheira enfeitada para a Festa (Anos 50)

22. Erguida do Pau da Bandeira (Anos 60)



Irmandade de Nossa Senhora dos Remedios
DO ARCO DE BAÚLHE
CONCELHO DE CABECEIRAS DE BASTO

3389

Anno de 1906 Rs. 88$000 Ordem n.º 1

O Thesoureiro d'esta Irmandade Snr. José Loureiro da Silva
pagará por esta ordem a quantia de reis Oitenta e oito mil reis
ao Snr. Francisco José Leite Borges
proveniente de Compra de dois Inscriptos de 1$100 réis nominaes cada um, com os Numeros 127.090 e 189.525
como consta do orçamento ordinario no cap. art.º verba n.º cobrando recibo n'esta ordem para sua resalva.

Arco de Baúlhe, 28 de Agosto de 1906

O SECRETARIO

O JUIZ

Recebi a quantia supra em 28 de Ag.to

ASSIGNATURA

23. Documento (1906)

O ARCO EM FESTA

Grandiosas festividades EM HONRA DE Nossa Senhora dos Remédios em Arco de Baúlhe

nos dias 6, 7 e 8 de Setembro de 1966

PROGRAMA

Dia 6 — *Às 22 horas* — Majestosa Procissão de Velas com o andor da Senhora preparado como nunca se viu — a maior novidade das festas.

Dia 7 — *Alvorada* — com girândola de foguetes e repique de sinos.

Às 8 horas — Ronda dos Zés Pereiras.

Às 9 horas — Jubileu por todos os irmãos da confraria.

Às 17 horas — As Bandas de Música de Golães (Fafe) e Cabeceirense darão entrada no local das festas.

Às 21 horas — As acreditadas Bandas de Música de Golães (Fafe) e Cebeceirense, subirão aos respectivos coretos, onde darão concertos até de madrugada.

Sessões de fogo de artifício por três afamados pirotécnicos.

GRANDE FESTIVAL FOLCLÓRICO

Dia 8 — É o dia das apoteoses — *Alvorada* — com salvas dos tradicionais morteiros, girândola de foguetes e toque festivo dos sinos.

Às 9 horas — Reentrada dos Zés Pereiras e de duas Bandas de Música.

Às 11 horas — Missa Solene cantada a grande instrumental.

Às 14 horas — Monumental bazar de prendas.

Às 18 horas — Triunfal Procissão, com belíssimos andores, espaventoso figurado e sermão acomodativo, abrilhantada pelas Bandas de Música de Revelhe (Fafe) e Cabeceirense e um Pelotão de Cavalaria.

Decorações e iluminações a cargo da afamada firma bracarense *Irmãos Vilaças*.

Trabalho esmerado de alti-falantes: para todo o serviço religioso, momentos recreativos e orientação de serviço externo, com música de índole religiosa e patriótica.

Novena preparatória — de 30 de Agosto a 7 de Setembro, com início às 19 horas.

Nota — A Comissão Organizadora, poderá, por motivo de ordem maior, alterar o programa.

Pedimos aos filhos estremecidos da Senhora dos Remédios, que respeitem as normas por que se rege um bom cidadão e bom católico, e não profanem, nunca, estas festas.

Carreiras extraordinárias, entre Cavês, Ribeira de Pena (Santo Aleixo), Cabeceiras de Basto, Fafe e Gandarela, bem como serviços especiais de automotoras na Linha do Vale Tâmega.

Carros de aluguer e pensões — Verbena com orquestra privativa e esmerado serviço regional.

Assinar «O Jornal de Cabeceiras» é a melhor e maior prova do amor à nossa terra.

Motoristas ao serviço de pessoas singulares sem fins lucrativos

Por despacho ministerial de 1 de Julho de 1966, foi determinado que os motoristas ao serviço de pessoas singulares sem fins lucrativos, passem a ficar abrangidos pela Previdência Social a partir de 1 de Agosto do ano em curso.

As entidades patronais e os motoristas contribuirão com as percentagens de 15 % e 5,5 %, sobre um ordenado fixo de 1 500$00 mensais, ou seja 225$00 e 82$50 respectivamente.

A Caixa de Previdência do Distrito de Braga fornecerá todos os esclarecimentos que lhe sejam pedidos pelos interessados.

Visado pela Comissão de Censura

24. O Jornal de Cabeceiras, 28 de Agosto de 1966

De Roma para Braga, a pedra do *Circo Máximo*

MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA [1]

(...) *um símbolo interessante de fraternal amizade de duas cidades históricas, de multimilenária civilização e fonte de interessantes sugestões* (...)

A IDEIA E A INICIATIVA

Presidia à Câmara Municipal de Braga o senhor António Maria Santos da Cunha (1949/61) quando o doutor Sérgio Augusto da Silva Pinto (1915-1970) integrou o Executivo, tomando posse a 9 de junho de 1949. Este viria a ser um dos mais reputados Vereadores da Cultura (1949/61), ficando particularmente célebre pelos congressos de História que organizou na cidade. Uma das primeiras iniciativas do douto Professor de Histórico-Filosóficas da Fa-

---

[1] Vereador do Património da Câmara Municipal de Braga e Professor da Universidade do Minho.

culdade de Letras da Universidade do Porto, submetida à sessão 14 de julho de 1949, quando então já se ultimavam as obras de edificação do novo *estádio provincial 28 de Maio*, foi propor à edilidade que esta pedisse à sua congénere italiana de Roma, "a exemplo do que já se fez para uma cidade dos Estados Unidos", a oferta de "um bloco de pedra tirado do seu multi-milenário *Circus Maximus*, o grande Circo de Roma, protótipo de todos os edifícios deste género espalhados pelo mundo romano"[2], para incrustar a base da entrada do novo e monumental Estádio *ultra clássico*, que em breve iria ser inaugurado. Edificado como um penhor de gratidão do regime político do Estado Novo à urbe das suas origens sentimentais, este equipamento coletivo destinava-se "à intensificação e propaganda desportivas, como elemento primordial para o desenvolvimento da cultura física, integrando a educação pública no seu verdadeiro sentido de, a um tempo, cultura do corpo e do espírito"[3]. Uma máxima da antiguidade clássica que permitia, segundo Sérgio da Silva Pinto, recordar "os grandes monumentos similares da antiga Grécia e da antiga Roma", sendo de aproveitar a monumentalidade do Estádio para evocar em Braga os:

> "títulos de grandeza, o seu apelativo de 'Augusta', e a comparação de Roma Portuguesa. (...) Considerando que Braga nunca distraiu da ideia de Roma e que tem vínculos históricos que a ligam perpetuamente à Cidade Eterna; considerando que se devem conservar e valorizar as tradições gloriosas de Braga, a consciência do seu passado como estimulo do presente e do futuro, e, nomeadamente, o orgulho da sua alta Romanidade"[4].

---

[2] Registo de acta da Câmara Municipal de Braga, da sessão de 14 de Julho de 1949; 156 e 156v.

[3] *idibid.*

[4] *idibid.*

Sérgio da Silva Pinto

António Maria Santos da Cunha

Muito particularmente invocada na dignidade de *Bracara Augusta* ter sido "capital de província do Império". Proposta esta, que não eximiria ainda o Presidente mais *bairrista* de todos os tempos, Santos da Cunha, de secundar o Vereador, reverberando para a ata, a identidade da "nossa romanidade". A da memória popular da cidade, estribada na afirmação do historiador, de exaltar os "laços indissolúveis que nos unem na memória colectiva das gerações". A proposta foi aprovada por unanimidade (*cf.* reprodução integral em anexo - A).

Ainda que, à luz das práticas patrimoniais da atualidade, esta iniciativa, a existir, muito provavelmente não viesse a passar de

uma excentricidade inconsequente, a resposta da *Comune* de Roma, cujo paradeiro hoje se desconhece, porém, não se fez esperar, e foi positiva. Lida a missiva do "Presidente da Câmara de Roma", na sessão de 20 de outubro de 1949, nela se declarava a disponibilidade da *Comune* da *cidade eterna* em ofertar a Braga "um fragmento proveniente do Circo Máximo, para ser incrustado no Estádio vinte e oito de Maio"[5], adiantando que o mesmo poderia ser entregue na Legação de Portugal em Roma, e pedindo ainda para ser informada do que fosse resolvido. A Câmara de Braga deliberou agradecer à congénere "a sua gentileza", aceitar a sugestão e providenciar o envio do pagamento oferecido à *embaixada* para realizar a operação.

Já não bastasse a originalidade do pedido, note-se que este implicava o acionamento das relações internacionais entre dois Estados. Roma era então governada pelo primeiro Sindaco eleito democraticamente depois do regime fascista, que soçobrou ao final da segunda guerra mundial, e o Estado ditatorial português, governado por A. Oliveira Salazar, subsistia pela posição neutral que manteve durante o conflito sob a complacência internacional dos vencedores. Nesse sentido o presente apontamento histórico é, em si mesmo, um singelo contributo para a compreensão das dinâmicas do processo reconhecimento internacional do regime político português; da subsistência de eventuais inércias relacionais no pós-guerra, ao nível dos bons ofícios entre administrações que foram próximas, quiçá, ainda devido aos conhecimentos pessoais existentes do período do conflito; ou, tão simplesmente, do voluntarismo da reabilitação externa da imagem de Itália, e da expressão tradicional de boa cooperação entre os diferentes modos de poder local.

Iniciadas as diligências formais resultou um considerável tráfego oficioso entre as diversas entidades envolvidas. Assim, note-se, logo no dia seguinte à divulgação da oferta, o Presidente da Câmara Municipal oficiava o Ministro dos Negócios Estrangeiros[6], através da sugestiva missiva, que aqui transcrevemos[7]:

---

[5] Registo de acta da Câmara Municipal de Braga, da sessão de 20 de Outubro de 1949; fol. 15v.

[6] *José Caeiro da Mata* (1877-1963).

[7] Ofício (N.º 3243; proc. 24-H, Secretaria), enviado em 21 de outubro de 1949, do Presidente da Câmara Municipal de Braga ao Ministro dos Negócios Estrangeiros; rececionado no MNE a 28 de outubro e reenviado (apenso manuscrito) à Legação de Roma em 7 de novembro de 1949; *in* Processo 38 (RCI/AMNE).

Próxima de terminar a construção do Estádio "28 de Maio" pensou a Câmara em incrustar no edifício uma pedra do Circo *Máximo* de Roma, protótipo, até arquitectónico, de semelhantes construções.

O Município da Cidade que a esta deu o nome de Augusta, acedeu com prazer à solicitação que Braga lhe dirigiu, e *pôs* à nossa disposição ***o solicitado fragmento***, que será um símbolo interessante de fraternal *amizade* de duas cidades históricas, de multimilenária civilização, e fonte de interessantes sugestões que, em nosso entender, serão altamente benéficas.

Esperando que o Governo reconheça o valor espiritual desta iniciativa, peço a Vossa Excelência determine que a Legação de Portugal em Roma, como aliás nos foi sugerido pela Câmara daquela Cidade, faça receber e enviar a esta Câmara ***o fragmento*** que a Câmara Romana nos oferece. O Município de Braga está, como é lógico, habilitado a satisfazer as despesas que a referida transferência ocasionar.

A Vossa Excelência, Senhor Ministro, tenho, tenho a honra de apresentar o testemunho caloroso das minhas homenagens.

A Bem da Nação

O Presidente,

António Maria Santos da Cunha

(reprodução *fac-simile* em anexo - B)

Com eficaz zelo processual, note-se, aparentemente mais concentrado na precisão burocrática da pequena operação financeira de câmbio e do pagamento dos custos da transferência, do que propriamente com o alcance simbólico da dádiva e do que esta poderia representar para relação entre os dois países e cidades, o ministério (MNE) despoletou então o processo diplomático. Com esse intuito o Diretor Geral Ajunto[8], Vasco Cunha, oficiou em 7/IX/1949, por via da mala diplomática, o Ministro de Portugal em Roma, Dr. Francisco de Assis de Malheiros e Menezes, explicando a situação e pedindo-lhe se dignasse a "promover a remessa da pedra do Circo Máximo para Braga (...) comunicando (...) o montante da importância dispendida, para efeito do respectivo reembolso por parte da Câmara...".

Com uma agilidade diacrónica surpreendente, ainda não tinha findo o mês, e já o embaixador de Portugal em Itália respondia satisfatoriamente ao Ministro, a 26/XI/1949, pela mesma via, ao repto da Câmara de Braga:

---

[8] Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assunto: "pedra Romana para o estádio de Braga"

Excelência,

Com grande gentileza e certa solenidade foi entregue hoje nesta Legação, pelo próprio Sindaco de Roma, Dr. Rebecchini, a pedra do Circo Maximo, destinada ao Estadio de Braga, assunto a que se refere o despacho dessa Secretaria de Estado Nº 28, de 7 do presente mês.

2. O Sindaco de Roma, que se fazia acompanhar do seu Chefe de gabinete e de um funcionário do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, disse-me quanto prazer tinha em me fazer a entrega de uma pedra romana para o Estádio de Braga, tendo-a escolhido entre as mais belas, como símbolo da amizade mutua dos dois Países latinos. Agradeci, com reconhecimento, o dom e as palavras amigas do Sindaco de Roma, assegurando-lhe da grande satisfação que a Municipalidade de Braga teria pela oferta e pela forma cativante que ela revestia.

3. Encarregará esta Legação uma Casa expedidora da remessa da referida pedra romana directamente para a Câmara Municipal de Braga. Oportunamente indicarei a essa Secretaria de Estado em quanto importou a expedição, para efeitos do reembolso.

A Bem da Nação,

F. de Calheiros e Menezes

(reprodução *fac-simile* em anexo - C)

À falta de mais pormenores, recurso a outros testemunhos ou fontes diversas, que melhor nos ajudariam a descrever os contornos e a dimensão simbólica do ato e dos seus protagonistas, a carta do diplomata português é bem elucidativa do alcance e significado da dádiva. Desde logo, pelo facto da entrega do fragmento pétreo do Circo Máximo de Roma (c. 187 Kg) ter sido efetuada por uma delegação chefiada pessoalmente pelo próprio Sindaco de Roma, o Dr. Salvatore Rebecchini (ver caixa), a autoridade máxima da cidade, sendo acompanhado do seu próprio Chefe de Gabinete, e de um funcionário do protocolo dos Negócios Estrangeiros italiano. Saliente-se, tendo este o cuidado particular de o afirmar prazerosamente, que escolheu a pedra "entre as mais belas" para o fim do Estádio, "símbolo da amizade mutua dos dois Países latinos".

Salvatore Rebecchini (1891-1977), Sindaco de Roma, equivalente ao nosso Presidente da Câmara, foi o primeiro autarca saído de eleições democráticas, ainda que indiretas, a governar após a libertação de Roma pelos Aliados, em junho de 1944. Iniciou o seu primeiro mandato apenas por alguns dias, em 10 de dezembro de 1946. Tendo sido reeleito, sempre pela *Democrazia Cristiana*, para mais dois mandatos, sendo aquele que mais tempo governou a capital do Lazio após a *Libertação* (1947 e 1956). Engenheiro de formação, professor universitário e político, dirigiu a expansão da cidade no pós-guerra, prosseguindo as obras planeadas e iniciadas ainda nos últimos anos do fascismo. Esteve envolvido em grandes polémicas de reestruturação urbana da capital, ao nível de abertura de ruas que implicaram demolições patrimoniais, como a Via Vittoria do centro histórico. Mas esteve igualmente associado à abertura de novas vias, à conclusão da famosa estação ferroviária Roma-Termini; arrancou com o primeiro troço do metropolitano (1955); e iniciou o Grande *Raccordo Anulare* rodoviário. Promoveu igualmente a construção e a habitação social, e organizou a renovação do planeamento urbano da grande cidade, que vigorava desde 1931. Durante o final do seu último mandato, Roma foi escolhida para organizar as XVII olimpíadas (1960).
Católico convicto, próximo do Vaticano, Salvatore Rebecchini, foi ainda um apaixonado pela cultura romana, ao ponto de ter publicado sobre este domínio, e ter sido admitido no *albo dei Romanisti*.

Salvatore Rebecchini discursando num evento da *Democracia Cristã* italiana

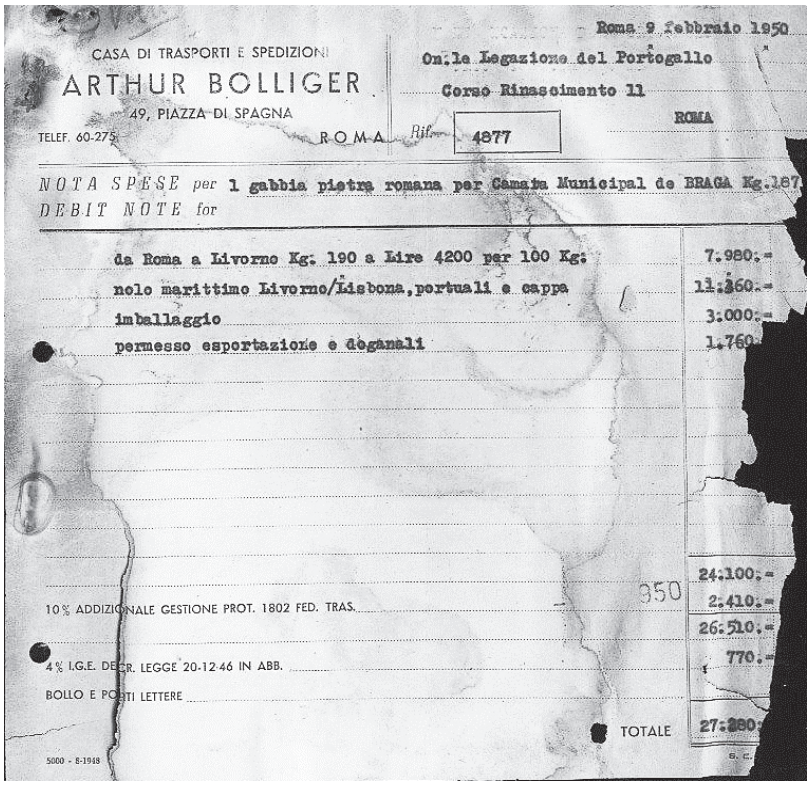
Fonte: https://it.wikipedia.org/wiki/Salvatore_Rebecchini
https://it.wikipedia.org/wiki/Sindaci_di_Roma

Os primeiros dias de janeiro de 1950, a pouco menos de um semestre da data prevista para a inauguração do Estádio 28 de Maio, suscitaram expectativa à Câmara Braga, tendo esta indagado diretamente o MNE (3/I/1950), ao ter tido conhecimento "pela imprensa, em notícias de Rôma", que a pedra fora já entregue na Legação Portuguesa. De facto, esta foi rececionada a 26 novembro na Legação, assim o confirmou A. Carreiro de Freitas, subscrevendo a 12 do corrente pelo Diretor Geral Adjunto, informando que se estava a proceder ao contacto com uma firma de despachantes em Roma para expedir o fragmento diretamente para Braga. No entanto, quatro dias passados, o mesmo não deixaria de insistir junto do Encarregado de Negócios, Dr. Eduardo Bacelar Machado, no sentido de agilizar o processo. Tendo este afirmado que iria insistir "para ser urgente tanto quanto possível". De facto, Eduardo Machado, logo na semana seguinte[9] identificava a firma expedidora, como sendo a casa Arthur Bolliger[10], dando conta de ter havido a obrigação de se obter "as necessárias autorizações para a exportação da pedra em questão", anunciando então, que a mesma "partir[ia] dentro de dois dias por via marítima, podendo estar em Braga dentro de dez dias".

---

[9] Carta da Legação de Portugal, emitida pelo Encarregado de Negócios em Roma, Eduardo Machado, ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 25 de Janeiro de 1950, c/assunto "pedra romana para o estádio de Braga" (proc. 14,21/50, Nº36)

[10] Casa di Transporti e Spedizioni, sita à Piazza di Spagna, 49, Roma.



CASA DI TRASPORTI E SPEDIZIONI
ARTHUR BOLLIGER
49, PIAZZA DI SPAGNA
TELEF. 60-275 ROMA

Roma 9 febbraio 1950

On.le Legazione del Portogallo
Corso Rinascimento 11
ROMA

Rif. 4877

NOTA SPESE per / DEBIT NOTE for 1 gabbia pietra romana per Camara Municipal de BRAGA Kg.187

da Roma a Livorno Kg. 190 a Lire 4200 per 100 Kg.	7.980.-
nolo marittimo Livorno/Lisbona, portuali e cappa	11.360.-
imballaggio	3.000.-
permesso esportazione e doganali	1.760.-
	24.100.-
10% ADDIZIONALE GESTIONE PROT. 1802 FED. TRAS.	2.410.-
	26.510.-
4% I.G.E. DECR. LEGGE 20-12-46 IN ABB.	770.-
BOLLO E POSTI LETTERE	
TOTALE	27.280.-

5000 - 8-1948

Fatura da remessa da pedra do Circo Máximo com o itinerário: Roma-Livorno-Lisboa-Braga (AHCMB)

A 15 de fevereiro, o mesmo Encarregado de Negócios envia para Lisboa a fatura da empresa de transportes, com o esclarecedor descritivo de se tratar de "1 gabbia pietra romana per Camara Municipal de Braga", implicando um peso de 187 Kg e compreendendo um custo total no valor de 27 280 *liras* italianas. Mais interessante, porém, é a elucidação do itinerário da expedição que nos permite reconstituir o trajeto da pedra até ao destino. Primeiro, de Roma a Livorno, onde depois foi despachada por via marítima até Lisboa. Da capital até Braga, temos presente na nossa memória[11], que esta terá chegado até nós por via ferroviária, onde

[11] Informação oral que atribuímos a Luís Costa, quando trabalhava no Arquivo Histórico Municipal.

terá sido levantada pela Câmara Municipal na respetiva Estação. Passados dez dias, em carta enviada pelo Director Geral Ajunto do Ministério ao Presidente da Câmara, onde é pedido a liquidação da fatura através de cheque, por se admitir que a pedra Circo Máximo já estivesse em Braga, ficamos a saber que esta fora expedida a 27 de janeiro, do porto naval de Livorno com destino a Lisboa[12].

Será, pois, neste contexto, que nos deparamos com um conjunto de missivas oficiais, existentes no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Braga[13], que explicam as diligências que a autarquia tomou de imediato com vista ao pagamento da expedição da pedra do Circo Máximo de Roma. Estas constituem um apontamento explícito da tramitação burocrática que era necessário a Câmara de Braga percorrer para honrar o seu compromisso internacional. Veja-se então:

1. (2/III/1950) – O Presidente da Câmara oficia o Governador Civil (Armando Nery Teixeira)

   – Envio do requerimento que é endereçado ao Ministro das Finanças a pedir autorização (Dec. Lei Nº 16.611, de 23/11/1927) para adquirir um cheque de 27.280 liras pagáveis em Roma, que esta Câmara necessita enviar com urgência ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Solicita-se que o pedido de boa informação, seja acompanhado para seu despacho da possível urgência.

2. (2/III/1950) – O Presidente da Câmara oficia ao Ministro das Finanças

   – Requerimento a pedir a autorização para o pagamento em moeda estrangeira, invocando o DL anteriormente referido, antecedido pela explicação do motivo que sustenta a pretensão.

3. (3/III/1950) – O Presidente da Câmara oficia a Alfândega de Lisboa (Frederico D'Aragão Morais)

   – Em referência à resposta à carta da Alfândega, de 28 de fevereiro, cumpre informar que os documentos recebidos por esta Câmara foram enviados a 20 fevereiro.

---

[12] Ofício do Director Geral Adjunto ao Presidente da Câmara Municipal de Braga, de 25 de fevereiro de 1950.

[13] Cuja pesquisa estamos gratos no trabalho técnico de: dr.ª Palmira Brandão; Margarida Fernandes; e, Rosa Maria Silva, do Arquivo Municipal de Braga.

Esclarecimento do conteúdo da remessa, "que se trata de uma pedra simbólica, sem qualquer valor material, que foi pedida por intermédio do Ministério dos Estrangeiros, e remetida por diligência da Legação Portuguesa em Rôma, para ser colocada no Estádio 28 de Maio".

4. (20/III/1950) – O Governador Civil de Braga oficia o Presidente da Câmara Municipal de Braga (A. M. Santos da Cunha)

   – Com referência ao ofício de 2 do corrente, transcreve-se o de 16 do corrente da Direção Geral da Fazenda Pública. Comunica-se, com referência a outros ofícios que "por meu despacho de 16 autorizei aquele município a dispender a quantia de 27 280, para pagamento de encargos com a expedição de Livorno para Lisboa de uma Pedra do Circo Máximo de Roma oferecida à requerente pela sua congénere de Roma, para ser incrustada no Estádio 28 de Maio".

5. (21/III/1950) – Comunicação (Secretaria CMB)

   – Comunica-se à contabilidade que a Direcção Geral da Fazenda Pública, por Delegação do Ex Sr. Ministro das Finanças, autorizou a Câmara a dispender 27280 Lit. Consequentemente deve ser expedido um cheque, pagável em Roma, à ordem da Legação de Portugal, processando-se a correspondente autorização de pagamento pela importância em escudos que for liquidada no Banco de Portugal. O cheque deve ser entregue na Secretaria. Deve informar-se o Banco da existência de autorização governamental.

O processo burocrático entra assim na sua fase final, quando o Presidente António Maria Santos da Cunha, a 8 de abril de 1950, "no cumprimento de instruções recebidas", envia o cheque de pagamento[14] ao Diretor Geral dos Negócios e de Administração Interna – MNE. A demora justificava-se na obtenção das "autorizações para adquirir esta cambial". Este, entretanto, chega a Lisboa, e a 15 do mesmo mês, o Director Geral, A. Carreiro Freitas, que acusa a sua receção, anuncia que será remetido no próprio dia para Roma.

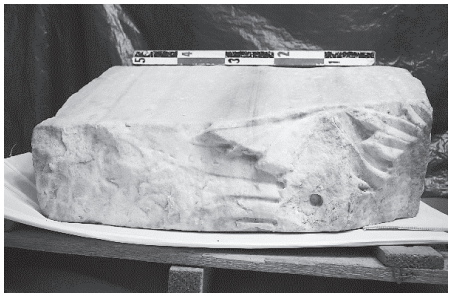
Com data de 17 de abril de 1950, seguia finalmente a carta para o Ministro de Portugal em Roma, dr. Francisco de Calheiros

[14] "cheque N.º 86967, serie C, do Banco Pinto & Sotto Mayor, pagável à Legação de Portugal em Roma, no valor de 27 280 Lits.".

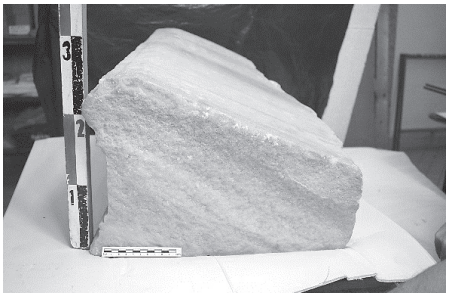
e Menezes, a missiva final, "(...) tenho a honra de junto remeter a V. Exª um cheque destinado a habilitar essa Missão Diplomática a liquidar a factura da firma Arthur Bolliger(...)".

frontal

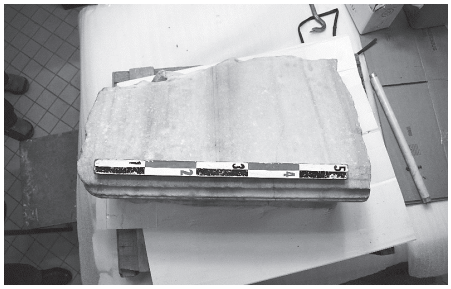
lado a)



posterior



lado b)



superior

Diversas perspetivas do fragmento de pedra do Circo Máximo, de Roma, oferecido pela *Comune* da mesma cidade; e que esteve incrustado na base da porta do Estádio 1 (ex-28) de Maio, em Braga, cerca de cinquenta anos, desde que este foi inaugurado em 28 de maio de 1950.

Fonte: Gabinete de Arqueologia da CMB/MDDS

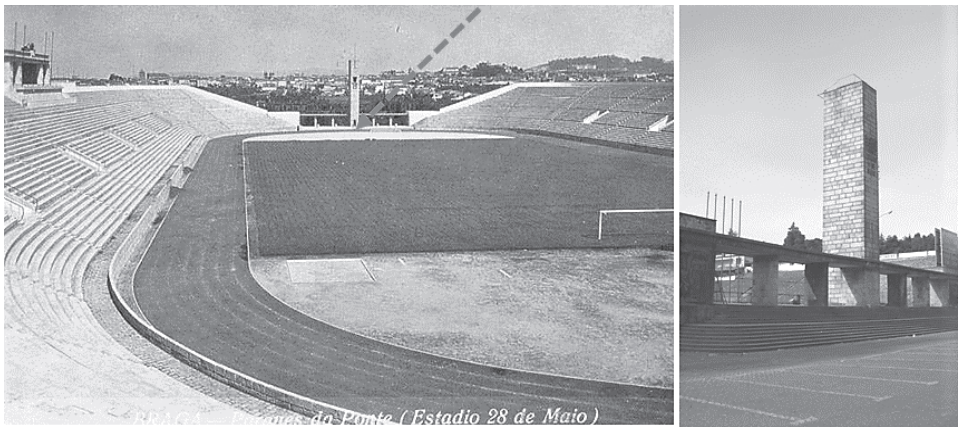
A INCRUSTAÇÃO NA PORTA DO ESTÁDIO

Inaugurado o Estádio 28 de Maio com grande pompa e participação, no ano de 1950, no próprio dia do topónimo, este foi consagrado como um tributo do regime político à cidade, pelo papel matricial que esta teve no movimento militar que lhe deu origem. Como testemunhava o texto escrito a letras de bronze junto ao torreão da porta do estádio:

> "Este monumento consagra a revolução nacional desencadeada pelo exército na cidade de Braga em XXVIII+V+MCMXXVI, triunfante sem luta, gloriosa sem sangue porque na verdade a voz de comando foi apenas a expressão militar duma ordem irresistível da nação"

Na verdade, a inauguração contou com a presença das mais altas figuras do Estado e os principais clubes de futebol português, numa efeméride que encheu o estádio. O evento foi amplamente coberto pela imprensa, sem que, todavia, a referência à incrustação da pedra do Circo Máximo romano merecesse qualquer destaque, passando praticamente despercebida (ver Anexo – D), senão mesmo omissa. Pelo que, desde então, tendo ficado aquém do potencial simbólico que prometia, paradoxalmente face à mobilização que suscitou a sua vinda, a memória desta esvaneceu-se até ao esquecimento completo.

Reza a tradição oral, embora até agora não tenhamos detetado qualquer evidência, que o fragmento do Circo Máximo, num primeiro momento, terá sido incrustado na base da porta da maratona do estádio e, só depois, em data imprecisa, terá sido transladado para a parte interior da torre da entrada monumental, junto à curva norte da pista de atletismo.



Postal ilustrado do Estádio 28 de Maio (1950); e, foto, do autor, da entrada monumental (1998)

De facto, só no ano de 1998, praticamente cinquenta anos depois, quando em nome da ASPA[15] elaborámos a proposta de abertura do processo de classificação do Estádio – 1º de Maio, como imóvel de valor patrimonial, no âmbito da Lei do Património Cultural Português[16] – foi "redescoberta", e citada na petição, a referida pedra ornamental (Bandeira: 1998).

A exposição às intempéries e o passar dos anos evidenciavam o desgaste que se começava a apoderar do mármore, particularmente, pelo alojamento de líquenes nos interstícios do trabalhado pétreo, e na mancha de ferrugem entranhada, provocada pela precipitação da corrosão, com origem numa cadeia de ferro ornamental que pendia por cima. Mais não bastasse, a notícia da sua existência, pela vulnerabilidade e o fácil acesso que oferecia, expunha-a ao roubo ou ao vandalismo.

---

[15] Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural Natural – Braga.

[16] D.R. de 6 de Julho de 1985.

Foto do autor (1998)

Em tempo oportuno, talvez, por volta do ano de 2002, o Diretor das Obras Municipais da Câmara Municipal de Braga, engenheiro Manuel Afonso Pereira Basto, tendo visitado o estádio, por avisado que estava da existência da pedra monumental, ao ter verificado a situação descrita, sensibilizado para a sua preservação, mandou proceder à remoção da pedra e depósito para a sede dos serviços técnicos municipais, no Convento do Pópulo, onde estava a organizar um pequeno repositório museológico de testemunhos da História do Município (ver depoimento em Anexo – E).

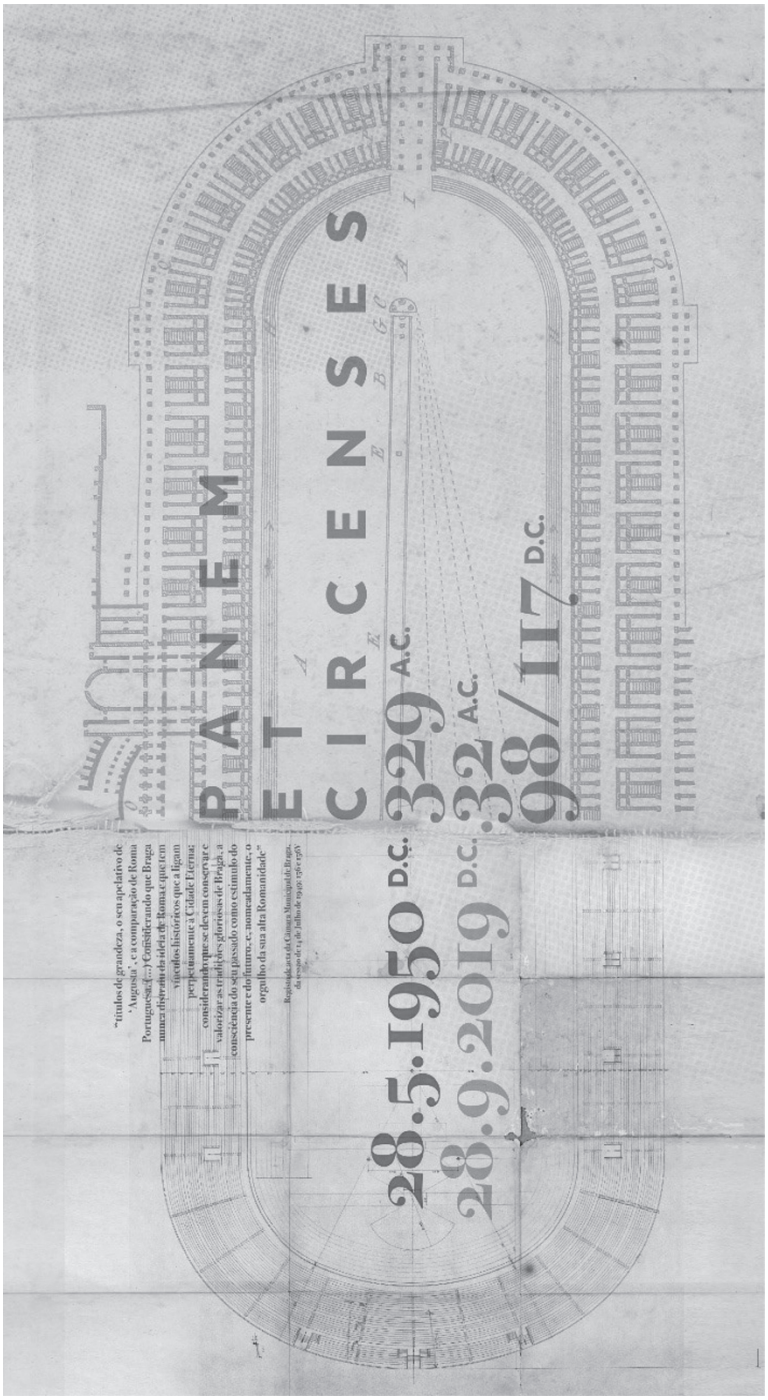
A partir de então, e até agora, a pedra do Circo Máximo, que foi oferecida a Braga, encontrava-se exposta no corredor da DMOSM/ /CMB, ladeada por três grandes reproduções fotográficas ampliadas, duas das quais emolduradas, alusivas às obras de construção do atual Estádio 1º Maio, sendo uma delas a célebre fotografia aérea do próprio dia da inauguração, assinada pelo reputado fotógrafo Arcelino, e que deu origem à edição de um postal ilustrado.

Postal ilustrado (Arcelino), Estádio *28 de Maio* (1950)

Hoje, sob proposta do Pelouro do Património, com a orientação técnica do Gabinete de Arqueologia Municipal de Braga, sob supervisão do Dr. Armandino Cunha; e do Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, na pessoa da sua Diretora, Dr.ª Isabel Maria Cunha e Silva; decidiu a Câmara Municipal de Braga, em conjugação com a Direção Regional de Cultura Norte – Ministério da Cultura (ver protocolo, Anexo – F), proporcionar ao grande público, através de cedência para exposição, o usufruto desta peça particular, de elevada carga simbólica para Braga, testemunho perene das relações matriciais de Bracara Augusta com Roma. A pedra do Circo Máximo, penhor da eterna fraternidade entre Braga e Roma.

Foto do autor: musealização do fragmento pétreo do Circo Máximo no MDDS, inaugurado em 28/IX/2019

MSMB, outubro de 2019


"Títulos de grandeza, o seu apelativo de
'Augusta', e a comparação de Roma
Portuguesa(...) Considerando que Braga
nunca deixou de ser a Roma a que ficam
vinculados históricos que a ligam
perpetuamente à Cidade Eterna;
considerando que se devem conservar e
valorizar as tradições gloriosas de Braga, a
consciência do seu passado como estímulo do
presente e do futuro, e, nomeadamente, o
orgulho da sua alta Romanidade"
Registo da acta da Câmara Municipal de Braga,
de sessão de 14 de Julho de 1950 (ref.)
28.5.1950 D.C.
28.9.2019 D.C.
PANEM
ET
CIRCENSES
329 A.C.
32 A.C.
98/117 D.C.

Referências documentais de apoio:

– Bandeira, Miguel (2016) – "**O Estádio 1º de Maio**" – património desportivo de Braga; Texto do catálogo da exposição, no âmbito das jornadas "À descoberta de Braga"; org. do Pelouro da Cultura da CMB, Braga, Fonte do Ídolo, 18 de abril a 1 de maio de 2016.

– Bandeira, Miguel (2000) – Entrevista ao jornal *Diário de Notícias* a propósito dos **50 anos do Estádio 1º de Maio em Braga**, edição de 28 de Maio de 2000.

– Bandeira, Miguel (2004) – ***Um estádio que mudou de data há trinta anos*** – (reedição actualizada) – *in Laura vai ao futebol*, Laura – Revista de Cultura Arquitectónica do Departamento de Arquitectura da Universidade do Minho, número especial, Guimarães, 2 de Junho de 2004, 87-94 pp.

– Bandeira, Miguel Melo (1998) – ***O Estádio de Maio – O espaço comum de duas datas antagónicas ou, como um equipamento colectivo do "Estado Novo" constitui património cultural nos nossos dias***, *Cadernos de Geografia*, N.º 17, Centro de Estudos Geográficos – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1998, 233-238 pp.

– Gomes, Joaquim da Silva – **Galeria dos Presidentes** – Câmara Municipal de Braga – Braga, 1836-2006; Ed. CMB; Nov, Braga, 2006.

***

– Livros de Actas da Câmara Municipal; Arquivo Histórico Municipal de Braga.

– Correspondência; Arquivo Histórico Municipal de Braga.

– Correio do Minho.

– Diário do Minho.

– **Proposta de classificação do *Estádio Municipal de Braga – 1.º de Maio*** (1998), como imóvel de **valor patrimonial**, enviada ao IPPAR no âmbito da Lei do Património Cultural Português, D.R. de 6 de Julho de 1985, por mandato da Direcção da Associação de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural – Braga (relator Miguel Bandeira). A Direcção Regional do Norte do IPPAR (Porto) abriu o processo de classificação designado com o N.º 98/3-15 (3).

– RCI/AMNE – **Processo 38** – Relações Culturais com a Itália – ano 1949/50 – *Pedra romana para Estádio de Braga* – IV (anotações: ARM 59, 2.º piso; maço 306; 2; C.E.11.P.1/2/2132; Associação dos Amigos do **Arquivo Histórico Diplomático** (Lisboa); (12 fotocópias de correspondência, numeradas).

Anexo – A

Transcrição de excerto da **Acta da Reunião** Ordinária de 14 de Julho de 1949 (fol.156 e 156v.); Livro de Actas das Reuniões da Câmara (AHMB)

'**Estádio vinte e oito de Maio**: pelo Senhor Vereador foi lida a seguinte proposta: "Vai a Câmara Municipal de Braga inaugurar, dentro de algum tempo o magnifico Estádio vinte e oito de Maio que, como é obvio, se destina à intensificação e propaganda desportivas desportivas, como elemento primordial para o desenvolvimento da cultura física, integrando a educação pública no seu verdadeiro sentido de, a um tempo, cultura do corpo e do espírito. Mas, subsidiariamente, o Estádio, como monumento de extraordinária opulência, fará recordar os grandes monumentos similares da antiga Grécia e da antiga Roma. Assim, Braga, quer restaurando sobrevivências do seu esplendor passado, quer edificando novas obras monumentais, não esquece os seus títulos de grandeza, o seu apelativo de "Augusta" e a comparação de Roma Portuguesa. Ora considerando que Braga nunca distraiu da ideia de Roma e que tem vínculos históricos que a ligam perpetuamente a Cidade Eterna; considerando que se devem conservar e valorizar as tradições gloriosas de Braga, a consciência do seu passado como estimulo do presente e do futuro, e, nomeadamente, o orgulho da sua alta Romanidade; Proponho que esta Câmara oficie, sem demora, à de Roma, lembrando-lhe os laços indissolúveis que nos unem na memória colectiva das gerações e requerendo que – a exemplo do que já se fez para uma cidade dos Estados Unidos – nos envie como simbolo de presença um bloco de pedra tirado do seu multi-milenário Circus Maximus, o grande Circo de Roma, protótipo de todos os edifícios deste género espalhados pelo mundo romano, para ser incrustado no novo Estádio Provincial a assinalar para sempre a nossa origem, a nossa importância de antiga capital de província do império, a nossa filiação cultural. Braga e Sala das Reuniões, catorze de Julho de mil novecentos e quarenta e nove. A) Sérgio Augusto da Silva Pinto. "Aprovada, por unanimidade". O Senhor Presidente manifestou em breves palavras o seu apoio e declarado exultar com essa afirmação da nossa romanidade'.

Anexo – B

Serviço da República

CÂMARA MUNICIPAL
DE
BRAGA

SECRETARIA

Ofic. 3243

Proc. 24-H

Braga, 21 de Outubro de 1949

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros

M.DOS N.E.-EXPEDIENTE 032261 26 OUT 1949

ENTRADA EM 28 OUT 1949

PROCESSO 3A

Excelência:

Próxima de terminar a construção do Estádio "28 de Maio" pensou a Câmara em incrustar no edificio uma pedra do Circo Mázimo de Roma, protótipo, até arquitectónico, de semelhantes construções.

O Municipio da Cidade que a esta deu nome de Augusta, acedeu com prazer à solicitação que Braga lhe dirigiu, e poz à nossa disposição o solicitado fragmento, que será um simbolo interessante de fraternal amisade de duas cidades históricas, de multimilenária civilização, e fonte de interessantes sugestões que, em nosso entender, serão altamente benéficas.

Esperando que o Governo reconheça o valor espiritual desta iniciativa, peço a Vossa Excelência determine que a Legação de Portugal em Roma, como aliás nos foi sugerido pela Câmara daquela Cidade, faça receber e enviar a esta Câmara o fragmento que a Câmara Romana nos oferece. O Município de Braga está, como é lógico, habilitado a satisfazer as despesas que a referida transferência ocasionar.

A Vossa Excelência, Senhor Ministro, tenho a honra de apresentar o testemunho caloroso das minhas homenagens.

A Bem da Nação

O Presidente,

Min. R/C
Dact. RAM
Conf. J/M

à Sej. em Roma em 4/11/49.

Pede-se a fineza de citar na resposta, os números do ofício e do processo.

Anexo – C

MALA DIPLOMATICA N. 6941 3

LEGACÃO DE PORTUGAL
ROMA

Roma, 26 de Novembro de 1949

Proc.12,2/49
Nº.513

M. DOS N. E. - EXPEDIENTE
036289 -6 DEZ. 1949

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros

ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS POLÍTICOS
ENTRADA
EM - 6 DEZ 1949
PROCESSO 38

Excelência,

"Pedra romana para o estadio de Braga"

Com grande gentileza e certa solenidade foi entregue hoje nesta Legação, pelo próprio Sindaco de Roma, Dr. Rebecchini, a pedra do Circo Maximo, destinada ao Estadio de Braga, assunto a que se refere o despacho dessa Secretaria de Estado nº.28, de 7 do presente mês.

2. O Sindaco de Roma, que se fazia acompanhar do seu Chefe de gabinete e de um funcionário do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, disse-me quanto prazer tinha em me fazer entrega de uma pedra romana para o Estádio de Braga, tendo-a escolhido entre as mais belas, como símbolo da amizade mutua dos dois Países latinos. Agradeci, com reconhecimento, o dom e as palavras amigas do Sindaco de Roma, assegurando-lhe da grande satisfação que a Municipalidade de Braga teria pela oferta e pela forma cativante que ela revestia.

3. Encarregará esta Legação uma Casa expedidora da remessa da referida pedra romana directamente para a Câmara Municipal de Braga. Oportunamente indicarei a essa Secretaria de Estado em quanto importou a expedição, para os efeitos do reembolso.

A Bem da Nação

F. de Calheiros e Menezes

Anexo – D

CORREIO DO MINHO 5

ESTÁDIO DO 28 DE MAIO

Esta magnífica obra, que honra o País, e que honra a capital do Minho, só foi possível porque chefiava os destinos da Nação o Professor Doutor ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

A Ele, pois, e aos seus mais directos colaboradores que ergueram este monumento

Engenheiro José Frederico Ulrich, Engenheiro Cancela de Abreu, Engenheiro Sá e Mello, Engenheiro Travassos Valdez, Arquitecto João Simões e Escultor Barata Feio e ainda ao empreiteiro que o construiu, Francisco de Azevedo Campos,

A CIDADE AGRADECIDA

Engenheiro José Frederico Ulrich
Ilustre Ministro das Obras Públicas

ESTÁDIO DO 28 DE MAIO

Eng. Fernando de Oliveira Vera

Eng. Manuel Santos Pereira

Arquitecto João Simões

Escultor Barata Feio

Eng. Pedro de Azevedo Cancela

JOSÉ DE AZEVEDO CAMPOS

FRANCISCO DE AZEVEDO CAMPOS

Fernando de Azevedo Campos

ANO XXX — Domingo, 28 de Maio de 1950 — Número 9610

Diario do Minho

Diretor — A. J. LIRE NAA — Editor — Afonso Falcão

Propriedade da Empresa do Diario do Minho, L.da

Redação, Administração e composição — Avenida Central — BRAGA — Telefone 2014 — Vendas pela Carvalho de Oliveira

Com a presença do Chefe e Membros do Governo

Braga, celebra no meio do maior entusiasmo, o XXIV aniversário da Revolução

inaugurando o «Estádio 28 de Maio»

entre aplausos da multidão, que desde ontem regorgita nas ruas da cidade e dá às comemorações um carácter vincadamente nacional

Assistência Médica Rural

Secretaria Arquiepiscopal

O Mês das Flôres e a O. V. S.

CONVITE

Os construtores do "Estádio 28 de Maio" e o seu notável exemplo de trabalho

Gentilmente pesquisadas por: Dr.ª Palmira Brandão; DC-CMB

Anexo – E

Sobre a trasladação do friso romano do estádio 1º de Maio, para o edifício Municipal do Convento do Pópulo

"Em visita ao estádio 1º de Maio e já avisado por pessoas amigas, procurei a existência de uma pedra romana, algures no estádio, que teria sido oferecida à Camara Municipal de Braga pelo estado italiano aquando da inauguração do mesmo.

Assim, vim a descobrir, um friso em tons alvos, de mármore, assente num pavimento lajeado, com lixo envolvente e que serviria, eventualmente, de assento às pessoas.

Após buscas, e tendo percebido que se tratava de uma pedra romana, provavelmente do circo-máximo, tratei de a remover para o edifício municipal do Pópulo.

Depois de lavada com água, foi acondicionada no corredor do último piso do edifício do Pópulo, onde eu já tinha organizado um núcleo museológico, de peças do património municipal, como literatura técnica, máquinas diversas, carimbos, material escolar, mapas, fichas, cruxifixos, santos, etc.

Ao que sei, a pedra teria sido inicialmente colocada, junto do pilar central, da entrada conhecida como maratona. Tendo a inauguração do então estádio 28 de Maio, sido a 28 de Maio de 1950, obra do Arquitecto Travassos Valdez, por ali foi esquecida, votada ao abandono, com total ausência de notoriedade e extremamente suja.

Claro que, não de podia ficar indiferente, e nessa base ordenei a retirada deste grande ícone da arquitectura clássica, ali colocado para estabelecer um paralelo entre os anfiteatros romanos e a espécie de "arena" que era o estádio.

Como é evidente foi uma atitude que teve em vista a protecção de tão insigne elemento, conferindo-lhe a dignidade, que no mínimo das minhas competências, podia facultar.

Assim fiz, com outras peças, como o marco romano que está no bar do edifício principal, como a fonte do mundo que está na Quinta das fontes, com um brasão que encontrei nas Carvalheiras e outros.

Tudo foi com sentido da preservação da memória, do património e da cultura, traço comum às gentes que como eu, aprendeu como amador, com o Arqueólogo Francisco Alves, nos primeiros anos da escavação da Colina de Maximinos.

A bem da cultura e do património bracarense.

Engº Manuel Afonso Pereira Basto[17]

Postscriptum: não recordo a data em que tudo começou [2002(?)]"

---

[17] Antigo Director Municipal das Obras Municipais e Serviços Municipalizados.

Anexo – F[18]

BRAGA Município

REPÚBLICA PORTUGUESA CULTURA

DR CULTURA DO NORTE

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA
E A DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE

CONSIDERANDO:

Que a Câmara Municipal de Braga é proprietária de um elemento arquitetónico romano proveniente do Edifício do Coliseu de Roma, que lhe foi oferecido pela sua congénere de Roma no ano de 1950, a propósito da inauguração do Estádio 28 de Maio (hoje, Estádio 1.º de Maio);

Que a Câmara Municipal de Braga assume como desígnios a divulgação e a valorização da referida peça arquitetónica, procurando um espaço museológico adequado para a exposição permanente da mesma, no sentido de ser usufruída pelo maior número possível de munícipes, bem como por todos aqueles que nos visitam;

Que o Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa, em Braga, tutelado pela Direção Regional de Cultura do Norte, possui um discurso museográfico que enquadra, de forma temática e cronológica, a Antiguidade Clássica e o reflexo do Mundo Mediterrânico no Noroeste da Península Ibérica e, designadamente, na cidade romana de *Bracara Augusta*;

Que há, no Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa, a possibilidade de criação de uma área específica para a exposição permanente da mencionada peça, dispondo o Museu de Arqueologia de um Laboratório de Conservação e Restauro devidamente apetrechado, com pessoal técnico qualificado, para a conservação e valorização de peças arqueológicas;

[18] Na reunião do Executivo Municipal em que foi aprovado o presente protocolo, chamámos a atenção para a necessidade de substituir a expressão "pedra do Coliseu", como erroneamente foi confundida desde a sua redescoberta no Estádio 1.º de Maio, por "pedra do Circo Máximo", como a documentação o veio comprovar.

Que, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea e), em conjugação com o artigo 33.º, n.º 1, alínea t), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nomeadamente nos domínios do património e da cultura, competindo à câmara municipal assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;

Que a Direção Regional de Cultura do Norte é um serviço periférico da administração direta do Estado, com intervenção nas áreas do património cultural, dos museus e da produção artística, e com a missão da criação de condições de acesso aos bens culturais, do acompanhamento das atividades e da fiscalização das estruturas de produção artística, do acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitetónico e arqueológico, e do apoio a museus;

É celebrado o subsequente **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**.

ENTRE:

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça do Município, código postal 4700-435, concelho de Braga, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio, adiante denominado Primeiro Outorgante;

E

Direção Regional de Cultura do Norte, pessoa coletiva n.º 600067831, com sede na Praceta da Carreira, código postal 5000-560, concelho de Vila Real, que tutela o Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa, neste ato representada pelo seu Diretor Regional, Doutor António Ponte, adiante denominada Segundo Outorgante;

Que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

O presente Protocolo estabelece os termos e as condições da colaboração entre o Primeiro Outorgante e o Segundo Outorgante, com o desígnio da exposição permanente do elemento arquitetónico romano proveniente do Edifício do Coliseu de Roma no Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa, com o propósito da respetiva valorização e ampla divulgação.

Cláusula 2.ª

1. O Primeiro Outorgante obriga-se a proceder à entrega do elemento arquitetónico romano ao Segundo Outorgante.
2. O Primeiro Outorgante obriga-se a assegurar todos os procedimentos necessários para a entrega do elemento arquitetónico ao Segundo Outorgante, designadamente preparação da documentação, embalagem e transporte do elemento.

Cláusula 3.ª

1. O Segundo Outorgante obriga-se a expor, de forma permanente, a peça arquitetónica romana, propriedade do Primeiro Outorgante, no Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa, no sentido da sua valorização e divulgação.
2. O Segundo Outorgante obriga-se a garantir todas as intervenções necessárias para a boa conservação e valorização da peça arquitetónica do Primeiro Outorgante, nomeadamente recorrendo ao Laboratório de Conservação e Restauro.

Cláusula 4.ª

A peça arquitetónica romana não poderá ser deslocada para fora do Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa sem o conhecimento e a autorização expressa do Primeiro Outorgante.

Cláusula 5.ª

No caso de se verificar qualquer dano ou situação anómala na peça arquitetónica, deverá o Segundo Outorgante notificar imediatamente o Primeiro Outorgante, com a finalidade de se promoverem as diligências necessárias.

Cláusula 6.ª

1. A divulgação da peça, por parte do Segundo Outorgante, por qualquer meio ou suporte editorial, deverá obedecer a critérios de qualidade.
2. O Segundo Outorgante compromete-se a referir sempre que o Primeiro Outorgante é a entidade proprietária da peça.

Cláusula 7.ª

A descrição da peça deverá mencionar a natureza da oferta como testemunho da irmandade entre os "Países Latinos" e as cidades de Roma e de Braga.

Cláusula 8.ª

1. O presente Protocolo de Colaboração tem o seu início no dia 28 de setembro de 2019, e vigorará por períodos de 5 anos, sendo automaticamente renovado por períodos sucessivos.
2. O Protocolo de Colaboração pode cessar por incumprimento do Segundo Outorgante ou por vontade de qualquer das partes, devendo tal intenção ser comunicada, de modo expresso, com um prazo nunca inferior a dois meses de antecedência.

O presente Protocolo de Colaboração é elaborado em duplicado, ficando um original na posse de cada um dos Outorgantes.

Aos 28 dias do mês de setembro do ano de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

O Director da Direcção Regional de Cultura Norte,

(Doutor António Ponte)

NOTA INTRODUTÓRIA*

Com a publicação das *Actas da Vereação Municipal* dos meses de Outubro até ao fim de Dezembro, concluímos a divulgação do conjunto, relativo ao ano 1581, que tem vindo a ser apresentado nos últimos volumes da *Bracara Augusta.*

À semelhança das anteriores, esta breve introdução visa despertar a atenção dos leitores e facilitar-lhes o acesso aos assuntos condensados nos textos relativos às sessões camarárias realizadas no último trimestre desse ano, que, a nível político, ficou marcado pela tomada de posse do governo de Portugal, por Filipe II de Espanha, designado, entre nós, como Filipe I. Das perturbações que esta mudança política provocou a nível nacional e também em Braga, deixámos algumas referências nas introduções aos conjuntos de *actas* divulgados nos volumes mais recentes, impondo-se, no entanto, retomar o tema, na parte final deste texto, porque algumas notas, aí consignadas, assim o exigem.

Entretanto, salientamos os assuntos mais frequentes, submetidos à decisão camarária ou em que ela tomava a iniciativa de intervir, no exercício normal das suas funções, acompanhando o normal desenrolar da vida comunitária da cidade e do município ou,

---

* O Autor não segue o Acordo Ortográfico.

simplesmente, para responder às questões apresentadas pelos munícipes. Entre as funções inerentes às responsabilidades da vereação, contava-se a designação dos recebedores das sisas, pagas pelos oficiais ligados aos vários ramos de actividade comercial, como a venda da carne, peixe e azeite, missão confiada, em 13 de Dezembro, ao sapateiro Luís Giraldes[1]. Além deste, na mesma data, foram eleitos recebedores para ramos gerais, que as recebiam, indistintamente, em toda a cidade, o tendeiro Pedro Fernandes[2], e para as receber em toda a cidade e nos arrabaldes, António Fernandes, *o Bourinho*[3], sabendo-se que estes eleitos para o ano de 1582 deveriam tomar posse imediata das suas funções[4].

À vereação competia proceder ao tabelamento do vinho novo da terra e de fora, segundo a sua qualidade, como aconteceu nos meses de Outubro[5] e de Novembro[6].

Uma das preocupações municipais era conservar limpas as ruas da cidade, de forma a que os cidadãos e visitantes pudessem circular livremente e em segurança. Foi por isso que a vereação, em 15 de Novembro de 1581, se viu obrigada a impor sanções contra quem ocupava a rua dos Chãos e o espaço junto das fontes da Carcova – isto é, sensivelmente, na zona onde actualmente se encontra a Igreja dos Terceiros – com carros e utilizava estes espaços para aí vender animais bovinos e cavalares e outras mercadorias[7]. Esta medida não erradicou tal abuso da cidade e, no dia 22 do mesmo mês, teve de ser aplicada aos que procediam da mesma forma, na rua de S. Marcos e na rua e cruz da Porta do Souto[8].

Em ordem a facilitar a mobilidade e segurança das pessoas, impunha-se calcetar diversas ruas, que ainda estavam em terra, com todos os inconvenientes daí decorrentes. Foi por isso que, na reunião de 11 de Outubro de 1581, deparámos com a decisão de mandar consertar a calçada dos moinhos de João Correia[9], em 8 de

---

1 Cf. fl. 152. As folhas para que remeteremos, ao longo desta nota introdutória, correspondem às do livro original das actas da Câmara, parcialmente publicadas neste volume da *Bracara Augusta.*

2 *Ibidem.*

3 *Ibidem.*

4 *Ibidem.*

5 Cf. fl. 133 v.

6 Cf. fl. 144.

7 Cf. fls. 143 v. e 144.

8 Cf. fls. 146 v.-147

9 Cf. fl. 135-

Novembro, a de fazer as calçadas do caminho novo dos Pelames[10] e de Real[11], e na de 29 do mesmo mês, com o contrato para a calçada da Cruz da Pedra[12].

A imperiosa necessidade de criar condições higiénicas e de salubridade para a população levou a vereação camarária a estabelecer penas para quem sujasse as fontes da cidade e dos arrabaldes, neles incluindo as fontes de S. Tiago, de S. Marcos e de Nossa Senhora-a-Branca[13], deparando, em 9 de Dezembro com a decisão de mandar consertar a fonte dos Pelames[14].

A fonte da Carcova, junto da antiga muralha, constituía também para a vereação um motivo de preocupação, chegando, mesmo, a mandar penhorar em quinhentos reais os proprietários que não abrissem nos seus quintais o cano da água desta fonte[15], e a mandar os regedores inspeccioná-la para se limpar o respectivo cano[16].

No contexto das obras municipais integram-se também as obras feitas nas pontes e as *actas* agora publicadas proporcionam-nos informações sobre as reparações efectuadas na Ponte Nova, na dos Pelames e na de Guimarães[17].

Por ocasião de obras municipais, não faltava quem se apoderasse de alguns materais pertencentes ao município, sendo, depois necessário procede à sua recuperação. Assim aconteceu por ocasião das obras realizadas na Praça do Peixe, donde António de Sequeira tinha levado madeiras no valor de quarenta reais e uns seiscentos pregos avaliados em setecentos e vinte reais[18].

As obras na Praça do Peixe eram imprescindíveis, até para estar em condições de responder à exigência camarária que proibia as vendas de peixe fora desta praça, contrariando, assim, o abuso de proceder à sua venda, em casas particulares e noutros lugares, com todos os inconvenientes daí decorrentes[19].

Além das referências atrás expostas, convirá observar que a vereação estava atenta à falta de alimentos sentida pela população

---

10 Cf. fl. 143 e 150 v.
11 Cf. fls. 148-148 v.
12 Cf. fls. 148-148 v.
13 Cf. fl. 146.
14 Cf. fl. 151.
15 Cf. fl. 134.
16 Cf. fl. 134 v.
17 Cf. fls. 140-140 v.
18 Cf. fl. 147 v.
19 Cf. fls. 148.148 v.

bracarense, tendo feito chegar ao monarca, nas Cortes de Tomar, a súplica para os poder receber de outras localidades. Na sequência desse pedido, na reunião de 2 e Dezembro, pôde apresentar a provisão régia concedendo-lhe mantimentos de Vila do Conde e de Fão[20].

Ao longo destas *actas,* encontrámos mais de meia centena de registos de quitações, isto é, de declarações de munícipes que afirmavam terem sido reembolsados das quantias emprestadas à Câmara, que por isso a reconheciam livre de lhes fazer qualquer outro pagamento. Num estudo de pormenor, será possível saber o valor global destes empréstimos, pois aí estão declaradas as quantias pagas a cada um dos credores, identificados pelo nome e condição social. Se estas informações, de momento, não nos interessam, não deveremos perder de vista que estes numerosos empréstimos estão relacionados com as graves dificuldades que a mudança da monarquia provocou em Portugal e em Braga, bastando recordar as graves despesas causadas pelo envio dos representantes de Braga às Cortes de Tomar, de 1581. Além desta situação, não deveremos perder de vista a divisão política verificada entre a população local e oposição, que muito fez sofrer o próprio Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires – agora venerado como Santo –, mas que, então, teve de se isolar, temporariamente, na Galiza. O peso da ferida aberta com a acusação de traição não estaria ausente na decisão que o levou, em 5 de Maio de 1581, em plenas Cortes de Tomar, a escrever ao Papa Gregório XIII a suplicar-lhe a aceitação da sua resignação, que lhe seria concedida no consistório celebrado na Basílica de S. Pedro do Vaticano, em 6 de Novembro desse mesmo ano.

À distância de mais de quatro séculos, não é fácil tomar uma posição segura quanto à atitude do Arcebispo, mas deveremos carrear todos os elementos que possam contribuir para o seu esclarecimento. Nesse sentido, procuramos evidenciar as referências que, passados mais de seis meses sobre a data do pedido de resignação e muito próximo de lhe chegar a notícia da aceitação, lhe são feitas nestas *actas* das vereações camarárias.

Assim, se a decisão, com data de 14 de Outubro, de *«que o licenciado Mateus Fernandes Farte fizesse a fala pera ho senhor arcebispo quando emtrase nesta cidade e lha representasse e disese como e costume*[21]*,* sugere mais que estariam a pensar na chega-

[20] Cf. fl.149.
[21] Cf. fl. 135 v.

da do novo arcebispo do que em D. Frei Bartolomeu dos Mártires, radicado em Braga, havia mais de vinte e dois anos, e não precisava que lhe ensinassem os costumes, outra, de 16 de Dezembro, diz-lhe directamente respeito: - *«Item acordarão de ma[n]dar hum homem mandar(?) a Sua Senhoria pera fazer merce (?) a esta camara da carta que tem de Sua Magestade pera se não a [...] dar soldados e que nos de carta pera Sua Magestade e*[22] *pague ho procurador».*

Se o pedido de entrega desta carta de Filipe II (I de Portugal) pode sugerir que estamos perante uma clara situação de obediência ao monarca, outras decisões, posteriores, embora para destinatários diferentes, obrigam a descobrir uma nova dimensão na atitude do Arcebispo. Com efeito, se uma decisão tomada na reunião de 20 de Dezembro ordenava que o procurador solicitasse ao Arcebispo uma provisão para limpar a pauta dos novos juizes[23], da mesma acta consta que os juízes e vereadores entregaram a Gonçalo Fernandes, porteiro da Câmara, seis arrobas e meia de pólvora e seis arrobas e sete arráteis de chumbo, tudo recolhido em sacos, de que deveria prestar contas[24]. Dias depois, na reunião de 30 de Dezembro, foram depositados e confiados à guarda de Brás Dias Campelo vinte e quatro mil e oitocentos reais, correspondentes aos arcabuzes que estavam nas mãos de dezasseis cidadãos, identificados na mesma acta, a que acresceram mais mil e quinhentos e cinquenta reais do arcabus de Lucas Soares, ascendendo a verba depositada a vinte e seis mil e trezentos e cinquenta reais, de tudo devendo prestar contas, quando lhe fossem pedidas[25].

Face ao reduzido número de dezassete homens armados e das munições registadas, não hesitamos afirmar que o cumprimento da ordem régia para não dar os soldados, que a vereação pretendia, mais do que um acto de obediência revela uma atitude de prudência, na protecção dos seus súbditos, que, de outra forma, seriam completamente esmagados pelas forças de Filipe II de Espanha e I de Portugal.

Esta interpretação das passagens constantes destas *actas* poderá parecer simplista, mas pretende contribuir para que, sobretudo os historiadores da Época Moderna, eventualmente, com novos elementos, possam ajudar a esclarecer a posição do Arcebispo Primaz, que

---

22 Riscado: "que".
23 Cf. fl. 155 v.
24 Cf. fl. 155 v-
25 CF. fl. 156 v.

bem conhecia a situação política, desde os tempos em que tinha sido preceptor de D. António, Prior do Crato, e muito sofreu nesta conjuntura histórica.

Dispensámo-nos de mencionar muitos outros aspectos das *actas* camarárias dos últimos meses de 1581, na convicção de que os breves sumários que acompanham as deliberações da Vereação permitirão aos leitores optar, facilmente, pelo que mais lhe interessar.

Terminamos, agradecendo à Direcção da Bracara Augusta a compreensão demonstrada, face às dificuldades encontradas para lhe fazer chegar o presente texto.

José Marques

Actas das vereações Municipais de Braga*
(Outubro a Dezembro de 1581)

[*Continuação do vol. LXI, Tomo 1*]

(Fl. 133 – cont.)[26]

Sabado sete dias do mes d'Outubro de mil e quinhentos e oytenta e hum annos forão juntos em camara hos senhores licenciados Farto, Francisco Teixeira juizes, Eytor Diaz, Damião d'Allmeida vreadores. Boaventura Maio.

Sanção aos faltosos à reunião camarária

(Fl. 133 v) Item na camara mandarão a mim escrivão que porquoanto ho licenciado Francisco Soares e ho licenciado Farto juiz e Boaventura Maio procurador estavão nesta cidade e não vierão a camara sendo ordinária manadão (*sic*) que eu escrivão lhes caregase a pena[27] da ordenasão. E decllaro eu escrivão que loguo veio a dita camara ho procurador Boaventura Maio. Os quaes tem de pena hum tostam cada hum.

Licença ao vereador Damião de Almeida

Item na dita camara pedio licença Damião d'Allmeida vreador pera cousas d'emportamcia e lha derão.

Eleição e juramento aos almotacés

Item na dita camara enlegerão por allmotacel Cristovão de Rezende cidadão desta cidade auzente je[*nro*] de Pero Carvalho porquoanto saio em hum dos pelouros foy pera Coinbra tomar seu grão de bacharel ho quoal foi loguo chamado pera lhe ser dado juramento e asi cometerão a quoalquer dos juizes que desem juramento ao doutor Pero Fernandez de Lima de seu carguo de allmotacel que por enbolada nos pelouros saio.

Tabelamento dos vinhos da terra e dos de fora

[28]Item acordarão que ho vinho novo da tera não valese mais que a dous reais e meio o quoartilho sendo bom e

---

* Transcrição: Maria Cristina Almeida Cunha Alegre.
Coordenação, revisão e subtítulos de José Marques.

26 Dado que na primeira parte deste fólio termina a última acta de Setembro, publicada no número anterior inicia-se a presente transcrição com a primeira acta de Outubro de 1581.

27 Repete "*a pena*".

28 Na margem tem "*Acordo do vinho da tera e de fora*".

não sendo tal dahy pera baixo. E ho de fora a tres e meio ho bom e dahi pera baixo ho roim e isto sob pena de cinquo cruzados pera ho Concelho e quen acusar paga[*d*]os da cadea e ma[*n*]darão se apregoase e isto ate dia de votos neste vindouro e se cumprira.

Juramento ao almotacé Cristóvão de Rezende

(Fl. 134) E loguo na dita camara pareceo[29] ho dito Cristovão de Rezende a quen derão juramento dos Santos Avangelhos que ben e fielmente servise ho dito carguo de allmotacel este mes d'Outubro e guoardase justiça as partes e leis do reino e vreaçoes y ele asi o prometeo. E ele Cristovão de Reze[*n*]de dise que ele não podia servir con ho doutor Pero Fernnandez de Lima por ser seu ymiguo. Y eles regedores lhe ma[*n*]dase (*sic*) servise sob pena de sinquoenta cruzados e hum anno de degredo sen enbarguo do que alegava e asinou.

Resemde

Mandato de penhora por incumprimento da abertura dos canos dos quintais

[30]Item ma[*n*]darão que eu escrivão pasase ma[*n*]dado pera serem penhorados por quinhentos reais a todos os que não abrirão ho cano dos seus quintaes da fonte da Quoarquoda (= *Carcova*) porquoanto Damião d'Allmeida e Eytor Diaz vreadores a forão ver e não estava satisfeito.

Notificação para tapar uma cova aberta na via pública

Item na dita camara acordarão que Gonçalo Fernandez notefiquase a Gaspar Gonçalvez que serase a cova que abrio da pedra que tirou de frente da sua porta em termo de tres dias sob pena de vinte cruzados e de se tapar a sua custa.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições e declaro que não assinou Farto por não estar presente. Martim da Maia escrivão da Camara ho escrevi.

Francisco Teixeira/Eytor Dyaz/Almeida Boaventura Maio.

(Fl. 134 v) Quoarta feira homze dias do mes d'Outubro <de mil e quinhentos e oytenta e hum> forão juntos em camara os senhores licenciado Mateus Fernandez Farto juiz, Eytor Diaz vreador, e Francisco Teixeira outrosy juiz, o licenciado Francisco Soares vreador. Boaventura Maio procurador. Com entrelinha que diz de mil quinhentos oitenta e hum.

Fé do pregão sobre o tabelamento dos vinhos da terra e de fora

[31]Item deu fee Martin Anes preguoeiro que deitara pregom d vinho mosto que nenhia pesoa vendese o de fora senão a tres e meio e ho da tera a dous e meio ate ho Natal ho quoartilho e hasinou com pena no acordo comteuda.

De Martim + Anes

---

29 Repete "*pareceo*".

30 Na margem tem "*mandado da Quoarquoda*".

31 Na margem tem "*pregam do vinho*".

Inspecção à fonte da Carcova

[32]Item acordarão que sabado fosem todos os regedores a ber a fonte da Quoarcoda pera se alinpar ho cano e busquar pera yso hoficiaes.

Que o procurador pague a António Cordeiro

[33]Item acordarão que o procurador pagase [*a*] Antonio Cordeiro aos quoartos conforme a seu titullo a empocisão da carne e sal descontando a pedra que levou da Porta Nova.

Pagamentos diversos

Item acordarão que pagasen a Manuel Fernandez sinquo dias e a Joam Perez; e hum seu criado cada seu dia; e a Jorge Gonçalvez hum dia; Pero Alvaro servido cinquo dias; e a Baltesar quoatro dias; e a todos dias (fl. 135) todos servidos ho que ho procurador pagara e se lhe levara em conta.

Fé do porteiro da notificação a Gaspar Gonçalves

[34]Item na dita camara deu fee ho porteiro da camara que notefiquara Gaspar Gonçalves que tapase a pedreira fronteira na sua porta con a pena e termo no acordo atras decllarado.

De Gonçalo + Fernandez

Decisão sobre o conserto da forca

[35]Item na dita camara acordarão que ho procurador do concelho comsertase a forqua e gastase nella o que os oficiaes levasen e fose necesario e se lhe levase em conta.

Decisão sobre o conserto dos moinhos de João Correia

[36]Item acordarão que se consertase a calçada dos Moinhos de Joam Serveira e que ho licenciado Francisco Soares a conserte e ho procurador pague o conserto.

Juramento ao almotacé doutor Pedro Fernandes de Lima

Aos nove dias do mes d'Outubro de mil he quinhentos oitenta e hum anos nesta cidade de Bragua por Francisco Teixeira juiz foi dado juramento ao doutor Pero Fernandez de Lima que servise de allmotacel este presente mes e que guoardase justiça as partes e a lei d'el rei noso senhor e vreações da camara y ele asi o prometeo e asinou. Martim da Maia escrivão ho escrevi por fee de Martinho Peres tabeliam.

Lima

(Fl. 135 v) Item na dita camara ouvirão partes e despacharão feitos e pitições e asinarão. Martim da Maia escrivão da Camara ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira
Francisco Soares / Eytor Dyaz
Boaventura Maio

Quitação da por Rodrigo Anes

Aos homze dias do mes d'Outubro de mil e quinhentos oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua na camara della estando em camara os regedores acima asinados perante Suas Merces pareceo Rodrigo Anes peruceiro morador na rua de Sam Marquos e dise a Suas Merces que ele enprestara a camara

---

32 Na margem tem "*acordo da Quoarquoda*".
33 Na margem tem "*acordo de Antº Cordeiro*".
34 Na margem tem "*fee do porteiro de Gaspar Gonçalvez*".
35 Na margem tem "*acordo da forqua*".
36 Na margem tem "*calçada dos moinhos de Joam Serveira*".

vinte cruzados de [*que*] tinha feito asento no Livro dos Acordos e que ora os dava d'esmolla a seu cunhado Jeronimo Gonçalvez aferidor pera casamento de sua filha e que dando-lhe Suas Merces os ditos vinte cruzados os dava e a dita camara por quite e livre d'oje pera sempre e os desobrigara dos ditos (fl. 136) vinte cruzados d'oje pera sempre e que ho dito Jeronimo Gonçalvez podia dar quitasão deles como cousa sua porque lhos avia por dados d'oje pera todo sempre e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

De Rodrigo + Anes

Sabado quatorze dias do mes d'Outubro de mil e quinhentos oytenta e hum annos forão juntos em camara os senhores licenciado Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira juizes, Eytor Dyaz e o licenciado Francisco Teixeira[37] vreadores.

Missão do licenciado Mateus Fernandes Farto ao Arcebispo

[38]Item na camara acordarão que o licenciado Mateus Fernandez Farto fizese a fala pera ho senhor arcebispo quando emtrase nesta cidade e lha representase e disese como e costume.

Obras na alfândega

[39]Item acordarão que se retelhase [*a*] allfandega e se alinpase e colcasase (?) e fizesen corer aguoa pello cano abaixo de modo que tivesse vazam e ho cometerão a Boaventura Maio procurador.

Decisão sobre canalizações em diversas ruas

[40]Item acordarão que se consertase a Rua do Canpo de maneira que corese o cano d'aguoa que vai por baixo da casa de Fernão Pereira pela Rua Direita (fl. 136 v) pera a Rua Nova e cometerão ao licenciado Farto que fizese e a Francisco Teixeira juizes que o fasão.

Pagamentos pela limpeza do cano da fonte da Carcova

[41]Item acordarão que o procurador pagase aos oficiaes que linpan a fon, diguo, ho cano da fonte da Quoarquoda todo o que se lhe deve de dous dias que são sete jornais e com ysto se pase allvara pera ho doutor Pero Ribeiro, e A[*n*]dre Afonso, e Manoel Allvarez saralheiro pagaren ho sobredito conforme a seus prazos. E se notefique A[n]dre Afonso que em termo de dez diaz abra ho cano no seu enxido da maneira que esta aberto nos outros quintaes sob pena de mil reais e da cadea pera engeitados.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições e asinarão. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Eytor Dyaz
Francisco Soares

---

37 O escrivão enganou-se na identificação deste segundo vereador. De facto, trata-se de Francisco Soares, que, aliás, assinou a acta no final, como habitualmente.

38 Na margem tem "*acordo de quem a de fazer a fala ao arcebispo*".

39 Na margem tem "*acordo da alfandegua*".

40 Na margem tem "*acordo da Rua do Canpo*".

41 Na margem tem "*acordo da fonte da Quoarquoda*".

Que os oficiais da Câmara tomem conta das verbas entregues pelos carniceiros

Segunda feira dezasseis dias do mes d'Outubro de mil e quinhentos oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua forão juntos na casa [*d*]o licenciado Farto ahonde fazem as vreações o dito licenciado Farto (fl. 137) e Francisco Teixeira juizes, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares vreadores , Boaventura Maio procurador do concelho pera tomarem conta aos carniceiros do dinheiro que devião da enposição e pagarem ho enprestimo que (*sic*) pesoas que foi pedido. Manoel da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Quitação da devolução a Domingos Gonçalves da verba emprestada à Câmara

[42]E loguo na dita camara pareceo Domingos Gonçalvez carpinteiro morador no arrabalde de São Migel o Anjo ao quoal derão e pagarão loguo dous mil reais que ele enprestara a dita camara o quoal os recebeo e deu a dita camara por quite e livre dos ditos dous mil d'oje pera todo sempre e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

De Domingos + Gonçalvez

Quitação da devolução a Jerónimo Gonçalves da verba emprestada à Câmara

Item recebeo Jeronimo Gonçalvez aferidor morador na Rua de São Marquos vinte cruzados que ho, diguo, que Rodrigo Annes peruceiro enprestou a esta camara e os deu ao dito Jeronimo Gonçalvez o quoal os recebeo e deu a dita camara por quite e livre d'oje pera todo sempre e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

[43] *De Jeronimo + Gonçalvez*

Quitação da devolução a Nicolau Gonçalves da verba emprestada à Câmara

(Fl. 137 v) [44] Item se pagarão a Nicolao Gonçalvez carniceiro dous mil reais do enprestimo que enprestou a camara o quoal os recebeo e deu a camara por quite e livre d'oje pera todo senpre e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

De Nicolao + Gonçalvez

Quitação da devolução a Paio Gonçalves da verba emprestada à Câmara

[45]Item recebeo Paio Gonçalvez dous mil reais do enprestimo que enprestou ha camara o quoal os recebeo e deu a camara per quite e livre d'oje pera todo senpre e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Paio Gonçalvez

Quitação dada devolução a Manuel Dias da verba emprestada à Câmara

[46] Item na dita camara pareceo Manoel Diaz mercador o quoal recebeo dez cruzados que enprestou ha dita camara o quoal os recebeo e deu por quite e livre a dita camara d'oje pera todo senpre e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Manoell Diaz

---

42 Na margem tem "*paga de Domingos Gonçalvez carpinteiro*".

43 Na margem tem "*de Rodrigo Annes per*". A letra "R" da palavra Rodrigo foi corrigida sobre um "J".

44 Na margem tem "*de Nicolao Gonçalvez*".

45 Na margem tem "*de Paio Gonçalvez sapateiro*".

46 Na margem tem "*de Manoel Diaz mercador*".

Quitação da devolução a António Rodrigues do empréstimo feito à Câmara

[47] Item na dita camara pareceo Antonio Rodriguiz mercador e recebeo dez cruzados do enprestimo que emprestou a camara e a deu por quite e livre d'oje pera todo senpre e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Antonio Rodriguiz

Quitação da devolução a Gonçalo Rodrigues do empréstimo feito à Câmara.

(Fl. 138) [48]Item na dita camara pareceo Gomçallo Rodriguiz orives e recebeo dous mil reais [49] do enprestimo que enprestou ha camara o quoal os recebeo e a deu por quite e livre d'oje pera sempre e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Gonçalo Rodriguiz
Farto / Francisco Teixeira / Francisco Soares
Boaventura Maio / Eytor Dyaz

Prazo novo e vedoria feito a João da Maia Madureira de casas e rossio

Aos vinte e quoatro dias do mes d'Outubro de mil e quinhentos oytenta e hum anos acordarão em camara os abaixo asinados de fazerem prazo novo e vedoria a Joam da Maia de Madureira morador na villa de Villa do Conde das casas que esta ao resio que forão de [...] e lhes derão por vedores que por sortes sairão Eitor Diaz e Damião d'Allmeida vreadores e asin[*ar*]ão . Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Eytor Dyaz / Almeida
Boaventura Maio

(Fl. 138 v) Quoarta feira vinte he cinquo dias do mes d'Outubro de mil e quinhentos e oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua forão juntos em camara os senhores Francisco Teixeira juiz, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares e Boaventura Maio procurador e ho licenciado Farto juiz.

Quitação da devolução a Gaspar Álvares da verba emprestada à Câmara

[50] Item na dita camara pareceo Gaspar Allvarez morador no canpo de Sant'Ana e dise que ele se dava per paguo e satisfeito de mil reais que enprestou a camara esta cidade e asinou no dito dia acima. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Gaaspar Alvrez

Quitação da devolução a António Rodrigues da verba emprestada à Câmara

[51] Item na dita camara pareceo mais Antonio Rodriguiz saleiro e dise que se dava por paguo e satisfeito de dous mil reais que enprestou a camara e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Antonio + Rodriguiz

---

[47] Na margem tem "*de Antonio Rodriguiz mercador*".
[48] Na margem te "*Paga de Gonçalo Rodriguiz orives*".
[49] Repete "*reais*".
[50] Na margem tem "*paga de Gaspar (?) Alvarez saleiro*".
[51] Na margem tem "*paga de Antonio Rodriguiz saleiro*".

Quitação da devolução a Bastião Gonçalves da verba emprestada à Câmara

[52]Item na dita camara pagarão dous mil reais do enprestimo a Bastião Gonçalvez o quoal os recebeo e deu a dita camara por quite e livre e asinou. Martim da Maia, escrivão da camara ho escrevi.

Bastião Gonçallvez

Quitação da devolução a Gonçalo Rodrigues da verba emprestada à Câmara

(Fl. 139) [53]Item na dita camara pareceo Gonçalo Rodriguiz çapateiro da rua de São Marquos e se deu por paguo de dous mil reais que enprestou ha camara o quoal os recebeo e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Gonçalo Rodriguiz

Quitação da devolução a Diogo Pires da verba emprestada à Câmara

[54]Diogo Perez allmocreve dous mil reais que enprestou a camara lhe forão paguos e deu ha camara por quite [*e*] livre e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

De Diogo + Perez

Quitação da devolução a Pero Fernandes da verba emprestada à Câmara

[55]Item na dita camara pareceo Pero Fernandez tendeiro da Rua do Souto o quoal recebeo dous mil reais que enprestou a camara e a deu por quite e livre della e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

De Pero + Fernandez

Quitação da devolução a Domingues Lopes da verba emprestada à Câmara

Item na dita camara pareceo Domingos Lopez barbeiro e recebeo dous mil reais que enprestou a camara e ha deu por quite e livre deles (*sic*) e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Domingos Lopez

Quitação da devolução a Domingos Rodrigues da verba emprestada à Câmara

[56]Item na dita camara pareceo Diogo Rodriguiz sombreiro e se deu por quite e livre de dous mil reais que enprestou a camara (fl. 139 v) [57]e se deu por quite e livre e asinou como recebera hos ditos dous mil reais. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Diogo Rodriguiz

Quitação da devolução a Fernão Pires da verba emprestada à Câmara

[58]Item na dita camara pareceo Fernão Pirez da Rua do Souto e se deu por quite e livre de tres mil reais que recebeo do enprestimo que enprestou ha camara e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Fernão Pirez

---

52 Na margem tem "*paga de Bastião Gonçalvez mercador*".
53 Na margem tem "*Gonçalo Rodriguiz çapateiro".*
54 Na margem tem "*paga de Diogo Perez".*
55 Na margem tem "*paga de Pero Fernandez tendeiro".*
56 Na margem tem "*Domingos Lopez barbeiro".*
57 Na margem tem "*paga de Diogo Rodriguiz sombreireiro".*
58 Na margem tem "*De Fernão Pirez".*

Quitação da devolução a Heitor Rodrigues da verba emprestada à Câmara

[59]Item na dita camara pareceo It, diguo, Eitor Rodriguiz botiquairo e recebeo quatro mil reais que enprestou a camara e se deu por quite e livre deles. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Eitor Rodriguiz

Quitação da devolução a António de Ponte da verba emprestada à Câmara

[60]Item na dita camara pareceo Antonio de Ponte e recebeo dous mil reais do enprestimo da camara e se deu por quite e livre e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Antonio de Ponte

Quitação da devolução a Maria António da verba emprestada à Câmara

(Fl. 140) [61]Item na dita camara pareceo a molher de Joam Alvarez mercador Isab, diguo, Maria Antonio e recebeo e dous mil reais do enprestimo que seu marido enprestou a esta camara e hasinou por ella Gonçalo Fernandez porteiro da camara. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

De Gonçalo + Fernandez

Quitação da devolução a Pero Anes da verba emprestada à Câmara

[62]Item na dita camara pareceo Pero Anes dos Chãos e recebeo dous mil reais, diguo dous mil reais[63] que enprestou a camara e os recebeo e deu a dita camara por quite e livre e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Pero Anes Faia

Quitação da devolução a António Álvares da verba emprestada à Câmara

[64]Item na dita camara pareceo Antonio Alvarez sergueiro e recebeo dous mil reais que emprestou a camara e ha deu por quite e livre d'oje pera sempre e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Antonio Alvarez 1581

Lembrança para irem às touradas

Item na dita camara lembrou Francisco Teixeira juiz que fosem as touradas (?).

Ordem para se fazerem umas "privadas" na zona de S. Sebastião

Item acordarão que se abrisse o postiguo de San Sebastião e que na tore do meio que vai pera Sam Çabastião (*sic*) (fl. 140v) [65]que esta fronteira do quintal de Martim Bravo se fasão hias privadas e que ho procurador do concelho as mande fazer.

Ordem para consertar a Ponte Nova

[66]Item acordarão que ho licenciado Francisco Soares ma[*n*]dase consertar a Ponte Nova.

---

59 Na margem tem "*Eitor Rodriguiz botiquairo".*
60 Na margem tem "*De Antonio de Ponte".*
61 Na margem tem "*paga de Joham Alvarez".*
62 Na margem tem "*De Antonio de Ponte".*
63 Por ter corrigido a palavra "*dous*", transformando-a em "*dez*", o escrivão fez a respectiva ressalva.
64 Na margem tem "*paga de Antonio Alvarez".*
65 Na margem tem "*acordo das Privadas".*
66 Na margem tem "*acordo da Ponte Nova".*

Ordem para consertar a Ponte dos Pelames

[67]Item que Boaventura Maio comserte a ponte dos Ponte dos Palames.

Ordem para consertar a ponte de Guimarães

[68]Item que o juiz Francisco Teixeira comserte a Ponte de Guimarães.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes despacharão pitições e asinarão. Manuel da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Eytor Dyaz
Francisco Soares / Boaventura Maio

Reunião de Câmara com tiragem dos almotacés para Novembro

Aos trinta dias do mes d'Outubro de mil e quinhentos e oytenta e hum anos forão juntos pera tirarem allmotaceis (fol. 141) os senhores licenciado Farto juiz e Eitor Diaz e ho licenciado Francisco Soares e Damião d'Almeida vreadores porquoanto sabado pasado que forão vinte e oito deste mes foi dia de São Simão e se não fez camara. [69]E loguo abrirão o cofre e tirarão das bolças hum dos pelouros dos allmotaceis e sairão por allmotaceis pera servirem este mes que ven de Novenbro Fernão de Teive e Diogo de Paiva Brandão cidadão desta cidade. Os quoaes forão chamados pera lhes daren juramento.

Juramentos aos almotacés do mês de Novembro

E loguo na dita camara pareceo Diogo de Paiva ao quoal foy dado juramento sob carguo do, diguo, dos Santos Avangelhos sob carguo do quoal lhe ma[*n*]darão que servise ho dito carguo de allmotacel este mes que ven de Novenbro e guoardase a justiça as partes e leis do reino e vreações desta camara y ele asi o prometeo cunprir e asinou. E cometerão ao senhor licenciado ateus Fernandez Farto juiz que dese juramento a Fernão de Teive por se não achar pera lhe se[*r*] dado. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Dioguo de Paiva Brandão

E loguo pareceo mais Fernão de Teive na dita camara ao quoal foi dado juramento dos Santos Avangelhos em que pos sua mão sob carguo do quoal lhe mandarão que servise (fl. 141 v) de allmotacel este mes que ven de Novenbro e guoardase as leis do[70] Reino e justiça as partes e vreações desta camara y ele asi o prometeo e asinou com os juizes e vreadores. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Fernam de Teive
Eytor Dyaz / Damião d'Almeida

---

67 Na margem tem "*acordo da Ponte*".
68 Na margem tem "*acordo da Ponte de Guimarães*".
69 Na margem tem "*Almotaceis*".
70 Riscado "*s*".

Sabado quoatro dias do mes de Novenbro de mil he quinhentos e oitenta e hum anos nesta cidade de Bragua forão juntos em camara hos senhores licenciado Mateus Fernandez Farto juiz, Eytor Diaz, Damião d'Allmeida vreadores, Boaventura Maio procurador.

Quitação da devolução a João Gonçalves da verba emprestada à Câmara

[71]Item ma[*n*]darão que ho procurador pagase a Joam Gonçalvez dous mil reais que enprestou a camara ho quoal Joam Gonçalvez se deu por paguo deles e asinou e deu a camara por desobrigada d'oje pera todo senpre e asinou.

Joham Gonçalvez

Quitação da devolução a Domingos de Aguiar da verba emprestada à Câmara

(Fl. 142) [72] Item na dita camara pareceo Domingos d'Aguiar ferador (*sic*) e se deu por quite e livre de dous mil reais que enprestou a camara e a deu por quite e livre porquoanto os recebeo do procurador Boaventura Maio e asinou.

Domingos d'Agyar

Quitação da devolução a Filipa Jácome da verba emprestada à Câmara

[73] E asi pareceo mais Felipa Jacome viuva e se[74] deu por quite e livre a camara de dez cruzados que a ella enprestou porquoanto os recebeo do procurador Boaventura Maio e rogou a Domingos d'Aguiar ferador que asinase per ella como asinou.

Asyno por mym e por ela.
Domingos d'Agyar.

Quitação da devolução a Gaspar Fernandes da verba emprestada à Câmara

[75] Item na dita camara pareceo Gaspar Fernandez orives e se deu por quite e livre de dous mil reais que enprestou a camara os quoaes recebeo de Boaventura Maio e asinou.

Gaspar Fernandez

Quitação da devolução a Gonçalo Fernandes da verba emprestada à Câmara

[76] Item pareceo Gonçalo Fernandez livreiro e se deu por paguo de dous mil reais e satisfeito do enprestimo que enprestou a camara e hasinou os quoaes lhe pagou Boaventura Maio procurador.

Gonçalo Fernandez

Quitação da devolução a Luís Geraldes da verba emprestada à Câmara

(Fl. 142 v) [77] Item na dita camara pareceo Luis Giralldez e se deu por quite e livre de dous mil reais que

---

[71] Na margem tem "*paga de Joam Gonçalvez".*
[72] Na margem tem *"de Domingos de Aguiar".*
[73] Na margem tem *"paga de Felipa Jacome".*
[74] Palavra corrigida.
[75] Na margem tem "*de Gaspar Fernandez".*
[76] Na margem tem "*paga de Gonçalo Fernandez".*
[77] Na margem tem *"de Luis Giraldez".*

enprestou a camara e a deu por quite e livre e asinou.

De Luis + [78]Giraldez

Quitação da devolução a Belchior Gonçalces da verba emprestada à Câmara

[79]Item na dita camara pareceo Belchior Gonçalvez barbeiro e se deu por quite e livre de dous mil reais do enprestimo que enprestou a camara e assinou e os recebeo do procurador Boaventura Maio.

Belchior Gonçalvez

Quitação da devolução a Simão de Aguiar da verba emprestada à Câmara

[80]Item na dita camara deu quitasão a camara e a deu por quite e livre Simão d'Aguiar ferador de dous mil reais que enprestou a camara de enprestimo os quoaes recebeo de Boaventura Maio e asinou.

Simão d'Aguyar

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão petições e hasinarão. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Almeida / Eytor Diaz
Boaventura Maio

(Fl. 143) *Francisco Soares*

Quoarta feira oito dias do mes de Novenbro de mil e quinhentos e oitenta e hum annos forão juntos em camara hos senhores Francisco Teixeira juiz, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores.

Decisão para que o escrivão da Câmara, temporariamente, servisse também de escrivão da almotaçaria

[81] Item acordarão que por quanto Francisco Rabello escrivão d'allmotaçaria era auzente e estava preso na Coreição de Ponte de Lima e as rendas do comcelho se perdião e ho rendeiro tratava de requerer sua justiça sobre a perda das ditas rendas por não aver escrivão nem condições e ho povo perecia, ma[*n*]dão que eu escrivão da camara escrevese no[82] dito officio d'allmotaçaria ate ho senhor arcebispo provece escrivão visto como ho dito senhor arcebispo estava <auzente> e ho dito Francisco Rabelo se não podia loguo prover de quen lhe servise ho dito officio. Com ho mal escrito que diz "no" e entrelinha que diz "auzente".

Decisão para se calcetar o caminho novo dos Pelames

[83]Item acordarão que Damião d'Almeida vreador ma[*n*]dase fazer a calçada do caminho novo dos Pelames e isto do canto de Francisco Jacome ate a casa do coneguo Migel Lopez.

---

[78] Apesar de não assinar mencionando o seu nome, o sinal autógrafo de Luis Geraldes não e uma cruz, como e mais habitual nestas situações, mas uma linha curva, com forma semelhante a um "d".

[79] Na margem tem *"de Belchior Gonçalvez".*

[80] Na margem tem *"de Simão d'Aguiar".*

[81] Na margem tem *"acordo que eu escrivão sirva de escrivão d'almotaçaria".*

[82] Escrito sobre *"ho"* corrigindo esta palavra.

[83] Na margem tem "*acordo da calçada do caminho novo. Damião d'Almeida".*

Quitação de João Fernades do pagamento feito pela Câmara

(Fl. 143 v) [84] Item na dita camara pareceo Joam Fernandez allmocreve do canpo das Ortas ao quoal ma[*n*]darão pagar Daventura (*sic*) Maio quoatro mil reais y ele [85] se deu por quite e livre deles os quoaes lhe pagou Ventura (*sic*) Maio e asinou.

De Joam + Fernandez

Audiências e despachos

Na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições e asinarão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Almeida / Francisco Teixeira /
Eytor Dyaz
Francisco Soares

Quoarta feira quinze dias do mes de Novenbro de mil he quinhentos oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua no paço do concelho forão juntos en camara os senhores Francisco Teixeira juiz, Eitor Diaz, Damião d'Almeida vreadores, Boaventura Maio procurador. E o licenciado Farto juiz e o licenciado Francisco Soares vreador[86].

Sanções para quem ocupasse a Rua dos Chãos e as Fontes da Carcova com carros, venda de animais bovinos e cavalares e outras mecadorias

Item acordarão que porquoanto se enpedia hos caminhos publicos per a Rua dos Chãos e fontes da Carcova com pesoas que vendião ahy bois (fl. 144) [87] e com car[*r*]os e bestas que os juizes niso provesen com pena de todos os que ali vendem as sobreditas mercadorias de pagarem syza e estando as pessoas sobreditas nos ditos lugares aynda que não vendão a pena que parecer a esta camara e ho lugar homde am de vender sera pelo canpo dentro deixando hos caminhos todos livres asima ditos, a saber, e que pera iso se lance pregom a qual pena que parecer se aperguara (*sic*) per ho concelho e quen acusar.

Decisão para se fazer um prazo novo, em três vidas, das casas em que vive Inácio Ramires, e designação dos respectivos vedores.

[88]Item acordarão de fazer novo prazo a Ynacio Ramires allmocreve em tres vidas das suas casas e lhe derão por vedores por sortes ao licenciado Farto e Francisco Teixeira juizes.

Novo tabelamento do vinho e respectivo pregão

Item acordarão que pela emformasão que ora se tomou se venda o vinho de fora a te, diguo, a quoatro reais o bom

---

84 Na margem tem *"paga de Joam Fernandez"*.
85 Repete *"e elle"*.
86 Estas duas presenças foram assinaladas posteriormente, no espaço entre o protocolo e o texto da acta.
87 Na margem tem *"acordo da fonte diguo, da feira franqua"*.
88 Na margem tem *"acordo do prazo das casas de Ynacio Ramires"*.

vinho e ho roim dahi pera baixo sem embarguo do acordo atras e esto se apregoe. Com a pena do acordo atras.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições e asinarão. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Almeida / Francisco Soares Boaventura Maio / Eytor Dyaz

(Fl. 144 v) Sabado dezoito dias do mes de Novenbro de mil he quinhentos oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua forão juntos en camara hos senhores Francisco Teixeira juiz, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares e Damião d'Allmeida vreadores, Boaventura Maio procurador e ho licenciado Farto juiz.

Juramento do ofício de tanoeiro

Item na dita camara pareceo Bastião Afonso tanoeiro da Veiga de Penso [*e*] jurou de fazer seu hoficio de tanoeiro bem e fielmente e hasinou.

De Bastião + Afomso

Quitação da devolução a Pedro de Freitas da verba emprestada à Câmara

[89]Item na dita camara pareceo Pedro de Freitas barbeiro e se deu por paguo e satisfeito de dez cruzados que enprestou a camara e ha dita camara por quite e livre dos ditos dez cruzados e asinou.

Pedro Freitas

Quitação da devolução a Lourenço Àlvares da verba emprestada à Câmara

[90]Item pareceo Lourenço Alvarez azeiteiro e se deu por paguo e satisfeito de tres mil reais do enprestimo que enprestou a camara e a deu por quite livre d'oje pera todo sempre e asinou.

De Lourenço + Alvarez

Quitação da devolução a Manuel Martins da verba emprestada à Câmara

(Fl. 145) [91]Item na dita camara pareceo Manoel Martinz mercador e se deu por quite e livre de dous[92] mil reais que enprestou a camara e a dita camara por quite livre e asinou. Com mote (?) escrito que diz 'dous'.

Manoel Martinz

Quitação da devolução a António Sequeira da verba emprestada à Câmara

[93]Item na dita camara pareceo Jacome, diguo Antonio de Sequeira pedreiro e se deu por quite e livre deles e a dita camara por desobrigada e asinou. Diguo, dous mil reais.

Antonio Sequeira

---

89 Na margem tem "*de Pedro de Freitas".*
90 Na margem tem "*de Lourenço Alvarez*".
91 Na margem tem "*de Manoel Martins mercador*".
92 Escrito sobre outra palavra, corrigindo-a.
93 Na margem tem "*Antonio Sequeira".*

Quitação da devolução a Jácome Ferreira da verba emprestada à Câmara

[94] Item Jacome Fereira pastelleiro se deu por quite e livre de dous mil reais que enprestou a camara e deu a dita camara por quite e livre asinou.

Jacome Fereira

Quitação da devolução a João Pires da verba emprestada à Câmara

[95]Item Joam Periz com (?) o basallo (*sic*) da rua do Souto se deu por paguo e satisfeito de dous mil reais que enprestou a camara e a deu por quite livre asinou.

Joham Periz

Quitação da devolução a Álvaro Luís da verba emprestada à Câmara

[96] Item na dita camara pareceo Allvro Luis luveiro e se deu por paguo de dous mil reais que enprestou a camara e deu a dita camara por quite e livre d'oje e asinou

De Allvro + Luis

Quitação da devolução a Rodrigo Anes da verba emprestada à Câmara

(Fl. 145 v) [97] Item na dita camara pareceo Rodrigo Anes allfaiate e se deu por quite e livre de dez cruzados que enprestou ha camara e a deu por desobrigada e asinou.

Rodrigo Anes

Quitação da devolução a Diogo Carvalhais da verba emprestada à Câmara

[98]Item na dita camara pareceo Diogo de Carvalhais e se deu por quite e livre e satisfeito de dous mil reais que enprestou a camara e deu a dita camara por quite e livre e asinou.

Carvalhais

Acordo sobre a ida às touradas

Item acordarão de hir quinta feira as touradas (?) desta somana que vem deste presente mes.

Decisão sobre o pagamento a Álvaro Figueira das despesas feitas

Item acordarão de terça feira acabarem de tomar conta [*de*] All[*varo*] Filgueira do dinheiro que gastou nas armas e pollvora e que se notefiquase pera ho sobredito.

Quitação da devolução a Bento Gonçalves da verba emprestada à Câmara

[99]Item pareceo Bento Gonçalvez mercador e se deu por paguo emtregue e satisfeito de dez cruzados que enprestou a camara e a dita camara por quite e livre e asinou.

De Bento Gonçalvez[100]

---

[94] Na margem tem "*Jacome Fereira".*
[95] Na margem tem "*do vassalo Joam Diaz*".
[96] Na margem tem "*de Allvro Luis luveiro*".
[97] Na margem tem "*de Rodrigo Annes alfaiate".*
[98] Na margem tem "*de Diogo de Carvalhaes*".
[99] Na margem tem "*paga de Bento Gonçalvez*".
[100] Talvez por Bento Gonçalves ter feito a sua assinatura autógrafa mediante um sinal pouco habitual, o escrivão assinalou o seu nome para identificação.

Decisão sobre o pagamento ao pintor Lucas Soaes

(Fl. 146) [101] Item na dita camara acordarão que ho procurador do comcelho desse cinquo cruzados a Luquas Soares pintor a conta das pinturas.

Sanções para quem sujasse as fontes e chafarizes

Item acordarão que porquoanto ho coimeiro desta cidade Andre Fernandez era pouquo diligente nas pesoas que lavavão e sujavam as fontes desta cidade e chafarizes e asi de fora dos arraballdes, a saber, de São Tiaguo e de São Marquos e Nosa Senhora a Branqua, mandarão ao *Maio*[102] Salvador Gonçalvez que todas as pessoas que achase lava[*n*]do ou sujando as ditas fontes e chafarizes lhes tome a roupa e mais fato pera sy e asi e lhes (*sic*) pagarão de pena apliquada pera ele cinquo tostões pagos da cadea.

Audiências e despachos

Item na dita camara houvirão partes e despacharão pitições e asinarão. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Almeida
Eytor Dyaz / Francisco Soares
Boaventura Maio

(Fl. 146 v) Quoarta feira vinte e dous dias do mes de Novenbro de mil he quinhentos oytenta e hum anos forão juntos em camara hos senhores Francisco Teixeira juiz, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores, e asi o licenciado Mateus Fernandez Farto juiz.

Juramento do quadrilheiro Pero Goçalves, de S. Pedro de Este

[103]Item na dita camara pareceo Pero Gonçalvez da freguesia de São Pedro d'Este quadrilheiro e jurou de fazer seu hoficio bem e verdadeiramente e asinou.

De Pedro + Gonçalvez

Que Jerónimo Lopes desse as luvas a Heitor Dias, sob certa pena

Item notefiquado Jeronimo Lopez que dese as luvas a Eitor Diaz vreador que lhe estavão mandado fazer sob pena de comprarem dous pares de luvas a sua custa. Cite-o Gonçalo Fernandez porteiro da camara e asinou.

De Gonçalo + Fernandez

Ordem de pagamento de cem reais a Salvador Gonçalves, o *Maio*, por uma diligência feita por mandado da vereação da Câmnara

[104]Item acordarão que Boaventura Maio dese cem reais a Sallvador Gonçalvez, o Maio, homem do allcaide por hia serta diligencia que fez de mandado desta mesa por bem de justiça.

Proibição da venda de animais e outras mercadorias na rua de S. Marcos e no início e cruz da Porta do Souto, sob certas penas, anunciada por pregão.

Item acordarão que asi como atras tinham ma[*n*]dado que nenhia pesoa

---

[101] Na margem tem "*acordo de dous mil reais de Luquas Soares*".
[102] Maio era a designação por que era conhecido Salvador Gonçalves, homem do alcaide, como se vê quase ao fundo da fl. 146 v.
[103] Na margem tem "*Do quadrilheiro de São Pedro d'Este*".
[104] Na margem tem "*acordo de cen reais do Maio*".

vendese bois nen nenhia mercadoria na Boqua dos Chãos e fonte da Quo- (fl. 147) arquoda, asi mandão com as mesmas penas e de mil reais pera ho Concelho e quem acusar que pessoa allgua não bendese mercadoria de qualquer maneira que seja na rua de São Marquos e boqua da dita rua e na cruz da Porta do Souto e se arruem cada hum com sua mercadoria pello campo dentro. E cometerão a execução aos juizes e a cada hum deles e que diso se lançase pregam.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Almeida / Francisco Teixeira
Francisco Soares / Eytor Dyaz

Quoarta feira vinte e nove dias do mes de Novenbro de mil he quinhentos oytenta e hum anos forão juntos em camara hos senhores Francisco Teixeira juiz e Eytor Diaz[105], ho licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores, Boaventura Maio procurador.

Pagamento de dois mil reis ao porteiro da Câmara

[106]Item acordarão que ho procurador Boaventura Maio desse a Gonçalo Fernandez porteiro da camara pelo trabalho que levava dous mil reais.

Reunião, com conhecimento e juramento dos almotacés de Dezembro

(Fl. 147 v) [107]Item loguo na dita camara abrirão o cofre dos allmotacees e sairão este presente mes de Dezembro[108] por allmotaceis Beito Dominguiz e Baltesar da Rocha cidadãos desta cidade os quoaes forão chamados e lhes foi dado juramento dos Santos Avangelhos sob carguo do quoal lhes mandarão servisem seu carguo bem e verdadeiramente e guoardem justiça as partes e guoardem as leis do reino e vreações desta camara e asinarão. Com mal escrito que diz 'Dezenbro'.

Beito Diaz / Baltasar da Rocha

Juramento ao carpinteiro Domingos Gonçalves sobre os materiais levados por António Sequeira, mercador da Praça do Peixe, e seu valor.

Item pareceo Dominguos Gonçalvez carpinteiro morador ao arrabalde desta cidade ao quoal derão juranto dos Santos Avangelhos e lhe fizerão pregunta se sabia quoantos paos levara Antonio de Sequeira mercador da Prasa do Peixe dise que sete que valião cada pao quo- renta reais e que levaria seisentos preguos que valião o cento dos pre- guos a cento e vinte reais que são setecentos vinte reais e que isto lhe parecia e asinou.

De Domingos + Gonçalvez

---

105 Riscado "*vered*".
106 Na margem tem "*a Gonçalo Fernandez porteiro dous mil reais*".
107 Na margem tem "*almotaceis*".
108 Corrigido sobre outra palava.

Contrato com Domingos Luís, de S. Paio de Merlim, para fazer a calçada da Cruz da Pedra.

Item na dita camara pareceo Dominguos Luis morador na freguesia de São Paio de Merlim do couto de Tibães e por ele foi dito que ele se hobrigava a fazer a callçada a Cruz da Pedra que [e]sta pegado na Quangosta do lugar de Luquas de Santa Maria e que lhe darão per brasa a oitenta reais e hum servidor hum dia pera (fl. 148) chegar a pedra. A quoal callçada se hobrigou a dar feita ate dia de Natal deste anno presente pera ho que hobrigou sua pessoa e beens e se hobrigou a responder nesta cidade diante as justiças della e não na dando feita lhe não pagarão por brasa da que tiveren feita mais que a sinquoenta reais por brasa e asi o dise e hasinou. Testemunhas que forão presentes Bertolameu Diaz pasareiro e Gonçalo Fernandez porteiro da camara. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Gonçalo + Fernandez / Domingos Luis /
Bertolameu [sinal] Diaz [109]

Quitação da devolução a Bartolomeu Dias da verba emprestada à Câmara

[110]Item na dita camara pareceo Bertolameu Diaz vinhateiro e se deu por paguo de dous mil reais do enprestimo que enprestou a camara e a deu por quite e livre d'oje pera senpre e asinou.

De Bertolameu [sinal] Diaz [111]

Ordem para o procurador pagar a Pedro Álvares as despesas de ir à Corte levar a provisão do sal

[112]Item acordarão que ho procurador pagase a Pedro Alvarez o trabalho que levara de hir a corte a provizam do sal em que gastou sesenta e tres dias a tostão por dia que são seis mil e trezentos reais. Decllaro que forão sesenta e sete dias em que enporta seis mil e setecentos reais e abatendo o que tem recebidos.

Proibição da venda de pescado fora da Praça do Peixe

[113]Item acordarão que nenhia pesoa vendese peixe nem pescado em sua casa senão na camara, diguo, se-(fl. 148 v)não na Prasa do Peixe sob pena de cinquo cruzados paguos da cadea e que se apreguoase.

Decisão para que o procurador mande fazer e pague a calçada de Real

[114]Item acordarão que o procurador fizese a calçada de Rial e pagase aos pedreiros o que levasem em [...].

Quitação da devolução a Francisco Pires da verba emprestada à Câmara

[115]Item pareceo Francisco Perez mercador da Rua Nova e se deu por quite e livre de dez cruzados que enprestou a camara e ha deu por quite e livre a dita camara e asinou.

Francisco Lopez

---

109 Apesar de Bartolomeu Dias ter assinado com um sinal autógrafo pessoal, o escrivão da camara indicou a quem este pertencia.

110 Na margem tem "*paga de pasadeiro*" (*sic*).

111 Apesar de Bartolomeu Dias ter assinado com um sinal autógrafo pessoal, o escrivão da camara indicou a quem este pertencia.

112 Na margem tem "*acordo do que se ha de pagar a Pedro Alvarez*".

113 Na margem tem "*acordo do peixe da prasa*". Esta anotação foi feita no inicio do fol. 148 v.

114 Na margem tem *"acordo da calçada de Rial*".

115 Na margem tem *"paga de Francisco Lopez mercador*".

Ordem para o procurador citar Sebastião Rodrigues sobre a propriedade das casas em que vive

Item acordarão que o procurador citase a Sebastião Rodriguiz comendatario per a propiadade das casas em que vive por serem desta mesa e cairem em comiso (?).

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão feitos e pitições. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Francisco Teixeira / Eytor Dyaz Almeida / Francisco Soares Boaventura Mayo

Sabado dous dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos oitenta e hum anos forão juntos e camara os senhores licenciado Farto juiz, Eytor Diaz (fl. 149) Damião d'Allmeida vreadores e Boaventura Maio procurador.

Provisão régia concedendo mantimentos de Vila do Conde e Fão

Item na dita camara se apresentou hia provizam de Sua Magestade em que concedeo a esta cidade os mantimentos da villa de Villa do Conde e de Fam cujo teor se segue:

– «Que em qualquer tenpo do mundo, diguo, do anno que aos sobpliquantes forem necesarios mantimentos de Villa de Conde e Espozende os oficiaes das camaras dos ditos lugares lhos fasão dar pelos presos da tera se embarguo de quoaesquer pusturas das camaras com decllarasão que lhes não darão tantos mantimentos que lhe não posão fazer falta na terá vista a emformasão que se ouve em Lixboa aos oito de Dezenbro de mil he quinhentos oytenta e hum reais. Antonio da Gama. Licenciado Corea. Pedro Barboza.

Eu el rei faço saber aos que este allvara virem que avendo respeito ao que pello capitullo atras declarado me emviarão pedir os oficiaes da camara de Bragua nas Cortes que eu fiz na villa de Tomar e vista a emformasão que per meu mandado se ouve do provedor da comarqua da villa de Viana Foz de Lima e seu parecer, ey por bem e me apraz que em quoalquer tempo do anno que lhes forem necesarios mantimentos de Villa de Conde e Espozende os oficiaes das camaras dos ditos luguares lhos fasão dar pelos presos que valerem na tera sen embarguo de quoaesquer pusturas das ditas camaras que aja em contrairo com decllarasão que os mesmos oficiaes lhes não darão tantos mantimentos que a tera lhes posa fazer falta. E ma[*n*]do ao dito provedor e asi aos ditos oficiaes das camaras dos ditos luguares e mais justiças e oficiaes a que ho conhe-(fol. 149 v)cimento disto pertencer que cumprão este allvaral (*sic*) como se nele comtem ho quoal me praz que valha e tenha força e vigor como se fose carta feita em meu nome per mim asinada e pasada por minha chancelaria sem embarguo da ordenasão do segundo Livro titollo vinte que o comtrairo despoen. E valera outrosi posto que não seja pasado pela chancelaria. Joam da Costa fez em Lixboa a dezaseis de Novembro de mil he quinhentos e oytenta e hum. Rey.

A Vosa Magestade por bem que em qualquer tenpo que aos oficiaes da camara da cidade de Bragua foren necesarios mantimentos de Villa de Conde e Espozende lhes sejam dados pelos

presos da tera.com decllarasão que lhes não dem tantos que posa fazer falta. E este valha como carta e não pase pella chancelaria—».

Ha quoal eu escrivão tresladei da propria que fiqua no cofre a quoal me reporto e asinei de meu sinal custumado.

Martim da Maia

Quitação da devolução a Belchior Pires da verba emprestada à Câmara

[116]Item na dita camara pareceo Belchior Pirez ferador e se deu por quite e livre de dous mil reais que enprestou a camara do enprestimo e asinou.

Belchior Pirez

Proibida a compra de cera para revenda, sob pena de dois mil reais

[117]Item acordarão que nenhia pesoa comprase sera pera resgatar (*sic*) nesta cidade sob pena de dous mil reais e da cadea sallvo os sereeiros, diguo, que nenhia pesoa conpre pera tornar a vender salvo pera suas pesoas e se lance pregam.

Ordem para o procurador pagar mais mil reais ao porteiro Gonçalo Fernandes

(Fl. 150)[118] Item acordarão que ho procurador pagase mil reais da emposisão da carne a Gonçalo Fernandez porteiro alem do mais lhe e dado de seu ordenado visto o custume e sertidão de Antonio Cordeiro.

Decisão sobre a festa de S. Geraldo e o pagamento das despesas

Item acordarão que se fize[*se*] ha festa de São Geraldo e ho procurador pagase hos ordenados como e custume.

Notificação para Gonçalo Fernandes levar as bandeiras, as pelas e as danças habituais.

Item mandarão a Gonçalo Fernandez que notifique a que levase as bandeiras e as pelas e danças d'espadas e serpe e cavalinhos.

Ordem para o procurador da cidade inventariar os materiais para diversas obras e Câmara poder ser compensada

Item na dita camara requereo Boaventura Maio procurador da cidade aos regedores, juizes e vreadores que fizesem sumario da pedra telha paos da Prasa do Peixe e Canpo das Ortas e das portas da cidade da pedra que dellas levarão pera ho concelho aver ho seu e que fize[*se*]m entregar os pesos, cadeas, cordas dos muros e mais allfaias.

Reunião marcada para se fazer o inventário acima anunciado

Item na dita camara acordarão que se juntasem quinta feira pera fazerem auto e sumario do acima nesta camara.

Reunião para os recebedores das sisas, notificados para o efeito

Item asentarão que segunda feira aa tarde se juntasem pera fazerem [119] diguo, recebedores das sizas e fiquarão notefiquados todos pera iso.

Audiências e despachos

Item na dita camara houvirão partes e despacharão (fl. 150 v) feitos e pitições e feitos (*sic*)e hasinarão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Eytor Dyaz

Boaventura Maio / Almeida

---

[116] Na margem tem "*de Belchior Pirez*".
[117] Na margem tem "*acordo da sera*".
[118] Na margem tem "*acordo de mil reais de Gonçalo Fernandez*".
[119] Segue-se uma palavra riscada.

Sabado nove dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos oitenta e hum anos nesta cidade de Bragua na casa donde se fazem as vreações forão juntos em camara os senhores Francisco Teixeira juiz ordinario, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores, Boaventura Maio procurador do concelho.

Contrato com o pedreiro António Gonçalves para fazer a calçada do caminho nova dos Pelames

[120]Item na dita camara pareceo Antonio Gonçalvez pedreiro morador a fonte da Quoa, diguo, de San Marquos desta cidade e se obrigou a fazer a callçada do caminho novo dos Palames a oitenta reais a brasa desd'o muro de Francisco Jacome ate o quintal de Francisco Freire ou ate outra callçada e esta camara se hobrigou a lhe pagar das rendas della. E comesara de trabalhar quinta feira deste presente mes y asinou.

Antonio + Gonçalvez

Ordem para o procurador pagar ao escrivão da Câmara os autos que lhe fez

Item na dita camara acordarão que ho procurador pagase ao escrivão da camara oytocentos e doze reais de huns autos que fez nesta camara e se lhe levasen en conta.

Ordem para que o vereador Damião de Almeida mandar consertar a fonte dos Pelames

(Fl. 151) Item acordarão que Damião d'Allmeida vreador comsertase a fonte dos Pallames pera ho que ma[*n*]dase passar ma[*n*]dado pera ho quoadrilheiro de São Vitouro vir com dez [*homens*] ho mes pera a levantarem.

Reunião marcada para a designação dos recebedotres das sisas

Item acordarão que dia de Santa Lozia que he quoarta feira se juntasen e fizesen recebedores das syzas as duas horas. E que eu escrivão notefiquase ao licenciado Farto sob pena do que não vier fiquar a sua comta.

Audiências e despachos

Item na dita camara houvirão partes e despacharão pitições e asinarão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Francisco Teixeira / Eytor Dyaz /
Francisco Soares
Damião d'Almeida
Boaventura Maio

Previlégio para João Francisco, serralheiro da rua de S. Marcos, ser mamposteiro da Santíssima Trindade e recolher as esmolas em S. Miguel--o-Anjo e em S. Sebastião

Aos nove dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos oitenta e hum anos nesta cidade de Bragua per Joam Francisco saralheiro morador na Rua de São Marquos desta cidade me foi apresentado ho previlegio em letra redonda da Trindade com hua (fl. 151 v) precatoria nas costas delle de Francisco da Fonsequa menposteiro mor da Santicima Trindade feyto aos cinquo dias do mes de Dezenbro deste presente anno

[120] Na margem tem "(...) *Da callçada do caminho novo dos Pelames"*

e asinado ao pee do sinal do dito Lionel Lopez de Fonsequa segundo dele parecia per que ho fazia menposteiro da Trindade pera tirar as esmolas em São Migel ho Anjo e San Sabastião ermidas desta cidade. Ao pee do quoal previlegio e precatoria estava hum despacho dos senhores regedores per que ma[*n*]davão que eu escrivão o registase. Ho tresllado do quoal se segue. Registe-se en camara a nove de Dezenbro de mil e quinhentos e oytenta e hum. Francisco Teixeira. Eytor Diaz. Francisco Soares. Almeida. Boaventura Maio. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Quoarta feira treze dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos oitenta e hum anos forão juntos em camara os senhores licenciado Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira juizes, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores, Boaventura Maio procurador.

Decidiram nomear os recebedores das sisas da cidade e termo

Item na dita camara ordenarão de fazer recebedores pera receberem a siza desta cidade e termo.

Eleito recebedor do vinho das igrejas Àlvaro Pires, almocreve, morador nos Biscainhos

Item elegerão por recebedor das igrejas e erdades diguo que emlegerão por recebedor do vinho [*e das*] eygrejas Alvaro Perez allmocreve morador nos Bisquainhos e das erdades.

(Fl. 152)

Recebedores da Ciza:

Da carne, peixe e azeite, Luís Geraldes, sapateiro da Rua do Souto

Item emlegerão por recebedor dos ramos da carne, peixe e azeite a Luis Giraldes çapateiro gemro de Francisco Lopez da Rua do Souto.

Do ramo do geral da cidade e arrabaldes, António Rodriguez o Bourinho, da Rua de S. Marcos.

Item emlegerão por recebedor do ramo do geral desta cidade e arraballdes Antonio Rodriguez o Bourinho, gemro d'Aires Diaz da Rua de São Marquos.

Do ramo do geral da cidade e arrabaldes, Pedro Frernandes, tendeiro, da Rua do Souto

Item emlegerão por recebedor do geral do termo desta cidade a Pedro Fernandez tendeiro gemro do dito Francisco Lopez da Rua do Souto.

Notificação para os recebedores eleitos assumirem sem demoras as respectivas funções

E feitos e eleitos asi os sobreditos recebedores mandarão a Gonçalo Fernandez porteiro que notefiquase aos sobreditos recebedores pera que se fizesen prestes pera receberem cada hum como lhes estava repartido os ramos o anno que vem de oytenta e dous e da notefiquasão dara sua fee.

Ordem para se levar a pedra necessária da Porta Nova para a calçada da Senhora-a-Branca

Item acordarão que Eytor Diaz e Damião d'Allmeida vreadores ma[*n*]dasen levar a pedra nesesaria da Porta Nova pera a calçada e Nosa Senhora a Branca da outra linpa.

Notificação a Álvaro Vaz e António Sequeira para entregarem, sem demora, as alfaias e tudo o que ficara da obra dos muros, sob certas penas

Item acordarão que o porteiro notefiquase Alvaro Vaz [*e*] Antonio de Sequeira que emtregasem as allfaias e tudo o que tivesen que fiquara dos muros ate a proxima camara sob pena de cinquo cruzados paguos da cadea.

Inventário da pedra, telha e outras coisas tomada na Praça do Peixe

(Fl. 152 v) Item na dita camara fizerão hum auto pera se fazer sumario da pedra e telha e outras cousas que se tomou na Prasa do Peixe e asinarão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Almeida / Teixeira / Eytor Dyaz
Boaventura Maio / Francisco Sores

Notícia da reunião camarária feita na tarde do dia anterior

E loguo no dito dia atras a tarde forão juntos em camara os juizes e vreadores abaixo e asima asinados e fizerão camara.

Quitação da devolução a Gonçalo Anes da verba emprestada à Câmara

[121]Item na dita camara pareceo Gonçalo Annes allmocreve do Canpo da Porta da Se se deu por paguo de dous mil reais que enprestou a camara e asinou aqui.

De Gonçalo + Annes

Decisão para que o licenciado Faro escrevesse ao Senhor Arcebispo a propósito da próxima eleição

Item acordarão que o licenciado Farto escrevese hia carta ao senhor arcebispo pera se fazer a emleição e que ho procurador mande hum homem e lhe pague.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições e asina-(fl. 153)rão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Almeida / Francisco Teixeira
Eytor Diaz / Francisco Soares
Boaventura Maio

Sabado dezasseis dias do mes de Dezenbro de mil he quinhentos oitenta e hum anos nesta cidade de Bragua forão juntos em camara hos senhores Francisco Teixeira juiz e Eitor Diaz o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores, Boaventura Maio procurador do cocelho.

Quitação da devolução a Gonçalo Rodrigues, da Rua do Anjo, da verba emprestada à Câmara

[122]Item na dita camara pareceo Gonçalo Rodriguiz cuiteleiro da rua do Anjo e se deu por paguo e satisfeito de dous mil reais que enprestou a camara e a deu por quite e livre e asinou.

Gregorio Rodriguiz

---

[121] Na margem tem "*paga de Gonçalo Annes".*
[122] Na margem tem "*de Gonçalo Rodriguiz cuiteleiro*".

Ordem de pagamento a António Gonçalves e a Gonçalo Martins do trabalho feito na calçada da Praça do Peixe

Item acordarão que ho procurador pagase [*a*] Antonio Gonçalvez e Gonçalo Martins pedreiros seis vintees de hia brasa e meia de callçada que fizerão na esquina da Prasa do Peixe.

Ordem para o procurador ver a calçada da Cruz da Porta de Santiago e que a Câmara pague a António Gonçalves o que estiver em falta

(Fl. 153) Item acordarão que ho procurador fose ver a calsada que se fez a Cruz da porta de Santiaguo e ho que achar que se deve [*a*] Antonio Gonçalvez, que esta camara lhe deve se lhe pague.

Ordem para que os moradores das testadas da calçada da Cruz da Pedra paguem o que lhes pertence

Item acordarão que se pasase ma[*n*]dado comtra Diogo Pinto e comtra hos mais das testadas da callçada da Crus da Pedra pera que cada hum pague suas testadas. E sejam penhorados e precatoria pera Luquas de Santa Maria.

Contrato com Francisco Rodrigues, da Ponte Nova, para fazer a calçada do caminho novo dos Pelames

[123] Item acordarão de dar a callsada do caminho novo dos Palames que se a-de fazer ha porta de Manoel Perez e Francisco Jacome a Francisco Rodriguiz da Ponte Nova pera que elle a fasa e lhe darão a pedra e oytenta reais por brasa e se hobrigarão a lha pagar pelas rendas do Concelho. Y ele se hobrigou a fazer e comesar loguo e asintar esta callçada. E desobrigarão Amtonio Gonçalvez da obrigasão que estava feita a eles senhores regedores.

De Francisco + Rodriguiz

Encontro dos regedores com o provisor sobre a prisão dos almocreves

Item acordarão de hirem os regedores falar com ho provizor sobre a prizam dos allmotacees.

Fé da notificação feita pelo porteiro Gonçalo Frernandes aos recebedores eleitos para o ano de 1582

[124]Item na dita camara deu fee Gonçalo Fernandez porteiro que notefiquara Alvaro Perez, Luis Giraldes, Antonio Rodriguiz, Pero Fernandez recebedores emleitos o anno que vem de mil e quinhentos oitenta e dous e asinou.

De Gonçalo + Fernandez

Renovação a António Cordeiro do prazo em três vidas das casas em que vive e designação dos respectivos vedores

Item acordarão de fazer prazo novo [*a*] Antonio Cordeiro das casas em que vive pegado com [...] em tres vidas e lhe dão por vedores ao licenciado Farto e o licenciado Francisco Soares.

(Fl. 154) **Sorteio dos inspectores ao rocio que Francisco Fernandes pretendia tomar, nos Pelames**

Item acordarão de hirem ver o rocio que quer tomar Francisco Fernandez aos Pallames e saio por sortes, pera ho hir ver, Farto.

---

[123] Na margem tem "*acordo das calçadas dos Palames".*

[124] Na margem tem "*fe da notefiquasão dos recebedores*".

Requerimento ho procurador ao acordo acima[125].

Contestação da pretensão de Francisco Fernandes

E loguo requereo ho procurador do concelho que não era proveito do concelho nen comsentia que tal se dese como provaria por testemunhas porquoanto era estendedouro de roupa desta cidade e não avia outro melhor estendedouro.

Quitação da devolução a Jerónimo da Costa da verba emprestada à Câmara

[126]Item na dita camara pareceo Jeronimo da Costa e se deu por paguo e satisfeito de dez cruzados que enprestou a camara e a deu por quite e livre d'oje pera sempre e asinou aqui.

Jeronimo da Costa

Envio de um emissário a Sua Senhoria Rev.ma solicitando-lhe a mercê de entregar à Câmara a carta que tem se Sua Magestade para se não dar soldados

Item acordarão de ma[*n*]dar hum homen mandar (?) a Sua Senhoria pera fazer merce (?) a esta camara da carta que tem de Sua Magestade pera se não a [...] dar soldados e que nos de carta pera Sua Magestade e [127] pague ho procurador.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições e asinou. Martim da Maia escrevi.

Francisco Teixeira / Eytor Dyaz / Francisco Soares Almeida Boaventura Maio

Reconhecido o privilégio para António Luís, de S. Vicente de Penso, ser mamposteiro do Santíssimo Sacramento e recolher as esmolas nessa freguesia.

Aos dezaseis dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos oytenta e hum anos por parte de Antonio Luis morador na (fl. 154 v) [128] freguesia de São Vicente zzde Penso foi apresentado a mim escrivão hum previlegyo do Santicimo Sacramento desta cidade pera que ele podese arrecadar as esmolas na freguesia de Sam Vicente de Penso. A quoal parecia ser feita aos quoatro dias do mes de Setenbro de mil e quinhentos e hoitenta e hum anos e sobescrita por Damião d'Almeida escrivão da dita confraria e asinada por o licenciado Gonçalo Aranha e Diogo de Paiva juizes. E nas costas do dito previlegio hum despacho dos regedores per que ma[*n*]davão.que se cunprise e se registase. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

---

125 Esta frase foi escrita posteriormente no espaço que havia ficado livre entre os itens da acta.

126 Na margem tem "*paga de Jeronio da Costa*".

127 Riscado "*que*".

128 Repete "*na*".

Quoarta feira vinte dias do mes de Dezenbro de mil he quinhentos oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua forão juntos em camara hos senhores licenciado Mateus Fernandez Farto juiz, Eytor Dyaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores, Boaventura Maio procurador.

Ordem para que o procurador pague ao mordomo e ao escrivão da Câmara os serviços prestados

Item acordarão que ho procurador pagase ao mordomo e hao escrivão da camara quinhentos reais a cada hum das diligencias que fizerão nesta camara estraordinarias e se lhe levasen em conta que por tudo são mil reais.

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições e asinarão. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Almeida / Eytor Dyaz
Francisco Soares
Boaventura Maio

(Fl. 155) Sabado vinte dias do mes de Dezenbro de mil he quinhentos oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua na camara della forão juntos em camara hos senhores licenciado Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira juizes, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Almeida vreadores, Boaventura Maio procurador.

Ordem de pagamento ao procurador Boaventura Maio pela arrecadação da imposição da carne

[129]Item acordarão de dar dez cruzados ao procurador Boaventura Maio pello trabalho que teve na arrecadasão da enposição da carne e se lhe levase em conta.

Eleição de Gonçalo Fernandes como recebedor do ramo geral da cidade de Braga.

Item elegerão por recebedor do ramo de geral (*sic*) desta cidade e arrabaldes a Gonçalo Fernandez livreiro morador ao Cano (?) desta cidade.

Eleição de Domingos Luís recebedor do ramo do azeite, peix e carne

Item elegerão por recebedor do ramo do azeite e peixe e carnes a Domingos Luis barbeiro da rua de São Marquos por se escuzar Pero Fernandez seu cunhado. E ho (*sic*) Luis Giraldes recebera ho ramo das igrejas de fora.

Eleição de Gabriel Álvares recebedor do ramo do vinho, igrejas e herdades, em substituição de Diogo Pires, que se recusou

Item elegerão Graviel Allvarez por se escuzar Diogo Perez de recebedor

[129] Na margem tem "*Recebedores*".

pera receber ho ramo do vinho e igrejas e erdades. E mandarão que se notefiquase por Gonçalo Fernandez porteiro da camara.

(Fl. 155v) **Que o procurador envie uma carta ao Senhor Arcebispo, pedindo-lhe uma provisão para se poder limpar a pauta dos novos juízes e vereadores**

Item em camara [130], diguo, acordarão que ho procurador ma[*n*]dase hum homen com hia carta ao senhor arcebispo e lhe pagase, pera Sua Senhoria pasar provizam pera se alinpar a pauta dos novos juizes e vreadores[131].

Audiências e despachos

Item na dicta camara ouvirão partes e despacharão petições e feitos. Martin da Maia escrivão ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Eytor Dyaz
Boaventura Maio / Almeida
Francisco Soares

Nesta reunião, os juízes e vereadores entregaram a Gonçalo Fernandes, porteiro da Câmara, seis arrobas e meia e um arrátel de pólvora, e seis arrobas e sete arráteis de chumbo, tudo recolhido em sacos, de que deveria prestar contas.

Aos vinte e oyto dias do mes de Dezenbro em que se começou a era de nacimento de Nosso Senhor Yhesus Christo de mil e quinhentos e oitenta he dous annos forão juntos no paço do concelho na casa donde se fazem as vreações, a saber, o licenciado Mateus Fernandez Farto e Francisco Teixeira juizes, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores por eles foi emtregue na dita camara a Gonçalo Fernandez porteiro da camara seis harrobas e meia e hum arratel de polvra e de chumbo seis arrobas e sete harates (*sic*) ho que todo esta pezado [...] com os saquos que tem a dita polvra e ho pezo foi escaso. Ha quoal polvra e chunbo emtregue Allvro Filgueira e ho dito Gonçalo Fernandez se deu por emtregue da dita polvora e chunbo e se hobrigou a dar conta (fl. 156) de todo aos regedores que viesem e asinou aqui com hos ditos regedores. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi. E decllarou ele Gonçalo Fernandez que sobrevindo allgum tenpo e caso fortuito que lhe tomem forsezamente a dita pollvra e chunbo que en tal caso se não obrigava a dar conta della. Sobredicto o escrevi.

Farto /Francisco Teixeira /Eytor Dyaz
Francisco Soares / Damião d'Almeida
Boaventura Maio

Reconhecido o privilégio para Gaspar Dias, seleiro, da Rua de S. Marcos, ser mamposteiro di Santíssimo Sacramento e recolher as esmolas na igreja de S. João do Souto.

Aos vinte e tres dias do mes de Dezenbro de mil he quinhentos oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua por Gaspar Diaz seleiro da rua de São Marquos foi dado a mim escrivão e apresentado hu previlegio da Santicima Trindade pera elle arrecadar as esmolas na ygreja de São Joa do Souto desta cidade com hia precatoria de Lionel Lopez da Fomsequa menposteiro e parecia ser feita aos vinte e hum dias do mes de Dezenbro de mil e quinhentos e oytenta e hum anos e asinada por elle como della parecia e ao pee da dita precatoria hum despacho dos senhores regedores per que ma[*n*]dava que eu escrivão ho (fol. 156 v) registase neste livro. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

---

130 Palavras emendadas.

131 Esta frase foi introduzida posteriormente.

Sabado vint, diguo, trinta dias do es de Dezenbro em que se começou a era de mil e quinhentos e oytenta e dous anos foram yuntos em camara hos senhores licenciado Mateus Fernandez Farto juiz e Francisco Teixeira juiz, Eytor Diaz, Damião d'Almeida vreador, Boaventura Maio procurador. E isto foi pella manham.

Fé de Gonçalo Fernandes, porteiro da Câmara, de ter convocados os novos recebedores para virem prestar juramento.

Item na dita camara deu fee Gonçalo Fernandez porteiro da camara aos recebedores pera virem tomar juramento, a saber, a Gonçalo Fernandez livreiro, Domingos Luis barbeiro, Graviel Allvarez çapateiro e asinou.

De Gonçalo + Ferandez

Nesta reunião foram depositados pelos regedores e confiados à guarda de Brás Dias Campelo vinte e quatro mil e oitocentos reais correspondentes aos arcabuzes que estavam nas mãos de dezasseis cidadãos, aqui identificados.

E loguo na dita camara depozitarão em mãos de Bras Diaz Campello cidadão desta cidade vinte e quoatro mil e oytocentos reais que eles regedores mandarão a mim escrivão que arrecadase das pesoas que devião os arquabuzes que lhes forão dados fiadores os quaes vinte e quoatro mil e oytocentos reais eu escrivão recebi, a saber, de Francisco Vasquez lanceiro mil e quinhentos e cinquoenta reais. Item de Pero Annes allfaiate outro tanto. Item de Antonio Lopez mercador outro tanto. Item de Joam de Lima sirgueiro outro tanto. Item de Rodrigo Corea soldado outro tanto. De Bras Gomez çapateiro outro tanto. Item de Francisco Luis çapateiro outro tanto. Item de Belchior Luis (fl. 157) saralheiro outro tanto. [132]Item de Antonio Gonçalvez sombreireiro outro tanto. Item de Bras Diaz Canpello outro tanto. Item de Lourenço Serveira outro tanto. Item de Antonio Fernandez vinhateiro outro tanto. Item Antonio Diaz allbardeiro outro tanto. Item Antonio Fernandez çapateiro outro tanto. Ite Jurdão Ribeiro outro tanto. Gaspar Allvarez seleiro outro tanto. Item Luquas Soares outro tanto. Aos quoaes **dezasseis** arquabuzes fazem soma de vinte e quoatro mil e oytocentos reais e mais mil e quinhentos e cinquoenta reais do arquabus de Luquas Soares Pinto que todo faz soma de vinte e seis mil e trezentos e cinquoenta reais. Os quoaes elle Bras Diaz recebeo em depozito da mão de mim escrivão por mandado deles regedores e se hobrigou a dar conta delles a todo tenpo que lhe fosse ma[*n*]dado e isto como depozitario e ouverão a mim escrivão por desobrigado dos ditos vinte e seis mil trezentos e cinquoenta e me derão por quite e livre deles d'oje pera todo senpre e assinarão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Campello

Audiências e despachos

Na dita camara ouvirão partes e despacharão feitos e pitições. Martim da Maia escrivão da Camara ho escrevi.

Farto / Teixeira / Eytor Dyaz
Francisco Soares / Almeida /
Boaventura Maio

---

[132] Na margem tem "*acordo de depozito do dinheiro dos arquabuzes na mão de Bras Diaz Campello*".

(Fl. 157 v) **Reconhecido a Francisco Gonçalves o privilégio de mamposteiro do Cativos para receber as esmolas nas capelas da freguesia de Adaúfe.**

Aos trinta dias do mes de Dezenbro do anno que se comesou de quinhentos e oytenta e dous anos por Francisco Gonçalvez lavrador e morador da freguesia d'Adauffe foi dado e apresentado a min escrivão hum previllegio dos cativos pera pedir as esmolas nas ermidas de Santo Andre, Santa Marinha e San Vicente e San Salvador e Sam Joam todas citas na dita freguesia d'Adauffe o quoal previlegio era feito segundo dele parecia por Antonio Sobrinho e asinado por Manuel Luis menposteiro aos dezasete dias de dezenbro deste presente ano e hum despacho dos regedores que ma[*n*]darão que se registase. Manoel da Maia escrivão da camara ho escrevi.

E loguo no dito dia atras, sabado a tarde que forão trinta dias do mes de Dezenbro do dito anno acima forão juntos em camara os senhores licenciado Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira juizes, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores, Boaventura Maio procurador do concelho.

Porque os regedores, apesar de terem solicitado por escrito ao Arcebispo, que estava fora da jurisdição da cidade, a provisão para procederem à designação dos oficiais para o ano de 1582, protestavam não incorrerem em qualquer pena, do que mandaram fazer termo.

[133]Item acordarão que porquoanto tinha ya mandado hum homen com cartas ao senhor arcebispo pera se tirarem a pauta do cofre deste anno que vem de oytenta e dous e Sua Senhoria ma[*n*]dar pera yso sua provizam, diguo, por elle senhor arcebispo não ma[*n*]dar pera yso ate ho presente provizam, a quoal lhe ma[n]daran pedir por a dita carta por elle estar fora da jurdição desta cidade e por ha dita provizam ate ho presente não vir nen eles regedores terem jurdiçan pera alinparen a dita pauta comforme ao comtrato (fl. 158) e por este respeito ate [a]guora não saberem quoaes am de ser hos officiaes que a-de servir pera ho anno pera lhes darem juramento que portanto protestavão não emcorer en pena allgia e diso e mandarão fazer este termo.

Acordarão lembrar aos futuros regedores que acabem de tomar conta a Álvaro Filgueira do que lhe entregaram para comprar pólvora, chumbo e arcabuzes, dada a impossibiladade actual de o fazerem, devido às suas frequentes saídas para fora ou ao facto de eles estarem ocupados.

[134] Item acordarão que se lenbrasen hos regedores que embora virão que acabem de tomar conta Allvro Filgueira do que lhe foi dado pera gastar polvara chumbo he mais arquabuzes e dinheiro

---

[133] Na margem tem "*termo do protesto que fizerão os pezadores*".
[134] Na margem tem "*lenbramça das contas de Alvro Filgueira*".

porquoanto ate ho presente se não pode com elle comcluir as ditas cousas por hir muitas vezes ho dito Allvro Filgueira pera fora y eles serem hocupados e somente se arrecadase ho dinheiro que se deu a Bras Diaz dos arquabuzes en depozito e polvara e chunbo ao Porto.

Papeis e provisões que se meterão no cofre:

– Item hos previlegios que ell Rei noso senhor comcedeo aos cidadãos desta cidade e provizam de Sua Magestade

– Item hia provizam das suspeições dos allmotaceis

– Item outra dos sesenta mil reais que Sua Magestade comcedeo pera despezas dos procuradores das Cortes

– Item provizam do sal na villa de Espozende e Villa de Conde

– Item provizam da empocisão da carne do arcebispo

– Item provizam pera servirem de vreadores e auzencia Antonio Vieira

– Item tres cartas de Sua Magestade (fol. 159 v)

– Item duas pitições que desta cidade levarão a Sua Magestade, hos quoaes estan todos atados em hum maso.

– Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições e feitos e asinarão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Damião d'Almeida
Boaventura Maio / Eytor Dyas

Quitação da devolução a João Martins da verba emprestada à Câmara

[135]E loguo despois de terem serado este (?) livro e antes que se fosen desta camara pareceo Joam Martinz merquador o quoal se deu por quite e livre de dez cruzados do emprestimo que enprestou e asinou e deu ha camara por quite e livre. E asinarão Martin da Maia ho escrevi[136].

Joam Martins
Farto / Almeida / Eytor Dyaz
Francisco Soares, Francisco Teixeira
Boaventura Maia

---

[135] Na margem tem "*Joam Martinz*".
[136] Esta frase foi escrita com outra tinta.

Índice

Nota de Apresentação	Director	3
Póvoas marítimas do Norte de Portugal: primórdios e repercussões político-administrativas, económicas e sociais	José Marques	5
Origem da capela de S. Roque – S. Paio de Figueiredo – Guimarães	José Marques	29
Memórias para a história do clima em Portugal (I)	Aurélio de Oliveira	59
Do Minho para Minas: aproximações e distanciamentos entre a propriedade rural minhota e a fazenda mineira nos séculos XVIII e XIX	David Prado Machado	165
Arte na talha e na estrutura do Retábulo da Capela de S. Geraldo, Sé de Braga	José Vieira Gomes	203
Elementos iconográficos da talha dos órgãos da Sé Primaz	Assunção Pinheiro Chagas	233
A festa de Arco de Baúlhe e a Capela e a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios	Eduardo Pires de Oliveira	263
De Roma para Braga, a pedra do *Circo Máximo*	Miguel Sopas de Melo Bandeira	401
Arquivo Municipal	José Marques	431

FICHA TÉCNICA

Paginação: **Câmara Municipal de Braga**

Impressão e Acabamento: Graficamares, Lda.

400 exemplares

Depósito Legal n.º 27697/89

ISBN 972-9169-14-4

À

Redacção

B R A C A R A
A U G U S T A

Câmara Municipal de Braga / Arquivo Municipal

Praça Municipal

4700-435 BRAGA

Acuso a receção do(s) vol.(s)_____n.º(s)_____da Revista

Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga ***Bracara Augusta***

Nome_____

Direcão _____

_____

Data_____/_____/ 201__

Assinatura _____

Nota: *A confirmação da receção pode ser feita por e-mail*

"A não confirmação de receção implica a cessação do envio das edições desta Câmara"

Telef. 253 61 60 60 – e-mail: revistabracaraaugusta@cm-braga.pt